

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(ORGS.)

II CIED - VI JADIS



ESTUDOS DO DISCURSO

O poder do discurso e o
discurso do poder

Volume II

Editora
Paulistana

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(Organizadores)

**O PODER DO DISCURSO E O DISCURSO DO
PODER**

Volume II

São Paulo
Editora Paulistana
2018

Copyright © 2018 Dos organizadores

Revisão técnica

Maria Alexandra Guedes Pinto
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Comissão Científica

Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)
José Gaston Hilgert (UPM)
Kazue Saito Monteiro de Barros (UFPE)
Luiz Antonio da Silva (USP)
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)
Maria Eulália Sobral Toscano (UFPA)
Maria Luiza Monteiro Sales Coroa (UnB)
Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (PUC-SP)
Rosalice Pinto (CLUNL)

Projeto Gráfico-Capa

Renata Palumbo

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PINTO, M. A. G. (Organizadores). O poder do discurso e o discurso do poder - v. 2. São Paulo: Editora Paulistana, 2018. 381p. ISBN 978-85-5336-002-4. Acessível em: <http://cied.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Análise Crítica do Discurso. 7. Literatura. 8. Teoria Bakhtiniana. 9. Estilística. 10. Linguística Aplicada. 11. Linguística Textual. 12. Análise da Conversação. 13. Estudos do Léxico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

Página intencionalmente deixada em branco

Sumário

Apresentação	6
Da declaração à identificação: Os discursos de Dilma Rousseff pós- <i>impeachment</i> <i>Marco Túlio Pena CÂMARA</i>	8
O funcionamento do antiethos no discurso político eleitoral presidencial brasileiro <i>Maria Célia Cortêz PASSETTI</i>	20
Categorização e representação da imagem social de representante político: um estudo sobre a face da presidente Dilma em charges de Gilberto Zappa <i>Maria da Penha Pereira LINS; Bharbara Bonelle de SOUSA</i>	40
A interação jornalista e aliados políticos no governo Dilma Rousseff: papéis e máscaras do <i>off</i> <i>Maria da Penha Pereira LINS; Rosani Muniz MARLOW</i>	58
A (DES)ordem do mundo na ordem do espelho <i>Maria Rachel Fiúza MOREIRA</i>	76
Reflexos e refrações no espelho epistolar <i>Mônica Gomes da SILVA</i>	88
<i>Ressignificações discursivas sobre a educação escolar indígena</i> <i>Nara Maria Fiel de Quevedo SGARBI; Lília Odete Nantes de OLIVEIRA</i>	108
Michelle, Cristina e Dilma: o poder da construção da imagem de si no discurso político sul-americano <i>Paula Camila MESTI; Roberto Leiser BARONAS</i>	126
Acontecimento enquadrado: violência contra mulheres nas capas dos jornais piauienses <i>Paulo Fernando de Carvalho LOPES; Cíntia Lucas Freitas de LIMA</i>	146
Jornalismo cultural: o contrato de leitura das revistas <i>Revestrés</i> e <i>Select</i> <i>Paulo Fernando de Carvalho LOPES; Luana Lia da Cunha Lopes SENA</i>	164
Do saber ao poder: estruturas retóricas e planos de texto em introduções de teses de doutoramento <i>Paulo Nunes da SILVA; Joana Vieira dos SANTOS</i>	178
A voz do canto na voz da fala: o arquivo de brasilidade tropicalista de Gilberto Gil da canção à política <i>Pedro Henrique Varoni de CARVALHO</i>	198

Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no discurso diplomático onusiano de Dilma Rousseff e François Hollande	210
<i>Rafael Batista ANDRADE</i>	
Análise discursiva da lei que rege a literatura do século XIX na França	230
<i>Renata Aiala de MELLO; Renato de MELLO</i>	
A Língua Portuguesa como símbolo de poder na política internacional	242
<i>Renata PALUMBO</i>	
Uma paratopia testemunho-documental no discurso da negritude	256
<i>Rosângela Aparecida Ribeiro CARREIRA; Jarbas Vargas NASCIMENTO</i>	
A Estilística do discurso político partidário em face às questões de gênero no impeachment da presidente Dilma Rousseff	288
<i>Suzana Mary de Andrade NUNES</i>	
O papel da mídia impressa no processo de configuração do ator da enunciação, participante das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo	308
<i>Tânia Regina EXPOSITO FERREIRA</i>	
O poder do discurso nas Cartas persas	332
<i>Thaïs CHAUVEL</i>	
“Ler, escrever e fazer conta de cabeça”: o discurso de poder na narrativa literária queiroseana	346
<i>Vânia Lúcia Menezes TORGA</i>	
Citação e exemplo como estratégias retóricas nas epístolas de Sêneca	364
<i>Zilda Andrade Lourenço dos SANTOS</i>	

Apresentação

A noção de discurso enquanto exercício de poder está desde sempre presente nas várias correntes dos Estudos do Discurso. Trabalhada por alguns dos autores mais marcantes da área e com estatuto central nas correntes críticas do discurso, esteve na génese de escolas como a da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, a Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso, entre outras. É também uma área de estudos profundamente interdisciplinar que estabelece pontes entre várias Ciências Sociais vizinhas tais como as Ciências da Linguagem, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, para citar apenas algumas. Mais focalizados na análise do discurso enquanto ‘exercício de poder sobre’, ou seja, a face negativa do poder como dominação, os estudos tendem a dar menos peso ao discurso enquanto forma de ‘atribuição de poder a’ (*empowerment; enablement*), uma face positiva conversa de reequilíbrio do poder entre os agentes sociais.

As JADIS VI e o CIED II, num momento histórico marcado por convulsões políticas, económicas e sociais dos dois lados do Atlântico, que recolocam na ordem do dia a importante relação entre linguagem e poder, pretendem abrir um espaço de reflexão sobre os discursos do poder nas suas formas possíveis em sociedade, focalizando o discurso como potenciador de mudança e de construção de modelos alternativos de prática social.

Este espaço de reflexão pretende também olhar para os discursos do poder não apenas como os tradicionais discursos de exercício do poder em contexto institucional (político, judicial, policial), mas como todos os discursos produzidos em contextos de assimetria vertical, tais como o discurso em sala de aula, entre professor e aluno; certos discursos em contexto académico; alguns em contexto religioso e alguns, ainda, em contexto familiar.

A discursivização das relações de poder implica os vários níveis da construção textual, do nível global contextual ao nível local cotextual das estruturas gramaticais, indissociável, portanto, da componente não verbal da comunicação. Estes e outros aspetos estarão sob análise neste Encontro Científico. O tema central deste Encontro assume-se, pois, como amplo e transdisciplinar, favorecendo o diálogo entre diferentes correntes dos estudos do discurso, entre diferentes áreas das Ciências da linguagem e entre diferentes disciplinas das Ciências Sociais, nomeadamente os Estudos da Comunicação e as Ciências Políticas.

As relações discursivas de poder são um tema que continua a ocupar um lugar privilegiado no debate contemporâneo e que se assume como importante, independentemente do contexto geográfico ou cultural de onde parte a reflexão. É igualmente transversal aos vários tipos de análise histórica possíveis, podendo aplicar-se à compreensão de discursos da atualidade ou à compreensão de discursos do passado, numa perspetivação sincrónica, comparativa ou diacrónica.

Página intencionalmente deixada em branco

Da declaração à identificação: Os discursos de Dilma Rousseff pós-*impeachment*

Marco Túlio Pena CÂMARA (CEFET-MG)
marcotuliocamara@gmail.com

Resumo: Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment*, aprovado pelo Senado Federal. Na ocasião, realizou uma declaração à imprensa e discursou aos manifestantes que a apoiavam. Ambos os discursos são inteiramente dialógicos e interdiscursivos, pois se estabelecem em relação a discursos anteriores. O objetivo é analisar essas marcas discursivas e o papel delas nos referidos discursos. As análises baseiam-se em autores que refletem o discurso político, o discurso de *outrem* e a situação de comunicação. Deve-se levar em consideração o contexto no qual ele foi criado, o meio em que está sendo proferido, para qual público ele se destina e sua finalidade. A pesquisa verificou maior posicionamento de autoridade, quando Dilma se dirige aos jornalistas, e de identificação, aos manifestantes. As especificidades observadas foram delimitadas por marcas discursivas aliadas à finalidade de cada discurso, já que a finalidade que o contexto narrativo pretende alcançar é parte fundamental na produção discursiva.

Palavras-chave: Discurso político; Dilma Rousseff; *Impeachment*.

Abstract: In 2016, the president Dilma Rousseff was impeached by the Senate. At the time, the president made a statement to the press and another to protesters who supported her. Both speeches were entirely dialogical and interdiscursive since they were connected to previous speeches. The aim of the present study was to assess discursive marks and their role in both speeches. The analysis considered the literature about the political discourse, the discourse of others and the reality of communication. The context in which the speeches were created, the environment in which they were delivered, their audience, and purpose were also analyzed. The speeches were characterized by specific discursive marks related to their audience. Dilma Rousseff positioned herself as an authority when speaking to the press, and adopted a more personal speech when addressing the protesters. The results showed that the purpose of a narrative context is fundamental for the discursive production.

Keywords: Political discourse; Dilma Rousseff; *Impeachment*

1 Introdução

Quinta-feira, 12 de maio de 2016. Dia histórico na política atual brasileira. Depois de quase dois meses de análises, manifestações e votações, o processo de *impeachment*¹ é aprovado no Senado Federal. Segundo a legislação brasileira², o presidente eleito democraticamente, ao sofrer tal impedimento, fica afastado do cargo por até 60 dias, período em que pode apresentar sua defesa para tentar voltar à presidência. Enquanto isso, o vice-presidente passa a assumir o maior cargo político do Brasil, interinamente.

Dilma Rousseff recebeu a notificação pela manhã, indicando que ela deveria deixar o cargo de presidenta³ do país. No mesmo dia, fez um pronunciamento aos jornalistas, onde classificou como “declaração à imprensa, não uma entrevista”. Logo após o discurso, saiu do Palácio do Planalto com a equipe de apoiadores que a acompanhava, dirigindo-se à área externa do prédio, onde foi aclamada por manifestantes que fizeram vigília para recebê-la.

Apesar de estar em um mesmo contexto comunicacional, de afastamento do cargo, e da semelhança de conteúdo, os discursos carregam características e estratégias distintas. Tanto pelo público ao qual se direciona, quanto pela linguagem utilizada dentro de cada situação específica, percebe-se a diferença de como a presidenta afastada se comunica com seus interlocutores. Tais especificidades foram delimitadas por marcas discursivas aliadas à finalidade de cada discurso.

Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar e tentar compreender como se deram essas marcas discursivas e o papel delas na construção e proferimento dos referidos discursos.

2 O discurso político

Todo discurso está inserido em um contexto, com finalidade determinada, voltada ao seu meio de divulgação, pensando para qual receptor se direciona. Charaudeau (2006) define que o discurso político segue o cenário de contos populares, com a descrição inicial, sua causa e a possível solução. Ainda de acordo com o autor, a instância política é composta por diversos *status*, situações e organismos. Nos discursos em análise, Dilma se porta com o *status* de presidenta, na situação de afastamento através dos organismos jurídicos (processo e julgamento do *impeachment*) e midiático, onde o discurso está sendo veiculado. O autor também sinaliza a aproximação do discurso político com a instância midiática e cidadã, assinalando as

¹ De acordo com o dicionário Michaelis (2009), o termo significa “Processo político-criminal que se instaura contra o presidente da República, qualquer governador, ministro do Supremo Tribunal ou procurador-geral da República, com o fim de impor-lhe a pena de destituição do cargo, por delito de responsabilidade resultante da infração de deveres funcionais em prejuízo dos interesses da Nação”.

² Lei nº 1079/50, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm

³ O termo existe nos dicionários desde 1925, designando “a mulher que desempenha as funções de presidente”. Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidenta-existe-na-lingua-portuguesa-desde-1872/n1597210547562.html>

diferenças que se instauram para cada público, entendendo o poder de cada um na atualização da agenda política.

É preciso descrever inicialmente as restrições estruturais da situação de comunicação política antes de descrever as estratégias discursivas que os atores podem utilizar. Não se misturam, portanto, situações e estratégias de comunicação, sendo toda situação de comunicação estruturada segundo um dispositivo que assegura um lugar determinado aos parceiros de troca (CHARAUDEAU, 2006, p. 52).

O discurso político se constrói no encontro do campo de ação e o lugar de troca simbólica, segundo relações de força no campo da enunciação, resultando e funcionando, então, sob um contrato de comunicação política (CHARAUDEAU, 2006). A partir dessa estrutura, marcada pela heterogeneidade de pontos de vistas e significações, podem surgir múltiplos sentidos, que promovem reações de ordem emocional e intelectual, fabricados e refabricados pelo dispositivo de comunicação, exemplificado, aqui, como o discurso em si.

Dessa maneira, o dispositivo estrutura a situação em que esse contrato ocorre, organizado de acordo com o contexto e papel ocupado pelos sujeitos de troca. Assim, ele influencia na produção e interpretação do discurso produzido, já que “em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais, por sua vez, definem sua finalidade comunicacional” (CHARAUDEAU, 2006, p. 55). Essa definição é crucial para a análise dos discursos propostos por este artigo, já que possui características, público e finalidade distintos, delimitadas pelo uso de marcas discursivas específicas e adequadas a cada objetivo.

3 Ethos e as marcas discursivas com presença de outrem nos discursos

O discurso político é marcado, principalmente, pela forte presença da construção do ethos, pois ele “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016, p. 220). Como Dilma Rousseff figura como presidenta da República em situação de afastamento, a imagem construída de autoridade visa influenciar seus interlocutores a se posicionarem a favor dela, inseridos em uma dicotomia política.

Os discursos proferidos carregam marcas linguísticas discursivas, apontando o que é dito e o efeito que procura produzir em seu interlocutor, a fim de persuadi-lo que foi “vítima de um golpe”, na declaração aos jornalistas (1), e conquistar os manifestantes (2) convidando-os a “lutar ao seu lado”, como se observa nas transcrições a seguir:

- (1) Diante da decisão do Senado, eu quero, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o País de um impeachment fraudulento, um verdadeiro golpe. (...) Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe.

- (2) Quero dizer a vocês que eu lutei a minha vida inteira e vou continuar lutando. Acredito que nós todos temos de estar juntos. E agradeço a todos os movimentos, a todas as pessoas que foram para as ruas todos os dias dizer um não imenso, um não do tamanho do Brasil ao golpe.

Tal característica revela a personalidade da enunciadora, demarcando seus traços pessoais que procura mostrar ao seu público (MAINGUENEAU, 2001), sendo ainda mais visível no segundo discurso, onde transmite mais traços pessoais e diretos de si.

Maingueneau (2001) acredita que o discurso carrega “um tom que dá autoridade ao que é dito” (p. 98). Dessa maneira, a enunciadora se porta como autoridade e credibilidade ao seu interlocutor, tornando-se parte de seu discurso e do ideal que defende, como observado nas duas situações em análise, uma vez que se porta como máxima autoridade política, defendendo sua permanência na presidência da República. O autor entende, ainda, que a construção do ethos se dá no contexto da cena de enunciação: de autoridade, quando se dirige aos jornalistas de maneira mais firme, e de identificação, quando se dirige aos manifestantes de forma mais intimista.

Searle (1976, apud LEVINSON, 2007) classifica as enunciações em cinco categorias: representativas, que compromete o falante com a verdade (afirmar); comissivas, que compromete a fazer algo (prometer); diretivas, tentativa de instigar o destinatário a fazer algo (pedir); expressivas, quando expressa condição psicológica (agradecer) (3); e declarações, quando resulta em uma mudança (declarar guerra) (4). Nos discursos analisados estão presentes as três últimas categorizações.

O ato perlocucionário é específico das circunstâncias da emissão e, portanto, não é conseguido convencionalmente apenas pela emissão daquele enunciado específico; ele inclui todos os efeitos, visados ou não visados, muitas vezes indeterminados, que certa enunciação específica numa situação específica pode causar (LEVINSON, 2007, p. 301).

- (3) Agradeço a cada mulher, a cada homem, a cada trabalhador, a cada trabalhadora do campo e da cidade, aos homens e mulheres, profissionais liberais, aos artistas, aos intelectuais, a todos aqueles que estiveram do lado certo da história, do lado da democracia. Tenho certeza que juntos nós vamos nos manter unidos, unidos, mobilizados e em paz. Nós somos aqueles que sabem lutar a luta cotidiana, que sabem persistir e que não desistem nunca. Agradeço nesse momento triste, muito triste da minha vida, esse momento de alegria dado pelo calor, pelo amor, pela emoção que vocês me transmitem.
- (4) Eu vou fazer uma declaração à imprensa, portanto, não é uma entrevista, é uma declaração. Queria, primeiro, dizer a vocês e dizer, também, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, que foi aberto pelo Senado Federal o processo de impeachment e determinada a suspensão do exercício do meu mandato pelo prazo máximo de 180 dias.

Quando Dilma se dirige aos manifestantes, por exemplo, na intenção de pedir para que “a luta continue”, a enunciação pode ser classificada como diretiva, já que tenta instigar o destinatário a fazer algo. Nessa mesma situação, o discurso também se porta como expressivo, já que a presidenta afastada agradece o apoio da população, como observado logo no início de seu discurso. Já no pronunciamento aos jornalistas, o enunciado pode ser categorizado como “declaração”, já que trata da mudança governamental, assumindo o papel de presidenta afastada temporariamente, informando mudança estrutural na política do país.

Mas antes de partirmos para as análises propriamente ditas, é preciso pensar na origem dos discursos como um todo. Para Bakhtin (1992), o discurso existe somente em função de outro, ou seja, “o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu” (FIORIN, 2006, p.19). Assim, “todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam”, como no caso observado de Dilma, em que ela replica enunciados anteriores à situação do processo de *impeachment*, assumindo uma posição contrária ao que dialoga.

Ao se dirigir aos manifestantes, Dilma realiza um discurso mais intimista, informal (5), onde joga, também, com as emoções presentes, como destacado em alguns trechos a seguir.

- (5) Um abraço e um beijo pra todos vocês! Hoje, pra mim é um dia muito triste! Mas vocês conseguem fazer com que a tristeza diminua e que eu tenha aqui, junto com vocês, o calor, a energia, e o carinho que ocês (sic) passam para mim, um momento de alegria.

Tal característica corrobora a ideia defendida por Bakhtin de que os enunciados carregam emoções e sentidos, de ordem dialógica. Dessa forma, o dialogismo torna-se o funcionamento real da linguagem. Como um discurso está sempre relacionado a outro, “um enunciado é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a sua e aquela em oposição a que se constrói” (FIORIN, 2006, p. 24).

Tal definição é fundamental na análise destes discursos de Dilma Rousseff, pois a presidenta sempre retoma discursos anteriores, de oposição, a fim de refutá-los, deslegitimá-los (6). A presença de dois discursos tão distintos em um mesmo contexto se deve ao fato de que tais enunciados correspondem ao espaço de vozes sociais, que por sua vez, são plurais, como podemos observar:

- (6) Hoje o que eles estão tentando é acabar ou reduzir as políticas sociais. Usam de vários qualificativos: “Nós vamos focar, nós vamos rever”. Todas essas palavras tem um só significado: “Vamos diminuir, vamos reduzir, até acabar com elas”. Tenho a honra no meu Governo de ter sido a fiadora da democracia. Meu Governo jamais reprimiu movimentos sociais. Jamais reprimiu manifestações políticas, mesmo as que eram contra mim”.

Apesar de não apresentar uma estrutura fechada de diálogo, a presença do discurso de outrem é forte nas falas de Dilma, calcada da “recepção ativa” desses discursos anteriores (BAKHTIN, 1992, p.146). Mas o autor sinaliza a primordial diferença entre esta recepção e a respectiva transmissão inserida em um contexto. Para Bakhtin, tal enunciação tem um fim específico, orientado a uma terceira pessoa. “[a orientação] reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso” (BAKHTIN, 1992, p.146).

Baseado nos estudos de Courtine (1981), Maingueneau (1997) reflete as ideias de identidade das formações discursivas, já que pretende eliminar a forma de heterogeneidade, “supondo a existência de um discurso homogêneo e sobre esta base constrói um corpus tão exaustivo quanto possível” (p. 112). Tal característica é perceptível quando Dilma se dirige aos jornalistas, já que a fala é elaborada de modo a desconstruir o discurso homogêneo de desejo do *impeachment*, supostamente instaurado na política brasileira. Com base nisso, discute-se a formação discursiva a partir de seu interdiscurso, e não o contrário:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (COURTINE, 1981 *apud* MAINGUENEAU, 1997).

Tal definição de interdiscurso está presente quando Dilma Rousseff elabora seu pronunciamento aos jornalistas a partir de elementos pré-construídos e divulgados acerca de seu governo, eleição e práticas de corrupção (7). A partir disso, o discurso se redefine não como simples político ou eleitoral, mas com forte presença de defesa, direcionado a um público que corroborou para a ideia pré-construída a imprensa (GUTEMBERG e OLIVEIRA, 2016), como segue:

- (7) Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo meu impeachment. Mergulharam o País em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe”.

É importante ressaltar que o discurso citado é de maneira livre e indireta, não havendo relatos fidedignos de como foram proferidos. Além disso, tal interpretação só é possível quando se analisa o que está implícito em sua fala, já tendo conhecimento prévio da situação em que ele foi construído e proferido, dentro do contexto político. Assim, o discurso aos jornalistas funciona como possível réplica, já que responde a acusações de adversários e situações adversas, aproximando-se de um discurso de defesa jurídica, corroborando com a ideia de Bakhtin (1992) de que “a enunciação de outrem é recolocada no contexto de comentário efetivo, na situação” (p. 148). Para o autor, quando se segue a tendência da réplica, o narrador utiliza táticas de apagamento ou desprezo, através do tratamento e entonação das palavras, moldando seu próprio discurso em função do de outrem, firmando seu papel naquele contexto.

Os discursos proferidos por Dilma Rousseff se encaixam na classificação do discurso alheio não demarcado, já que não cita diretamente tais discursos anteriores aos quais dialoga e replica (8). Assim, o dialogismo se dá, principalmente, por meio da polêmica velada, já que não expressa tão abertamente, mas a presença das vozes opositoras se torna perceptível. Mas, ao discursar para os manifestantes, em linguagem mais informal, Dilma se apropria da polêmica clara (9), onde “a voz do segundo é moldada pela do primeiro, mas nela as duas não estão claramente definidas” (FIORIN, 2006, p. 40), tendo o discurso anterior como pano de fundo da construção dialógica do enunciador em questão.

- (8) Não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment. Não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer. Os atos que pratiquei foram atos legais, corretos, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.
- (9) Quem começou a esse golpe o fez por vingança, porque nós nos recusamos a dar a ele, ao senhor Eduardo Cunha, os votos na Comissão de Ética para que ele fosse absolvido. A própria imprensa noticiou isso fartamente. A própria imprensa disse que ele estava fazendo chantagem contra esse governo.

Assim, em ambos os discursos analisados, como pudemos observar, percebe-se também forte posicionamento, mais visível por causa da repetição, da presidenta se reafirmando como eleita democraticamente, colocando-se como “vítima de um golpe”. Dessa forma, Dilma se reconfigura até mesmo em seu próprio discurso, procurando deslegitimar discursos anteriores de oposição a ela, na tentativa de apagar tais construções acerca de seu governo, estabelecendo-se como um governo legítimo.

É nesse sentido que se insere a “memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115), já que se percebe a relação com seu contexto imediato (nesse caso, o *impeachment*) e a relação com outros enunciados da formação discursiva política, remetendo a elementos e tabulações pré-construídas.

A memória é parte fundamental nessa formação, já que “representa o interdiscurso como instância de construção de um discurso transversal” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115), capaz de regular o modo de formação e destinação dos objetos do enunciado. Tal característica está presente em ambos os discursos, suscitando outras instâncias dentro da memória discursiva: o domínio da atualidade, já que estão em torno de um acontecimento e podem ser contrários ou favoráveis ao fato; e de antecipação, pois é capaz de antecipar enunciações posteriores.

Um discurso supõe mais que uma memória das controvérsias que lhe são exteriores; à medida que aumenta o corpus de suas próprias enunciações, com o passar do tempo e com a sucessão das gerações de enunciadores, vê-se desenvolver uma memória polêmica interna. Dessa forma, o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura (MAINGUENEAU, 1997, p. 125).

No pronunciamento aos jornalistas, Dilma retoma e responde discursos que remetem ao pedido de *impeachment* e os respectivos possíveis motivos para que ele tenha ocorrido, na tentativa de se inocentar, negando as acusações de corrupção que culminaram nessa situação (10). A formação discursiva, portanto, remete às acusações do contexto em que foi criada. Já no discurso aos manifestantes, a presidenta afastada trabalha a memória de luta pela democracia e conquistas sociais, construindo identidade discursiva em conjunto com o interlocutor, de modo a apagar discursos anteriores contrários à ideologia que defende nesse momento (11), como podemos observar:

- (10) Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer (...) Acusam-me de ter editado seis decretos de suplementação, seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas em lei. Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão. Acusam-me de atrasar pagamentos do Plano Safra. É falso. Nada determinei a respeito.
- (11) A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta pela democracia não tem data para terminar. A luta contra o golpe é longa. É uma luta que pode ser vencida e nós vamos vencer. Esta vitória, esta vitória depende de todos nós.

Dessa forma, observamos que há interação entre as formações interdiscursivas, construindo a identidade na relação com o outro. Portanto, o discurso é um trabalho de outros discursos, objetivando na construção de sentido, que se estabelece no intervalo entre as posições enunciativas. Assim, permite que

“os sujeitos partilhem do mesmo discurso, ‘falem da mesma coisa’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 121), como observado no discurso aos manifestantes. A partir de situações e posicionamentos semelhantes aos dos interlocutores, Dilma constrói uma relação de identificação com seu público (12), a fim de manter a identidade discursiva como política a defesa da democracia, com apoio popular, como vemos:

- (12) Honrei as mulheres deste país. As mulheres que são determinadas, esforçadas, trabalhadoras, que vivem em seu cotidiano desafiando todas as dificuldades. As mulheres mães, que hoje querem sua independência, sua autonomia, o controle de si mesmas. Essas mulheres, tenho a consciência que as honrei. Porque nós mulheres temos algo em comum. Nós mulheres somos dignas. Assim como todas as mulheres eu enfrentei desafios.

Nessa situação de comunicação, “o discurso só pode relacionar-se com o Outro do espaço discursivo através do simulacro que dele constrói” (MAINGUENEAU, 1997, p. 122). Assim, o discurso estabelece sua identidade a partir da relação com os outros discursos formadores, podendo atribuir ao outro a posição negativa/contrária ao que deseja proferir. Maingueneau (1997) justifica tal escolha discursiva:

Tomar um discurso à parte, considerá-lo como adversário, responder a um ataque, são gestos que tem consequências consideráveis e não podemos negligenciar sua eficácia (...) O dialogismo constitutivo define as condições de possibilidade de uma formação discursiva no interior de um espaço discursivo, enquanto o dialogismo mostrado diz respeito à interdiscursividade manifestada (p. 123).

É dessa maneira que se instaura a relação polêmica entre os discursos, já que se apresenta em conflito com diversas instâncias discursivas, como a midiática e de oposição. Ao mesmo tempo em que responde a outros discursos, o enunciado de Dilma também cria a sua própria identidade discursiva, ainda mais visível no discurso aos manifestantes, onde repete informações e posicionamentos, muitas vezes retomando ao próprio discurso proferido aos jornalistas minutos antes.

Maingueneau (1997) acredita que a polêmica presume o compartilhamento do mesmo campo discursivo e que os discursos estão inteiramente imbricados entre si. Para ele, os sujeitos escolhem aquele que mais o representa e se aproxima de suas memórias e formação discursiva em relação ao opositor, posto que as unidades de sentido são construídas através da “rejeição que cada um define sua identidade” (MAINGUENEAU, 1997, p. 122).

Como vimos, o enunciado produz sentido, carrega emoções e é sempre dialógico. Portanto, seguindo o pensamento Bakhtiniano, o sujeito não é assujeitado, sendo o dialogismo “o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação” (FIORIN, 2006, p.55). Como o sujeito está sempre em relação ao outro, a partir do dialogismo, ele vai se construindo com base no conjunto discursivo que o circunda e o forma. Como resultado, cada um constrói uma história particular do modo interior, sofrendo forte influência das vozes constitutivas. Sendo assim, os enunciados tornam-se ideológicos, como exemplificado no discurso aos manifestantes. Dilma usa sua voz de autoridade, construída historicamente, para transmitir sua ideologia a partir do discurso de identificação com o seu público, a fim de conquistar aliados e deslegitimar os discursos que circundavam a sociedade no momento favorável ao *impeachment* (FIORIN, 2006).

Na instância política, o sujeito tem poder de decisão e de manipulação, inscritos no “poder de fazer” e “poder de fazer pensar”, buscando legitimidade para se manter como autoridade. Charaudeau (2006) sinaliza que, dentre as características do discurso político, ele pode “justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade” (p. 56), ao mesmo tempo em que critica os adversários, reforçando sua posição, e contar com o consenso social a fim de conquistar apoio da população.

Tais características estão presentes e mais visíveis quando Dilma retoma ao resultado das eleições para se legitimar como presidenta eleita, acusa adversários de estarem envolvidos no processo de *impeachment* para atender interesses próprios vingativos e se torna como parte da manifestação ao apresentar pontos em comum com a população, de modo a conquistar mais apoio na luta pela permanência no governo (13).

- (13) O que está em jogo nesse golpe é a democracia é a nossa Constituição. Uma democracia feita com a resistência de milhões de brasileiros. Mas o que está também em jogo nesse golpe é todas as conquistas que tivemos nos últimos 13 anos desde o Governo do presidente Lula. Todas as conquistas, e as conquistas foram muitas, foram a elevação dos mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, o jovem chegando à universidade, foi o pré-sal, e tantas outras coisas”.

Em uma democracia como a brasileira, o governo é eleito por votação através da eleição direta, construindo a legitimidade por mandato. Nesse processo eleitoral, muitas vezes o que ajuda na vitória do político é mais sua imagem do que o programa político. Assim, a massa se une e se identifica por discursos simples que promovam maior adesão a partir de pontos que estão presentes em suas crenças pessoais (CHARAUDEAU, 2006). Dessa forma, o político se torna representação simbólica de uma relação entre o indivíduo e o coletivo, tanto no eleitor, que se identifica com a história do candidato, quanto do político, que deve retribuir ao público essa identidade criada, de modo a convencer o público a aderir a seus valores.

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder (...) Nessas condições, compreende-se que o que caracteriza essa identidade discursiva seja um *Eu-nós*, uma identidade do singular-coletivo. O político (...) é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um Terceiro, enunciador de um ideal social (CHARAUDEAU, 2006, p. 79-80).

Como vimos anteriormente, quando Dilma Rousseff se dirige aos manifestantes, essa relação se torna mais evidente. Ao se colocar como parte integrante do público ao qual se dirige, a presidenta afastada se apropria da estratégia de identidade, portando-se como porta voz daqueles manifestantes que esperavam seu posicionamento. Ao mesmo tempo, não deixa de ser um discurso político carregado de ideologia, colocando-se também como sujeito parte desse discurso.

Mas para que tal enunciado ganhe força e adesão, é preciso trabalhar a imagem de si no discurso de identidade. Os governados esperam uma imagem simbólica forte do governante, onde ele represente o todo a partir da expectativa que se constrói sob determinada circunstância. Quando essa expectativa é suprida,

consegue-se êxito na finalidade discursiva com a adesão participativa, incitada e fomentada pelo discurso de identidade. (CHARAUDEAU, 2006).

Uma estratégia bastante comum e eficiente para que se obtenha tal resultado é a dramatização do discurso, já que o objetivo é atrair o interlocutor. Para isso, Charaudeau (2006) elenca três fatores que contribuem para o efeito emocional do público: a natureza do universo de crença ao qual ele remete, a encenação discursiva e o posicionamento do público. Combinando esses fatores, o locutor prepara seu enunciado com base nos efeitos que deseja produzir, tomando o discurso como universal e particular, de forma simultânea. Dessa maneira, a adesão ao orador se dá a partir da imagem encenada, culminando na identificação entre locutor e interlocutor, como observado no discurso de Dilma aos manifestantes, tanto em seu enunciado, quanto na reação calorosa do público, que interpela o discurso com palmas e gritos de apoio enquanto ele é proferido.

4 Apontamentos finais

Para a análise de discursos políticos, deve-se levar em consideração o contexto no qual ele foi criado, o meio em que está sendo proferido, para qual público ele se destina e a finalidade dele. Todos esses aspectos procuraram ser levantados neste artigo, resgatando conceitos fundamentais na Análise do Discurso, como o dialogismo e interdiscurso.

Os discursos de Dilma Rousseff são inteiramente dialógicos, pois se estabelecem em relação a discursos anteriores. Carregado de emoção, o enunciado produz sentidos que buscam refutar enunciados anteriores, funcionando como réplica para o superdestinatário dos discursos que demandaram e influenciaram na sua produção. O discurso é, então, bivocal, apresentando discurso alheio não-demarcado, através da polêmica velada, já que retoma posicionamentos de forma subentendida. Mas, por vezes, pode se apresentar como polêmica clara, como no discurso aos manifestantes, já que se construiu de maneira mais informal a fim de identificação com o seu público, demarcando a rivalidade com outros atores políticos.

Nesse aspecto, é importante considerar a língua como reflexo das relações sociais dos falantes (BAKHTIN, 1992), característica visível na diferença entre os dois discursos analisados. O discurso aos jornalistas, com tom formal e de afastamento, apresenta sinais da norma culta, atenta a discursos orientados. Já na fala aos manifestantes, há maior presença de identificação com o público, com forte linguagem informal, com marcas da oralidade, a fim de aproximar mais com a realidade linguístico-social do público.

Segundo Charaudeau (2010), os discursos estão inscritos em uma Situação Global de Comunicação. O autor exemplifica com o discurso político, caracterizado em quatro instâncias (política, adversária, cidadã e midiática), com uma finalidade discursiva, em um domínio macro-temático. Cada item pode ser representado e estudado em ambos os discursos em análise.

A situação política é o *impeachment* de Dilma, logo, o discurso foi preparado dentro desse contexto, portando-se como presidenta afastada. A instância adversária pode ser percebida sempre que ela retoma discursos anteriores ou trata diretamente dos interesses pessoais de seus adversários para que tal situação ocorresse _ ainda mais evidente no discurso aos manifestantes. Nesse discurso também está forte a presença da instância cidadã, já que ela se identifica com os manifestantes, reforçando a identidade de luta entre os sujeitos participantes da comunicação. Em ambos os discursos, que foram televisionados e noticiados em todas as mídias, está inserida a instância midiática, porém, no pronunciamento aos jornalistas, isso se torna mais evidente, uma vez que se dirige diretamente à imprensa.

A finalidade discursiva do primeiro discurso é a defesa contra as acusações às quais Dilma está sofrendo, o que culminou em seu *impeachment*. Já quando se dirige aos manifestantes, a finalidade maior é a identificação com a população e a incitação a partilhar projetos de ideias, a fim de ganhar mais apoio contra o seu afastamento, confirmando a valorização de Bakhtin à finalidade que o contexto narrativo pretende alcançar, como parte fundamental na produção discursiva.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, John Langshaw. Performativos e constatativos. In. AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990, p. 21-28.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso de outrem. In. BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, SP: Editora Huciteg, 6ª edição, 1992, p. 144-157.
- CHARAUDEAU, Patrick. As condições do discurso político: contratos e estratégias. In. CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 49-109.
- CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre a situação de comunicação e estratégias de individualização. In. CHARAUDEAU, Patrick. **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica linguística. In. DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 13-29.
- FIORIN, José Luiz. O dialogismo. In. FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006, p. 18-59.
- LEVINSON, Stephen C. Os atos de fala. In. LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007, p. 287-308.
- MAINGUENEAU, Dominique. Do discurso ao interdiscurso. In. MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997, p. 111-124.
- MAINGUENEAU, Dominique. O ethos. In. MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 95-103.

Página intencionalmente deixada em branco

O funcionamento do *antiethos* no discurso político eleitoral presidencial brasileiro

Maria Célia Cortêz PASSETTI (UEM)

mccpassetti@uem.br

Resumo: Com o objetivo de mostrar sob quais modos de funcionamento pode ocorrer a produção de *antiethos* no Discurso Político Eleitoral (DPE), em que a instância adversária se põe de forma constitutiva, resgatamos alguns avanços teóricos na concepção discursiva do *ethos* e situamos sua problemática em relação às coerções da cena enunciativa. O corpus é formado por recortes de seqüências discursivas extraídas de propagandas eleitorais televisivas nas campanhas das eleições presidenciais brasileiras de 2010 e 2014, nas quais estiveram envolvidos os sujeitos políticos Dilma Rousseff (DR), do Partido dos Trabalhadores, como candidata da situação em 2010 e 2014 e José Serra e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira, respectivamente em 2010 e 2014, como candidatos da oposição. Concluimos que no discurso político eleitoral simultaneamente à produção do *ethos* podem se dar dois tipos diferentes de *antiethos*: o primeiro, ligado às coerções da Formação Discursiva (FD), tem como alvo o adversário político e colabora na construção e fixação do próprio *ethos* do sujeito candidato; já o segundo, só ocorre em casos de falha no ritual discursivo da propaganda televisiva e leva a construção de *antiethos* para o próprio sujeito candidato.

Palavras-chave: (Anti)ethos; Discurso político; Eleições presidenciais; Propaganda televisiva; Sujeitos políticos brasileiros.

Abstract: In order to show through which operating modes the production of *antiethos* occurs in the political discourse during elections, we draw on theoretical developments of the discursive conception of *ethos* and place it in relation to the scene of enunciation coercions. The *corpus* is composed by excerpts from discursive sequences extracted from television political campaigns concerning the 2010 and 2014 presidential elections. In these elections, Dilma Rousseff, from the Worker's Party (PT), was the continuation candidate, and José Serra and Aécio Neves, from the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), were, respectively, the opposition candidates. We concluded that there may occur two different types of *antiethos* concomitant to the production of *ethos* in this discourse: the first, linked to the coercions of the discursive formation, has as target the political adversary and contributes to the construction and the fixation of the subject candidates own *ethos*; the second one only occurs when there is a failure in the discursive rite of television campaign and brings the construction of the *antiethos* to the subject candidates themselves.

Keywords: (Anti)ethos; Political discourse; Presidential election; Television campaign; Brazilian political subjects.

1 Introdução

A proposta deste trabalho é mostrar o funcionamento do *antiethos* no Discurso Político Eleitoral (DPE) brasileiro, em que a instância adversária (CHARAUDEAU, 2006) se põe, em nosso ver, de forma constitutiva, mostrando as implicações das coerções da cena enunciativa no processo de produção do *ethos* e do *antiethos*.

A observação do funcionamento enunciativo-discursivo dos sujeitos políticos envolvidos na cena da comunicação política, cujo objetivo consiste em influenciar opiniões com o propósito de obter adesões, rejeições ou consensos em torno de relações de poder, justifica-se, pois, os resultados das urnas, que levarão os sujeitos políticos ao poder, dependem em grande medida da imagem construída para os sujeitos políticos e para seus adversários nos discursos propagandísticos de campanha.

Dessa forma questionamos sob quais modos de funcionamento pode ocorrer a produção de *antiethos* no DPE e de que forma ele teria que ser formulado para se constituir enquanto tal, sem se confundir com algum outro elemento do jogo imaginário proposto por Pêcheux (1997). Essas indagações nos levaram a questionar também se o analista poderia se ater à concepção de *ethos* restrita ao discurso do sujeito enunciador ou se seria preciso considerar que o sujeito do discurso, pelo menos em alguns gêneros, não só fala como se deixa falar ou é falado por outras pessoas que reforçam o seu (anti) *ethos* ou o (anti)*ethos* do adversário político.

Partindo dos princípios discursivos ensinados por Pêcheux e Fuchs (1975) no tocante às relações imaginárias, e considerando os avanços teóricos na concepção discursiva do *ethos* (MAINGUENEAU, 1995, 1997, 2001, 2005, 2006, 2008a, 2008b, 2010 e 2014), mostramos a necessidade de situar sua problemática, também como o faz Maingueneau, em relação às coerções da cena enunciativa e procuramos destacar a necessidade de se trabalhar com todo o processo discursivo imaginário centrado no “eu”, mas voltado para as relações de alteridade possíveis em cada cena enunciativa, para se chegar ao *ethos* como produto resultante dessa cena, em âmbito textual-discursivo.

Assim, a nossa hipótese é a de que o enunciador sofra determinações sócio históricas da formação discursivo-ideológica na qual se encontre filiado, mas também do gênero e do processo interativo por este permitido, não sendo levado, pois, somente por vontades pessoais ou por questões de cada conjuntura política. A identificação do *ethos* e do *antiethos* no DPE não depende só do que o sujeito formule, mas também do que as cenas tipológicas e certos gêneros e processos interativos permitem que se digam dele e de seu adversário no conjunto da cena enunciativa.

Partindo do arquivo das campanhas eleitorais presidenciais brasileiras de 2010 e de 2014¹, com as gravações e transcrições da propaganda eleitoral televisiva, exibidas no horário gratuito, construímos o *corpus* com recortes de sequências discursivas (SDs) com funcionamentos construtores de imagens, nas quais estiveram envolvidos os sujeitos políticos Dilma Rousseff (DR), do Partido dos Trabalhadores, como candidata da situação, tendo por opositores em 2010 José Serra e em 2014, Aécio Neves, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Iniciamos com a cena tipológica e genérica com que trabalhamos, e, na sequência, recuperamos o conceito e as relações entre *ethos* e *antiethos*, para podermos mostrar os dois modos de produção de *antiethos*, no DPE brasileiro das duas últimas eleições presidenciais. Nesse sentido, são apresentadas apenas SDs dos candidatos de oposição, que nos permitiram demonstrar esses dois modos e nos fizeram levantar algumas implicações da cena enunciativa no processo de reconhecimento do (*anti*) *ethos* por parte do telespectador/eleitor, para ao final, propor algumas reflexões aos analistas de discurso.

2 Cena tipológica e genérica: o discurso político na propaganda eleitoral gratuita brasileira

A pressão das mídias audiovisuais e a da publicidade sobre as condições do exercício da palavra publicamente proferida, segundo Maingueneau (2008b, p. 11), fundamentam o interesse crescente pelo *ethos* enquanto imagem de si que o sujeito político projeta na enunciação midiática. Mutações já estudadas por Courtine (2006, p. 50) quando diferencia a “[...] a comunicação política [em um] comício que reúne uma multidão em torno de um orador e quando essa comunicação toma forma de shows televisivos, aos quais cada um assiste em domicílio”.

Ao trabalhar com o discurso político, e com a proposta classificatória de Charaudeau (2006) em torno do *ethos* no discurso político (*ethos* de identificação e de credibilidade, basicamente) surgiu a necessidade de compreendermos melhor as regras de formação do discurso político eleitoral, tão importante em um país como o Brasil, cuja democracia representativa vem perdendo a credibilidade dos sujeitos na instância cidadã.

Como o discurso político, segundo Charaudeau (2006, p.94) “tende mais a incitar a opinião do que a argumentar”, tratando-se menos de “estabelecer uma verdade racional do que de procurar transformar (ou reforçar) opiniões impregnadas de emoção, mediante a construção identitária dos atores do mundo político”, a questão do *ethos* surge como um dos planos do sistema semântico global (SSG) da FD política. Ou seja, o plano do enunciador e de seus modos de enunciação, conforme Maingueneau (2008a)

¹ Agradecemos a participação dos pesquisadores colaboradores do grupo de estudos políticos e midiáticos – Gepomi/CNPq-UEM na construção desses arquivos, e em pesquisas em torno do *ethos*, a quais nos ajudaram a amadurecer as reflexões aqui propostas, em especial à Raquel de Freitas Arcine, que estudou o (*anti*) *ethos* de José Serra nas eleições de 2010.

Tomamos o discurso político como ato de comunicação e priorizamos a observação do funcionamento enunciativo-discursivo dos sujeitos políticos envolvidos na cena da comunicação política, cujo objetivo consiste em influenciar opiniões com o propósito de obter adesões, rejeições ou consensos.

O discurso político visto como ato de comunicação envolve as três instâncias apontadas por Charaudeau (2006): a instância política, que reúne os sujeitos com o “poder de fazer” e de “fazer pensar” em lugar de governança ou na oposição adversária em luta por esse mesmo poder; a instância cidadã, responsável pela escolha dos representantes do poder; e a instância midiática, que é o elo que une as duas outras por meio de diferentes modos de mediação.

No DPE, o político deve fazer crer por persuasão ou sedução ao eleitor que ele será beneficiário do seu próprio ato, uma vez que votar é participar ativamente do processo cívico das eleições. Por isso, o candidato político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito, nas palavras de Charaudeau (2006, p. 46) “os valores de *ethos* e do *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade”.

Comungamos da posição de Rubim (2000), para quem o deslocamento da campanha política tradicional de rua para as campanhas atuais, no Brasil, ainda bastante centradas no televisivo, deve ser pensado como adequação da política à nova situação de uma sociabilidade, que é estruturada e ambientada pela mídia, incluindo-se cada vez mais a digital.

Nessa perspectiva, a televisão tornou-se um dos objetos atrativos para os profissionais do marketing eleitoral, enquanto “uma estratégia voltada para o eleitor, com o objetivo de fazer o partido ou candidato vencer uma determinada eleição” (GOMES, 2004, p. 24).

A propaganda eleitoral televisiva, no Brasil, pelo poder massificador da TV e por sua inserção no rádio, ainda hoje, mesmo diante do avanço da internet, recebe especial atenção das equipes de marketing.

Das mensagens de campanha que constituem o núcleo dos programas do horário eleitoral (cf. Albuquerque, 1999), interessa-nos aprofundar o processo de construção da imagem dos candidatos e os ataques aos adversários, pelo viés discursivo do *ethos* e do *antiethos*.

Em relação aos personagens que tomam parte da disputa eleitoral, de acordo com o autor, primeiramente, a ênfase incide sobre os candidatos. Albuquerque (1999) identifica quatro tipos de interlocução entre os candidatos e os eleitores: a) o candidato dirige-se diretamente ao telespectador; b) o candidato conversa com um indivíduo ou um pequeno grupo; c) o candidato discursa para um grande público; d) o candidato interpela um adversário. Como segundo personagem, o autor menciona o narrador em *off*, que admite o emprego de um maior número de imagens. Outros personagens que o autor cita e que fazem parte da disputa são os aliados, os adversários, o sujeito noticioso (que atua em reportagens), os personagens ficcionais e os populares. Portanto, a inserção de diferentes cenografias ditadas por subgêneros e diferentes

processos interativos com o EU enunciador complexifica a imagem de si do sujeito político e cobra de nós analistas que busquemos explicitar, teórica e analiticamente, todo esse processo.

A propaganda televisiva no HGPE, veiculada por todo o vasto território brasileiro, permite a inserção de várias cenografias na construção do *ethos* e é previamente preparado por uma equipe de marketing político. Nela, o embate entre os candidatos e a construção de *ethos* e de *antiethos* tende a ser menos agressiva que em um debate, por exemplo, mas nem sempre isso se dá. Quando comparamos a construção de *éthé* e *antiéthé* por DR, na campanha de 2010, por exemplo, foi possível perceber muito mais *ethos* do que *antiethos* para seu adversário. A desconstrução do adversário, aparecia na voz de outros enunciadores que não a candidata, geralmente em tom de comparação, em que o adversário era colocado como representante de um passado significado como retrocesso, já que Lula teria iniciado a mudança e DR era quem teria condições de seguir mudando. Nesses casos, não temos a produção de *antiethos*, já que o adversário é alçado à condição de referente (R) produzindo outro jogo imaginário em que o locutor/enunciador (A) não é mais o sujeito candidato. Na campanha de 2014, a disputa foi mais acirrada, e a construção de *éthé* e de *antiéthé* se deu de forma mais direta e agressiva, o que culminou em um tom de ódio e intolerância, principalmente da parte do candidato de oposição, que precisava se marcar como representante da mudança “de verdade”. Por isso, houve muita inserção das cenas do debate dentro do próprio HGPE.

Apesar das coerções jurídicas,² que o sistema eleitoral pode impor em cada campanha, a tendência é a produção de *antiethos* de forma simultânea à construção de seu próprio *ethos*, o que lhe dá um caráter geralmente implícito, o qual é reforçado de forma mais direta por outros enunciadores que tendem a dizer o que o sujeito no lugar discursivo de candidato não pode/não deve dizer. O papel dos sujeitos testemunhas é o de fixação do *ethos* do sujeito político e do *antiethos* para seu adversário.

Repetindo o cenário que vinha ocorrendo desde 2002, as eleições de 2010 e de 2014 permaneceram polarizadas entre PT e PSDB. Apesar das diferenças partidárias, os dois principais candidatos da oposição, José Serra (JS) e Aécio Neves (AN), disputaram com Dilma do PT. No segundo turno, os opositores visavam sempre a busca de apoios dos eleitores dos candidatos derrotados, bem como conseguir o voto dos eleitores indeciso ou que votam branco e/ou nulo.

Na campanha eleitoral de 2010, JS falava de um lugar discursivo conflituoso e paradoxal, e construiu sua imagem através de um espaço discursivo limitado, no qual o maior obstáculo era a popularidade do governo Lula, que apresentou aos telespectadores/eleitores brasileiros uma candidata mulher, pouco conhecida, mas que tinha seu apoio e era cotada como herdeira de um governo que apresentava recordes

² No período da ditadura brasileira, por exemplo, era permitida a veiculação apenas de nomes e números dos candidatos a cargos eletivos, porém não suas ideias. Foi com a redemocratização, na eleição de 1989, que a TV ganhou realmente importância como veículo para as campanhas eleitorais brasileiras.

de aprovação popular. Assim, ela se apresentou em seus programas como a única opção de continuidade de um governo que estava dando certo. Dessa maneira, JS teve problemas em assumir seu lugar. Mesmo sendo candidato da oposição, ligado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, discursivamente ele evitou se colocar nesse lugar social, preferindo, em muitas cenas enunciativas, ocupar um lugar discursivo de defensor e continuador da política adotada por Lula.

Já na campanha de 2014, AN se colocava explicitamente como o candidato da oposição³, da mudança (*A mudança é Aécio*) e fez um segundo turno bastante agressivo, utilizando muitas cenas dos debates nos quais interpelava diretamente a candidata adversária e lhe fazia duras críticas ao seu governo principalmente pela volta da inflação e pelas denúncias de corrupção na Petrobrás. Enquanto DR propunha “frear a corrupção”, AN partia para as denúncias. O candidato atribuía a responsabilidade sobre os desvios e escândalos de corrupção para a candidata petista e fundamentou sua articulação sobre as denúncias, o envolvimento de grupos do poder, do PT, cujo descompromisso, avalizaria a corrupção.

3 Das relações contraditórias entre o *ethos* e o *antiethos* no DPE

Como diz Maingueneau (2006, p. 52), “o *ethos* teve que esperar os anos 80 para ocupar um lugar na reflexão sobre o discurso” Seu retorno está em consonância com o domínio das mídias audiovisuais, por terem deslocado o centro de interesse das doutrinas e dos aparelhos que lhes estavam ligados para a apresentação de si, para o chamado “look”.

Sem deixar de destacar a importância da obra de Amossy (2005) para uma visão sob diferentes perspectivas do *ethos*, interessa-nos tratá-lo apenas sob o viés discursivo e, nesse sentido, as referências aos vários textos de Maingueneau sobre esse conceito serão tomadas aqui como já dadas e consolidadas, o que não nos desobrigou de retomar, mesmo que muito sucintamente, algumas observações importantes que esse autor destaca e com as quais também comungamos.

Por exemplo, a de que na perspectiva da análise do discurso, não podemos, como a retórica tradicional, “fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência”. Maingueneau (2005, p. 75)

Nesse sentido, ao explicar o *ethos* no discurso literário, ele nos lembra que

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não *diz* que é simples ou honesto, *mostra-o* por sua maneira de exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’,

³ Em 2014, ser candidato da oposição era posicionar-se não apenas como candidato de um partido, no caso o PSDB, mas como representante de todos que “queriam a mudança”, no sentido da troca do governo petista.

(apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui (MAINGUENEAU, 1995, p. 138).

Enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação. Esse quadro é construído pela cena da enunciação que, conforme o autor, associa três cenas de fala: a englobante, a cena genérica e a cenografia (MAINGUENEAU, 2006, p. 67).

Maingueneau (2001, p.87) explica que as cenas englobante e genérica definem o quadro cênico do texto. “É ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido”, embora não seja com ele que o leitor se confronta, mas com uma cenografia. Esta não é um cenário dado pronto para receber um discurso, “assim como não é “um quadro, um ambiente, como se o discurso ocorresse em um espaço já construído e independente do discurso, mas aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2006, p. 68). Portanto, a cenografia e o discurso se constroem e se constituem mutuamente, produzindo, inevitavelmente, um *ethos* do sujeito que toma a palavra.

Em nossas análises consideramos, conforme Maingueneau (2008a), a articulação da noção de *ethos* às noções de tom, caráter e corporalidade. O tom está relacionado à voz, à oralidade, ao ritmo e sustenta-se sobre uma figura dupla estreitamente relacionada e que são inseparáveis, o caráter (*ethos*) e a corporalidade (MAINGUENEAU, 2008a). O autor afirma que “o que é dito e o tom como é dito são igualmente importantes e inseparáveis”. Os efeitos que uma visão retórica diria que o enunciador pretenderia produzir sobre seu auditório, na visão discursiva são vistos como imposto “àquele que, no interior de uma FD, ocupa um lugar de enunciação, dela fazendo parte integrante, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade” (MAINGUENEAU, 1997 p. 45).

A construção e a validação do *ethos* durante o ato enunciativo implicam convencer que o *ethos* construído para aquele ato de fala específico é incontestavelmente o necessário. Esse reconhecimento e validação do *ethos* só são obtidos, por outro lado, pela própria emergência e desenvolvimento do discurso proferido, no qual o *ethos* tem efetivada sua especificação e validação. Maingueneau (1997, p. 48) explica, ainda, que o coenunciador interpelado “não é apenas um indivíduo para quem se propõem ‘ideias’ que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de uma ‘maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido”. Diante disso, é relevante abordar a interação que ocorre entre um *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo, que se divide em um *ethos* mostrado e um *ethos* dito, resultando em um *ethos* efetivo, o qual, se constitui dessa imbricação e da associação de estereótipos em circulação em determinada cultura e em determinado momento histórico.

Enfim, poderíamos dizer que, quer seja explicando, problematizando o *ethos* (Maingueneau, 2006) analisando-o em um dado gênero (MAINGUENEAU, 2010) ou mesmo fazendo um retorno crítico sobre ele (MAINGUENEAU, 2014), muito já disse a respeito desse conceito em várias de suas obras, mas o conceito de

antiethos não foi da mesma forma desenvolvido. Ele aparece inicialmente em “O contexto da obra literária” de Maingueneau (1995) e está ligado a uma figura que representa o oposto de um *ethos*, funcionando como um “antiespelho”. O *antiethos* se constitui na problemática “da distância entre o *ethos* que o texto, em sua enunciação, pretende que seja elaborado por seus destinatários e aquele que estes querem efetivamente elaborar, em função de sua identidade ou das situações em que se encontram” (MAINGUENEAU, 2006, p. 65).

A questão que nos colocamos é que funcionando como um antiespelho sempre estaria a depender do espelho, ou seja, o *antiethos* não poderia ocorrer separado do *ethos*, sob pena de tratar-se de um outro ponto da relação complexa do jogo imaginário, qual seja o da produção de uma imagem do referente ou do próprio interlocutor, como já previa Pêcheux (1997).

Quando se fala em *antiethos* vem à mente a noção contrária de *ethos*, mas levando o conceito de *antiethos* de Maingueneau à risca, se o sujeito transforma o adversário em objeto de seu discurso, mesmo produzindo uma imagem negativa dele, esta imagem não poderia ser entendida como um *antiethos*, pois para funcionar como tal essa construção deveria ser simultânea (sob a forma do espelho) à produção do *ethos*. Dessa forma, propomos entender o *antiethos* como a imagem negativa de um outro (sujeito) construída de forma simultânea por um sujeito enunciador no momento que produz seu *ethos* em um dado discurso, a partir das coerções impostas pela cena enunciativa.

Como mostraremos nas análises do DPE, o adversário, é sempre o outro constitutivo do discurso do sujeito político candidato, o qual precisa necessariamente ser negativizado para que melhor se positive o sujeito enunciador que com ele disputa o voto do eleitorado.

Cabe pensar ainda nas coerções da cena genérica. A propaganda político-eleitoral televisiva, por exemplo, interdita *antiethos* para si e exige *antiethos* para o adversário, principalmente no segundo turno, quando este se constitui pelo enfrentamento de apenas dois candidatos. Entretanto, como explicar, então, o surgimento, ainda que raro, de *antiethos* para si mesmo? Até que ponto a injunção à desconstrução do adversário pela formação discursiva política eleitoral (FDPE) pode ser levada pelo sujeito político sem colocar o seu próprio *ethos* em risco?

Em função dessas questões, objetivamos mostrar o funcionamento contraditório do *antiethos* nesse gênero, recortando-se sequências discursivas (SDs) extraídas do HGPE/TV de José Serra (JS), em 2010 e de Aécio Neves (AN) em 2014, nas quais esses processos se instauram. Para isso, tomamos por base os princípios discursivos pecheutianos de sentido e de sujeito (Pêcheux 1995) e os aplicamos as noções maingueneanas de *ethos* e *antiethos*, entendendo-os como uma das possibilidades do complexo jogo imagético já proposto por Pêcheux (1997) centrado na figura do EU enunciador.

O sujeito político sofre, ao longo de sua campanha eleitoral, a desconstrução de sua formação discursiva, porém, ao mesmo tempo se constrói pela desconstrução do seu Outro, estratégia esta essencial

num contexto de segundo turno como o de nossa pesquisa, já que nesse período se confrontam duas formações discursivas (FDs) em relação polêmica com duas posições-sujeito antagônicas, conforme mostramos em Passetti (2011)

No funcionamento dirigido pelo sistema semântico global das FDs político-eleitorais, o *antiethos* insere-se na própria dramaturgia política, quando o sujeito cria imaginariamente uma situação de caos/problema para a qual ele propõe *ethos* positivos a sua pessoa para se firmar como o “salvador da pátria”, enquanto a seu adversário precisam ser imputados *antiethos* que lhe configurem como o causador da situação crítica discursivamente construída.

Conforme proposta por Charaudeau (2006, p. 91), o discurso de um determinado sujeito político que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adversário, insiste mais particularmente na desordem social do qual o eleitor é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário, e na solução salvadora que o político utiliza para sustentar seu discurso, que consiste em propor medidas para reparar o mal existente.

Para se destacar mais que seu adversário, ser mais votado e, conseqüentemente, obter vitória nas urnas, precisa não só construir um *ethos* ou uma imagem de si que inspire confiança, admiração, que partilhe dos mesmos ideais do eleitor, mas também desqualificar o adversário, mostrando quais efeitos negativos a vitória deste implicaria para o eleitor⁴. A figura do adversário, nessas condições de produção, passa a ser constitutiva de sua formação discursiva e, assim o sendo, leva-nos a postular que o adversário em seu discurso é seu Outro constitutivo. Mas como se daria a compreensão do *antiethos* nesse tipo de Discurso?

Concordamos com o princípio de Maingueneau (2008a) de que o *ethos* é uma das dimensões do sistema semântico global de uma FD, logo, o *antiethos* também o seria, oferecendo ao coenunciador modelos de comportamento que deveriam ser rechaçados, por se oporem ao *ethos* do sujeito.

De modo geral, estamos propondo compreender o *antiethos* como a imagem negativa produzida simultaneamente à construção do *ethos* por um dado sujeito enunciador dentro das coerções de uma cena enunciativa específica. No caso da FDPE, trata-se do funcionamento da imagem que o enunciador deve construir para seu adversário para melhor fixar seu *ethos* perante seu destinatário. No caso sob análise, quando o sujeito político diz “sou X”, simultaneamente é como se ele dissesse: “não sou Y”, de modo que simultaneamente à produção de seu *ethos*, o enunciador produzirá um *antiethos* para seu adversário, e é esta correlação que se apresenta ao eleitor para a incorporação do *ethos*.

Já para explicar a possibilidade de produção de um *antiethos* para o próprio sujeito político em um gênero propagandístico eleitoral, recorreremos à visão psicanalítica do discurso, já prevista por Pêcheux (2008) ao falar sobre o não controle do sentido pelo sujeito, sobre a possibilidade de falha da língua, enfim sobre a

⁴ Em nosso ver, é dessa relação que surge um tema próprio ao DPE que é o discurso do medo. Se o candidato é de situação, o medo é o do retorno ao passado; se é da oposição, o medo é o das conseqüências para o futuro.

metáfora como princípio fundante do sentido do discurso. Assim, um segundo movimento de nosso percurso analítico será para mostrar que mesmo sob as coerções de um dado quadro cênico, é possível haver espaço para derivas de efeito de sentidos negativos não planejados ou desejados, no caso sob análise, pela equipe de marketing, que trabalha sob a ilusão da possibilidade de fechamento ou direcionamento dos sentidos aos efeitos visados por sua instância comunicativa.

Sempre em menor ocorrência, devido as coerções genéricas conforme demonstramos em Passetti e Mesti (2011), o surgimento desse *antiethos* não é fácil de ser detectado e exige do analista um trabalho nos moldes pecheutianos com o dito e não dito, com o pré-construído⁵, além da consideração das condições de produção e da instância receptora, que, ao final, é quem produz a leitura não prevista ou desejada a partir das brechas deixadas de forma inconsciente pelo sujeito político. Mostraremos, então, alguns pontos da materialidade discursiva em que pudemos perceber essas brechas para que o telespectador/eleitor pudesse construir um *antiethos* para (JS) e (AN) a partir de seu próprio discurso, ou até pela junção dos reforços desse *antiethos* em outras partes do programa, porque, cabe lembrar, estamos propondo conceber o *ethos* como um produto final de todo o HGPE/TV, pois a propaganda como um todo trabalha a imagem do sujeito candidato com todos os recursos que a retórica midiaticizada na televisão pode oferecer.

4 O primeiro modo de funcionamento do *antiethos*: O discurso-Outro do adversário

O primeiro e mais comum e recorrente modo de funcionamento do *antiethos* se dá pela construção simultânea de *ethos* para si mesmo e *antiethos* para o adversário, geralmente de forma indireta ou sob a forma de simulacro do discurso-Outro do adversário ou até mesmo de seu silenciamento. Exemplificamos primeiramente com JS na campanha de 2010:

- (1) Como presidente, eu vou fortalecer as empresas públicas brasileiras. Eu vou fortalecer a Petrobrás, aliás, eu luto pela Petrobrás desde que era líder estudantil, aos 21 anos. Eu vou fortalecer o Banco do Brasil, [...]. Eu vou impedir que essas empresas continuem sendo usadas para interesses particulares, privados ou de partidos e turmas de políticos. Eu vou impedir o loteamento de cargos que sempre acabam em corrupção. Com o Brasil, aliás, vi acontecer nos últimos anos. E agora, com os Correios. Eu vou prestigiar os funcionários concursados e de carreira dessas empresas. É isso que eu vou fazer: acabar com a corrupção e impedir que gente sem escrúpulos avance sobre a riqueza que é de todos os brasileiros (HGPE/TV de JS em 15/10/2010).

Nesta SD observamos que o sujeito JS constrói seu *ethos* de defensor das estatais brasileiras e de lutador contra a corrupção. A construção desse *ethos* se faz necessária dado a um *ethos* prévio de privatista que ele e seu partido possuíam, acusados de serem responsáveis por grandes privatizações no país, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, do qual JS era Ministro do Planejamento. Sua formulação projetada, de forma simultânea, com ações no futuro, (vou fortalecer, vou impedir) um *antiethos*

⁵ Pêcheux (1995), com base em Paul Henry, formula o conceito de pré-construído para designar os dizeres formulados anteriormente a uma dada enunciação, mas que, de forma marcada ou não, a sustentam, a tornam possível emergir.

de incompetente para sua adversária, o qual se sustenta pelos pré-construídos de que ela não teria fortalecido as empresas públicas como a Petrobrás, o Banco do Brasil, teria usado essas empresas para interesses particulares e de seu partido, teria loteado cargos etc., não prestigiado os funcionários de carreira (dos correios, por exemplo) e não lutado contra a corrupção. Tema este bastante espetacularizado pela mídia. Confirma-se nesta SD o funcionamento como antiespelho do *antiethos*: JS só precisa fazer porque DR não teria feito, ele pretende ser o que ela não teria sido. É a construção de uma identidade/imagem para um EU em função de uma relação imaginária com o outro, no caso, sua adversária política.

O mesmo funcionamento do *antiethos* ocorre na SD abaixo de AN no HGPE/TV de 2014

- (2) A mudança que eu falo é aquela que dá ao Brasil o que ele mais precisa hoje: um governo que funcione, um governo que seja parceiro e resgate a confiança dos brasileiros no país e no seu próprio futuro, porque quando o governo não funciona, aí as coisas ficam muito mais difíceis. Quando o governo é o problema, a vida de todo mundo vira também problema. A educação, a saúde, a segurança, a inflação, tudo vira problema. O que nós queremos é ter de volta os bons valores que nós sempre tivemos. (HGPE/TV de AN em 09/10/2014)

O modo de construção do enunciado com orações subordinadas adjetivas restritivas (que eu falo) e outras marcadas pelo modo subjuntivo (que funcione, que seja parceiro, que resgate...) marca a produção simultânea de um *ethos* de competente para AN e de um *antiethos* de incompetente para sua adversária DR (seu governo não funcionaria, não seria parceiro do povo brasileiro e os teria feito perder a confiança no futuro). Como em toda sua propaganda, ele firma o slogan de que ele é a mudança, nessa formulação deixa implícito que o seu governo funcionaria e resgataria essa confiança perdida no governo da adversária. Esse *antiethos* para a adversária é implícito via pré-construídos que sustentam a lógica de seus argumentos (Quando é x acontece Y, é evidente que está acontecendo Y, logo é verdade que x). Mesmo que a lógica entre os enunciados possa derivar para falácias, a produção do efeito de evidência sobre o governo da adversária permite que o telespectador eleitor chegue às conclusões por sua equipe de marketing desejadas.

5 O segundo modo de funcionamento do *antiethos*: deriva negativa para si mesmo

Com base em Pêcheux (1995) defendemos a ideia de um segundo modo de funcionamento do *antiethos* que é aquele que surge por algum tipo de falha⁶ no ritual discursivo, fazendo com que, mesmo de forma não desejada ou prevista, o discurso do sujeito enunciativo seja proferido de forma tal, que permita o surgimento de pontos de deriva para interpretação negativa pela instância receptora.

⁶ A produção de linguagem enquanto um ritual ideológico é sujeita à falha e o sujeito e o sentido, produzidos concomitantemente, também estão sujeitos à falha. Como o processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia é falho/contraditório, ele é suscetível ao equívoco da língua na história. O real da língua, conforme essa posição teórica, é atravessado por uma divisão discursiva entre o espaço de manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, escapando a toda norma a priori, de um trabalho do sentido sobre o sem sentido, tomado no lance indefinido de interpretações. E por isto "todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para outro." (PÊCHEUX, 2008, p.25).

Cabe ao analista buscar e descrever, a partir da materialidade significativa, as brechas que podem possibilitar à instância receptora produzir essa imagem negativa para o próprio sujeito político, em sua própria enunciação. Pelas coerções do quadro cênico do HGPE, tais brechas não estariam explícitas e só poderiam aparecer em nível do subentendido, do pré-construído, do não dito, quando consideradas as condições de produção afetas a uma dada enunciação. Assim, passaremos a dar alguns exemplos de possibilidades de produção do *antiethos* por algum tipo de falha no ritual discursivo do HGPE, o que pode se dar pela construção do *ethos* para si ou no modo de construção do *antiethos* para o adversário.

A SD que será inserida a seguir, recortada do HGPE/TV de JS para análise, nos mostra como esse sujeito candidato faz, dentro da dramaturgia política, para enfatizar os problemas da saúde no governo Lula, os quais precisariam de soluções, que seriam dadas por um sujeito candidato que tenta se mostrar competente para tal.

- (3) Tem gente que vive me dizendo: Serra, você está falando muito sobre saúde nesta campanha. Será que isso é assunto para presidente da República? Eu respondo: claro que é, tem que ser. A saúde está ruim em todo o Brasil. Se o próximo presidente não se envolver pessoalmente, se não fizer da saúde uma das suas preocupações principais, não vai melhorar. Não adianta colocar só um ministro. Garantir um atendimento de saúde pública decente tem que ser uma política do Brasil conduzida pelo presidente. É por isso que eu tenho insistido tanto, e com propostas concretas, como a de fazer mais de 150 policlínicas no Brasil, para acabar com as filas de consultas e exames. De fazer hospitais regionais, de fazer a rede Zilda Arns para tratamento de pessoas com deficiência. De fazer a rede pública para tratamento de dependentes de drogas. Tudo isso tem que ser conduzido pelo presidente, que precisa ter propostas e saber como se faz (HGPE/TV de JS em 09/10/2010).

JS inicia seu discurso com a criação de uma cena enunciativa pautada em uma pergunta retórica, para a qual ele mesmo dá a resposta ao telespectador/eleitor, que poderia não estar contente com seus discursos anteriores. Assim, na impossibilidade de negar o que já estava dito nos programas anteriores, JS vê-se obrigado a confirmar que saúde é assunto de presidente (“claro que é, tem que ser”) e passa então a produzir um discurso de justificação, que mesmo não sendo propriamente uma confissão, acaba reforçando a ideia de que efetivamente foram cometidos uma falta, um erro, uma infração” (CHARAUDEAU, 2006, p. 126).

Com isso, podemos dizer que o fato de JS produzir um discurso de justificação já dá indícios de que um *antiethos* de si mesmo (só seria competente na saúde, e incompetente nas outras áreas) poderia estar instaurado no telespectador/eleitor, sob a forma de um pré-construído e que, ter que partir dele para enunciar, é, ao mesmo tempo, admitir esse “*antiethos* prévio” e, em um segundo momento, trazer argumentos que possam positivá-lo.

Ao afirmar que a saúde está ruim em todo Brasil, JS instaura a dramaturgia política mais uma vez, pois conhece muito bem a questão, já que ocupou o cargo de Ministro da Saúde de 1998 a 2002, fazendo com que o telespectador acione da memória coletiva os feitos por ele nesse período. Ao dizer isso, produz o efeito de medo no telespectador/eleitor, pois “se” o presidente que for eleito não fizer “X”, não vai melhorar. No entanto, para melhorar, não adianta fazer “X” (colocar só um ministro), é preciso fazer “Y” (o presidente “tem que” conduzir a saúde). O uso da conjunção “se”, que se trata de uma condição, deixa bem marcada

esta ameaça, instaurando o medo no eleitorado, pois se for conduzida pela candidata adversária, sem experiência na área, a situação da saúde não iria melhorar, diferentemente se ele, JS, fosse eleito, aproveitando dessa fala para fazer seu pedido de voto. Assim quando JS enuncia sob a estrutura “se não fizer x, então acontecerá y”, ele opera sobre o pré-construído de que seja evidente que o presidente deva fazer x. Todavia, a brecha para a produção do *antiethos* surge da possibilidade de a instância receptora não encontrar verossimilhança na dramaturgia do mal atribuída a sua adversária, e de poder não aceitar bem esse pré-construído em suas relações lógicas de sustentação (Um presidente tem que conduzir pessoalmente a saúde, para isso tem que saber fazê-lo, ele foi ministro da saúde e sabe fazer, logo só ele, não ela, pode ser presidente). Sua formulação investe demasiado na aceitação dessas evidências, tanto que ao final da SD, enfatiza, mais uma vez, que as questões referentes à saúde só podem ser conduzidas por um presidente que tenha propostas e que saiba como lidar com esses problemas, de forma que só ele poderia ser presidente devido a suas experiências vividas como Ministro da Saúde.

Todo o esforço dessa SD é no sentido de produzir um *ethos* de competente para JS. No entanto, nessa tentativa de persuadir o telespectador/eleitor a não aderir ao projeto adversário, de insistir que só JS seria a solução, uma vez que tinha experiência nessa área, acaba deixando brechas para que o telespectador construa um *antiethos* de arrogante para si, ocorrendo uma espécie de falha no ritual discursivo no gênero propaganda que visa exatamente o contrário, já que, ao se justificar, pode ocorrer o deslize dos sentidos. O sujeito político acabou reforçando um *antiethos* para si mesmo, procurando desconstruir o simulacro, de um *ethos* prévio, já que eram discursos que circulavam na sociedade.

O telespectador/eleitor, principalmente o indeciso ou vindo de outras candidaturas de primeiro turno, é um cidadão que tem a oportunidade de assistir também a propaganda do adversário e comparar. Por isso, o marketing procura tanto fechar/direcionar os sentidos, mas como mostramos as brechas da língua (sua característica falha) sempre permitem derivas, que podem levar a não adesão do telespectador/eleitor ao *ethos* do sujeito locutor.

Na campanha de 2014, com o candidato Aécio Neves do PSDB, vemos a possibilidade que esse candidato também deixa para a produção de um *antiethos* de não virtuoso para si mesmo, ao poder se mostrar arrogante, como na SD abaixo:

- (4) Quero que meu governo seja aquele no qual os brasileiros vão recuperar a confiança na política como caminho para o exercício pleno de sua cidadania. Peço a todos aqueles que amam o Brasil, juntem-se a nós! Só na união, no consenso, os brasileiros e brasileiras poderão construir aquilo que mais queremos: uma sociedade mais justa, democrática, decente e sustentável. Esse é o meu compromisso. (HGPE/TV de AN em 16/10/2014)

Ao manifestar seu desejo (quero que meu governo seja aquele que x...), o objeto desejado está formulado com os verbos no futuro (o que marca a dependência em relação ao voto do eleitor), com marcas linguísticas de pré-construídos dados como verdade (os brasileiros perderam a confiança na política com o governo de DR, não exercem, pois, sua plena cidadania no governo dela), restando a ele emitir outro ato de

fala dirigido ao telespectador/eleitor: pedir que este se junte a ele, configurado como um nós, com brechas para ser interpretado como o seu partido, a sua futura equipe de governo, etc. Assim produz um *antiethos* de arrogante pois só ele se mostra confiável. Além disso, ao pedir a “todos que amam o Brasil” que se junte a ele, sua formulação produz efeitos de sentidos negativos a si mesmo, pois o coloca como alguém que não respeita os sentimentos daqueles que divergem dele.

Destacamos nesse pedido a brecha para a deriva para o *antiethos*: o destinatário do pedido parece incluir todos, já que seria de se imaginar que todos os brasileiros amariam o Brasil. Mas no movimento da contradição pode-se ver aí uma restrição. Isso deriva efeitos de sentido de que quem não está junto dele, por pensar diferente, não amariam o Brasil e poderiam, então, ficar excluídos. Essa formulação apaga, pelo efeito ideológico, a norma identificadora que seria do tipo: Se você é um brasileiro que ama o Brasil, você só pode/deve estar com o Aécio, votar no Aécio. Portanto, não pode/não deve votar na sua adversária, que por mais uma deriva de sentidos, é colocada no lugar de quem não amaria o Brasil.

O sujeito político ao insistir que “*Só na união, no consenso, os brasileiros e brasileiras poderão construir aquilo que mais queremos:*”, dá brechas para um *antiethos* para si próprio de antidemocrático, de intolerante com os que pensam diferente dele, já que a democracia permite posições divergentes e não só consenso, e uma sociedade plural não é necessariamente uma sociedade indecente, aliás um termo muito forte que auxilia a emergência do *antiethos* para ele próprio.

Ao manifestar o desejo do que seria comum a ele e aos brasileiros (aquilo que mais queremos) sustenta-o no pré-construído dado como verdade de que os que discordam dele vão construir uma sociedade injusta, antidemocrática, indecente e insustentável. Para além do questionamento que a língua permitiria em relação ao que é decente para ele, permanece um tom agressivo, moralista e radical que pode produzir em parte do eleitorado uma imagem negativa (um *antiethos*) para si mesmo.

6 Discussão das análises

Analisar o locutor no discurso político consiste não só em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala, ou seja, como o locutor constrói a imagem de si mesmo no discurso, como também a imagem de seu Outro constitutivo, na figura do adversário político, em seu discurso necessariamente traduzido sob as categorias semânticas do discurso do sujeito político enunciativo.

Por isso, buscamos contribuir com os estudos sobre o *ethos* mostrando os dois modos de funcionamento do *antiethos*: o mais comum pelo processo constitutivo da FDPE que exige um trabalho de desconstrução do adversário; e quando essa construção ou a de seu *ethos* pode deixar brechas para derivas de imagens negativas para si.

O primeiro modo de funcionamento do *antiethos*, o que chamamos pois de constitutivo, é o que se encontra em maior quantidade no *corpus*, porque se faz regido pelas relações interdiscursivas próprias da formação discursiva política eleitoral (FDPE) à qual o sujeito candidato se filia. Por conseguinte, é ela quem determina como esse sujeito pode e deve se mostrar ao telespectador/eleitor, assim como pode e deve mostrar o *antiethos* de seu adversário. Essas relações interdiscursivas, quando travadas em um espaço polêmico, como o do DPE, em que um discurso funciona como o interdito do Outro, como a presença de um discurso Outro que é trazida sob o recorte do SSG de uma FD, obriga a construção de *antiethos*, pois a imagem do sujeito adversário não pode ser trazida como tal para o discurso do sujeito político, ela aparecerá sob a forma do simulacro ou simplesmente será apagada, silenciada, ela é, pois, regrada pelo processo de interincompreensão polêmica⁷, próprio desse discurso, que, em termos de *éthés*, resulta na produção simultânea de *ethos* para si e *antiethos* para o Adversário.

Em termos de cena genérica a propaganda eleitoral televisiva brasileira tem permitido a inserção de cenografias variadas e de participantes outros, que não só o candidato, o que nos permitiu constatar que tanto o *ethos* de JS e AN como o *antiethos* de DR era reforçado de forma mais direta por outros discursos presentes no HGPE/TV, tais como o dos apoios políticos, o do narrador em *off*, dos personagens, do *jingle*, que os tomavam como referente.

Quando o sujeito político enunciador A_1 fala em close na tela, tendo por interlocutor B o telespectador eleitor, tende a sofrer coerções mais diretas da cena tipológica e genérica, por isso à essa imagem de si por ele construída, cada vez mais frequente, tem-se inserido na cena enunciativa um outro enunciador A_2 , que veicula sem coerções, de forma mais explícita, o *ethos* de A_1 e o *antiethos* de seu adversário, tomados como R deste, e seria, em nosso ver, do imbricamento dessas imagens na sequência da peça publicitária que o telespectador/eleitor construiria o *ethos* do sujeito político e o *antiethos* de seu adversário. Ou seja, este gênero nos obriga a adentrar na própria complexidade do EU, deste si que não só fala, mas se deixa falar por outros.

Como mantemos o princípio discursivo psicanalítico de que o sujeito não controla os efeitos de sentido de seu discurso, entendemos que o segundo modo de funcionamento do *antiethos* no DPE, no gênero propagandístico, só ocorre para o enunciador A por algum tipo de falha no ritual discursivo, por isso sua construção tende a ser bastante rara, já que as coerções da cena genérica atuam para evitá-lo. Isso tende a explicar sua menor ocorrência e sua dificuldade de reconhecimento, exigindo do analista uma busca por situações de brechas para derivas de sentidos. Tais brechas para o *antiethos* se dão na relação do dito com

⁷ Termo cunhado por Maingueneau (2005) para mostrar que “o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada. Cada um conduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sob a forma do ‘simulacro’ que dele constrói”. Ou seja, quando dois discursos se delimitam reciprocamente podemos dizer que há um processo de “tradução” particular. Não se trata de uma tradução de uma língua natural para outra, e sim de uma formação discursiva a outra.

o não dito, em pré-construídos que sustentam as formulações e, em geral, sua recepção depende da posição -sujeito do destinatário, que pode não as ver ou mesmo se vê-las ignorá-las, devido ao seu assujeitamento à FD antagonista.

No caso de JS, a boa produção de *éthé* para ele e de *antiéthé* para sua adversária, por sua equipe de marketing, não foi suficiente para impedir derivas de sentidos, assim, por exemplo, a presença excessiva de discursos de justificação fez com que essas imagens negativas retornassem no discurso, sob a forma de pré-construídos. Logo, podemos inferir que ele perde votos tanto por ter de se justificar o tempo todo, quanto por ter de atacar constantemente sua adversária, indo até contra fatos indiscutíveis e, assim, dando margem para a produção de brechas para produção de *antiethos* para si mesmo.

Já AN dá brechas para a produção de *antiethos* ao exagerar no tom agressivo, arrogante, ainda que este tom seja mais susceptível de ser percebido apenas pelos eleitores de DR, já que os seus, ao serem interpelados por sua ideologia, tendem a se filiar aos seus pré-construídos.

Por outro lado, reconhecemos o fato de que cidadãos interpelados pela FD petista, provavelmente, não se deixarão influenciar pelo imaginário que o HGPE/TV de JS e AN construíram, assim como aqueles que se mostram filiados à FD peessedebista não se deixariam influenciar pelo imaginário de que o programa de propaganda eleitoral de DR construiu. É dessa forma que o público-alvo, ou seja, quem possivelmente podia ser interpelado a construir o *ethos* e o *antiethos* dos sujeitos políticos seria o dos eleitores indecisos, ou vindo de outros candidatos derrotados.

7 Considerações finais

Nossos estudos vêm apontando para uma compreensão do *ethos* como produto resultante de um complexo jogo de imagens em suas relações de alteridade centrado em um sujeito enunciador (A) determinado pelas coerções de uma dada cena enunciativa. Entendemos que sendo uma das dimensões de uma dada discursividade a construção simultânea ao *ethos* de *antiethos* sofrerá as coerções da cena enunciativa inserida em um dado posicionamento, e, por isso, consideramos o *antiethos* uma prova de uma relação intrínseca de alteridade na própria construção identitária de um determinado sujeito discursivo materializada por um dado fiador.

Como o *ethos* está centrado na figura do EU – enunciador, não é qualquer imagem negativa construída por terceiros que se configurará como *antiethos*. Nesse sentido, o DPE é um espaço privilegiado de análise, pois congrega um espaço composto por duas FDs em relação polêmica, uma de situação outra de oposição, disputando o voto do eleitorado. Tanto uma como outra travam essa relação de alteridade para a preservação de sua própria identidade semântica.

Todavia, essa relação de alteridade ameaçando a identidade de um sujeito discursivo pode se dar, com outros elementos da rede imaginária proposta por Pêcheux (1997): o interlocutor, o referente, e até o sujeito do saber de uma forma-sujeito. Nesses casos, o sujeito enunciador (EU) não só fala, mas deixa, ou mesmo não pode impedir outros falarem de si ou por si, e a imagem de si resulta não só dos momentos de tomada de palavra desse sujeito enunciador EU, mas, considerando que seu *ethos* ou o *antiethos* produzido pode ser reiterado ou negado por outros sujeitos, é preciso ponderar que imagem final o destinatário ficará do sujeito enunciador.

Portanto, o leitor e o analista se deparam com cenografias e processos interativos ligados a diferentes gêneros textuais que podem exigir, no processo de incorporação ou de identificação de um *ethos* ou de um *antiethos*, que se façam relações entre o *ethos* produzido pelo enunciador e aqueles produzidos por outros enunciadores, quer seja em uma mesma cena enunciativa quer seja em outras ligadas ao mesmo texto ou discurso, dado que essa imagem soa ao destinatário como um produto final. Nesses casos, deixar-se levar por uma concepção restrita do *ethos*, sem fazer uma análise mais textual e discursiva dessas relações de alteridade, pode levar a análises problemáticas quanto à incorporação do *ethos* pelo destinatário.

O caminho da relação contraditória de alteridade na construção identitária de um determinado *ethos* pode ser um caminho para explicar a complexidade da produção e recepção da imagem de si, mas para isso serão precisos mais estudos sobre outros gêneros do DPE e de outros discursos para que se possa descrever melhor as coerções da cena genérica e da cenografia que cada gênero pode ou não permitir, bem como os processos interativos que essa cena pode ou não abrigar.

Ao finalizar, lembramos que, por ser o processo discursivo contínuo, as imagens dos sujeitos, ainda que a descrevamos em um estado dado das condições de produção, estão sempre sujeitas a serem desfeitas, refeitas e, portanto, a estarem sempre em transformação. Nesse sentido, quando aliamos os princípios pecheutianos ao conceito de *ethos*, entendemos que o processo metafórico de deslizamentos de sentidos também se aplica ao *ethos* e principalmente ao *antiethos*, pois como não há ritual sem falhas, como o sujeito não controla os efeitos de sentidos de seu dizer, também as imagens de si projetadas no discurso nem sempre vão ser interpretadas ao gosto/desejo do Eu enunciador e, mesmo que sejam previamente preparadas, sua eficácia nem sempre é garantida pois depende de fatores que fogem ao controle dos sujeitos.

Se parece fácil compreender o antiator que sustenta o *antiethos*, quando essa figura deriva para o próprio sujeito enunciador, de forma involuntária, cabe ao analista buscar os equívocos de seu dizer nas próprias condições de produção desse dizer e não exatamente em sua formulação.

Como tentamos mostrar, a questão do *ethos* aparentemente simples é, paradoxalmente, bastante complexa e, por essa razão, contento-me em apenas incitar o debate entre os pesquisadores que têm como foco direto ou indireto a produção de imagens do sujeito do discurso em suas relações de poder.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão**. Niterói, Rio de Janeiro 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - MCI) – Universidade Federal Fluminense.
- AMOSSY, Ruth (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do Discurso Político. In: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Trad.: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política: propaganda política e publicidade eleitoral**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 3. ed., 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza e Décio Rocha Silva. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 1ª. Ed. 1ª. Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006. P.52-71.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba, criar edições, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b. P. 11-32
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos* e apresentação de si nos sites de relacionamento. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. POSSENTI, Sírio e SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília Perez de. (Orgs.); SOBRAL, Adail et ali tradutores. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. P. 79-98.
- MAINGUENEAU, Dominique. Retour critique sur l'*ethos*. **Langage et Société**, n. 149 – set. 2014 p. 31-48
- PASSETTI, Maria Célia Cortêz. Formação discursiva e a análise do *ethos* no discurso político eleitoral. V SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. O acontecimento do discurso: filiações e rupturas, Porto Alegre, RS, 2011. **Anais ...** Porto Alegre, UFRGS.2011. Disponível em <http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/MariaCeliaCortezPassetti.pdf>
- PASSETTI, Maria Célia Cortez; MESTI, Paula Camila. O funcionamento do *ethos* no discurso de propaganda eleitoral televisiva. In: POSSENTI, Sírio e BENITES, Sônia Ap. Lopes (Orgs.) **Estudos do Texto e do Discurso**. Materialidades Diversas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.173-198.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. MARIANI, Bethânia et ali. 3ª ed. Campinas-SP, ed. da Unicamp, 1997. P. 163 – 252.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. Orlandi, E.P. et al. 2ª ed. – Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1995.



II Congresso Internacional de Estudos do Discurso

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**: Trad. Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

Página intencionalmente deixada em branco

Categorização e representação da imagem social de representante político: um estudo sobre a face da presidente Dilma em charges de Gilberto Zappa

Maria da Penha Pereira LINS (UFES)
mpenhalins@gmail.com

Bharbara Bonelle de SOUSA (UFES)
bharbara_bonelles@hotmail.com

Resumo: O presente estudo procura, por meio da análise de charges políticas com foco em representante presidencial, observar como o processo de categorização/ recategorização de objeto de discurso pode contribuir na construção da representação da imagem social. Nesse sentido, centramos a atenção na intenção do criador das charges e em como este intenciona construir a face da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a partir do uso de atos de polidez/ impolidez. Toma-se como base, então, a noção de referenciação, no sentido de verificar como o processo referencial contribui na construção da face, bem como sua relação com a imagem social. Para tanto, apoiamos-nos em Koch (2008, 2011, 2012), Cavalcante (2014) e Mondada e Dubois (2003) no que diz respeito a referenciação e construção do objeto de discurso, além das contribuições teóricas de Brown & Levinson (1975) e Goffman (1980, 2011) a fim de entender as questões relacionadas à imagem social.

Palavras-chave: Categorização; Imagem social; Construção de face; Charge; Dilma Rousseff

Abstract: This study aims, through the analysis of politics cartoons focused on the presidential representative, to observe how the process of categorization / re-categorization of the object of discourse can contribute in the construction of the representation of the social image. In this sense, we focus attention to the intent of the creator of the cartoons and how he intends to build the face of the Brazilian president, Dilma Rousseff, from the use of acts of politeness / impoliteness. It takes as basis then, the notion of Referentiation in order to see how the reference process contributes to the construction of the face, as well as its relationship with the social image. Therefore, we base our referential theoretical in Koch (2008, 2011, 2012), Cavalcante (2014) and Mondada and Dubois (2003) regarding the Referentiation and construction of the object of discourse, as also the theoretical contributions of Brown & Levinson (1975) and Goffman (1980, 2011) in order to understand the issues related to social image.

Keywords: Categorization; Social image; Face claim; Charge; Dilma Rousseff

1 Introdução

Tanto na fala como na escrita, os produtores fazem uso de uma multiplicidade de recursos, muito além das simples palavras que compõem as estruturas. (KOCH & ELIAS, 2012, P.58). Nesse sentido, entende-se a língua enquanto mecanismo pela qual os indivíduos interagem socialmente e produzem diferentes enunciados de acordo com a necessidade de cada ambiente de interação.

A utilização da língua ocorre de formas variadas e efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e individuais, que derivam dos integrantes de alguma esfera da atividade humana. Cada enunciado, seja ele oral ou escrito, terá sempre um conteúdo temático, uma organização composicional e estilo próprios, que estarão ligados às condições de realização e às finalidades específicas de cada esfera da atividade humana. (Cf BAKHTIN, 2003). Assim, segundo Bakhtin (2003), falamos por meio de gêneros de discurso que se realizam no interior de uma determinada esfera da atividade humana.

Portanto, devido a essa ampla capacidade de criar enunciados adequados a cada contexto interacional, os falantes de cada língua conseguem construir diferentes sentidos, tanto na língua verbal, quando na não verbal. Nesse contexto, a charge pode ser vista como um gênero que representa essa capacidade de construção e reconstrução dos sentidos.

Sob essa perspectiva, o presente estudo visa compreender como o processo de referenciação, no seu curso de categorização e recategorização, pode contribuir com a construção da face, bem como sua relação com a imagem social e a deflagração de humor.

Inicialmente, apresentamos uma explanação geral das características do gênero charge. Em seguida, abordamos a concepção sociocognitiva e interacional da linguagem em que os sujeitos, por ocasião da interação verbal, atuam sobre o material linguístico disponível, a fim de representar estados de coisas (Koch, 2011). Além disso, apresentamos a relação presente entre o processo de interação social e as regras que regulam os discursos, bem como a padronização do comportamento do indivíduo.

Do diálogo entre essas noções, propomos a análise de três charges do cartunista Gilberto Zappa, com cunho político visando, assim, mostrar como o processo de referenciação pode estar vinculado à construção da imagem social e, conseqüentemente, à deflagração de humor.

2 Gênero Textual Charge

Em nossas diferentes situações comunicativas lidamos com vários tipos de gêneros textuais, dentre eles a charge que é produzida por cartunistas e geralmente apresenta um discurso humorístico. As charges podem ser consideradas, portanto, um gênero jornalístico, tendo em vista que este é um importante meio de circulação do gênero, que retrata de forma irônica e crítica, acontecimentos de certa relevância histórica.

Segundo Marcuschi, “cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação” “...todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas sua determinação se dá basicamente pela função e não pela forma”. (Marcuschi, 2008, p. 150).

O propósito do gênero textual charge é “atacar” ou como o próprio termo em francês indica, “carregar”, “exagerar”. O dicionário Antônio Houaiss, aborda a charge enquanto um desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, geralmente veiculado pela imprensa e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio da caricatura, uma ou mais personagens envolvidas.

Nesse segmento, ressalta-se que a charge é composta, basicamente, por três elementos: os visuais, verbais e os extraverbais. Os elementos verbais referem-se ao reconhecimento dos sujeitos representados, o cenário, o tempo, a situação comunicativa, ou seja, trata-se de observar a imagem. No que se refere aos elementos verbais, estes não representam apenas os diálogos, pois uma charge pode não ter diálogos e nem título, mas o enunciado verbal pode estar ligado aos aspectos gestuais e visuais, tudo dependerá do contexto enunciativo.

Já no que tange aos elementos composicionais extraverbais, estes consistem nas informações partilhadas de elementos históricos, no conhecimento enciclopédico, nas ironias, nos estereótipos, ou seja, no conhecimento de fatos ideológicos, culturais, sociais e históricos.

Assim, presentes em revistas e principalmente jornais, as charges não são apenas ilustrações humorísticas, elas refletem a opinião de quem as desenha. Esse tipo de texto que alia a linguagem verbal a não verbal, são mais do que piadas gráficas, são representações humorísticas permeadas de crítica e ironia. Ou seja, através do humor gerado por vários recursos linguístico-discursivos elas estabelecem uma opinião crítica sobre situações cotidianas da vida política e social da sociedade, daí seu caráter temporal.

Nesse sentido, esse gênero textual recria o fato ficcional, estabelecendo com fatos jornalísticos do momento de produção e veiculação uma relação intertextual (Cf. RAMOS, 2014, p 68). Contudo, a charge não é um texto de fácil compreensão, pois além de representar o fato do dia, ela obriga o leitor a realizar inferências e construir analogias para compreender as informações construídas.

Isto é, o leitor deve ter conhecimento de mundo para poder construir sentidos construídos nessas representações. Assim, cabe ao leitor identificar os personagens caricaturados e os fatos a que o texto faz referência, o contexto sócio, histórico e político do fato, as circunstâncias, os elementos linguísticos e as possíveis intenções do chargista. Nada deve passar a uma análise cuidadosa.

Portanto, o leitor deve estar sempre informado sobre os fatos recentes do cotidiano político, social e econômico para conseguir compreender as reais intenções do chargista, bem como o humor por ele intencionado na produção da charge.

A esse respeito Possenti (2010, p.18) afirma que quando os textos humorísticos surgem em torno de acontecimentos “visíveis” que o fazem proliferar, sua interpretação depende em boa parte, de um saber bastante relativo a tais acontecimentos. Isto é, as charges são uma mistura de elementos históricos, sociais, políticos e culturais.

3 Processo de (re)construção dos objetos de discurso

Partindo de um viés cognitivo em que os referentes são abordados como representação mental da realidade e fabricados pela prática social, a atividade de referenciação surge como uma ação sociocognitiva - discursiva em que o sujeito por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. (KOCH, 2011, p.71).

Nesse sentido, Marcuschi (2007) ressalta que a língua não é apenas um retrato, mas um trato do mundo, e, portanto, deve-se levar em consideração a interação, as experiências sociais dos indivíduos, bem como os aspectos situacionais que influenciam o processo referencial.

Assim, dentro dessa concepção em que a Linguística Textual toma a linguagem como atividade e o texto como evento, convergentes de ações de natureza linguística, social e cognitiva, a referência deve ser tratada conforme Koch e Marcuschi (1998) citado por Koch (2011, p. 60) como um “processo de (re) construção do próprio real” em que ao se empregar uma determinada figura simbólica, alteramos a percepção desta na realidade. É com base nessa perspectiva que Mondada e Dubois (2003 p. 20) substitui a noção de referência para os processos de referenciação:

Esta abordagem [referenciação] implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso.

O processo de referenciação se dedica, portanto, mediante a interação entre os sujeitos, o próprio texto e os eventos textuais aos quais estão envolvidos, ao estudo da (re)construção do objeto-de-discurso. Cavalcante (2014, p.98) trata do processo de referenciação, definindo-o como “[...] a atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) depreendidos por meio de expressões linguísticas para tal fim, chamadas de expressões referenciais.” Assim, conforme Cavalcante (2014) pode-se inferir que o referente é um objeto, uma entidade, que se constrói no e pelo texto.

Sobre os objetos de discurso, Mondada (2001, p.9) os define enquanto:

Entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele (o discurso) e que não tem uma estrutura fixa, mas que, ao

contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas languageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente.

Nota-se, então, que a atividade de referenciação é dinâmica e instável, pois os sujeitos estão sempre transformando e moldando os objetos de discursos. Logo, em vez de referenciar uma realidade pré existente, são introduzidos, nos textos, os objetos de discurso que são construídos pelos sujeitos ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e cognitivas, podendo ocorrer por meio de estratégias de categorização e recategorização contribuindo, assim, para um redirecionamento interpretativo.

Em conformidade com Mondada e Dubois (1965), Koch (2011, p. 54) defende que as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente, sendo elas plurais e mutáveis, antes mesmo de serem fixadas normativa ou historicamente. Desse modo, em uma readaptação do contexto discurso, as categorias podem ser modificadas, reavaliadas, e adaptadas, de acordo com as necessidades comunicativas dos indivíduos em determinada interação. “Em outras palavras, estamos sempre transformando os referentes, ou seja, estamos constantemente recategorizando os objetos.” (CAVALCANTE, 2014, p.106)

Nesse segmento, Lima (2009), citado por Lima e Feltes (2013, p 34), pressupõe que o processo de recategorização trata-se de uma perspectiva cognitivo-discursiva e não apenas textual-discursiva. A recategorização, segundo a autora, é muito mais abrangente e propõe que essa concepção seja redimensionada, nos seguintes termos:

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009,p 57, apud LIMA E FELTES, 2013, p 34)

Essa proposta de definição da recategorização proposta por Lima (2009) pode ser estendida para a ocorrência da recategorização para situações em que não há uma correferencialidade explícita, que é o caso que envolve a multimodalidade. Nesse quadro, Custódio Filho (2011) evidencia a existência de um tipo de recategorização rotulada como “recategorização sem menção referencial”, em que a apreensão dos referentes ocorre por meio de elementos visuais e gestuais.

Nesse viés, percebe-se que a referenciação diz respeito a diversas maneiras de introdução no texto de novas entidades ou referentes. Conforme esses referentes são retomados ao longo do contexto, ou servem como introdutores de novos referentes tem-se a progressão referencial. Nessa perspectiva, tanto a referenciação, como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso (Cf. KOCH, 2005b; KOCH & ELIAS, 2012).

Na construção dos referentes textuais, Koch (2011, p.62) evidencia que há três estratégias envolvidas na constituição da memória discursiva: Ativação, Reconstrução e Desativação.

Na ativação, há a introdução de um objeto de discurso totalmente novo que pode ser por meio de um nome próprio ou forma nominal, sendo que, quando é introduzido por meio de um nome próprio tem-se somente a nomeação do objeto, mas se for introduzido por meio de uma expressão ou forma nominal, opera-se aí uma primeira categorização, o qual em cada retomada pode ser mantido ou recategorizado por outras expressões nominais. (Cf. KOCK 2008, p.102).

Na reconstrução, um objeto de discurso já introduzido na memória textual é reativado por uma expressão referencial, de modo que o objeto continue em foco. Ou seja, uma vez criado, o objeto-de-discurso pode ser retomado, com ou sem recategorização, ou pode haver uma simples remissão a ele. Assim, este objeto permanece em foco, dando origem a uma cadeia referencial. Por fim, na desativação, o objeto de discurso em foco é desativado com a introdução de um novo referente, ocupando uma posição marginal, podendo voltar ao foco quando necessário, dando, então, continuidade à cadeia referencial anteriormente iniciada. (Cf. KOCK 2008, p.102).

No que se refere a ativação do objeto-discurso Koch (2011) destaca que esta pode ser *ancorada* e *não ancorada*. Na ativação ancorada tem-se a introdução na memória do texto de um referente novo, com algum tipo de associação a elementos presentes do contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. São casos de ativação ancorada as anáforas indiretas e associativas, bem como as expressões anafóricas. Já a ativação não ancorada, há a introdução de um novo objeto de discurso, sem qualquer apoio (âncora) no texto embora também trate de um referente novo, sem qualquer apoio (âncora) no texto. (Cf. Koch, 2008, 2011).

Nessa perspectiva, Cavalcante (2011, p.54) afirma que “se os referentes já foram de alguma forma evocados por pistas explícitas no contexto, então estamos diante de continuidades referenciais, isto é, de anáforas:

Anáfora é o mecanismo linguístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste. Comumente reserva-se a denominação de *anáfora à remissão para trás* (por ex.: Paulo saiu; *ele* foi ao cinema) e de *catáfora, à remissão para frente* (por ex.: Só quero *isto*: que vocês me entendam). (KOCH & ELIAS, 2012, p. 127).

Assim, as anáforas dizem respeito à continuidade referencial por meio de novas expressões referenciais. As expressões que retomam referentes já apresentados no texto por outras expressões são chamadas de anáforas diretas ou correferenciais. Tais anáforas podem ser realizadas por estruturas linguísticas tais com pronomes, sintagma nominal ou repetição de um item lexical ou pronominal. (Cf CAVALCANTE, 2014, p. 123)

Já quando um novo referente é apresentado como já sendo conhecido, sendo inferível por meio do processamento sociocognitivo, denomina-se anáfora indireta. Isto é, constitui-se enquanto um processo referencial implícito e "geralmente são constituídas por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto" (MARCUSCHI, 2015, p.53).

Além das anáforas diretas e indiretas há ainda uma estratégia anafórica, essencialmente metadiscursiva, em que o produtor do texto se debruça sobre partes do discurso já produzido, resumindo-as por meio de um pronome ou de uma expressão nominal, denominada anáfora encapsuladora. (KOCH, 2008, p.7)

Assim, no que concerne à reconstrução ou manutenção no modelo textual que dão origem às cadeias referenciais, bem como a progressão referencial, Koch (2011) ressalta que esta pode realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos, etc), bem como através de recursos lexicais (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, etc).

Portanto, a progressão referencial estabelece uma continuidade de um texto por meio de retomadas, remissões ou encapsulamentos a fatos do discurso. É válido aqui, estabelecer distinção entre as categorias *referir*, *remeter* e *retomar* postuladas por Koch e Marcuschi (1998) e Koch (2015, p.98) que são frequentemente empregadas como sinônimos.

- A retomada implica remissão e referenciação;
- A remissão implica re referenciação e não necessariamente retomada;
- A referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.

Nessa perspectiva *referir* implica uma relação especular língua e mundo; *remeter* refere-se a um movimento textual em que se dão relações não necessariamente correferenciais; *remissão* indica alguma relação de ordem semântica, cognitiva, associativa, pragmática. Assim, pode-se inferir que a progressão textual se da com base no que é dito, no que será dito e o que é sugerido (Cf KOCH, 2015, p.99).

A progressão referencial pode ser realizada por uma série de elementos linguísticos, tal como salienta Koch e Elias (2015, p. 138):

- formas de valor pronominal, como os pronomes propriamente ditos (pessoais de 3ª pessoa, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos);
- numerais (cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários);
- certos advérbios locativos (aqui, lá, ali, etc.);
- elipses que é a omissão de um termo das frases que seja facilmente subentendido;
- formas nominais reiteradas;
- formas nominais sinônimas ou quase sinônimas
- formas nominais hiperonímicas;
- nomes genéricos

A partir do exposto, infere-se que o texto não é apenas uma sequência de palavras e frases, sendo o processo de referenciação um mecanismo importante na construção e progressão textual. Desse modo, a referenciação deve ser vista como parte do processo de interação entre os sujeitos da enunciação, haja vista que na interação social, por intermédio da linguagem, os sujeitos constroem uma imagem pelo discurso, e, a partir desse discurso, tentam traçar um comportamento condizente com o seu propósito.

Desse modo, acreditamos que os indivíduos fornecem imagem da realidade a partir da referenciação de um objeto de discurso. Logo, é possível pensar na (re)categorização como um elemento fundamental na construção da representação de uma imagem social desenvolvida por meio da linguagem.

A partir dessas concepções, é que delineamos o nosso pressuposto neste artigo: observar como o processo de categorização/ recategorização de objeto de discurso pode contribuir na construção da representação da imagem social tendo como foco a presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

4 Relação social e elaboração de face

Ser polido é uma das regras de conduta da sociedade que padronizam o comportamento dos indivíduos perante os demais. Tais regras consistem, por exemplo, em pedir desculpa, pedir licença, agradecer, cumprimentar os demais, entre outras.

A partir do momento em que proferimos determinado enunciado a uma pessoa, este pode ser bem aceito ou não, pois não será levado em consideração apenas o contexto, mas também as características do ouvinte. Ou seja, na interação com o outro devemos levar em conta a sua cultura, pois esta determina o comportamento dos indivíduos.

Desta forma, os indivíduos, no processo de interação expõem sua opinião sobre determinado assunto, seja por atos verbais ou não-verbais, fornecem informações a seu respeito visando assim, construir sua imagem pública junto aos demais (GOFFMAN, 2011, p.11). Cada participante da interação social, adquire informações sobre os demais, e, informados, saberão a melhor forma de agir para obter determinada resposta.

Contudo, a interação com o outro está passível de imprevisibilidade, pois o ouvinte pode reagir de forma positiva ou negativa a um determinado enunciado proferido e porque estamos sempre preocupados em manter o controle da situação, bem como evitar conflitos.

Logo, em qualquer esfera social, os participantes devem seguir algumas regras, que vão regular seus discursos, possibilitando assim que sua ação seja entendida. Essas regras conduzem, a uma padronização do comportamento dos indivíduos que, buscando ser conveniente com a imagem pública que os demais detêm de si, procuram aceitá-las. Ou seja, essas regras de conduta auxiliam os sujeitos a manter a expectativa perante a sua face.

A respeito da face, Goffman (1980, p. 76-77) define como:

[...] valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados – embora se trate de uma imagem que pode ser partilhada por outros, como quando a pessoa consegue fazer uma boa exibição profissional ou religiosa fazendo uma boa exibição para si mesma.

Desta forma, a face não é algo que se acomoda ao indivíduo, mas algo que se localiza na passagem dos eventos que se desenrolam, manifestando-se apenas quando estes eventos forem interpretados em função das avaliações que neles se expressam. (Cf. GOFFMAN, 1980.p.78). Por isso, deve haver um equilíbrio, visto que é necessário manter a face para que haja interação.

Assim, pra assegurar a imagem pública positiva perante um grupo, o sujeito irá emitir um ato de fala condizente com a sua intenção, haja vista que o ato comunicativo está diretamente ligado às relações sociais. Com intenção de assegurar a imagem pública positiva, Goffman (1980, p.84) propõe os tipos básicos de elaboração de face sendo o processo de evitação o mais seguro para se evitar ameaças à própria face, haja vista que, evitando contato, ou simplesmente fazendo uma retirada graciosa e voluntária impede-se a ocorrência de tais ameaças. Além disso, propõe, também, o processo corretivo em que o sujeito aceita a ocorrência de um evento como um incidente, para então encará-lo como ameaça e tentar corrigir seus efeitos.

Complementando as noções propostas por Goffman, Brown e Levinson (1987, p. 61) elaboram um modelo referente à construção da imagem social e definem face como a imagem pública que cada pessoa quer reivindicar para si próprio. A concepção de face, portanto, engloba as interações e pode ser mantida, perdida e reforçada por meio da aplicação das emoções. Essa vulnerabilidade em ambas as partes faz com que os participantes cooperem para a sua manutenção durante as situações de interação, uma vez que a preservação da própria face sinaliza a preservação da face do outro, a não ser que um queira atingir uma das faces do outro fazendo assim um Ato de Ameaça de Face (AAF).

Desta forma, a interação social é vista, segundo Brown e Levinson (1987), como um jogo em que os participantes avaliam a sua posição e do interlocutor para saber *se, quando e como* devem fazer os Atos de Ameaça de Fala. E nesse jogo estão envolvidas quatro faces: a positiva e a negativa tanto do ouvinte quanto do falante. A negativa refere-se a reivindicação dos território do “eu”, e a ausência de imposição, já a face positiva consiste no desejo que cada um tem de que sua autoimagem seja aceita.

Nessa perspectiva, cada uma dessas faces está passível à ameaça explícita ou implícita e para Brown e Levinson (1978), não há ato de fala numa interação sem haver ameaça à face, sendo esses atos ameaçadores divididos em:

- a) Atos ameaçadores da face negativa do falante: são aqueles em que há um comprometimento do emissor, tal como promessas, propostas, agradecimentos, desculpas;

- b) Atos ameaçadores da face positiva do falante: são atos em que se mostra um rebaixamento, tal como pedido de desculpa, autocríticas, reconhecimento as fraquezas;
- c) Atos ameaçadores da face negativa do ouvinte: são aqueles que ameaçam a liberdade do ouvinte, como por exemplo, ofensas, agressões, perguntas “indiscretas”, imposições;
- d) Atos ameaçadores da face positiva do ouvinte: são atos que reprimem o indivíduo, tal como críticas, reprovação, sarcasmos, insultos.

Contudo, ao se ameaçar a face alheia deve-se lançar mão, como forma de amenizar o efeito, de estratégias de polidez e para tal, Brown e Levinsohn (1987) criaram estratégias tais como: polidez positiva, polidez negativa e polidez indireta.

Na polidez positiva, os enunciados são marcados por uma aproximação entre os interlocutores, tendo em vista que pertencem ao mesmo grupo e compartilham os mesmos objetivos. Já a polidez negativa, as marcas dos enunciados são de diferenças entre os interlocutores, tendo-se um tratamento mais formal, desejo de imposição, uma vez que não há uma aproximação entre os sujeitos. No que se refere à estratégia de polidez indireta, tem-se o uso de expressões indiretas e insinuações, deixando a interpretação por parte do interlocutor. Algumas estratégias de polidez indireta envolve o uso de metáforas, ambiguidade, ironia, bem como ser vago ao se expressar.

As estratégias de polidez são utilizadas intencionalmente, mas nem sempre de forma consciente, para evitar ou minimizar os atos de ameaça à face que são inevitáveis ou mesmo desejáveis. , Além disso, essas estratégias devem ser usadas dentro de uma determinada cultura, devendo-se considerar os valores atribuídos a poder, distância, bem como os riscos de uma ameaça de face.

5 A relação entre estratégias de polidez e referenciação

A partir dos apontamentos teóricos aqui expostos vimos que a polidez está presente no cotidiano das interações. Contudo, para entender essas interações verbais, devemos levar em conta a relação existente entre a linguagem e o contexto.

Nessa lógica, essa questão pragmática da polidez é de grande importância para os estudos da Linguística Textual, visto que, para construir seus discursos de acordo com a imagem pretendida perante o meio social, os sujeitos se utilizam, por exemplo, da estratégia linguística da categorização para a construção ou ameaça de face.

Partindo desse pressuposto, optamos para a elaboração desse trabalho por escolher duas charges do cartunista capixaba, Gilberto Zappa sobre o atual cenário político brasileiro.

Sabe-se que no final do ano de 2015 e no ano de 2016 o quadro político brasileiro sofreu uma reconfiguração de carácter ordinário. A representante presidencial, Dilma Rousseff foi acusada de crime de responsabilidade por improbidade administrativa conduzindo, assim, a um processo de *impeachment*. Nesse cenário e com o agravamento da crise econômica no país sua credibilidade, bem como sua popularidade

foram afetadas. Nesse sentido, houve uma ameaça de face e, conseqüentemente, uma degradação da imagem social da presidente.

Assim, com base nessas configurações e nas teorias aqui abordadas será mostrado como o cartunista Zappa intencionou construir a imagem social da presidente Dilma, tendo em vista das categorizações a ela atribuídas.

Figura 1. Desonestidade.



Fonte: <https://www.facebook.com/gilberto.zappa>

Na charge 1 veiculada na página do facebook do cartunista Zappa, e publicada no dia sete de abril, tem-se duas situações: na primeira um cidadão, provavelmente a favor do PT e da presidente Dilma, haja vista que está vestido com a cor desse partido, ao assistir um discurso incoerente da Dilma em que a ela afirma ser *o impeachment* um golpe, a chama de linda e mulher guerreira. Já na segunda situação, tem-se o mesmo cidadão assistindo ao discurso da professora e jurista Janaína Paschoal durante um ato pró – *impeachment* e a chama de louca, desequilibrada, drogada e pastora alucinada.

É valido aqui ressaltar que no dia quatro de abril de 2016, a professora Janaína Paschoal, que foi autora do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em conjunto com os advogados Hélio Bicudo e Miguel Reali, fez um discurso exaltado, durante um ato pró – *impeachment* na Faculdade de Direito da USP, que causou surpresa a muita gente. Em seu discurso, ela alegou que Deus havia mandado uma legião, para cortar as asas de cobra que teriam se perpetuado no poder, e ainda, bradou as expressões “fora PT” e “fora jararaca”.

A partir desse contexto político, percebemos na charge que há dois objetos de discurso, Dilma Rousseff e Janaína Paschoal que são categorizadas e recategorizadas de acordo com o posicionamento político do cidadão que está assistindo aos discursos delas. A presidente é, então, categorizada por ele como

“linda” e recategorizada pela expressão nominal “mulher guerreira” e a jurista Janaína é categorizada como “louca” e recategorizada como “desequilibrada”, “drogada” e “pastora alucinada”.

Ao categorizar Dilma com elogios, o cidadão visa a salvar a face positiva dela, ou seja, ele se utiliza da estratégia de polidez positiva, tendo em vista que ambos pertencem ao mesmo grupo e compartilham o mesmo objetivo. Já no caso da categorização e recategorização atribuídas a Janaína, infere-se que os atos repressores e insultos ameaçaram a face positiva da ouvinte. Há, assim, o uso de estratégia de polidez negativa, visto que não há uma relação de proximidade entre os interlocutores, observada pelos insultos proferidos.

Contudo, apesar de a charge abordar essas situações, ela aborda o pensamento e um posicionamento político de uma pessoa a favor da Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores, bem como contra ao processo de *impeachment*. Assim, sabendo do posicionamento político do autor da charge, notamos que ele se utilizou da ironia para explicar a desonestidade, título que ele atribui a essa ilustração humorística.

Sendo assim, a real intenção do cartunista foi dizer que o cidadão que apoia a presidente Dilma, e não a jurista Janaína Paschoal, é equivocado, sendo a presidente a louca e desequilibrada nessa história. Isto é, sua real intenção foi ameaçar a face positiva de Dilma, haja vista que expõe de forma clara o seu posicionamento político.

Figura 2. Miga sua Loka.



Fonte: <https://www.facebook.com/gilberto.zappa>

A charge 2, também veiculada na página do perfil do facebook do cartunista Zappa, no dia trinta e um de março de 2016, mostra a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, amarrada a uma camisa de força vermelha, que provavelmente seria uma associação ao Partido dos Trabalhadores, e de frente para um

espelho, a qual repete para seu reflexo, inúmeras vezes a frase “não vai ter golpe” e este responde a ela, usando a gíria “miga sua loka!”.

A partir do contexto político do Brasil, nesse período, sabemos que a presidente Dilma foi denunciada por crime de responsabilidade fiscal, contudo vimos, por meio da mídia, que ela negava a acusação e, acima de tudo, afirmava que o processo de *impeachment* na verdade era um golpe contra seu mandato.

Ao analisar essa charge percebemos que o produtor usa do processo de referenciação para construir a imagem social da presidente. Assim, Dilma Rousseff é categorizada por meio da expressão “miga sua loka!” pronunciada pela imagem do seu reflexo, que por sua vez desconfigura, de certa forma, a manifestação da serenidade e da razão, como se ela fosse uma pessoa desequilibrada e desprovida de razão, haja vista que estava falando sozinha diante do espelho. E é, então, nesse contexto que reside o humor nessa charge, visto que o reflexo responde a personagem de forma irônica por meio da expressão “miga sua loka!” na qual a presidente foi categorizada.

Desta forma, ao categorizar a presidente do Brasil como “louca”, o cartunista atribui o significado literal de ser louca por meio da utilização da camisa de força e mostra sua reprovação diante dela e de seu governo. Além disso, ao proferir esse insulto sobre ela, ele acaba por ameaçar a face positiva dela, mostrando, portanto, um ato de impolidez.

Assim, ao ameaçar a face positiva dela diante da afirmação que ela profere ao se olhar amarrada a uma camisa de força no espelho, Zappa lança mão da estratégia de polidez negativa, haja vista que é pessimista ao fazer uso da expressão “miga sua loka” para dizer que a Dilma está errada a respeito da afirmação de que o processo de *impeachment* é um golpe.

Figura 3. Fora Zika!



Fonte: <https://www.facebook.com/gilberto.zappa>

Nessa charge, publicada também na página pessoal do cartunista Zappa, tem-se uma campanha de combate, no dia 13, ao mosquito transmissor da Zika, o *Aedes Aegypti*. Contudo a imagem do mosquito, na verdade, é uma caricatura da presidente da república, Dilma Rousseff.

Ao observarmos a charge, percebemos que o objeto de discurso, na verdade, é a presidente Dilma e, para entender a forma como esse referente foi categorizado e recategorizado é necessário atentar para o contexto social e político na qual se passava o Brasil.

Essa charge foi, então, publicada no final do ano de 2015, período em que foi acatada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a denúncia de crime de responsabilidade fiscal contra a presidente do Brasil, mesmo período em que constatou um aumento nos casos de Zika no país, e que se intensificou o combate ao agente causador dessa doença.

Assim, ao analisarmos essa charge, percebemos que o autor busca fazer uma associação entre Dilma e o mosquito *Aedes Aegypti*, visto que a categoriza como “Zika” e depois a recategoriza como “doença que paralisa o país”. Contudo, a apreensão dos referentes não ocorre de forma específica o autor leva em consideração o trabalho sociocognitivo do leitor.

Desta maneira, ao categorizar a presidente do Brasil enquanto “Zika” e recategorizá-la como “a doença que paralisa o país”, o autor acaba ameaçando de forma explícita a face positiva, haja vista que faz uso de polidez indireta, por meio de expressões indiretas e da ironia, deixando a interpretação para o leitor. E é por meio dessas insinuações, da ironia, bem como da caricatura da presidente como mosquito transmissor do vírus da Zika, que parece residir o humor da charge.

Figura 4. O sapo e a garça



Fonte: <https://www.facebook.com/gilberto.zappa>

Na charge 4, publicada em 03 de dezembro de 2015, período de início do processo de impeachment deferido pelo até então presidente da câmara, observamos que há dois personagens, o Eduardo Cunha e a presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Embora não possamos ver o rosto de Dilma, percebe-se que trata-se a da presidente a partir dos elementos visuais tal como a roupa vermelha, e a faixa de presidente da república.

Contudo, percebe-se que há, nessa imagem, uma analogia a história do sapo e da garça. Na referida história, a garça e o sapo tentam levar vantagens um em cima do outro, até que garça engana o sapo e tenta comê-lo, mas ele percebe a tempo as intenções da garça e a enforca, fazendo com que ela sinta-se sufocada e o cuspa.

No contexto da charge, pode-se inferir a partir do contexto político que o Brasil se encontrava nesse período que, a Dilma Rousseff seria o sapo e o Eduardo Cunha, a garça. Além disso, ao analisarmos a imagem percebemos que o presidente da Câmara está com o deferimento do processo de impeachment na mão.

Sabe-se que horas depois da decisão do PT de votar contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou que havia aceitado o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal com o apoio dos partidos de oposição. Nesse sentido, a até então presidente, Dilma reagiu indignada à abertura de processo de impeachment.

Ao analisar essa charge, percebemos que a apreensão dos referentes não se faz por meio de expressão referencial específica, leva-se em consideração o trabalho sociocognitivo do leitor. Assim, com base na história da garça e o sapo, e nos elementos visuais dessa charge, pode-se concluir que a Dilma foi recategorizada enquanto o sapo e o Eduardo Cunha enquanto a garça.

Desta forma, nota-se que a referenciação não se dá por meio de elementos verbais, mas pelo visual, sendo os objetos de discurso, construídos por meio de itens visuais, tal como roupas, adereços e fisionomia.

Vale salientar ainda que, ao recategorizar os referentes enquanto garça e sapo, o chargista zappa, deixa claro seu posicionamento político transparecer na produção imagética, pois ao usar os referidos termos, ele faz uso da estratégia de polidez indireta, pois faz insinuações e mostra ironia, deixando a interpretação para o interlocutor. E é por meio dessas insinuações e da ironia criada que parece residir o humor dessa charge.

Desta forma, ao fazer uso da polidez indireta, o produtor textual acaba por ameaçar a face positiva da presidente Dilma e do presidente da câmara, Eduardo Cunha, pois infere-se, por meio da apreensão dos referentes, que ambos foram recategorizados enquanto animais.

6 Considerações Finais

Nesta pesquisa, consideramos a relevância do trato de gêneros de grande utilização no cotidiano tal como a charge, presente em jornais e revistas.

Seu objetivo é a crítica humorística de um fato ou de um acontecimento específico. É a reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público segundo a ótica do chargista. Tanto se apresenta somente através de imagens quanto combinando imagem e texto. Sua ocorrência opera em cima de fatos reais e o conhecimento prévio do tema abordado na charge, por parte do leitor, é fator essencial para compreendê-la (ARBACH, 2007).

Nesse sentido, por ser um gênero que incorpora o humor e a ironia como linguagem, nos despertou o interesse em mostrar como o processo de referenciação no seu curso de categorização e recategorização pode contribuir para a construção da imagem social do objeto de discurso em charges, bem como mostrar como o processo de referenciação contribui para a deflagração de humor nesse gênero.

A partir das análises, pôde-se observar que o chargista mostrou a presidente em posições diferentes em cada charge. Na primeira ele utilizou da polidez positiva para preservar a autoimagem da presidente, mesmo sendo seu interesse maior em ameaçar sua face positiva; na segunda usou da estratégia de polidez negativa para fazer insinuações a respeito da imagem social dela; na terceira ele faz uso, também, de polidez indireta, por meio de expressões indiretas e da ironia para atingir a face positiva de Dilma; e por fim na quarta ele usa de polidez indireta ao fazer insinuações e ironizar os personagens, o que acaba por ameaçar a face positiva dos personagens políticos.

Contudo, observamos que, para entender os contextos das charges, bem como o da interação presente nela, devemos atentar para as normas e princípios que regem a interação em uma determinada cultura e sociedade. Ou seja, a polidez é uma prática regida por convenções sociais impostas ao contrato conversacional e, por isso, essas estratégias devem ser usadas dentro de uma determinada cultura, devendo-se considerar os valores atribuídos a poder, distância, bem como os riscos de uma ameaça de face.

Assim, para entender a construção da imagem social nessas charges, por meio da categorização e recategorização dos objetos de discurso, foi preciso considerar determinados valores, isto é, foi preciso entender o posicionamento político do produtor e sua real intenção com as estratégias de polidez usadas.

Além disso, pudemos perceber que a maneira como os sujeitos (re)categorizam os objetos de discursos diz muito a respeito da relação pragmática deles com o que buscam referenciar, sendo a categorização e a recategorização uma valiosa estratégia na construção e ameaça de face, bem como na deflagração de humor.

Por fim, é válido ressaltar que, no que tange a deflagração do humor, percebeu-se que o cartunista Zappa utilizou da ironia para manifestar um sentido oposto daquilo que ele realmente queria dizer. Ou seja, ele procurou satirizar fatos e situações que envolviam a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, para, de certa forma, expor seu posicionamento político e gerar humor.

Referências bibliográficas

- ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico**. São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (1953).
- BROWN, Penelope.; LEVINSON, Stephen. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, ESTHER N. **Questions and politeness: Strategies in social interaction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 56-289.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de Lima. **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GOFFMAN, Erving. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santo Raposo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Como se constroem e reconstruem os objetos-de discurso**. Universidade Estadual de Campinas/CNPq. São Paulo, 2008, p. 99-114.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LIMA, Silvana Maria Calixto de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- POSSENTI, SÍRIO. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. Editora Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete BIASI; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- MONDADA, Lorenza. Gestion du topic et organization de la conversation. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: IEL/Unicamp, n. 41, 42, 2001, p. 7-36.
- RAMOS, Paulo. Gêneros do humor nos quadrinhos. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JR, Rivaldo (Orgs.) **Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos**. PPGEL-UFES, 2014, p 65-86.

Página intencionalmente deixada em branco

A interação jornalista e aliados políticos no governo Dilma Rousseff: papéis e máscaras do *off*

Maria da Penha Pereira LINS (UFES)

mpenhalins@gmail.com

Rosani Muniz MARLOW (UFES)

rosanimarlow@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa pretende evidenciar informações em *off* com referências à presidente Dilma Rousseff, prestadas por aliados políticos, representantes ou assessores de personalidades do poder público na interação com o jornalista, este, por sua vez, interlocutor do leitor do jornal. Foram analisados fragmentos de notícias políticas de *A Tribuna*, jornal do Estado do Espírito Santo, nos períodos: novembro de 2012 a fevereiro de 2013 e novembro de 2014 a fevereiro de 2015. Contribuíram com a pesquisa Grice ([1975] 1982) e Goffman (1995): o primeiro, para explicar uma aparente quebra do Princípio da Cooperação, bem como para entender como se opera a compreensão de sentidos implicados e inferidos para certas expressões e jargões jornalísticos; o segundo, à luz da Teoria das Faces, para analisar o discurso de aliados políticos que, tendo a face preservada pelo *off*, podem se valer da visibilidade de um veículo de massa para interesses particulares ou próprios daqueles a quem assessoram. Ainda interessa compreender como as declarações em *off*, de aliados de direita ou esquerda, se comportam em relação à face da então presidente Dilma Rousseff. Outros estudiosos auxiliam para o entendimento de particularidades do cenário político num contexto de jogo de interesses e disputa pelo poder.

Palavras-chave: Cooperação; Face; Aliados políticos; Jornalismo.

Abstract: This research aims to highlight the information provided from political allies, under conditions of being *on off*, whom bear the responsibility to represent or advise personalities of government over the interaction with professional journalists who, in turn, take up a dialogue position in relation to citizen, reader and consumer of newspaper. Were analyzed fragments of political news from *A Tribuna* newspaper, from the state of Espírito Santo, of two periods: from November 2012 to February 2013 and from November 2014 to February 2015. Theorists of Pragmatics who contributed to the research are Grice ([1975] 1982) and Goffman (1995). The first, to explain an apparent breach of the principle of cooperation as well as to understand how it operates the understanding of implied and inferred meanings for expressions and jargon recognized in the journalistic parlance as proper of undisclosed sources. And the second, in the light of the Theory of Faces, to analyze the discourse of political allies, whom having their faces preserved by the *off* condition, can take advantage of the visibility of a mass vehicle for publishing private or personal information of those they advise. Still, it is interesting to understand how statements provided on *off*, from both right and left allies, behave in relation to the face of so President Dilma Rousseff. Other scholars, of journalistic and political spheres, as Lage (2005) and Chaparro (1994), helped with the understanding of the peculiarities of the scenario and the role of social actors in a context of games of interests and struggle for power.

Keywords: Cooperation; Face; Political allies; Journalism.

1 Introdução

O Jornal *A Tribuna*, através do seu Programa Permanente de Autorregulação, estabelece sua missão de ser um jornal a serviço do capixaba, comprometido em oferecer serviços de comunicação, informação e entretenimento, com interatividade, qualidade, credibilidade, relevância e pluralidade, sob os princípios da ética e da responsabilidade social e ambiental, por meio da excelência profissional, visando à satisfação das partes envolvidas, a rentabilidade e o lucro. Dentre esses valores, estão desde os padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade quanto a competitividade de mercado (REDE TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO, 2012). Através do quadro de empregados da empresa de comunicação e, mais especificamente, dos profissionais da redação, a matéria prima das mais diversas fontes se transforma num veículo impresso, tecnicamente organizado em manchetes, reportagens, entrevistas, imagens, gráficos, artigos de opinião, matérias, notas e outros gêneros discursivos da esfera jornalística.

Pode-se afirmar que o jornalista, ao consultar, entrevistar, abordar, investigar, interagir com a sua fonte, é responsável por iniciar um processo que vai se utilizar das declarações da sua fonte para produzir o jornal que, diariamente, está à disposição do leitor, nas bancas, no endereço dos assinantes, nas empresas e em tantos outros locais. Então, além do jornalista, a fonte configura-se essencial para uma boa matéria jornalística. Há uma intimidade na relação repórter-fonte (CHAPARRO, 1994).

No entanto, muitas vezes as fontes impõem-se o anonimato e ao jornalista cabe aceitar ou não a condição do *off*¹ que “em qualquer circunstância, é uma decisão solitária, crucial e exclusiva do repórter” (FORTES, 2005, p. 63). Segundo Chaparro, em sua obra *Pragmática do jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*, “em muitos jornais de prestígio internacional, o rigor ético limita ou impede a utilização da informação em *off* [...]. No Brasil, porém, o *off* é uma das almas da cultura jornalística” (CHAPARRO, 1994, p. 64). É, portanto, de causar curiosidade, quando não estranheza, a leitura de matérias jornalísticas que contêm informações cuja fonte é feita desconhecida para o leitor.

Sabe-se que a imprensa, senso comum, ao longo dos anos, firmou-se como o “quarto poder”, tendo em vista a força de seu alcance e influência na sociedade, sobretudo em questões políticas, econômicas e sociais. Essa abrangência faz da imprensa poderoso veículo ideológico, ora objeto de interesse e aliança, ora objeto de embate e crítica. No cerne dessas relações, ora cooperativas, ora conflituosas, está o repórter, responsável por coletar, tratar e publicar a informação das fontes para os leitores do jornal

A ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que

¹ “Off”, simplificação do inglês *Off the Record* (extraoficialmente, confidencialmente), é o jargão que, no meio jornalístico, identifica a prática de passar ao jornalista informações que não deveriam ser publicadas ou que, se publicadas, não devem ter a fonte revelada;

ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal. (CARVALHO NETO, 2013, p. 1).

Chaparro (1994) concorda com essa proposição ao relacionar sintomas do que seria um desequilíbrio de identidade da função social do jornalismo

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência dos objetivos do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social. (CHAPARRO, 1994, p. 108).

Mas, além dessa função social, dessa “utilidade pública” de fiscalização, a imprensa também se identifica economicamente como empresa que comercializa um produto e visa lucro: antes de informar, ela precisa vender a informação. E vender a informação de forma mais atrativa do que a do concorrente. E melhor ainda se a informação é inédita, exclusiva, o chamado “furo de reportagem”. Nesse aspecto, o tempo de que o jornalista dispõe se torna precioso à medida que a notícia é perecível, que as opções de pautas são múltiplas e que a adequação da informação aos espaços diagramados é imperativa. Diante de uma pauta, em geral, o jornalista dispõe de um rol de fontes que cooperarão com ele na cobertura do fato. Na verdade, cada jornalista “colecciona” de maneira “exclusivista” as suas fontes e, muitas vezes, as fontes com as quais o jornalista dialoga, na produção de conteúdo jornalístico, são de ordem pessoal, particular - há um vínculo entre o repórter e sua fonte.

Delimitando essa interação no caso do jornalismo político, tem-se nos assessores de imprensa e nos aliados políticos as fontes que representam, em muitas situações, autoridades e personalidades públicas perante a imprensa. No entanto, em função de interesses ocultos, é possível a ocorrência de erros de informação sem origem proposital por parte dos jornalistas ou de suas fontes. Chaparro reconhece as “contradições do noticiário político, fortemente influenciado pelos interesses das fontes, intervenientes preparados (inclusive com assessorias especializadas) para usar, em proveito próprio, os meios e os processos jornalísticos” (CHAPARRO, 1994, p. 61). Da mesma forma, Lage (2005), em sua obra *Estrutura da notícia*, entende que o erro pode abalar a credibilidade de um jornal e deve ser evitado.

Ribeiro (2010), em sua obra *Política: Quem manda, por que manda, como manda*, afirma que o termo “política” refere-se ao exercício de poder e, naturalmente, às múltiplas e complexas consequências desse exercício, às vezes não aparente à primeira vista. Adiante, Ribeiro aponta que a vocação para a política não deve ser ditada por interesses pessoais, sob pena de não alcançar objetivos comuns, pois: “pouca coisa pode haver de mais nobre do que a dedicação à coletividade, quando essa dedicação não é ditada por interesses

personais ou mesquinhos, mas por crenças ou ideais que, mesmo erradamente, tenham como objetivo o bem-estar público” (RIBEIRO, 2010, p. 26).

Neste sentido, pretende este artigo avaliar a interação entre os profissionais de jornalismo e aliados políticos, na condição do *off*, em especial, quando estes enunciados fazem referência à presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Buscando compreender a relação discursiva entre essas fontes do *off* e o jornalista, pretende-se considerar o Princípio da Cooperação, segundo Paul Grice ([1975] 1982), para responder às seguintes questões: As implicaturas do *off* e das para expressões e jargões do linguajar jornalístico como próprios de fontes não reveladas são quebras do Princípio da Cooperação? As informações publicadas em *off* trazem algum tipo de prejuízo para o consumidor e o cidadão, representados no leitor do jornal impresso? Além disso, à luz da teoria da face, de E. Goffman (1967), o artigo pretende responder: O discurso em *off* de aliados políticos, ao fazerem referência à Dilma Rousseff, colabora ou não para a manutenção da face como imagem social da presidente?

Tendo como lugar de discurso o jornal impresso, a pesquisa analisará recortes de notícias políticas publicadas no Caderno de Política de *A Tribuna*, com informações em *off* originadas de aliados políticos, fazendo referência à presidente Dilma Rousseff, sendo tais declarações, portanto, de inteira responsabilidade do jornalista ou da empresa de comunicação que as publicou. Esta pesquisa justifica-se tendo em vista a importância e a credibilidade deste meio de comunicação de massas, bem como seu inquestionável poder ideológico e formador de opiniões. Pretende-se, portanto, abrir espaço para a pesquisa e a descrição de fenômenos do jornalismo e da política nacional, como as declarações em *off* de aliados políticos na imprensa, especialmente quando relacionados à chefe do governo nacional.

2 O princípio da cooperação

Paul Grice teoriza sobre a conversação, a ética e as intenções da comunicação. O filósofo afirma que cada falante despende esforços cooperativos nos diálogos e reconhece um propósito comum ou um conjunto de propósitos que sustenta e orienta a direção da conversa (GRICE, 1982, p. 86). Na sua teoria, Grice (1982, p. 86) concebe um “princípio muito geral” no qual cada participante faz a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado. É o Princípio de Cooperação.

Para dar conta de sua teoria, o teórico estabelece um conjunto de regras que devem reger o ato conversacional efetivo: São as máximas conversacionais, reunidas sob o Princípio da Cooperação, em que os integrantes se engajam na conversa e contribuem de acordo com as exigências da troca conversacional. O autor esclarece que “esta especificação, naturalmente, é demasiado estreita e o esquema tem que ser generalizado para abranger propósitos gerais tais como influenciar ou dirigir as ações dos outros” (GRICE,

1982, p. 88). Temos, nas palavras do próprio Grice, sobre o Princípio da Cooperação, é razoável esperar dos interactantes uma preocupação com o sucesso da conversação

Gostaria de mostrar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável (racional) da seguinte forma: pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o Princípio de Cooperação e as máximas. (GRICE, 1982, p. 91).

Noutra ocasião, Grice descreve algumas das suposições que defende estarem presentes nas trocas conversacionais entre falantes

É importante reconhecer estas máximas porque nós temos suposições nas conversações. Nós supomos que as pessoas estão normalmente fornecendo uma quantia apropriada de informação [...]; nós supomos que estão dizendo a verdade, sendo relevantes, e tentando ser claras o quanto podem. Porque estes princípios são supostos na interação normal. (GRICE, 1996, p. 37) [tradução nossa]².

A partir do Princípio da Cooperação, sob as categorias de Quantidade, Qualidade, Relação e Modo (ou Maneira), Grice formula as máximas e estabelece as implicaturas conversacionais, fenômenos gerados quando há violação das regras citadas. A ironia, as expressões ambíguas, a metáfora, entre outras, constituem violação do Princípio da Cooperação ou, pelo menos, de uma ou mais de suas máximas, e são, na verdade, recursos do falante para transmitir informações além do sentido literal.

O Princípio da Cooperação, de Paul Grice (1982, p. 86), é o seguinte: “Faça a sua contribuição à conversação tal como ela é requerida, no estágio em que ela se encontra, para os propósitos mutuamente acordados”. Para ele, os indivíduos que se comunicam em boa-fé constroem enunciados que obedecem a quatro máximas ou categorias, assim constituídas (GRICE, 1982, p. 86):

- **Máxima da Quantidade:** Esta categoria está relacionada com a quantidade de informação fornecida e a ela correspondem as seguintes submáximas: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”; “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.
- **Máxima da Qualidade:** A máxima da qualidade evidencia a importância da veracidade da informação: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”. Complementam a categoria, duas máximas mais específicas: “Não diga o que você acredita ser falso”; “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.

² “It is important to recognize these maxims as unstated assumptions we have in conversations. We assume that people are normally going to provide an appropriate amount of information [...]; we assumed that they are telling the truth, being relevant, and trying to be as clear as they can. Because these principles are assumed in normal interaction”;

- **Máxima da Relação:** É a categoria mais concisa: “Seja relevante”. No entanto, o próprio Grice (1982:87) reconhece que a máxima da relação oculta questões difíceis de tratar, como: tipos de foco de relevância e mudança de assunto da conversação.
- **Máxima da Maneira:** A categoria da maneira não está relacionada ao que é dito (como as anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito. Nesta categoria, é considerado como supermáxima: “Seja claro”. E como submáximas: “Evite obscuridade de expressão”; “Evite ambiguidades”; “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”; “Seja ordenado”. Nessa categoria, é possível se admitir a necessidade de outras submáximas.

Apesar de declarar que o Princípio da Cooperação foi concebido para se observar e reger a ocorrência da fala ou do diálogo em “boa fé”, Grice admite a aplicação de suas máximas noutras ocorrências sociais, em “transações que não são diálogos” (GRICE, 1982, p. 88).

Isso se dá, segundo Grice (1982, p. 89), porque “os falantes em geral procederão na forma prescrita por estes princípios [...] as pessoas se comportam dessa maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer”. Na visão do autor, falar a verdade é fácil, enquanto que inventar e manter mentiras exige um grande esforço, uma ruptura radical.

Fato empírico à parte e assumindo posição mais racionalista, Grice (1982, p. 90) crê também existir “uma prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria acata, mas como algo que é, para nós, RAZOÁVEL acatar, como algo que nós devêssemos acatar [...] como uma questão quase-contratual”. Por isso são perceptíveis, nas conversações, alguns traços comuns entre falantes cooperativos (*cooperative conversational partners*): mesmo objetivo imediato, contribuições encadeadas e mutuamente dependentes e entendimento explícito ou tácito de continuidade ou não do intercâmbio linguístico.

Grice (1996, p. 39) reconhece que existem circunstâncias nas quais os oradores podem optar por não contribuir ou não podem seguir as expectativas do Princípio da Cooperação: “Nas salas de tribunais e salas de aula, as testemunhas e os estudantes são frequentemente convidados para dizer coisas que já são conhecidas (desse modo violando a máxima da quantidade). Tal conversa institucional especializada é claramente diferente da conversação”³ [tradução nossa].

Sobre a utilização das implicaturas conversacionais, expressões que, embora não tipicamente tão informativas quanto se é requerido, no contexto, são interpretadas naturalmente porque comunicam mais do que está sendo dito (isto é se o orador sabe a resposta, ou seja, se o ouvinte percebe a aparente violação das máximas e entende o que se faz saber a mais do que está sendo dito), o filósofo adverte de que as implicaturas são “suposições de interação cooperativa”, ou seja, porque as implicaturas comunicam o que

³ “In court-rooms and class-rooms, witnesses and students are often called upon to tell people (thereby violating the quantity maxim). Such specialized institutional talk is clearly different from conversation”.

não está dito, os oradores podem sempre negar que pretenderam comunicar tais significados: “As implicaturas da conversação são negáveis. Elas podem explicitamente ser negadas (ou alternativamente, reforçadas) em diferentes caminhos” (GRICE, 1996, p. 44)⁴ [tradução nossa].

Grice (1982, p. 94) chega a estabelecer um padrão geral para dedução de implicaturas conversacionais e a citar exemplos de implicaturas nos quais nenhuma máxima é violada (ou pelo menos isso não está claro), ou uma máxima é violada, ou a máxima é abandonada de propósito, ou até mesmo uma máxima é quebrada numa estratégia de reforço de outra máxima.

Interessa a este artigo perceber o Princípio da Cooperação, na sua prática ou no seu destrato, na conversação entre aliados políticos em *off* e jornalistas, com referência à presidente Dilma Rousseff, bem como entender o grau de comprometimento que essa relação e que a terminologia própria do *off* pode trazer à construção de sentido pelo cidadão-leitor-consumidor.

3 O princípio da polidez

Os trabalhos sobre a face social, de Erving Goffman (1967), e sobre o princípio da cooperação, de Paul Grice (1975) integram as teorias da polidez, introduzidas por Brown e Levinson (1987). A polidez está associada aos processos de elaboração da face como a autoimagem pública dos indivíduos, como “imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1980, p. 77), e se caracteriza como “recurso de dissimilação de afeto do tipo negativo” (MARTELOTTA, 2013, p. 97).

Os estudos da polidez defendem que, ao se comunicarem, os interactantes tendem a cooperar para manter a face e assegurar a autoimagem de todos os participantes. Essa cooperação se manifesta por determinadas habilidades ou condutas, como o tato e a diplomacia, inclusive o esforço da preservação do orgulho, da honra e da dignidade da face, evitando ou contornando-se situações de ameaças às faces dos indivíduos envolvidos, como em gafes, insultos maliciosos e ofensas, pois “a preocupação com a própria face implica a preocupação com a face do outro” (MARTELOTTA, 2013, p. 98).

Segundo Goffman (1967), é impossível ter total controle da própria face porque não se consegue controlar a interpretação que o outro fará do que é dito. A face é, pois, construída à medida da interação com o outro. Logo, a face não é de todo particular no indivíduo, ela é, em termos sociais, um empréstimo de uma imagem social, um produto social.

A partir do conceito de face de Goffman, Brown e Levinson (1987) propõem a noção de face positiva, quando está relacionada à necessidade de aceitação e de aprovação entre interactantes, e a noção de face negativa, quando referente à autoafirmação, à defesa pela liberdade de ação e à necessidade de independência. Não há uma única face e nem uma única imagem. No entanto, a sociedade vai cobrar e

⁴ “Conversational implicatures are deniable. They can be explicitly denied (or alternatively, reinforced) in different ways”.

valorizar a face positiva como resultado da construção de saudáveis interações sociais, e o indivíduo não vai desejar expor a sua face negativa, para não distorcer sua imagem e o seu papel perante a sociedade. Revelar a face negativa, em geral, significa que o indivíduo se sentiu ameaçado de alguma forma e pode representar um descontrolo interacional.

Assim, segundo Brown e Levinson (1987), “face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e tem que ser constantemente cuidada numa interação”. (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61). E sendo interacional, a relação se estabelece entre, no mínimo, duas pessoas. Por isso, Goffman (1967) afirma que, além de construir e manter sua face (orientação defensiva), todo indivíduo deve respeitar e não ameaçar a face do outro (orientação protetora).

Neste sentido, Goffman (1967) propõe dois processos de elaboração de face: o processo de evitação e o processo corretivo. No primeiro, os participantes evitam tópicos que ameacem as faces, podendo até mudar de assunto para não iniciar um conflito. No segundo, diante das faces ameaçadas, os interactantes podem atuar de quatro maneiras: 1) o desafio, em que os outros participantes chamam a atenção do falante para a conduta desviada; 2) a oferenda, através da qual se dá ao falante a chance de corrigir a ofensa e restabelecer o equilíbrio da interação; 3) a aceitação, na qual as pessoas aceitam a oferta de correção e, por fim, 4) o agradecimento àqueles que lhe perdoaram. Não utilizar esses atributos prejudica a interação e contribui para que aconteçam novos atos que ameacem a sua face e a dos outros participantes.

Os Atos Ameaçadores de Face (FTA's) positiva e negativa do falante e do ouvinte na interação verbal são exemplificados por Brown e Levinson (1987): 1) atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: desaprovação, insultos, acusações; 2) atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: pedidos, ordens, elogios; 3) atos que ameaçam a face positiva do falante: auto-humilhação, autoconfissões; 4) atos que ameaçam a face negativa do falante: agradecimentos, excusas, aceitação de ofertas. Para Brown e Levinson (1987), em um contexto interacional de mútua vulnerabilidade, qualquer participante tentará evitar esses atos de ameaça ou contornar a situação, através de estratégias de negociação da imagem, minimizando suas ameaças, caso as tenha cometido e salvando suas faces, caso tenha sofrido algum tipo de ameaça.

Nos estudos de Goffman sobre interação social, os conceitos se aproximavam metaforicamente aos termos do universo teatral, como: drama, encenação, papéis, cenário, atores, personagens, plateia e bastidores. Na sua obra *A representação do eu na vida cotidiana* (1959), Goffman aborda questões, como público, representação e fachada social. Segundo ele

quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita que seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. (GOFFMAN, 1975, p. 25).

Esta perspectiva de Goffman se aproxima com a realidade do jornalismo político analisado neste trabalho, especialmente pela metáfora dos bastidores, largamente explorada pelos jornalistas para dar conta de sentidos variados, inclusive como conotação do *off*.

4 Aliados políticos em *off* e a face de Dilma Rousseff

O *corpus* deste artigo faz parte de uma coletânea de textos jornalísticos pesquisados através de expressões associadas a declarações que procedem de fonte cuja identidade foi mantida em anonimato. São exemplos desde termos metafóricos, como “bastidores” e “corredores”, a expressões denotativas, como “fontes não oficiais”, “segundo interlocutores” e outros. No total, o *corpus* da citada dissertação coleciona 162 ocorrências de *off*, veiculados em notícias políticas do Caderno de Política de *A Tribuna*. Os intervalos de coleta de ocorrências de *off* abrangeram dois períodos pós-eleitorais: de novembro de 2012 a fevereiro de 2013 e de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, ou seja, dois meses antes e dois meses após a posse dos eleitos. Como critério de pesquisa, evitou-se os meses de plena campanha eleitoral.

Tendo em vista que a totalidade da análise é objeto de dissertação de mestrado em andamento junto ao Programa de Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, a este artigo interessam 23 ocorrências nas quais se percebe a interação de jornalistas com aliados políticos que, no anonimato do *off*, fazem declarações com referência a Dilma Rousseff, então presidente da República. Na Tabela 1, que especifica datas e demais informações destas 23 ocorrências, observa-se maior ocorrência do *off* após o pleito de 2014, que elegeu a presidente Dilma Rousseff para seu segundo mandato, somando 18 ocorrências, em comparação a 5 ocorrências colhidas do ano anterior, em que não houve disputa eleitoral no cenário federal, e sim nos âmbitos estadual e municipal.

Tabela 1. Registro do número de ocorrências do *off*

Mês e ano de eleição	Eleição	Período de coleta de dados	Nº de declarações de aliados em <i>off</i> relacionadas a Dilma Rousseff	Nº total de ocorrências de <i>off</i>
Outubro de 2012	Prefeitos e Vereadores	Novembro de 2011 a fevereiro de 2012	5	63
Outubro de 2014	Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual	Novembro de 2014 a fevereiro de 2015	18	99
Total de ocorrências			23	162

Apesar de presente em outras editorias, como Economia e Polícia, é na Política que se faz mais notada a utilização de informações de fontes de identidade preservada. Porém, o jargão jornalístico “bastidores” e suas variações são utilizados especialmente em notícias políticas.

A seguir, tabelas das ocorrências registradas em notícias políticas do Caderno de Política do Jornal *A Tribuna*, nos períodos de novembro de 2011 a fevereiro de 2012 e de novembro de 2014 a fevereiro de 2015.

Nestas, as referências à presidente Dilma Rousseff estão marcadas em **negrito**, e as referências de aliados políticos como declarantes do *off* estão sublinhadas. Jargões jornalísticos que denotam a presença de informações com fonte preservada também foram sublinhados. Ainda, a pesquisa entende o termo “governo” correlacionado ao seu dirigente máximo, a presidente Dilma Rousseff.

Importante aqui determinar que o termo adotado neste trabalho, “aliados políticos”, necessariamente não significa aliados políticos de direita ou da situação, ou seja, da presidente Dilma Rousseff, mas assessores de confiança de alguma personalidade política que, interagindo com um jornalista, tenha feito declarações em *off* envolvendo a imagem da presidente. As Tabelas 1 e 2 organizam as ocorrências dos meses posteriores a cada uma das eleições, respectivamente.

Tabela 2. Registro de *off* proveniente de aliados políticos (novembro/2012 a fevereiro/2013)

Nº	Data, pág. e autoria ou procedência	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i> e localização da ocorrência	
1	Quinta-feira, 08/11/2012, p. 47. Brasília	PMDB sai frustrado de jantar com Dilma	“Foi uma jogada chamar muita gente para o jantar que seria do PMDB. Não tinha nada a ver chamar o povo do PT. Saiu todo mundo chupando o dedo, e Dilma tirou o corpo fora de tudo [...] <u>Ela</u> fez cara de paisagem para tudo’, comentou um interlocutor de Temer.”	Penúltimo §
2	Quinta-feira, 27/12/2012, p. 49. Brasília	Renan quer voltar a presidir o Senado / Dilma tenta evitar o retorno	“A presidente Dilma Rousseff nunca escondeu seu mal-estar com a possibilidade de Renan Calheiros presidir o Senado no lugar de Sarney. <u>Nos bastidores</u> , [Dilma] chegou a articular o nome do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB), para o cargo.”	Lide ⁵
3	Domingo, 06/01/2013, p. 62. Brasília	"Despachante do Senado" está de volta / Senso de oportunidade é traço típico	"[...] Renan faz campanha sem assumir sua própria candidatura. <u>Os íntimos dizem</u> que ele busca votos com ao menos uma premissa perigosa, confidenciada raríssimas vezes: ' A presidente Dilma Rousseff não gosta de mim.'"	Último §
4	Domingo, 06/01/2013, p. 62. São Paulo	Discurso para reafirmar eleição	"[...] <u>segundo interlocutores próximos da Presidente, Dilma</u> quis falar de forma mais veemente para não apenas conter as críticas da oposição, mas também para mostrar que o governo está trabalhando."	Antep. §
5	Domingo, 27/01/2013, p. 63. Brasília	Renan vai pôr bloco na rua só na véspera da disputa	"O fato de Renan estar recolhido não significa que não tenha feito campanha <u>nos bastidores</u> . Ele se articulou durante todo o ano passado, enfrentando inclusive a resistência da presidente Dilma ."	Antep. §

Tabela 3. Registro de *off* proveniente de aliados políticos (novembro/2014 a fevereiro/2015) (Continua)

Nº	Data, pág. e autoria ou procedência	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i> e localização da ocorrência	
6	Terça-feira, 04/11/2014, p. 41.	PT quer mais participação / Cúpula petista pregou o controle	"A portas fechadas, <u>dirigentes do PT</u> disseram que será preciso pressionar Dilma para ouvir o partido, dialogar com movimentos sociais, aprovar a democratização dos meios de comunicação e fazer mudanças na economia."	5º §

⁵ Lide, jargão jornalístico para o primeiro parágrafo da matéria jornalística que, sinteticamente, responde às questões o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

Autoria/procedência não informada	do Banco Central e cobrou um espaço mais amplo no segundo governo de Dilma Rousseff		
-----------------------------------	--	--	--

Tabela 3. Registro de *off* proveniente de aliados políticos (novembro/2014 a fevereiro/2015) (Continuação)

Nº	Data, pág. e autoria ou procedência	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i> e localização da ocorrência	
7	Sábado, 06/12/2014, p. 42. Brasília	Dilma anuncia 12 ministros até sexta / <u>Entre os cotados</u> , o governador da Bahia, Jaques Wagner, <u>deverá ocupar</u> o Ministério das Comunicações. Simão pode assumir a CGU	"[...] a presidente Dilma Rousseff <u>deverá anunciar</u> um pacote com pelo menos 12 ministros de seu segundo mandato [...]"	Olho ⁶
8	Domingo, 07/12/2014, p. 54. Brasília	Jornada de até 15 horas no Planalto / Futuros ministros de Dilma que vão cuidar da área econômica já tentam botar ordem na casa sem virá-la de cabeça pra baixo	"A nova equipe quer evitar o otimismo exagerado e ganhar a confiança dos investidores, divulgando a fotografia do momento. <u>Nos bastidores</u> , o comentário é que o desgaste de Mantega começou com prognósticos que não se confirmaram."	Olho e Penúlt. §
9	Terça-feira, 16/12/2014, p. 43. Brasília	Dilma decide espaço que dará ao PMDB	" <u>Auxiliares da Presidente</u> disseram hoje que a composição da equipe do segundo mandato será anunciada até o fim da semana."	Último §
10	Domingo, 21/12/2014, p. 60. Brasília	Lista com suspeitos faz Dilma repensar escalão	"Antes cotado para o primeiro escalão do governo, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deve ser a primeira vítima da 'lupa' de Dilma . [...] <u>De acordo com auxiliares de Dilma</u> , porém, a inclusão do aliado na lista de Costa não afetará a escalação do Ministério."	2º e último §
11	Domingo, 21/12/2014, p. 60, Brasília	Lista com suspeitos faz Dilma repensar escalão / Cardozo fica para reforçar defesa	" <u>Interlocutores da Presidente</u> entendem que qualquer mudança na área agora aumentaria a dúvida sobre como lidar com a questão."	3º §
12	Domingo, 04/01/2015, p. 48. Brasília	Dilma vai enfrentar oposição mais forte / PMDB tira apoio irrestrito	"Um <u>proeminente peemedebista</u> do Senado disse que o partido saiu 'humilhado' da reforma, uma vez que foi repassada ao público uma imagem de que o governo cedeu ao apetite fisiológico do PMDB."	Último §
13	Segunda-feira, 05/01/2015, p. 27. Brasília	Dilma vai ter desafios na volta do descanso	"[...] Dilma <u>deve nomear</u> a ex-ministra do Planejamento Miriam Belchior (PT) [...]. Paulo Cafarelli, que era secretário executivo do Ministério da Fazenda, é o <u>mais cotado</u> para comandar o Banco do Brasil."	Penúlt. e último §

⁶ Olho, jargão jornalístico para subtítulo discreto localizado abaixo do título da notícia.

Tabela 3. Registro de *off* proveniente de aliados políticos (novembro/2014 a fevereiro/2015) (Conclusão)

Nº	Data, pág. e autoria ou procedência	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i> e localização da ocorrência	
14	Segunda-feira, 05/01/2015, p. 27. Brasília	"Candidato em 2018 é Lula", diz Mercadante	"Para um dos auxiliares mais próximos de Dilma , Mercadante ganhou protagonismo no governo por ter um estilo semelhante ao de Dilma quando era ministra de Lula, de obediência e lealdade."	8º §
15	Terça-feira, 06/01/2015, p. 43. Brasília	Dilma veta propostas sobre transparência	" <u>Nos bastidores</u> , a aposta é que alguns partidos da base como o PMDB, insatisfeitos com a montagem do segundo governo da petista , devem trabalhar para derrubar os vetos da Presidente ."	Antep. §
16	Domingo, 11/01/2015, p. 50. Brasília	"Meninos de Dilma " dominam o Planalto	"Eles têm em comum o fato de serem disciplinados e cumpridores de tarefas. <u>Nos corredores</u> do Planalto, já são apelidados de 'os meninos de Dilma '."	2º §
17	Domingo, 11/01/2015, p. 50. Brasília	"Meninos de Dilma " dominam o Planalto	" <u>Quem é próximo de Dilma</u> , porém, vê com naturalidade a escolha do petista [...]. 'A Dilma gosta muito do jeito do Pepe trabalhar. Ela dá uma missão, ele abaixa a cabeça, ouve e cumpre. Ele fica calado quando tem de ficar e fala quando tem de falar', <u>conta um interlocutor</u> ."	3º §
18	Domingo, 25/01/2015, p. 58. Brasília	Juros e cortes a direitos põem PT em ebulição	"Às vésperas de completar 35 anos, o PT está em ebulição [...]. As críticas se espalham [...]. Dilma e o ex-presidente Lula são os convidados de honra da festa, que será realizada em momento difícil para o PT [...]. Tudo está sendo preparado para abafar o tiroteio [...]. <u>Nos bastidores, porém, deputados, senadores e até dirigentes do PT</u> manifestam incômodo com o fato de Dilma , em seu segundo mandato, só apresentar um 'saco de maldades' para a população [...]."	Da lide ao 5º §
19	Terça-feira, 03/02/2015, p. 40. Brasília	Cunha "endurece" com o governo / Nova negociação para o 2º escalão	" <u>Nos bastidores</u> , o governo vinha tentando vincular o preenchimento dos cargos do segundo escalão ao apoio ao deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) à presidência da Câmara. Mas a estratégia não deu certo."	3º §
20	Segunda-feira, 09/02/2015, p. 25. Brasília	Planalto já traça estratégia para alavancar presidente	" <u>Auxiliares de Dilma</u> avaliam que chegou a hora de a própria Presidente assumir o protagonismo político da 'batalha da comunicação' e defender a posição do governo perante a opinião pública."	2º §
21	Sábado, 14/02/2015, p. 36. Brasília	Na volta do Carnaval, Dilma tenta virar o jogo	"Segundo relatos de <u>assessores presidenciais</u> , Lula disse a Dilma que o governo precisa conter a inflação e garantir a aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pela equipe econômica e não pode viver em 'guerra' com o Congresso."	3º §
22	Quarta-feira, 18/02/2015, p. 36. Brasília	Na volta do Carnaval, Dilma tenta virar o jogo	"Mas mesmo <u>os aliados da petista</u> são céticos em relação à possibilidade de sucesso."	6º §
23	Sexta-feira, 20/02/2015, p. 36. Brasília	Mais rigor na fusão de partidos vai à votação	"Isso porque o governo patrocina <u>dos bastidores</u> a criação de um novo partido para diluir o peso do PMDB dentro de sua base de apoio [...]"	Último §

Antes da análise propriamente dita, cabe registrar algumas regularidades observadas no *corpus* em exposição. Apesar de todas as notícias políticas terem sido veiculadas no jornal *A Tribuna*, do Estado do Espírito Santo, a procedência das matérias é de absoluta maioria de Brasília/DF, o que remonta ao fato de que, nas redações dos grandes jornais, é comum tanto a compra de conteúdo jornalístico produzido por outras empresas de comunicação, como a contratação de profissionais jornalistas que trabalham como correspondentes em outras localidades.

Importante também citar as “irregularidades temporal e espacial” do *off* na redação da notícia jornalística, tendo em vista que ele ocorre em qualquer dia da semana, desde nos títulos e subtítulos (olho), como no lide, como em toda a extensão da matéria, independente da ordem ou posição dos parágrafos.

Considerando os valores e princípios elencados no Programa Permanente de Autorregulamentação do Jornal *A Tribuna*, bem como o Princípio da Cooperação, de Grice, a veiculação de informação sem identificação de fonte aparenta quebra ou ruptura de um contrato tácito em que as partes, aliados políticos e jornalistas, pretendem colaborar para o sucesso da interação comunicativa, inclusive tendo o leitor como destinatário final desta mensagem, haja vista que os dados em *off* não são oficiais, comprováveis ou suficientes, implicando a quebra das máximas da quantidade. Porém, ao assumir o ônus sobre estas informações, o jornalista lhes imputa o *status* de verídicas ou relevantes, atendendo à máxima da qualidade e da relação. Ou seja, a ruptura da máxima da quantidade é compensada na Aliás, em se tratando do veículo jornal impresso, acredita-se que especialmente as máximas da quantidade, da relação e da maneira são diretamente impactadas pela necessidade do “enquadramento” dos textos aos espaços editoriais.

Na mesma perspectiva, entende-se que a máxima da qualidade, dada a importância de uma informação no contexto jornalístico, pode interferir em relação à máxima da quantidade. Como exemplo desse ponto de vista, valorização das máximas da qualidade e da relação. De uma forma geral, pode-se afirmar que a publicação de informações de fonte *off*, por si só, reflete o atendimento da máxima da relação, tendo em vista que uma informação irrelevante não passaria pelo crivo da pauta das redações dos jornais.

Com relação à máxima da maneira, as informações em *off*, promovem uma quebra generalizada do princípio da cooperação, tendo em vista que são publicadas mascaradas em expressões que indicam imprecisão, vaguidão e superficialidade nos dados, o que denota uma dada modalização, estratégia e recurso jornalístico para não comprometimento do jornalista que publica e assina a matéria. Dentre estes termos e expressões, servem como exemplos as ocorrências 7 e 13, as quais informam apenas sobre possibilidades sem qualquer precisão, marcadas especialmente pelos termos “deverá ocupar”, “deverá anunciar” e “são cotados”.

Especialmente nas ocorrências 2, 5, 8, 18, 19 e 23, é evidente a utilização do termo “bastidores” que, como jargão jornalístico, tanto sinaliza “sentidos convenientes” como é sinônimo de “lugar de fala não

autorizada, mas confiável”, dispensando, inclusive, explicações do jornalista ao leitor quanto à imprecisão ou o interesse por este tipo de informação.

Observando que a metáfora dos bastidores é largamente utilizada no jornalismo para configurar informações de fontes que não podem estar sob holofotes, tem-se em Lage (2005) que as “Metáforas (comparações implícitas) são muito utilizadas em jornalismo científico para aproximar o público de realidades muito distantes de sua experiência” (LAGE, 2005, p. 128), mas que “Toda metáfora encerra o risco de falsificar aspectos essenciais da realidade” (LAGE, 2005, p. 150).

No entanto, é preciso lembrar que, em Grice (1996), temos a orientação de observar que os ditos podem querer dizer além do que está posto, e que a aparente quebra de máximas pode ser, na verdade, uma estratégia para que o leitor infira, inclusive, o que não pode ser veiculado, o que parece ser evidente, por exemplo, na ocorrência 2, as informações em *off*, identificadas pela expressão “nos bastidores” permitem inferir que Dilma Rousseff empregou esforços pessoais para impedir que Renan Calheiros retomasse a presidência do Senado, o que, inclusive, foi posto como subtítulo da notícia. Sendo assim, o fato de o *off* aparentemente transgredir a máxima da qualidade, ou outra qualquer, é estratégia para fazer implicaturas, para as quais o leitor habilitado saberá inferir sentido.

Podemos ilustrar como se processa a inferência sobre termos do *off*, como a palavra “bastidores” (ocorrências 2, 5, 8, 18, 19 e 23) e a variação “corredores” (ocorrência 16), analisando que, mesmo sendo utilizado um termo padrão, um jargão jornalístico, seu significado dependerá da interpretação que lhe será dada pelo leitor. Além da metáfora dos bastidores, outros termos metafóricos, em especial, dão conotação bélica ou competitiva ao contexto político em cena: “jogada” (ocorrência 1), “portas fechadas” (ocorrência 6), “batalha” (ocorrência 20) e “guerra” (ocorrência 21).

Das 23 ocorrências elencadas, é possível observar que todas elas estão relacionadas a Dilma Rousseff, sendo provenientes de fontes *off*, e que em 14 delas está explícita a relação do jornalista com aliados políticos, evidenciados através dos termos: “interlocutor(es)” nas ocorrências 1, 4 e 11; “íntimos” na ocorrência 3; “dirigentes” nas ocorrências 6 e 18; “auxiliares” nas ocorrências 9, 10 e 14; “peemedebista” na ocorrência 12; “próximo” na ocorrência 17 e, por fim, “aliados” na ocorrência 22.

Porém, referindo-se especificamente às 14 ocorrências com aliados políticos e considerando os conceitos de aliados de direita (ou situação) e aliados de esquerda (ou oposição), tem-se o *off* de 11 aliados de direita e 3 aliados de esquerda. Sobre este conceito, é interessante considerar que, conforme Ribeiro,

As ideologias e as posições políticas são, ainda hoje, muito vistas em termos de Esquerda e Direita. Ao contrário do que seu uso indiscriminado pode sugerir, não são conceitos claros [...] As palavras estão sujeitas a empregos arbitrários e abusivos [...] o termo ‘Esquerda’, em Política, tem tido sempre uma conotação de oposição ou contestação ao estabelecido. (RIBEIRO, 2010, p. 166).

Na tentativa de retratar como as declarações em *off* desses aliados se referiram à face da presidente, no sentido de torná-la positiva ou negativa, utiliza-se a tabela 4.

Tabela 4. Declarações de aliados políticos de esquerda

Nº	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i>
1	PMDB sai frustrado de jantar com Dilma	“Foi uma jogada chamar muita gente para o jantar que seria do PMDB. Não tinha nada a ver chamar o povo do PT. Saiu todo mundo chupando o dedo, e Dilma tirou o corpo fora de tudo [...] Ela fez cara de paisagem para tudo’, <u>comentou um interlocutor de Temer.</u> ”
3	"Despachante do Senado" está de volta / Senso de oportunidade é traço típico	"[...] Renan faz campanha sem assumir sua própria candidatura. <u>Os íntimos dizem</u> que ele busca votos com ao menos uma premissa perigosa, confidenciada raríssimas vezes: ' A presidente Dilma Rousseff não gosta de mim.'"
12	Dilma vai enfrentar oposição mais forte / PMDB tira apoio irrestrito	"Um <u>proeminente peemedebista</u> do Senado disse que o partido saiu 'humilhado' da reforma, uma vez que foi repassada ao público uma imagem de que o governo cedeu ao apetite fisiológico do PMDB."

As ocorrências 1, 3 e 15 denotam o *off* de aliados da esquerda e declarações prestadas não preservam a face da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista que, na ocorrência 1, utilizando expressões da linguagem coloquial, infere-se que a presidente frustrou as expectativas de seus convidados num evento “que seria do PMDB”. Da mesma forma, a ocorrência 3 permite a inferência que a Presidente Dilma Rousseff não disfarça sua falta de preferência por Renan Calheiros, fato que se tornou um “argumento forte” para a busca de votos por parte de Renan entre aqueles que gostam dele e têm reservas em relação à presidente. Na ocorrência 12, temos a face da presidente ameaçada pela inferência que se faz de uma presidente que deturpou a imagem de seu partido.

Concluindo, todas as declarações em *off*, originadas de aliados de esquerda, não preservaram a face da presidente Dilma Rousseff, empregando-lhe, pelo contrário, uma imagem negativa de uma presidente que, no seu papel de estadista, não se preocupa em se relacionar bem com os seus adversários.

Tabela 5. Declarações de aliados políticos de direita
(Continua)

Nº	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i>
4	Discurso para reafirmar eleição	"[...] <u>segundo interlocutores próximos da Presidente</u> , Dilma quis falar de forma mais veemente para não apenas conter as críticas da oposição, mas também para mostrar que o governo está trabalhando."
9	Dilma decide espaço que dará ao PMDB	" <u>Auxiliares da Presidente</u> disseram hoje que a composição da equipe do segundo mandato será anunciada até o fim da semana."

Tabela 5. Declarações de aliados políticos de direita (Conclusão)

Nº	Títulos / Subtítulos	Ocorrência do <i>off</i>
10	Lista com suspeitos faz Dilma repensar escalão	"Antes cotado para o primeiro escalão do governo, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deve ser a primeira vítima da 'lupa' de Dilma . [...] <u>De acordo com auxiliares de Dilma</u> , porém, a inclusão do aliado na lista de Costa não afetará a escalação do Ministério."
11	Lista com suspeitos faz Dilma repensar escalão / Cardozo fica para reforçar defesa	" <u>Interlocutores da Presidente</u> entendem que qualquer mudança na área agora aumentaria a dúvida sobre como lidar com a questão."
14	"Candidato em 2018 é Lula", diz Mercadante	" <u>Para um dos auxiliares mais próximos de Dilma</u> , Mercadante ganhou protagonismo no governo por ter um estilo semelhante ao de Dilma quando era ministra de Lula, de obediência e lealdade."
17	"Meninos de Dilma " dominam o Planalto	" <u>Quem é próximo de Dilma</u> , porém, vê com naturalidade a escolha do petista [...]. 'A Dilma gosta muito do jeito do Pepe trabalhar. Ela dá uma missão, ele abaixa a cabeça, ouve e cumpre. Ele fica calado quando tem de ficar e fala quando tem de falar', <u>conta um interlocutor</u> ."
18	Juros e cortes a direitos põem PT em ebulição	"Às vésperas de completar 35 anos, o PT está em ebulição [...]. As críticas se espalham [...]. Dilma e o ex-presidente Lula são os convidados de honra da festa, que será realizada em momento difícil para o PT [...]. Tudo está sendo preparado para abafar o tiroteio [...]. <u>Nos bastidores, porém, deputados, senadores e até dirigentes do PT</u> manifestam incômodo com o fato de Dilma , em seu segundo mandato, só apresentar um 'saco de maldades' para a população [...]."
20	Planalto já traça estratégia para alavancar presidente	" <u>Auxiliares de Dilma</u> avaliam que chegou a hora de a própria Presidente assumir o protagonismo político da 'batalha da comunicação' e defender a posição do governo perante a opinião pública."
21	Na volta do Carnaval, Dilma tenta virar o jogo	"Segundo relatos de <u>assessores presidenciais</u> , Lula disse a Dilma que o governo precisa conter a inflação e garantir a aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pela equipe econômica e não pode viver em 'guerra' com o Congresso."
22	Na volta do Carnaval, Dilma tenta virar o jogo	"Mas mesmo <u>os aliados da petista</u> são céticos em relação à possibilidade de sucesso."

Nas 10 ocorrências da Tabela 5, cujo *off* provém de aliados políticos de Dilma Rousseff, percebe-se dois tipos de comportamento em relação à face da presidente: As ocorrências 4, 9, 10, 11, 14 e 17, em geral, preservam a face da chefe de Estado, enquanto que as ocorrências 18, 20, 21 e 22 ameaçam a face da presidente e aliada política.

No primeiro grupo de ocorrências, em que os aliados políticos contribuem para a manutenção de uma imagem positiva da presidente, podemos perceber, por exemplo, na ocorrência 4, que o discurso em *off* tenta valorizar o discurso da presidente feito anteriormente. O discurso na ocorrência 9, por sua vez, também fortalece a imagem de Dilma ao ser categórico na afirmação do anúncio da nova equipe de governo: "será anunciada", diferentemente da vaguidão da forma do "deverá ser" comum na forma do *off*. Nas ocorrências 10 e 11, os aliados preservam a face da presidente mantendo o discurso da mesma em relação ao compromisso da escalação dos novos ministros, minimizando os percalços divulgados na mídia. Já nas

ocorrências 14 e 17, a face de Dilma é positivada, tendo em vista os valores que, indiretamente, lhe são imputados: obediência, lealdade, humildade e competência.

No entanto, no segundo grupo de ocorrências, pode-se perceber que o *off* de aliados políticos da presidente não preservam sua face, tendo em vista que, na ocorrência 18, “até dirigentes do PT” se dizem incomodados com as decisões do governo em detrimento da população, declaração que afeta a imagem de Dilma Rousseff, assim como a ocorrência 20, em que os aliados, ao avaliarem “que chegou a hora de a própria Presidente assumir o protagonismo político”, estão declarando que Dilma Rousseff não era protagonista até então, o que infere que era comandada ou dependente de outra personalidade política perante a opinião pública. Na ocorrência 21, os aliados em *off* relatam que a presidente Dilma foi orientada pelo ex-presidente Lula sobre o que fazer para melhorar a economia e para pacificar relações com o Senado, declarações estas que constroem a imagem de uma presidente que, além de uma relação muito próxima com o ex-presidente, não tem competência para agir na economia do país e não tem bom relacionamento com o Senado, órgão federal que, em suas atribuições, está intimamente relacionado à presidência da república. Por último, a ocorrência 22, da mesma forma, registra que “aliados da petista são céticos” em relação à capacidade de Dilma Rousseff “virar o jogo” político instaurado a seu desfavor, o que ameaça a sua imagem de governante capaz de dirigir politicamente os interesses da nação.

5 Considerações finais

De forma limitada e breve, tentou-se demonstrar como os estudos da Pragmática na Linguística podem contribuir para a construção de sentidos e de imagens sociais, considerando contextos de interação comunicativa de interesse político-jornalístico.

Uma primeira parte da análise percebeu que a condição do *off* reforça o princípio da cooperação discursiva entre aliados políticos e jornalista, já que ambos evidenciam esforços demasiados, tendo em vista a importância e a conveniência da informação, para atender aos interesses de cada parte: a fonte, de confiar uma informação para ser publicada sem qualquer tipo de relação ou retaliação a sua pessoa; e o jornalista, de que aquela dada informação tem mais valor em si do que risco eminente. O produto desta interação, o jornal impresso, chega às mãos do cidadão-leitor-consumidor disposto a, mais que informar, preparar a sociedade para que ela saiba reconhecer e interpretar discursos e, assim, atualizar os seus conhecimentos e a sua posição diante do mundo.

Uma segunda parte revelou que, de forma geral, o discurso de aliados políticos de esquerda, resguardados pelo sigilo do *off*, fizeram declarações ameaçadoras à face de Dilma Rousseff, uma atuação aparentemente comum em se tratando dos cenários de disputa de poder que marca a política e do jogo de

interesses que marca o jornalismo. No entanto, da parte de aliados políticos de direita, também houve declarações que levaram a imagem da presidente ao descrédito público.

De forma alguma esta pauta está esgotada. É preciso ouvir novas fontes e interagir com mais pesquisadores do tema que, com certeza, nos bastidores da academia, direcionam holofotes sobre a interação e o contexto comunicacional. O cenário científico está favorável a estas pesquisas e aguarda, de camarote, que se abram as cortinas para mais contribuições.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Michael. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CARVALHO NETO, Reynaldo C. 'O Quarto Poder' e censura democrática. In: **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>, Acesso: 10 nov 2013.
- CHAPARRO, Manuel C. **Pragmática do jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. Coleção Comunicação. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, Sérgio Augusto (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO; GARCÉZ (Org.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. vol. IV, Campinas: s. ed., 1982.
- GRICE, Paul. *Cooperation and Implicature*. In: YULE, George. **Pragmatics**. New York: Oxford University Press, 1996.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Série Princípios: Rio de Janeiro: Editora Ática, 2005.
- MANUAL DE REDAÇÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- REDE TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO. **Jornal A Tribuna Autorregulamentação. Relacionamento com mais transparente com os leitores**. Vitória, 2012.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: Quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- VILLELA, Regina. **Quem tem medo da imprensa? Como e quando falar com jornalistas**. Guia básico de mídia training. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

A (DES)ordem do mundo na ordem do espelho

Maria Rachel Fiúza MOREIRA (UFAL)
fuzamoreira@uol.com.br

Resumo: Este trabalho trata do discurso sobre os espelhos de Telejornais. Para dar suporte à análise discursiva, temos como objetivo identificar a produção de sentidos oriunda do sequenciamento das reportagens (notícias) veiculadas no programa televisivo, especificamente no Jornal Nacional da TV Globo. Para tanto, tomamos como base os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (conhecida também como AD) francesa, fundada por Michel Pêcheux e interlocuções com outros autores. Este artigo aponta ainda para a impossibilidade do discurso neutro – mitificado nos manuais de telejornalismo – mas, que produzem sentidos a partir daquilo que apresentam e que silenciam (Orlandi, 2002), no tocante ao arranjo jornalístico. Entendemos que todo discurso está entrelaçado nas relações sociais e são essas relações que sustentam seus efeitos de sentido.

Palavras-chave: Discurso; Telejornalismo; Espelho; Sentidos; Linguagem.

Abstract: This paper concerns the discourse on television news scripts. To support the discursive analysis, we aim to identify the meaning production arising from the sequencing of news in Jornal Nacional (Globo Network). To do so, we draw upon the theoretical framework of French Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux. This paper highlights the impossibility of a neutral discourse – a myth in journalistic manuals –, since discourses produce meanings based on what is present and what is silenced (Orlandi, 2002) in terms of the journalistic arrangement. We understand that every discourse is intertwined with social relations and it is these relations that sustain their meaning effect.

Keywords: Discourse; Television news; Script; Meaning; Language.

1 Introdução

Neste artigo vamos refletir sobre os efeitos de sentido produzidos a partir dos espelhos dos telejornais, mais especificamente, dos espelhos do Jornal Nacional exibido na Rede Globo de Televisão. Nossa ancoragem é a base teórica e metodológica da Análise do Discurso Francesa (AD), perspectiva fundada na França, em 1969, que tem como maior expoente Michel Pêcheux e que orienta os pesquisadores na busca do discurso em sua processualidade histórica, como prática de sujeitos no seu fazer histórico-discursivo.

Com isso, buscamos desvelar os efeitos de sentido que atravessam os **espelhos**, através dos quais é montado o sequenciamento das notícias previamente “escolhidas”, exibidos diariamente no **Jornal Nacional**. Tentamos estabelecer uma discussão que aponta para a impossibilidade do discurso neutro – mitificado nos manuais de telejornalismo – mas, que produzem sentidos a partir daquilo que apresentam e que silenciam (ORLANDI, 2002).

Por que analisar esse sequenciamento? Assistindo aos telejornais, percebemos que a estruturação do **espelho** não é apenas uma montagem de caráter editorial, no qual os assuntos similares eram agrupados em blocos que seguem uma determinada temática. Em nosso gesto de interpretação, identificamos que montar um **espelho** é fazer escolhas e tomar uma série de decisões. Assim, além de definir quais assuntos serão pautados em cada edição do telejornal, é necessário decidir de que maneira esses assuntos serão mostrados - se através de grandes reportagens ou apenas de uma simples nota lida pelo apresentador. É preciso definir também o tempo que será dedicado a cada notícia - vale ressaltar que o fator tempo é a moeda mais valorizada na programação de uma emissora, visto que esse meio trabalha com fluxos temporais; tudo na TV é dividido por frações de tempo. E tempo, na Formação Social Capitalista, é sinônimo de dinheiro. Ou seja: *Time is Money!* (Tempo é dinheiro!).

2 A Linguagem jornalística na Televisão

A linguagem jornalística varia conforme o tipo de mídia (impressa ou eletrônica) e até de veículo (rádio, TV) em que aparece. Pois, para cada veículo, existe uma forma particular de expressão, com técnicas diferenciadas de transmissão e recepção de informação. Neste nosso trabalho o foco da análise é o discurso televisivo. Sua materialidade discursiva apresenta-se das seguintes maneiras: escrita para ser lida, ouvida e vista junto com imagens. Nosso trabalho vai ser o de “percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto” (ORLANDI, 2004, p. 60).

A escolha em analisar o discurso do telejornal vai ao encontro da afirmação de Becker (2005, p. 9) que diz que “os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira”. A televisão se tornou o maior

símbolo da mídia de massa, sendo um dos veículos de comunicação de maior influência no país. Segundo dados do IBGE, a televisão está presente em 90% das residências brasileiras. Utilizando dados do Ibope, Bistane e Bacelar (2005, p. 9) fazem uma comparação entre a tiragem diária de um grande jornal impresso com a audiência de um telejornal:

Só na grande São Paulo, o telejornal com maior audiência foi visto por mais de três milhões de pessoas. No mesmo período, a tiragem diária da Folha de S. Paulo, o jornal impresso de maior circulação do país, foi, em média, de 307 mil exemplares. Daí a grande preocupação e os animados debates em torno do conteúdo e das mensagens veiculadas na telinha.

Considerando a Televisão como principal meio de informação da população brasileira, a responsabilidade de quem escreve e produz conteúdo para esse veículo é de extrema importância e está sujeita a diversas interpretações.

O jornalista lida, diariamente, com o inesperado e com assuntos que vão compor uma agenda de acontecimentos que poderão ser ou não veiculados como notícia. O que caracteriza a informação jornalística são a narração e a descrição dos fatos, sempre respaldada pela argumentação de especialistas ou de testemunhas que são ouvidas a respeito do assunto em pauta. Acidentes, tragédias, movimentos sociais, saúde, segurança, economia, educação, ecologia, cultura, tudo isso pode ser assuntos abordados pela imprensa diária. “O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual” (LAGE, 2005, p.73); aquilo que do ponto de vista jornalístico merece ser reportado.

Segundo o Manual de Redação do Jornal da Folha de S. Paulo (2001), existem alguns critérios elementares para definir a importância de uma notícia: ineditismo, improbabilidade, interesse, apelo, empatia e proximidade. Esses critérios são utilizados na maioria das mídias jornalísticas – seja impressa ou eletrônica.

A informação jornalística não existe sem as chamadas fontes - para que determinado texto seja considerado um texto jornalístico – alguém fala sobre alguma coisa, sempre. Mariani (1998, p.60) considera “o discurso jornalístico como um *discurso sobre*. Um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala”. O jornalista vai aparecer como um observador imparcial, um sujeito que não se envolve com as questões abordadas.

3 A informação jornalística na TV

Escrever para a TV é escrever para os olhos e para os ouvidos, é um texto que precisa ser falado (pelo apresentador do telejornal ou pelo repórter). Essa é uma característica do texto televisivo. A força das imagens no processo de construção da notícia não dispensa a importância da palavra – a reportagem televisiva precisa desses dois elementos – imagem e palavra – para se fazer entender. “A imagem é parte da natureza da TV e, em telejornalismo, precisamos *casar* imagem e informação” (PATERNOSTRO, 2006, p.86).

É assim que o discurso televisivo vai sendo construído e passando a impressão que estamos diante do mundo real. Como afirma Bourdieu (1997, p. 26) “paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras”.

Mas é preciso compreender “porque os telejornais nos fazem acreditar, sem dificuldade nenhuma e tranquilamente, que o mundo que eles nos mostram é o mundo real” (BECKER, 2005, p.26). Para isso, faz-se necessário entender o processo de construção de um telejornal, saber como as notícias se organizam, o sequenciamento (espelho) que produz sentidos naquilo que apresentam e que silenciam (ORLANDI, 2002).

Os telejornais se estruturam de maneira muito parecida, apesar das particularidades de cada emissora, do horário de exibição, da linha editorial ou dos recursos técnicos disponíveis. Mas, de maneira geral, eles “tem regularidades, marcas enunciativas constantes que são preenchidas pela trama factual do mundo. Todos os noticiários seguem a mesma lógica de produção” (BECKER, 2005, p.26). Eles são apresentados em blocos, separados por intervalos comerciais, existe sempre um ou dois apresentadores, além de uma equipe de jornalistas – repórteres, editores, produtores – que vão imprimir sentido nas construções discursivas. “Os sentidos são criados durante toda a produção dos acontecimentos – na escolha da pauta, na produção, na apuração, na reportagem, na edição e na transmissão” (BECKER, 2005, p. 26).

Um acontecimento em si não é notícia. É preciso o olhar do jornalista, do observador que seleciona, faz o recorte na realidade, e pesca, no turbilhão de fatos, aquele que vai interessar ao telespectador. Nesse caminho, vários profissionais estão envolvidos e muitos procedimentos são adotados. Fazem parte de uma redação televisiva: produtores, repórteres, cinegrafistas, editores de texto, editores de imagens, etc. Através desses profissionais, que diariamente estão produzindo informações, “conhecemos lugares onde nunca vamos pisar e o que pensam pessoas que jamais encontraremos” (BISTANE E BACELLAR, 2005, p. 84).

Escolher como foco de análise o discurso televisivo é também por entender que o telejornal é um espaço diário de construção de sentidos. Essa compreensão nos fez buscar um aporte teórico que substancia esse funcionamento comunicativo. Pêcheux (2009, p.160) nos diz que:

o sentido não pertence à própria palavra, não é dado em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Na perspectiva da AD francesa, o sentido “não está já fixado *a priori* como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica” (ORLANDI, 2012, p.27). Cabe destacar que afirmar que existe uma determinação histórica dos sentidos não é pensar a história como uma ordem cronológica ou evolução de fatos, de acontecimentos, mas a maneira como os sentidos são produzidos por sujeitos e circulados socialmente no interior de uma determinada formação discursiva. É o que esclarece Florêncio et al. (2009, p.68), ao observar que quando se fala de sujeito em relação com a história, está se falando de “sujeito ideológico, produtor de efeitos de sentido, pela relação com o simbólico”.

4 A Linguagem pelos olhos da AD

Na ótica da Análise do Discurso (AD), a linguagem é percebida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p.17). Nessa perspectiva, a linguagem está sempre inserida na sociedade e possui uma relação com a exterioridade, entendendo-se esta como uma ponte com a memória do dizer, com aquilo que já foi dito em outros lugares, em outras situações. Pêcheux e Fuchs (1999, p.164) ressaltam que é essencial considerar a relação linguagem/exterioridade, cuja base teórica os mesmos autores definem “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos”.

Compreender o funcionamento da linguagem jornalística, em especial do telejornalismo, considerando suas especificidades e as características do meio em que circula, é o que buscamos com este artigo. Para isso, concebemos a linguagem como fato social, não transparente, mas opaca. Segundo Orlandi (2002, p.7), “[...] a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descobertas”.

5 O discurso como materialidade das relações: maneiras de entrelaçamento

É próprio do analista do discurso ficar inquieto diante dos dizeres que circulam na sociedade. Do discurso político dos partidos de esquerda aos discursos ordinários, (das falas anônimas), das máquinas discursivas às máquinas paradoxais, de um *corpus* fechado de sequências discursivas com condições de produção supostamente estáveis e homogêneas ao primado da heterogeneidade (do *discurso* outro), é importante ficar atento à diversidade de materialidades discursivas que encontramos na sociedade, bem como à forma como elas foram e são abordadas na AD.

De acordo com a perspectiva discursiva, a intenção de uma análise é a de sempre ultrapassar os limites da materialidade linguística. Ademais, a língua não se manifesta apenas como um instrumento utilizado para transmitir uma informação, ou ainda, como dito por Rangel (2009, p. 27), a partir do pensamento de Pêcheux, “a língua manifesta-se em representação de sujeitos que enunciam a partir de uma posição ideológica e através de propriedades que admitem falhas, lapsos, ambiguidades”. Logo, a linguagem não se limita à habilidade para selecionar e combinar as palavras que vão expressar os acontecimentos e transformá-los em notícia. Trata-se de uma questão de posição-sujeito, conforme a perspectiva teórica que adotamos. Em outras palavras, o sujeito do discurso, é “uma posição material linguístico-histórica produzida em meio ao jogo de contradições e tensões sócio-ideológicas” (MARIANI, 2003, p.61). A finalidade é sempre influenciar seus interlocutores.

Podemos pensar no telejornal como algo já simbolizado pela sociedade. Através do hábito, todo mundo sabe o que é. Sabe que não é a ficção das telenovelas, nem o comercial de produtos e serviços, mas algo que é exibido num tempo reservado da programação da chamada grade televisiva, para que acontecimentos escolhidos pelos jornalistas pareçam ser os mais relevantes do dia. Mas, a partir da perspectiva teórica que adotamos, sabemos que essas escolhas não se restringem apenas aos aspectos técnicos-editoriais, desvinculados do seu caráter sócio-histórico-ideológico mais amplo. São escolhas de sujeitos afetados pelas relações sociais que se estabelecem cotidianamente e que vão influenciar direta ou indiretamente à compreensão dos assuntos abordados no telejornal.

Uma influência que no Brasil se dá de maneira quase hegemônica, visto que “os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira” (BECKER, 2005, p.9). Desse modo, a televisão se tornou o maior símbolo da mídia de massa, sendo um dos veículos de comunicação de maior influência no país.

Para manter essa influência diária nos telespectadores, estratégias de sedução e captação da audiência são constantemente pensadas. Entre essas estratégias, está a opção por assuntos (pautas) emocionais, fazendo uso intencional de uma linguagem dramática que envolve o telespectador, com vistas a estabelecer uma relação de identificação com o que é mostrado. Em muitas reportagens televisivas, inclusive, a informação jornalística perde espaço para os dramas individuais, transformados em espetáculos com direito a heróis e bandidos, quase contados como um enredo de novela. As reportagens ou matérias procuram sempre encontrar personagens que ajudem a contar as histórias de maneira mais envolvente.

6 Os espelhos e os efeitos de sentido

A cadeia editorial começa com a discussão em torno dos assuntos que poderão ser pautados para a próxima edição do telejornal. Essa fase envolve os produtores e o editor-chefe do telejornal. O primeiro trabalho de seleção é escolher, entre os acontecimentos do dia, aqueles avaliados como os mais relevantes do ponto de vista jornalístico, mas também do ponto de vista político e empresarial, considerando que o telejornal está inserido no interior das empresas de comunicação, cujos interesses, muitas vezes, entram em conflito com os interesses ditos jornalísticos. Os telejornais são só uma parte dessa engrenagem e, no Brasil, ganham importância ainda maior.

Nessa fase inicial de seleção das notícias, durante a reunião de pauta, é montado um **pré-espelho** dos assuntos previstos para a edição do telejornal - uma lista de todos os assuntos previamente selecionados para aquela edição. Este **pré-espelho** vai guiar todo o trabalho dos profissionais durante a etapa de fechamento das notícias e vai sendo modificado ao longo do dia até que o **espelho** final é fechado.

‘Espelho’ é o nome da lista de todos os assuntos aprovados para exibição, batizados com suas respectivas retrancas, com uma estimativa do tempo que será destinado a eles, na ordenação que o editor-chefe julgou mais apropriada. O espelho tem esse nome porque ‘reflete’ uma filosofia editorial, um plano de voo, uma intenção (BONNER, 2009, p. 82).

A ordem do **espelho** define o começo e o fim do processo de produção de um telejornal. Assim, não é possível um telejornal sem **espelho**. Embora a nossa análise seja direcionada para os efeitos de sentidos nos espelhos do **JN**, é preciso considerar que, no funcionamento de um telejornal, inúmeras etapas precisam ser cumpridas para que as reportagens sejam exibidas.

O processo de decisão do que será veiculado por um telejornal está inserido numa estrutura midiática que sustenta o funcionamento da emissora. No caso específico da Rede Globo de Televisão, essa estrutura tem como norte os Princípios Editoriais das Organizações Globo. Nesses princípios, estão presentes a **isenção**, a **correção** e a **agilidade**, que apontam para o que se convencionou denominar de **objetividade jornalística**, que visa uma maior comunicação.

No entanto, compreendemos, a partir da perspectiva discursiva em que nos ancoramos, que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (ORLANDI, 2000, p.21). Portanto, refletir sobre essa abordagem exige uma mudança de terreno. Desse modo, foi necessário sair do centro da produção de notícias para as suas bordas, para as margens, com um olhar de analista do discurso, que, ao encarar os telejornais, percebe uma materialidade discursiva e procura explicar como eles produzem sentido. Nesse processo, chegamos ao entendimento, amparados pelos dispositivos teórico-metodológicos da AD, de que a estruturação de um telejornal não é somente uma questão técnico-operacional ou de aplicação de normas e procedimentos a serem seguidos. Trata-se de uma questão mais ampla, em que palavras e imagens são significadas cotidianamente. Assim, entendemos o telejornal como um espaço diário de **construção de sentidos**, sentidos esses, muitas vezes, tidos como naturais.

Trazemos nesse artigo apenas um recorte do nosso *corpus* trabalhado na dissertação do nosso mestrado. Na seleção do *corpus*, procuramos nos distanciar dos grandes eventos que são transmitidos pela televisão, como os esportivos (a exemplo da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil), os eleitorais (como as últimas eleições gerais ocorridas no país) ou de datas marcantes no calendário da TV Brasileira (épocas de Natal, Carnaval, Olimpíadas etc.). Entendemos que esses eventos acabam interferindo e modificando diretamente a programação das emissoras de televisão. Ademais, queríamos evitar a predominância de um determinado fato ou tema nos telejornais analisados. No caso da TV Globo, por deter a exclusividade dos direitos de transmissão da Copa do Mundo, isso influencia ainda mais a grade de programação da emissora, ao ponto de algumas edições do **JN** tratarem exclusivamente do assunto Copa.

Já em relação ao período eleitoral, observamos que existe um controle maior com relação ao tempo dado às coligações partidárias, visto que as televisões são concessões públicas e sofrem uma espécie de disciplinamento por parte do Tribunal Superior Eleitoral (STF) durante todo o período de campanha,

podendo, inclusive, haver punição com cobrança de multas. Logo, na escolha do nosso *corpus* buscamos encontrar períodos que estivessem mais próximos das semanas consideradas “normais” na programação da TV Globo.

Na análise dos telejornais, principalmente os veiculados no horário noturno, que é considerado o horário nobre da programação televisiva brasileira, percebem-se que os assuntos factuais dominam os **espelhos** das edições, numa tentativa de fazer um grande resumo dos fatos ocorridos no dia. Nas palavras de Rezende (2000, p.146), “o *espelho* sintetiza a organização do telejornal em blocos, a ordem das matérias em cada bloco, bem como os intervalos comerciais, das chamadas e do encerramento”. De outro modo, o espelho do telejornal ajuda a organizar o que está disperso.

Na estruturação do espelho, observamos que o conteúdo do **JN** é dividido em quatro blocos e, a depender do tempo total de exibição, pode ser apresentado em três ou até cinco blocos. Às segundas-feiras, terças-feiras e sextas-feiras, o telejornal tem sempre um tempo maior, podendo chegar a 45 minutos líquidos de exibição. Já nas noites de quartas-feiras, o **JN**, muitas vezes, não chega a ter 30 minutos de duração, porque, neste dia, a TV Globo transmite jogos de futebol. Nas quintas-feiras, o **JN** também é mais curto, em virtude dos programas dos partidos políticos exibidos nas televisões de sinal aberto.

Dessa maneira, pode-se perceber que a divisão do tempo dos programas das TVs é sempre aproximada, podendo variar a partir de necessidades comerciais e também editoriais. Ao fazer essa modificação temporal, o **JN** acaba por descumprir os princípios de um jornalismo que se diz isento, plural e imparcial e que tem como objetivo principal o de informar sobre os acontecimentos mais importantes do dia. Com essas modificações, os princípios do jornalismo passam a ser conduzidos pelas regras do mercado, ou seja, os interesses do capital acabam ditando os rumos editoriais.

Nas edições dos telejornais, muitas notícias são ditas, outras tantas são silenciadas ou apenas ditas sem destaque algum, sem imagens. Como estamos nos referindo à televisão, nela o discurso é estruturado predominantemente a partir da materialidade audiovisual. São os movimentos do dizer produzindo sentidos.

No movimento de estruturação do telejornal, percebe-se a tentativa de direcionar sentidos, costurados pelo próprio **espelho**. Contudo, retomando Orlandi (2012), os sentidos escapam. Logo, longe de pensar o **espelho** como uma estrutura fechada, podemos percebê-lo como um bólido de sentidos que parte em várias direções, em diversos planos significantes, apesar da necessidade de controle, pois “toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente (mais ou menos) desenvolvidas que são historicamente determinadas” (ORLANDI, 2012, p.28). Dessa forma, na Formação Discursiva de um telejornal não se fala tudo e de qualquer maneira, na medida em que os direcionamentos da linha editorial são postos para serem seguidos. Ou seja, a Formação Discursiva do Jornalismo, a partir de uma posição dada, vai determinar aquilo que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009). O discurso que se produz através do **espelho** vai remeter sempre a outros discursos ditos anteriormente, em outros lugares, em posições diferentes, como

“espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer...” (PÊCHEUX, 2009, p.160). Ao longo dos noticiários, a mídia (telejornalística) produz memória. Assim, segue constituindo um arquivo e, conseqüentemente, estabilizando alguns sentidos. Para Mariani (1998, p.38), “pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem”.

No recorte abaixo, podemos observar um bloco inteiro de notícias que traz as greves e manifestações como assuntos predominantes, produzindo um efeito de perturbação para a chamada ordem pública e de prejuízos para a população que precisa estudar, trabalhar, se locomover pela cidade. O recorte com as chamadas é do **JN** do dia 03 de agosto de 2015 (segunda-feira):

Quadro 1.

JN - BLOCO TRÊS

- Servidores Gaúchos fizeram uma **paralisação** que atingiu os serviços básicos: segurança, transporte e educação.
- O apresentador chama o repórter “ao vivo” em Porto Alegre, últimas notícias das **manifestações** em Porto Alegre...
- **Greve** na região metropolitana do Recife atinge dois milhões de passageiros – greve dos motoristas e cobradores...
- MST faz **manifestações** em várias cidades brasileiras; os manifestantes invadiram e bloquearam estradas...
- PASSAGEM DE BLOCO: programa ambicioso do presidente Barack Obama para combater o aquecimento global e um incêndio gigantesco na Califórnia.

Os sentidos que perpassam a relação **greve-paralisação-manifestação** são anunciados a partir de uma posição negativa, de prejuízos para a população. É dessa forma que o telejornal determina e (re)produz sentidos sobre os manifestantes. Do modo como as notícias foram encadeadas, percebe-se a posição-sujeito ao qual o **JN** se filia. Enuncia-se sempre a partir dos transtornos e prejuízos que os movimentos sociais causaram ao longo do dia, provocando uma desorganização no cotidiano das cidades. Os movimentos em questão são, pois, criminalizados. Essa abordagem negativa acaba se repetindo em várias edições do telejornal, de maneira que, “pelo regime de repetição, ao fixarem sua versão dos fatos, produzem um efeito de memória não apenas para o jornalismo televisivo da Rede Globo, como também para seus telespectadores” (INDURSKY, 2015, p.17).

Em outra sequência discursiva analisada, no segundo bloco da edição do dia **07 de agosto de 2015 (sexta-feira)**, depois do encadeamento de notícias sobre **polícia-bandidos-presos-assassinato**, é apresentada uma notícia sobre os “manifestantes do PT”:

Quadro 2.

JN - BLOCO DOIS

- O **JN** vai apresentar agora cenas cariocas no subúrbio de Quintino: as imagens mostram como mais um cidadão brasileiro **perdeu a vida** sem ter nada a ver com **bandidos e policiais**.
- Em SP um **bandido morreu** na tentativa de assalto a um shopping...
- No interior paulista **37 presos fugiram** de um comboio policial usando os carros da própria polícia...
- A Polícia do Ceará prendeu dois suspeitos de envolvimento no **assassinato de um radialista...**
- **MILITANTES DO PT** e integrantes de **movimentos sociais e sindicais** fizeram hoje manifestação em frente ao instituto Lula em SP.
- O juiz Sérgio Moro prorrogou as **prisões** temporárias de 3 detidos na 17ª fase da operação **Lava Jato**.
- A diretoria executiva da ELETRONUCLEAR NP comunicou aos funcionários a suspensão de 60 dias na montagem da usina de Angra III.

PASSAGEM DE BLOCO: submarino de fundo de quintal que leva cocaína para os EUA// e a brasileira que arrancou gargalhadas do Papa//

Pela repetição (paráfrase) acima destacada em negrito se produz o efeito de evidência que vai associar **manifestação de trabalhadores** à bagunça, à baderna, ao caos. No entanto, vale ressaltar que nem todos os “manifestantes” são mostrados de um mesmo modo. Algumas manifestações são consideradas “bem-vindas” ao noticiário, desde que não “atrapalhe” a vida da população. Nesse sentido, conforme Florêncio et al (2009, p. 102-103):

[...] algumas interpretações tornam-se dominantes, outras são silenciadas. Alguns sentidos vão-se discursivando e se cristalizando no meio social, tornando-se óbvio (evidência), uma vez que aquilo que é visto/lido se apresenta como tendo um sentido natural, e, a linguagem aparece como algo neutro e transparente.

A formatação do **espelho** do telejornal integra as notícias do dia a dia através tanto da estrutura de uma língua/linguagem como de uma equipe de trabalhadores de um telejornal, que elege, prioriza, dá destaque, realiza acordos de espaço etc. Ao mesmo tempo, as notícias são o próprio acontecimento social,

imbricado na arrumação de todo e qualquer **espelho**. Essas postulações não ocorrem por acaso, são gestos interpretativos que possuem sentido e provocam outros gestos e sentidos na sociedade.

7 Considerações Finais

Nessa perspectiva, o fazer discursivo de um telejornal faz parte não só das notícias que são veiculadas/informadas, mas também de processualidades que ocorrem por intermédio das múltiplas subjetividades do modo de vida da sociedade. Entendemos ainda que a arrumação do telejornal está, segura e notadamente, articulada com os artifícios que as empresas fazem a partir da manipulação do capital e do trabalho dentro de um ciclo constante de regularidades provisórias. Ou seja, o fazer diário do telejornal **JN**, conforme já dito, é costurado com as notícias dos acontecimentos do presente, que vai ser desenvolvido tendo como parâmetros as notícias e o que delas importam para serem exploradas, de modo a obedecer aos ditames do mercado.

Nesse sentido, entendemos que não existe um encadeamento natural das notícias. É a ideologia que torna possível essa “costura” de assuntos na trama do **espelho**. Uma costura com fios invisíveis, mas que produz efeitos de sentido que podem ser visíveis quando desvelamos o funcionamento discursivo do telejornal. Nessa perspectiva, o sujeito do discurso jornalístico vai se constituindo e se significando pela ideologia.

Referências bibliográficas

- BACELAR, Luciane; BISTANE, Luciana. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro, E-papers, 2005.
- BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. São Paulo, Globo, 2009.
- BOURDIER, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FLORÊNCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2009.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua intangível**. Campinas/SO: Pontes, 2004.
- INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto et al (orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MANUAL DE REDAÇÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP, UNICAMP, 1998.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1992
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas/SP: Pontes, 2000.

- ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. Campinas/SP: Pontes, 2012.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4ª ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: Achard, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.
- RANGEL, Heder Cleber de Castro. **Nossos comerciais por favor!**: uma análise discursiva sobre a linguagem publicitária. 2009. 164f. tese (Doutorado em Linguística) - PPGLL, UFAL, Maceió/AL, 2009.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

Reflexos e refrações no espelho epistolar

Mônica Gomes da SILVA (UFRB)
monicagomessilva@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho em tela propõe uma reflexão sobre os desdobramentos da *mise-en-scène* presente no texto epistolar. Consoante à análise de Michel Foucault, cujo estudo realiza uma genealogia das “escritas de si”, busca-se compreender as implicações decorrentes do “face-a-face” epistolar. Foucault aponta a carta como um dos primeiros gêneros a ensejar uma espécie de investigação da personalidade por meio do acolhimento, favorável ou não, do outro (FOUCAULT, 2006). Captar a dinamicidade da encenação discursiva nas cartas só é possível na medida em que se pode avaliar o “espelho” o qual o remetente busca observar-se. Delineia-se a relação firmada entre os interlocutores, o nível de proximidade e o reflexo/refração dos pensamentos propostos. Cabe assinalar, todavia, o reverso desta situação. Se a carta é a busca do outro para atender à falta fundadora do gênero, incidindo sobre o estilo e teor da mensagem, o epistológrafo pode utilizar-se da escrita para convencer, seduzir, instruir e comover o destinatário, ignorando-o ou destruindo-o no texto epistolar. Para tratar dessa dubiedade, tanto de busca da alteridade, quanto do exercício irreprimível e indomável de si, serão analisados textos da correspondência de Antônio de Alcântara Machado.

Palavras-chave: Alcântara Machado; Carta; Encenação discursiva; Escritas de si; Modernismo.

Abstract: This paper proposes a reflection on the outspread of the *mise-en-scène* present in the epistolary text. According to the analysis of Michel Foucault (1926-1984), whose study carries out a genealogy of "self-writing", it seeks to understand the implications of the epistolary "face-to-face". Foucault indicates the letter as one of the earliest genres to provide an investigation of personality through of the other's reception (Foucault, 2006). It is only possible to capture the dynamicity of the discursive staging in the letters as the “mirror” can be evaluated, in which the sender seeks to observe oneself. It is delineated a relationship established between the interlocutors, the level of proximity and the reflection / refraction of the proposed thoughts. However, it is necessary to emphasise the reverse of this situation. If the letter means the searching for somebody for the purpose to meet the founding lack of the genre, focusing on the style and content of the message, the epistolograph can use writing to convince, seduce, instruct and sensitize, ignoring or destroying the addressee in the epistolary text. In order to deal with this dubiousness, both in search of alterity and in the irrepressible and indomitable exercise of oneself, texts from the correspondence of Antônio de Alcântara Machado (1901-1935) will be analyzed.

Keywords: Alcântara Machado; Letter; Discursive staging; Self-writing; Modernism

1 Introdução

No panorama dos estudos epistolares, sobressai a concepção de que, apesar da aparente simplicidade, a carta é um gênero complexo, proteiforme, cuja "face desconcertante" extrapola as convenções temáticas e formais que a definem:

La aparente clausura de la forma en que conocemos la carta — pegada, sellada, estampillada, fechada, rodeada de la dirección inicial y el saludo final — estalla bajo la presión de fuerzas múltiples. Una carta no se resume ni en una situación práctica (la ausencia del destinatario), ni en una conducta inicial (una extensión de la voz), ni en un referente objetivo (su contenido), ni en unas determinaciones exteriores (las circunstancias), ni en una actitud psicológica (la sinceridad o su contrario, el artificio), ni en una motivación interior (rogar, herir, informar, convencer), ni en unos caracteres formales (una retórica, un estilo), ni incluso en una enunciación dialógica que reúne no obstante el criterio de reconocimiento más constante. [...] Una carta es el conjunto de esos elementos "puestos en carta", es decir, menos un estado de lo escrito que un *movimiento de escritura*. (BOUVET, 2006, p. 12, grifo nosso).¹

Ao trazer o movimento da escrita epistolar, Bouvet permite trazer para o estudo da correspondência as múltiplas faces do texto como um conjunto integrado e dinâmico. A noção da escrita epistolar como gesto ressalta uma articulação em que não se separa o texto do movimento que o produz. Nesse sentido, o presente trabalho aborda a relação especular pertinente ao gênero carta, especialmente, as missivas enviadas por escritores, cuja articulação permite entrever os mecanismos que constroem o poder do discurso.

O trabalho se organiza em dois momentos: uma discussão teórica sobre o gênero, tendo como base os estudos de Andrée Rocha (1985), Nora Esperanza Bouvet (2006), Matildes Demetrio dos Santos (1998), Michel Foucault (2006) e Vincent Kaufmann (1990); em seguida uma análise da correspondência entre os escritores brasileiros António de Alcântara Machado (1901-1935) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983), avaliando seus reflexos e refrações no espelho epistolar, seu poder de atração e destruição, ponto crucial deste estudo.

2 O espelho epistolar: uma *mise-en-scène* complexa

A carta como gênero não oferece, a princípio, uma grande dificuldade para o seu reconhecimento, conforme seus aspectos — temático e formal — convencionais e rapidamente identificáveis. Desde a

¹ O aparente fechamento da forma em que conhecemos a carta – lacrada, carimbada, datada, cercada da saudação inicial e da saudação final – estala sob a pressão de múltiplas forças. Uma carta não se resume nem em uma situação prática (a ausência do destinatário), nem em uma conduta inicial (uma extensão da voz), nem em um referente objetivo (seu conteúdo), nem em umas determinações exteriores (as circunstâncias), nem em uma atitude psicológica (a sinceridade ou o seu contrário, o artificio), nem em uma motivação interior (rogar, ferir, informar, convencer), nem em uns caracteres formais (uma retórica, um estilo), nem inclusive em uma enuncição dialógica que reúne não obstante o critério de reconhecimento mais constante. [...] Uma carta é o conjunto desses elementos postos em cartas, quer dizer, menos um estado do escrito que um movimento de escrita.

Antiguidade, a carta é conhecida por atender ao desejo de comunicação à distância diminuindo os efeitos da ausência:

A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda “pôr em comum”, “comungar”. Escreve-se, pois, ou para *não estar só*, ou para *não deixar só*. (ROCHA, 1985, p. 13, grifo do autor).

O afastamento, físico e/ou psíquico, é o motivador do texto epistolar, pois “ninguém escreve a amigos ao pé da porta” (ROCHA, 1985, p. 14). Outras questões se sobressaem na tentativa de definir a carta como meio de transmitir mensagens. A instantaneidade participa da dimensão temporal da carta associada, à sua condição de portadora de notícias, atrelada ao tempo presente. O estilo simples é vinculado ao diálogo, já que a carta é conhecida como uma conversa por escrito. O diálogo entre o remetente e o destinatário é a tônica fundamental destes textos e as informações e juízos ali contidos são considerados a expressão de uma verdade de um indivíduo a outro. Atribui-se ao gênero a qualidade de espaço propício a dar-se conhecer ao outro; a sinceridade é assegurada pelo seu caráter confessional e confidencial.

A carta é portadora de uma confissão, mas também carrega as marcas históricas de um determinado tempo, não sendo possível contê-la em uma só dimensão. O privilégio contido no gesto epistolar, conforme o formula Roger Chartier, é a reunião de instâncias que expressam um delicado equilíbrio entre a manifestação de si e a relação com a cultura que (con)forma o epistológrafo:

Dans une histoire culturelle redéfinie comme lieu où s’articulent pratiques et représentations, le geste épistolaire est un geste privilégié. Libre et codifiée, intime et publique, tendue entre secret et sociabilité, la lettre, mieux qu’aucune autre expression, associe le lien social et la subjectivité. Chaque groupe vit et formule à sa manière ce problème équilibre entre le moi intime et les autres. (CHARTIER, 1991, p. 9).²

Desse modo, as polarizações destacadas por Chartier são cruciais para a compreensão da duplicidade inerente ao gesto epistolar. Ademais, pares como presença/ausência, convenção/invenção, oralidade/escrita, fidelidade/traição e realidade/ficção agudizam seu caráter “ambivalente, ambíguo, equívoco, contradictório, paradoxal”³ (BOUVET, 2006, p. 65). As antinomias citadas revelam as linhas de força da matriz epistolar e proporciona concentrar a nossa análise no interstício entrevisto pelo seu caráter duplo.

O par presença/ausência, conforme assinalado inicialmente, funda o gênero epistolar e é o centro irradiador dos demais binômios: “La escrita epistolar es la presencia en ausencia”.⁴ (BOUVET, 2006, p. 67).

² Em uma história cultural redefinida como o lugar onde se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, em um estado de tensão entre segredo e sociabilidade, a carta, mais do que qualquer outra expressão, associa o laço social e a subjetividade. Cada grupo vive e formula à sua maneira esse problemático equilíbrio entre o eu íntimo e os outros. (Realizamos as traduções dos textos em espanhol. Para as traduções dos textos em francês, contamos com a colaboração da Prof.^a Regina Vasconcelos).

³ ambivalente, ambíguo, equívoco, contraditório, paradoxal.

⁴ A escrita epistolar é a presença em ausência.

Partindo de uma situação comunicativa concreta, presença que ancora a carta na realidade, em que é possível identificar o contexto (lugar e data), o enunciador (remetente) e o enunciatário (destinatário) com seres de “carne e osso”; soma-se, por outro lado, a capacidade para transformar “en enunciadore de papel y transforma[r] a su destinatario, el tiempo y el espacio en ficticios, textuales.”⁵ (idem), pois a ausência orienta a carta para o registro simbólico da escrita.

Emerge uma contradição essencial para a construção de uma poética da carta: a correspondência aproxima-se da literatura ao simular, paradoxalmente, o diálogo face a face através da palavra escrita (BOUVET, 2006, p. 26-27). Afinal, ao texto literário associam-se o trabalho elaborado de linguagem e receptor vário, já que não se pode controlar ou prever quanto/qual será o público leitor; por sua vez, a carta funcionaria de forma oposta, pois é dotada de uma “estética da negligência”, emulando a oralidade, e possui destinatário conhecido, individualizado. Logo, como o “gesto de improvisação” contido no texto ao “correr da pena” aproxima-se da literatura? Ao compartilhar o registro durável da escrita, a carta pode perder em instantaneidade, se pensarmos no diálogo que busca simular, mas ganha em autonomia e, assim como a literatura, o texto não se esgota no cumprimento de suas funções comunicativas: “Escritura en soledad, ella es palabra de comunicación pero también fulguración de signos donde lo literario puede surgir”⁶ (idem).

As aberturas sinalizadas pelo estudo de Bouvet sobre a infiltração literária no texto epistolar são importantes para que ressaltemos duas instâncias primordiais: o aprofundamento da duplicidade pertinente à carta e a abordagem da questão temporal. A primeira instância remete-nos à ideia formulada por Michel Foucault (1926-1984) que, em estudo acerca das cartas de Lúcio Anneo Sêneca (4 a.C - 65 d.C), mostra a reciprocidade do gesto contido na escrita epistolar: “A carta enviada actua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia assim como actua, pela leitura e releitura sobre aquele que a recebe”. (FOUCAULT, 2006, p. 145). O exercício de aperfeiçoamento pessoal com o fito de aconselhar e admoestar o destinatário também dá espaço à “objetivação da alma”. Traçando uma genealogia das “escritas de si”, Foucault aponta a carta como um dos primeiros gêneros a ensejar uma espécie de investigação da personalidade por meio do acolhimento, favorável ou não, do outro, assim:

Escrever é pois mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que ele recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face. (FOUCAULT, 2006, p. 151).

Volta-se ao âmago da mensagem epistolar ao reaparecer a dicotomia presença/ausência. Nas cartas de Sêneca, encontram-se os recursos que transformam a carta em presentificação: a descrição do momento em que é composta, o estado físico e mental do missivista, sua rotina e afazeres diários, o “corpo” do

⁵ em enunciadore de papel e transforma[r] a seu destinatário, o tempo e o espaço reais em fictícios, textuais.

⁶ Escrita em solidão, ela é palavra de comunicação mas também fulguração de signo onde o literário pode surgir.

remetente torna-se corpo escrito, representado pela carta. Na prática, contudo, o exercício narrativo de si extrapola a função noticiosa. A ação de leitura e releitura permite o deslizamento do factual para uma *mise-en-scène* através da construção da imagem do remetente para o destinatário. Mais um ponto de contato com a literatura, em uma linha tênue entre realidade e ficção. Nesse ponto, é necessário refletir acerca do papel do destinatário, como sua ausência é contornada na carta e até que ponto ele influencia e determina a mensagem enviada.

A leitura das cartas passa, necessariamente, por conhecer a relação fraterna entre os correspondentes. Como bem lembra Andréé Rocha, nada é mais frustrante ao leitor quando o destinatário é referenciado apenas por uma letra ou por uma enigmática abreviatura. Por melhor que seja o texto do missivista, não conhecer quem foi o alvo daquelas apreciações, críticas e confissões, é perder um dos atores que participam do drama epistolar: “É que semelhantes interlocutores, nada pecos, não se limitam a fazer de figurantes no diálogo epistolar: dão-lhe eco e vida. Réplicas e trélicas acabam por se organizar de forma quase teatral.” (ROCHA, 1985, p. 19). O destinatário não é um mero leitor, mas reflete os estados de alma do missivista com maior ou menor intensidade, conforme a identificação entre ambos.

Captar a dinamicidade da encenação discursiva nas cartas só é possível na medida em que se pode avaliar o “espelho” no qual o remetente busca observar-se. Quando não é possível reconstituir integralmente a correspondência, a avaliação é feita no sentido de captar as ressonâncias do texto do interlocutor, em que proporção influi nas concepções e pontos de vista defendidos, comparando-os à exposição a outros destinatários. Delineia-se a relação firmada entre os interlocutores, o nível de proximidade e o reflexo/refração dos pensamentos propostos.

Cabe assinalar, contudo, o reverso desta situação. Se a carta é a busca do outro para atender à falta fundadora do gênero, incidindo sobre o estilo e teor da mensagem, o epistológrafo pode utilizar-se da escrita para convencer, seduzir, instruir e comover o destinatário, ignorando-o ou destruindo-o no texto epistolar: “En la correspondencia, el destinatario existe de hecho, pero la escritura tiene mil modos de olvidarlo; [...] En el caso de la carta, aprovecha la distancia y juega con su alejamiento hasta destruirlo.”⁷(BOUVET, 2006, p. 84). Dentro dessa dinâmica, sobressai a autorreferencialidade; o missivista é um Narciso para qual o espelho epistolar reflete apenas suas convicções, angústias, desejos, arrastando impiedosamente o destinatário, restando-lhe apenas a condição de pretexto.

É possível, ainda, encontrar uma mescla das duas situações. A encenação discursiva adquire matizes complexos e se alterna entre a busca da alteridade e do exercício irreprimível e indomável de si. Sob esse aspecto, passamos ao estudo correspondência de escritores, que potencializa os problemas até aqui levantados. Entra-se em um campo controverso, pois, em se tratando de cartas de escritores, deve-se pensar,

⁷Na correspondência, o destinatário existe de fato, mas a escrita tem mil modos de esquecer-lo; [...] No caso da carta, aproveita a distância e joga com seu afastamento até destruí-lo.

como assinala José Castello, que estes “fingindo que escrevem para um dado amigo, sabem que seu verdadeiro interlocutor é a posteridade.” (CASTELLO, 1999, p. D1). O fingimento se coaduna à problemática presença/ausência do destinatário no texto e a construção da imagem do signatário. Castello deixa entrever tanto o desejo de preservação da intimidade quanto a possibilidade de que a mensagem escape da circulação restrita que acompanham a correspondência de escritores. Ao terem em vista que o seu destinatário não se limita ao enunciador assinalado na carta, os missivistas instauram um novo espaço de enunciação em que

A partir de certo momento, escrever com os olhos postos na posteridade torna-se quase inevitável. O que as cartas perdem então em frescura ganham em perfeição formal e em sentido. E avizinham-se, portanto, da literatura propriamente dita. (ROCHA, 1985, p. 19-20).

Os escritores exploram, por outro lado, o “equivoco” presente no gesto epistolar (KAUFMANN, 1990). Distanciando-se da qualidade exclusiva de transmissão de notícias ou texto confessional, abre-se um espaço limítrofe com a obra literária, tanto pela própria ambiguidade pertencente à carta — como comprovado pelos pares que cindem o gênero — quanto pela diferente dimensão temporal da mensagem, cujos valores não se esgotam na data da correspondência.

Desde a Antiguidade, as cartas são caracterizadas por captar o efêmero e o cotidiano da vida do missivista, criando a narrativa de si, campo aberto para a elaboração e a expressão da subjetividade (FOUCAULT, 2006). O *equivoco* do gênero epistolar, ou seja, a incerteza de que a comunicação sucederá, permite que se conheça o espaço entre a contingência da vida cotidiana e a elaboração da obra literária. No interstício da incomunicabilidade, o sentido humano do texto epistolar é recuperado. Também não escapa a Kaufmann, a *mise-en-scène* criada no texto epistolar. Para ele, esta construção subjetiva é um terreno minado, no caso dos escritores, o intervalo entre o biográfico e o literário não pode ser resolvido em uma doutrina absoluta.

Deve-se considerar, na análise da correspondência de escritores, o delicado equilíbrio entre a prerrogativa ética da divulgação do texto que possui um destinatário específico e tem, contraditoriamente, a perspectiva da posteridade. O texto que “supostamente diz a verdade” faz com que nos movamos em um estreito limite entre vida e obra, isto porque a carta, mais do que um registro autoral, capta uma ampla gama de experiências que compõem as relações humanas, não podendo ser aplicadas as mesmas regras de avaliação dos textos literários, ainda que compartilhem traços comuns.

A assunção da complexidade do gênero cujo valor é decidido, principalmente, pelo seu caráter de fronteira, não sendo possível estabelecer se o sentido do texto é de um território (vida) ou de outro (literatura). A encenação discursiva e a possibilidade de que a carta comporte mais do que o simples envio de notícias e informações factuais demonstram a ambiguidade do texto, que se localiza na fronteira entre a vida do epistológrafo e sua obra literária, sem que seja possível estabelecer qual lado é o predominante. Desse modo, redimensionam-se a espontaneidade e a simplicidade da carta, como também seu teor

confessional, demonstrando que a encenação discursiva é potencializada na correspondência de escritores. Para que se possa perceber, através do texto epistolar, a dinâmica discursiva apontada; passamos à análise da correspondência trocada entre os escritores António de Alcântara Machado e Alceu Amoroso Lima.

3 Reflexos e refrações no espelho epistolar entre António de Alcântara Machado e Alceu Amoroso Lima

Ainda que o epistológrafo mais representativo do Modernismo no Brasil seja Mário de Andrade (1893-1945), cuja correspondência colossal é um panorama extenso das várias fases do movimento artístico, o contista de *Brás, Bexiga e Barra Funda* também traz aspectos importantes da luta travada pelos modernistas no processo de renovação na literatura brasileira.

As cartas cumpriram, em vida, a função de comentário crítico das atividades jornalística e artística de António de Alcântara Machado, doravante indicado pelas iniciais com as quais assinava seus textos jornalísticos: A. de A. M.. Não é incomum encontrar referências a textos a serem publicados nos jornais, revistas e livros que não tenham sido desenvolvidos no espaço privado da correspondência, no qual a carta figura como laboratório das obras literárias e dos empreendimentos editoriais. O artista foi responsável, também, pela elaboração de uma grande rede epistolar com escritores do/ou radicados no Rio de Janeiro com o objetivo de consolidar o movimento modernista e debater a concepção e os procedimentos das obras de vanguarda.

Por outro lado, acompanhamos um movimento de escrita que nos permite perceber o gesto duplo pertencente à carta em que:

Os missivistas são malabaristas que se movem em linha sinuosas: ora privilegiam o destinatário e com isso produzem textos conforme o espírito do parceiro; ora abandonam a postura de amigo atencioso e alçam vôo em busca da própria responsabilidade como ser humano e escritor. (SANTOS, 1998, p. 25).

A correspondência ocorre em um momento importante na vida intelectual do escritor, que encontra em Alceu Amoroso Lima, um destinatário interessado e aberto às confissões do modernista. O interesse principal advém do posicionamento de ambos no cenário cultural e político da época. A. de A. M. altamente comprometido com o Modernismo, dirigindo uma das etapas mais radicais do movimento, com a *Revista de Antropofagia* (1928-1929), ao passo que Alceu, cujo pseudônimo literário era Tristão de Ataíde, encontrava-se à frente da reação católica no Brasil "Ao assumir a direção do Centro Dom vital e da revista *A Ordem*, ao mesmo tempo" (BARBOSA, 2001, p. XVIII).

Nas primeiras cartas há uma encenação discursiva em que o reflexo que o missivista católico acredita encontrar o desejo de adesão do outro à causa postulada. A. de A. M. encontrava-se decepcionado com os

rumos políticos e culturais do Modernismo e, no diálogo epistolar com Alceu Amoroso Lima, revela os desgostos e as dúvidas existenciais que o incomodavam.

A correspondência é iniciada em quinze de outubro de 1927, quando A. de A. M. escreve para agradecer a crítica feita por Alceu Amoroso Lima ao livro *Brás, Bexiga e Barra Funda*, momento em que o escritor carioca está caminhando rumo à sua reconversão. A. de A. M. comemorava a vitória de seu “estilo”, empolgado pela boa recepção do livro de contos que o consagraria no cenário cultural da época. Entretanto, no que concerne ao movimento modernista, os primeiros sinais de desentendimento começavam a fazer sombra ao avanço da renovação literária.

Enquanto que o assunto é passado de forma célere nas cartas a outros correspondentes, com indicações sumárias e as contendas minimizadas como passageiras, recebendo apenas um relato mais extenso após a sua saída da *Revista de Antropofagia*; nas cartas a Alceu, no primeiro contato estabelecido, de imediato se destaca essa questão. O que A. de A. M. elogia no novo amigo é justamente a sua distância do grupo modernista, ainda que seja receptivo às novas tendências literárias:

Seja como for a verdade é que sua atuação crítica na literatura brasileira é excelente. Há muito tempo o movimento moderno sobretudo pedia um julgador que fosse e não fosse ao mesmo tempo modernista. Quer dizer: fosse moderno e não modernista. Assim fica melhor. Moderno: capaz de sentir o momento. Não modernista porém: sem nenhum fanatismo, sereno, sempre de pé atrás (apoiado no bom já feito). O senhor é esse crítico. (MACHADO, 2001, p. 78).

As disputas para saber “quem marcha certo” já causavam cansaço ao prosador e aparece, na carta, a busca de um ponto de vista de alguém externo aos combates, “moderno e não modernista”. Lafetá estuda o posicionamento assumido por Amoroso Lima na crítica desse período, de quem analisava as obras de vanguarda “aceitando em parte e recusando em parte a doutrina modernista” (LAFETÁ, 1974, p. 25). Para A. de A. M., isso representava o equilíbrio de um julgamento guiado por razões que não atendessem a interesses de grupos tentando dirigir o movimento (“sem nenhum fanatismo”), além da acuidade de uma perspectiva mais ampla devido ao conhecimento profundo de literatura (“apoiado no bom já feito”) e que fosse capaz de estabelecer paralelos mais profícuos para o Modernismo.

Fica registrado o interesse do missivista pelas publicações do intelectual: “Já lhe devia meu muito obrigado pela primeira série dos fortes *Estudos*.” (MACHADO, 2001, p. 78). O encerramento é afável e respeitoso e A. de A. M. assina a carta com o nome por extenso, um sinal de formalidade. O resultado da admiração aparece no artigo que A. de A. M. publica na *Revista de Antropofagia* com teor semelhante à carta enviada (07/12/1928) para Amoroso Lima. Na correspondência se lê o aviso de agradecimento e da futura crítica a ser publicada:

Recebi — meu caro Tristão de Athayde — a segunda série dos *Estudos*. Aliás eu sou dos que guardam suas críticas. São críticas que são novos assuntos de crítica. E está dito tudo.

Na Antropófaga de janeiro direi qualquer coisa sobre o livro. Por enquanto, agradeço só a remessa. (MACHADO, 2001, p. 79).

É, de fato, publicada uma resenha sobre a obra. Ao final do texto, é possível ler: “Acho que Tristão está se tornando indispensável. Não é possível dizer mais.” (MACHADO, 1929, p. 4). A estima de A. de A. M. pelo trabalho de Amoroso Lima será um dos pontos nos ataques da *Revista de Antropofagia*, na sua segunda edição. Pelas cartas remanescentes, os laços se estreitam entre o antigo antropófago e o intelectual católico após esses desentendimentos, quando ambos são depreciados pelos artigos da publicação. O episódio, todavia, que ensejou a reaproximação de ambos é bem emblemático de duas posturas antagônicas que, contudo, conseguem estabelecer no espaço epistolar um debate respeitoso.

Pela correspondência recolhida por Francisco de Assis Barbosa, a princípio, as cartas são esporádicas e há um período de silêncio entre os dois escritores. As duas primeiras cartas de A. de A. M. possuem um lapso temporal significativo e são ainda bem formais. O diálogo só é retomado em 1930, quando A. de A. M. escreve para se desculpar a Alceu por uma de suas crônicas escritas durante a viagem à Europa.

Nas crônicas, destacam-se as reprimendas ao desconhecimento dos europeus a respeito do Brasil, visto ainda como uma imensa floresta inóspita, perpetuando a descrição dos viajantes do período colonial: “aos olhos do europeu médio o Brasil é ainda um país fabuloso, de situação geográfica mais ou menos definida, capital Buenos Aires, cidade carioca de se ver porque os habitantes andam nus, mas perigosa por causa das cobras.” (MACHADO, 1983b, p. 200-201).

Seguindo a linha de irrisão para com os europeus, que se consideravam o modelo civilizatório perfeito, A. de A. M. escreve a crônica “O Trouxa” (janeiro, 1930). Nela o jornalista critica o livro de Abel Bonnard sobre o Brasil, *Océan et Brésil* (1929) insistindo que a paisagem “esmaga” o brasileiro que buscava na Europa, sobretudo na França, a cultura inexistente aqui:

Gente assim não pode sentir o Brasil (ainda o que há nele de ridículo). [...] É engraçadíssima a superioridade sorridente com que ele anda pelo Brasil com o jeito de quem visita jardim zoológico. Vendo nos macacos o que falta para serem homens. Dando notas como um professor. Ele é perfeição da civilização. A máxima preocupação brasileira é se aproximar cada vez mais desse modelo. (MACHADO, 1983b, p. 219).

Parte da ironia contra a postura do escritor francês é repartida com um intelectual brasileiro, cujo depoimento ajudou a fundamentar o livro de Bonnard. Na crônica, as passagens grifadas se referem às confissões do brasileiro que se declarava sem suporte de “nenhuma tradição”. Citamos apenas a parte final da crítica, na qual o cronista considera infeliz a atitude de proferir com exemplos da suposta insuficiência cultural brasileira a exposição arrogante do escritor francês:

Todo esse drama foi muito bem exposto a Bonnard por um *jovem brasileiro, pleno de inteligência e ardor* que tem uma bruta admiração por Maurras. Drama pavoroso. Moços há que não resistem. Houve um até que morreu de exaltação. E outros existem que *rompem com tudo quanto os apaixonava para se jogarem no gênero da vida que mais os repugnava*, entregando-se a negócios de dinheiro no Rio ou São Paulo. Outros ainda (eta [sic] eles) *vão adormecer na solidão*.

Claro que não paga a pena discutir essa xaropada cretina. Basta gozar. Gozar bem. Depois procurar descobrir o mancebo talentoso e fogoso que escolheu Bonnard para confessar. Isso sim paga a pena. (MACHADO, 1983b, p. 221-222, grifos do autor).

Uma carta de Rodrigo M. F. de Andrade (13/03/1930) esclarece quem é o “mancebo talentoso”, para surpresa do cronista logo após a publicação do texto no Brasil (SILVA, 2015, p. 166). Alceu Amoroso Lima havia publicado um artigo sobre o seu contato com Abel Bonnard, “Ariel entre guindastes” (25/08/1929), no qual fala do “drama de nossa civilização incipiente” e compara a condição do intelectual brasileiro perante a tradição que arrima o pensador europeu.

Sobre a repercussão desse artigo, João Luiz Lafetá recobra o sucesso do texto e sua “boa fortuna: abordando o problema, central para nós, que é a oscilação entre o meio rústico e a refinada Europa, é bastante bem-sucedido na época, e Carlos Dante de Moraes, por exemplo, cita-o duas vezes em um livro de 1937.” (LAFETÁ, 1974, p. 110). Lafetá rastreia os critérios utilizados, na época, por Alceu Amoroso Lima em suas críticas literárias. O novo engajamento proposto pelo intelectual católico é oposto ao que havia se consolidado entre os modernistas, incluindo o próprio A. de A. M.:

empenhados em revelar uma face risível da vida nacional e dispostos a destruir a solenidade encasacada dos “donos-da-vida”. Pelo contrário, Alceu preza bem essa seriedade solene e triste; por isso o desvio provocado pela poesia de Schmidt é visto como útil e importante. O autor de *Pássaro Cego* ganha um vasto elogio e o qualificativo de “profeta”, porque “sua gravidade, sua tristeza, sua inquietação, sua renúncia ao frívolo, ao pitoresco, seus apelos à vida calma, sua vontade de partir, seu messianismo” (idem, 108).

Nos comentários públicos, ficou marcada a divergência entre a atitude conservadora de Alceu contra o ponto de vista irônico e demolidor de A. de A. M., o qual havia “invertido de forma exemplar o ponto de vista católico.” (idem, p. 110) e representaria, na dialética do cosmopolitismo e nacionalismo na literatura brasileira, o melhor do Modernismo: “A ‘vaia fina’ de António de Alcântara Machado é que produziu o movimento mais vivo de nossas letras.” (idem, p. 111).

A descoberta de quem era o “torturado”, entretanto, causa incômodo e, após voltar da viagem, resolve se desculpar com Alceu em carta de 12 de maio de 1930. Pesa ao missivista saber que “inconscientemente disse bobagens que podiam feri-lo colocando-me em situação horrível: a de alguém que atira no escuro e fere um amigo.” (MACHADO, 2001, p. 80). Declara-se imprudente por escrever sem buscar a fonte referida por Bonnard, que havia utilizado as declarações de Alceu de forma leviana. Na carta, expressa a preocupação de que o escritor carioca pensasse que as reprimendas da crônica ao “torturado” tivessem sido feitas de forma deliberada:

Não se trata de consertar uma tolice. Não tenho de mim mesmo opinião tão pessimista apesar dos pesares que empreste a outros a possibilidade de me julgarem capaz de conscientemente desagradar alguém de seu caráter e de sua valia. Porém de por fora resolver uma questão íntima, uma luta entre o minuto de boa-fé infeliz e a continuidade de um apreço sem reserva. (MACHADO, 2001, p. 80).

Sabendo-se crítico incisivo e irônico, o missivista se detém na “fama” que o acompanhava e que “julgava” totalmente crível a capacidade “de conscientemente desagradar alguém de seu caráter e de sua valia” (idem). Ainda que não possua os mesmos procedimentos e concepções literárias de Alceu, o jornalista é atento às reflexões empreendidas pelo crítico carioca, tomando-as seriamente. Daí o “estado de humilhante desapontamento” (ibidem) consigo mesmo. O que se segue a esse texto é uma troca de ideias, na qual Amoroso Lima aduz os móveis de seu engajamento e A. de A. M. acompanha interessado, mas com reservas a ação católica.

A carta seguinte (15/05/1930), escrita quase imediatamente ao pedido de desculpas, esclarece a verdadeira preocupação de Alceu: se A. de A. M. continuava envolvido com os integrantes da *Revista de Antropofagia*. Esse é o texto epistolar com mais dados sobre os motivos do desentendimento entre A. de A. M. e Oswald de Andrade:

Eu pretendia — meu querido Alceu — não dizer palavra em público quer na intimidade sobre essa tristeza que é a fase da *Revista de Antropofagia*. Mas com você vou quebrar essa intenção. O fato de você um instante haver pensado que eu era conivente nessa cabeçada intelectual e moral e a sua justa curiosidade em conhecer os detalhes da história me decidem. Além disso é preciso que atacado como você tem sido saiba a origem verdadeira dos ataques para se fortalecer nessa atitude de desprezo que convém. (idem, p. 82).

Também é uma das poucas cartas em que aborda a função do texto epistolar, visto aqui como espaço de uma reflexão mais detida e exata, desfazendo a ideia da carta como texto espontâneo: “É preciso escrever agora a dizer aí. Entre a distância e a escrita fica sempre um tempinho para a medição das palavras e a abolição das inúteis.” (ibidem). É feita uma longa narrativa sobre o contrato estabelecido com Oswald de Andrade para que a publicação fosse independente, aceitando, inclusive, pontos de vista contrários à sua linha de pensamento, “a revista não seria órgão de grupo nenhum” (ibidem) e haveria contribuição financeira de ambos.

A questão do financiamento, segundo o missivista, causa a primeira divergência: “a revista continuou saindo materialmente exclusivamente pelo Bopp e por mim. Mais por mim que pelo Bopp. Muito mais.” (idem, p. 83). Depois, a crítica sarcástica de Oswald de Andrade, pelas páginas da revista, a Tristão de Athayde causa novo descontentamento. A. de A. M. já estava se afastando de Oswald: “porque certas causas me convenceram de que ele tinha tudo menos caráter. E passei a evitá-lo não como diretor da revista. Mas como amigo.”

Entretanto, a ação que considera mais terrível foi o estratagema, segundo o remetente, para destituí-lo da função de editor. Oswald de Andrade e Raul Bopp anunciam a resolução de encerrar a revista e A. de A. M. concorda. Depois, a edição tem prosseguimento pelas páginas do *Diário de São Paulo* e é iniciada a fase mais radical da revista, junto com as propostas mais revolucionárias — entre elas a defesa do divórcio — aparecem as ofensas a Mário de Andrade e A. de A. M. por serem “passadistas”.

A. de A. M. acusa o autor do *Manifesto Antropófago* de utilizar as páginas da revista como trincheira contra a Igreja — já que “não havia conseguido do Vaticano a anulação do casamento da mulher” (idem, p.84) — e para alcançar a condição de “mentor” do grupo modernista de São Paulo. A. de A. M. demonstra grande mágoa com o episódio, preferindo o silêncio e o afastamento definitivo de Oswald de Andrade.

A ruptura entre os participantes do segundo momento do Modernismo paulistano estava consumada. Por isso, as iniciativas de periódicos ou projetos coletivos de divulgação das obras do movimento tornam-se mais sectárias, defensoras de uma linha única, sem abertura para outros posicionamentos o que se coaduna ao fim da República Velha e o recrudescimento das disputas ideológicas no cenário social brasileiro.

A resposta enviada por Alceu agradecendo a “dialética perfeita, argumentação precisa e *fatosa, fatosa*” (LIMA, 2001, p. 86, grifo do autor) é seguida por outra carta em que o intelectual tenta convencer A. de A. M. a aderir ao movimento de reação católica. No convite de Alceu, inicia-se o processo de tentativa de “reconversão” de A. de A. M. Essa carta não foi recuperada, o seu conteúdo é reproduzido parcialmente no texto epistolar enviado pelo escritor paulistano em 26 de maio de 1930. A mola propulsora dessa aproximação é o pedido de um artigo sobre a vida do avô do escritor paulistano, Brasília Machado.

Assim, na carta de 26/05/1930, inicia-se a encenação discursiva em que A. de A. M. se afasta ou se resguarda do desejo manifesto pelo escritor carioca de adesão à causa postulada pela revista *A Ordem*. O texto menciona vários assuntos, mas o convite feito pelo escritor católico é o tópico mais aprofundado, sendo o último a ser discutido. A introdução é constituída por assuntos heterogêneos como a comunicação de Alceu, que concorreria ao título de professor, e uma apreciação de um dos volumes da revista *A Ordem*. A. de A. M. estimula a participação no concurso, já que “o título de professor é o único que ainda não se desmoralizou no Brasil. Segundo porque ensinar é agir e o campo é ótimo para uma ação como a sua.” (MACHADO, 2001, p. 87). Consoante às propostas de retomada dos meios intelectuais pela Igreja, Alceu dirige seus esforços para o que seria considerado como meio privilegiado de formação. Utilizando-se de uma comparação com o futebol, o escritor paulistano se esquivava do convite de Alceu:

Uma revolução que "recoloque os nossos valores em função de uma filosofia do Espírito" tem minha adesão entusiástica embora de simples espectador. Quer dizer que eu não sou nem indiferente nem combatente. Minha posição diante da neo-escolástica é parecida com a de Carlos D. Andrade diante de Jackson de Figueiredo no bonito número de dezembro. [...] A coisa é obscura e só explicada de viva voz poderá ser percebida. Convenha-se em que sou um torcedor que sabe perfeitamente como é que o extrema deve passar a bola para o centro-avante emendá-la e empurrá-la dentro do gol, sente que esse gol é a satisfação de tendências e sentimentos profundos dele torcedor, mas se entrar em campo será incapaz de dar um chute.

No Brasil tudo acaba em futebol. Inclusive esta carta. (MACHADO, 2001, p. 88).

O escritor paulistano declara-se incapaz de ajudar a “revolução”. A dificuldade em formular o problema faz com que recorra a uma metáfora, bem-humorada, sobre sua condição de admirador, mas não de

participante da reação católica: o jogo de futebol, do qual como torcedor apenas entende, mas não pode executar nenhuma ação útil, em campo, para o gol. A resistência inicial de A. de A. M. se dá através do “drible” pelo humor, mas as palavras de Alceu vão ensejar confissões mais densas, em que outros motivos são alegados para a sua condição de “torcedor”.

Mais adiante, o missivista repete a admiração pelo escritor católico, apontando as qualidades vistas como fundamentais para a análise de uma obra literária. A resenha sobre o livro de Graça Aranha é um modelo dessa crítica:

acho que crítica em jornal dever ser informativa. O crítico diz o que é o livro, sua significação, seus propósitos e esclarece o leitor recomendando ou não a leitura dando as razões. Foi o que você fez. Considerou e condenou o livro sob todos os aspectos, sem sair dele. Destruíu o romance com o romance (que aliás não conheço). (MACHADO, 2001, p. 88).

Em carta de 28 de maio de 1930, Amoroso Lima argumenta de forma elaborada para desfazer a ideia da incapacidade do jornalista em participar efetivamente da reação católica. No movimento de persuasão presente na carta, ressalta-se, inicialmente, a excelência do prosador que estava amadurecendo após uma estreia positiva. A qualidade da escrita de A. de A. M., além de sua objetividade em reconhecer e expor fatos, diminuiria os problemas enfrentados por Alceu em produzir a revista *A Ordem*. Alceu recobra a metáfora futebolística para dizer que o “torcedor” pode, sim, agir:

Torcedor. Já basta. Chegará o dia de passar da tribuna ao campo. Mas ainda mesmo como torcedor há tanta coisa a fazer. Sei bem, bem sei que a ordem é *pesada*, sem interesse, sem nada que diga o grande sonho de apostolado que há nela. Faça-a como posso, com o material que chega às mãos sem tempo sequer para pedir mais e limitado dentro de fronteiras doutrinárias precisas que de forma alguma posso exceder.

Nessas condições, preciso positivamente *arejar* a revista. E para isso conto com você. Há toda uma série de *imponderáveis* nesse nosso movimento que podem ser melhor expressos por quem, como você, está nas arquibancadas. Nós que estamos no campo, embora sentindo no fundo do coração a mesma angústia, a mesma incapacidade que você diz sentir, nós estamos *metidos* demais na peleja para podermos ver, em conjunto, os movimentos, os ataques, as grandes linhas da luta. E você tem condições extraordinárias para isso. Basta dizer uma coisa. O catolicismo é sobretudo um objetivismo, uma subordinação total ao *objeto*, às coisas que estão fora de nós e fazem a riqueza infinita do mundo. Ora, você é um espírito espontaneamente objetivo e com uma capacidade de *rendre le réel* como raramente tenho visto. (LIMA, 2001, p. 89-90, grifos do autor).

Ainda que elogie efusivamente o movimento comandado por Alceu, A. de A. M. se afasta da solicitação de adesão total do amigo. A resposta de Alceu tenta reverter a situação, evocando a qualidade de renovação da escrita machadiana e sua objetividade como meios de reforçar a sua missão de reaproximação do catolicismo: retomando a metáfora do torcedor, dentro da classificação do escritor para si mesmo, estimula e indica uma possível participação.

A obediência a uma doutrina, cujos limites estreitam, paradoxalmente, o sonho do apostolado, passa a ser o maior peso sentido por Alceu e é compartilhado com o destinatário. A resposta do autor paulistano, em carta de 03 de junho de 1930, é uma das mais densas em que as questões pessoais são expostas como as

provas da “comoção” despertada pelo escritor católico. Na carta, há uma aproximação aos apelos do destinatário e o escritor paulistano afirma que contribuirá com a revista *A Ordem*, por meio do estudo da vida de Brasília Machado. Contudo, a confissão do artista, tocado pelas palavras do intelectual católico, reafirma sua impossibilidade de adesão ao movimento católico, por medo e falta de arrependimento. Ainda assim, a recusa à proposta de Alceu destoa da linguagem peremptória habitual do missivista. A negativa é feita em meio a titubeios e o emprego de letras maiúsculas para denotar transcendência de determinados conceitos:

Hoje eu me sinto católico porém sinto que é uma concessão à tradição familiar, não é fé. Não é fé porque eu tenho medo. É isso mesmo — Alceu — eu tenho medo. Não sou digno. A fé é uma graça mas para que seja operante (eu acho) é preciso viver uma vida diferente da minha. O que se chama santidade é a perfeição humana. Hoje eu não posso organizar cristãmente minha vida íntima. Sei perfeitamente que a imensa maioria dos católicos entra na igreja para dizer que está arrependida do que faz, do que continuará fazendo e cujo pavor é morrer na ação má sem tempo de se arrepender. Eu não me arrependo. É pior: não me dá satisfação minha vida, ela não me dá apoio para ser o católico que você é, que raros são, que eu seria. Não sinto em mim a pureza necessária que dá a certeza de estar com a Verdade. Eu sou erro: como é que vou me apresentar diante dos outros como possuidor da Verdade? [...] Eu sinto a Verdade em outros, fora de mim. E tenho medo dela porque ela é a negação do que eu sou. Sinto a Verdade mas a desconheço. Às vezes ela me chama. E eu resisto porque não estou preparado para recebê-la. Meu egoísmo ainda é maior. Minha covardia com certeza. No dia em que tiver coragem de me modificar a Fé se consolidará na vontade. Não é bem isso: minha vida será Fé. (MACHADO, 2001, p. 91-92).

Pela carta, o missivista deixa claro que uma vida de apostolado deve ser o resultado de uma postura moral irrepreensível (a Verdade). O erro em que vive e do qual não se arrepende, refere-se à sua união com uma mulher divorciada, o que era um escândalo e um pecado para a Igreja e, portanto, um fator que o impediria de ser um “possuidor da Verdade”: “Hoje eu não posso organizar *cristãmente* minha vida íntima.” Por enquanto, declara-se um “erro” e que somente o conhecimento e a adesão plena à Verdade poderão reconduzi-los a uma vida de Fé. A carta é encerrada em um tom pessimista incomum, além de reconhecer a singularidade das revelações: “Conversar com você fica fazendo parte integrante de meus dias sem finalidade. Nunca (por vários motivos) confiei a ninguém o que agora confio a você.” (ibidem). A. de A. M. encontrava-se em meio a uma rotina estafante no escritório de advocacia, afastado dos grandes empreendimentos literários e culturais, e vê, em Amoroso Lima, a pessoa confiável para essas declarações.

A resposta de Alceu é escrita de imediato (06/06/1930) e faz uma comparação das aflições vividas por A. de A. M. aos próprios dilaceramentos confiados a Jackson de Figueiredo, responsável pela sua recondução à Igreja. O texto de Alceu se concentra em escavar mais as emoções e sentimentos revelados por A. de A. M., demonstrando que as mesmas inquietudes estavam presentes no seu caminho de reconversão e seria possível encontrar os reflexos na vida do amigo.

Meu amigo, sua carta me tocou às *lágrimas*. E você sabe o que vi nela? Encontrado todo (não, não vou terminar a frase para que você pense que há qualquer sombra de falsa modéstia), o que vi nela foram as minhas cartas ao Jackson.

Dois anos, quase dia a dia eu lutei assim, furiosamente, com a impressão de um boi que vai para o corte e muge desesperadamente entre aquelas tábuas inexoráveis que o levam ao estilete fatal. Mugi também em todos os tons, nas minhas cartas ao Jackson. Que horrível angústia. Angústia de todo um ser que se sente arrancado de si mesmo, impelido para o desconhecido. (LIMA, 2001, p. 93).

O missivista retoma sua formação intelectual cética e o medo da mudança, a resistência, o desprezo por si mesmo e o mundo em volta, a errância por caminhos insatisfatórios que marcaram a sua trajetória existencial:

Depois a Guerra, a Revolução, o Moderno Literário, um mundo de sacudidelas na velha árvore, moça e já velha passada por tanta coisa. Depois o Jackson. Charteston, a visão ao meu lado da alma mais ardente que já vi, e o encontro afinal com Deus em *todos* os meus caminhos. Até então nunca, agora sempre. Obsessão. Luta furiosa para fugir. Medo, medo como o mais miserável dos covardes. O frio, o deserto, o desprezo infinito por mim mesmo, e o imenso descontentamento de tudo, a in-finalidade geral. Para quê? Horror ao cepticismo sibarita, mas como mudar? E a sedução comunista, a imensa, a inextinguível sedução comunista. [...] O desprezo imperial por toda essa sociedade. Por mim mesmo, pelo que me cercava, por tudo. O vazio. (LIMA, 2001, p. 93-94).

Alceu admite os problemas da escolha por uma conduta religiosa e a imparcialidade de suas avaliações e, como crítico, passou a ser alvo de questionamentos: “Hoje não tenho mais esse crédito. Sou católico, *logo* suspeito.” (ibidem, grifo do autor). A carta é encerrada com uma modalização. O paralelo estabelecido entre as dúvidas e negações do missivista ao estado de inquietação do destinatário é atenuado com a advertência de ser incapaz de impor uma adesão ou “atrair de qualquer modo para o campo um colaborador preciosíssimo das arquibancadas.” (idem, p. 95). Sobre a decisão do escritor paulistano em persistir no “erro”, Alceu não demonstra atitude preconceituosa sobre a união fora dos moldes aprovados pela Igreja: “Respeito demais a quem conseguiu um pouco de felicidade neste pobre mundo, para ousar perturbá-la.” (ibidem).

A carta de 17 de junho de 1930, escrita por A. de A. M., reafirma o seu não arrependimento, nega uma luta interior da magnitude da empreendida anteriormente por Alceu, ao mesmo tempo em que sinaliza uma futura colaboração mais ativa. Demonstrem-se contradições nas afirmações do missivista, já que antes havia descrito a sua condição de “erro” como o empecilho para sua adesão. A carta de 17/06/1930 é uma reação, uma refração do discurso de Alceu, já que o missivista não se enquadra na confissão do intelectual católico:

Não se admire - meu querido Alceu - com a afirmação de que no meu caso não existe propriamente um drama parecido com o que você expôs na sua última carta. Eu não luto. É diferente: eu não entro na luta. Nem nunca haverá luta. A minha entrada em ação (se vier um dia) será imediata e sem reservas. Porém não me sinto preparado para a ação. Não por cepticismo, fé duvidosa ou qualquer outro obstáculo de ordem moral e religiosa. Estou inteiramente à disposição. Esperando o momento oportuno. Esse momento minha vida dirá. Como estudante que já tem os preparatórios e os vestibulares prontos mas para cursar a faculdade quer primeiro ajeitar as cousas, consertar a vida. Tal qual. (MACHADO, 2001, p. 96).

É usada uma nova imagem para descrever sua condição de admiração, mas de distância da recondução proposta por Amoroso Lima. O escritor se diz equivalente ao estudante, municiando-se de informações para enfrentar uma nova etapa. De toda forma, o assunto começa a perder força e ocupa apenas o primeiro parágrafo da carta. Configura-se um diálogo com avanços e retrocessos, as dúvidas e recusas partem do escritor paulistano, sendo que o intelectual católico busca tornar positivas as características que, na opinião de A. de A. M., seriam inconciliáveis com a nova postura.

Na carta seguinte, Alceu retoma o assunto e não desiste tão fácil do seu processo de persuasão. O diálogo se adensa e se encaminha das observações de foro íntimo para uma análise do ambiente cultural e político indefinidos, que criam uma "atmosfera de véspera". A definição encontrada no amigo é a solução realista para a saída do impasse. Mais uma vez, Alceu busca persuadir o escritor, respeitando e instando, ao mesmo tempo, para aderir a causa em curso. Elogia-se o discernimento crítico do artista que estaria em consonância com o "objetivismo" da Igreja:

Sua carta é bem você, um dos homens mais definidos que conheço. O não-romântico por excelência. O homem que venceu toda literatura. Um dos poucos tipos nossos que iria (ou irá) para a guilhotina sorrindo. Dirá você, que é, como todos, um grande covarde. Ou antes, uma interrogação. Certo, o futuro... Mas hoje você é assim. E sua carta mostra bem ao vivo. Tal e qual. Nem o disponível. Nem o inquieto. Nem o literato. Muito menos o sibarita, o esteta, o céptico. Nada disso. O homem mais realista que tenho visto. O homem *do fato*. Da verdade. Da coisa como é. O anti-sentimental. Se bem que capaz no fundo de um imenso carinho. (LIMA, 2001, p. 98).

As cartas enviadas por A. de A. M. são analisadas pelo amigo como o retrato fiel daquele que se propôs eliminar todos os defeitos atribuídos à (má) literatura da época: o sentimentalismo, o excesso de rebuscamento formal e a indiferença perante os problemas da sociedade da época. A sinalização positiva da carta do prosador modernista é reforçada: "Deus lhe dará o destino. Esperar, é a grande virtude de humildade que não se orgulha de ser humilde. [...] Acredito que você seja destes, que estarão prontos, no dia em que for necessário. Muito mais do que nós outros talvez." (idem, p. 98-99).

O remetente comenta que o "caráter definido" do escritor paulistano se contrapõe ao desassossego vivido na capital do país, quase um ano após o processo que deu início à Revolução de Outubro de 1930:

Anda no Rio uma atmosfera de véspera de imensa inquietação. O oposto de que venho notando em você. O boato, o diz-que-diz-que, o pânico surdo, uma atmosfera de véspera.

O Schmidt anda apavorado. E escreveu dois fortes poemas, em um rumo novo, poesia apocalíptica, larga, social, bíblica, *claudeliana*. O aceno de grandes coisas. Realmente sombria, sem artifício. (idem, p. 99).

A resposta ao prognóstico sombrio de Alceu é um sinal de que o breve período de dúvidas para A. de A. M. estava ficando para trás. Termina a indecisão perante os novos rumos a serem tomados após um período de afirmações utópicas de seu engajamento na vanguarda. A desilusão com as disputas modernistas que o faz se aproximar de Alceu Amoroso Lima, admitindo simpatia e identificação com os ideais professados pelo intelectual católico, também vai chegando ao fim.

A carta seguinte (24/06/1930) demonstra a recuperação de ideias que haviam sido defendidas no seu momento de maior militância modernista, ressurgindo a postura ativa e de esperança no país. Assim como no poema *Outubro 1930* de Carlos Drummond de Andrade (1973, p. 27), A. de A. M. entrevê o surgimento de um novo Brasil da pólvora e da indecisão. Sem ufanismos, mas também sem ceder à postura de total desespero, como se observava em alguns setores conforme apontava Alceu Amoroso Lima.

A carta reescreve a comparação da crônica de 16 de outubro de 1926, “Relações Exteriores”, na qual A. de A. M. trata da suscetibilidade do brasileiro diante das avaliações, positivas ou negativas, do europeu. Os elogios e as críticas, ainda que procedentes de pessoas de pequena envergadura intelectual na Europa, alcançam aqui uma dimensão que ultrapassa a sua valia e qualidade. O cronista condena a busca por um padrão que nunca foi atingido e a idealização da Europa. Nem a situação do Brasil era tão inferior, nem os europeus estavam tão bem quanto propagavam. Transcrevemos o final da crônica:

Basta que a gente (como aquele padre sarado da Revolução Francesa) olhe em torno de si. Comparando é que se chegará a um resultado certo. Sobretudo olhando para baixo. Não para o alto.

É o que o brasileiro deve fazer para seu orgulho e proveito.

Entre nós se caçoa muito dos brasileiros que descobrem o Brasil na Europa. Pois é uma caçoadada muito tola. Porque só lá fora mesmo é se pode fazer ideia justa do colosso que isto é. Vendo aqueles homens esgotados. Aqueles campos chupados. Aquelas tradições asfixiantes. Os milhões de vagabundos à força. Aquele desânimo. O cerebralismo doentio dos mentores. A tremenda revolta dos dirigidos. A luta carniceira pela vida. A indecisão do presente. O receio do amanhã. E a fome. O desespero. A esterilidade.

Então a gente se lembra de que deixou um país onde tudo está ainda por fazer. E avalia bem a felicidade que isso representa. País virgem à espera de fecundação. Sem o peso morto do passado. Até sem presente. Vivendo todo para o futuro. País delicioso pelas suas possibilidades ignoradas. (MACHADO, 1983a, p. 182-183).

A ideia ressurgiu na carta a Alceu em 24 de junho de 1930. O conselho agora era para “olhar para cima”. Os problemas políticos e econômicos brasileiros não se equiparavam aos da Europa, que estava se encaminhando para uma de suas piores guerras. A viagem de A. de A. M. revela um agravamento dos problemas identificados em 1926, com o totalitarismo dividindo o continente e o aumento exponencial da pobreza. Citamos a carta:

[...] se eu tivesse autoridade agora diria aos inquietos com o nosso estado de cousas político e social: olhem para cima. Para a Europa, por exemplo. O que é a nossa crise econômica diante da inglesa, da alemã, da balcânica? O que é nosso problema político diante do português, do espanhol, do alemão, do francês também? [...] Nada de nada. Olhar só não é solução está claro. Mas a comparação já evita o desespero. Nossa defesa na guerra como na paz reside nas distâncias, nos oito milhões de quilômetros quadrados [...] pouco povoados. De forma que as cabeçadas têm seus efeitos amortecidos pelas distâncias isolantes. E nos intervalos (a terra é moça e pródiga) cabem os paliativos, as escoras, as soluções parciais. Temos por enquanto a vantagem de estarmos errando, criando o problema sem remédio. Estamos a caminho. (MACHADO, 2001, p. 101).

O Brasil é reconsiderado em suas possibilidades e o “gigante colosso” não possuía uma situação tão catastrófica como se alardeava. O que não significa que a situação brasileira fosse tranquila e desprovida de crises. O missivista mostra a singularidade de sua geração composta de “revoltados” que não aderem aos direcionamentos políticos da República Velha e percebem as bases corrompidas da política e da sociedade brasileiras:

A atmosfera de véspera a que você se refere é em grande parte decorrente de uma inquietude também de véspera. Ainda não justificada por um desastre atual. Inquietude de encruzilhada. Temos vários caminhos a tomar. Nada de desânimos. Inútil querer reformar da noite para o dia. Nossa geração ainda não se definiu. É de revoltados dos que protestam na rua: não pode. É depois da República a primeira que protesta. [...]

Nós é que para marcar a geração atual devemos iniciar o contato direto e anti-romântico com o problema brasileiro. Ou antes: com a mixórdia brasileira que resolvida ou menos definida gerará o problema, situará o problema, o necessário problema. (idem, p. 101-102).

Ao fim, o diálogo da tentativa de incorporar ao destinatário, arrastando-o ao caudal de ideias e sentimentos, se encerra numa encenação que não se desprende por completo do apelo e sedução do outro. Embora A. de A. M. não concorde com a gravidade sobre a situação brasileira e lance um olhar menos pessimista para a própria geração, o diálogo epistolar com Alceu Amoroso Lima é significativo e possibilita ao missivista reconhecer os reflexos e refrações de si mesmo no espelho epistolar.

4 Considerações Finais

Para analisar a *mise-en-scène* discursiva da carta foram utilizados, como diretrizes teóricas, os estudos que descrevem e analisam o caráter proteiforme do gênero e que têm ensejado novas perspectivas de compreensão do texto epistolar. Para isso, foram elencados os pares que dinamizam a carta — como a presença/ausência, a convenção/invenção, a oralidade/escrita, a fidelidade/traição e a realidade/ficção — demonstrando o quão difícil é delimitar o gênero. A carta surge como um texto paradoxal e, no caso da correspondência de escritores, uma vertente priorizada nesta pesquisa, essas polaridades alcançam uma intensidade particular.

A reflexão sobre si e a busca do destinatário são turvadas pela perspectiva de não comunicar, destacando-se a capacidade de propagar valores, contendo os traços, as pistas e os procedimentos que aproximam a escrita epistolar da criação literária. A encenação discursiva e a possibilidade de que a carta comporte mais do que o simples envio de notícias e informações factuais demonstram a ambiguidade do texto, que se localiza na fronteira entre a vida do epistológrafo e sua obra literária, sem que seja possível estabelecer qual lado é o predominante.

A leitura das cartas de A. de A. M. e Alceu Amoroso Lima permitiram verificar a complexidade do texto epistolar, premido entre o circunstancial e a “escrita de si”. No caso da correspondência selecionada,

acompanham-se os desentendimentos entre os participantes do movimento de vanguarda e a consequente ruptura do grupo marcam uma nova etapa da carreira do artista paulistano, ao mesmo tempo em que permitem a reformulação e aprofundamento do posicionamento ideológico frente às novas demandas provenientes das crises política e econômica.

Podemos concluir que o gesto duplo da escrita epistolar é propício para a construção de si e do outro, numa dialética de aproximação e afastamento entre remetente e destinatário. No caso da correspondência de A. de A. M. e Alceu Amoroso Lima, vimos um torneio, respeitoso, de discussão de ideias, sentimentos e emoções, no qual ambos se abrem e buscam reconhecer os pontos comuns sobre a visão de mundo, de literatura e do país, na confissão mútua.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Reunião** (10 livros de poesia). 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- BOUVET, Nora Esperanza. **La escritura epistolar**. Enciclopedia Semiológica. 1. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2006.
- CHARTIER, Roger (Org.). **La correspondance**: les usages de la lettre au XIX siècle. Paris: Fayard, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Nova Veja, 2006. Passagens.
- KAUFMANN, Vincent. **L'équivoque épistolaire**. Collection Critique. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930**: a crítica e o Modernismo. Pref. de Antonio Candido. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MACHADO, António de Alcântara; LIMA, Alceu Amoroso. **Intelectuais na encruzilhada**: Correspondência de Alceu Amoroso Lima e António de Alcântara Machado (1927-1933). Francisco de Assis Barbosa (Org.); apresentação Alberto Venâncio Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- MACHADO, António de Alcântara. **Pathé Baby e Prosa turística**: o viajante europeu e platino. Org. Cecília de Lara. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983b.
- MACHADO, António de Alcântara. **Prosa Preparatória & Cavaquinho e Saxofone**. Org. Cecília de Lara. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983a.
- MACHADO, António de Alcântara. 1 crítico e 1 poeta. In: **Revista de Antropofagia**. 1ª dentição. São Paulo, jan. 1929. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/060013-09#page/4/mode/1up>>. Acesso em: 12/05/2017.
- ROCHA, Andrée. Introdução. In: ROCHA, Andrée. **A epistolografia em Portugal**. 2. ed. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 13-35.
- SANTOS, Matildes Demetrio dos. **Ao sol carta é farol**: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.
- SILVA, Mônica Gomes da. **(De)cisões do modernismo**: estudo comparativo da correspondência de António de Alcântara Machado. Tese. Niterói: UFF, 2015. 280 f.

Página intencionalmente deixada em branco

Ressignificações discursivas sobre a educação escolar indígena

Nara Maria Fiel de Quevedo SGARBI (UNIGRAN)

sgarbi@unigran.br

Lilia Odete Nantes de OLIVEIRA (UNIGRAN)

lilinantes@unigran.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar a eficácia ideológica dos interdiscursos (Pêcheux, 1997) sobre educação escolar indígena presentes nos discursos (Pêcheux, 2002) materializados por meio de redações elaboradas por professores indígenas de Dourados/MS/Brasil, os quais participaram do Processo Seletivo para a Licenciatura Intercultural Indígena ocorrido em 2010, realizado pela UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Para tanto utilizamos as concepções de sujeito de Pêcheux, (1997), quando, em "Semântica e Discurso", afirma que o lugar do sujeito não é vazio, sendo preenchido por aquilo que ele designa de forma-sujeito, ou sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva (FD), levando em consideração o contexto discursivo, a situação histórico-social em que se deu a produção dos textos, as ideias de poder e resistência advindas de Foucault (1979) e a identidade desses professores, como sendo representação imaginária, instaurada na memória discursiva (Pêcheux, 1999), pois para os povos indígenas a questão da identidade é algo forte e se mescla com cultura, com tradição dos povos, com preservação da língua de berço, mas, também, com o desejo de acessar a "outra língua", a segunda língua, que é a língua portuguesa, o que faz com que a identidade desse "eu" se estabeleça de forma complexa linguisticamente.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Identidade; Interdiscurso.

Abstract: This paper aims to identify the ideological efficacy of the interdiscourses (Pêcheux, 1997) about indigenous school education present in the speeches (Pêcheux, 2002) materialized through essays by indigenous teachers of Dourados / MS / Brazil, who participated in the Selective Process For the Indigenous Intercultural Licentiate (2010), conducted by the UFGD (Federal University of Grande Dourados). For this we use Pêcheux's conceptions of the subject (1997), when, in "Semantics and Discourse", he states that the subject's place is not empty, being filled by what it designates as subject, or subject of knowledge of a given Discursive Formation (FD), taking into account the discursive context, the historical-social situation in which the texts were produced, the ideas of power and resistance stemming from Foucault (1979) and the identity of these teachers, as imaginary representation, established in the discursive memory (Pêcheux, 1999), because for indigenous people the question of identity is something strong and mixed with culture, folks tradition, preservation of the native tongue, but also with the desire to access "Another language", the second language, which is the Portuguese language, which makes the identity of this "I" establish in a linguistically complex way.

Keywords: Indigenous education; Identity; Interdiscourse.

1 Introdução

Condições de produção discursiva:

Diante da singularidade do *corpus* aqui envolvido, redações produzidas por candidatos ao vestibular do Teko Arandu- curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados-, torna-se pertinente a mobilização do conceito de condições de produção (CP), analisando ser a mesma condição *sinequa non* para a compreensão dos discursos e seus deslizamentos de sentidos, inerentes a qualquer forma discursiva. Os mecanismos possíveis para a produção de sentido do discurso remetem à exterioridade, à estrutura social, ou seja, o fato de Dourados possuir cerca de 16 mil indígenas confinados em pequenos espaços de terra se configura como ponto relevante para os possíveis efeitos de sentidos dos discursos indígenas.

É a partir da formação social engendrada a uma formação ideológica que o sujeito não percebe a posição de efeito dessa relação e tem a ilusão de ser livre, instaurando, assim, um processo de assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade (PÊCHEUX, 1990, p. 166).

Assim as condições de produção de um discurso possuem relação intrínseca com as Formações Discursivas que são impostas pelas Formações Ideológicas, logo não há discurso neutro ou fora de qualquer interpelação ideológica. Isso posto, o termo ideologia se apresenta para a AD francesa como algo inscrito em práticas discursivas, em sua realidade material:

Nem fenômeno emanando do sujeito livre, do sujeito psicológico, nem sistema transcendendo a estrutura válida para todos os homens, as ideologias são, em seu nível, forças sociais em luta. Sistemas e subsistemas mais ou menos coerentes, mais ou menos contraditórios, mas também comportamentos, fantasmas e imaginários sociais, as ideologias não 'flutuam' no céu das ideias, são práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelho, alguns servindo mais que outros aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico. (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN; 1994, p. 90. In: ORLANDI, 1994).

As palavras expostas remetem a uma definição que concerne a Althusser, no que se refere ao funcionamento da ideologia, principalmente por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Nessa mesma perspectiva, tem-se a tese fundamental de que "(...)a ideologia interpela o indivíduo em sujeito" (ALTHUSSER, 2001, p.97), indicando, assim, nesse caso, uma determinação ao sujeito por meio de mecanismos que reproduzem simbolicamente ou não a ideologia.

Nessa perspectiva, "ideologia" pode ser entendida como um conjunto de representações as quais predominam em uma determinada classe inserida na sociedade, assim, pelo ato de existir várias classes, há várias ideologias em confronto. Portanto, a ideologia não é a visão geral de toda uma sociedade, mas a visão de mundo de determinada classe e a maneira como representa essa sociedade, o que desencadeia a ideia de

a linguagem ser imposta pela ideologia, pois não há uma relação linear entre as representações e a língua, ficando a cargo das condições de produção essa definição.

Nesse sentido, as condições de produção (CP) entendidas como um complexo de relações sócio históricas determinantes das formações sociais estão atreladas à ideologia, ou seja, às lutas de classe. Logo, toda representação de valores e crenças de um sujeito são resultantes desse embate ideológico de um contexto “x”. Assim, do mesmo modo que essas representações possuem caráter fluido, de *continuum*, as condições de produção não são diferentes.

(...) as condições de produção do discurso não se mantêm; apenas os enunciados se repetem parafrásticamente em um processo de reelaboração (tenso, instável, dinâmico), à medida que se incorporam outros valores determinados pelo próprio movimento e pelas condições materiais e históricas. (RODRIGUES, 2007, p. 43)

Essa dinamicidade das CPs e o retorno de determinados enunciados são produtos da história, assim sendo ao orientar que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores é possível apontar que não há comunicação por meio de códigos neutros; a produção de sentido de um discurso passa por uma espécie de filtro das Formações Ideológicas que determinam constantemente os dizeres. Nessa direção, Pêcheux indica que:

Um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica... as formações ideológicas comportam ... uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição) ... a partir de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes ... toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas. (PÊCHEUX, 1990, p. 166-167).

Isso implica em dizer que as Formações Discursivas são produtos das Formações Ideológicas, as quais só podem emergir a partir das relações entre as classes, portanto o sujeito não é livre para escolher o que vai dizer, considerando que o enunciado é determinado pela Formação Discursiva que ao se identificar o constitui enquanto sujeito. Por conseguinte, ele simula sem se dar conta para que seu discurso apareça como único. Esse processo é o que Pêcheux (1990) assenta como forma-sujeito, em que realiza a incorporação - dissimulação dos elementos discursivos, mesmo que de maneira imaginária, visando ao efeito de unicidade.

Isso é o que acontece com os professores indígenas durante o processo seletivo, sujeitos do discurso sobre educação escolar, via forma-sujeito eles vão até ao espaço em que circulam esses saberes científicos, se apropriam desses saberes, buscando sempre dialogar com a mesma Formação Discursiva, materializando, assim, o discurso que está na ordem, ou seja, o que pode ser dito dentro daquela conjuntura; é pois, quando acontece essa identificação do sujeito enunciador com o sujeito do saber que, aí se produz o sentido.

A mesma forma-sujeito do discurso sobre educação escolar pode, ao materializar esse saber, ocupar posições distintas dentro do mesmo discurso, ora com o saber considerado científico, pois visa ao contexto acadêmico, assim, concordando sempre com o que julga ser o que o outro quer ouvir, ora na posição contrária ao enfatizar qual o modelo de educação que almeja.

É diante dessa representação da realidade, que é transmitida pelo discurso, de uma educação capaz de resolver todos os problemas sociais, que transita o sujeito indígena, o qual mediante a simulação pode aplacar o sentimento de não ser reconhecido, não se sentir pertencente a um determinado grupo social, dessa forma, é pelo simulacro que se constitui o sujeito que deseja ser.

Vale lembrar que o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é decisivo no seu dizer, por isso o indígena, ao se referir à educação escolar, se apoia em textos oficiais, como o RCNEI, a Constituição Federal, entre outros, na tentativa incessante de se identificar com determinados saberes, se inscrevendo em uma Formação Discursiva, com o objetivo de passar a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, sem voz, mas sim o lugar de sujeito do discurso.

2 Interdiscurso: o dito como memória

É no imbricamento de dois eixos que se formam os discursos e/ou seus efeitos de sentidos, um está centrado na memória, os já ditos, entendidos como intradiscursos, o outro eixo é composto pelas condições de produção as quais possibilitam a emergência de novos enunciados diante de um acontecimento; o interdiscurso.

Desse modo, no processo discursivo, visto como memória, o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu dizer devido ao esquecimento postulado por Pêcheux. Logo nesse jogo de dito anterior que faz funcionar a discursividade, inscrição de uma memória que ganha outros significados, é a exterioridade que constitui.

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciadador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p.89-90).

Essa constituição, inacessível ao sujeito, garante seu funcionamento a partir de uma memória não condizente com a memória psicológica, mas uma memória discursiva sustentada pelo esquecimento, ou seja, uma anterioridade como efeito de sustentação pelo pré construído e dessa forma, não questionável, pois pensar as possibilidades do dizer seria “(...) tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer”. (PÊCHEUX, 1988, p. 291)

Desse modo, é no entrecruzamento dos intradiscursos que se mobilizam os ditos e não ditos, os silenciamentos. Nessa direção, a AD centra no que é dito, mas também no que não foi dito, não buscando a indicação de um sentido verdadeiro, único, mas como esse discurso se sustenta e seus deslizamentos de sentidos.

É nessa direção do não aprisionamento dos sentidos, da relação do dizer imbricado ao não dizer que se insere a ideia de incompletude da linguagem, visto que tantos os sentidos, quanto os sujeitos e os discursos não estão finalizados, pronto, mas sim em constantes ressignificações.

Nos intradiscursos estão relacionados os discursos do sujeito, discursos outros e, também, o discurso do Outro que por meio da ideologia o constitui a partir de um processo de interpelação do indivíduo em sujeito. É por conta dessa complexa relação, sujeito, ideologia e discurso, que intradiscursos podem ser confundidos com algo produzido pelo inconsciente durante o processo discursivo, produto genuíno do indivíduo.

Isso não condiz, visto que o intradiscorso é esquecido no inconsciente, uma espécie de recalque, que a partir de simulação pode retornar ao discurso do sujeito. Outra maneira de se identificar o intradiscorso é a partir do discurso transversal, ou seja, o interdiscorso no intradiscorso que consiste na dissimulação da voz do Outro presente no discurso.

No que diz respeito aos conceitos de intra/interdiscorso é importante esclarecer que o intradiscorso está relacionado ao que já foi dito antes, em outro lugar, enquanto o interdiscorso remete ao que é dito agora, relacionado ao que foi e ao que poderá ser dito posteriormente (PÊCHEUX, 1997, p. 166). Assim, o intradiscorso, entendido como o espaço possível da formulação, somente será constituído na sua inerente relação com o interdiscorso.

Trazendo as colocações até aqui esplanadas para o objeto de análise dessa pesquisa, podemos verificar muitos dos conceitos expostos há pouco na seguinte **SD-1** “na minha aldeia nós temos escola **ideal** que nossas crianças possam estudar”. O adjetivo **ideal** pode ser entendido como um intradiscorso uma vez que pertence aos mesmos discursos sobre o modelo de escola defendido pela sociedade letrada, assim permite esse retorno no discurso indígena ao mesmo tempo que esse sujeito tem a ilusão de ser dono de seu dizer, como se isso fosse realmente seu.

Ainda pode ser visto como um discurso transversal, considerando que a escola imposta nas aldeias são instituições não condizentes com o modelo de ensinar e aprender da cultura indígena, nesse sentido ele repete o discurso do Outro que o constitui como sujeito, pois para ser sujeito de direito ele supostamente teria que aderir aos bens fundamentais para todos os cidadãos brasileiros. Cabe ainda as constatações de um interdiscorso, o que ele diz agora, ou seja, o seu discurso.

Toda essa relação é possível considerando que tudo já foi dito, não há o novo, o que existe são ressignificações condizentes aos acontecimentos sócio-históricos. Assim, tudo que um sujeito diz está inserido em uma determinada Formação Discursiva e não em outra, logo, indicará um sentido e não outro uma vez que as palavras não têm sentidos nelas mesmas.

Nessa direção, os discursos de determinada FDs, são representações de formações ideológicas, de embates discursivos, pois estão em constante reconfiguração. Diante disso, Pêcheux afirma que as

formações discursivas são: “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc”. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Isso implica inferir que as fronteiras entre as Formações Discursivas não são fixas, elas são delineadas por uma heterogeneidade de diversas outras formações, seus contornos são instáveis, sem uma demarcação precisa dos saberes internos e externos; o que indica uma estreita relação com a conjuntura social e histórica, imbricada por formações ideológicas vigentes.

As formações ideológicas não podem ser entendidas como sendo uma representação individual, ou apenas de sociedade, as mesmas possuem suas bases em relações mais complexas, como as posições de classes em conflitos.

3 Identidade: a imagem de um calibanizado

*Hoje nós indígenas e profissionais da área lutamos em prol de uma educação de qualidade, uma educação diferenciada bilíngue e intercultural. Pois **somos diferentes, temos nossa cultura, nossa língua, nossa religião, nosso jeito de se diferente do Karai.** (índio Guarani. Grifos nosso).*

É a partir do/no olhar do outro que a identidade de um sujeito é constituída, do mesmo modo que são pelas representações reelaboradas discursivamente que, como jogo de espelhos, as imagens e as posições sociais são atribuídas. Logo, todo dizer está atrelado à posição de onde se fala, isso implica em sugerir que é desse lugar que o mesmo faz a imagem do outro, como explicitado no discurso do professor indígena com o qual iniciamos essa seção.

Para Pêcheux (1997, p. 85), “(...) a percepção é sempre atravessada pelo já ouvido e o já dito através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”, isso é o que o filósofo francês institui como jogo de imagens.

Dessa forma, as diversas formações imaginárias são resultados delas mesmas. É nessa relação de imagens que estão inseridos os discursos dos e sobre os indígenas, logo são passíveis de deslizamentos/silenciamentos/deslocamentos de sentidos; isso porque o sujeito ao dizer, diz a partir de um lugar que é decorrente de relações imaginárias constituídas por formações ideológicas.

Nesse sentido, ainda sob as orientações de Pêcheux (1988, p. 162), ele indica que “(...)o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos, que se realiza por meio do complexo das formações ideológicas e especificamente pelo interdiscurso intrincado nesse processo”, ou seja, uma relação com outros já ditos, retomados pela memória discursiva, reelaborados conforme a conjuntura a qual se insere.

Logo, a situação de proximidade que o sujeito indígena possui com os centros urbanos, como no caso específico dessa pesquisa, possibilita que o mesmo transite por vários espaços em comum e tenha contato com diversas formações ideológicas, partilhe dos mesmos discursos e intradiscursos que interferem em sua realidade e, por conseguinte, em sua constituição identitária.

Cabe destacar que o fato de partilharem do mesmo contexto social não indica concordância absoluta sobre os discursos vinculados, até mesmo porque é uma situação muito dispare, ou seja, as condições sociais que os indígenas vivem fomentam uma imagem muito negativa a partir do olhar do não índio, contribuindo, assim, para um processo de exclusão em que esses sujeitos a todo momento são alvos de discursos já cristalizados como *incompetentes, preguiçosos, bêbados, animais*, entre outros.

O sujeito indígena, desse contexto, vive impossibilitado de afirmar uma identidade que não seja alvo de preconceito, pois o mesmo não pode ser índio, mas também não pode ser não índio. Isso porque para ser índio precisa de terra e isso não é mais possível, em função da situação de confinamento em que vive, cercado pelos centros urbanos e as fazendas de cana de açúcar e criação de gado e lavoura. Da mesma forma, não pode ser branco, pois os lugares sociais já foram determinados, não há mais espaços para ele.

A situação de minoritarizados vivida pelos indígenas das aldeias de Dourados faz com que esses sujeitos, por mais que busquem ocupar espaços até então negados, não consigam se desvencilhar dos rótulos constituídos historicamente, a ilusão de univocidade parece imperar sobre os mesmos.

Suas identidades não podem ser construídas historicamente, pois antes de qualquer outra identificação eles são índios e ser índio nesse contexto não é positivo diante dos olhares da maioria da sociedade não indígena. Nessa direção, Coracini indica que “não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada a consciência consigo mesmo, do pertencimento imaginado e inventado a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais Inassimiláveis”. (CORACINI, 2007, p. 49).

Essa citação leva-nos a pensar em um imaginário alimentado por diversos discursos como o da ciência e o da história que parecem determinar a identidade do sujeito. Contudo, são esses discursos, vistos como verdades, que impedem a aceitação do outro, do diferente, uma vez que, segundo as discussões das teorias sociais emergentes, essa ilusão de sujeito único, acabado não se sustenta mais.

Assim, Hall (2005, p 7) postula que “(...) as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”. Essa tentativa de ruptura das verdades históricas incide em conflitos mútuos, pois aceitar a inserção do “novo”, do diferente não é tarefa muito fácil diante de uma sociedade de base colonizadora, tão pouco é fácil para o indígena estar preparado para se apropriar da cultura do outro sem ser criticado, negligenciando, resistir as imposições a ele já estabelecidas.

No que tange às bases colonizadoras, é importante destacar as contribuições de Boaventura de Souza Santos, mais especificamente no texto “Entre Próspero e Caliban - Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”. Nesse texto o autor se propõe a expor sobre as práticas sociais e discursivas que caracterizam o colonialismo português e o modo como impregnaram os regimes identitários nas sociedades que dele participaram, tanto durante o período colonial, como depois da independência das colônias, com incidência sobretudo, na África e na América.

Ainda sob essa orientação, outra obra do autor, agora com a metáfora “Norte Versus Sul”, citada por ele, também entendida como “Linha Abissal”, representa, de um lado, o discurso homogêneo e dominante do mundo ocidental, em conflito, com as vozes do Sul, o outro lado da linha, apontadas como vozes de “resistência” ao primeiro, retratando fielmente a situação vivida pelos minorizados e silenciados socialmente, nesse caso aqui, a situação da população indígena.

Nessa direção, de acordo com as orientações dos trabalhos mencionados, direcionados aos silenciamentos do e no dizer, podemos inferir que há uma lógica ocidental em determinar o como e o que deve ser dito, atendendo sempre a um ponto de vista. E isso acontece há 150 anos, decorrente da terminologia do saber, isso pressupõe a existência de uma racionalidade, responsável pela divisão do mundo em Norte e Sul, e, assim, o que se produz discursivamente entre os mesmos, são entendidos como humano e subumano, verdadeiro e falso.

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.(SANTOS, 2010, p.71).

Essa separação é entendida como linha abissal (SANTOS, 2010), onde no lado positivo estão os convencionados como certo, superior, os que estão na legalidade, “normalidade”, enquanto que do outro lado, estão os errados, inferiores, os que transitam na ilegalidade, são anormais, logo são instaurados no espaço da inexistência, não reconhecimento, ausência, impossibilitados da co presença dos dois lados da linha. Essa é a lógica do pensamento ocidental, assim o lado positivo para se afirmar, ser legitimado, precisa silenciar, ocultar, o outro lado, conjuntamente, suas práticas, costumes e seus discursos também são constantemente silenciados.

A nova conjuntura não permite mais os conceitos de sujeito unificado e defende a substituição de identidade única por ser fragmentada, o que nos leva a pensar em um sujeito incompleto, em formação constante, ou seja, uma identidade fragmentada. Porém o que era para ser visto como uma posição positiva,

pois fragmentado sugere heterogeneidade, diversidade, a partir da conjuntura em que estão os indígenas de Dourados, pode ser entendido como mais um obstáculo na afirmação da identidade.

Considerando que são vistos discursivamente como tutelados, incapazes, muitos estão em situação de mendicância, sem terras suficientes para viverem dos recursos da aldeia e sem religião uma vez que o número de igrejas evangélicas dentro das aldeias é significativo. Ainda destacamos outro fator que pode ser visto como o principal na constituição da identidade; a língua.

A população indígena em questão, pode ser considerada um povo sem voz, pois não tem suas línguas representadas em nenhum espaço fora do convívio dentro da aldeia. A fragmentação, nesse caso específico, pode ser entendida não como soma, mas como falta.

Essa falta, não porque é incompleto como todo sujeito constituído na/pela linguagem, mas porque não encontra acolhimento em nenhum dos lados. Esses sujeitos são atravessados a todo tempo por discursos que os impedem, pois são mais de quinhentos anos de efetiva exclusão, logo esse percurso histórico “fala” antes de qualquer outro dizer.

Há uma memória que atravessa os dizeres e permite os deslizamentos de sentidos, isso não só por conta das especificidades do caso dos índios de Dourados, mas porque tudo já foi dito antes, não há o novo. Assim, essa memória discursiva permite a retomada do já dito e sustenta o dizer, sempre alicerçada pelo contexto de produção. Pêcheux explica que:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1998, p. 52).

Os discursos sobre os indígenas só podem produzir os efeitos de sentidos que produzem por pertencerem às FDs constituídas sócio-historicamente, resta-nos, então, evidenciar o porquê esses sentidos ainda são sustentados, o que não seria muito difícil considerando as condições de produções de onde os mesmos emergem.

4 Resistência como poder:

A Ordem do discurso é um texto em que seu autor, Michel Foucault, aponta reflexões sobre o poder como articulação, controle e organização do saber na sociedade. O autor expõe que as coerções incididas sobre quem fala indicam sempre para dois pontos, o primeiro ponto seria o poder como uma relação de força uma vez que o indivíduo cede a um dominador.

Nessa direção, torna-se evidente que o poder está em toda parte, visto o atravessamento dos sujeitos pelas relações de poder, ou seja, discurso e poder estão relacionados, de forma que as relações de poder interfiram na produção do discurso.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

Assim, o poder não está apenas imerso às instituições como o Estado, ou algo que o menor cede ao maior, o poder é uma relação de forças e essa forma está presente em todos os lugares, permeando todas as atividades pessoais e sociais, de modo que nenhum sujeito pode ser considerado fora dessas relações de poder sem implicar em hierarquias de valores. O segundo ponto seria apontar que o poder não é simplesmente dominação, mas também constitui efeitos de verdade e saber.

Ainda nesse texto, fruto da aula inaugural do Collège de France, Foucault sugere que a produção de discursos na sociedade não é elaborada de qualquer forma, ou seja, é regulada por determinadas regras controladoras as quais determinam o que pode e, assim, deve ser dito e quem está autorizado a dizer. Dessa maneira, ao falar, o sujeito deve observar a posição e o valor dessa dentro de um estrato social e quem fala; não é qualquer um que pode falar desse mesmo lugar.

Vê-se que o autor, na posição de sujeito do discurso, é ao mesmo tempo autônomo e submisso, pois é autônomo quando se coloca como sujeito autorizado a dizer, mas é submisso porque só lhe cabe dizer de acordo com a instituição representada. Isso é resultado do desenvolvimento da sociedade capitalista quando institui um poder disciplinador por meio dos aparelhos ou instituições, tornando os corpos submissos. É nesse sentido que o autor aponta que “(...) por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 1995, p. 10), ou seja, o discurso é constituído a partir de um desejo maior e exterior que é o poder.

Conforme as colocações de Foucault, podemos inferir que o discurso não pode ser entendido somente como uma luta, é necessário considerá-lo em suas condições de produção, nos procedimentos de controle que implicam em tomada de poder, seja pela interdição ou segregação, porém, ambas na mesma direção que é a vontade de verdade. Dessa forma, os discursos não compreendidos ou convencionados são excluídos, como os discursos dos loucos, pois não são de interesse social, por não terem caráter de verdade.

Cada sociedade, em um âmbito de saber, possui regras que modelam a produção discursiva e isso lhe confere o poder de ser verdadeira ou não. Essa oposição entre verdadeiro e falso deve ser vista como uma organização de exclusão que sempre esteve presente em todos os acontecimentos históricos e isso é mais evidente quando a verdade é produto constituinte de regras internas ao discurso.

Dentre as formas de repressão do discurso, como as já citadas, interdição e segregação, Foucault ainda expõe o ritual, “sociedade de discurso” e “doutrina e apropriação social do discurso”, como formas determinantes para a produção discursiva. Nessa sequência, o autor indica que ao ritual compete a função

de ordenar comportamentos, controlar as conjunturas e juntamente determinar os signos que devem compor os discursos. Nesses comandos estão, por exemplo, os discursos políticos, revolucionários, feministas, religiosos, entre outros.

Quanto às sociedades de discursos, cabem os papéis de controle e circulação desses discursos, obedecendo sempre a uma normatização linguística e escrita que regula esse sistema. Nesse campo controlador estão as doutrinas, cuja função é fazer com que os sujeitos obedçam e reconheçam as regras impostas e já aceitas discursivamente pelo social como verdades.

No intuito de disseminar os discursos como verdades e, juntamente, fazer com que a sociedade os aproprie, meios como a ciência e a educação são utilizados. Nesse sentido esses veículos podem efetivar a tarefa que lhes fora incumbida de duas formas; fazer circular os discursos e coibir a existência daqueles que não estão em consenso com as regras predeterminadas pelas sociedades de discursos e isso pode ser evidenciado nas palavras de Foucault:

O discurso, assim concebido, não é manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. (FOUCAULT, 2007, p. 70).

Isso implica em perceber que os sujeitos não são livres para instituir qualquer conceito, pois só podem ser estabelecidos os conceitos que já foram autorizados pelo sistema de regulamentação das práticas discursivas, logo, é isso que determina o discurso ou censura a produção dos novos conceitos.

O que há é um dispositivo de controle dos dizeres imbricado nos diversos lugares sociais que afetam o sujeito em sua posição enunciativa, assim determinam o conteúdo, a forma e o lugar do enunciado. Esse mesmo dispositivo de controle pode ser da ordem do visível uma vez que vigia e pune aqueles que fogem às regras.

Esse caráter disciplinador Foucault (1987) desenvolve no texto *Vigiar e Punir*, onde são descritos os efeitos do modelo disciplinar, representado pela figura do panóptico, o qual funciona como uma máquina arquitetada para manter em vigilância as pessoas que desobedeciam às leis impostas ou por apresentarem algum tipo de patologia. Como representantes desse modelo disciplinador podemos destacar as escolas, os hospitais e as prisões.

Ainda nessa obra, o autor destaca que o poder de forma punitiva ocorre por meio do medo, da súplica, no sentido de demonstrar a relação de poder do soberano sobre o súdito, pois por meio de um ritual público se intensificava a dominação e a força soberana, como indica o autor, “(...)nos excessos dos suplícios, se investe toda a economia do poder” (FOUCAULT, 1987, p. 35).

Contudo, a partir das análises sobre as prisões, Foucault percebe que as práticas disciplinares consideradas próprias do sistema prisional podem ter uma abrangência muito mais ampla, alcançando

espaços em toda a sociedade, em instituições, como fábricas, hospitais, escolas, entre outras, constituindo, assim, uma sociedade disciplinada por práticas de poder disciplinares.

O objetivo maior aqui é a busca de uma organização com estrutura disciplinar no intuito de alcance, tanto individual quanto coletivo, de uma obediência ao comando autoritário, hierarquizado e controlador, ou seja, tornar os sujeitos dóceis.

O autor incita que esse modelo disciplinador é uma característica militar em que o soldado é preparado para a guerra, logo realiza suas instruções pela força da disciplina. Contudo, esse modelo foi transferido a outras instituições sociais com o mesmo objetivo, como a escola, a Igreja, a fábrica, a família, hospícios, usinas, hospitais, asilos, orfanatos, reformatórios e prisões. Dessa forma, seguindo os pensamentos do autor, todas essas instituições desempenham um modelo social organizado para atender às exigências econômicas de uma época.

No que se refere à resistência, segundo Foucault (1999, p. 91), “(...) onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” Assim, onde há relação de forças os contra-ataques são inerentes. Logo, a resistência vem desmistificar a imagem de potência máxima e absoluta do poder, pois um não existe sem o outro. Nesse viés:

Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. (FOUCAULT, 1999, p. 88-92).

O que podemos inferir diante do exposto é que não se trata apenas de uma oposição, um conflito entre dominantes e dominados, de se impor contra a classe que domina e dela retirar o poder, pois desse modo, estaríamos apenas mudando o poder de endereço.

5 Educação escolar como resistência: o discurso indígena

O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Para mim, o problema é evitar a questão da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição. (FOUCAULT, 2009, p. 182).

Ainda sob a perspectiva inerente à relação de poder, exercida entre os protagonistas sociais e, principalmente, considerando a institucionalização de verdades, nessa seção discorreremos a respeito da relação entre os discursos jurídicos e o modelo de educação escolar indígena.

Aqui vale destacar que a abordagem sobre o conceito de poder se instaura nas orientações de Foucault, dessa forma, transitaremos entre as duas posições ocupadas pela conceituação de poder defendida pelo autor: o conceito de poder, ora poderá, então, se relacionar ao saber, vinculado a um saber/verdade, ora, como prática social, ou seja, micro - poderes exercidos por várias práticas sociais.

Nessa direção, considerando as práticas jurídicas como exercícios de poder e como essas práticas veiculam uma vontade de verdade, as SDs analisadas nessa seção vão evidenciar como as “verdades” se materializam nos discursos dos professores indígenas.

Vamos a elas:

[SD-1] Educação, de acordo com a constituição Federal da Lei de 1988 artigo 231 e 232, a educação para nós povo indígena se tornou **muito mais ampla e exigida como um ensino diferenciado e de qualidade**. Na minha aldeia educação escolar por anos anteriores fez muita falta, pois não se ensinava de acordo como ensino próprio do nosso povo Guarani Kaiowá que foi se deichando , deichando até mesmo quase sendo esquecido. **Mas com a Constituição começou ter ensino diferenciado, conhecimento intercultural do povo Brasileiro**.

Nessa SD o sujeito indígena é norteado pelo já dito jurídico da Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232. Isso nos indica que o saber jurídico é um saber-poder, garantido aos enunciadores os quais possuem o conhecimento jurídico e exercem o poder por meio da verdade jurídica. Logo, o discurso de Lei é entendido e reproduzido como o ideal de educação escolar e, assim, se concretiza como “receitas” para uma sociedade com base na teoria do direito.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas..., ela também é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. ... Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo como o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 2009, p.17-19).

Percebemos que os preceitos para o funcionamento social são reforçados, como explicitado no trecho **“Mas com a Constituição começou ter ensino diferenciado, conhecimento intercultural do povo Brasileiro”**, mesmo sendo contraditório à realidade das escolas indígenas.

Isso porque, segundo a pesquisa de CANDADO (2015), em relação à educação escolar indígena no município de Dourados, por mais que apresente alguns avanços, todas as atividades, nesse sentido, têm se

mostrado insuficientes para a efetivação de uma educação escolar diferenciada e de qualidade, como se afirma acima na SD. O ponto principal da não efetivação da Lei está exatamente na não contemplação da língua materna indígena nos espaços escolares, nem falada, nem escrita.

Contudo, mais uma vez aqui é preciso destacar as condições de produção desse discurso indígena, pois o mesmo está sendo avaliado por não índios, e principalmente, é preciso relevar que o indígena almeja a um lugar que historicamente não é seu, nesse sentido, mesmo percebendo as falhas das instituições jurídicas, é preciso afirmar que as mesmas funcionam como segue na SD:

[SD-2] Até a década de 90 a educação indígena teve pouco avanço. Com a Lei da constituição teve grandes melhoras, hoje a educação é **globalizada com a educação tradicional do nosso povo**. Agora os educadores falam a língua indígena, facilitando o ensino. O ensino bilíngue teve avanço, **mas para uma educação voltado para a comunidade indígena precisa construir juntos a maneira de ensinar**, construindo junto com lideranças.

A partir do conhecimento atual da realidade escolar indígena do município, é possível afirmar que no trecho **“hoje a educação é globalizado com a educação tradicional do nosso povo”** há uma vontade de verdade instituída legalmente.

Contudo, ao expor que há uma educação escolar em que o global e o tradicional se articulam, se concretiza a eficácia ideológica de um intradiscurso legal no enunciado do professor. Pela história da educação é possível inferir que essa relação do global e do local é uma questão ainda com muitos desafios para se efetivar, por vários motivos, porém o mais relevante é a falta de capacitação de professores para lidar com esse “novo”.

Trazendo essa reflexão ao contexto indígena, isso se torna ainda mais complexo. Primeiramente, por se tratar de uma cultura centrada na oralidade, logo, a cultura letrada não possui o mesmo significado para os indígenas. Outra questão, tão relevante quanto a primeira, são os desafios para trazer esse “tradicional” para escola.

Colocamos como desafio visto o grande conflito religioso existente nas aldeias indígenas, pois a presença das igrejas evangélicas não permite essa articulação. Nessa direção, o tradicional, o sagrado para o indígena é visto como profano, “coisas do demônio”, não há diálogo nessa questão. Assim, não há avanço, não há uma educação bilíngue, considerando que a língua indígena possui relação intrínseca com as crenças.

A língua não é apenas comunicação, mas sim ligação com o divino, dessa forma falar a língua indígena é também ressaltar suas crenças. Assim, no trecho **“mas para uma educação voltado para a comunidade indígena precisa construir juntos a maneira de ensinar”**, o que foi afirmado anteriormente se desfaz, ratificando o proposto por Pêcheux (1995) em seu texto, **“Só há causa naquilo que falha”**, ou seja, a língua “manca” e é nesse momento que o sujeito se coloca diante dos acontecimentos.

Logo, por mais que o sujeito tente sustentar um discurso filiado à formação discursiva jurídica, há um momento que ele falha, pois entende que não há educação escolar indígena desvinculada do tradicional, da língua, das crenças.

Para a Análise do Discurso pechetiana há um já dito que sustenta todo o dizível, diante disso o sujeito indígena diz o que o outro quer ouvir, contudo, por meio da linguagem não consegue esconder sua resistência ao que está imposto, visto ser um sujeito constituído na e pela linguagem, assim é um sujeito dividido.

Isso em nenhum momento diminui a eficácia dos discursos de imposição, mas permite perceber as brechas que possibilitam ao sujeito desidentificar-se às formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito.

é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD. (INDURSKY, 1997 – 2000, p. 9-10).

O que a autora propõe é que o ritual instituído por determinadas FDs não se configura apenas por discursos semelhantes, os mesmos podem ser contraditórios. Por mais que isso não ocorra de forma consciente, ou seja, ao se desidentificar de uma FD, e se inserir em outra, isso não acontece automaticamente, nesse processo de transição os resquícios são inerentes, permitindo erupções de acordo com as condições de produção. E assim, por mais que o sujeito não partilhe totalmente de uma FD, ele pode utilizar-se da mesma, como na SD abaixo.

[SD-3] A constituição defendeu a escola indígena, deve preservar e conservar cultura, língua, crenças e tradições e para o seu patrimônio e ter parcerias com demais órgãos públicos para as escolas indígenas cresça com ensino de qualidade. Ai tem o RCNEI que diz como educação indígena precisa ser. **Então como cidadão brasileiro queremos ser tratado de acordo com a Lei manda, com igualdade ai teremos educação mais avançada.**

O que se desprende da SD é o reflexo do discurso VERDADEIRO, herança da modernidade, onde os dizeres foram estabelecidos a partir de um saber instituído pela Ciência, distinguindo o que deve ou não, ser verdade. “(...) as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade”. (FOUCAULT, 2005, p,16).

A premissa jurídica da Constituição Brasileira no Art. 5º institui que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” e isso se articula de forma clara com o enunciado indígena: **“Então como cidadão brasileiro queremos ser tratado de acordo com a Lei manda, com igualdade ai teremos educação mais avançada”**.

Ao analisar, não somente a conjuntura atual da comunidade indígena, mas todo o processo histórico desse povo, afirmar que se tem uma Lei que os ampare é, minimamente, uma discrepância. Enumeremos pela sequência indicada pela referida Lei: direito à vida; aqui podemos indicar a pesquisa divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (CMI), com o relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2015-, indicando o Estado do MS como o mais violento, onde foram registrados 51 casos de violência, sendo 25 assassinatos de índios.

A partir dessas pontuações podemos responder ao quesito referente ao direito à segurança. Na sequência, destacamos a questão da Liberdade: aqui podemos pontuar o processo de confinamento iniciado ainda durante a atuação do Serviço de Proteção do Índio (SPI), em 1910 e que permanece até o momento. No quesito “igualdade” as indicações anteriores as seguintes são suficientes para responder. Em se tratando ao direito à propriedade os noticiários das mídias locais são expressivos e reveladores: “Barraco é destruído em reintegração de posse de área ocupada por indígenas” (DOURADOSNEWS, 06/07/2016).

O exposto até aqui busca evidenciar a eficácia dos discursos vistos como verdades, a procura por efetivação das mesmas, e, principalmente, como são reproduzidos até mesmo por aqueles que não são favorecidos por esses discursos. Nessa seção, ainda é possível perceber como os discursos estão atrelados em FDs, e, por conseguinte, como essas FDs são porosas, passivas de falhas, como toda atividade realizada pela linguagem.

Isso nos faz perceber a AD como uma possibilidade de transitar por caminhos não tranquilos, não estáveis, mas necessários para se compreender os ditos e não ditos. Perceber que o que está sendo dito só é possível porque há um *já lá*, e que há uma relação entre Formação Ideológica e Formação Discursiva e que o produto dessa relação se efetiva nas Formações Discursivas as quais determinam o que pode e deve ser dito, interpelando o indivíduo em sujeito.

6 Considerações finais

Os indivíduos são interpelados em sujeitos dos seus discursos, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes (...) a interpelação do indivíduo em sujeito de seus discursos se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (PÊCHEUX, 1988, p. 161 – 163).

Nessa direção, o que se indica acima é que há a necessidade de uma identificação do sujeito, tanto com a FD instituída, quanto com a forma-sujeito que enuncia e é nesse momento que ocorre a interpelação. Contudo, é necessário expor que estamos tratando de sujeitos divididos, pois são seres de linguagem, passivos de falhas como forma de resistência ao assujeitamento, constituídos na e pela língua, uma vez que é a partir da contradição na ordem do ideológico, desidentificação com formação discursiva e a forma – sujeito que o ritual de assujeitamento falha, instaurando a desejada “resistência”. Nesse sentido, os discursos atuais ganham sustentação, ou seja, produzem sentidos e, principalmente, corrobora a eficácia ideológica de um sistema impositor.

Contudo, é por meio da memória discursiva que o sujeito enuncia com a ilusão de ser origem de seu dizer, há, assim, toda uma rede parafrástica que sustenta e permite que o retorno produza sentido,

entrelaçados ao intradiscurso, que entrecruzam os discursos indígenas, dissimulando o discurso outro, principalmente do discurso jurídico e sua vontade de verdade em determinar os lugares e seus ocupantes.

Assim, se instituem as identidades, a partir desse olhar outro, das heranças colonizadoras, uma espécie de “Canibal” que tem a pretensão de ser “Próspero”. Um próspero calibanizado, o qual contribui com a permanência da vala abissal, sempre impondo os lugares do civilizado e do selvagem, sem a percepção de que também é descendente desse outro lado da linha. Permanece no imaginário social o ideal de sujeito, de cultura, de saber, de verdades, o que fortalece os discursos herdados do colonialismo. O diferente ainda não é visto como um ponto positivo, de contribuição para novos saberes, mas como inferior, prejudicial ao processo evolutivo da sociedade capitalista.

Diante disso, torna-se “correto” reunir (confinar) todas essas pessoas que atrapalham a expansão capitalista em pequenos espaços, tornando mais fácil o controle, e é exatamente essa a situação a qual vive esse povo: confinamento concretizado em verdadeiros currais humanos, sem saneamento básico, sem espaço para suprir suas necessidades e sem a sua língua para se colocar como sujeito de direito e ser ouvido.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Fontes, 2001.
- CANDADO, Reginaldo. **A percepção da constituinte escolar pelas escolas indígenas do município de Dourados MS**. (2001) a (2003). Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, 2015.
- CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I- A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001; [1999].
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Campinas: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Foucault. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1987].
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- INDURSKY, Freda. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela?** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 02/07/2016.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. **Discurso e Ideologia**: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). Gestos de Leitura. Tradução de Bethania S. C. Mariani. Campinas: Unicamp, 1994. p. 67-102.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002; 1992.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002; 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1988; 1990; 1995; 1997; 1998. [1975].

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre, et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas: Pontes, 1999 -2007, p. 49-56.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Toni (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel. Tradutores Bethania Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1969.

Michelle, Cristina e Dilma: o poder da construção da imagem de si no discurso político sul-americano

Paula Camila MESTI (UFSCar)

paulamesti@hotmail.com

Roberto Leiser BARONAS (USFCar)

baronas@uol.com.br

Resumo: Pensando-se nas transformações teórico-metodológicas de alguns conceitos da Análise do Discurso, destaca-se o fato de que a noção de *ethos* discursivo como construção de uma imagem de si no discurso é profundamente discutida nos trabalhos de Dominique Maingueneau desde a década de 1980 até os dias atuais. Porém, com os deslocamentos epistemológicos que a multiplicação dos gêneros discursivos (principalmente os digitais) possibilitaram, a noção de *ethos* passou a apresentar muitas dificuldades que resultaram em uma diversidade de trabalhos sobre este tema. Com base em um *corpus* de entrevistas das presidentas sul-americanas – Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff – e considerando o conceito de *ethos* discursivo, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os recentes deslocamentos epistemológicos deste conceito, demonstrando gestos interpretativos que evidenciam que o *ethos*, para além de ser construído pelo destinatário do discurso, pode ser construído nos enunciados das questões feitas pelos jornalistas, nos enunciados das respostas dadas por essas presidentas e nos comentários que os internautas postam no canal *Youtube*.

Palavras-chave: *Ethos* discursivo; Deslocamento epistemológico; *Ethos* refletido; *Ethos* fixado.

Abstract: Thinking about the theoretical-methodological transformations of some concepts of Discourse Analysis, the fact that the notion of discursive *ethos* as a construction of an image of itself in the discourse is deeply discussed in Dominique Maingueneau's works since the 1980s until nowadays. However, with the epistemological displacements that the multiplication of the discursive (mainly digital) genres allowed, the notion of *ethos* began to present many difficulties that resulted in a diversity of works on this subject. Based on a corpus of interviews of the South American presidents - Michelle Bachelet, Cristina Kirchner and Dilma Rousseff - and even considering the concept of discursive *ethos*, this article aims to present and discuss the recent epistemological displacements of this concept, demonstrating interpretative gestures that show that the *ethos*, in addition of being built by the receiver of the speech, can be constructed in the statements of the questions made by the journalists, in the statements of the answers given by these female presidents and in the comments that the internet users have posted about the videos available on Youtube.

Keywords: Discursive *ethos*; Epistemological shift; Reflected *ethos*; Set *ethos*.

1 Introdução

Durante os séculos ocorreram muitas transformações na História, sobretudo na História sobre a mulher. Segundo Araújo (2011), durante os séculos XVII e XVIII, o papel da mulher esteve atrelado ao universo familiar e doméstico. Para a sociedade, a mulher tinha a missão de ter filhos, cuidar do marido e da família. Apesar das mudanças nas práticas sociais relacionadas às mulheres no século XX no Brasil, ainda havia diferenças entre os papéis masculinos e femininos. De acordo com Bassanezi (2001), permanecia forte a distinção da moral sexual e, ainda que tenha se tornado mais comum a mulher trabalhar, tal atitude era cercada de preconceito e vista como auxílio ao trabalho do homem. No século XXI, a mulher conquista o direito de construir-se a si própria, saindo da inércia e não se submetendo aos discursos conservadores. A mulher do terceiro milênio, explica Confortin (2003), privilegia a qualidade de vida e comemora suas conquistas: moradia, lazer, saúde e liberdade.

Na política, a entrada da mulher, a conquista do seu espaço foi tardia. No Brasil, o direito pleno do voto para todas as mulheres foi instituído pela Constituição de 1946. Somente a partir dos anos 60 é que elas começaram a marcar presença na arena política e no ano de 2010 o Brasil teve a primeira mulher eleita por voto direto para ocupar o cargo de Presidente da República.

Além das mudanças na História das mulheres, pode-se afirmar que a mídia também realizou transformações, sobretudo nas práticas discursivas, e com elas, no próprio discurso político. Os estudos atuais sobre a política devem passar, obrigatoriamente, pelas representações de real que a mídia vem construindo. A comunicação política que há algumas décadas tinha como alicerce, quase que exclusivamente, a palavra, fosse ela falada ou impressa, agora tem como base o uso da imagem e de outras semioses.

Observando-se a predominância da imagem, a velocidade da transmissão de informações, a supervalorização da mídia, a metamorfose ocorrida na maneira de se fazer política, a atuação da mulher em ambientes predominantemente masculinos, a impossibilidade de se separar o verbo do corpo que enuncia são práticas corriqueiras no atual mundo globalizado. Os analistas do discurso tiveram que aprender a analisar o texto e o discurso, identificando os procedimentos de textualização, de discursivização, os efeitos de sentido, de memória e historicidade.

É justamente essa pressão das mídias audiovisuais e da publicidade sobre as condições do exercício da palavra publicamente proferida, que, segundo Maingueneau (2005), fundamentam o interesse crescente pelo *ethos*, que pode ser entendido como a imagem de si construída no discurso.

Baseando-se nas transformações ocorridas no discurso político contemporâneo, na presença da mulher na política e no dispositivo teórico da Análise do Discurso, o presente artigo tematiza o modo de construção das imagens de si que os sujeitos políticos femininos Michelle Bachelet (Partido Socialista – Chile), Cristina Fernández de Kirchner (Partido Justicialista – Argentina) e Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores

– Brasil) apresentam em seus discursos durante entrevistas veiculadas na mídia televisiva quando eram presidentes da República em seus primeiros mandatos.

Desta sorte, são as seguintes inquietações que norteiam e estruturam nosso trabalho: I) Quais tipos de *ethé* são construídos nas entrevistas desses sujeitos políticos? II) Como os enunciados produzidos pelos jornalistas / entrevistadores podem produzir efeitos de sentido negativos ou positivos para a imagem de si das presidentes? III) Os comentários postados nos vídeos das entrevistas também contribuem para a construção dos *ethé* das presidentes?

2 A noção de *ethos* e seus deslocamentos contemporâneos

A noção de *ethos* discursivo como construção de uma imagem de si no discurso é pesquisada nos trabalhos de Maingueneau desde a década de 1980. A problemática que esse professor de Ciências da Linguagem desenvolve visa articular corpo e discurso, indo além da oposição oral *versus* escrito.

Para se alcançar esse pensamento e possibilitar sua integração aos pressupostos da Análise do Discurso, Maingueneau (1997, p. 45) fez um duplo deslocamento na questão do *ethos* retórico. O primeiro refere-se ao fato de que o enunciador não possuiria intenções, pois ele não desempenha o papel de sua escolha em virtude dos efeitos que pretende produzir. Esses efeitos são impostos pela Formação Discursiva, não pelo sujeito. No segundo deslocamento, observa-se a ausência da oposição oral e escrita. Isso se deve ao fato de que mesmo os *corpora* escritos possuem uma oralidade, são dotados e sustentados por uma voz específica.

À luz dos estudos feitos pelo referido autor, pode-se compreender que a noção de *ethos* concorda com algumas ideias advindas da Retórica de Aristóteles, sobretudo nestes três aspectos: a) por se constituir por meio do discurso, o *ethos* não é uma “imagem” do locutor exterior à fala, mas uma noção discursiva; b) é um processo interativo de influência sobre o outro; c) é uma noção sócio-discursiva que não pode ser apreendida fora de uma situação de comunicação precisa.

Ao dissertar sobre suas concepções de *ethos*, Maingueneau (2008a, p. 64) assevera: “Minha perspectiva ultrapassa bastante o quadro da argumentação. Além de persuasão pelos argumentos, a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da *adesão* dos sujeitos a certo posicionamento.” Ainda sob o prisma da teoria elaborada por Maingueneau (2013, p. 73), fala-se de “incorporação” para designar a maneira pela qual os coenunciadores se relacionam ao *ethos* de um discurso. Para que essa incorporação aconteça, o *ethos* pode ser construído no discurso de duas maneiras diferentes: ele pode ser dito ou mostrado. Conforme ensinado por Maingueneau (2008a), o *ethos* dito consiste em fragmentos de textos em que o enunciador evoca sua própria enunciação, enuncia sobre ele mesmo. Por outro lado, o *ethos* mostrado,

considerado por Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2013) como o verdadeiro *ethos* discursivo, é construído pelo coenunciador (destinatário) a partir de vestígios deixados na enunciação.

Por se tratar de um conceito complexo e utilizado há muito tempo, torna-se compreensível que se encontrem algumas diferenças entre as distintas correntes teóricas e os diversos autores. Por exemplo, os autores que defendem que o *ethos* é um elemento existente *a priori*, ou seja, é anterior ao discurso. Haddad (2013) especifica que o *ethos* prévio é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que ele toma a palavra. Maingueneau (2008a), por outro lado, explica que é difícil de caracterizar um *ethos* pré-discursivo quando se trata do discurso político, uma vez que “[...] a maior parte dos locutores, constantemente presentes na cena midiática, são já associados a um tipo de *ethos* que cada enunciação pode confirmar ou infirmar” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 60). Outros estudiosos articulam a teoria da argumentação com a análise do discurso: Amossy (2013) introduz a noção de estereótipo na análise do *ethos*. Por este prisma, considera-se que existe uma relação entre a construção de uma imagem de si e uma representação coletiva cristalizada e com atividade de estereotipagem. No âmbito da Semiologia, a construção do *ethos* é uma atitude inerente ao ser humano, uma vez que todo ato de linguagem passa por este mecanismo. Charaudeau (2008, p. 86) assinala que “[...] a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos”.

É possível afirmar que a noção de *ethos* apresenta muitas dificuldades devido à multiplicação de trabalhos sobre este tema, fato que revela a necessidade de contínuas reflexões teórico-metodológicas. Além de todas as diferenças já existentes na noção de *ethos* discursivo, observou-se que nos últimos anos vários autores iniciaram algumas ampliações deste conceito. Começou-se a explorar a possibilidade do *ethos* ser construído não apenas no discurso “daquele que enuncia”, mas também por seus parceiros de enunciação.

A imagem construída pelos participantes de um debate político durante os períodos eleitorais é essencial para o convencimento dos eleitores / telespectadores. Isso porque os sujeitos políticos devem construir imagens positivas de si mesmos e negativas de seus oponentes. Para explicitar a importância da noção do *ethos* no gênero debate político, Sandré (2014, p. 69) analisa o debate entre François Hollande e Nicolas Sarkozy, nas eleições presidenciais da França em 2012. Nesta empreitada, a referida autora analisa como o *ethos* é construído no discurso e no gênero com interação.

Retomando a distinção feita por Charnay e Kerbrat-Orecchioni (2007) entre “imagem afixada”¹ e “imagem atribuída”, Sandré (2014, p. 74) afirma que o *ethos* em interação se constrói nesses dois planos. Esta estudiosa denomina a imagem que o locutor constrói de si mesmo (*ethos* discursivo) como imagem

¹ O trabalho da professora Sandré (2014) está publicado em francês na Revista *Langage & Société*, portanto o termo aqui traduzido como “imagem afixada” aparece no original como “image affichée”. Bem como o conceito de “image attribuée” foi traduzido como “imagem atribuída”.

afixada no discurso (*ethos* dito) ou afixada pelo discurso (*ethos* mostrado). Essas imagens podem, ainda, ser apreendidas no comportamento dos sujeitos. A imagem afixada pelo locutor se encontra e confronta com a “imagem atribuída” por seus parceiros de interação, que também podem ser engendradas no discurso e pelo discurso do coenunciador.

Em seu artigo publicado na revista francesa *Langage & Societé* nº 149, Amossy (2014, p. 13) faz algumas críticas e reflexões sobre o fato das ciências humanas e sociais desenvolverem trabalhos com os mesmos temas e objetos de análise e, entretanto, trabalharem paralelamente, ou seja, sem que se faça um cruzamento entre elas, sem que ocorram diálogos interdisciplinares. A autora traz à lume a questão de que a noção de *ethos* não é explorada somente sob essa designação nos mais diversificados campos do saber, podendo também ser denominada de: “apresentação de si”, “gestão de impressões”, “imagem corporativa”, “branding”. Após apresentar as especificidades do *ethos* dentro das ciências da linguagem, Amossy (2014) ressalta a relevância da argumentação no discurso e o cruzamento da retórica com a análise do discurso ao analisar o livro autobiográfico de Ségolène Royal – “Ma plus belle histoire, c’est vous” – publicado em 2007, após sua derrota nas eleições presidenciais francesas. Nosso principal interesse nesse trabalho feito por essa estudiosa são as análises que ela faz do livro mostrando um “retravail de l’*ethos*”, que iremos traduzir como “reconstrução do *ethos*”. Entende-se por reconstrução do *ethos* as estratégias discursivas e argumentativas usadas por Royal para transformar um *ethos* negativo em um *ethos* positivo, colocando-a como merecedora do apoio de seus eleitores após sua derrota nas urnas.

As análises realizadas por Amossy (2014) apontam para o fato de que o livro autobiográfico de Ségolène Royal retoma o *ethos* pré-discursivo da candidata à presidência demonstrando explicitamente uma imagem desfavorável que seus adversários fizeram circular.

Nessa desconstrução-reconstrução sistemática, a locutora faz mais do que modular seu *ethos* pré-discursivo como ele é definido em toda apresentação de si. Ela o reconstrói de cima para baixo para substituir a caricatura maliciosa por uma imagem considerada fiel à realidade e em conformidade aos requisitos de um candidato presidencial. (AMOSSY, 2014, p. 27, tradução nossa).

Neste trabalho de Amossy (2014), podemos verificar como o *ethos*, por meio de processos discursivos e argumentativos, pode ser construído com o objetivo de reposicionar o enunciador no campo político, restaurando sua imagem manchada e reunindo seus eleitores tendo em vista uma ação futura.

Em um de seus mais recentes trabalhos, Maingueneau (2014) afirma que a concepção usual de *ethos* discursivo é insuficiente e que, por isso, ele apresenta algumas modificações para esta noção e faz reflexões sobre a complexidade das estratégias que os destinatários devem mobilizar para atribuírem um *ethos* ao enunciador. Ao considerar que o conteúdo que os analistas dão ao *ethos* depende do tipo e do gênero do discurso que é estudado, Maingueneau (2014) propõe atribuir três dimensões ao *ethos* a fim de tornar as análises mais eficazes: categórica, experiencial e ideológica.

Para o referido autor (ibidem, p. 32, tradução nossa), a dimensão "categórica" abrange tanto os papéis discursivos, como os estatutos extradiscursivos. Entende-se como papéis discursivos aqueles relacionados à atividade de fala, por exemplo, animador, contador de histórias. Já os estatutos extradiscursivos seriam "pai de família", "funcionário", "solteiros". Em seu turno, a dimensão "experencial" do *ethos* abrange as caracterizações sócio-psicológicas estereotipadas, por exemplo, "dinamismo do jovem executivo". E a dimensão "ideológica" refere-se a posicionamentos dentro de um campo, neste caso: "feminista", "de esquerda", "conservador".

Maingueneau (2014) explica que essas três dimensões interagem fortemente e que os analistas, em função do gênero e do tipo de discurso, têm a tendência de filtrar essas características. O autor cita o exemplo do gênero político eleitoral no qual o analista privilegia principalmente "[...] os predicados que pertencem ao posicionamento ideológico (de direita, pró-europeu, anarquista) e os predicados psicológicos pertinentes (competência, autoridade, honestidade, coragem)" (MAINGUENEAU, 2014, p. 33, tradução nossa).

Estudar o *ethos*, para Maingueneau (2014), é se apoiar a uma realidade simples, intuitiva, a um fenômeno que é coexistente a todo uso da língua: o destinatário constrói necessariamente uma representação do locutor por meio do seu dizer e da sua maneira de dizer. É pensando nas ações dos destinatários no momento da incorporação do *ethos* que Maingueneau (2014, p. 35) aponta três possíveis estratégias² usadas por eles para a gestão da relação entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado: a) apagamento: instituir uma ruptura entre os dois *ethé* por um apagamento de *ethos* mostrado; b) convergência: produzir uma convergência entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado, e c) desaparecimento: fazer desaparecer o *ethos* dito e aproveitar somente o *ethos* mostrado.

Neste texto, Maingueneau (2014) faz reflexões sobre alguns problemas ligados à interpretação do *ethos*, fazendo suposições sobre as possíveis maneiras que cada destinatário poderia incorporar os *ethé*. Como seu texto é finalizado com a afirmação de que a Análise do Discurso está longe de ter explorado todo o potencial do conceito de *ethos*, nosso trabalho será aplicar essas dimensões e as possíveis estratégias que os destinatários podem adotar usando, para tanto, um *corpus* diferente daquele usado por Maingueneau: usaremos as entrevistas televisivas produzidas com as então presidentes sul-americanas.

3 Interação face à face: análises dos *ethé* discursivos das presidentes sul-americanas

Atores em interação: este é um fator que deve ser considerado quando pensamos no *corpus* de análise da nossa pesquisa. A maneira como o *ethos* é construído na cena genérica conversacional na qual pessoas estão em interação pode modificar as maneiras e as estratégias de se engendrar os *ethé*

² No original em francês, estas estratégias são denominadas de: "l'effacement", "la convergence", e "la disparition".

discursivos. Como nos ensina Amossy (2010, p. 131), na interação face à face é necessário que se façam ajustes da imagem de si em função das respostas do interlocutor; se ele reage favoravelmente ou não em relação à sua apresentação de si, por exemplo, e, então, você pode modificar e lhe propor outro *ethos*.

O essencial na interação face à face reside no fato de que a imagem projetada por cada um dos parceiros é objeto de uma reação imediata por parte do interlocutor. [...] Na interação propriamente dita, a confirmação ou a crítica do outro, ao contrário, é parte integrante do processo de produção, que muitas vezes se realiza por uma série de reajustes, de retomadas, ou de retificações (AMOSSY, 2010, p. 132, tradução nossa).

Ao que concerne o gênero discursivo entrevista televisiva, pode-se dizer que ela tem como característica a conversação entre duas ou mais pessoas: o entrevistador faz perguntas para obter informações do entrevistado. Os jornalistas/apresentadores ocupam os papéis de entrevistadores e as posições de enunciador e coenunciador. As presidentes, por exemplo, ocupam o lugar de entrevistadas e também as posições de enunciantoras e coenunciantoras da cena de enunciação. Outras características dessa cena genérica é a gestão dos turnos de fala, o controle dos temas e dos tipos de perguntas. O entrevistado, geralmente, responde ao que lhe é perguntado pelo entrevistador, não podendo escolher o tema ou o direcionamento das indagações que lhe são feitas. Retomando os estudos feitos por Amossy (2010, p. 136), no gênero entrevista ocorre uma dupla gestão da apresentação de si, mais que isso, ocorre uma confrontação de imagens: de um lado, tem-se o entrevistado que quer se apresentar ao seu público; e, do outro, a imagem que é engendrada pelo seu entrevistador.

Dessa maneira, nos vídeos analisados, o quadro cênico é assim descrito: constrói-se uma cenografia de conversa, de diálogo amigável que coloca em contato indivíduos que mantêm uma interação entre si e o destinatário/telespectador que ouve/observa a interação dos atores. O gênero discursivo entrevista televisiva, apesar de ser suscetível às cenografias variadas, inúmeras vezes se atém a cenografias já validadas, como a conversa amigável.

Iremos analisar três entrevistas realizadas com as presidentes sul-americanas. Objetivando fazer um cotejamento entre as perguntas que são feitas às três presidentes, decidimos dividir essas análises em dois momentos: 1) entrevistas realizadas nos primeiros mandatos das presidentes; 2) comentários postados pelos internautas nos vídeos dessas entrevistas que estão disponíveis no YouTube.

Pensando-se na cena genérica da entrevista televisiva e no momento de sua enunciação, teríamos o seguinte plano enunciativo: estando o entrevistador e o entrevistado em interação, seus enunciados produziram obrigatoriamente imagens de si e do outro. No enunciado do entrevistador encontraremos o *ethos* refletido, pois nele “refletem” a imagem que o jornalista possui de seu entrevistado. Esse *ethos* refletido pode ser, seguindo a distinção feita por Maingueneau, dito ou mostrado: “*ethos* dito” quando as características são explícitas no discurso; e “*ethos* mostrado” quando o que percebemos são vestígios

deixados no enunciado. Já no enunciado do entrevistado, quando o enunciador construir, fixar seu próprio *ethos*, teremos o “*ethos* fixado” que também poderá ser dito ou mostrado.

Para que se pudesse fazer um cotejamento entre as imagens que são construídas nos enunciados dos jornalistas e nos enunciados das presidentes, verificando as semelhanças e as diferenças dessas construções, agrupamos os dados das três entrevistas feitas com as presidentes durante seus primeiros mandatos no seguinte quadro:

Quadro 1. Comparações das entrevistas televisivas feitas com as presidentes sul-americanas

Presidente	Michele Bachelet	Cristina Kirchner	Dilma Rousseff
Data	22/05/2009	19/02/2010	1 ^o /10/2010
Veiculação da Entrevista ³	Canal Encuentro	TV Pública Canalsiete	TV Record
Tempo de entrevista	50 minutos	60 minutos	15 minutos
Quantidade de indivíduos em interação	2	2	3
Quantidade total de questões	9	15	16
Questões pessoais	5	10	6
Questões de gênero	0	2	2
Questões econômicas / históricas	4	3	8

Este quadro é apenas para fins ilustrativos, mas que possibilita algumas reflexões, por exemplo, a quantidade de perguntas feitas em cada entrevista: enquanto a presidente Dilma Rousseff respondeu 15 perguntas em 15 minutos, a presidente Cristina Kirchner respondeu a mesma quantidade de questões gastando 4 vezes mais a quantidade de tempo. Após assistir às entrevistas e ter o conhecimento destes dados, torna-se possível dizer que essa variação influencia na qualidade das perguntas feitas: as questões feitas à Dilma são mais curtas e menos complexas. Outro dado que chama a atenção é o conteúdo contido nas perguntas realizadas. As indagações que possuíam conteúdos pessoais (entenda-se vida pessoal, infância, memória, gostos) somam a maioria. Por quê? Isso levaria os coenunciadores intérpretes, ou seja, os destinatários a incorporarem mais *ethé* de identificação? Seria mais fácil aderir a essas imagens? Essas análises superficiais foram feitas apenas para demonstrar que existem muitos detalhes para serem observados e que não puderam ser mais bem desenvolvidos neste texto por não serem necessariamente nosso objetivo primeiro, mas que poderão compor trabalhos futuros.

³ As entrevistas estão disponíveis nos endereços eletrônicos:
 Bachelet – <<https://www.youtube.com/watch?v=fWwMWS9FfPM&t=47s>>;
 Kirchner – <<http://www.youtube.com/watch?v=3YlihZ9aHeg>>, e
 Rousseff – <<http://www.youtube.com/watch?v=BkQQ5vUMPvY>>

Baseando-se nos postulados de Maingueneau (1997; 2001; 2008a; 2008b; 2010; 2013), a cena englobante do *corpus* aqui analisado indica um discurso político cujos parceiros se encontram no espaço-tempo de uma pós-eleição. Cada entrevista retrata mulheres que foram escolhidas pelo povo para, pela primeira vez, ocuparem o cargo de Presidente da República de seus países. Tendo como característica a conversação entre duas ou mais pessoas, nas entrevistas o entrevistador faz perguntas para obter informações do entrevistado. Os jornalistas ocupam os papéis de entrevistadores e as posições de enunciador e coenunciador. As presidentes ocupam os lugares entrevistadas e também as posições de enunciador e coenunciador da cena de enunciação. Assim, nos três vídeos analisados o mesmo quadro cênico é constituído: constrói-se uma cenografia de conversa, de diálogo amigável que coloca em contato indivíduos que mantêm uma interação entre si e o coenunciador intérprete que ouve / observa a interação dos atores.

Partindo-se para as análises, temos a primeira presidente eleita na América do Sul: Michelle Bachelet. Michelle foi entrevistada por Daniel Filmus em 22 de maio de 2009 e o fato curioso é que das nove perguntas que lhe foram feitas, nenhuma era sobre gênero, ou seja, sobre “ser mulher”. Isso nos chamou a atenção porque foi uma pergunta que aparecia constantemente em todas as entrevistas. Para Bachelet foram feitas cinco perguntas pessoais e quatro sobre história / economia. Ao relembrar a questão da ditadura, podemos observar a construção de um *ethos* refletido no enunciado do entrevistador Daniel Filmus. Vejamos a questão:

Daniel Filmus – 25’36: Tem uma frase sua que se refere à Argentina, que é ‘não tenho nenhuma responsabilidade pelo o que se passou naquele momento, mas tenho responsabilidade para que não se repita’. Me impactou muitíssimo essa frase. O que temos que fazer para que não se repita?

Pode-se dizer que neste enunciado transparece uma imagem da presidente Bachelet que não foi produzida em seu próprio discurso, mas no discurso do entrevistador. É baseando-se em seu conhecimento dos estereótipos ligados aos mundos éticos e ao *ethos* pré-discursivo que o jornalista possuía da entrevistada que se pôde engendrar um *ethos* de credibilidade que se reporta ao *ethos refletido de virtuoso*. No enunciado proferido pelo enunciador entrevistador pode ser observado o *ethos* de virtuoso devido ao fato de que as imagens de virtude são construídas com o tempo, com a realidade, circunstâncias que revelam que não basta parecer, é preciso ser sincero, honesto, virtuoso. Mostrando-se conhecedor da trajetória da entrevistada, o enunciador entrevistador legitima o *ethos* de virtuoso da presidente quando destaca que ela reconheceu erros anteriores e assumiu para si a responsabilidade para que esses erros não se repitam.

Em seguida, temos a resposta da presidente Bachelet:

Michelle Bachelet – 25’55: Já com o presidente [Ricardo] Lagos se trabalhou a concepção sobre uma política de direitos humanos que dizia “não há amanhã sem ontem”, esse era um grande primeiro conceito. E “não há verdade se não há má notícia e reparação”. E eu diria que esses conceitos têm guiado o que foi a política do governo passado e o meu. E o concreto é que o que tem significado por

um lado é que é muito importante saber a verdade do ocorrido e outra eu digo em todos os meus discursos é que uma das verdades que se pode constatar na história Chilena de 1973 e no ano seguinte com brutal violação dos direitos humanos [...] e não somos capazes de resolver de maneira democrática essa diferença, há situações que temos que lamentar e que têm significado muita dor e muita tristeza para nosso povo. Cada vez que somos capazes de entender que a diversidade nos enriquece e que temos uma diferença grande, mas não nos vemos como uma nação de inimigos, mas uma nação de diferentes, de diversos, adversários frente a alguns temas, ou de interesses super legítimos contrapostos. Mas cada vez que somos capazes ou de concordar com o principal, ou buscar uma maneira racional para buscar resolver conflitos de interesses junto à sociedade, não vai voltar.

Neste enunciado observa-se mais uma vez a construção do *ethos fixado de seriedade* da presidente Michelle Bachelet. Desta vez, no entanto, um *ethos* mostrado. Ao comentar sobre o presidente que a antecedeu, sobre a necessidade de se falar a verdade, sobre a tristeza sofrida pelo povo, sobre a relevância de se buscar resolver os conflitos de interesse junto à sociedade para que a ditadura não volte mais a ser o regime de seu país, ela o faz de maneira séria, clara e objetiva. Mostrando uma imagem de mandatária segura e capacitada para o cargo de presidente da república.

Cristina Kirchner foi entrevistada pelo mesmo jornalista – Daniel Filmus – em 19 de fevereiro de 2010. Para essa presidente foram feitas dez perguntas de ordem pessoal, duas sobre gênero e três sobre história e economia.

Assim como foi perguntado para a presidente Michelle Bachelet, também se perguntou para a presidente Cristina Kirchner sobre quando ela havia pensado em ser presidente da Argentina. E, seguindo o mesmo caso anterior, por ser uma pergunta que tem como objetivo informar o telespectador e/ou sanar a curiosidade do enunciador entrevistador, consideramos que nesta questão nenhuma imagem da presidente argentina foi engendrada.

Em uma das questões direcionadas a Cristina Kirchner, pode-se observar a existência de um *ethos* de identificação, mais especificamente, o *ethos refletido de potência* na questão formulada pelo enunciador entrevistador:

Daniel Filmus – 44’37: E de onde vem toda a fonte de energia para, apesar de sozinha, consolidar as recentes conquistas profissionais?

Mesmo se referindo à competência da presidente, revelando o *ethos* pré-discursivo que o enunciador entrevistador possui da entrevistada, neste enunciado é a questão da potência que prevalece. Segundo Charaudeau (2008, p. 139), o *ethos* de potência é frequentemente relacionado ao sexo masculino porque nele são verificadas as proezas físicas pessoais por meio de comícios que exaltam a força, pela apresentação de si em voz altiva e palavras fortes. Nesta perspectiva, esse *ethos* é usado para transmitir a imagem de que não se é “[...] apenas um homem de palavra, mas também de ação”. Desta maneira, ao retratar as ações bem sucedidas da presidente Kirchner, o enunciador entrevistador deixa transparecer em seu enunciado esse *ethos* refletido de potência.

Em resposta à pergunta feita por Daniel Filmus sobre qual a fonte de energia da presidente para alcançar todas as suas conquistas, ela responde:

Cristina Kirchner – 44'46: Perseverança, perseverança, perseverança. Sempre fui muito perseverante e muito responsável. E aceitar as coisas com dignidade sem se tornar vítima. Sem pensar que a culpa é toda do que passa, que sempre têm os demais, sempre temos nós mesmos. Então, não, eu sempre encontro força porque agora tenho a obrigação de ter força. Tenho a responsabilidade de ter forças. E se não tenho nenhuma, as invento. E se não as tenho, as retiro de algum lugar: das tripas, do estômago, da cabeça, de onde for.

Podemos dizer que nessa interação pergunta/resposta, os *ethé* que foram engendrados tanto pelo entrevistador quanto pela entrevistada são convergentes, ou seja, no enunciado da presidente Cristina Kirchner também transparece um *ethos fixado de potência*. Ao afirmar que a sua fonte de energia para alcançar suas conquistas profissionais era a sua perseverança, a presidente se descreve como uma pessoa responsável e forte usando um tom de “mulher batalhadora” que não esmorece frente aos obstáculos.

Em sua primeira entrevista após ter sido eleita nas urnas brasileiras em 1º de outubro de 2010, Dilma Rousseff é entrevistada por duas jornalistas mulheres: Ana Paula Padrão e Adriana Araújo. Para a presidente brasileira foram feitas seis perguntas de cunho pessoal, duas sobre gênero e oito sobre história e economia. Uma das questões que analisamos aborda o tema do gênero:

Ana Paula Padrão – 10'20: Presidente, é, a gente começou essa entrevista falando da questão de gênero. Não foi a tônica da sua campanha, mas ontem, no início do seu discurso a senhora tocou nesse assunto e disse uma frase emblemática: “Sim, a mulher pode. É uma frase muito forte.

Como nesse enunciado proferido pela jornalista Ana Paula Padrão ocorre um desaparecimento do *ethos* dito, ou seja, o *ethos* só pode ser construído por meios dos vestígios e das possibilidades de interpretação que a materialidade linguística permite, temos um exemplo de *ethos refletido mostrado de virtuoso*. Ao afirmar que a presidente disse uma frase muito forte – “Sim, a mulher pode” – e que a questão do gênero não foi a tônica na campanha da presidente, e pelo uso da adversativa “mas”, pode-se compreender que a enunciativa jornalista considerou uma boa estratégia de campanha não se fazer apelo ao gênero feminino. Não apelar para uma questão polêmica, fez com que se exaltasse a performance de um *ethos* virtuoso da presidente.

Ao explicar porquê a presidente brasileira disse o enunciado emblemático, temos:

Dilma Rousseff – 10'38: Foi assim: eu estava no aeroporto. Me preparando para viajar. E, uma moça, uma menina de uns nove, dez anos, aproximou-se de mim de disse, o nome dela é Vitória e ela que quer te fazer uma pergunta. Virei pra menina, aliás pra mãe, até erreí porque devia ter virado pra menina, e perguntei: que que você quer me perguntar, Vitória? Ela falou: Eu quero saber se a mulher pode? Aí eu respondi: Pode o quê? E ela me disse: Eu quero saber se mulher pode ser presidente da República. [interrupção jornalista: {riso} e a senhora respondeu]. E eu respondi: Sim, mulher pode. E aí, sabe o que que eu acho? Eu acho que a minha eleição torna sonhos que eu nunca tive, porque sempre me perguntam “você queria ser o quê?” e eu sempre disse “bailarina”. Quando a gente, quando eu era criança, eu queria ser bailarina. Hoje, uma menina de nove, de cinco, de seis pode querer ser presidente da república porque agora tem uma mulher presidindo a República Federativa do Brasil.

A narrativa que explica o uso do enunciado “Sim, a mulher pode” que, inclusive, é muito parecido com o “Yes, we can” usado na campanha do ex-presidente Barack Obama, pode ser considerada bem conveniente para que vários *ethé* de identificação fossem engendrados. O nome da garotinha ser Vitória e a presidente ter ganhado a eleição, ou seja, ter obtido a vitória é um fato bem curioso. Mas, para além

das especulações, a materialidade linguística apresenta um *ethos fixado dito de humanidade*: ao assumir seus erros ao falar com a mãe e não com a criança, a presidente mostra explicitamente toda a sua humanidade, assume seu erro e explica como deveria ter feito; posteriormente quando retoma sua infância ao dizer que seu sonho era de ser bailarina, ao demonstrar seus gostos e desejos, a enunciatória entrevistada mais uma vez assume seu *ethos* de humanidade. A imagem da bailarina que é na sociedade em geral tão ligada à imagem da feminilidade pode ter sido utilizada aqui para produzir efeitos de sentido positivos para Dilma Rousseff que, muitas vezes, é retratada como uma “mulher durona” pela mídia. Observa-se, ainda, a presença do *ethos fixado dito de seriedade* quando a presidente afirma que hoje as meninas podem querer ser presidente porque “[...]agora tem uma mulher presidindo a República Federativa do Brasil”.

4 As novas práticas midiáticas e o processo de incorporação de *ethé* discursivos

A popularização da internet produziu mudanças significativas e fundamentais para a sociedade como um todo. A partir da socialização das ferramentas de comunicação mediadas pelo computador, os indivíduos passaram a poder se construir, interagir e se comunicar entre si (RECUERO, 2009). As alterações ocorridas nas atitudes e nas práticas desses sujeitos devem-se aos conteúdos transmitidos pelas atuais e diferentes mídias. Um exemplo de transformação das práticas midiáticas realizadas pelos usuários da internet é a possibilidade de compartilhar vídeos entre si. O site de compartilhamento mais famoso – Youtube – hospeda, desde 2005, uma enorme quantidade de filmes, documentários, videoclipes musicais, vídeos caseiros, entrevistas e transmissões ao vivo. Os vídeos ficam disponíveis para qualquer pessoa que queira assistir, além de ser possível adicionar comentários sobre eles.

Não há dúvidas de que a mídia mudou a maneira de se fazer política. Uma entrevista feita com uma presidente sul-americana, por exemplo, fica disponível no Youtube e pode ser vista e comentada pelos internautas durante tempo indeterminado. Acredita-se que essas novas práticas dos indivíduos face aos conteúdos transmitidos pelas mídias também merecem outro tratamento analítico por parte dos pesquisadores. Partindo-se das problemáticas da recepção das mídias pelos indivíduos, da construção do sentido feita por esses destinatários e utilizando-se como *corpus* os comentários postados nos vídeos das mesmas entrevistas televisivas feitas com as presidentes do Chile, da Argentina e do Brasil, neste momento pretendemos demonstrar gestos interpretativos que evidenciam como as imagens dessas presidentes podem ser construídas nos comentários postados pelos internautas.

Para que essas análises fossem desenvolvidas, contou-se com algumas modificações para a noção de *ethos* e algumas reflexões sobre a complexidade das estratégias na gestão da relação entre *ethos* dito e *ethos* mostrado que os destinatários devem mobilizar para atribuírem um *ethos* ao enunciatório, estudos feitos por

Maingueneau (2014) e já explicados anteriormente. Desta maneira, decidimos fazer algumas análises quantitativas dos comentários buscando observar as práticas dos usuários perante os vídeos postados no Youtube e, por fim, aplicamos os novos conceitos / estratégias apresentadas por Maingueneau (2014) em um *corpus* diferente ao que ele utilizou em seu estudo inicial.

Foi a partir de 2005 que alguns jornais brasileiros passaram a ter suas versões online com recursos que permitiam os leitores escreverem seus comentários, porém, foi somente em 2008 que a publicação desses textos opinativos ganhou destaque. Entretanto, até 2010 era pequena a quantidade de pessoas que comentavam as notícias lidas. Hoje os comentários têm tanto destaque quanto as notícias ou os vídeos publicados (SILVA, 2016). Logo após os textos e vídeos encontramos ícones com os enunciados imperativos: “comente”, “opine”, “faça seu comentário”, “escreva seu comentário”, “entre na conversa”, “dê sua opinião”. Essa nova prática constrói espaços de debates, lugares onde a polêmica pode se instaurar e isso modificou a relação dos indivíduos com os meios de comunicação. Eles passaram a ser lidos. Mas o que dizem os comentários? Eles sempre são sobre o tema abordado na reportagem? Nos vídeos com as presidentes, por exemplo, os internautas discutem sobre política? A busca dessas respostas justifica nossa empreitada em analisar os comentários postados nas entrevistas feitas com as presidentes sul-americanas⁴ e mostra que esses enunciados também constroem uma imagem dessas líderes políticas.

Ao observarmos o que enunciam esses comentários, foi possível separá-los em categorias para, em seguida, quantificá-los e compreender o que esses números poderiam significar. Então os temas dos comentários foram divididos em:

- Comentários positivos e negativos sobre a presidente: quando os internautas se referiam estritamente a elas;
- Comentários positivos e negativos sobre o internauta: enunciados que tratavam sobre suas próprias opiniões e práticas sendo que consideramos positivo quando um internauta concordava com o outro e negativo quando discordavam;
- Comentários positivos e negativos sobre história e economia: elencamos os enunciados que abordavam o contexto político-econômico-histórico em geral, sem relação com as práticas das presidentes;
- Comentários de estranheza, ódio e intolerância: são os enunciados com muitos palavrões que demonstram sentimento de ódio e intolerância em relação aos políticos em geral e às pessoas que se filiam à posições políticas diferentes àquelas do enunciador;
- Comentários sobre o saber técnico do vídeo e do jornalista: quando os internautas emitiam juízo de valor sobre o vídeo, o som, a imagem e a postura do jornalista;

⁴ Cabe esclarecer que esses vídeos foram escolhidos como *corpus* de análise por terem tido uma grande quantidade de visualizações e de comentários quando comparados aos outros vídeos.

- Comentários que não possuem relação com o vídeo: enunciados aleatórios, sem qualquer vínculo com o tema dos vídeos.

Quadro 2. Categorias e porcentagens dos comentários

	Michelle Bachelet	Cristina Kirchner	Dilma Rousseff
Data da entrevista	09/01/2010 ⁵	19/02/2010 ⁶	11/09/2011 ⁷
Número total de visualizações	20.160	58.137	99.208
Número total de comentários	68	157	163
Comentários positivos sobre a presidente	10%	17%	6%
Comentários negativos sobre a presidente	38%	6%	15%
Comentários positivos sobre o internauta	4,5%	4,5%	4,5%
Comentários negativos sobre o internauta	22%	37%	24%
Comentários positivos sobre história e economia	1,5%	2%	4%
Comentários negativos sobre história e economia	6%	11%	12%
Comentários de estranheza, ódio e intolerância	3%	11%	3%
Comentários sobre o saber técnico do vídeo e do jornalista	3%	5%	18%
Comentários que não possuem relação com o vídeo	12%	6,5%	13%

Apesar do quadro ser autoexplicativa, vale fazermos alguns apontamentos uma vez que alguns contrastes e comparações ficaram mais visíveis. Ao se observar as porcentagens da quantidade de comentários postados em cada um dos vídeos, podemos destacar que foi no vídeo de Cristina Kirchner que verificamos o maior número de comentários positivos sobre a presidente – 17%. Já a maior quantidade de comentários negativos sobre a presidente foi encontrado no vídeo de Michelle Bachelet, com 38%. É possível observar a mesma quantidade (4,5%) de comentários positivos sobre os internautas nos três vídeos analisados. Porém, foram os internautas argentinos que mais produziram comentários negativos sobre si mesmos – 37%. Os internautas brasileiros produziram mais comentários positivos e negativos sobre a história e economia, 4% e 12%, respectivamente. E os enunciados de ódio e intolerância postados no vídeo da entrevista com a presidente da Argentina impressionaram pela grande quantidade – 11%. Os brasileiros, em contrapartida, publicaram muitos enunciados – 18% – sobre o fazer técnico do vídeo, enquanto os argentinos postaram apenas 5% e os chilenos, 3%.

Para as finalidades do nosso trabalho, iremos aplicar as noções teóricas de Maingueneau (2014) somente nos comentários positivos e negativos sobre as presidentes sul-americanas.

Ao dissertar sobre o *apagamento do ethos mostrado*, Maingueneau (2014) explica que o *ethos* discursivo não é levado em consideração, assim, o destinatário dá mais atenção ao *ethos* dito. De acordo

⁵ Entrevista foi acedida em novembro 24, 2016 em: <https://www.youtube.com/watch?v=fWwMWS9FfPM>

⁶ Entrevista foi acedida em novembro 25, 2016 em: <https://www.youtube.com/watch?v=3YlihZ9aHeg>

⁷ Entrevista foi acedida em novembro 26, 2016 em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mc22nyhwSfs>

com as análises de Maingueneau (2014), nesse tipo de enunciado as dimensões categóricas e ideológicas são privilegiadas. Fazendo um deslocamento metodológico e pensando em nossas análises, nesse *ethos* dito, que pode ser positivo ou negativo, encontram-se informações sobre o físico e a moral das presidentes.

Maingueneau (2014) comenta que nessa estratégia de apagar o *ethos* mostrado, as informações são tão básicas que poderiam ser substituídas por uma não pessoa: “Mulher, 35 anos, morena”. Em nosso *corpus* de análise podemos dizer que isso também ocorre, pois se não aparecessem os vocativos nos enunciados, ou se não colocássemos o nome das presidentes antes dos exemplos, não seria fácil identificar à qual presidente o enunciado se referiria.

Exemplos positivo e negativo de Michelle Bachelet:

“Beauty soul8 meses atrás

Que mujer y presidenta hermosa.”

“María del Carmen Balay1 ano atrás

de alguna manera uno propicia lo que hace, así que me parece que si la señora acepto el cargo de presidenta, fue porque quiso, esto es en lo único que diciente con ella, por todo lo demás, me parece una persona valiente, competente y muy válida.”

“Mathy Riquelme1 ano atrás

vieja culia que no sabe dirigir el pais D:”

“Nicolatino671 ano atrás

Corrupta, mentirosa y sinvergüenza!! Cero liderazgo, inepta e incapaz!! Definitivamente estabamos mucho mejor con la Dictadura!!”

Exemplos positivo e negativo de Cristina Kirchner:

“maria fernandez11 meses atrás

Una mujer con mucha personalidad y muy inteligente. No la olvidaremos.”

“fabricio marcelo1 ano atrás

Hermosa , Aguante cristina ji”

“MrDrifblim4 meses atrás

Es una yegua ladroba”

“Alejandro Franco1 semana atrás

NORMA, LA MEJOR DE LA CORRUPTAS. ”

Exemplos positivo e negativo de Dilma Rousseff:

“sonic007ize2 anos atrás

Dilma guerreira!”

“werner meyer2 anos atrás

Dilma is great. ”

“David Wendel3 anos atrás

3 PALAVRAS QUE COMBINAM COM VC E O SEU CHARACTER Palhaça,Mentirosa e corrupta. apenas essas 3 palavras so 3 mais tem mais palavras”

“Adriano Martins2 anos atrás

DILMA VOCÊ É UMA PUTA VELHA !”

Contrariamente ao que preconizou Maingueneau (2014) ao afirmar que nos enunciados que apresentam a estratégia do apagamento do *ethos* mostrado são privilegiadas as dimensões categóricas e ideológicas, isso não ocorreu em nosso *corpus*. Observamos a ocorrência de alguns *ethé* positivos pertencentes à dimensão experiencial, aquela que é estereotipada. Então, dizer que as presidentes são mulheres “com muita personalidade”, “valentes” ou “guerreiras”, estaríamos diante de palavras que abrangem essa dimensão. Acreditamos que isso se deve ao fato de o nosso *corpus* de análise ser diferente ao que foi utilizado pelo referido autor. Em nosso caso, os predicados psicológicos foram exaltados, *ethé* positivos e negativos que faziam referência à credibilidade e à moral das presidentes: competente, corrupta, mentirosa, sem vergonha, sem liderança, inapta, incapaz, égua ladra, a melhor das corruptas, palhaça, mentirosa; e também *ethé* positivos e negativos que se referiam à aparência física dessas mulheres: bonita, ótima, puta velha, que mulher, presidente bonita, velha, ótima. Esses exemplos confirmam o total o uso exacerbado do *ethos* dito, tudo é explicitado, o destinatário não precisa buscar os vestígios nos enunciados, eles já estão lá, prontos para serem incorporados e, muitas vezes, em letras garrafais.

Ao que concerne à *convergência entre ethos dito e ethos mostrado*, Maingueneau (2014) nos ensina que o *ethos* mostrado poderia ser compreendido como sintomático da personalidade da locutora – fala como ela diz que é: clara e direta. Seriam exemplos os enunciados bem elaborados, equilibrados. Das dificuldades que essa estratégia poderia ter, o referido estudioso explica que o leitor deveria tomar uma decisão interpretativa ao incorporar o *ethos* mostrado como sintoma ou como estratégia. Como sintoma seria aceitar que a maneira de dizer é também a maneira de ser, seria a personalidade da pessoa. Não encontramos essa estratégia sendo utilizada nos comentários do vídeo da presidente do Chile, mas podemos observar o enunciado postado no vídeo da presidente Dilma:

“Igor d’Souza Lazarini López6 meses atrás

Como eu queria que ela tivesse dado certo na Presidência. De verdade. Não torço contra o governo do meu país. Independente do partido. Participei ativamente da eleição dela em 2010, pelo ineditismo de termos uma mulher, outra visão, outro estilo. Ela foi vendida como a “supergerente” que entendia tudo, resolvia tudo, comandava tudo. E acabamos levando pra casa uma presidente que mal consegue completar uma única frase que faça sentido. Nessa entrevista, ainda em 2011, ela ainda parecia que seria uma ótima presidente. Que pena que não foi assim. Nos resta agora torcer pelo Temer e esperar as próximas eleições.”

Ao fazer um deslocamento e usar essa estratégia para verificar como as imagens das presidentes são construídas nos comentários, ao dizer que ela “mal consegue completar uma única frase” (*ethos* dito), o internauta deixa implícito que a presidente também não seria capaz de governar o país, pois, em sua opinião, não consegue fazer coisas mais simples. Assim, o destinatário poderá considerar que o *ethos* mostrado de incompetência é convergente ao *ethos* dito.

“kikankik6 anos atrás

admiración absoluta por tener al fin un dirigente instruido, con una excelente oralidad y convicciones. Un aguante absoluto de mi parte!”

Neste exemplo retirado dos comentários do vídeo de Cristina Kirchner também podemos verificar a convergência entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado. No *ethos* dito, o internauta menciona que a presidente tem uma “excelente oralidade” e é instruída, e que por isso a admira. Esses atributos são convergentes ao *ethos* mostrado de competência que o internauta possui da presidente.

Para dissertar sobre a estratégia de fazer *desaparecer o ethos dito*, Maingueneau (2014) nos traz um exemplo cuja descrição de si tem uma cenografia literária, a anunciante apresenta um poema que não fala diretamente dela mesma, mas transparece sua imagem por meio do *ethos* mostrado. Essa maneira de falar de si é contrária às expectativas do leitor comum e acaba definindo um destinatário ideal, uma vez que não seria qualquer pessoa capaz de compreender. Como não encontramos nenhuma ocorrência dessa estratégia, acreditamos que ela não seja considerada interessante pelos internautas, porque eles querem ser lidos e compreendidos, querem se expressar e por isso não abriam mão do *ethos* dito.

5 Considerações Finais

Ethos refletido e *ethos* fixado, essas foram as principais noções que utilizamos em nossas análises interpretativas. Acreditamos que com essa nomenclatura fique mais simples compreender quando o *ethos* é construído no discurso do outro (refletido), e quando é constituído no discurso daquele fala de si (fixado). Em uma análise mais ampla, verificamos que nos exemplos analisados da presidente Michelle Bachelet ocorreu a presença de *ethos* fixado de seriedade e de humanidade, enquanto o *ethos* refletido encontrado foi o de virtuoso. Já a presidente Cristina Kirchner em um de seus enunciados produziu um *ethos* fixado de humanidade e em outro momento observamos a convergência da construção do *ethos* no enunciado do entrevistador e da presidente: ambos engendraram *ethos* de potência. A presidente brasileira, Dilma Rousseff, por outro lado, recebeu um *ethos* refletido negativo em sua interação com o enunciatador entrevistador e, por isso, precisou usar da estratégia estudada por Amossy (2010) de reconstrução do *ethos*. Esse sujeito político, portanto, transformou seu *ethos* negativo em positivo: em seu enunciado verificou-se o *ethos* fixado de inteligência. Outro *ethos* refletido construído no enunciado do enunciatador jornalista para a presidente Dilma foi o de virtuoso. Em sua resposta, a presidente produziu *ethos* fixado de humanidade e de seriedade.

Sobre o fato de se analisar os comentários dos internautas postados nos vídeos das entrevistas das presidentes, temos algumas considerações: os sujeitos ordinários passaram a ter voz. Os sujeitos comuns passaram a ter suas vozes escutadas. Essas vozes se materializaram nas telas dos computadores. Essas palavras são estão lá prontas para serem lidas independentemente de quando elas foram postadas. Essa transformação nas práticas desses sujeitos tem grandes influências nas práticas da mídia e da política.

Neste trabalho percebemos que na maioria das vezes esses sujeitos postaram comentários cujos temas não eram necessariamente sobre as presidentes ou sobre a política, que eram os temas dos vídeos analisados, como os internautas brasileiros e argentinos que publicaram comentários sobre os próprios internautas. Mas, mesmo assim, é uma nova prática que pode delinear o perfil de cada povo e demonstrar sua relação com as novas mídias: como por exemplo os internautas chilenos que publicaram muitos comentários negativos sobre a presidente Michelle Bachelet; ou os argentinos que expressaram ódio e intolerância em grande parte de seus comentários; ou ainda os internautas brasileiros que demonstraram seus conhecimentos técnicos sobre vídeo, som e jornalismo.

As análises mostraram que é preciso expandir os trabalhos que tratam sobre o conceito de *ethos* e atestam que cada gênero discursivo apresenta suas especificidades e necessidades de se utilizar outras metodologias para analisar os mais variados tipos de *corpora*.

Referências Bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. Dynamiques interactionnelles: La gestion collective de l'*ethos*. In: AMOSSY, Ruth. **Le présentation de soi: ethos et identité verbale**. Presse Universitaire de France: Paris, 2010, p. 131-144.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 09-28.
- AMOSSY, Ruth. L'*ethos* et ses doubles contemporains perspectives disciplinaires. **Revue Langage & Société – Ethos discursif**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, (149), 2014, p. 13-30.
- ARAÚJO, Renata Pedroso. **O panorama da Mulher na condição de esposa e mãe**. Klepsida, 2011. Acesso em 12 abril 2011 em <http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 607-639.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CONFORTIN, Helena. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GUILHARDI-LUCENA, Maria Inês. (Org.). **Representações do feminino**. Campinas, SP: Átomo, 2003.
- HADDAD, Galit. *Ethos* prévio e *ethos* discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 145-166.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Trad. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de. (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *Ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-32.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, Sírio Possenti et al (Orgs.) São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2013, p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. Retour critique sur l'*ethos*. **Revue Langage & Société – Ethos discursif**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, (149), 2014, p. 31-48.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANDRÉ, Marion. *Ethos* et interaction: analyse du débat politique Hollande-Sarkozy. **Revue Langage & Société – Ethos discursif**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, n. 149, 2014, p. 69-84.

SILVA, José Cláudio Vasconcelos da. **Análise discursiva dos comentários: textualização e historicidade do / sobre o Marco Civil da Internet**. (Dissertação). São Carlos: UFSCar, 2016.

Página intencionalmente deixada em branco

Acontecimento enquadrado: violência contra mulheres nas capas dos jornais piauienses

Paulo Fernando de Carvalho LOPES (UFRJ)

pafecalo@ufpi.edu.br

Cíntia Lucas Freitas de LIMA (UFPI)

cintialuc1@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar nos três jornais de maior circulação no Piauí *O Dia*, *Meio Norte e Diário do Povo do Piauí*, a cobertura jornalística do estupro coletivo de quatro menores ocorrido na cidade de Castelo do Piauí, em 27 de maio de 2015. A violência cometida contra as quatro meninas chocou o Estado e repercutiu na imprensa nacional e internacional. A metodologia a ser usada é a análise de discursos, proposta pela Teoria dos Discursos Sociais, que busca compreender como os sentidos são propostos através da enunciação para construir um acontecimento a partir do seu enquadramento. Busca-se, assim, identificar os diferentes modos de construção do acontecimento que teve grande repercussão. Como recorte metodológico, o corpus escolhido são as primeiras capas dos jornais produzidas após o acontecimento. Desta maneira, parte-se da seguinte questão: até onde a narrativa jornalística consegue ir e como o jornalismo responde a um acontecimento com tamanho poder para se impor? Os autores convidados para iluminar esta investigação são: Pinto (2004), Vaz (2006), França (2006), Silverstone (2002) e Rebelo (2000).

Palavras-chave: Análise de discursos; Acontecimento enquadrado; Jornais; Violência; Mulheres.

Abstract: The present article has the objective of analyzing the journalistic coverage of the rape of four minors in the city of Castelo do Piauí, Brazil, in the three newspapers with the highest circulation: *O Dia*, *Meio Norte* and *Diário do Piauí*. The violence committed against the four girls shocked and had repercussion in the national and international press. The methodology to be used is the discourse analysis, proposed by Theory of Social Discourses, which seeks to understand how the meanings are proposed through the enunciation an event from its framework. It seeks, therefore, to identify the different modes of construction of the event that had great repercussion. As a methodological clipping, the chosen corpus are the first covers of the newspapers produced after the event. In this way, we ask ourselves the following question: how far can the journalistic narrative go, and how does journalism respond to an event of such great power to impose itself? The authors invited to illuminate this research are: Pinto (2004), Vaz (2006), France (2006), Silverstone (2002) and Rebelo (2000).

Keywords: Discourses Analysis; Framed event; Newspapers; Violence; Women.

1 Introdução

Quatro adolescentes da cidade de Castelo do Piauí foram encontradas gravemente feridas após terem sido violentamente espancadas, esturpadas e arremessadas de um morro de aproximadamente sete metros de altura. As meninas haviam saído de casa para fazerem fotos para um trabalho da escola quando foram pegas de surpresa por quatro menores e um adulto que as esturparam e fizeram toda a sorte de violência e barbárie física. Elas foram levadas para o Hospital de Urgências de Teresina e dez dias após uma faleceu.

Os quatro menores foram presos e levados para o Centro Educacional Masculino. Dois meses após o ocorrido, os adolescentes foram julgados e condenados a cumprir três anos de internação como medida socioeducativa. Quando já cumpria a pena, um dos menores, considerado o delator, foi espancado até a morte por seus companheiros de cela, coautores da violência. Após novo julgamento, os três menores foram condenados a três anos de internação pela morte do outro menor. Até esses fatos, o crime provocou um corte na serialidade midiática, com destaque em telejornais, jornais impressos, internet, rádio e revistas.

Diante deste acontecimento uma série de questões podem ser feitas: como a imprensa narra um acontecimento dessa magnitude? Como algo com tamanha força na experiência dos sujeitos consegue ser “domesticado” na forma de um acontecimento midiático? Cabe a mídia transformar, recortar, selecionar o acontecimento para entregá-lo já enquadrado ao seu público. Porém, quais as estratégias jornalísticas que se impõem frente a algo tão poderoso e devastador?

A proposta deste artigo é perceber como os diferentes discursos e modos de enquadramento sofridos pelo acontecimento ganharam as capas dos três maiores jornais, em circulação, no Piauí. A partir da observação das capas dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo do Piauí*, busca-se compreender a relação entre acontecimento e jornalismo: até onde esta relação consegue ir e como o jornalismo enquadrou o acontecimento?

2 Entendendo o conceito de Acontecimento

A sociedade vive experiências diárias de acontecimentos de natureza diferenciada. Há aqueles que ocorrem no dia a dia sem receber importância especial e outros que são mais marcantes, a ponto de se tornarem referências em uma trajetória individual ou coletiva.

Há dificuldades para situar o acontecimento na organização da experiência individual e coletiva quando as ciências sociais apreendem o acontecimento como integrante exclusivo da ordem histórica e causal, não sendo percebido também como parte da ordem de sentido.

A crítica de Quéré direciona-se às ciências que buscam apreender o acontecimento encerrando-o na categoria do fato e compreendendo-o unicamente sob o modo da

causalidade, sem levar em conta a sua dimensão hermenêutica, isto é, desprezando-se a atribuição posterior de valores e significações que lhe são atribuídas pelos sujeitos (ANTUNES; VAZ, 2006, p. 168).

Isto significa que o acontecimento vai além dos fatos e da causalidade, ele produz sentidos, valores e significações que são atribuições posteriores. Para Silverstone (2002), nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência.

Este pesquisador afirma também que deveríamos estudar a mídia, nos termos de pesquisa por Isaiah Berlin, como parte da “textura geral da experiência” expressão que toca a natureza estabelecida da vida no mundo, aqueles aspectos da experiência que tratamos como corriqueiros e que devem subsistir para vivermos e nos comunicarmos uns com os outros.

A mídia agora é parte da textura geral da experiência. Se incluíssemos a linguagem como uma mídia, isso não mudaria e teríamos de tomar as continuidades da fala, da escrita, da representação impressa e audiovisual como indicadores do tipo de respostas que procuro para minha pergunta, pois sem atenção às formas e aos conteúdos, às possibilidades da comunicação, tanto dentro do tido-por-certo de nossas vidas cotidianas como contra ele, não conseguiremos compreender essas vidas. Ponto (SILVERSTONE, 2002, p.14).

A caracterização de Berlin é principalmente metodológica. O “por quê” necessariamente implica o “como”. A história deve ser um empreendimento humano, não científico em sua busca por leis, generalizações ou fechamento teórico, mas uma atividade baseada no reconhecimento da diferença e da especificidade e numa percepção de que os afazeres dos homens requerem compreensão e explicação.

Citando Hannah Arendt, Quéré (2005) apresenta duas formas distintas de compreensão do acontecimento. Considerado sob o ponto de vista do entendimento (que privilegia a contemplação):

O acontecimento é um fato ocorrido no mundo, explicado à maneira de um encadeamento de fatores e inscrito em um contexto causal: é um fim no qual culmina aquilo tudo que o precedeu. Já se olhando para o acontecimento do ponto de vista da ação, ele é um fenômeno hermenêutico, pois além de pedir para ser compreendido através de causas, também faz compreender as coisas, possuindo poder de revelação (QUÉRÉ *apud* GUIMARÃES; VAZ, 2006, p. 168).

Assim, o acontecimento apresenta um caráter inaugural e quando ele se produz não é apenas o início do processo, mas é o fim de uma época e o começo de outra. É esse poder de abertura e fecho, de revelação e de interpelação em ligação com as modalidades de experiência que remete ao acontecimento assim entendido.

A noção de causalidade e de continuidade é importante para perceber como o acontecimento introduz uma descontinuidade, que é a marca dos grandes acontecimentos. Ou seja, eles são inesperados e marcados pela descontinuidade:

São descontínuos relativamente uns e outros e excedem as possibilidades previamente calculadas, rompem com a serialização da conduta ou do correr das coisas – há serialização quando atos ou os acontecimentos anteriores as séries abrem a via aos seguintes de tal forma que estes resultam dos que os precedem. Essa descontinuidade provoca surpresa e afeta a continuidade da experiência porque a domina (QUÉRÉ, 2005, *apud*, FRANÇA; GUIMARÃES, 2006, p. 169).

Ou seja, ao romper com a serialidade o acontecimento ganha um caráter de inesperado e afeta diretamente na experiência, dominando-a. A violência cometida contra as meninas de Castelo do Piauí cabe bem neste sentido, pois mexeu com a experiência de quem viveu o fato na cidade e com quem soube dele através da imprensa.

É necessário que haja um acontecimento para que exista um passado dele. Cria-se esse passado e também o contexto. Quéré (2005) diz que um acontecimento esclarece o seu passado e o seu futuro. Quando ele acontece no presente, delimita sua particularidade e cria um passado em função do sentido novo cujo surgimento provocou. O acontecimento transforma-se no pivô do inquérito sobre determinada situação e para isso buscam-se respostas para questões como: o quê, onde, por quê. Tudo isso equivale a construção de uma intriga e é a luz desse acontecimento que forma a compreensão da evolução das intrigas.

Uma intriga é uma situação problemática que traz conflitos, tensões e contradições. Quéré (2005) apresenta a mídia como local privilegiado para se perceber os campos problemáticos em que se inserem os acontecimentos.

O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o caráter distribuído do inquérito que está na base de toda a problematização. Todos os tipos de atores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e pesquisadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arenas são múltiplos, ou através de concertações que concretizem as decisões tomadas aos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas (QUÉRÉ, 2005, *apud*, FRANÇA; GUIMARÃES, 2006, p.171).

Com base nesta concepção é possível entender o destaque dado na mídia para grandes acontecimentos com poder de afetação sobre o coletivo: o estupro coletivo das meninas de Castelo do Piauí conseguiu, de tal forma, romper com a serialidade do cotidiano e ganhou repercussão nos diversos meios de comunicação do país. Trata-se de um acontecimento com poder de rompimento do cotidiano do qual aborda Quéré (2005), quebrando expectativas e obrigando sua reverberação pela mídia.

Charaudeau (2006) diz que o acontecimento é definido como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva como todo fato¹ que está fora da ordem habitual. Ora o acontecimento é confundido com a novidade, ora ele se diferencia dela, sem que se defina a diferença. O autor também diz

¹ O autor não faz distinção entre “fato” e “acontecimento”. Para ele, o fato é uma configuração concreta particular do acontecimento.

que o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível.

Ele designa, ainda, como hermenêutica uma *re-figuração* do mundo configurado, que resulta da atividade de inteligibilidade do sujeito receptor. Este navega entre “*compreensão*” e “*interpretação*”,² reconstruindo uma significação, em função de sua própria finalidade de ação e de sua própria experiência intelectual e afetiva, a partir do mundo construído pelo outro. Assim, a hermenêutica é uma tentativa de resposta interpretativa à interrogação sobre os sentidos inscritos no mundo significado através dos textos produzidos que o configuram.

Remetemos nesse ponto a Paul Ricoeur (1991), que, no âmbito de sua hermenêutica da narração, propõe que a significação social da experiência humana passa por uma forma de inteligibilidade que consiste integrá-la numa narrativa, mais precisamente no que se constitui seu cerne: a “*intriga*”.

3 O acontecimento midiático

Mas como a mídia dá conta dos acontecimentos? Maurice Mouillaud (1997) entende que, apesar de explodirem na superfície da mídia, os acontecimentos são na verdade o final de uma longa cadeia de transformações que entregam um real já domesticado. Na mídia, o acontecimento ganha a forma de informação: é um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser compreendida. Trata-se do acontecimento midiático, um enquadramento, que emoldura um fragmento da experiência, separando-a de seu contexto e, com isso, permitindo sua conservação e seu transporte. E este é o tipo de acontecimento ao qual temos acesso: construído, ordenado, estruturado a partir da mídia, que ganha relevância pela forma de publicização.

Mas, para que este acontecimento seja midiaticizado e, posteriormente, enquadrado existem alguns critérios que devem ser colocados em questão. São critérios que atendem ao caráter de informação e o acontecimento, quando se encaixa neles, ganha um caráter de informação midiática.

Charaudeau (2006) explica bem quais são os potenciais que devem ser levados em consideração. O autor diz que sendo a finalidade da informação midiática a de relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de “*atualidade*”, de “*socialidade*” e de “*imprevisibilidade*” e que se explicam:

O potencial de “*atualidade*” é avaliado segundo a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação. O que levará as mídias a criar um dispositivo próprio para

² A “*compreensão*” é a reconstrução da parte explícita da interação do sujeito comunicante e a “*interpretação*” é a construção própria ao sujeito receptor segundo suas próprias referências e circuitos de inferências..

configurar a contemporaneidade (pela transmissão direta), para dar a ilusão dessa contemporaneidade (pela transmissão gravada anteriormente) ou para justificá-la (pela comemoração). Esse potencial se transformará em tendências, por parte das mídias, de tratar o acontecimento em seu imediatismo. Também se acha ligado a atualidade um potencial de “proximidade” espacial.

O potencial de “socialidade” é avaliado segundo a aptidão em representar o que acontece num mundo em que nada do que será organizado coletivamente (a vida em comunidade) e nada do que toca o destino dos homens pode ser estranho aos indivíduos que aí se inserem e que, por conseguinte, estão implicados como cidadãos ou seres humanos³.

O potencial de “imprevisibilidade” corresponde à finalidade de captação do contrato de informação. A saliência será, aqui, produzida pelo fato de que o acontecimento escolhido veio a perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor da informação, o que levará a instância midiática a pôr em evidência o inusitado ou notável.

Segundo Charaudeau (2006), o acontecimento nasce, vive e morre numa dialética da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo. Para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado do mundo fenomenal geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de “pregnância”.

O autor explica que o acontecimento bruto é algo que produz uma modificação no estado do mundo, se manifestando fisicamente, porém, sem significação. Para que ele signifique, é necessário que ele seja percebido e que sobre ele seja formulado um discurso que permita dotá-lo de sentido e que seja integrado ao mundo de inteligibilidade social. Assim ocorre com o acontecimento midiático. Ele é resultado de um dos discursos que transforma o fato bruto em um acontecimento suscetível de ser percebido e entendido pelos receptores da informação.

Os jornais possuem um variado repertório de assuntos e, através de suas capas, principal chamariz quando se visualiza um impresso, compartilham uma gama de informações através de imagens e manchetes. Nos jornais, a manchete não precisa obrigatoriamente ter relação com as fotos usadas na capa. Eles trabalham o acontecimento como “matéria-prima” para se constituir a informação. O leitor nunca tem acesso ao acontecimento bruto, entrando sempre em contato com o acontecimento já filtrado pelo jornal.

³ É preciso contar, aqui, que quando se fala em espaço público, se faz alusão, em geral, ao cidadão, quando realmente faz parte desse espaço, enquanto lugar de publicização, tudo o que concerne ao ser humano em seu destino coletivo. Assim se explica que acontecimentos da vida cotidiana possam ser objeto de informação tanto quanto o fato político. Apenas o domínio privado deveria escapar, mas as mídias modernas se encarregam de recuperá-la (ver nosso *La télé du talk show ou la parole confiquér*, em colaboração com R. Ghiglione, Paris, Dunod, 1997).

Neste artigo objetivamos perceber as maneiras de apresentação do acontecimento, como um mesmo fato possui um poder de reverberação em suas diferentes construções.

4 Metodologia

A metodologia a ser usada neste artigo é a análise de discursos, proposta pela Teoria dos Discursos Sociais, que busca compreender como os sentidos são propostos através da enunciação para construir um acontecimento a partir do seu enquadramento. Segundo Pinto (2002), a análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculado àqueles produtos na sociedade. A partir deste conceito, esta análise objetiva identificar como a enunciação construída nas capas de cada um dos três jornais do Piauí revela sentidos e como ela constrói um acontecimento a partir do enquadramento da notícia de uma tragédia que teve grande repercussão.

Os textos são os pontos de partida para qualquer análise de discursos e são entendidos como produtos culturais empíricos produzidos por eventos comunicacionais. Assim, o analista deve dar atenção especial a “textura” dos textos, quer quanto a linguagem verbal, quer quanto ao uso de outras semióticas. Pinto (2002) considera que o analista de discursos é um detetive sociocultural. Sua prática primordial é a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional.

A análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e porque o diz e mostra. Ela se interessa em explicar os modos de dizer exibidos pelos textos, ou seja, o modo como se apresentam. No caso dos jornais de Teresina, objetiva-se identificar como cada um construiu e enquadrou o acontecimento, a partir de uma análise do contexto em que eles estão inseridos e como, a partir dele, produziram-se sentidos a serem interpretados pelo receptor.

Pinto (2002) afirma que a análise de discursos deve identificar o que ele chamou de “operações de enunciação”, consideradas modos como o enunciador propõe ao receptor lógicas semânticas ou pragmáticas criadas no momento da leitura. Neste instante descrevem-se três tipos de operações: a primeira é o modo de mostrar – onde descrevem-se as coisas ou pessoas de que se fala, criando relações entre elas e localizando-as no tempo e no espaço, estabelecendo uma relação ao que o receptor conhecia deste universo. O segundo é o modo de interagir onde buscam-se criar relações de poder com o receptor, na tentativa de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio. O terceiro é o modo de seduzir onde a enunciação marca as pessoas, coisas ou acontecimentos dando a eles valores positivos ou eufóricos, negativos ou disfóricos, como também demonstrar uma reação favorável ou desfavorável ao que se diz.

O autor esclarece que:

Definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Tem assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar 'dar a última palavra', isto é, ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso (PINTO, 2002, pág. 28).

Assim, as teorias linguísticas apropriadas são aquelas que não se limitam apenas a descrever a estrutura interna das frases, mas que conceptualizam também os usos da linguagem em contextos. A análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, é feita a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura da linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto.

Nos jornais a serem analisados, serão observados estes três aspectos (o verbal, as imagens e os padrões gráficos) e quais são os sentidos produzidos a partir desta mistura e o contexto em que estão inseridos. Desta forma, a análise de discursos não considera os textos "transparentes", mas os tratam a partir de sua "opacidade" ideológica, dependentes do contexto.

A análise de discursos compreende que os textos são heterogêneos quanto à sua enunciação, no sentido de que são constituídos por um conjunto de "vozes" ou citações, cuja autoria fica marcada ou não e remetem a outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado. Isso vai contra o postulado da unicidade do sujeito que diz que o único responsável por todas as representações presentes num determinado texto é o indivíduo reconhecido como seu autor empírico, por exemplo, numa matéria de jornal, seria o jornalista responsável.

Contrariando o postulado, Mikail Bakhtin traz a tona o conceito de polifonia (as várias vozes dentro do texto), denominado também por alguns autores como intertextualidade. O autor ainda divide o conceito de heterogeneidade em dois: a mostrada que é perceptível pelos receptores a partir do conceito situacional imediato, de uma multiplicidade de outros textos citados de maneira unívoca ou aludidos pelo texto presente; e a constitutiva constituído pelo entrelaçamento no texto presente de vestígios de outros textos preexistentes, muitas vezes mostrados em citações. O autor diz ainda que este entrelaçamento de citações é constitutivo dos textos vistos como discursos, já que todo texto se constrói por um debate com outros, denominado por ele como dialogismo, ou seja, os textos se enfrentam, embatem-se, se respondem.

Pinto (2002) conceitua enunciação como o ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado. Ducrot (1984, p. 179) define enunciação como "acontecimento constituído pela aparição de um enunciado". Ou seja, uma capa de jornal, de revista

são enunciações. Já as manchetes que formam estas capas são os enunciados. A análise de discursos considera também que cada texto pertence a um gênero de discursos ou espécie de discursos e para cada gênero ou espécie cabe o que se chama de dispositivo de enunciação: a identificação dos diferentes posicionamentos ideológicos ou posições enunciativas ou lugares de fala que são considerados como as diferentes formas de construir a representação de uma determinada prática social propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos.

Para análise deste artigo, leva-se em conta como os jornais produziram textos sobre a tragédia em Castelo do Piauí em suas capas e se valeram de enunciados para construir o acontecimento. Vamos também levar em conta os dispositivos enunciativos, partindo dos posicionamentos ideológicos a partir dos quais os textos foram construídos.

As capas dos jornais também trazem imagens sobre a tragédia vivida pelas adolescentes. A análise de discursos defende a ideia de que qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico, deve ser sempre considerada como sendo um discurso, porém, recusando a categoria de “signos icônicos” ou “ícones” como são classificados pelos semiólogos. Neste artigo, as imagens serão analisadas a partir dos efeitos de sentido construídos por técnicas de representação. Nelas, podem ser encontradas intertextualidade, enunciadores e dialogismo, assim como nos textos verbais.

Como se tratam de três jornais, a análise será feita de forma comparativa e, segundo Pinto (2002), na análise comparativa, as marcas ou pistas do processo de geração de sentidos são dependentes do contexto. Ou seja, as interpretações podem ser alteradas e dependem do contexto, caso seja encontrada uma mesma marca em duas superfícies textuais produzidas em contextos diferentes. Assim, só há interpretações válidas quando se utilizam metodologias comparativas.

4.1 A quebra da serialidade no jornal O Dia

Dos três jornais de Teresina, *O Dia* foi aquele que deu maior destaque ao acontecido em Castelo do Piauí. A enunciação enquadrou o acontecimento e produziu sentidos. Foi elaborada uma capa especial, totalmente fora dos padrões estéticos diários para demonstrar o impacto do crime na sociedade. A proposta quebrou totalmente a serialidade do jornal, seja em termos estéticos, seja como tema a ser discutido.

Aqui, o acontecimento foi enquadrado de uma forma totalmente diferente dos outros dois jornais. Foram dois enunciados, não houve uso de fotografias e os padrões gráficos usados rotineiramente por um enunciador não foram seguidos. O acontecimento aqui se marca como uma referência em uma trajetória individual e coletiva.

A reprodução do acontecimento produziu sentidos, valores e significações que são atribuições posteriores a causalidade. Em *O Dia*, o fato foi transformado em acontecimento para atender ao caráter de

informação midiática e para isso, seguiu três critérios: o potencial de “atualidade”, ou seja, o tempo que separa o surgimento do acontecimento do momento da informação. O estupro contra as adolescentes aconteceu no dia 27 de maio de 2015 e a informação foi publicada dia 29 de maio de 2015.

O potencial de “socialidade” que se constitui em demonstrar que as representações que acontecem e que envolvem a vida em comunidade e nada do que toca o destino dos homens pode ser estranho aos indivíduos que aí se inserem e que, assim, implicam como cidadãos ou seres humanos. O jornal avaliou que a violência contra as adolescentes causou grande repercussão nacional, ainda mais por se tratarem de meninas que sofreram grande violência, voltando-se para as discussões sobre o tema da violência contra a mulher. O potencial de “imprevisibilidade” que corresponde à finalidade de captação do contrato de informação. A violência contra as adolescentes conseguiu romper com a serialidade do cotidiano de informações e ganhou repercussão na capa com a quebra, inclusive, dos padrões gráficos de diagramação da primeira página.

O acontecimento produziu questões e instigou a busca a respostas para o quê, onde, por quê. Construiu-se uma intriga e é a luz desse acontecimento que forma a compreensão da evolução das intrigas, transformando a mídia em campo problemático para a solução destas questões. O acontecimento foi percebido e o jornal formulou um discurso que permitiu dotá-lo de sentido para que fosse integrado ao mundo de inteligibilidade social. O crime em Castelo do Piauí foi enquadrado por *O Dia* e transformado em acontecimento midiático a partir do resultado de discursos que transformam o fato bruto em um acontecimento suscetível de ser percebido e entendido pelos receptores da informação.

Na matéria significativa do dia 29 de maio de 2015, O contexto situacional imediato é o estupro coletivo de quatro meninas na cidade de Castelo do Piauí. Um enunciador construiu a capa com fundo totalmente branco, e o nome do jornal, que no cotidiano é em caixa alta e nas cores azul e branco, está preto, produzindo um efeito de sentido de luto pelo fato ocorrido. A mistura das cores e a mudança na letra marcam um enunciador novo, que foge aos padrões gráficos habituais e nesta edição se revela a partir deste acontecimento, em especial. No lado direito, informações como preço, ano, edição.

No lado esquerdo, um pequeno círculo na cor rosa, produzindo um efeito de sentido que relaciona ao feminino, com informações como venda proibida, apenas para assinantes. Acima do nome, a logomarca “Líder em credibilidade” e abaixo a data.

Figura 1. Ano 64, número 18.066, 29/05/2015.



Logo abaixo da data, centralizada, começam a cair pétalas de rosas despedaçadas, na cor vermelha. A estratégia enunciativa usada é para produzir o efeito de sentido de dor, feminilidade e sangue derramado. As pétalas remetem ao acontecido em Castelo do Piauí: as adolescentes que foram arremessadas do Morro do Garrote, de uma altura de aproximadamente sete metros. O enunciador opta por uma imagem conceitual, ou seja, as pétalas vermelhas em um movimento de cair propõem ao leitor uma leitura metafórica do acontecimento. Um enunciador se presentifica ao escolher apresentar ao público a imagem de capa de forma conceitual. A imagem se encontra em dialogia com título e texto.

Ao caírem no final da página, as pétalas estão despedaçadas e formam uma imagem que faz a remissão de sentidos a uma poça de sangue, algo que estava vivo e que agora não está mais, produzindo um efeito de sentido de morte. Um enunciador, no título, centralizado no meio da página, nomeia o acontecimento: “FERIDAS DE MORTE”. Em caixa alta e na cor preta, ele marca sua indignação em forma de grito. Identifica-se aqui uma tentativa de vínculo com a leitora, a busca de uma cumplicidade diante da brutalidade do acontecido. Analisando o enunciado em um contexto sociocultural mais amplo é possível identificar que o título é ambíguo: aparentemente informa de um modo “incompleto” o acontecimento e também amplia a dor para todas as mulheres, atos como este ferem de morte o feminino. Um enunciador informativo demonstra saber o que aconteceu com as vítimas. Ele estabelece uma relação de poder entre um enunciador que tem o conhecimento sobre o acontecimento e um co-enunciador que não tem este mesmo poder, que desconhece sobre a situação. Ele usa o lugar de fala para gritar por todas as mulheres que passaram ou podem passar por esta agressão. O ideológico proposto ao leitor(a) compara a mulher a

uma rosa e a cor como representação da paixão e do sexo. Um enunciador marca a relação pelo luto e pela ação do masculino em sua capacidade de proporcionar prazer e dor. Há lúdico e poesia na imagem da capa, mas há ainda ideologicamente a remissão para a mulher como um ser mais frágil que pode ser destruído pela violência do masculino. Há um clamor por justiça social.

Abaixo, o enunciado da chamada em cinco linhas e uma coluna: “Violentadas, machucadas, invadidas e torturadas. Quatro adolescentes piauienses sobreviveram ao ataque covarde de cinco homens, que agora devem encontrar na Justiça, a pena proporcional à crueldade que foram capazes de produzir”. Neste texto, é identificada a presença de uma estratégia enunciativa pelo uso da polifonia, através da voz do enunciador que ora fala do acontecido ora refere-se a condição da mulher vítima de violência no cenário atual.

4.2 As representações do luto e do desespero

O grande espaço dedicado para retratar o acontecimento vai se repetir com mais força no jornal *Meio Norte*. No jornal, a enunciação se materializa nos enunciados de três manchetes sobre o crime em Castelo do Piauí: a manchete e mais duas outras manchetes na mesma página. Além disso, quanto a imagens são duas fotos e uma charge.

Na capa do *Meio Norte* o acontecimento se marca como uma referência em uma trajetória individual e coletiva. Individual por marcar a vida das adolescentes, dos acusados e suas famílias, coletiva pela repercussão na sociedade sobre a temática da violência contra a mulher.

A reprodução do acontecimento no jornal produziu sentidos, valores e significações que são atribuições posteriores a causalidade. O discurso jornalístico construído na capa fez uso da experiência das pessoas que vivenciaram o fato, passando depois a ser transformado, recortado, e selecionado, ou seja, transformou-se em acontecimento midiático para ser entregue enquadrado ao seu público.

Ele não foi transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; valeu-se do olhar que se estendeu sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. Aqui também é usada uma mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos e o acontecimento também seguiu os critérios de “atualidade”, já que o acontecimento foi dia 27 de maio de 2015 e o jornal publicou na edição de 29 de maio de 2015, dando um caráter de proximidade com o ocorrido, transformando a violência contra a mulher em um assunto de interesse da sociedade. Há um grande espaço na capa diante da “imprevisibilidade”, pois a violência contra as meninas de Castelo do Piauí conseguiu, de tal forma, romper com a serialidade do cotidiano e ganhou repercussão.

Um enunciador, no título: “4 garotas sofrem estupro coletivo de cinco bandidos”, é informativo e constrói uma relação de poder entre um enunciador que possui o conhecimento sobre o fato e um co-enunciador que não tem este conhecimento. Os números 4 e 5 produz um efeito de sentido de precisão. As

palavras *estupro coletivo* produzem um efeito de sentido de violência. O uso da palavra *bandido* produz um efeito de sentido de juízo de valor em relação àqueles que cometeram a infração, de condenação e criminalização. A enunciação jornalística criminaliza o acontecido.

Há uma relação de poder entre um enunciador que possui a informação sobre o fato ocorrido e um co-enunciador que não a possui. O ideológico se marca na relação causa e consequência. O efeito de sentido proposto é o mesmo dos programas policiais, um enunciador mostra a imagem dos agressores (nomeados como bandidos), uma das vítimas sendo transportada para um hospital público e diferente do jornal o Dia, clama também justiça, mas no âmbito policial. No texto que segue a este enunciado, a polifonia se marca na voz da polícia, amigas, menores e bandido adulto. A heterogeneidade se mostra em citação.

Um enunciador fez uso de uma tarja preta, logo acima do enunciado da manchete principal, que está em cinco colunas e produz um efeito de sentido de luto pelo ocorrido e dentro dela, em letras brancas que se destacam no fundo preto, a frase: “TERROR NO PIAUÍ”, em caixa alta, em efeito de sentido de grito, de medo, horror, em tom sensacionalista.

Acima da tarja preta, um texto onde a polifonia se marca nas vozes das famílias das vítimas. A heterogeneidade se marca nas citações. O texto vem sobre uma tarja na cor lilás e dentro dela as letras se destacam em duas cores: amarela e branca, deixando a leitura fácil, sem maiores dificuldades para o leitor, causando um efeito de sentido de feminino.

A primeira fotografia é testemunhal e vem disposta em cinco colunas, está assinada pelo jornalista Efrém Ribeiro, com a data 28/05/15 e mostra a transferência de uma das menores do Hospital de Urgências de Teresina para um hospital da rede privada. Dentro da foto que trata da transferência da menor, outra foto testemunhal, porém, em montagem com os rostos dos quatro menores acusados do crime e ainda do adulto. Os rostos dos menores estão desfocados, segundo manda o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, o rosto do adulto está em evidência.

Logo abaixo, a legenda está em dialogia com texto e imagem e se refere as duas situações ali representadas: “QUINTETO BRUTAL/Uma das adolescentes é transferida do HUT a hospital privado em Teresina. No detalhe, os quatro menores e o assaltante que cometeram o estupro coletivo contra as garotas em Castelo”.

Figura 2. Meio Norte, ano XX, n. 8.344, 29-05/2015



Ainda na página, uma charge de Genivaldo Costa está em dialogia com textos e imagens e retrata o mapa do Piauí em amarelo, representando o sol, e ainda uma boca que está semi-aberta, em um efeito de sentido de grito e lágrimas, em efeito de tristeza. Na mesma imagem, o símbolo do feminino que envolve o Estado, em efeito de sentido de comoção da população como um todo. No final da imagem, manchas de sangue, em efeito de sentido de violência.

4.3 O acontecimento que choca e repercute

A enunciação materializada através dos enunciados e que construiu o acontecimento e o enquadrado no jornal *Diário do Povo do Piauí* ocupou metade de sua capa, incluindo os enunciados de três manchetes e fotografia, para informar sobre o tema. Os enunciados foram construídos por discursos jornalísticos a partir do acontecimento e produziram sentidos. É usada uma mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos.

O aspecto mais marcante do acontecimento no *Diário do Povo do Piauí* foi a transformação do fato ocorrido em acontecimento para atender ao caráter de informação midiática e para isso, também seguiu três critérios: o potencial de “atualidade” que é avaliado segundo a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação. O estupro contra as adolescentes aconteceu no dia 27 de maio de 2015 e a informação foi publicada dia 29 de maio de 2015.

O potencial de “socialidade” que é avaliado segundo a aptidão em representar o que acontece num mundo em que nada do que será organizado coletivamente e que toca o destino dos homens pode ser

estranho aos indivíduos que aí se inserem e que, por conseguinte, estão implicados como cidadãos ou seres humanos. O jornal se valeu de que a violência contra as adolescentes chocou a sociedade e tocou em um ponto que há muito tempo vem sendo debatido por ser uma constante, a violência contra a mulher.

O potencial de “imprevisibilidade” que corresponde à finalidade de captação do contrato de informação. A violência contra as adolescentes em uma cidade do interior do Piauí foi um acontecimento de caráter imprevisível e sensibilizou a todos. O acontecimento conseguiu romper com a serialidade do cotidiano e ganhou repercussão na capa do jornal.

O acontecimento foi aqui tratado como o final de uma longa cadeia de transformações que entregam um real já domesticado. Ele ganhou a forma de informação, pois dele foi extraído um fragmento de uma totalidade que não pode ser compreendida. O enquadramento que emoldura um fragmento da experiência, separando-a de seu contexto e, com isso, permitindo conservação e seu transporte.

Para representar o acontecimento, um enunciador no jornal *Diário do Povo do Piauí* constrói o enunciado na manchete principal e mais dois enunciados de duas outras manchetes na sua capa. Além disso, tem como foto principal uma reunião onde autoridades estaduais discutiam o reforço e atenção às mulheres vítimas de violência.

Um enunciador, no título: “*Estupro e tortura de 4 jovens chocam e revoltam população*” é informativo e estabelece uma relação de poder onde o enunciador compartilha sua posição com o leitor. O ideológico se marca a partir de um “distanciamento” do enunciador ao mostrar a relação Estado x Mulheres x Violência. É a única imagem só com mulheres, feita dentro de um gabinete. Não identifica-se um clamor como os outros jornais, mas uma cobrança para o Governo do estado.

O uso do número de 4 produz um efeito de sentido de precisão. Da mesma forma, as palavras: *estupro e tortura* produzem um sentido de violência extrema e as palavras: *chocam e revoltam*, produzem o efeito de espanto e indignação causados pelo crime.

A heterogeneidade se marca nas citações presentes no texto. A polifonia está presente nas vozes: adolescentes violentadas, adolescentes acusados do crime, familiares das vítimas, adulto mentor do crime que está foragido. Não há remissões textuais. O cotexto se marca na presença de outros textos na mesma página que abordam a invariante violência contra menores em Castelo do Piauí.

Um enunciador no título: “*Vítima está em coma na UTI do HUT*” é informativo e estabelece uma relação de poder entre um enunciador quem tem o conhecimento sobre o estado de saúde da vítima e um co-enunciador que não possui este conhecimento. A heterogeneidade se marca nas citações que aparecem no texto. A polifonia está presente na voz do diretor-geral do Hospital de Urgências de Teresina (HUT), Gilberto Albuquerque e uma das vítimas da violência. O cotexto se marca na presença de outros textos na mesma página que abordam a invariante violência contra menores em Castelo do Piauí.

Figura 1. Diário do Povo do Piauí, ano XXVIII, n. 10.412, 29/05/2015



Um enunciador, no título: *“Crimes têm repercussão em todo o país”* é informativo e estabelece uma relação de poder entre um enunciador que tem a informação sobre o crime e um co-enunciador que não tem esta informação. A polifonia é identificada nas vozes: vice-governadora do Piauí, Margarete Coelho, Assembleia Legislativa do Piauí e Câmara Federal. A imagem é testemunhal e regista a reunião entre autoridades que discutem o caso. O enunciado da legenda: *“Vice-governadora Margarete Coelho trata do reforço e da atenção às mulheres vítimas da violência”* está em dialogia com a imagem e textos.

5 Considerações finais

A enunciação construída e materializada através dos enunciados nas três capas dos jornais demonstra a extraordinária força do evento. No *Diário do Povo do Piauí* e *Meio Norte* sobressai-se a grande quantidade de informações, fotografias, charges, ou seja, toda uma estrutura montada para publicizar o acontecimento. Já em *O Dia* há poucas palavras, nenhuma fotografia, mas foi usada também uma estratégia jornalística para a publicização do fato.

O acontecimento organizado em texto e imagem materializa-se e se dispõe em acontecimento midiático atrativo para que os leitores comprem os jornais. Mesmo tratando-se do mesmo assunto, os três jornais apresentaram textos e fotos totalmente diferentes para enquadrarem o acontecimento, mesmo que o tom de luto e indignação fossem os mesmos. O estupro coletivo está ali, enquadrado, fechado, narrado com sentido e dando lógica ao acontecimento.

Nos enunciados de duas manchetes, *O Dia e Meio Norte*, os títulos estão em caixa alta e representam os gritos das menores. Assim, o estupro é transformado em matéria significativa para mídia. É bom ressaltar que, dentro dos jornais, o acontecimento também ganhou repercussão. Foram editoriais e páginas inteiras dedicadas ao tema durante vários dias.

No caso do estupro coletivo das meninas de Castelo do Piauí, o acontecimento ganhou forma a partir da experiência vivida por elas como um conjunto de transformações encadeadas. O que foi visto nas capas dos jornais foi a experiência enquadrada na forma de um acontecimento a partir da dor, do sofrimento e da injustiça causados às adolescentes.

Os jornais escolheram um ponto para falar à sociedade. Esta escolha é o modo como cada um enquadrou, deu forma a informação e construiu o acontecimento midiático. Ao ser enquadrado o acontecimento sai de sua fronteira inicial e resiste ao tempo. O enquadramento cria uma moldura e mesmo que ela enfraqueça a experiência, a guarda para além do tempo e do espaço. O estupro coletivo na cidade de Castelo do Piauí aconteceu em outro lugar e há alguns meses atrás, mas continuará presente nas molduras dos jornais aqui citados.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Elton; LEAL, Bruno S.; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: Percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, v.2, 2011.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um ato, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice . **O Jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: introdução a análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- RAMONET, Ignacio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- REBELO, José. **O Discurso do Jornal o como e o porquê**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Lisboa, Trajectos, nº 6, 2005.

Página intencionalmente deixada em branco

Jornalismo cultural: o contrato de leitura das revistas Revestrés e Select

Paulo Fernando de Carvalho LOPES (UFRJ)

lopespaulofernando@gmail.com

Luana Lia da Cunha Lopes SENA (UFP)

luana.lia.sena@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca descrever as operações enunciativas dos processos jornalísticos das revistas Revestrés e Select, para identificar as marcas de funcionamento de seus contratos de leitura. Analisar o “modo de dizer” dessas revistas é tentar identificar a relação entre o suporte e sua leitura. A metodologia utilizada é a Análise de Discursos (PINTO, 1999), e o artigo trabalha ainda com o conceito de contrato de leitura, desenvolvido por Eliséo Verón (2004). O corpus para a pesquisa é composto por seis edições das revistas, que circularam no período de seis meses, entre agosto de 2015 e janeiro de 2016. Pode-se ao final perceber que a revista Revestrés propõe vínculos com o leitor calcados em uma relação de amizade, a partir de um enunciador conselheiro e amigo - são editoriais que quebram a formalidade, no que diz respeito ao estilo textual, enquanto que a revista Select apresenta editoriais mais formais, marcados por discursos de autoridade nos enunciados.

Palavras-chave: Jornalismo cultural; Revista; Análise de discursos; Editoriais.

Abstract: This article aims to describe the enunciative operations in the journalistic processes of the Revestrés and Select magazines, to identify the operating brands of their reading contracts. To analyze the "way of speeches" of these magazines is a kind of the identify the relation between the support and its reading. The methodology used is Discourse Analysis (PINTO, 1999), and the article also works with the concept of reading contract, developed by Eliséo Verón (2004). The corpus for the research is composed of six editions of the magazines, which circulated in the six-month period, between August 2015 and January 2016. One can finally see that Revestrés magazine proposes links with the reader based on a relation of friendship, from an enunciator counselor and friend - are editorials that break the formality, with regard to the textual style, while the magazine Select presents more formal editorials, marked by discourses of authority in the statements.

Keywords: Cultural journalism; Magazine; Discourse analysis; Editorials.

1 Introdução

O jornalismo impresso, como prática social, acompanha as mudanças e as transformações do mundo, ao passo que tenta criar vínculos com o leitor através do contrato de leitura. Este vínculo quase invisível entre produtor e leitor, pode ser constatado através de marcas presentes na enunciação.

No presente artigo, busca-se trabalhar com os editoriais das revistas *Revestrés* e *Select*, duas publicações de jornalismo cultural distintas. Os editoriais são espaços onde, em geral, o enunciador mais se marca: textos assinados pelo editor-chefe, ou escritos em terceira pessoa, em nome de toda a equipe de jornalistas que participam da produção de tal veículo.

A noção de jornalismo cultural sempre caminhou lado a lado a história das revistas na imprensa. A publicação considerada marco inicial do jornalismo cultural, chama-se *The Spectator* e foi fundada em 1711, em Londres, pelos ensaístas Richard Steele e Joseph Addison. Era uma revista diária cujos temas passeavam de literatura a óperas, costumes, teatro e política. Em pouco tempo, o texto jornalístico que fugia da formalidade e um tanto mais reflexivo, chegaria também aos jornais, em forma de ensaios e críticas de arte. Era o princípio do que se convencionou chamar de jornalismo cultural (PIZA, 2003, p. 11).

É sintomático que o marco-inicial deste gênero esteja associado ao surgimento de uma revista. Se, séculos atrás, o estilo magazine já era considerado um prato cheio para as pautas de tendência cultural, na contemporaneidade este movimento passa a ser ainda mais recorrente e necessário. É na revista que o jornalismo cultural, aqui entendido como prática jornalística que tem como objeto principal a cultura e suas manifestações estéticas e artísticas, encontra sua morada.

Historicamente, este jornalismo cultural passa a ganhar força no Brasil no final do século XIX. Em sua trajetória, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, foram as revistas as que deram mais espaço e força ao jornalismo voltado para a cultura: “em toda cidade que vivia efervescência cultural, a presença de diversas revistas, com ensaios, resenhas, críticas, reportagens, perfis, entrevistas, além da publicação de contos e poemas – era ostensiva”. (PIZA, 2003, p. 19).

Unindo jornalismo, entretenimento, serviço e interpretação dos acontecimentos, as revistas, publicações segmentadas, de diversos estilos e periodicidade, ganham espaço na casa dos leitores e em suas intimidades. Como destaca Scalzo (2014), as revistas cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias.

Por outro lado, como um produto cultural, essas publicações precisam vender para manter-se no foco de interesse dos grandes anunciantes. É aí que entram as estratégias para unir a necessidade da informação e a atualidade, atribuídas ao jornalismo e a capacidade de ir mais fundo no debate e interpretação dos fatos.

Frente a concorrência entre tantos títulos e na disputa por um poder simbólico¹ as revistas lançam mão de diferentes estratégias enunciativas para fincarem sua identidade, personalidade, e se diferenciar das demais. Logo, há também o papel de estimular o desejo do consumo.

A transformação na enunciação é um trabalho relacional e não um movimento isolado, pois ela afeta e transforma as práticas sociais. Considerando a regularidade temática global entre as revistas de cultura, como cada um desses títulos pode construir sua especificidade, definir o que é e o que o singulariza em relação a seus concorrentes? Eliseo Verón (2004), autor do conceito-guia deste trabalho, aponta a construção de vínculos como reveladores de uma multiplicidade enunciativa:

Em um universo de discurso em que, do ponto de vista do conteúdo, a oferta é quase a mesma, o único meio de cada título construir sua “personalidade” é através de uma estratégia enunciativa própria, ou seja, construindo um certo vínculo com seus leitores. [...] Encontra-se aí uma multiplicidade de estratégias enunciativas que “trabalham” de diversas maneiras uma mesma “matéria” semântica (VERÓN, 2004. P. 249).

No processo de produção de uma revista impressa, a escolha das pautas, os temas, as seções e até a opção por determinados destaques na capa em detrimento de outros, podem dar pistas da ideia de jornalismo cultural cujos veículos se valem para preencher suas páginas e editoriais.

É esta singularidade na noção da prática deste jornalismo que pretendemos observar na análise proposta por este artigo: reconhecer nas revistas culturais *Revestrés* e *Select*, suas singularidades como jornalismo cultural.

Deste modo, traremos algumas explicações sobre a produção de sentido, antes de adentrarmos na identificação e análise das estratégias enunciativas de nossos objetos.

2 A produção de sentido na mídia

Verón (2004) afirma que toda leitura é uma prática social de produção de sentido. Embora reduzida somente a conhecimento, a leitura é uma atividade significativa, no processo sociocultural da captura do sentido em um texto. Nesse processo, a mídia coloca seus discursos em funcionamento através de estratégias enunciativas – e é nesta matéria significativa que o sentido deixa suas marcas. Segundo Verón (1980, p.150), “o sentido não existe senão em suas manifestações materiais, nas matérias significantes que mostram as marcas pelas quais é possível descobri-lo”.

O sentido nunca é findo, e ele está diretamente relacionado a idealização que os produtores fazem de seus leitores na geração de um discurso. Para Verón (2004), a produção de sentido começa a partir da

¹ A atividade simbólica (que Bourdieu chama de “capital cultural”) é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coerciva. Thompson (1998, p. 24) diz que os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. Assim, se servem de toda sorte de recursos como os meios de informação e comunicação.

capa de uma publicação. Os enunciados, a disposição gráfica e as fotografias são personagens de um cenário onde o leitor dirige a cena: ele é o responsável por fazê-los se movimentar. “Ler é fazer”: para Verón (2004, P. 216) o leitor trabalha porque “ler é produzir sentido”.

Assim, entendemos a capa de um suporte como o principal dispositivo para estruturar o elo entre a revista e o mundo externo, constituído por seus leitores. Nela, alguns elementos podem dar pistas importantes nessa investigação sobre o sistema produtivo que pode não ser consciente nem inteiramente formulada na textualidade. O nome da publicação, por exemplo, dá indicações de intenções, compromissos e valores que tal veículo pretende defender. O slogan, que muitas vezes aparece logo abaixo do nome, é uma estratégia de auto-referencialidade que também vai chamar atenção para o papel a ser desenvolvido por ele. O corpo da publicação, dividido por seções que podem ser marcadas por sub-nomes ou apenas diferenciadas graficamente, é exemplo de uma hierarquização dos materiais que cada revista faz na tentativa de identificar a realidade por ela construída. Além disso, estas seções sugerem que o leitor estabeleça uma rotina de acesso ao processo de codificação proposto pela revista (ALIGHIERI, 2015).

Os discursos estão sempre em negociação, numa disputa de sentido onde os participantes atuam ativamente e tem lugares discursivos diferenciados – não se trata da busca de um consenso, mas sim um esforço para que as condições de produção e de reconhecimento² se aproximem, na tentativa de se produzir uma estabilidade de sentidos (VERÓN, 2004).

As condições produtivas dos discursos sociais têm relação com regulações que dão conta das condições de produção de um discurso como também das condições de reconhecimento dele. Desta forma, estes dois conjuntos devem ser compreendidos como campos complementares, pois um não existe sem o outro – e toda alteração das propriedades discursivas de um título ou alteração no nível dos leitores, pode desequilibrar toda essa relação.

As regras de uma gramática de reconhecimento exprimem, portanto, uma espécie de encontro entre propriedades discursivas, que são invariantes, remetendo a determinadas condições de produção, e uma modalidade de leitura que remete a determinadas condições de reconhecimento. Só que, se a circulação discursiva não é linear é porque um dado discurso midiático difundido na sociedade em dado momento vai provocar uma multiplicidade desses “encontros” (VERÓN, 2004. P. 260).

Logo, o que o sujeito receptor faz ao deparar-se com um discurso, é seguir a sua própria gramática de reconhecimento, que nunca é semelhante a gramática de produção. É nessa defasagem entre ambas que surgem os efeitos de sentido, que são as variações no nível de recepção a partir de um dado discurso (FAUSTO NETO, 2006).

² De acordo com Eliseo Verón (2004), as condições produtivas dos discursos sociais podem ser de ordem interna (condições de produção) como também externa (condições de reconhecimento). No que diz respeito a produção, trata-se de como será dita a mensagem (enunciação). O reconhecimento, por sua vez, está atrelado ao campo social e ao contexto. Somadas, elas dão origem ao que Verón chamou de Gramática do reconhecimento.

Segundo Verón (1980), a análise de um discurso a partir da produção apresenta “um campo de efeitos possíveis e não um efeito”. Neste sentido, Charaudeau (*apud* ALIGHIERI, 2015, p. 60) afirma que todo ato de linguagem é uma aposta e uma aventura: “Ora, a aventura é o que está inscrito no campo do imprevisível”.

Os sentidos são construídos a cada situação de comunicação, produzidos a cada ato verbal. Portanto, a análise de um discurso na produção não nos permite deduzir seus “efeitos”. O leitor “fiel” a certo título da imprensa o é porque deduz com antecedência e precisão que tipo de discurso vai encontrar ali.

Segundo Verón (2004), o único meio de cada título construir sua “personalidade” é através de uma estratégia enunciativa própria – construindo um certo vínculo com seus leitores. A construção desse vínculo será explorada no próximo tópico, quando refletiremos acerca do conceito de contrato de leitura.

3 Contrato de leitura

Ao longo dos anos, as mídias se converteram em novos tipos de dispositivos de mediação. Frente a necessidade de manter seu leitorado, os veículos de comunicação lançam mão de estratégias enunciativas que definem suas especificidades, suas personalidades e a identidade de cada produto.

O contrato de leitura, conceito desenvolvido pelo teórico argentino Eliseo Verón, ao analisar a mídia francesa nos anos 1960, tem o objetivo de descrever operações que os sistemas produtivos das mídias desenvolvem no sentido de manter sob “controle” e em níveis de estabilização suas relações com seus consumidores.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (VERÓN, 2004, p. 236).

A noção de contrato encontra-se em um jogo de interação entre locutor e interlocutor, enunciador e destinatário – são eles os sujeitos protagonistas do ato enunciativo. Assim, a Análise de Discursos passa a ser uma corrente teórico-metodológico de extrema importância na tentativa de compreender os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutiva desse contexto.

Neste ponto, cabe ressaltar a importância do sujeito como indivíduo ativo no processo discursivo: sem sujeito não há discurso, e sem discurso, não há sentido. É importante deixar de lado a noção de sujeito como mero reproduzidor de enunciados, sem estabelecer interrelações entre os participantes da situação de comunicação.

Todo evento de comunicação faz parte de um ritual social que segue algumas convenções – as marcas encontradas na superfície dos textos são resultados das convenções de codificações exigidas pelo contexto

social em que se dá o evento comunicacional. Embora procure interpretar esses vestígios para a contextualização, a Análise de Discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, mas sim em como e por que o faz. Segundo Pinto (1999) em sua Introdução à Análise de Discursos, ao analista interessa explicar os modos de dizer (uso comunicacional da linguagem); os modos de mostrar (uso referencial da linguagem e outras semióticas); os modos de interagir (construção das identidades e relações sociais) e os modos de seduzir (busca de consenso pelo qual se distribuem afetos positivos e negativos).

O processo de produção de um texto é também um processo de recepção de outros textos já dados, contemporâneos ou do passado – há uma disputa de poder em qualquer processo interacional. “Todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação”, traz Pinto (1999, p. 27), quando destaca a ideia do texto como um tecido de “vozes” ou citações e traz os conceitos de polifonia / intertextualidade e dialogismos bakhtinianos.

Mikhail Bakhtin e Valentin Voloshinov vão defender uma análise onde não se considere apenas o dito, mas também como foi dito, em que contexto foi dito e como esses eixos se relacionam entre si. O avanço para os estudos linguísticos é perceber o funcionamento interno do discurso verbal, mas percebendo e considerando o contexto externo.

Em uma sociedade composta por diversas falas, cada uma com suas especificidades, onde perpassam várias mídias, Charaudeau (2013) também vai observar que a troca linguageira depende de um contrato de comunicação que organiza o discurso. Essa relação contratual é feita pelos interlocutores, representados por um produtor, a mídia, e um receptor da informação, o público.

A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana (CHARAUDEAU, 2013, p.67).

Verón (2004) propõe, em seu estudo sobre as revistas semanais francesas, uma lista de três exigências que devem presidir, em termos metodológicos, o objetivo de se identificar o contrato de leitura de um determinado veículo. São elas:

- Identificar o que faz a diferença entre os suportes, o que vai contribuir para que se perceba as especificidades de cada um;
- Constituir invariantes. Ou seja: perceber modalidades de discurso que se repetem, dando certa estabilidade a relação suporte/leitor;
- Identificar e descrever as operações enunciativas para compreender as relações entre elas.

O pesquisador recorre a “invariantes referenciais” para fazer uma análise comparativa entre suportes de imprensa. Essas invariantes encontram-se na superfície discursiva, que deixa marcas capazes de serem

identificadas, segundo Verón (2004), a partir da diferença – por isso, somente um estudo comparativo entre suportes aparentemente iguais pode evidenciar as estratégias discursivas de cada dispositivo. De acordo com Verón (1985), “A análise do contrato de leitura permite, deste modo, determinar a especificidade de um suporte, fazer ressaltar as dimensões que constituem o modo particular que tem de construir sua relação com seus leitores”³.

Mostrar, a partir da enunciação, como dois dispositivos jornalísticos parecidos e próximos do ponto de vista de suas seções, imagens e temas abordados podem ser, na verdade, bastante diferentes um do outro no que diz respeito ao contrato de leitura, é o que pretendemos com a análise a seguir.

4 Análise – Revestrés e Select

Revestrés e Select são revistas que integram um mesmo segmento de público e mercado, por atuarem no campo do jornalismo cultural – a elas interessam pautas voltadas a divulgação de arte, cultura e comportamento, de um modo geral. No entanto, a primeira é produzida e publicada pela editora Quimera em Teresina-PI, há 4 anos. Já a revista Select, que se auto intitula “uma publicação de jornalismo cultural comprometida com o século 21”, surgiu em São Paulo há 5 anos, com foco na convergência entre as artes visuais, tecnologia, design e comportamento.

Publicada por editores que se dividem entre os ofícios de publicidade, jornalismo e literatura, Revestrés lança-se no mercado em 29 de fevereiro de 2012 – com a promessa de ser uma publicação para preencher a “lacuna do meio cultural”⁴. “Teresina precisava de uma revista com essa qualidade. Que alie conteúdo com projeto gráfico e que possa difundir a cultura piauiense no Piauí e para outros estados também”, disse Soares, um dos editores, à época do lançamento.⁵

A edição inaugural de Select foi lançada em maio de 2011 durante a SP-Arte daquele ano – considerada a feira de arte mais importante da América Latina. Com uma tiragem limitada, foi distribuída para um *mailing* seletivo de artistas, formadores de opinião e publicitários. Select edição número um chegaria às bancas em agosto daquele ano, custando R\$14,90.⁶ (Atualmente a revista custa R\$16,90 nas bancas. Revestrés começou a ser vendida pelo valor de R\$10,00 e hoje custa R\$15,00).

As duas publicações não informam, em seus respectivos expedientes, a tiragem de cada edição. A revista Revestrés tem uma circulação maior na cidade em que é publicada (Teresina), uma vez que não há

³ “El análisis del contrato de lectura permite de este modo determinar la especificidad de un soporte, hacer resaltar las dimensiones que constituyen el modo particular que tiene de construir su relación con sus lectores”. (Tradução livre)

⁴ Matéria publicada em 2 de março de 2012 no jornal Meio Norte. Disponível no link: <http://a24horas.com/revista-revestres-nasce-para-divulgar-a-cultura/>

⁵ Idem.

⁶ Matéria publicada no site Prop Mark, disponível em: <http://propmark.com.br/midia/select-aposta-na-producao-visual-cultural-e-lancamento-durante-sp-arte>

quantidades significantes de pontos de vendas em outras cidades e estados. Select também possui circulação mais expressiva na cidade de São Paulo – no entanto, por se tratar da capital mais populosa do país, não surpreende que a revista consiga maior índice de circulação e consumo. Ambas as publicações trabalham com propostas de assinatura para seus leitores, podendo assim chegar a pontos mais distantes, através de logísticas próprias de distribuição.

A página editorial das revistas pode ser considerada o local onde um enunciador busca criar vínculos com o leitor, ganhando mais proximidade e cumplicidade, pois, se nas demais seções existe a presença do especialista, mediando a relação leitor-revista, neste espaço, em geral, a conversa acontece entre o editor chefe e o leitor.

Para nossa análise, vamos entender o editorial das revistas Revestrés e Select como o espaço que vai operacionalizar uma intencionalidade do contrato de leitura – o editorial funciona como um lugar de produções de leituras. Em Revestrés e Select, encontramos de certo modo um discurso padrão de um editorial, principalmente com o espaço privilegiado que ocupam. São espaços, em geral, de explicitação do processo produtivo ideológico da revista.

O corpus escolhido para a análise consiste em três edições de cada título, que têm, ambos, periodicidade bimestral. No que se refere a Select, trabalharemos com as edições #25 (ago/set 2015), #26 (out/nov de 2015) e #27 (dez/jan de 2016). Já sobre a Revestrés, utilizaremos para a análise as edições #20 (maio/jun de 2015), #21 (jul/ago de 2015) e #22 (set/out de 2015). Vale explicar que o desencontro entre os números das edições, se deve ao fato das revistas não terem, teoricamente, as mesmas datas de circulação – nem tampouco estarem equiparadas em números de edição, visto que Select é uma publicação com mais tempo de mercado que Revestrés. Entretanto, o recorte do corpus levou em conta edições que circularam simultaneamente nas bancas. (Por exemplo: a edição #25, de agosto e setembro da Select, equivale a edição #20 de maio e junho, da Revestrés).

Consideramos importante a própria disposição espacial dos elementos que aparecem no espaço do editorial, assim como o prestígio que cada publicação dá a eles. Revestrés, por exemplo, apresenta-se ao leitor logo de início: o editorial é o que abre a revista, aparecendo logo após a capa. Em Select, é o índice que dá as boas-vindas ao leitor. Procuramos observar de que modo cada uma das publicações tenta aproximar o leitor lançando mão de enunciações nestes espaços.

4.1 Revestrés

Em Revestrés, o editorial é a seção que abre a sequência de páginas da publicação. No topo da página, antes mesmo do título, é ressaltada a presença do sujeito do enunciado: a autoria do texto é assinada por André Gonçalves. A estratégia enunciativa adotada é apresentar ao leitor sua posição editorial a partir de um

dos editores que é também um dos diretores da revista, e esta informação está logo abaixo do editorial, no expediente da publicação. O sujeito do enunciado, André Gonçalves, assina os editoriais nas três edições analisadas.

Nas edições #20 e #21 a revista apresenta uma reportagem em série com os resultados de uma pesquisa de opinião sobre o consumo de cultura na cidade de Teresina. No editorial da edição (#20) “Um dossiê sobre algo que nos interessa: nós mesmos”, um enunciador provoca e ressalta ao leitor o trabalho de apuração da equipe da revista no intuito de levar ao público uma pesquisa inédita. Propõe dividir seu desejo de que o leitor participe da discussão:

“A discussão está aberta, agora é com você”

“Corra pra ela e leia. E reflita.”

Mesmo numa tentativa de convencer, **A discussão está aberta**, e um compartilhar de poder, **agora é com você**, o uso da função conativa revela um enunciador que tenta influenciar o leitor ao indicar para que **Corra pra ela e leia. E reflita**. A complementação entre enunciados desvela uma tensionalidade enunciativa onde o enunciador, ao lançar mão de uma função de linguagem (JAKOBSON, 1963), termina por ordenar de modo imperativo, uma ação que ele presume que o mesmo não tenha ou que necessite.

É bastante comum, nos editoriais da Revestrés, que o enunciador saia da impessoalidade, com intuito de se aproximar do leitor, compartilhar sentimentos, angústias, situações e posicionamentos:

*“Talvez, nesses dias em que muito do que há no mundo **nos deixa** rígidos, embrutecidos [...] E para falar do que **nos deixa** de joelhos fracos **conversamos** com Eder Chiodetto, um dos mais renomados curadores da fotografia e da arte contemporânea no Brasil. Fotografado em **São Paulo**, entrevistado em **Fortaleza...**” (#22)*

*“É por **sermos** otimistas que já **estamos** na edição #21”*

A primeira pessoa do plural é uma forma de apelação a um saber compartilhado, traz o co-enunciador para a cena enunciativa, implica ao leitor a responsabilidade de participar de uma ação, no entanto não há marcas de uma efetiva participação do leitor nas pautas que estão sendo executadas. Desta forma, cabe ao leitor ‘estar junto’, mas não misturado com a equipe da revista. Este é silenciado e deslocado para um espaço, cada vez mais restrito, onde possa elogiar.

O enunciado: “*Nossa equipe foi ainda a Pernambuco, conhecer o dia a dia de J. Borges, um dos grandes artistas populares brasileiros...*” (#22) marca um deslocamento espacial. Isto se materializa através de pronomes possessivos **Nossa equipe**. O enunciador busca convencer o leitor sobre o esforço que a revista faz para ir atrás de colher material que renda boas matérias, reportagens, entrevistas, pois vai a outros estados, **São Paulo, Fortaleza, Pernambuco**.

Em Revestrés a polifonia está presente em todos os editoriais analisados. A estratégia enunciativa é dar destaque a voz de especialistas como um modo de construir credibilidade através das vozes sociais postas em circulação e ter uma melhor relação com o leitor a partir da credibilidade que aquela pessoa atribui.

“Fomos também conversar com um médico que é especialista em cangaço” (#21)

“Fomos a Aracataca, terra de Gabriel Garcia Márquez.” (#22)

“Falamos com artistas e representantes dos órgãos de cultura...” (#22)

“Paulo Lins, Moraes Moreira, Marcia Tiburi e Paulo Henrique Amorim com a Revestrés em mãos. Cada dia tem mais gente legal lendo a revista e, é claro, nos deixando emocionados”

Os enunciados dos títulos dos editoriais deixam pistas das estratégias enunciativas para estreitar os laços com o leitor. O enunciador que faz uso do imperativo também alterna lugar com um enunciador que mostra-se como orientador e conselheiro. É possível perceber essa intenção já nos títulos dos editoriais: *“Retroceder nunca, render-se jamais”* (#21), *“De como fraquejar os joelhos para aguentar o tranco”* (#22), que nestes dois exemplos aparecem como enunciador-conselheiro.

Nos exemplos citados acima, o contrato vai se construindo entre um “nós” e “você”, explícitos, marcando duas partes desiguais: a primeira, aconselha, informa e adverte em cada enunciado que sabe e pode propor, orientar. A outra está marcada como um destinatário receptivo, quase passivo, que deve aproveitar a chance de acesso aquela informação.

A preocupação do enunciador com aquele que o lê segue presente no texto – ele quer que seu leitor esteja atualizado, satisfeito, otimista e feliz, e o produto que ele apresenta pode, de certo modo, ser a porta de entrada para todas estas sensações. *“Revestrés #21 traz uma entrevista que achamos deliciosa de fazer, com a dramaturga Isis Baião. Esperamos que você também goste”* (#21) e ainda *“Otimismo, sempre. E seguindo em frente”* (#21), *“Vem por aí um ano inteirinho pra gente aproveitar, marejar os olhos, acreditar na vida, fraquejar os joelhos. E ser feliz”*(#22).

Estas estratégias enunciativas apresentadas marcam um enunciador objetivo e pedagógico, que caracterizam contratos que implicam uma certa distância entre o enunciador e o destinatário. Nestes exemplos os contratos buscam estabelecer um lugar de cumplicidade, lançando mão de enunciados que demonstram o compromisso que a revista firma com o leitor: *“E ainda temos fotografia, artigos e o que você já sabe que sempre tem aqui”* (#20). Nota-se também um enunciador preocupado em ser bem humorado: *“Um barbeiro que há décadas ‘faz a cabeça’ (desculpe o trocadilho, foi irresistível)”* (#20). Essas percepções nos mostram o lugar de um sujeito íntimo, conselheiro, com competência discursiva para usar a linguagem a fim de criar estratégias de comunicabilidade e, assim, estabelecer vínculos com o leitor.

4.2 Select

Ao contrário de Revestrés, os editoriais da revista Select seguem uma linha mais formal, até no que diz respeito a diagramação – a página costuma ser limpa, com o texto organizado em uma ou duas colunas e sempre assinado por Paula Alzugaray, diretora de redação da revista. O editorial não divide espaço com nenhum outro elemento da publicação. Aparece só, e sempre ao lado esquerdo da página.

Em geral, é no editorial que Select ocupa-se em explicar a escolha do tema de cada edição uma vez que ela se pauta com um mesmo assunto: 1) artistas que assumem franca comunicação com fenômenos naturais e sobrenaturais (#25); 2) a arte da performance (#26); 3) colecionismo brasileiro de arte (#27). Especialmente no editorial da edição #26, a publicação deixa claro esse posicionamento de ser uma revista temática, ao passo que reforça a aceitação disso por seus leitores: *“Ao optar por trabalhar com o formato de dossiês, dedicando cada edição a um tema do universo cultural ou artístico, seLecT almeja construir um documento de uma época. Felizmente, isso tem sido confirmado por nossos leitores”*.

Um enunciador preocupa-se em instruir o leitor a respeito de como deve ser feita a leitura de tal material e mostra-se “atenado” aos gostos e aceitação do seu público leitor. Select se utiliza, ainda, de um enunciador que usa um tom imperativo, em ocasiões menos frequentes que em Revestrés. A estratégia enunciativa deste enunciador, no entanto, é se colocar mais próximo ao seu destinatário pelo uso do verbo na primeira pessoa do plural:

“Tomemos então esta edição como um documento sobre o momento presente da arte da performance.”
(#26)

Uma estratégia também presente nos editoriais de Select é a de autoridade, utilizada para reforçar a presença de especialistas na publicação. Um enunciado de 11 linhas especifica a formação e titulação do artista Mario Ramiro. Na maioria dos casos, ignorando a especificidade do conteúdo temático com o qual trabalha (arte contemporânea), ou mesmo respaldada no fato de ser uma publicação especializada, Select não se preocupa em discorrer sobre certos nomes que aparecem no editorial – apenas aponta para o fato de que assinam seções dentro da revista. Mais uma vez, o enunciador coloca-se compartilhando saber com aquele que o lê: nós dois conhecemos quem são pelo nome e sabemos o que eles fazem:

“Estratégias encontradas na arte contemporânea brasileira hoje, na obra de artistas como Ayroson Heráclito – nossa capa e portfólio.” (#25)

“Nazareth, Ianês, Garcia, Rolla, Morais, Firmeza, Cais, Lima, Lie, Reale, Ghazel, Patterson, Manuel, entre os cerca de 25 artistas que atuam nesta edição, nos fazem ver que a performance é uma mídia em si”
(#26)

Outra estratégia enunciativa identificada na análise dos editoriais de Select dá conta da valorização que a revista dá, nesse espaço, a seus colaboradores. Pesquisadores, curadores, artistas, gestores culturais, críticos de artes e jornalistas aparecem nos editoriais praticamente equiparados aos especialistas e artistas que a revista procura ouvir ou destacar. Em Revestrés, as estratégias de valorização dos colaboradores aparecem sempre como algo coletivo (“nossa equipe”), enquanto em Select, repórteres são chamados por nome e sobrenome e recebem elogios pelo trabalho que executam.

*“... instalação no Inhotim e no Espaço de Instalações Permanentes do Museu do Açude, no Rio, que ganha **minuciosa reportagem de Márión Strecker e Gustavo Fioratti**”* (#25)

*“... como a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que, **segundo Ana Letícia Fialho**, colaboradora da edição...”* (#27)

“Em reportagem exclusiva de Gustavo Fioratti, seLect teve acesso a estudos de procedências que atestam que...” (#27)

Select faz uso de citações em duas das três edições analisadas, estratégia pouco recorrente em Revestrés. Esta é uma estratégia enunciativa que se utiliza da polifonia⁷, onde a heterogeneidade do discurso é mostrada:

“ ‘No rastro, apoderamo-nos da coisa’, afirmou Walter Benjamin sobre o poder do documento.” (#26)

O enunciador leu e conhece a obra de Benjamin e, ao citá-lo no seu editorial, aproxima-se daquele leitor que também o conhece e referencia. Esta estratégia almeja a identificação entre emissor e destinatário, motivando um vínculo de cumplicidade que pode embasar o seu contrato de leitura.

5 Considerações finais

Como publicações de jornalismo cultural que circulam bimestralmente, Revestrés e Select diferenciam-se em estratégias enunciativas que identificamos nos textos de editoriais das duas publicações, analisados no período de seis meses. Constatamos, através dos enunciados destacados, que as duas publicações utilizam o espaço do editorial para falar com mais proximidade ao leitor, sem o uso de mediadores. É neste espaço, que funciona como uma espécie de “apresentação guiada” do produto, que as revistas, ainda que inconscientemente, apresentam também a seus leitores a ideia de jornalismo cultural com a qual trabalham.

Entretanto, nas duas revistas esta “conversa” com o leitor apresenta singularidades, que apontam para contratos de leituras distintos de cada um dos títulos. Utilizando-se de um enunciador com tom imperativo, conselheiro e amigo, Revestrés estabelece vínculos com o leitor calcados em uma relação de amizade mas também de autoritarismo – mesmo utilizando estratégias de proximidade, observa-se um distanciamento entre aquele que fala e a imagem que possui daquele que o lê, como se o último fosse desprovido de capacidade intelectual para colher aquelas informações apresentadas pela revista. No entanto, a publicação entende que o leitor tem os mesmo anseios e desejos por provocações e questionamentos que norteiam o seu trabalho.

A revista Select, por sua vez, apresenta editoriais mais formais, no que diz respeito ao estilo textual. O discurso de autoridade é presente no enunciado, marcado pela constância de peritos da área que a revista aborda em cada edição, mas, ao contrário de Revestrés, à Select parece clara a ideia de que seu leitor é alguém com certa bagagem cultural e conhecimento artístico suficiente para saber quem são os artistas que compõe aquele corpo de colaboradores e porque eles figuram naquela edição.

⁷ A ideia de polifonia vem dos estudos de Mikhail Bakhtin e corrobora a premissa de que todo texto é perpassado por diversas vozes: os argumentos a serem usados num determinado discurso são copiados de discursos anteriores, como explica Milton José Pinto (1999, p.13)

Este trabalho de observação dos objetos revista cultural visou identificar suas estratégias enunciativas e descrever suas marcas afim de desvendar os contratos de leituras particulares de cada publicação. Acreditamos que esta análise é apenas porta de entrada para um estudo mais aprofundado sobre estes objetos.

Referências bibliográficas

- ALIGHIERI, Bianca. **As revistas femininas e seus contratos de leitura no ambiente da midiatização**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização – prática social, prática de sentido**. Paper Compós. Bauru, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MIRANDA, Flávia da Silva. **Contrato e promessa: contribuições para pensar o lugar da recepção**. Mediação: Belo Horizonte, 2008.
- MIRANDA, Flávia da Silva. **Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos**. **Revista Diálogos Possíveis** – Faculdade Social da Bahia. Salvador-BA: julho/dezembro 2007.
- MIRANDA, Flávia da Silva; ROCHA, Sibila; ALLI, Flávia; *et al.* **(Re) Visitando os conceitos de contrato de leitura – Uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor / receptor da sociedade dos meios para sociedade midiatizada**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 1999.
- PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2007.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- VERÓN, Eliseo. **El Análises del “contrato de lectura”**: un nuevo método para los estudios del posicionamiento de los soportes de los media. In: *Les Medias: Experiences, recherches actualles, applications*”, Paris: IREP, 1985.
- VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

Referências Homereográficas

- REVESTRES, Teresina, PI: Quimera, nº 20, maio/jun de 2015.
- REVESTRES, Teresina, PI: Quimera, nº 21, jul/ago de 2015.
- REVESTRES, Teresina, PI: Quimera, nº 22, set/out de 2015.
- SELECT, São Paulo, SP: Acrobática, nº 25, ago/set de 2015.

SELECT, São Paulo, SP: Acrobática, nº 26, out/nov de 2015.

SELECT, São Paulo, SP: Acrobática, nº 27, dez/jan de 2016.

Do saber ao poder: estruturas retóricas e planos de texto em introduções de teses de doutoramento¹

Paulo Nunes da SILVA (CELGA-ILTEC, Universidade Aberta - UAb)

paulo.silva@uab.pt

Joana Vieira dos SANTOS (CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra - UC)

jovieira@fl.uc.pt

Resumo: A estrutura retórica dos textos é um lugar privilegiado de cruzamentos entre discurso e poder, especialmente se ancorada na autoridade do conhecimento científico. Os textos académicos, veículos desse conhecimento e exemplares de géneros com pendor argumentativo, são, assim, construções discursivas do saber nas quais se intersectam vetores de poder. Neste aspeto, a *introdução*, género incluído de géneros maiores (RASTIER, 1989), é um texto académico decisivo pela posição de abertura, que lhe confere carácter programático de criação do espaço de investigação. Também explana os conteúdos e o plano de texto (ADAM, 2002), legitima a pesquisa, demonstra inovação e projeta a autoridade científica do autor perante uma comunidade de pares (SWALES, 2011). Dentro destes pressupostos, uma análise contrastiva das Introduções de dez teses de doutoramento em Ciências e dez em Ciências Sociais e Humanas/Humanidades da Universidade de Coimbra (2003-2012) mostra assimetria no que toca aos movimentos retóricos de *delimitação da área* e *nicho da investigação* (BUNTON, 2002), e semelhança em padrões de articulação de passos (acoplagem, interrupção e entrelaçamento). Tanto assimetria como semelhança resultam da seleção estratégica de componentes distintas do saber para a construção da autoridade científica, o que valida e reconfigura práticas sociodiscursivas específicas destas áreas disciplinares (BRONCKART, 1996).

Palavras-chave: Género académico; Tese de doutoramento; Introdução; Plano de texto; Movimento retórico.

Abstract: The rhetorical structure of texts is a privileged *locus* where discourse meets power, especially when that structure draws its authority from scientific knowledge. As argumentative genre samples that convey knowledge, academic texts are discursive artefacts at crossroads between different sources of power. The *introduction*, which is an included genre of more extensive genres (RASTIER, 1989), is a crucial academic text due to its opening position. It creates a research space, presents the dissertation's contents and text plan (ADAM, 2002), justifies the research, points out its innovation and highlights the author's scientific authority amongst his/her peer-community (SWALES, 2011). Within this general background, this chapter sets forth a contrastive analysis of the introductions in ten Sciences PhD dissertations and ten Social Sciences and Humanities PhD dissertations presented at the University of Coimbra (2003-2012). These introductions show an asymmetry in rhetorical moves such as *establishing a territory* and *occupying the niche* (BUNTON, 2002). They also exhibit similar patterns of steps such as *pairing*, *weaving* and *interruption*. Both asymmetry and patterns are a result of strategic selections of contents that build up scientific authority. This validates and reshapes sociodiscursive practices of specific disciplinary areas (BRONCKART, 1996).

Keywords: Academic genre; PhD dissertation; Introduction; Text plan; Rhetorical moves.

¹ A pesquisa para este trabalho foi desenvolvida no âmbito do Projeto Estratégico do CELGA-ILTEC, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (POCI-01-0145-FEDER-006986), cofinanciado pelo Governo de Portugal, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) da União Europeia, através do COMPETE – Programa Operacional Conhecimento e Inovação (POCI).

1 Introdução

O presente capítulo, dedicado ao estudo das introduções em teses de doutoramento, assume que todos os textos académicos refletem complexas e subtis relações entre o saber e o poder, porquanto requerem que os autores legitimem a investigação realizada, assinalem o seu carácter inovador e, em simultâneo, afirmem a sua autoridade científica. O pressuposto é consensualmente aceite na maioria dos trabalhos sobre o artigo científico ou sobre a tese de doutoramento (SWALES, 1990, 2011; BUNTON, 2002; *i.a.*), onde é salientada a função crucial da estrutura retórica para a concretização de objetivos pragmáticos, associados a um poder argumentativo que advém da detenção de um conhecimento inovador. O pressuposto é também sustentado, ou, pelo menos, inferido em estudos que, embora adotando posicionamentos teóricos distintos, associam a investigação e a autoridade científica enquanto efeitos das práticas sociodiscursivas das comunidades profissionais, neste caso concreto inscritas num contexto académico (cf. secção 2).

Nesta dinâmica, a introdução de uma tese de doutoramento desempenha um papel central (BHATIA, 1997) nas relações entre saber e poder, quer porque é um texto de apresentação (o que decorre da sua posição proeminente), quer porque enquadra a pesquisa desenvolvida na tese, inscrevendo-a num contexto mais vasto de investigação científica prévia e justificando a sua relevância. Não obstante esta configuração geral comum, os textos deste género apresentam algumas propriedades textuais diferenciadas conforme as áreas disciplinares, como emerge da análise contrastiva do presente capítulo (ver secção 3).

No *corpus*, constituído por dez teses de Ciências e dez de Ciências Sociais e Humanas / Humanidades, apresentadas à Universidade de Coimbra e concluídas entre 2003 e 2012, detetam-se assimetrias e padrões na estruturação retórica dos respetivos planos de texto (cf. secção 3). Para base comum da análise, utilizou-se o modelo CaRS (“Creating a Research Space”, SWALES, 1990, 2011), adaptado às teses de doutoramento (BUNTON, 2002), uma vez que tem sido utilizado de forma generalizada para a estrutura retórica de textos introdutórios. As introduções das áreas acima referidas revelam, em primeiro lugar, uma clara assimetria na seleção preferencial dos movimentos retóricos e dos passos selecionados para concretizar esses movimentos, e, em segundo lugar, diversos modos de articulação desses movimentos e passos: *acoplagem*, *interrupção* e *entrelaçamento* (cf. secções 3 e 4). Fica assim patente que, apesar de haver tendências comuns, o *saber* e o *poder* reciprocamente fundamentados, ou, por outras palavras, a legitimidade da pesquisa e a autoridade do investigador se constroem usando mecanismos distintos, em consonância com as práticas sociodiscursivas também distintas das respetivas áreas disciplinares.

2 Enquadramento teórico-metodológico

O enquadramento teórico-metodológico adotado nesta pesquisa integra contributos de diversas teorizações, nomeadamente do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1996), da Teoria do Texto

(COUTINHO & MIRANDA, 2009), da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2014), da Linguística Textual (ADAM, 1999, 2001, 2002), do Inglês para Fins Acadêmicos (SWALES, 1990, 2004, 2011) e dos Estudos Retóricos do Gênero (DEVITT, 2004). Esta complementaridade resulta da necessidade de combinar uma abordagem descendente e ascendente dos textos e dos gêneros, que também contemple harmoniosamente aspetos tão diversos como a concatenação das unidades menores (que permite formar uma unidade semântica e pragmática), os condicionalismos externos (que influenciam decisivamente as configurações do objeto *texto*), e os atos de fala (através dos quais se pretende atingir objetivos específicos). Conciliar estas diferentes perspectivas (textual, discursiva, pragmática e retórica) permite explicitar e caracterizar os fatores internos ou textuais, assim como os fatores externos ou situacionais, mas também dilucidar os modos pelos quais os textos refletem e impõem relações de poder entre os interlocutores.

Neste enquadramento compósito, os *gêneros* são concebidos como “dispositivos de comunicação” que emergem em determinadas configurações sócio-históricas e estão associados a áreas de atividade (MAINGUENEAU, 1998, p. 47). As suas características relativamente estáveis (BAKHTIN, 1986, p. 60) servem de modelo à produção de *textos* e contribuem para a sua interpretação no seio de setores de atividades específicos (BRONCKART, 1996, p. 137-138). Complementarmente, um *gênero* pode ser perspectivado como um conjunto de eventos comunicativos com objetivos partilhados (SWALES, 1990, p. 58), que resulta de ações retóricas baseadas em situações recorrentes (MILLER, 1984, p. 159).

Estas definições salientam a articulação entre *gênero e texto*, mas também entre os textos como objetos linguísticos e as situações em que são produzidos, nomeadamente no que diz respeito ao período histórico, à área de atividade socioprofissional e aos objetivos sociais: “un genre relie ce que l’analyse textuelle parvient à decrire linguistiquement à ce que l’analyse des pratiques discursives a pour but d’appréhender sociodiscursivement.” (ADAM, 1999, p. 83, sublinhados nossos). Além disso, as definições são combináveis com as perspectivas sobre os *textos* quer do Interacionismo Sociodiscursivo, quer de diferentes correntes de Análise do Discurso. Num dado período histórico, cada *formação sociodiscursiva* (BRONCKART, 1996) – ou *comunidade discursiva* (SWALES, 1990) – dispõe de um número indeterminado mas finito de *gêneros*, usados para concretizar ações específicas. Essas ações de linguagem são os *textos*, que ocorrem em contextos específicos, sendo, por isso, condicionados por propriedades das situações de enunciação em que são produzidos: área de atividade socioprofissional, papéis sociais dos interlocutores, objetivos ilocutórios (BRONCKART, 1996). Acresce que os textos são elaborados segundo modelos flexíveis associados a cada gênero, que incluem propriedades relacionadas com os temas abordados, a estrutura composicional e o estilo adotado (BAKHTIN, 1986), assim como outros fatores externos e internos, de que se destacam o suporte material e o meio no qual circulam (ADAM, 2001; MAINGUENEAU, 2014). Cada autor simultaneamente adota e adapta, em graus variáveis, as propriedades associadas ao(s) gênero(s) em que

pretende inserir cada novo texto, num processo designado por *efeito de genericidade* (ADAM & HEIDMANN, 2007).

As propriedades típicas de cada género constituem *parâmetros de género* (COUTINHO & MIRANDA, 2009, p. 40). Um dos parâmetros mais relevantes, porquanto muitas vezes permite distinguir géneros, é o plano de texto (ADAM, 2002, p. 433-434)². Certos géneros exibem planos de texto previsíveis, ritualizados, com escassas adaptações ou inovações, como sucede na *oração*, no *horário* ou no *requerimento* (SILVA, 2016). Outros admitem variações que podem ser não só toleradas como valorizadas (é o que sucede no género *romance*, por exemplo). Ou seja, em consonância com o efeito de genericidade, os planos de texto oscilam entre um polo convencional (mais ou menos padronizado e previsível) e um polo ocasional (mais ou menos singular e imprevisível), numa oposição que contempla graus muito diversos (SANTOS e SILVA, 2016; SANTOS e SILVA, aceite).

Os planos de texto atestados em teses de doutoramento inserem-se, com variações individuais e adaptações pontuais, num número reduzido de modelos (SWALES, 2004, p. 106-110). Segundo o autor, as teses de doutoramento com plano de texto *IMRDC* – Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusão – obedecem a uma divisão rígida dos capítulos, geralmente com estes títulos (ou outros semelhantes), a que correspondem conteúdos mais ou menos expectáveis. O *modelo antológico* consiste numa compilação de vários artigos científicos redigidos, submetidos, aceites para publicação ou já publicados (frequentemente, cada um destes artigos adota o plano *IMRDC*). A estrutura das teses com este plano é completada por um capítulo introdutório e um outro de conclusões gerais. Por fim, o modelo de *estruturação por tópicos* não apresenta um plano de texto previsível, dado que a divisão em capítulos e os respetivos títulos dependem de inúmeros fatores, entre os quais se destacam o tema da pesquisa e as opções individuais (metodológicas, estilísticas, etc.) do autor da tese. Assim, os textos com este plano evidenciam um plano sempre singular, quer nos conteúdos manifestados em cada capítulo, quer nos respetivos títulos. Além destes três, em Santos & Silva (*no prelo*), foi identificado o modelo de *estruturação misto*, tendo sido atestado num número significativo de teses de doutoramento (em 24 exemplares de um total de 130, ou seja, em mais de 18%). Neste modelo, integram-se as teses cujos planos consistem numa miscelânea, porquanto combinam, de maneiras muito diversas, propriedades dos planos *IMRDC*, antológico e *estruturação por tópicos*. Acresce que, nessa pesquisa, foi também observada uma tendência divergente: em Ciências (C), as teses apresentam maioritariamente planos de texto *IMRDC* e antológico; em Ciências Sociais e Humanas e nas Humanidades (CSHH), as teses apresentam mais frequentemente uma *estruturação por tópicos* (cf. SANTOS & SILVA, *no prelo*), divisão que foi também considerada no presente trabalho (ver secção 3).

² Segundo ADAM (2001, p. 40-41), os critérios, de natureza heterogénea, que permitem identificar e caracterizar os géneros distribuem-se por oito componentes: enunciativa, pragmática, semântica, composicional, estilístico-fraseológica, material, peritextual e metatextual. O critério relativo ao plano de texto inscreve-se na componente composicional.

É expectável que as grandes tendências observadas em outros textos académicos e num outro *corpus* de teses de doutoramento se verifiquem igualmente num sub-*corpus*, neste caso nas suas introduções. Mesmo se uma dada comunidade socioprofissional se socorre de géneros diferentes, esses géneros plausivelmente manifestam entre si relações de proximidade. É o que acontece com a *introdução* em relação a outros textos mais extensos. A introdução é um *género incluído* (“genre inclus”, de acordo com Rastier, 1989; 2001), ou seja, faz parte integrante de outro género (designado “genre incluant”). Qualquer género incluído mantém relações hierárquicas com o género de nível superior no qual se insere e relações de complementaridade com outros géneros incluídos no mesmo género de nível superior (MAINGUENEAU, 2014, p. 73). Assim, a *introdução* de uma tese de doutoramento relaciona-se hierarquicamente com o género tese de doutoramento e complementarmente com outros géneros incluídos, como o *abstract*.

Áreas de investigação como o Inglês para Fins Académicos e os Estudos Retóricos do Género focam-se na dimensão retórica de ações quotidianas tanto de autores como de leitores (DEVITT, 2004, p. 2). Dentro desta conceção do género enquanto classe de textos que permite aos locutores concretizarem ações, uma abordagem retórica e pragmática dos planos de texto das introduções (SWALES, 1990, 2004, 2011) associa, então, os conteúdos manifestados ao objetivo comunicativo. São essas ações que estão na base do modelo CaRS (“Create a Research Space”; cf. SWALES, 1990, p. 140-142), proposto para a análise das introduções de artigos científicos e abundantemente adotado na literatura. A versão aqui seguida resulta da adaptação de BUNTON (2002, p. 74), conforme se pode ver no quadro 1:

Quadro 1. Movimentos e Passos no modelo CaRS³

MOVIMENTOS	PASSOS
1. Delimitação do território (ou área de investigação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicar a centralidade do tema 2. Contextualizar o tema apresentando informações gerais 3. Definir termos ou conceitos 4. Apresentar a revisão da literatura (investigação prévia) 5. Parâmetros da investigação
2. Delimitação do nicho (de investigação)	<ol style="list-style-type: none"> 1A. Indicar uma lacuna na investigação prévia 1B. Indicar um problema ou necessidade 1C. Colocar questões 1D. Continuar uma tradição na pesquisa 1E. Contra-argumentação
3. Ocupação do nicho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicar os objetivos da investigação

³ Conforme referido, a tabela apresenta várias adaptações. A versão inicial do modelo CaRS de (SWALES, 1990, p. 141) previa apenas três passos para o movimento 1 e quatro passos quer para o movimento 2, quer para o movimento 3. Na proposta de BUNTON (2002, p. 74), os movimentos 1 e 2 incluem cinco passos cada, e o movimento 3 integra quinze passos, não só por estarem em causa os textos mais extensos do género *tese*, como também por o *corpus* analisado ser mais extenso e variável. Além dos que são mencionados nesta tabela, os passos do movimento 3 mais frequentemente atestados no *corpus* analisado foram os seguintes: passo 7 – Indicar a importância e o significado da pesquisa realizada; passo 8 – Explicitar a estrutura da tese; passo 9 – Explicitar a estrutura dos capítulos; passo 11 – Referir posicionamentos teóricos; passo 12 – Definir termos ou conceitos; e passo 13 – Indicar parâmetros da investigação (cf. anexo IV).

(ou anúncio da investigação)	<ol style="list-style-type: none"> 2. Apresentar as tarefas concretizadas 3. Explicitar a metodologia adotada 4. Indicar os materiais usados ou os temas abordados 5. Apresentar resultados da investigação [...]
------------------------------	---

O modelo assenta numa metáfora ecológica e prevê, num primeiro nível, três grandes movimentos retóricos: i) delimitação de um território (ou área de investigação), ii) delimitação de um nicho (de investigação) e iii) ocupação do nicho (ou anúncio da investigação). Cada movimento é uma unidade funcional discursiva ou retórica (não formal, portanto) que, como acima afirmado, concretiza funções comunicativas através de realizações linguísticas flexíveis: uma oração, uma frase ou um conjunto de frases, entre outras possíveis (SWALES, 2004, p. 228-229). No segundo nível, cada movimento integra um conjunto diversificado de passos. Qualquer passo atestado nas introduções contribui, então, para concretizar o movimento em que se insere. Movimentos e passos identificam-se através de conteúdos específicos, cujas estruturas linguísticas de sustentação se encadeiam, não apenas no parágrafo, como até dentro da própria frase, como veremos nas secções seguintes.

3 Análise contrastiva de movimentos e passos

Um *corpus* de macro-dimensão não é compaginável com os pressupostos acima expostos, mesmo quando se circunscreve a textos académicos “curtos”, isto é, entre 5000 e 6000 palavras. Por este motivo, a análise contrastiva incide em apenas dez introduções de Ciências de base experimental ou tecnológica (doravante C) e dez de Ciências Sociais e Humanas/Humanidades (CSHH). Todas as teses de C apresentam uma estruturação do tipo IMRDC e todas as teses de CSHH são estruturadas por tópicos (ver secção 2). A extensão total das vinte introduções é de 115693 palavras, distribuídas em sub-totais de 54525 para C e de 61168 para CSHH. Na impossibilidade de apurar o número total de palavras nas versões integrais das teses (em versão PDF trancada), indica-se também a totalidade das páginas, quer destas (7028), quer das introduções (373, ver anexo 1).

Tal como a literatura já havia indicado (BUNTON, 2002, p. 63; SWALES, 2004, p. 116), a extensão das introduções é eminentemente variável. Porém, se a base de cálculo for a média de páginas de uma introdução (ver anexo 1), emergem duas tendências. Em primeiro lugar, as teses em CSHH são mais extensas (média de 474 páginas em CSHH contra 228 em C) e as introduções também são maiores. Por outro lado, a percentagem relativa dessas introduções dentro da tese é menor, visto que uma introdução ocupa apenas 4,3% da extensão total de uma tese em CSHH, ao passo que a média em C é de 7,2%. Esta diferença decorre da seleção de conteúdos e do tratamento diferente dos movimentos e dos passos em ambas as áreas disciplinares (ver infra).

A despistagem dos conteúdos específicos e a associação aos movimentos retóricos mostram regularidades nos planos de texto e na estrutura retórica. Dado que a página, pela sua extensão, não é uma unidade adequada para esta análise, toma-se como base o parágrafo (§), conforme se pode ver no quadro 2.

Quadro 2. Extensão global de Movimentos

	Número total de §§	Mov 1	Mov 2	Mov 3
20 teses	1246	712	100	656
		57,1%	8,0%	52,6% ⁴

O movimento 1, de *delimitação da área de investigação*, é o que tem maior extensão, correspondendo aliás a um dos objetivos mais salientes do género *introdução* (ver secção 1). Segue-se o movimento 3, de *ocupação do nicho / anúncio da investigação*, o que constitui outro objetivo saliente. Cada um dos movimentos ocupa mais de 50% dos parágrafos na totalidade das vinte introduções. Em compensação, o movimento 2, que é usado para *delimitar o nicho de investigação*, é claramente residual (8%).

Esta assimetria entre a menor extensão do movimento 2 e a maior extensão dos movimentos 1 e 3 deve-se, antes de mais, à estrutura composicional e ao diferente peso que os passos assumem na construção de uma argumentação retórica. O movimento 1 inclui passos nucleares como a *contextualização da pesquisa efetuada*, a *definição de conceitos* e a *revisão da literatura*. Apesar de o seu grau de aprofundamento ser variável, estes passos requerem explicitação e desenvolvimento de conteúdos para legitimar e enquadrar o processo de investigação. O mesmo acontece com alguns passos do movimento 3, como as *tarefas concretizadas*, os *materiais ou tópicos* e a *estrutura da tese*, por exemplo. Ao invés, o movimento 2 integra passos em que o autor assinala *lacunas*, *problemas* ou *necessidades* ainda não abordados no âmbito da investigação científica prévia. Estes passos não carecem do mesmo grau de desenvolvimento, sendo textualmente manifestados de forma menos aprofundada do que os passos do movimento 1 atrás referidos. Por outro lado, o movimento 2 integra apenas cinco passos, enquanto o movimento 3 inclui quinze (BUNTON, 2002, p. 74). É, portanto, menor quer o grau de aprofundamento expectável dos conteúdos (movimento 2 vs. movimentos 1 e 3), quer o número de passos incluídos em cada movimento (movimento 2 vs. movimento 3). Por fim, a função do movimento 2 parece ser, principalmente, a de assegurar a transição e a articulação entre o movimento 1 – que é mais genérico, porquanto introduz considerações gerais acerca da área de investigação, de conceitos relevantes nessa área e do estado da arte – e o movimento 3 – que é mais específico, na medida em apresenta e caracteriza a investigação em causa. Por isso, também do ponto de

⁴ Note-se que a soma das percentagens é superior a 100% porque vários parágrafos têm mais do que um movimento. Este efeito cumulativo repete-se nas tabelas seguintes.

vista conceptual, os conteúdos tratados no seio do movimento 2 não carecem de um tratamento tão desenvolvido.

A comparação dos movimentos 1 e 3 revela ainda outros matizes, uma vez que o peso relativo não é idêntico nas duas áreas disciplinares, como se pode ver no quadro 3.

Quadro 3. Extensão média de Movimentos por área disciplinar

	§§ por INT	Mov 1	Mov 2	Mov 3
10 teses de C	68,3	54,7 §§	3,6 §§	23,6 §§
		80,0%	5,2 %	34,5 %
10 teses de CSHH	56,3	16,5 §§	6,4 §§	42,0 §§
		29,3 %	11,3 %	74,6 %

Nas dez introduções das teses de C, predomina o passo 4 da *revisão da literatura*, o que é prototípico do movimento 1 *delimitação de área de investigação* (cf. anexo II). Entre as introduções de teses de C, 3 apresentam este passo em quase toda a sua extensão (263§§ em 279, no caso de PEREIRA, 2004; 80 em 85, no caso de CRUZ, 2004; 64 em 73, no caso de CAINE, 2010). Ora, conforme foi já constatado na bibliografia, introduções pouco extensas não incluem esse passo, pelo que a maior ou menor extensão da introdução depende de ela integrar ou não uma revisão da literatura (SWALES, 2004, p. 116; KWAN, 2006).

Já nas introduções de teses de CSHH, a *revisão da literatura* pode surgir em todas as secções da tese, sobretudo se houver pendor ensaístico no texto. A maioria das teses de CSHH dá preponderância a passos do movimento 3 (ver anexo III), com destaque para o passo 4 *objeto de estudo* (57§§ em 76, no caso de Monteiro (2011); 47 em 79, no caso de Santos (2011); 14 em 28, no caso de Nunes (2011)) e para o passo 13 *parâmetros ou critérios da investigação* (36§§ num total de 40, em Macedo (2010); 8 num total de 17, em Silva (2011)).

É o que mostra o exemplo (1), extraído de uma tese de História, em que 60§§ num total de 79 contêm o movimento 3. Dada a área disciplinar e a especialidade, é inevitável que o passo 3 *métodos* (que esclarece a forma de recolha e pesquisa das fontes) e o passo 13 *parâmetros ou critérios da investigação* surjam ambos em 35§§, uma extensão apreciável dentro da *introdução*. Este último passo ocupa a quase totalidade do exemplo (1):

(1) “O desejo de obter uma explicação possível de como as actividades e comportamentos dos agentes lusos, na península de Xiangshan e nesse espaço de trocas que é o Mar da China, foram condicionados pelos eventos na imensa China, durante o final do período Ming (1368- 1644) e início do Qing (1644-1911), pela reacção portuguesa à mudança de dinastia, pela concorrência marítimo-comercial europeia e ainda pela redefinição de espaços económicos com mais interesse para Portugal, levou ao presente estudo”. (MONTEIRO, A., 2011, p. 13, sublinhados nossos).

Numa outra tese de Literatura, são os *posicionamentos teóricos* (passo 11 do movimento 3) que predominam, sendo sustentados por um metadiscurso consistente em 80§§ da introdução. Esse metadiscurso inclui *verba dicendi*, autorreferências (BONDI, 2010, p. 101) e expressões explícitas de

modalidade avaliativa: *cremos* (9)⁵ – *não nos parece / parece-nos / parece-nos pertinente* (7) – *julgamos* (7) – *acreditamos* (4) – *em nosso entender* (4) – *entendemos* (3) – *gostaríamos de* (2) – *importa-nos sublinhar* (2) – *é (...) nossa convicção* (2) – *em nossa opinião* (2) – *não poderia deixar de ter / ser tido / teremos em conta / hão-de obrigatoriamente ter em conta* – *achamos* – *pensamos* – *optamos por* – *assumimos* – *temos pouco a contrapor* – *para nós* – *não estamos (felizmente) sozinhos nesta defesa* – *o nosso posicionamento* – *justifica-se* – *importa considerar / consideramos* – *importará não esquecermos / importa pensar / dizer* – *assume particular preponderância* – *as vantagens são indesmentíveis e inignoráveis* – *não deixa esta perspectiva de ser um território não completamente despiciendo* – *são particularmente sintomáticos* – *não pode dispensar-se de* — *não deixa de ter o seu lugar* – *sublinhe-se/sublinhamos* – *não temos pejo em considerar* – *será de todo o interesse* – *será de particular relevância* – *reputamos de elemento nuclear* – *não podemos deixar de referir* – *tem a ganhar* – *prestaremos particular atenção* – *não nos demitimos* – *antecipámos a nossa convicção* – *tentaremos provar* – *permitimo-nos descortinar* – *podemos dizer* – *sustentaremos* (CARVALHO, 2010, *passim*).

Em resumo, se, por um lado, o passo 4 do movimento 1 relativo à *revisão da literatura* é obrigatório e, por extensão, configura um parâmetro (COUTINHO e MIRANDA, 2009, p. 40-41) de géneros académicos como a tese de doutoramento, por outro, a sua inserção estratégica na introdução é muito mais frequente em teses de C do que em teses de CSHH. Desta opção resulta que, no subconjunto das dez introduções de teses de C (Biologia, Ciências Biomédicas, Engenharias, Medicina, Farmácia), o movimento 1, de *delimitação da área de investigação*, ocupa 80% dos parágrafos. Ao invés, nas dez introduções das teses de CSHH (Direito, História, Linguística, Literatura, Sociologia), fica abaixo dos 30%. Já o movimento 3, relativo à *ocupação do nicho*, atinge uma média de quase 75% dos parágrafos nas teses de CSHH, mas não chega a 35% nas teses de C (ver quadro-resumo no anexo IV).

Além destas tendências, a forma como movimentos e passos se concatenam não plasma o que se apresenta em Bunton (2002) e em Swales (2011) como sendo prevalente. Nesses autores, fica implícita uma linearidade que apenas admite retomas cíclicas, isto é, repetições de movimentos e de passos. No *corpus*, porém, mais do que retomas, encontram-se padrões vários, para os quais se propõem as designações de *acoplagem*, *interrupção* e *entrelaçamento*.

Considera-se que existe *acoplagem* quando, no decurso de um parágrafo ou conjunto de parágrafos, dois passos se encontram associados, concorrendo para um mesmo objetivo. Um exemplo paradigmático deste padrão ocorre na parte final de oito introduções do *corpus*, em que se junta a apresentação do passo 8 *estrutura da tese* com o passo 9 *estrutura dos capítulos* (ambos do movimento 3), como no exemplo (2):

⁵ Indica-se entre parêntesis o número de ocorrências. Na ausência desta indicação, a expressão ocorre apenas uma vez. Convencionalmente, expressões dos autores surgem sempre na sua forma original, exceto se houver gralhas ou erros de pontuação que dificultariam a leitura e que foram corrigidos.

(2) “Termino esta abordagem introdutória com uma apresentação sintética da forma como a presente dissertação se encontra organizada. (...) O segundo capítulo dedica-se de forma privilegiada ao desenvolvimento da ideia da experiência teatral como realização. (...) A II Parte desta dissertação tem por base o trabalho empírico desenvolvido através de uma pesquisa de terreno efectuada no Brasil (São Paulo) e em Portugal (Porto) entre 2005 e 2007. (...) Por fim, o último desses capítulos dedica-se a analisar de que forma o contar social do teatro se faz numa situação de margem (...)” (CORREIA, 2011, p. 15-17)

Pode igualmente ocorrer acoplagem quando dois passos se encontram associados porque um é colocado ao serviço do outro, ainda que pertençam a movimentos distintos. Por exemplo, a *indicação de uma lacuna ou problema* (passos 1A e 1B do movimento 2) pode sustentar a apresentação do *objetivo da tese* (passo 1 do movimento 3), num clássico esquema argumentativo problema-solução, como é visível no exemplo (3):

(3) “Estas técnicas, actualmente designadas por convencionais apresentam, contudo, grandes limitações quando se pretende ir mais além do que a simples detecção da presença de uma descontinuidade na estrutura de um dado material, nomeadamente quando o objectivo é a caracterização do material e, eventualmente, do próprio defeito. Perante tais dificuldades, e atendendo à crescente necessidade de uma mais completa e rápida caracterização de materiais, foram desenvolvidas novas técnicas, onde sobressaem, pela sua importância, as que envolvem ondas ultra-sonoras guiadas, às quais vamos dar mais ênfase no decurso deste trabalho.” (SANTOS, 2004, p. 3, sublinhados nossos)”

O segundo padrão é a *interrupção*, que ocorre quando, no decurso de um mesmo parágrafo ou de uma mesma frase, o autor interrompe o passo em curso sem o terminar para inserir um outro, tal como acontece no exemplo (4):

(4) “O objectivo fundamental que norteou o trabalho aqui apresentado foi o de integrar a imagem vídeo na imagem da medicina nuclear e através deste processo possibilitar a correção dos movimentos dos pacientes. A maior preocupação foi a demonstração do conceito subjacente || utilizando-se para isso mecanismos controláveis, nomeadamente simulação computacional dos métodos e avaliação empírica através da utilização de uma plataforma de movimentos controlada digitalmente e de fantasmas apropriados. § A correção de movimentos pressupõe a resolução de dois problemas associados. (...)” (CAMELO, 2009, p. 2-3, barra de separação e sublinhados nossos)

A frase sublinhada inicia-se com a apresentação de um dos *objetivos* (passo 1 do movimento 3), que já constavam da frase anterior, mas essa exposição é interrompida pela indicação dos *métodos* utilizados (passo 3 do movimento 3), que ocorre na subordinada gerundiva [*utilizando-se para isso (...)*] e que prossegue no parágrafo seguinte.

Situações como as do exemplo (4) podem desembocar no terceiro padrão, o *entrelaçamento*. Trata-se de um efeito natural da interrupção, que surge sempre que um passo é múltiplas vezes intercetado por outro(s), quer dentro do mesmo movimento, quer entre movimentos distintos. No exemplo (5), retirado da introdução de uma tese de Direito, o autor entrelaça os passos 2, 3 e 4 do movimento 1 *delimitação da área de investigação* (respetivamente *contextualização*, *definição de conceitos* e *revisão da literatura*), entrelaçamento que se vai reiterar na restante *introdução*:

(5) “A investigação (...) obriga-nos a mobilizar não só os contributos fornecidos pela dogmática jurídico-constitucional, mas também os instrumentos forjados na economia e nas finanças. (...) Teubner

propõe a conceitualização de uma *nova lei de conflitos* (...). Em alternativa à tese de Habermas da liberdade de discursos no fórum jurídico, Teubner adere à tese de François Lyotard (...). Assim pode dizer-se, como o faz Teubner, que a justiça não é um conceito especificamente jurídico (...).” (COSTA, 2011, p. 21-23)

O entrelaçamento difere da acoplagem e da interrupção no sentido em que os passos não se encontram associados ou interrompidos apenas uma vez, mas várias. Propõe-se que este conceito complementa o de “retoma cíclica” que se encontra na bibliografia citada supra, visto que, no presente *corpus*, é raro o fechamento de ciclos de movimentos.

Pode então considerar-se que as estruturas argumentativas das vinte introduções do *corpus* apresentam não só variação indexável à área de investigação, como também consistência global nos três padrões de movimentos e de passos (acoplagem, interrupção e entrelaçamento). O alcance mais amplo destes padrões será dilucidado na secção seguinte.

4 Considerações finais

No presente capítulo, mostra-se de que modo a *introdução*, enquanto género incluído (RASTIER, 1989; MAINGUENEAU, 2014) que depende de outro maior, é crucial na diluição de práticas discursivas e socioprofissionais das comunidades académicas ligadas à construção do poder argumentativo através do saber. No caso vertente, as vinte introduções de teses de doutoramento analisadas são textos programáticos que, pela sua posição de abertura, cumprem uma função de abertura e de anúncio: não só balizam a investigação que originou cada uma das teses, como também instauram a estrutura retórica que as irá sustentar.

O *corpus* revela algumas regularidades. Uma primeira refere-se à extensão relativa da introdução, que é maior em Ciências do que em Ciências Sociais e Humanas/Humanidades. A diferença decorre em parte da importância conferida ao movimento 1 de *delimitação da área de investigação*, em que predomina o passo 4 de *revisão da literatura*. Na introdução de uma tese de Ciências, o autor procura comprovar o domínio da investigação prévia, contextualizar a sua própria pesquisa e inscrevê-la no conhecimento já existente. Na introdução de uma tese de Ciências Sociais e Humanas/Humanidades, dedica mais espaço à *ocupação do nicho* ou *anúncio da investigação* (movimento 3), salientando novos temas ou ideias e argumentando a favor da originalidade do trabalho, a qual constitui, de certa forma, uma autojustificação.

Uma segunda regularidade diz respeito à assimetria de movimentos, que indicia uma construção diferente da autoridade científica e do poder argumentativo inerente à comunicação do saber em cada área disciplinar. Embora os perfis das respetivas pesquisas não sejam alheios a esta separação, o critério diferenciador por excelência parece ser a forma de inscrição dessas pesquisas numa cadeia cumulativa do saber, cujo domínio, em Ciências, é prova de autoridade científica. Ao invés, é a demonstração da diferença

e da especificidade que confere aos autores de Ciências Sociais e Humanas/Humanidades essa mesma autoridade, ou um poder equivalente, perante os seus pares. Pode portanto concluir-se que, em Ciências, a validação da tese de doutoramento por parte da comunidade científica exige que os autores comprovem o domínio da investigação precedente, ao passo que, em Ciências Sociais e Humanas/Humanidades, essa validação decorrerá da singularidade e da clara diferenciação em relação ao que foi previamente pesquisado. Numa perspetiva interacionista, as diversas práticas discursivas traduzem, assim, práticas socioprofissionais próprias de áreas de investigação específicas.

Por outro lado, os modelos de estruturação das teses e as áreas de investigação assemelham-se no facto de o movimento 2 (*delimitação do nicho de investigação*) ocupar uma extensão muito reduzida e estar circunscrito aos passos de *indicação de lacuna, problema* ou *necessidade*. Essa extensão reduzida fica a dever-se a diversos fatores. Os passos que se inserem no movimento 2 não requerem um tratamento tão vasto nem um grau de desenvolvimento tão elevado como os passos dos movimentos 1 e 3 (respetivamente *delimitação da área de investigação* e *ocupação do nicho de investigação*). Além disso, parecem ter como função mais relevante apenas a de articular o enquadramento contextual (movimento 1) com a apresentação da investigação (movimento 3).

Uma última regularidade consiste nos padrões de articulação de movimentos e de passos, a que correspondem estruturas argumentativas, adaptadas de forma ocasional, embora estrategicamente programadas por cada autor. Nesta dimensão retórica, os passos quer nas teses de C, quer nas de CSHH organizam-se em três padrões possíveis: *acoplagem* ou associação de passos, *interrupção* de um passo ou movimento por outro e, finalmente, *entrelaçamento* de vários passos, quer dentro de um mesmo movimento, quer entre movimentos diferentes.

Conclui-se, assim, que a estrutura retórica de uma introdução é, em última instância, uma construção dialogante e negociada por cada autor com a sua respetiva comunidade académica. A relação entre saber e poder, tal como plasmada nos movimentos retóricos destas *introduções*, não segue os parâmetros ditos “prototípicos”, popularizados pelo trabalho de BUNTON (2002). Contudo, as estruturas retóricas encontradas não são aleatórias. Prova disso são as tendências consistentes no que toca à extensão média, à preferência por um ou outro movimento retórico ou passo e à sua articulação (acoplagem, interrupção e entrelaçamento). Tais tendências apontam para um domínio robusto dos guiões vigentes no género incluído *introdução* por parte de todos os autores. Em última instância, mais do que seguir modelos, esses autores adotam-nos e adaptam-nos de forma individual, numa interação dinâmica, que a um tempo valida e molda as práticas sociodiscursivas das comunidades académicas.

Referências bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel. **Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes**. Paris: Nathan, 1999.
- ADAM, Jean-Michel. En finir avec les types de textes. In: BALLABRIGA, Michel (Ed.). **Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation**. Toulouse: EUS, 2001, p. 25-43.
- ADAM, Jean-Michel. Plan de texte. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Orgs.). **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002, p. 433-434.
- ADAM, Jean-Michel & HEIDMANN, Ute. Six propositions pour l'étude de la généricité. **La Licorne** 79. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 21-34.
- BAKHTIN, Mikhail. The problem of speech genres. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas Press, 1986, p. 60-102.
- BHATIA, Vijay Kumar. Genre-Mixing in Academic Introductions. **English for Specific Purposes**, 16(3), 1997, p. 181-195.
- BONDI, Marina. Metadiscursive Practices in Introductions: Phraseology and Semantic Sequences across Genres. **Nordic Journal of English Studies**, 9.2, 2010, p. 99-123.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Activité langagière, textes et discours**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1996.
- BUNTON, David. Generic moves in PhD Thesis Introductions. In: FLOWERDEW, John (Ed.). **Academic Discourse**. London: Pearson Education Ltd, 2002, p. 57-75.
- COUTINHO, Maria Antónia & MIRANDA, Florencia. To describe textual genres: problems and strategies. In: BAZERMAN, Charles; FIGUEIREDO, Débora; BONINI, Adair (Orgs.), **Genre in a Changing World. Perspectives on Writing**. Fort Collins: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, 2009, p. 35-55.
- DEVITT, Amy. **Writing genres**. Carbondale: Southern Illinois University, 2004.
- KWAN, Becky. The schematic structure of literature reviews in doctoral theses of applied linguistics. **English for Specific Purposes**, 25, 2006, p. 30-55.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communication**. Paris: Dunod, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discours et analyse du discours**. Paris: Armand Colin, 2014.
- MILLER, Carolyn. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech** 70, 1984, p. 151-167.
- RASTIER, François. **Sens et textualité**. Paris: Hachette, 1989.
- RASTIER, François. **Arts et sciences du texte**. Paris: PUF, 2001.
- SANTOS, Joana Vieira; SILVA, Paulo Nunes da. Issues of textual hybridity in a major academic genre: PhD Dissertations vs. Research articles, **REDIS. Revista de Estudos do Discurso**, 5. Porto: CLUP-FLUP/FFLCH-USP, 2016, p. 171-193.
- SANTOS, Joana Vieira; SILVA, Paulo Nunes da. Dinâmicas de género e de texto: entre plano convencional e plano ocasional nas teses de doutoramento da Universidade de Coimbra, **Estudos Linguísticos / Linguistic Studies**. Lisboa: Colibri (aceite).
- SILVA, Paulo Nunes da. Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. **Diacrítica** (Série Ciências da Linguagem) 30(1). Braga: CEH-UM, 2016, p. 181-221.
- SWALES, John. **Genre Analysis. English in Academic and Research Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWALES, John. **Research Genres: Explorations and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SWALES, John. **Aspects of Article Introductions**. Ann Arbor: University of Michigan Press. Reimpr. de brochura de 1981, 2011.

Referências do corpus (disponível em https://www.uc.pt/sibuc/Estudo_Geral)

ALMEIDA, Miguel Abrantes de Figueiredo Bernardo de. **Propagação de Incêndios Florestais por Focos Secundários**. Coimbra, 2011. 176p. Tese (Doutoramento em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

CAINE, Laura Sofia Ramos Mendes. **Entomologia Forense: Identificação Genética de Espécies em Portugal**. Coimbra, 2010. 109p. Tese (Doutoramento em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra.

CARAMELO, Francisco José Santiago Fernandes Amado. **Integração da Imagem Vídeo do Paciente nas Imagens de Medicina Nuclear**. Coimbra, 2009. 283p. Tese (Doutoramento em Ciências Biomédicas) – Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra.

CARDINA, Miguel Gonçalo. **Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal: 1964 - 1974**. Coimbra, 2011. 389p. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Joaquim Jorge. **Ação, Cenas e Personagens na Narrativa Dinisiana: As Pupilas do Senhor Escritor**. Coimbra, 2010. 490p. Tese (Doutoramento em Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

CASTRO, Ricardo António Esteves de. **Antagonistas Adrenérgicos Selectivos Beta 1: Estrutura do Atenolol**. Coimbra, 2006. 196p. Tese (Doutoramento em Farmácia) – Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra.

CORREIA, André de Brito. **A Experiência Teatral e a identidade, o conflito e o cómico nas poéticas e nas políticas das configurações artísticas**. Coimbra, 2011. 305p. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

COSTA, Paulo Jorge Nogueira da. **O Tribunal de Contas e a Boa Governança. Contributo para uma reforma do controlo financeiro externo em Portugal**. Coimbra, 2012. 601p. Tese (Doutoramento em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra.

CRUZ, Sérgio Manuel Ângelo da. **Diagnóstico e Análise de Avarias nos Enrolamentos Estatóricos de Motores de Indução Trifásicos Através da Aplicação de Métodos de Referenciais Múltiplos**. Coimbra, 2004. 236p. Tese (Doutoramento em Engenharia Eletrotécnica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

MACEDO, Vera Lúcia Viana de. **Metáforas psicanalíticas na obra de Mário de Sá-Carneiro. Uma hermenêutica da morte em vida**. Coimbra, 2010. 311p. Tese (Doutoramento em Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, Anabela Nunes. **Macau e a Presença Portuguesa Seiscentista no Mar da China. Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Coimbra, 2011. 827p. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, Rosa Filomena Brás Lopes. **Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses**. Coimbra, 2011. 521p. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

NETO, Luís Paulo Coelho. **Estudo de Sistemas de Vedação Aerodinâmica do Tipo Cortina de Ar**. Coimbra, 2006. 243p. Tese (Doutoramento em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

NUNES, Susana Margarida da Costa. **Prefixação de Origem Preposicional na Língua Portuguesa**. Coimbra, 2011. 343p. Tese (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Miguel José Pereira das Dores Santos de. **Betão Autocompactável com Retracção Controlada**. Coimbra, 2012. 250p. Tese (Doutoramento em Engenharia Civil) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

PEREIRA, Leonel Carlos dos Reis Tomás. **Estudos em Macroalgas Carragenófitas (Gigartinales, Rhodophyceae) da Costa Portuguesa - aspectos ecológicos, bioquímicos e citológicos**. Coimbra, 2004. 325p. Tese (Doutoramento em Biologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

SANTOS, Cristina Calmeiro dos. **Propriedades Mecânicas Residuais após Incêndio de Betões Normai**. Coimbra, 2012. 236p. Tese (Doutoramento em Engenharia Civil) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos. **Elites Salazaristas Transmontanas no Estado Novo. O Caso de Artur Águedo de Oliveira (1894-1978)**. Coimbra, 2011. 611p. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

SANTOS, Mário João Simões Ferreira dos. **Ondas ultra-sonoras guiadas na caracterização e controlo não-destrutivo de materiais**. Coimbra, 2004. 230p. Tese (Doutoramento em Engenharia Electrotécnica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

SILVA, Jorge Manuel Tavares da. **Os canais de intermediação não governamental na transformação do conflito sino-formosino: o caso da comunidade empresarial taiwanesa**. Coimbra, 2011. 346p. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Anexos

Anexo I – Extensão do *corpus*

Teses de doutoramento ¹	Páginas da tese	Páginas da INT	% da INT na tese	Palavras da INT
Biologia_FCTUC_2004_IMRDC_Pereira	325	56	17,23%	21562
Biomedicas_FMUC_2009_IMRDC_Caramelo	283	4	1,41%	859
Eng_Civil_FCTUC_2012_IMRDC_Oliveira	250	4	1,60%	1096
Eng_Civil_FCTUC_2012_IMRDC_Santos	236	3	1,27%	1052
Eng_Eletrrotecnica_FCTUC_2004_IMRDC_Cruz	236	30	12,71%	10414
Eng_Eletrrotecnica_FCTUC_2004_IMRDC_Santos	230	5	2,17%	1986
Eng_Mecanica_FCTUC_2011_IMRDC_Almeida	176	14	7,95%	5176
Eng_Mecanica_FCTUC_2006_IMRDC_Neto	243	23	9,46%	7888
Farmácia_FFUC_2006_IMRDC_Castro	196	9	4,59%	1218
Medicina_FMUC_2010_IMRDC_Caine	109	18	16,51%	3274
Totais em 10 INT de C	2284	166		54525
Médias em 10 INT de C	228,4	16,6	7,26%	5452,5
Direito_FDUC_2012_Topico_Costa	601	12	1,99%	2710
Historia_FLUC_2011_Topico_Cardina	389	31	7,96%	8850
Historia_FLUC_2011_Topico_Monteiro_A	827	25	3,02%	9202
Historia_FLUC_2011_Topico_Santos_MA	611	16	2,61%	6363
Linguistica_FLUC_2011_Topico_Nunes	343	7	2,04%	1731
Literatura_FLUC_2010_Topico_Carvalho	490	41	8,36%	13707
Literatura_FLUC_2010_Topico_Macedo	311	11	3,53%	2975
Sociologia_FEUC_2011_Topico_Monteiro_R	521	12	2,30%	4999
Sociologia_FEUC_2011_Topico_Correia	305	16	5,24%	4750
Sociologia_FEUC_2001_Topico_Silva	346	36	10,40%	5881
Totais em 10 INT de CSHH	4744	207		61168
Médias em 10 INT de CSHH	474,4	20,7	4,36%	6116,8
Totais absolutos em 20 INT (C + CSHH)	7028	373		115693
Médias em 20 INT (C + CSHH)	351,4	18,65	5,30%	5784,65

¹ Para maior facilidade de tratamento, cada tese recebeu uma designação codificada. Indica-se em primeiro lugar a especialidade: Biologia, Ciências Biomédicas, Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica, Farmácia e Medicina são exemplos de teses no modelo IMRDC, ou seja, *Introdução – Metodologias – Resultados – Discussão – Conclusões*, e pertencem todas à área disciplinar das Ciências (C); Direito, História, Linguística, Literatura e Sociologia são exemplos de teses estruturadas por tópicos e pertencem à área das Ciências Sociais e Humanas/Humanidades (CSHH). De seguida, é indicada a respetiva Faculdade da Universidade de Coimbra (Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCTUC; Faculdade de Farmácia – FFUC; Faculdade de Medicina – FMUC; Faculdade de Direito – FDUC; Faculdade de Letras – FLUC; Faculdade de Economia – FEUC), o ano de entrega para apresentação a provas, o tipo de estruturação (IMRDC ou por tópicos) e o apelido do autor, diferenciado pela inicial do nome próprio quando necessário. Nos anexos seguintes, esta designação foi encurtada para o nome do autor e a data. A escolha das especialidades respeitou proporcionalmente o número total de teses durante o período considerado (2003-2012).

Anexo II – Contabilização de Movimentos e de Passos em introduções de teses IMRDC (Ciências)

	N.º de parágrafos (§) – total e por movimentos				Porcentagem (%)			N.º de parágrafos (§) – por passos																								
								Mov 1 – Delimitação da área de investigação					Mov 2 – Delimitação do nicho de investigação					Mov 3 – Ocupação do nicho														
	Total de Parágrafos	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	P 1 – Centralidade	P 2 – Contextualização	P 3 – Def. conceitos	P 4 – Rev. Lit.eratura	P 5 – Parâmetros	P 1A – Lacuna	P 1B – Neces./Problema	P 1C – Questões	P 1D – Inserção em Trad.	P 1E – Contra-argument.	P 1 – Objetivos	P 2 – Tarefas	P 3 – Métodos	P 4 – Materiais ou Objeto	P 5 – Resultados	P 6 – Produto/Modelo	P 7 – Importância	P 8 – Estrutura da Tese	P 9 – Estrutura dos Caps.	P 10 – Hipóteses	P 11 – Posic. Teór.	P 12 – Def. conceitos	P 13 – Parâmetros Invest.	P 14 – Aplicação	P 15 – Avaliação
PEREIRA_2004	279	265	6	58	94,9	2,1	20,7	2	263	200	263	0	6	0	0	0	6	0	50	0	0	0	13	0	0	0	0	0	6	6	0	0
CARAMELO_2009	12	1	3	9	8,3	25,0	75,0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	1	1	1	0	0	0	1	6	6	0	0	0	0	0	0	0
OLIVEIRA_2012	34	11	5	19	32,3	14,7	55,8	1	2	0	8	0	0	4	0	0	1	7	0	0	0	2	9	9	0	0	0	0	0	0	0	
SANTOS_2012	22	1	6	15	4,5	27,2	68,1	0	1	0	0	0	0	6	0	0	6	2	2	0	0	0	1	6	6	0	0	0	0	0	0	0
CRUZ_2004	85	80	4	48	94,1	4,7	56,4	0	3	33	80	33	3	4	0	0	1	0	44	0	0	0	3	0	0	0	0	0	44	0	0	
SANTOS_2004	19	10	1	9	52,6	5,2	47,3	0	10	10	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	7	7	0	0	0	0	0	0	0
ALMEIDA_2011	41	28	4	12	68,2	9,7	29,2	0	2	0	27	9	3	1	0	0	2	6	0	2	0	0	2	0	6	0	0	0	0	0	0	0
NETO_2006	98	71	4	33	72,4	4,0	33,6	40	4	26	49	0	4	0	0	0	1	11	13	0	2	0	1	16	16	0	0	0	0	11	0	0
CASTRO_2006	20	16	2	5	80,0	10,0	25,0	0	16	0	9	0	1	0	0	1	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAINE_2010	73	64	1	28	87,6	1,3	38,3	0	20	24	64	0	1	0	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	683	547	36	236	-	-	-	43	322	293	500	42	18	19	0	0	1	20	30	139	2	2	0	24	44	50	0	0	6	61	0	0
Médias	68,3	54,7	3,6	23,6	80	5,2	34,5	4,3	32,2	29,3	50,0	4,2	1,8	1,9	0	0	0,1	2,0	3,0	13,9	0,2	0,2	0	2,4	4,4	5,0	0	0	0,6	6,1	0	0

Anexo III – Contabilização de Movimentos e de Passos em introduções de teses por Tópicos (Ciências Sociais e Humanas/Humanidades)

10 Introduções de Ciências Sociais e Humanas/Humanidades (Modelo por Tópicos)	N.º de parágrafos (§) – total e por movimentos			Percentagem (%)			N.º de parágrafos (§) – por passos																										
	Total de Parágrafos	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	Mov 1 – Delimitação da área de investigação					Mov 2 – Delimitação do nicho de investigação					Mov 3 – Ocupação do nicho															
								P 1 – Centralidade	P 2 – Contextualização	P 3 – Def. conceitos	P 4 – Rev. Literatura	P 5 – Parâmetros	P 1A – Lacuna	P 1B – Necess./Problema	P 1C – Questões	P 1D – Inserção em Trad.	P 1E – Contra-argument.	P 1 – Objetivos	P 2 – Tarefas	P 3 – Métodos	P 4 – Materiais ou Objeto	P 5 – Resultados	P 6 – Produto/Modelo	P 7 – Importância	P 8 – Estrutura da Tese	P 9 – Estrutura dos Caps.	P 10 – Hipóteses	P 11 – Posic. Teór.	P 12 – Def. conceitos	P 13 – Parâmetros Invest.	P 14 – Aplicação	P 15 – Avaliação	
COSTA_2012	51	29	2	21	56,8	3,9	41,4	0	27	26	24	0	1	1	0	0	0	12	0	0	0	0	0	1	6	0	0	0	0	0	2	0	0
CARDINA_2011	56	52	3	26	92,8	5,3	46,4	0	25	0	50	0	2	1	0	0	0	1		22	0	0	0	2	0	0	23	0	0	0	0	0	
MONTEIRO_A_2011	76	15	4	60	19,7	5,2	78,9	0	14	0	0	0	0	4	0	0	4	1	35	57	0	0	0	19	19	0	0	0	35	0	0		
SANTOS_2011	79	3	29	74	3,7	36,7	93,6	0	3	0	0	0	2	0	27	0	0	9	5	31	47	0	0	5	20	0	0	0	4	0	0		
NUNES_2011	28	1	1	26	3,5	3,5	92,8	1	0	0	0	0	0	1	0	0	15	4	0	14	0	0	0	6	5	0	0	0	1	0	0		
CARVALHO_2010	149	13	16	123	8,7	10,7	82,5	0	13	0	0	0	3	0	4	0	9	3	0	23	37	0	0	2	4	0	0	80	20	0	0	0	
MACEDO_2010	40	3	2	37	7,5	5,0	92,5	0	1	0	2	0	0	0	2	0	0	6	0	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	36	0	0	
MONTEIRO_R_2011	30	23	2	18	76,6	6,6	60,0	2	10	11	13	0	0	2	0	0	0	0	0	11	0	2	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	
CORREIA_2011	37	10	1	23	27,0	2,7	62,1	0	1	1	21	1	0	1	0	0	5	0	0	18	0	0	1	5	5	0	0	0	18	0	0		
SILVA_2011	17	16	4	12	94,1	23,5	70,5	0	13	5	13	0	1	1	2	0	0	2	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0		
Totais	563	165	64	420	-	-	-	3	107	43	123	1	9	4	42	0	9	57	10	112	188	0	2	9	73	34	0	103	20	104	0	0	
Médias	56,3	16,5	6,4	42,0	29,3	11,3	74,6	0,3	10,7	4,3	12,3	0,1	0,9	0,4	4,2	0,0	0,9	5,7	1,1	11,2	18,8	0,0	0,2	0,9	7,3	3,4	0,0	10,3	2,0	10,4	0,0	0,0	

Anexo IV – Contabilização de Movimentos e de Passos: dados globais

	N.º de parágrafos (§) – total e por movimentos				Percentagem (%)			N.º de parágrafos (§) – por passos																								
								Mov 1 – Delimitação da área de investigação					Mov 2 – Delimitação do nicho de investigação					Mov 3 – Ocupação do nicho														
	Total de Parágrafos	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	Mov 1 – Delimit. da área	Mov 2 – Delimit. do nicho	Mov 3 – Ocup. nicho	P 1 – Centralidade	P 2 – Contextualização	P 3 – Def. conceitos	P 4 – Rev. Literatura	P 5 – Parâmetros	P 1A – Lacuna	P 1B – Neces./Problema	P 1C – Questões	P 1D – Inserção em Trad.	P 1E – Contra-argument.	P 1 – Objetivos	P 2 – Tarefas	P 3 – Métodos	P 4 – Materiais ou Objeto	P 5 – Resultados	P 6 – Produto/Modelo	P 7 – Importância	P 8 – Estrutura da Tese	P 9 – Estrutura dos Caps.	P 10 – Hipóteses	P 11 – Posic. Teór.	P 12 – Def. conceitos	P 13 – Parâmetros Invest.	P 14 – Aplicação	P 15 – Avaliação
Total C	683	547	36	236	-	-	-	43	322	293	500	42	18	19	0	0	1	20	30	139	2	2	0	24	44	50	0	0	6	61	0	0
Média C	68,3	54,7	3,6	23,6	80,0	5,2	34,5	4,3	32,2	29,3	50,0	4,2	1,8	1,9	0,0	0,1	2,0	3,0	13,9	0,2	0,2	0,0	2,4	4,4	5,0	0,0	0,0	0,6	6,1	0,0	0,0	
Total CSHH	563	165	64	420	-	-	-	3	107	43	123	1	9	4	42	0	9	57	10	112	188	0	2	9	73	34	0	103	20	104	0	0
Média CSHH	56,3	16,5	6,4	42,0	29,3	11,3	74,6	0,3	10,7	4,3	12,3	0,1	0,9	0,4	4,2	0,0	0,9	5,7	1,1	11,2	18,8	0,0	0,2	0,9	7,3	3,4	0,0	10,3	2,0	10,4	0,0	0,0
Total em 20 teses	1246	712	100	656	57,1	8,0	52,6	46	429	336	623	43	27	23	42	0	10	77	40	251	200	2	2	33	117	84	0	103	26	165	0	0
Média em 20 teses	62,3	35,6	5,0	32,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Página intencionalmente deixada em branco

A voz do canto na voz da fala: o arquivo de brasilidade tropicalista de Gilberto Gil da canção à política

Pedro Henrique Varoni de CARVALHO (UFSCAR)

pedro.varoni@hotmail.com

Resumo: Através de uma abordagem arqueológica buscamos analisar a produção de um sujeito do discurso, Gilberto Gil do acontecimento tropicalista até a política institucional na primeira década do século XXI no Brasil. O trabalho discute as mutações do discurso político considerando a aproximação entre o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o tropicalista Gilberto Gil quando da passagem do artista pelo Ministério da Cultura entre os anos de 2003 e 2008. O referencial teórico é a Análise do Discurso de Linha Francesa, sobretudo a partir das contribuições de Michel Pêcheux e Michel Foucault, em relação com a Semiótica da Canção concebida por Luiz Tatit. O estudo contribui para se pensar o discurso político nas democracias da América Latina, procurando ver a singularidade do diálogo entre a canção e a política no arquivo de brasilidade. Há uma estratégia tropicalista nos anos Lula, relacionada ao popular brasileiro, que dialoga com as ideias que circularam no cancionário de Gilberto Gil, sobretudo nos álbuns Refazenda, Refavela e Realce.

Palavras-chave: Discurso; Tropicalismo; Gilberto Gil; Arquivo de brasilidade; Semiótica da canção.

Abstract: The paper discusses the changes in political discourse considering the rapprochement between President Luis Inácio Lula da Silva and Gilberto Gil Tropicalia when the passage of the artist by the Ministry of Culture between 2003 and 2008. The theoretical framework is the analysis of the French discourse, especially from the contributions of Michel Paychex and Michel Foucault, in relation to the Song of semiotics conceived by Luis Tatit. The study helps to think about the political discourse in democracies in Latin America, trying to see the uniqueness of the dialogue between the song and the political Brazilianness in the file.

Keywords: Discourse; Tropicalismo; Archive of brazilian culture; Semiotic of the song.

1 Introdução

A relação complexa entre estrutura e acontecimento constitui um dos pontos centrais da teoria da Análise do Discurso de vertente francesa. São os acontecimentos discursivos que instauram a descontinuidade no coração da história, abalam a coerência de uma dada estrutura e tornam possíveis outras possibilidades de linguagem e de real. Um dos desafios dos estudos discursivos é entender como num determinado momento é possível dizer algo que nunca tinha sido dito. A ideia de novo é, porém, relativizada na medida em que toda formulação traz em si um domínio de memória não explicitado que constitui uma espécie de núcleo do sentido. À luz desse dispositivo teórico, partimos de um acontecimento discursivo. Em 2003, uma imagem circulou na mídia: a apresentação musical do Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, na sede da ONU, num ato contra o assassinato do embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo em Teerã. As músicas do compositor baiano fizeram o público, formado por funcionários da ONU e lideranças políticas, cantar e dançar temas pacifistas tanto do repertório de Gilberto Gil como de ícones da música pop mundial a exemplo de Bob Marley e John Lennon¹. Para interpretar esse acontecimento tendo por base a Análise do Discurso de orientação francesa, pareceu-nos necessário partir de uma outra ocorrência distante no tempo mais de 40 anos: o impacto do tropicalismo no ambiente midiático-cultural e político de final dos anos 1960. Esse ponto de partida orientou nosso trabalho na busca das relações entre a canção popular e a política no Brasil, que explicam a aproximação entre Gilberto e Luís Inácio Lula da Silva.

Essas inquietações resultaram na tese *A voz que canta na Voz que fala: Poética e Política na trajetória de Gilberto Gil*² em que propusemos a noção de arquivo de brasilidade como uma metodologia de análise do discurso a partir, sobretudo, da construção teórica de Michel Foucault (2004), aplicada as especificidades de nosso processo histórico. A ideia de arquivo derivada do pensamento do filósofo francês parte do conceito de enunciado compreendido antes como um signo do que uma unidade linguística e apresentando uma característica relacional. Trata-se do conjunto de regras que determinam o aparecimento ou apagamento de enunciados. O mecanismo de funcionamento do arquivo pode ser melhor elucidado com base nos conceitos de interdiscurso e intradiscurso (COURTINE, 2009). O interdiscurso, como instância de constituição do enunciado, refere-se ao domínio de saber de determinada formação discursiva. O lugar do interdiscurso é denominado por J. -J Courtine (2009) como eixo vertical. Já o intradiscurso se associa ao eixo horizontal em que os objetos desse saber são atualizados, na instância da enunciação.

O fundamento do tropicalismo, pela ótica de Gilberto Gil, é o encontro entre a cultura popular e o jovem *rock* inglês. Durante uma temporada em Pernambuco em 1968, o compositor percebe na Banda de Pífanos de Caruaru a mesma vitalidade das guitarras do jovem *rock* inglês e concebe junto com seus pares,

¹ Disponível em https://www.youtube.com/results?search_query=Gilberto+gil+na+onu, acessado em 22 de março de 2017.

² Tese defendida em julho de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa. Dra. Vanice Sargentini e publicada em 2015 com o mesmo título pela Ateliê Editorial.

como Caetano Veloso, Tom Zé, dentre outros, um projeto artístico-cultural que fundia os dois elementos, algo impensável na época. A aproximação com a cultura de massa e a busca de uma identidade brasileira aberta à alteridade iriam transformar o panorama artístico da Música Popular Brasileira, já marcado por intensos debates ideológicos. A influência do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE – União Nacional dos Estudantes – buscava, através da música, conscientizar as massas da necessidade de revolução socialista. De outro lado, o sucesso popular da Jovem Guarda, capitaneado por Roberto Carlos, era considerado pelos universitários engajados como uma manifestação da indústria cultural ao mesmo tempo alienada e alienante. A entrada em cena do Tropicalismo embaralhou o jogo discursivo a ponto de o movimento liderado pelos baianos ser classificado - não só no momento de sua irrupção, como também nos anos subsequentes - como “importado” (BOAL, 1979) ou então criticado em sua forma alegórica por apresentar “uma ideia atemporal do Brasil”, estetizando as contradições sociais (SCWARZ, 1978, p.73).

Aplicar o dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso para descrever-interpretar o tropicalismo consiste em nos atermos a dois eixos. O primeiro, o do intradiscursos, refere-se à relação do acontecimento tropicalista com o ambiente cultural, midiático e político do Brasil no final dos anos 1960. Já o segundo eixo, do interdiscursos, é caracterizado pelos domínios de memória articulados pelos enunciados tropicalistas, tais como a atualização da antropofagia modernista oswaldiana e as tradições populares nordestinas problematizando o tema das identidades num processo incipiente de globalização.

Ao analisar a história mais recente do Brasil, Suely Rolnik (2010) estabelece alguns padrões de subjetividades predominantes forjados nos anos da ditadura militar e ainda produzindo sentidos. A autora sugere categorias como “O militante em nós”, “o coronel em nós” e o “hippie em nós”. Na figura simbólica do militante e do coronel, por exemplo, há o predomínio da fixação em territórios simbólicos. O primeiro fechado na verdade histórica da luta de classes. O segundo procurando manter uma identidade fixa: a ditadura que delimita as subjetividades aceitáveis. O *hippie*, ao contrário, faz da busca pelo invisível o seu sentido, abrindo-se a toda sugestão do que Rolnik (2010) denomina corpo vibrátil. O conceito de subjetividade antropofágica utilizado pela autora no final dos anos 1980 buscava situar as experimentações da contracultura brasileira nas décadas anteriores, sobretudo a partir da atualização da antropofagia oswaldiana pelo Tropicalismo. Esse tipo de subjetividade hippie-tropicalista-antropofágica inscreve-se como resistência à sociedade disciplinar num contraponto à figura do “burguês” em sua versão *hollywoodiana* do pós-guerra, e busca sobreviver à truculência da ditadura militar. Artistas que surgem nos Festivais de Música dialogando com os recursos cenográficos da televisão, Caetano Veloso e Gilberto Gil vivem um período no exílio londrino no auge da contracultura e retornam ao Brasil produzindo canções que sinalizam movimentos poéticos e políticos e se fazem presente no deslocamento do artista - ministro para o campo político institucional.

Essas marcas são mais visíveis na trilogia composta por Gilberto Gil, nos anos 1970, em que a

regularidade é a presença do prefixo *re* para conceituar três álbuns lançados em intervalos de dois anos: “Refazenda” (1975), “Refavela” (1977) e “Realce” (1979). Trabalhos sintomáticos da passagem antropofágica do nacional popular para o pop transnacional, algo que reencontraremos como pretendemos demonstrar, no discurso político de Lula. A proposta da Refazenda era voltar-se para a ordem da natureza, a sabedoria oriental dos ciclos similar à cultura cabocla do interior do nordeste: *Abacateiro acataremos teu ato/ Nós também somos do mato/ Como o pato e o leão*. O clima do disco reflete a busca pela reconstrução da sociedade inspirada nas comunidades alternativas, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, através de uma convocação para a restauração depois das exaustivas viagens lisérgicas do período da contracultura (FONTELES, 1999, p.14) Dois anos depois, *Refavela* (1977) é um álbum de proposta mais urbana. O disco foi gravado depois de uma viagem de Gil a África para participar de um Festival de Arte e Cultura Negra em Lagos, capital da Nigéria. A visão das populações pobres africanas inspirou o compositor a fazer uma relação com o que existia no Brasil, como ele mesmo comenta: A letra da canção título dialoga com a convivência entre a zona sul carioca e os morros e antecipa o projeto de ascensão social das classes mais baixas, norteadora política do Governo Lula: *A refavela/ Revela aquela/ Que desce o morro e vem transar/ O ambiente/ Efervescente/ De uma cidade a cintilar/ A refavela/ Revela o salto/ Que o preto pobre tenta dar/ Quando se arranca/ Do seu barraco/ Prum bloco do BNH*. *Realce* (1979) capta as mutações pela intensificação dos fluxos de informação e pessoas na sociedade globalizada. É um diálogo com a espetacularização de todas as esferas da vida pública, mas buscando ver além da superfície das formas fluidas, como enfatiza o autor. Por detrás da aparente frivolidade da música – *Quanto mais purpurina melhor* – havia o que Gilberto Gil denominava “superfície do profundo”³: *Não se incomode/ O que a gente pode, pode/ O que a gente não pode, explodirá/ A força é bruta/ E a fonte da força é neutra/ E de repente a gente poderá*.

Não se trata mais de afirmar a antropofagia como conceito orientador do fazer artístico, mas de fazer da antropofagia a própria estratégia político-midiática de uma brasilidade contemporânea, com lastro na cultura popular, mas disposta a se reinventar no fio que liga a memória à contemporaneidade. Como em *Jeca total*, composição de Gilberto Gil, de 1975, em que se observa uma transformação da imagem do brasileiro – conforme Gil: “paupérrimo, esfarrapado e cheio de verme” – para um novo ciclo de politização das massas, inclusive a partir da influência dos meios de comunicação. A letra de *Jeca total* (canção gravada em *Refazenda*), fala na utopia de uma transformação política:

Jeca Total deve ser Jeca Tatu/ Presente, passado/ Representante da gente no senado/ Em plena sessão/ Defendendo um projeto/ Que eleva o teto/ Salarial no sertão/ Jeca Total deve ser Jeca Tatu/ Doente curado/ Representante da gente na sala/ Defronte da televisão/ Assistindo Gabriela/ Viver tantas cores/ Dores da emancipação/ Jeca Total deve ser Jeca Tatu/ Um ente querido/ Representante da gente no olimpo/ Da imaginação/

³ Manifesto de “Realce”. 1980. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=27&page=3&id_type=3. Acesso em 22 de março de 2017.

Imaginacionando o que seria a criação/ De um ditado/ Dito popular/ Mito da mitologia brasileira.

O *Jeca total* é o equivalente rural do preto “pobre que se arranca do seu barraco prum bloco do BNH”, de *Refavela*. Gilberto Gil tematiza essa relação entre o desbravamento de novos mundos tendo por guia os desejos e afetos e a fidelidade a um núcleo imaginário/identitário. Em *Aquele abraço*, de 1969, o compositor canta: *Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço/ A Bahia já me deu régua e compasso/ Quem sabe de mim sou eu - aquele abraço!* Rolnik (2010) ao caracterizar a subjetividade tropicalista, observa como “em seus corpos, história e geografia são totalmente indissociáveis. Sabem que a geografia incorporal de seus afetos é inseparável da história factual de seus territórios” (ROLNIK, 2010, p.148) Se a antropofagia é, como vimos, referência explícita no Tropicalismo, a *baianidade* é o centro do interdiscurso na expressão dos artistas, na medida em que se faz presente na sua formulação nem sempre de maneira consciente. A *régua* e o *compasso* são as medidas simbólicas do movimento dos afetos por novas geografias, instrumentais dados ao cartógrafo pela terra-mãe.

2 A voz que canta e a voz que fala na canção popular

As mutações trazidas pelo tropicalismo não podem ser pensadas fora da série histórica da canção popular brasileira, por onde se dá a ponte entre Caymmi, o samba, a bossa nova e o baião de Luiz Gonzaga com a obra de Gilberto Gil. A história da música popular brasileira é indissociável desses indivíduos que se tornam sujeito no ofício de dar forma à canção, o cancionista. Luiz Tatit (2002) compara o cancionista a um malabarista cujos instrumentos de trabalho são a língua e a música. Gesticulador intuitivo, às vezes lírico ou oportunista, o cancionista por vezes prioriza a maneira de dizer – a palavra entoada na linha melódica – em relação ao que é dito. O autor relembra uma intuição que teve Gil como protagonista e que seria um dos fundamentos de sua teoria – o de que a canção é um prolongamento da fala. Num show na década de 1970, o cantor baiano interpretava sambas de Germano Mathias com uma dicção muito próxima da fala: “texto coloquialíssimo e inspiração cristalina. Era o Gil falando sobre os acordes percussivos de seu violão” (TATIT, 2002, p.12).

O aspecto da fala camuflada na canção tem uma implicação nesse “lugar” social ocupado pela música popular no Brasil. O compositor apropria-se da linguagem das ruas, transformada em melodia, para ocupar um espaço social de enunciabilidade. Historicamente, a música brasileira foi utilizada pelos compositores para mandar “recados” seja no universo da cultura caipira, nas tradições populares do nordeste ou no nascente samba.

3 O fim da canção: crise da voz que fala na voz que canta

A geração de cancionistas dos anos 1960 expandiu a elaboração poética e musical, ampliando as relações políticas, estéticas e comportamentais em torno do fenômeno da canção. A continuidade dessa forma de canção popular é condicionada à inscrição de outras singularidades – os *jovens à vista* referidos por Chico Buarque⁴ –. O movimento predominante, entretanto, tem sido mais o de mimetizar as fórmulas do que instaurar outras séries discursivas a partir de um domínio de memória. Há uma espécie de interrupção do fluxo que liga o passado da canção a seu futuro: a perda das linhas de continuidade.

A propagação do fim da canção se torna um acontecimento discursivo no início do novo século, sobretudo por ter sido protagonizada por um dos nossos maiores cancionistas. Em entrevista à Folha de São Paulo, em fevereiro de 2004, Chico Buarque de Hollanda argumentou que talvez a canção popular começasse a dar mostras de esgotamento, sendo um fenômeno do século XX: “Noel Rosa formatou essa música nos anos 30. Ela vigora até os anos 50 e aí vem a bossa nova que remodela tudo”. (NAVES, 2010, p.95). Chico Buarque contrapõe o fim da canção à difusão de outros estilos como o rap. Luiz Tatit (2012) observa que, cada vez mais, se compõem e gravam canções dos mais variados estilos no país⁵. Não há, portanto, possibilidade de fim da canção se tomarmos por referência a produção do discurso. Mudaram, entretanto, tanto o lugar ocupado pela canção na organização social quanto às condições de produção e circulação. Nos anos 1960, existia uma centralização da produção nos estúdios da TV Record em São Paulo. Havia um efeito discursivo de representação de todo o panorama da música brasileira em programas como o de Elis Regina, da Jovem Guarda, dos tropicalistas. Esse conteúdo gerava uma espécie de pacto de recepção simbolizado pela escuta atenta de uma audiência que procurava desvendar as metáforas de resistência à ditadura, reconhecendo na voz dos nossos maiores cancionistas a sinalização dos caminhos do país.

Os *rappers* das periferias urbanas não deixam de ocupar o lugar dos primeiros sambistas, manobrando recados das ruas, refazendo a ponte entre o popular e o mercado. Trata-se de um avanço social em relação à canção engajada dos anos 1960, que buscava falar no lugar do outro. Mano Brown, nos versos de *Negro drama*, acentua a proximidade em seu trabalho entre a voz que canta e a voz que fala: *Eu não li/ Eu não assisti/ Eu vivo o negro drama/ Eu sou o negro drama/ Eu sou fruto do negro drama*.

O psicanalista Tales Ab’Saber (2012) estabelece uma relação entre a crise de transmissibilidade na música popular brasileira e a ascensão de Lula ao poder a partir da análise da voz do líder metalúrgico tornado Presidente. O psicanalista busca articular a expressão de Lula a um domínio de memória: a relação dos artistas e intelectuais de esquerda com setores populares nos anos 1960. É necessário retomar uma das

⁴Referimo-nos à letra de *Paratodos*, música de Chico Buarque que homenageia os grandes cancionistas brasileiros numa articulação com os sotaques regionais: *o meu pai era paulista/ meu avô pernambucano/ o meu bisavô mineiro/ meu tataravô baiano/ meu maestro soberano/ foi Antônio Brasileiro/ [...] Salve Edu, Bituca, Nara/ Gal, Betânia, Rita, Clara/ Evoé, jovens à vista*.

⁵ Em depoimento gravado no DVD *O fim da canção* (Luiz Tatit, Zé Miguel Wisnik, Arthur Nestrovski). SESC São Paulo, 2012.

cenar de *Terra em transe*, de Glauber Rocha, em que o personagem Paulo Martins (um jornalista de origem oligárquica convertido ao socialismo) tapa a boca de um líder sindical para realçar a sua ignorância: “Estão vendo quem é o povo. Um analfabeto, um imbecil, um despolitizado”. Para o psicanalista, Lula era o trabalhador articulador e portador da verdade calado por Paulo Martins e pelo golpe militar como mostra a famosa cena de *Terra em Transe*.

A indicação e permanência de Gilberto Gil no Ministério da Cultura é um acontecimento que relativiza o descompasso apontado por Ab’Saber (2011,2012) entre o discurso dos cancionistas dos anos 1960 e a voz de Lula. Não se pode negar que o processo histórico de constituição e circulação do discurso do Partido dos Trabalhadores é permeado pela influência da intelectualidade de esquerda que está na base da canção universitária dos anos 1960⁶. É possível tomar a ascensão de Lula ao poder a partir da retomada dos erros históricos da esquerda, simbolizada pela atitude do intelectual jornalista de *Terra em transe* diante do líder sindical. O filme impulsionou Caetano Veloso a conceber o projeto tropicalista. O parceiro de Gil via, nessa mesma cena, objeto do comentário de Ab’Saber (2001,2012) a crítica ao que ele denomina de populismo de esquerda, o que “libertava a mente para enquadrar o Brasil de uma perspectiva ampla, permitindo miradas críticas de natureza antropológica, mítica, mística, formalista e moral com que nem se sonhava” (VELOSO, 1997, p. 105).

A influência de *Terra em transe* no Tropicalismo é o elemento interdiscursivo que permite relacionar os movimentos da esquerda nos anos 1960 à voz de Lula como emergência do popular construído nas margens da resistência à ditadura. Glauber criou uma alegoria a partir de um país imaginário, *Eldorado*, com referências ao contexto brasileiro que resultaram na ditadura: o populismo, o carnaval, as pretensões da esquerda engajada. Paulo Martins era o herói arrogante de uma esquerda nacionalista que se julgava próxima ao poder e foi surpreendida pelo golpe de 1964. A nervura da ruptura tropicalista no campo da canção popular – para a qual *Terra em transe* teve um papel relevante – foi a identificação de um outro tipo de populismo – o de esquerda –, cuja matriz é o projeto do CPC de falar do lugar do outro, projeto derrotado pela ditadura de direita. Xavier (1993) vê, na estética tropicalista, a perda da inocência diante das forças conservadoras e modernas que geraram o golpe militar em 1964 na sua relação com a indústria cultural.

As projeções da formação discursiva de esquerda de base marxista sobre a emergência da liderança política de Lula não mais correspondiam a real expressão do sindicalista a caminho da Presidência da República, suavizando sua imagem e discurso, aderindo à ordem do capitalismo financeiro e sinalizando alianças com setores conservadores da política nacional. É no interior das mudanças nessas práticas

⁶André Singer (2012) reconstituiu a fundação do PT em São Paulo em 1980 para realçar a forte presença dos intelectuais de esquerda com a proposta de criar uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. Além dos intelectuais e lideranças sindicais (das quais Lula era a mais forte expressão), o PT também foi constituído pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs). A esse respeito, consultar Singer (2012, p.89). É de se notar também a participação de artistas como Chico Buarque nas campanhas eleitorais de Lula nas disputas contra Collor e FHC.

discursivas – entre a tradição do pensamento marxista como origem petista e sua adequação ao real histórico – que se pode pensar aproximação entre Lula e o Tropicalista Gilberto Gil.

O processo de legitimação eleitoral de Lula – escolhido Presidente do Brasil em 2002 depois de três derrotas e reeleito em 2006 – é indissociável das metamorfoses discursivas. André Singer (2012) observa como, na condição de partido do governo, Lula passa a priorizar discursivamente sua trajetória pessoal: a origem de imigrante nordestino que foi trabalhar como operário nas indústrias paulistas. A mudança demarca uma nova polarização – entre ricos e pobres – que sustentará o seu discurso no lugar da antiga diferenciação entre classes sociais ou esquerda e direita predominante no discurso da fundação do PT. O resultado é o abandono da base socialista e uma nova forma de populismo dirigida simultaneamente aos brasileiros e aos atores internacionais. Lula se torna uma liderança mundial, “o cara”, no famoso enunciado proferido pelo Presidente norte-americano, Barack Obama, sintetizando o que Ab’Saber (2012) denomina de carisma pop. O “carisma pop” lulista conjuga, em suas práticas, uma habilidade midiática através de uma linguagem que, de um lado, fala diretamente aos setores populares brasileiros e, de outro, surge como manifestação de uma nova voz do Brasil no jogo financeiro/simbólico internacional. O Presidente articula – no duplo movimento da inscrição na ordem capitalista e do mecanismo interno de dar “voz” aos setores populares – um pacto social criando, dessa forma, uma blindagem crítica que teria produzido efeitos também sobre o discurso artístico, coincidindo com o propagado fim da canção sugerido por Chico Buarque. O processo teria transformado o “ex-pau-de-arara, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, ex-socialista petista, no novo mago do capitalismo periférico ou semiperiférico”⁷ (SABER, 2011, p.25).

O Lula eleito se distancia do discurso socialista e articula, através do convite ao tropicalista Gilberto Gil para ocupar o Ministério da cultura, a ponte político-midiática que ajudaria a dar forma ao seu governo. É como se, diante da impossibilidade de fugir das formações discursivas/econômicas do capitalismo globalizado, o discurso do petista encontrasse no Tropicalismo antropofágico o lastro necessário para a singularidade da articulação entre o popular brasileiro e o pop cosmopolita, síntese da produção discursiva de Gilberto Gil⁸. O carisma pop de Lula desloca-se dos modelos do nacional popular da esquerda dos anos 1960 para se tornar *brasileirinho pelo sotaque, mas de língua internacional*, como antecipava a *Refavela* de Gil nos anos 1970.

A referência é a figura do *Jeca total*, o antropofágico, o sertanejo que capta nas ondas do rádio, nas cores da TV, na conexão rápida da banda larga, os caminhos da emancipação, que o fazem também produtor e não mero espectador do entretenimento e da informação massiva. A linha que vai dos repentistas aos *rappers* é a voz popular que fala através do canto. Lula, à sua maneira, também é o *Jeca total*: entra na política

⁷ Ab’Saber (2011, p.25).

⁸ É importante salientar que o foco desse trabalho não torna possível o aprofundamento da ideia de funcionamento dos arquivos tropicalistas no discurso de Lula, mas ainda assim é importante observar como a escolha de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura está envolta no funcionamento dos *arquivos de brasilidade*, nas relações entre a canção e a política.

como a voz que fala na linha que liga o imigrante nordestino ao operário industrial: *Representante da gente no senado/ Em plena sessão/ Defendendo um projeto/ Que eleva o teto salarial no sertão.*

Esse é o sentido que está por trás da declaração de Caetano para Gil, quando o companheiro tropicalista assume o Ministério da Cultura: “Você corre o risco de ser o Lula do Lula” (COSTA, 2011, p.43). O enunciado de Caetano joga com duas forças simbólicas. A primeira representada pela chegada ao poder do ex-operário e ex-líder sindical, a outra a trajetória do tropicalista que movimentou o *arquivo de brasilidade* com miradas “místicas, míticas e antropológicas” (VELOSO, 1996). Se a primeira força se dá a partir da formação discursiva petista, a segunda sugere uma ampliação tropicalista/antropofágica do imaginário da canção para o real histórico. Assim os papéis do Ministro e do artista se encontraram muitas vezes durante o período de cinco anos em que ele permaneceu à frente das políticas culturais brasileiras, como demonstra as apresentações na ONU, sugerindo o papel de embaixador cultural da brasilidade. O Ministro defende uma concepção de cultura em três eixos –econômico simbólico e cidadão- e estimula a mediação da cultura popular através de ilhas de edição e internet banda larga para a difusão dos pontos de cultura. O lastro da canção popular da geração surgida nos anos 1960 criou raízes no *arquivo de brasilidade* e se faz ouvir como interdiscurso na voz política dos anos Lula– tanto na dimensão do popular brasileiro quanto na do *pop* cosmopolita.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Tales. **Lulismo pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.

AB'SABER, Tales. A voz de Lula. Revista Serrote, São Paulo, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2012/03/a-voz-de-lula-por-tales-absaber/>. Acesso em 08 dez. 2012.

BOAL, Augusto. Que pensa você do teatro brasileiro? **Arte em Revista**, São Paulo, Kairos, ano 1, n. 2, p. 40-44, maio-ago. 1979.

CALADO, Carlos. **Tropicália**: a história de uma revolução musical. São Paulo: Editora 34, 1997.

CAMPOS, Augusto. **O balanço da Bossa e outras bossas**. São Paulo, Perspectiva, 1968.

COSTA, Eliane. **Jangada digital**. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009 a.

COURTINE, Jean-Jacques. A estranha história da Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009b. p. 11-29.

DUNN, Christopher. **Brutalidade jardim**: a tropicália e o surgimento da contracultura brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FAVARETTO, Celso. **Tropicália**: alegoria, alegria. 4 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2007.

FONTELES, Bené. **Gil luminoso**: a pó-ética do ser. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: SESC, 1999.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004 a.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.
- GIL, Gilberto. Recuso + Aceito = Receita. **O Pasquim**, 19 a 25 de agosto de 1970. Disponível em: <<http://tropicalia.com.br/eubioticamente-atraidos/verbo-tropicalista/recurso-aceito-receito>>. Acesso em 03 mar. 2013.
- GUATTARI, Felix. **Manifesto de “Realce”**. 1980. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=27&page=3&id_type=3. Acesso em 22 ago. 2011.
- GUATTARI, Felix. **Gilberto Gil**. Série Encontros. Apresentação de Ana de Oliveira. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.
- GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**. CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2007.
- LOPES, Cássia. **Gilberto Gil**: a política e a poética do corpo. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MALDONADO, Mauro. **Raízes errantes**. São Paulo: Editora SESC-34, 2004.
- MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MELLO, Zuza Homem. **A era dos festivais**: uma parábola. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MOTTA, Nelson. A cruzada tropicalista. In: COELHO, Frederico; COHN, Sérgio. **Tropicália**. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. p. 25-26.
- NAVES, Santuza Cambraia. **Canção popular no Brasil**: a canção crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- NOBRE, Marcos; ZAN, José Roberto. A vida após a morte da canção. **Revista Serrote**, São Paulo, n. 6, nov. 2010. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2011/07/a-vida-apos-a-morte-da-cancao/>. Acesso em 19 set. 2012.
- NUNES, José Horta. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In: ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003, p.43-77.
- OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ORLANDI, Eni. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. In: **Língua e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1981. p. 7-32.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes: Campinas, 1997a.

- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.
- ROSA, Virgínia de Almeida. Imagens da escuta: traduções sonoras de Pixinguinha. In: SALIBA, Elias Thomé; MORAES, José Geraldo Vinci de. (Org.). **História e música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 163-216.
- RENNÓ, Carlos (Org.). **Gilberto Gil**: todas as letras. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- RISÉRIO, Antônio; GIL, Gilberto. **O poético e o político e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ROLNIK, Suely. Políticas da hibridização: evitando falsos problemas. In: LIMA, Elizabeth Araújo; FERREIRA NETO, João Leite; ARAGON, Luís Eduardo. (Org.) **Subjetividades contemporâneas**: desafios teóricos e metodológicos. Curitiba: Editora CVR, 2010, p. 15-25.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre, Sulina: Editora da UFRGS, 2011.
- SALIBA, Elias Thomé; MORAES, José Geraldo Vinci de. (Org.). **História e música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010.
- SALOMÃO, Waly. **Armarinho de miudezas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- SARGENTINI, Vanice. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 70-111.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- SIQUEIRA, Mauricio; ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz. **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003 – 2010: Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**: o social e o político na Pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 2001a.
- TATIT, Luiz. **O Cancionista**: composições de canções no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- TATIT, Luiz. **O século da canção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- TATIT, Luiz. **Semiótica da canção**. São Paulo: Escuta, 2007.
- TURINO, Célio. **Pontos de cultura**: o Brasil de baixo pra cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- WISNIK, José Miguel. **Sem receita**: ensaios e coleções. São Paulo: Publifolha, 2004.
- WISNIK, José Miguel; SQUEFF, Enio. **Música**: o nacional e o popular na cultura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- XAVIER, Ismael. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal. São Paulo: Brasiliense, 1993

Página intencionalmente deixada em branco

Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no discurso diplomático onusiano de Dilma Rousseff e François Hollande

Rafael Batista ANDRADE (UFMG/ IFMG - Congonhas)
rafael.andrade@ifmg.edu.br

Resumo: No dia 27 de setembro de 2015, foi realizado o Encontro de líderes globais sobre "Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para a ação" em Nova York. Neste trabalho, analisamos o pronunciamento da então presidente brasileira Dilma Rousseff e do então presidente francês François Hollande nesse evento realizado pela ONU. Assumimos que as estratégias apreendidas nos textos enunciados por esses atores sociais são delimitadas não apenas pelo discurso político, mas sobretudo pelo discurso diplomático onusiano. Buscamos, assim, evidenciar que a problematização desse tema emerge da mobilização de procedimentos próprios do discurso diplomático. Os pressupostos teórico-metodológicos utilizados são os estudos sobre discurso diplomático de Cohen-Wiesenfeld e Constance Villar, o estudo de Krieg-Planque em torno do discurso institucional e algumas categorias teórico-metodológicas propostas por Dominique Maingueneau. Esperamos demonstrar as estratégias linguístico-discursivas que caracterizam o gênero de discurso pronunciamento de chefes de Estado em encontros da ONU, colocando em evidência a questão da igualdade de gênero sob um prisma discursivo particular a partir de uma cena específica da comunicação política: as relações diplomáticas no quadro institucional da ONU.

Palavras-chave: Discurso diplomático; Discurso institucional; Chefe de Estado; Pronunciamento; ONU.

Abstract: On September 27th 2015 a meeting was held by global leaders about "gender equality and the empowerment of women, a commitment to take action" in New York. In this work we will analyse the proclamation made by then Brazilian president Dilma Rousseff and then French president Francois Hollande at this event held by the UN. We assume that the strategies attached to the texts released by these social actors are limited not only by their political discourse but most of all by UN diplomatic discourse. Therefore, we seek to show that the problems of this subject emerge from the very use of diplomatic discourse procedures. The theoretical methodologies used are the studies on diplomatic discourse by Cohen-Wiesenfeld and Constance Villar, the study by Krieg-Planque on institutional discourse and some of the theoretical methodologies proposed by Dominique Maingueneau. We hope to show the linguistic-discourse strategies that characterise the genre of discourse by heads of state in UN meetings, placing as evidence the question of gender equality under a specific discursive prism from this specific scene of political communication, diplomatic relations in the institutional frame of the UN.

Keywords: Diplomatic discourse; Institutional discourse; Heads of state; Proclamation; United Nations.

1 Introdução

O discurso político de Presidentes da República tem sido tomado como objeto de estudo por diversos pesquisadores no âmbito da linguística contemporânea, principalmente no que diz respeito ao campo disciplinar da Análise de Discurso. Não obstante, a diversidade das situações sociais que envolvem a produção discursiva desses atores sociais destaca cada vez mais um lado de suas características multifacetadas que ainda necessita ser investigado. Este é o caso dos pronunciamentos de Presidentes da República / chefes de Estado em fóruns (debates e encontros) promovidos pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) ao qual nos dedicamos no presente artigo.

Para esse estudo, selecionamos os pronunciamentos da então presidente brasileira Dilma Rousseff e do então presidente francês François Hollande realizados no dia 27 de setembro de 2015, em Nova York, durante o Encontro de líderes globais sobre "Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para a ação". A seleção de Brasil e França justifica-se pela diferença de *status* entre os dois Estados dentro da ONU: o Brasil é membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), enquanto a França é membro permanente desse órgão.

Ao constatar essa distinção, tecemos os seguintes questionamentos que orientaram a presente pesquisa: essa diferença de *status* entre Brasil e França na ONU refletiria nesse gênero de discurso? Quais seriam as restrições impostas por essa instituição ao gênero de discurso pronunciamento de Presidentes da República / chefes de Estado na Assembleia Geral das Nações Unidas? O tipo de discurso predominante nos dois textos que formaram o *corpus* do presente estudo seria mesmo o discurso político?

Com a finalidade de respondermos essas questões, e outras mais pontuais, que elucidarão um fato ainda pouco estudado no âmbito da Análise do Discurso, elaboramos este artigo a partir da seguinte organização. Em primeiro lugar, tomamos a ONU enquanto um órgão produtor de discursos institucionais a fim de estudar os textos do *corpus* segundo a abordagem de Krieg-Planque. Em segundo lugar, descrevemos o tipo de discurso dos pronunciamentos de Presidentes da República / chefes de Estado na Assembleia Geral das Nações Unidas. Na seção 4, estudamos as características da cena genérica dos referidos pronunciamentos. Na seção 5, apresentamos as análises do *corpus* com base nas noções de vocabulário, intertextualidade e *éthos* discursivo. Nessas cinco seções, o arcabouço teórico-metodológico é apresentado concomitantemente com o cumprimento de seus objetivos. Por fim, são apresentadas as considerações finais na seção 6.

2 O discurso institucional onusiano de chefes de Estado

Um ponto de partida primordial para iniciarmos a abordagem discursiva do pronunciamento dos Presidentes da República / chefes de Estado Dilma Rousseff e François Hollande é enquadrar os textos que constituem o nosso *corpus* na abordagem dos discursos institucionais (KRIEG-PLANQUE, 2014). De acordo com a autora, "dentro de toda organização, existem pessoas e / ou serviços que possuem a tarefa de contribuir para a produção de discursos, em particular sob o jogo de regularidade e de normas¹" (KRIEG-PLANQUE, 2014, p. 32). Logo, a descrição desses pronunciamentos conforme essa perspectiva teórico-metodológica depende da observação de alguns dados históricos dessa instituição que nos permitirão compreender as contribuições de Presidentes da República / chefes de Estado para uma parte relevante da produção discursiva da/ na ONU.

A data oficial de origem das Nações Unidas foi 24 de outubro de 1945. Nesse momento, surgiu o documento fundador dessa organização internacional, a Carta da ONU², ratificada pela maioria dos 51 Estados signatários desse documento. Atualmente, a instituição conta com 193 Estados membros que são representados por um órgão deliberante, a Assembleia Geral. Esse documento confere legitimidade a essa organização para adotar medidas em relação aos problemas que a humanidade enfrenta em nível internacional.

Alguns temas dos quais essa instituição se ocupa frequentemente são: paz e segurança, mudança climática, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, igualdade de gêneros etc. Para compreendermos o papel do Presidente da República / chefe de Estado dentro dessa organização, e frente a esses temas, é preciso levar em conta o objetivo de seus diferentes órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Administração Fiduciária, Corte Internacional de Justiça e Secretaria. A própria existência desses seis principais órgãos da ONU mostra que os analistas de discurso interessados em estudar a produção discursiva dessa instituição encontram várias pessoas responsáveis pela produção de discursos onusianos alocadas em diferentes órgãos.

No presente trabalho, focalizamos a Assembleia Geral. Trata-se de um órgão representante, normativo e deliberativo da ONU. Ele é o único órgão que alcança uma representação universal, já que, durante cada ano, realiza-se um debate geral no Salão da Assembleia Geral em Nova York que conta com a presença de numerosos chefes de Estado. Nesse evento e em outros, eles expressam suas opiniões sobre um tema pré-determinado. Vemos, então, que os Presidentes da República possuem dentro desse órgão um papel específico do qual, a nosso ver, emerge a produção de discursos particulares. Por isso, dedicamo-nos

¹Tradução livre de : "dans toute organisation, il existe des personnes et / où des services qui sont en charge de contribuer à la production de discours, en particulier sous le jour de régularités et de normes".

² Disponível em: <http://www.un.org/es/charter-united-nations/index.html>. Acesso em: 23 out. 2016.

aqui à análise dos pronunciamentos da então Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, e do então Presidente da República da França, François Hollande.

Pretendemos, assim, mostrar algumas coerções linguístico-discursivas no pronunciamento desses Presidentes da República não apenas enquanto chefes de Governo, mas sobretudo enquanto chefes de Estado. Por tanto, a partir desse momento, utilizaremos preferencialmente o termo chefe de Estado para enfatizar este papel social imposto pelo quadro institucional da ONU: representante de um Estado Membro da ONU. Ao perseguirmos esse objetivo, levamos em conta uma consideração abordada no estudo de Duchêne (2004). O autor buscou compreender a imagem que a instituição projeta sobre ela mesma a partir da análise da ata dos debates realizados na ONU. Para ele, nessa instituição, podemos encontrar um conjunto de discursos como o político, o administrativo, o diplomático e o jurídico. Logo, cabe-nos descrever a qual desses tipos de discurso devemos associar o gênero de discurso pronunciamento de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU. Passemos, pois, à seção dedicada a essa problemática.

3 O discurso diplomático onusiano dos pronunciamentos de chefes de Estado

Maingueneau (2016) defende a relação de reciprocidade entre as categorias de tipo e gênero de discurso. Nesse sentido, tendo em vista a seleção do gênero de discurso pronunciamento de chefes de Estado na Assembléia Geral das Nações Unidas, defenderemos a tese de que o tipo de discurso que deve ser associado a ele é o diplomático. Dentro do quadro teórico-metodológico de Maingueneau (2016), deparamo-nos aqui com a necessidade de descrever o que o autor denomina cena englobante. Essa categoria é definida como uma cena que corresponde a um tipo de discurso: diplomático, administrativo, político, jurídico etc. Vejamos então alguns dados sociais colhidos a partir da pesquisa empreendida por nós que justificam a classificação dessa cena englobante enquanto discurso diplomático.

No artigo 4º da Carta das Nações Unidas, observa-se que a principal condição para que os Estados sejam membros dessa organização é aceitar as obrigações estabelecidas nesse documento de diplomacia multilateral. Algumas dessas obrigações podem ser ilustradas pelo conteúdo do artigo 1º da Carta, que trata justamente dos Propósitos das Nações Unidas: manter a paz e a segurança internacionais; fomentar entre as nações relações de amizade; realizar a cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário; servir de centro que harmonize os esforços das nações para alcançar estes propósitos comuns.

Na definição de discurso diplomático encontrada, por exemplo, no estudo de Cohen-Wiesenfeld (2008, p. 6), todas essas características que apontamos a partir da Carta da ONU podem ser percebidas. Para a autora, o discurso diplomático consiste em conciliar a defesa de interesses nacionais com compromissos constantes em defesa da paz. Essa característica emerge nas/das negociações, sendo que a negociação

diplomática não procura evitar ou ignorar os conflitos de interesses, inerentes às relações internacionais, mas, sim, em última análise, evitar o fracasso das relações de paz.

Assim, tomamos os debates e encontros realizados pela Assembleia Geral da ONU como um tipo de negociação diplomática. Assumimos que deles emergem opiniões e considerações de diferentes membros, efetivando a representatividade de cada Estado dentro dessa instituição e se constituindo uma coletividade que representa a comunidade internacional. Tal fato nos levou a trabalhar com a hipótese de que os pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU poderiam sofrer coerções linguístico-discursivas do discurso diplomático. Isso por julgarmos que os posicionamentos de seus enunciadores seriam enquadrados segundo modalidades das duas principais situações do funcionamento da diplomacia multilateral. Ilustramos essas modalidades de funcionamento a partir do excerto a seguir no qual se pode constatar que uma forma construtiva da diplomacia multilateral é a realização de encontros de alto nível.

dentro de uma dimensão construtiva (organização de conferências, mediação ou arbitragem por uma organização internacional, resolução em favor de um Estado, mediação, enquete para terceiros, encontros de alto nível, conferências internacionais) ou em situações de crise (boicotagem de conferências, resolução contra um Estado, apoio a personalidades de oposição exiladas) (VILLAR, 2006, p. 32) ³.

Além desses fatos, apresentamos ainda outros dois aspectos que contribuem para a classificação dos textos do *corpus* como produtos de práticas diplomáticas no seio da cena englobante do discurso diplomático. O primeiro dado é o próprio conceito de *raison d'état* e da instauração de uma forma moderna no tratamento das relações internacionais. Passemos, pois, para a contextualização desses acontecimentos históricos que nos serviram de justificativa para a análise da referida categoria desde uma perspectiva sócio-histórica.

Verificamos que foi na França do século XVII, com o cardeal Richelieu, que as relações internacionais passaram a ser baseadas na concepção de Estado / nação. A partir desse momento, a França tomou como objetivo permanente os próprios interesses nacionais, ou seja, os interesses de seu Estado/Nação. Foi por esse motivo que Richelieu passou a ser considerado o pai do moderno sistema de Estados. De acordo com Kissinger (2012, p. 42), Richelieu tomou partido dos príncipes protestantes "segundo o que hoje chamaríamos interesse da segurança nacional e foi então rotulado - pela primeira vez - de *raison d'état*". Com isso, ele contrariou os interesses do Sacro Imperador Romano, o Habsburgo Fernando II, na sua tentativa de re-estabelecer a universalidade católica e eliminar o protestantismo na Europa Central. Deu-se origem, assim, à Guerra dos Trinta Anos em 1618. Ela chegou ao fim com o Tratado de Vestfália de 1648. A França não apenas tornou o país dominante na Europa, mas, no século seguinte, "a *raison d'état* passou a ser o princípio orientador da diplomacia européia" (KISSINGER, 2012, p. 47).

³ Tradução livre de: "dans ses dimensions constructives (organisation de conférences, médiation ou arbitrage par une organisation internationale, résolution en faveur d'un État, médiation, enquête par un tiers, rencontres au sommet, conférences internationales) ou en situation de crise (boycottage de conférences, résolution contre un État, soutien à des opposants exilés...)"

Um fato importante desse princípio para a diplomacia até os dias de hoje está no fato de, apesar da possibilidade de diferentes formas de governo, cada Estado possuir regras internas próprias e uma Constituição Nacional. Nesta são determinadas, por exemplo, a questão da competência do campo das Relações Internacionais. "No caso do Brasil, os responsáveis pelas questões internacionais são o Executivo, o Presidente da República e o Ministério das Relações Exteriores subordinado à presidência" (PECEQUILO, 2012, p. 49). Vemos, por tanto, que o Presidente da República é um dos atores que agem no campo de discurso da diplomacia. Tal fato não ocorre apenas com o Brasil, mas com a maioria dos Estados modernos, senão todos, inclusive com a França.

Por fim, apresentamos o último fato que reafirma a classificação do tipo de discurso dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembleia Geral da ONU enquanto discurso diplomático. Trata-se da publicação da obra *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011* (CORRÊA, 2012). Nela está incluída a recopilação de alguns pronunciamentos de Presidentes da República realizados no quadro institucional da Organização das Nações Unidas. Verificamos que um dos objetivos da fundação responsável pela publicação da obra, a FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão -, é "levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira" (CORRÊA, 2012). Mais uma vez vemos a produtividade da classificação do tipo de discurso em foco como discurso diplomático.

Muitos desses aspectos sociais que determinam historicamente os textos do *corpus* como produtos de uma atividade discursiva no seio das relações diplomáticas multilaterais serão retomados para a análise linguístico-discursiva na seção 5. Antes, porém, precisamos evidenciar os referidos pronunciamentos enquanto um dispositivo de comunicação que possui características próprias.

4 A cena genérica dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembleia Geral da ONU

Recorremos aqui aos métodos propostos por Maingueneau (2016) para estudar o referido gênero de discurso enquanto atividade verbal ou dispositivo de comunicação que possui características próprias. Em outras palavras, nos dedicaremos agora a descrever a cena genérica dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembleia Geral da ONU. Essa descrição ocorre a partir de três categorias de diferentes domínios utilizadas pelo autor com o fim (pedagógico) de desvelar o funcionamento de determinado gênero de discurso: contrato, papel e jogo.

O autor afirma que o gênero de discurso é um contrato, colocando em evidência o seu funcionamento cooperativo, segundo normas próprias. Nesse sentido, cada gênero de discurso impõe a seus participantes um número relativamente estável de regras. No caso do gênero de discurso em foco, percebemos que algumas de suas principais regras poderiam ser observadas nos próprios documentos da

ONU, conforme sugere Krieg-Planque (2014, p. 32). Logo, apresentamos uma análise de alguns artigos da Carta das Nações Unidas com vistas a descrever o contrato do gênero de discurso em foco do ponto de vista sócio-discursivo.

A partir do artigo 4, reproduzido a seguir, visualizamos uma regra básica do contrato do gênero de discurso pronunciamento de chefes de Estado na Assembléia Geral das Nações Unidas. Trata-se do fato de os Estados Membros da ONU serem amantes da paz e aceitarem as obrigações consignadas na referida Carta a eles impostas.

Artigo 4

poderão ser Membros das Nações Unidas todos os demais Estados amantes da paz que aceitem as obrigações consignadas nesta Carta, e que, a juízo dessa Organização, estejam capacitados para cumprir tais obrigações e se encontrem dispostos a fazê-lo⁴.

Em relação aos artigos 10 e 13 transcritos a seguir, verifica-se a restrição temática, incluindo o fato de tais temas terem relação com a promoção de estudos realizados na / pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Nesse sentido, os pronunciamentos de chefes de Estado possuem um eixo temático próprio que deve estar em consonância com os objetivos de fomentar a cooperação internacional conforme o exposto no referido artigo 13.

Artigo 10

A Assembléia Geral poderá discutir quaisquer assuntos ou questões dentro dos limites desta Carta ou que se refiram aos poderes e funções de qualquer um dos órgãos criados por esta Carta⁵.

Artigo 13

1. A Assembléia Geral promoverá estudos e fará recomendações com os seguintes fins:

- a. fomentar a cooperação internacional no campo político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e sua codificação.
- b. fomentar a cooperação internacional em matérias de caráter econômico, social, cultural, educativo e saneamento e ajudar a tornar efetivos os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, sem distinção em decorrência de raça, sexo, idioma ou religião⁶.

Em síntese, no que concerne à noção de contrato, constatamos que os pronunciamentos de chefes de Estado em fóruns (debates e encontros) da Assembléia Geral da ONU impõem um contrato específico a esses sujeitos. Isso porque, se esse órgão possui caráter representativo, normativo e deliberativo, pressupõe-

⁴ Tradução livre de: "Artículo 4. Podrán ser Miembros de las Naciones Unidas todos los demás Estados amantes de la paz que acepten las obligaciones consignadas en esta Carta, y que, a juicio de la Organización, estén capacitados para cumplir dichas obligaciones y se hallen dispuestos a hacerlo". Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-ii/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

⁵ Tradução livre de: "Artículo 10. La Asamblea General podrá discutir cualesquier asuntos o cuestiones dentro de los límites de esta Carta o que se refieran a los poderes y funciones de cualquiera de los órganos creados por esta Carta".

⁶ Tradução livre de: "Artículo 13. 1. La Asamblea General promoverá estudios y hará recomendaciones para los fines siguientes: a. fomentar la cooperación internacional en el campo político e impulsar el desarrollo progresivo del derecho internacional y su codificación; b. fomentar la cooperación internacional en materias de carácter económico, social, cultural, educativo y sanitario y ayudar a hacer efectivos los derechos humanos y las libertades fundamentales de todos, sin hacer distinción por motivos de raza, sexo, idioma o religión".

se que nesse gênero de discurso sejam respeitadas certas normas (como as regras de um jogo) que devem transparecer nos discursos de seus enunciadores em consonância com esses objetivos e outros dessa instituição. Nesse sentido, as análises apresentadas na seção 5 perseguirão o objetivo de explicitar algumas características desse jogo discursivo em conformidade com esse contrato.

No caso do papel, Maingueneau (2016) afirma que cada gênero de discurso determina os seus parceiros a partir de um estatuto determinado. No caso desses pronunciamentos, vimos que esse estatuto é o chefe de Estado que tem por função representar sua nação enquanto Estado Membro das Nações Unidas. Nossas análises procurarão evidenciar as coerções linguístico-discursivas impostas por esse papel a esse tipo de discurso diplomático, inclusive considerando a diferença de *status* entre Brasil e França dentro dessa instituição. Também procuraremos evidenciar diferenças em relação ao fato de um dos chefes de Estado que selecionamos ser do sexo feminino em um encontro de alto nível cujo o tema foi "Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para a ação".

5 As características linguístico-discursivas dos pronunciamentos de chefes de Estado na ONU

Nesta última seção apresentamos três categorias teórico-metodológicas concomitantemente com a análise dos textos do *corpus*. A partir de cada uma delas, evidenciaremos as coerções linguístico-discursivas impostas pelo gênero de discurso pronunciamentos de chefes de Estado na Assembleia Geral da ONU associado ao tipo de discurso diplomático. Deste modo, essas análises ocorrerão em consonância com as análises precedentes que foram efetuadas prioritariamente a partir de aspectos sócio-históricos por razões metodológicas e pedagógicas. Dividimos a presente seção em três subseções em conformidade com cada categoria de análise trabalhada: vocabulário, intertextualidade e *éthos* discursivo.

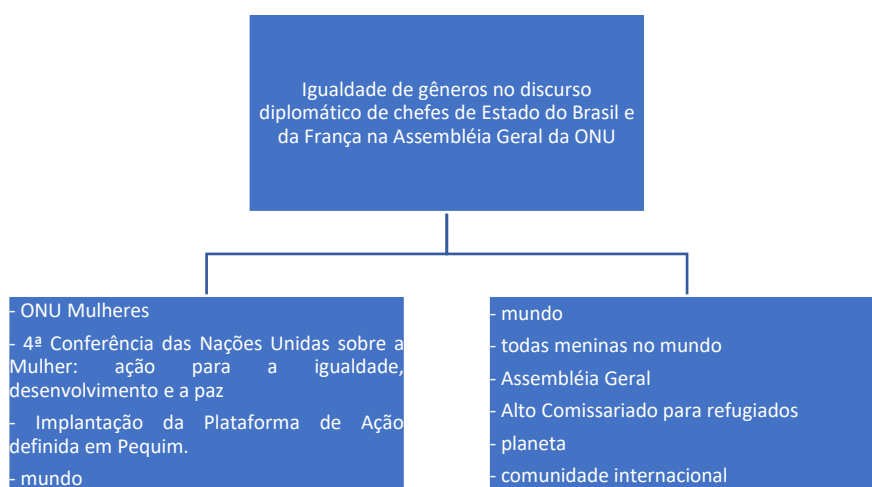
5.1 Análise discursiva do vocabulário dos pronunciamentos de chefes de Estado na ONU

A preocupação por parte de linguistas em torno da noção de vocabulário sempre ocupou um lugar relevante no percurso histórico dessa ciência. A título de exemplo, no caso das teorias da enunciação, é preciso lembrar que o próprio Bakhtin (2003) incluiu essa categoria na tríade conteúdo temático, estilo (verbal) e construção composicional enquanto elementos constitutivos do que denominou de gênero de discurso. Nesse caso, o vocabulário é analisado como parte do estilo (verbal) de um dado gênero de discurso.

Para a presente análise, contudo, partimos da proposta teórico-metodológica de Maingueneau (2008). Assumimos com o autor que “as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (MAINGUENEAU, 2008 p. 81). Logo, destacamos as unidades lexicais que são associadas a

posições discursivas específicas do tipo de discurso diplomático. Em primeiro lugar, verificamos a importância qualitativa do uso de um léxico que marca o discurso dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembleia Geral da ONU como pertencente ao discurso diplomático, uma vez que as seguintes unidades léxicas restringem o tema igualdade de gênero ao âmbito internacional. Isso pode ser observado tanto pelas referências a programas e órgãos responsáveis por uma diplomacia preventiva, quanto pelo emprego de vocábulos toponímicos.

Gráfico 1. Vocabulário e signos de pertencimento



Esse gráfico demonstra que essas unidades lexicais adquiriram *status* de pertencimento ao discurso diplomático onusiano porque esse vocabulário direciona o tema da igualdade de gêneros para o quadro da diplomacia multilateral. Topônimos como "mundo", "planeta" e "comunidade internacional" indicam um espaço discursivo que ultrapassa as fronteiras dos enunciadores dos dois Estados em questão, Brasil à esquerda e França à direita. Percebe-se, com isso, que os posicionamentos dos respectivos enunciadores emergem do campo da diplomacia multilateral, não apenas do campo político interno. Além disso, várias unidades lexicais são nomes próprios que se referem a órgãos da diplomacia multilateral que se relacionam com a ONU. Vimos, na seção 4, que a Assembleia Geral promove estudos com o fim de fomentar a cooperação internacional. Parte do presente vocabulário que destacamos pressupõe a concordância desse objetivo: "ONU Mulheres"; "4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher: ação para a igualdade, desenvolvimento e a paz"; "Implantação da Plataforma de Ação definida em Pequim"; "Assembleia Geral"; "Alto Comissariado para refugiados".

Contatamos também um segundo caso. Trata-se de um enquadramento discursivo de certas unidades lexicais ao tipo de discurso em foco, tendo em vista a coerência interpretativa exigida por esse *status* de pertencimento. Assim, os seguintes vocábulos são compreendidos a partir de uma posição discursiva que emerge especificamente de práticas diplomáticas multilaterais, e não de outras práticas

discursivas. O enunciado "este Encontro" é interpretado, não apenas como um encontro político (encontro político-eleitoral, entre parlamentares, entre partidos da base aliada etc.), mas um Encontro entre representantes diplomáticos. Nessa mesma linha analítica, o vocábulo "conferência" não é associado ao discurso científico, mas sim ao discurso diplomático multilateral, já que a conferência ocorre em órgãos que fomentam o estudo com fins diplomáticos. Aliás, vimos na seção 3 que parte da dimensão construtiva das negociações diplomáticas multilaterais era a organização de encontros de alto nível e conferências internacionais (VILLAR, 2006, p. 32), fato que reforça o uso desses vocábulos de acordo com as regras de um gênero de discurso associado ao tipo de discurso diplomático onusiano.

5.2 Análise da intertextualidade nos pronunciamentos de chefes de Estado na ONU

A segunda categoria de análise selecionada para descrevermos os aspectos linguístico-discursivos dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU é a intertextualidade. Desde um ponto de vista da abordagem maingueneana, o método para essa análise dividiu-se em torno de duas noções: intertexto e intertextualidade. De acordo com Maingueneau (2008, p. 77), a primeira noção evidencia o conjunto de fragmentos que o discurso analisado cita efetivamente. No caso da intertextualidade, o autor sustenta que ela incide sobre os tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas.

Ao analisarmos os textos do *corpus*, verificamos a plausibilidade de se trabalhar com a seguinte hipótese. Poderia haver diferenças em relação ao posicionamento discursivo de cada um dos enunciadores dos dois pronunciamentos em relação ao emprego da intertextualidade. Por isso, a nossa análise voltou-se para os possíveis traços distintivos que seriam percebidos a partir dessa estratégia discursiva. Desse modo, a partir de uma análise prévia dos dois pronunciamentos, verificamos que o discurso diplomático impunha um tipo de relação intertextual predominantemente com o discurso jurídico, mas que havia a necessidade de descrever tais discursos a partir do posicionamento de cada enunciador: a então presidente brasileira Dilma Rousseff e o então presidente francês François Hollande.

No caso do Brasil, destacou-se uma relação intertextual com o discurso jurídico nacional: Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio. Apesar dessa circunscrição, essa intertextualidade ocorreu para demonstrar que o Estado brasileiro estava agindo de acordo com decisões advindas das negociações de diplomacia multilateral dentro do quadro da Organização das Nações Unidas. "Em nome do Governo Brasileiro, trago uma mensagem de firme compromisso com a Implantação da Plataforma de Ação definida em Pequim". Aqui precisamos lembrar que um dos objetivos da Assembléia Geral das Nações Unidas é "realizar a cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário". Nesse sentido, a intertextualidade com o discurso jurídico nacional reafirma a cooperação do Brasil na

solução de problemas relacionados à mulher. O Estado brasileiro mostra-se, portanto, que age em conformidade com as propostas da ONU e se projeta como um Estado-Membro exemplar, que serviria como um exemplo positivo para que a Assembléia Geral da ONU possa agir enquanto órgão representativo, normativo e deliberativo.

No caso da França, destaca-se o uso de uma estratégia de intertextualidade no âmbito do Discurso jurídico internacional: "Há 15 anos, o Conselho de Segurança adotou uma resolução, a 1325, que reconhecia o impacto excessivo dos conflitos armados sobre as mulheres". Fato relevante nessa relação intertextual é que a França é um dos cinco membros permanentes desse Conselho (os outros quatro são China, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos). Esse *status* foi evidentemente refletido no discurso do enunciador (François Hollande enquanto chefe de Estado), imprimindo-lhe uma tonalidade de discurso diplomático coercitivo, como demonstram os seguintes excertos:

I) O que nós vamos fazer? Quais objetivos nós devemos fixar-nos?

II) Então, nós devemos nos mobilizar e é justamente isso que nós vamos fazer ao longo dessa Assembléia Geral para reforçar os meios do Alto Comissariado para refugiados, para encontrar uma solução ao que acontece na Síria, para ajudar os países da África do oeste a lutar contra o terrorismo, porque parar a guerra é colocar fim ao sofrimento das mulheres⁷.

Essa diferença de estratégia intertextual permitiu-nos constatar que o tipo de discurso diplomático onusiano associado ao gênero de discurso pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU comporta uma projeção variável de seus enunciadores em conformidade com seus *status*, particularmente o *status* institucional da própria ONU. Esta é mais uma característica imposta por esse gênero de discurso. Se no emprego do vocabulário vimos que tanto o enunciador do Brasil quanto o da França assumia um jogo discursivo no qual eles agiam de forma similar, no uso da estratégia intertextual tem-se o contrário. O contrato dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU permite que cada um desses atores sociais utilize estratégias diferentes, inclusive baseadas em seu *status* de membro permanentes do CSNU. No caso analisado por nós, verificamos que o discurso diplomático da França possui uma tonalidade muito mais normativa que representativa, caso do Brasil que projetou uma imagem de Estado cooperativo.

5.3 Análise do éthos discursivo nos pronunciamentos de chefes de Estado na ONU

A última categoria selecionada para a análise dos pronunciamentos de chefes de Estado na ONU foi a de *éthos* discursivo. No que diz respeito ao campo disciplinar dos Estudos Linguísticos contemporâneos, é

⁷ Tradução livre de: I) "Que devons-nous faire, quels objectifs devons-nous nous fixer?"; II) "Alors nous devons nous mobiliser et c'est ce que nous allons faire au cours de cette Assemblée générale pour renforcer les moyens du Haut Commissariat aux Réfugiés, pour trouver une solution à ce qui se passe en Syrie, pour aider les pays d'Afrique de l'Ouest à lutter contre le terrorisme, parce qu'arrêter la guerre, c'est mettre un terme aux souffrances des femmes".

preciso ter em conta que essa noção teve origem nos trabalhos de Maingueneau. Segundo Amossy (2010), o teórico francês mostrou a eficácia da categoria de *éthos* discursivo em todas as práticas do registro escrito oriundas de diversas cenas englobantes, como o domínio político, literário, publicitário etc. A construção da imagem de si passou, assim, a ser o centro dos discursos que circulavam no âmbito do espaço social e começou a ser estudada como um fenômeno sócio-discursivo unificado dentro de dimensões plurais: "do problema da eficácia à construção da identidade"⁸ (AMOSSY, 2010, p. 15).

Para as análises que realizaremos nesta seção, vamos recorrer a duas características que marcam o *éthos* discursivo na proposta de Maingueneau (2016). Para ele, em todo texto oral ou escrito, o ato de fala está marcado por um enunciador encarnado. Esse sujeito mostra, por meio de sua própria enunciação (sua maneira de dizer), a sua personalidade, o seu caráter (sua maneira de ser). Logo, o enunciador torna-se o fiador (*garant*) dessa imagem. Ao termo caráter são reservadas todas as feições psicológicas manifestadas textualmente para que o leitor interprete a personalidade projetada pelo fiador. Além dessa dimensão, há a corporalidade a partir da qual são apreendidas as manifestações físicas dessa projeção enunciativa: movimentos do corpo, maneiras de se vestir, de andar etc. Ressalte-se que essas características não se manifestam apenas em textos orais, mas também em textos escritos, como veremos mais adiante.

Uma forma de analisarmos a própria enunciação do enunciador dos pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU com o fim de descrever a sua personalidade, o seu caráter, é a partir dos embreantes de pessoa. Segundo Maingueneau (2016 p. 133), podemos estudar as embreagens de primeira pessoa a partir do movimento enunciativo do texto no qual essas marcas enunciativas foram projetadas. Um fato relevante que observamos nos pronunciamentos de Dilma Rousseff (Brasil) e François Hollande (França) foi a alternância entre primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural. Nessa alternância, o enunciador ora projeta uma imagem individual de si mesmo, ora deixa emergir de seu discurso uma imagem coletiva. Nos dois casos, encontramos particularidades na construção do *éthos* do enunciador, como demonstramos a seguir.

O primeiro caso trata da constatação de que o *éthos* individual comporta uma projeção que marca psicológica e fisicamente uma tonalidade feminina para realçar o discurso de um chefe de Estado que era mulher. Ao debater o tema da igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres, Dilma Rousseff utilizou uma estratégia para acionar apenas o seu destinatário que também era do sexo feminino, evidenciando o lugar social que as mulheres ocupavam no referido Encontro da ONU. Em síntese, o exemplo a seguir é marcado por um posicionamento discursivo feminino, em que o enunciador não se contenta apenas com a projeção de um *éthos* solidário à resolução de problemas diplomáticos em torno do referido tema; mas projeta também a sua imagem de mulher, indicando uma interpretação como esta: um chefe de

⁸ Tradução livre de: "du souci d'efficacité à la construction d'identité".

Estado do sexo feminino compreende o drama das mulheres por ser mulher como elas. Por fim, mostra, de forma implícita, a importância de um chefe de Estado ser mulher em um fórum de diplomacia multilateral cuja maioria dos chefes de Estado eram homens.

Queridas amigas,

Chamo a atenção para o drama das mulheres que vivem em zonas de conflito, e daquelas que cruzam mares e muros em busca de refúgio. Acolhê-las é imperativo ético; é, também, construir um mundo de paz, tolerância e justiça. O Brasil abre seus braços para todas (os grifos são nossos).

Ainda com relação a esse caso, a distinção proposta por Maingueneau (2013) entre *éthos* mostrado e *éthos* dito é significativa para uma análise comparativa entre os dois pronunciamentos em foco. No caso de Dilma Rousseff, mostrar-se mulher através da sua enunciação é uma estratégia diferenciada. O efeito de compreender os problemas de igualdade de gênero por ser mulher e fazer questão de dar uma tonalidade feminina em seu discurso em um Encontro em que a maioria era formada por homens têm uma dimensão diferente do *éthos* dito percebido no discurso de François Hollande. Este diz que o seu governo é composto majoritariamente por mulheres. Não obstante, o fato de ele ser um homem inviabiliza aquelas estratégias percebidas no discurso de Dilma Rousseff por meio do *éthos* mostrado, que foi limitado, no discurso de François Hollande, à imagem de um chefe de Estado solidário à problemática de igualdade de gêneros na comunidade internacional:

Mas se nós queremos que esses objetivos se tornem realmente palavras de ordem para a comunidade internacional; se nós queremos que eles possam ser alcançados, há uma maneira de fazê-lo: promover o acesso cada vez maior de mulheres a responsabilidades dos países que compõem a comunidade internacional, assegurar a paridade a todos os níveis da administração e da política. Se eu posso dar um exemplo: na França, o governo que eu escolhi é composto mais por mulheres que por homens⁹ (os grifos são nossos).

No que diz respeito ao uso do pronome de primeira pessoa do plural, trabalhamos também como a noção de *éthos* a partir da proposta de Kerbrat-Orecchioni (2010). Para a autora, o *éthos* pode caracterizar: a) um indivíduo que interage com outro indivíduo; b) uma coleção de indivíduos que partilha as mesmas normas comunicativas. No entanto, a autora ressalta que essa diferença não é radical, pois o *éthos* individual se ancora no *éthos* coletivo. É o que pretendemos evidenciar por meio da análise dos pronunciamentos dos dois chefes de Estado no fórum da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Com o propósito de compreender essa ancoragem, assumimos com Krieg-Planque (2014, p. 7) que o pronome "nós" "pode adquirir, segundo o contexto, valores flutuantes que são um precioso vetor de

⁹ Tradução livre de: Mais si nous voulons que ces objectifs deviennent véritablement des mots d'ordre pour la communauté internationale, si nous voulons qu'ils puissent être atteints, il y a une manière de faire : faire accéder beaucoup plus de femmes aux responsabilités des pays qui composent la communauté internationale, assurer la parité à tous les niveaux de l'administration et de la politique. Si je peux donner un exemple : en France, le gouvernement que j'ai choisi, est composé de plus de femmes que d'hommes.

indeterminação do ponto de vista da enunciação" ¹⁰. Tendo em vista esse postulado, buscamos uma relação entre essa abordagem sobre o discurso institucional e um estudo no seio do campo disciplinar das Relações Internacionais. Encontramos no trabalho de Foucher (2016) um questionamento que reforçou a nossa hipótese de trabalho. No que tange ao discurso diplomático, o autor faz a seguinte problematização, tomando como referência uma possível negociação diplomática da França: "se é declarado em termos de uma negociação multilateral um enunciado como este: *Nós obtivemos um bom resultado*. Quem é esse nós? A França, a União européia, o conjunto dos participantes?"¹¹ (FOUCHER, 2016, p. 22; grifos do original).

Esses foram os dados que orientaram as análises preliminares do *éthos* coletivo dos textos do *corpus*. A partir deles, propomos cinco possibilidades de manifestação do *éthos* coletivo nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e de François Hollande. O primeiro tipo de projeção de si mesmo é aquela em que o enunciador se mostra como o Estado a que ele representa na Assembléia Geral das Nações Unidas. É a partir da construção dessa imagem que se percebe o comprometimento da nação representada por seu chefe de Estado com a instituição de diplomacia multilateral em foco. Em termos sócio-históricos, como vimos na seção 4, os referidos países participantes de um encontro de alto nível promovido pela ONU não se mostram apenas como Estados, mas como Estados amantes da paz que, por isso mesmo, estão condicionados a obrigações presentes nos documentos dessa organização de diplomacia multilateral.

Éthos coletivo do Brasil enquanto Estado amante da paz

Demos agora mais um passo com a sanção da Lei do Feminicídio, que transformou em crime hediondo e inafiançável o assassinato de mulheres por motivação de gênero (...) Estamos implantando, em todo o País, a Casa da Mulher Brasileira, para dar apoio, assistência e proteção às mulheres vítimas de violência (os grifos são nossos).

Éthos coletivo da França enquanto Estado amante da paz

Vocês sabem que acontecerá em Paris a conferência sobre o clima e nós podemos desde já constatar que as injustiças climáticas reforçam ainda mais as ilegalidades, criam deslocamentos, exílios, refugiados. Nós constamos igualmente que são as mulheres que podem ser as mais capazes de jogar um papel para encontrar as soluções no que diz respeito à luta contra o aquecimento global e à preservação do meio ambiente¹² (os grifos são nossos).

Ressalte-se que o fato dessa projeção ocorrer nos dois pronunciamentos evidencia um traço discursivo desse gênero de discurso. Trata-se do papel social do enunciador indicar que ele assume as regras da instituição a qual ele faz parte e, mais particularmente, imprime em seu discurso a obediência ao contrato desse gênero na medida em que se projeta uma imagem de um Estado comprometido com as propostas

¹⁰ Tradução livre de: "peut être porteur, selon les contextes, de valeurs fluctuantes qui en font un précieux vecteur d'indétermination du point de vue de l'énonciation".

¹¹ Tradução livre de: "si on déclare au terme d'une négociation multilatérale: nous avons obtenu un bon résultat: qui est-ce nous? La France, l'Union européenne, l'ensemble des participants".

¹² Tradução livre de: "Vous savez qu'à Paris va se tenir la conférence sur le climat et nous avons pu d'ores et déjà constater que les injustices climatiques renforcent encore les inégalités, créent des déplacements, des exils, des réfugiés. Nous avons également pu constater que ce sont les femmes qui peuvent être les plus capables de jouer un rôle pour trouver des solutions à la lutte contre le réchauffement climatique et à la préservation pour l'environnement".

diplomáticas multilaterais no que diz respeito à igualdade de gêneros. Nesse sentido, percebe-se que a finalidade desses pronunciamentos não é apenas participar de um debate sobre igualdade de gêneros, mas sobretudo de contribuir para a deliberação de uma negociação multilateral.

Pode-se entender essa negociação da seguinte forma. Mediante a soma dos esforços de cada Estado amante da paz, a organização chegaria a um consenso das medidas universais pertinentes sobre o tema da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Uma vez que se tem esse consenso sobre as ações diplomáticas preventivas do tema debatido, o órgão responsável possui um parâmetro para cobrar de todos os Estados membros da ONU um comportamento similar daquele representado pelo conjunto de Estados que compõe o referido órgão de diplomacia multilateral. Em síntese, isso evidencia o caráter representativo, normativo e deliberativo desse órgão, conforme vimos nas seções 2 e 4. Essa é uma das razões pela qual defendemos que os pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia geral da ONU possuem uma cena genérica própria associada ao tipo de discurso diplomático onusiano.

A segunda forma de projeção do *éthos* coletivo segue essa mesma linha do contrato estabelecido pelo referido gênero de discurso. Não obstante, o enunciador não projeta uma imagem de seu Estado, mas da comunidade internacional. Nesse caso, temos que compreender que o próprio sentido da ONU depende dessa projeção do *éthos* coletivo referente à comunidade internacional. Por essa razão cada um dos Estados membros dessa organização também pode ou deve falar em seu nome. Foi isso o que constatamos na análise dos pronunciamentos dos chefes de Estado do Brasil e da França, como transcrevemos abaixo.

Éthos coletivo referente à comunidade internacional no pronunciamento do Brasil

Pequim nos deixou um legado. (...) A qualificada presença feminina na política, na ciência, nas artes e nos negócios ainda não se reflete adequadamente em sua representação nas condições e funções de liderança – seja nos Parlamentos, na Academia, na Mídia ou nos conselhos das Corporações. (...) Mudemos esta realidade, no Brasil e no mundo (os grifos são nossos).

Éthos coletivo referente à comunidade internacional no pronunciamento da França

Há 20 anos uma conferência em Pequim fazia soprar um espírito novo no mundo. Progressos consideráveis puderam ser realizados e aqui vocês deram numerosos exemplos. No entanto, 20 anos depois, 65 milhões de meninas ainda não são escolarizadas, 80% de vítimas de tráfico de seres humanos são de mulheres e uma a cada três mulheres no mundo é vítima de violência física ou sexual. Aqui está um terrível resultado e que justifica essa nova iniciativa¹³ (os grifos são nossos).

Apesar da similaridade entre essas duas primeiras formas de projeção do *éthos* coletivo, deparamo-nos com três casos particulares na projeção da imagem de si mesma no discurso de Dilma Rousseff. Esses fatos revelam que o contrato do gênero de discurso pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia

¹³ Tradução livre de: "Il y a 20 ans, une conférence à Pékin faisait souffler un esprit nouveau dans le monde. Des progrès considérables ont pu être accomplis et ici, vous en avez donné de nombreux exemples. Et pourtant 20 ans après, 65 millions de jeunes filles ne sont toujours pas scolarisées, 80 % des victimes de la traite des êtres humains sont des femmes et 1 femme sur 3 dans le monde est victime de violences physiques ou sexuelles. Voilà aussi le résultat qui nous accable et qui justifie cette nouvelle initiative".

Geral da ONU é maleável a fim de permitir certas estratégias mais específicas segundo a personalidade, o caráter, destacados no discurso do enunciador. Passemos, então, para a terceira forma de projeção do *éthos* coletivo, que trata da imagem parcial do Estado brasileiro. No seguinte excerto, há uma diferença entre a coletividade representada pelo "nós" referente ao momento presente da enunciação e o "nós" referente ao passado. Acreditamos que foi colocada em evidência a separação entre a imagem de chefe de Estado e chefe de governo. Assim, a imagem de Estado comprometido projetada por Dilma Rousseff destaca que algumas conquistas em relação ao tema debatido foram levadas a cabo por uma coletividade governamental, ou seja, o governo do Brasil em 2015 representado por ela, seu partido e aliados.

Ao superarmos a fome e darmos prioridade ao combate à pobreza, demos oportunidades para milhões de mulheres construir suas vidas e de suas famílias. No Brasil, a pobreza tinha face: era mulher, era negra e era jovem. (os grifos são nossos).

A quarta e quinta formas de projeção do *éthos* coletivo retoma a questão das marcas da enunciação que enfatizam a marca linguística de gênero feminino relacionada ao enunciador e seu destinatário. Dilma Rousseff projeta mais uma vez a sua imagem de chefe de Estado mulher, porém, que faz parte de uma coletividade. Denominamos essa imagem de si, na quarta projeção, de *éthos* coletivo parcial das mulheres brasileiras. No trecho a seguir, o fato de o chefe de Estado incluir-se no grupo de mulheres do Brasil que conquistaram avanços em relação a políticas de gênero destaca em seu discurso a paridade entre os sexos na ocupação de funções de liderança na esfera política. Logo, pode-se inferir, desse enunciado, uma imagem em que o enunciador demonstra ter orgulho por ser a primeira presidente mulher do país, evidenciando que as conquistas sobre igualdade de gêneros estavam favorecendo todo o conjunto de mulheres brasileiras, em diferentes camadas sociais.

***Éthos* coletivo parcial do Estado brasileiro: mulheres brasileiras**

É importante destacar que no Brasil obtivemos avanços expressivos em matérias de legislação, de políticas de gênero, equipamentos públicos, ações voltadas para assegurar os nossos direitos (os grifos são nossos).

Por fim, no que se refere à quinta forma de projeção do *éthos* coletivo, a imagem de si mesmo projetada pelo enunciador teve como finalidade destacar a coletividade de mulheres da comunidade internacional. Vemos, por tanto, que, no pronunciamento de Dilma Rousseff, são exploradas várias dimensões do plano da enunciação. No caso reproduzido a seguir, emerge de seu discurso uma coletividade feminina que é independente e que possui uma missão diplomática no âmbito multilateral. Mais uma vez é preciso lembrar que as mulheres ainda não formavam a maioria no Encontro realizado pela ONU, fato relevante nessa projeção, pois Dilma Rousseff projeta a imagem desse grupo, evidenciando as conquistas das mulheres no âmbito da diplomacia multilateral. Trata-se de um grupo que não depende de políticas e de iniciativas públicas, mas que tomam ações em prol da igualdade de gêneros no mundo.

***Éthos* coletivo referente às mulheres da comunidade internacional**

Senhoras e senhores, Pequim nos deixou um legado. Devemos percorrer o caminho do nosso empoderamento. As mulheres não são apenas destinatárias de políticas e de iniciativas públicas. Devemos falar por nós mesmas (os grifos são nossos).

6 Considerações finais

As análises realizadas demonstraram que o tipo de discurso predominante dos pronunciamentos de chefes de Estado no fórum da Assembléia Geral da ONU é o discurso diplomático. Vimos que esse Encontro pode ser visto como um tipo de negociação diplomática da qual emergem opiniões e considerações de enunciadores que assumiram o papel social de representantes de seus países. Assim, constatamos que tanto Dilma Rousseff como François Hollande age com o fim de efetivar a representatividade de seus Estados enquanto Estados amantes da Paz (membros da ONU) e a fim de constituir a comunidade internacional (o grupo de Estados que compõe as Nações Unidas).

Verificamos também que esse papel social foi imposto por um contrato específico desse gênero de discurso particular. Tal contrato foi descrito a partir de dados sócio-históricos que reforçaram a sua relação com o tipo de discurso diplomático, como o conceito de *raison d'état*, documentos da ONU e a publicação de uma obra com a compilação desse tipo de pronunciamento. Por fim, mostramos as coerções linguístico-discursivas impostas por esses pronunciamentos por meio da análise das categorias de vocabulário, intertextualidade e *éthos* discursivo.

Em suma, a presente pesquisa revelou que: I) as unidades lexicais são associadas a posições discursivas específicas do discurso diplomático multilateral; II) a intertextualidade foi explorada de forma a revelar o *status* de membro permanente ou membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas assumido pelo enunciador com vistas a marcar um posicionamento diplomático como mais normativo (França) ou mais representativo (Brasil); III) o gênero de discurso pronunciamentos de chefes de Estado na Assembléia Geral da ONU possibilita ao enunciador projetar um *éthos* individual e cinco tipos diferentes de projeção do *éthos* coletivo de acordo com o posicionamento particular de cada um de seus enunciadores.

Referências Bibliográficas

AMOSSY, Ruth. **La présentation de soi**. Ethos et identité verbale. Paris: PUF, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARTA DA ONU. Disponível em: <http://www.un.org/es/charter-united-nations/index.html>. Acesso em: 23 out. 2016.

COHEN-WIESENFELD, Sivan. Le discours diplomatique dans la correspondance franco-allemande 1871-1914. **Argumentation et Analyse du Discours**. 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/413>. Acesso em: 07 jan. 2015.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. Brasília: FUNAG, 2012.

DUCHÊNE, Alexandre. Construction institutionnelle des discours: idéologies et pratiques dans une organization supranationale. **Tranel**. v. 40, 2004. p. 99-115. Disponível em: https://doc.rero.ch/record/19078/files/8-Duchene_revu.pdf. Acesso em: 02 mai. 2016.

FOUCHER, Michel. Introduction à la négociation diplomatique. In: DAHAN, Paul. (Org.). **Diplomates dans le secret de la négociation**. Paris: CNRS Éditions, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. O ethos em todos os seus estados. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renado de (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. v. 3.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Trad. S. Geftter e Ann Mary Fighiera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analyser les discours institutionnels**. Paris: Armand Colin, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. L'éthos: un articulateur. **L'éthos en question**. Contextes. Revue de sociologie de la littérature. n. 13, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communication**. Paris: Armand Colin, 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11917&lang=pt-BR. Acesso em: 24 out. 2016.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE FRANÇOIS HOLLANDE. Disponível em: <http://www.elysee.fr/declarations/article/allocution-du-president-de-la-republique-sur-l-egalite-des-genres/>. Acesso em: 24 out. 2016.

VILLAR, Constanze. **Le discours diplomatique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

Anexos

Anexo I - Pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro de líderes globais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para a ação – Nova York, 27 de setembro de 2015

Saúdo todos os homens e mulheres aqui presentes,

Felicito o Governo da China e da ONU, e à ONU Mulheres por este Encontro.

Há 20 anos, o mundo assistiu, em Pequim, à 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Essa conferência consagrou três inovações que se tornaram fundamentais na luta das mulheres, o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque de que a igualdade de gênero tem múltiplas dimensões: trabalho, educação, combate à violência, legislação, etc.

As mulheres brasileiras foram agentes e beneficiárias dessa ampliação de autoconsciência, dessa luta e das conquistas daí advindas. Mesmo reconhecendo que muito ainda falta por fazer, é importante destacar que no Brasil obtivemos avanços expressivos em matéria de legislação, de políticas de gênero, equipamentos públicos, ações voltadas para assegurar os nossos direitos. O combate à violência contra mulheres e meninas, no Brasil, foi fortalecido pela Lei Maria da Penha, que criminaliza a agressão contra a mulher. Demos agora mais um passo com a sanção da Lei do Feminicídio, que transformou em crime hediondo e inafiançável o assassinato de mulheres por motivação de gênero.

Estamos implantando, em todo o País, a Casa da Mulher Brasileira, para dar apoio, assistência e proteção às mulheres vítimas de violência.

As mulheres também vêm sendo protagonistas do processo de inclusão social em curso no Brasil. Elas são as principais receptoras das políticas de renda e de acesso à moradia, à saúde e à educação.

Ao superarmos a fome e darmos prioridade ao combate à pobreza, demos oportunidades para milhões de mulheres construir suas vidas e de suas famílias. No Brasil, a pobreza tinha face: era mulher, era negra e era jovem. Todas essas políticas estão articuladas a ações de combate ao racismo e à discriminação por orientação sexual. Envolvem, igualmente, a promoção dos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas.

Em nome do governo brasileiro, trago uma mensagem de firme compromisso com a implantação da Plataforma de Ação definida em Pequim e com os avanços que incorporamos ao longo do tempo. Com a igualdade de gênero, com empoderamento da mulher, com a realização dos direitos da mulher em todas as áreas. Esse é o nosso compromisso.

Senhoras e senhores,

Pequim nos deixou um legado. Devemos percorrer o caminho do nosso empoderamento. As mulheres não são apenas destinatárias de políticas e de iniciativas públicas. Devemos falar por nós mesmas. A qualificada presença feminina na política, na ciência, nas artes e nos negócios ainda não se reflete adequadamente em sua representação nas condições e funções de liderança – seja nos Parlamentos, na Academia, na Mídia ou nos conselhos das Corporações.

Mudemos esta realidade, no Brasil e no mundo. Aliás, a sabedoria chinesa diz que a mulher é a metade do céu. Há 20 anos, na 4ª Conferência de Pequim, nós resolvemos que seríamos também, pelo menos, a metade da terra.

Queridas amigas,

Chamo a atenção para o drama das mulheres que vivem em zonas de conflito, e daquelas que cruzam mares e muros em busca de refúgio. Acolhê-las é imperativo ético; é, também, construir um mundo de paz, tolerância e justiça. O Brasil abre seus braços para todas.

Finalmente gostaria de explicitar alguns compromissos do governo brasileiro: com a universalização do atendimento humanizado a todas as mulheres em situação de violência; ao desenvolvimento de ações de participação maior das mulheres na política; ao desenvolvimento, também, da mulher em todos os níveis educacionais da creche ao pós-graduação; o fortalecimento da saúde materna; ao atendimento das meninas que têm, diante de si, um futuro.

Agradeço a todos a atenção, muito obrigada.

Anexo II - Pronunciamento do Presidente François Hollande

Allocution du président de la République sur l'égalité des genres

Publié le 27 Septembre 2015

RUBRIQUE : EGALITÉ ET DROITS DE L'HOMME, INTERNATIONAL, DÉVELOPPEMENT ET FRANCOPHONIE

New York, ONU – Dimanche 27 septembre 2015

Monsieur le Président de la République populaire de Chine,

Madame la représentante de la Commission Femme des Nations Unies,

Mesdames,

Messieurs,

Je salue d'abord l'initiative qui a été prise par le président Xi JINPING et le secrétaire général pour l'organisation de ce sommet. Il y a 20 ans, une conférence à Pékin faisait souffler un esprit nouveau dans le monde. Des progrès considérables ont pu être accomplis et ici, vous en avez donné de nombreux exemples. Et pourtant 20 ans après, 65 millions de jeunes filles ne sont toujours pas scolarisées, 80 % des victimes de la traite des êtres humains sont des femmes et 1 femme sur 3 dans le monde est victime de violences physiques ou sexuelles. Voilà aussi le résultat qui nous accable et qui justifie cette nouvelle initiative.

Que devons-nous faire, quels objectifs devons-nous nous fixer ? Le premier, c'est de promouvoir la place des femmes parce que c'est une chance pour le développement. Promouvoir la place des femmes est inscrit dans l'agenda post-2015 pour le développement durable. L'enjeu, c'est de permettre à toutes les jeunes filles dans le monde d'aller librement à l'école, d'accéder à l'emploi, de pouvoir également devenir créatrices d'entreprise et, donc, de pouvoir être autonomes, indépendantes pour leur vie. C'est une chance pour le développement du monde que d'avoir davantage de femmes formées, actives et capables de réussir.

Le deuxième objectif, c'est de promouvoir la place des femmes pour la paix. Il y a 15 ans, le Conseil de Sécurité a adopté une résolution, la 1325, qui reconnaissait l'impact démesuré des conflits armés sur les femmes. Nous en avons hélas ces derniers mois une terrible illustration. En Syrie, ce sont les femmes qui subissent les pires atrocités du régime comme du groupe Daech : les viols, les mariages forcés, la prostitution sont le quotidien des régions contrôlées notamment par le groupe Daech. En Afrique de l'Ouest, Boko Haram enlève les jeunes filles, utilise la violence sexuelle comme une arme de guerre et même dans les camps des réfugiés, nous constatons que les femmes et les enfants sont particulièrement vulnérables. Alors nous devons nous mobiliser et c'est ce que nous allons faire au cours de cette Assemblée générale pour renforcer les moyens du Haut Commissariat aux Réfugiés, pour trouver une solution à ce qui se passe en Syrie, pour aider les pays d'Afrique de l'Ouest à lutter contre le terrorisme, parce qu'arrêter la guerre, c'est mettre un terme aux souffrances des femmes.

Promouvoir aussi la place des femmes, c'est agir pour la planète. Vous savez qu'à Paris va se tenir la conférence sur le climat et nous avons pu d'ores et déjà constater que les injustices climatiques renforcent encore les inégalités, créent des déplacements, des exils, des réfugiés. Nous avons également pu constater que ce sont les femmes qui peuvent être les plus capables de jouer un rôle pour trouver des solutions à la lutte contre le réchauffement climatique et à la préservation pour l'environnement. Et c'est la raison pour laquelle je demanderai que dans les moyens financiers que nous dégagerons dans la conférence de Paris, les projets présentés par les femmes soient considérés comme prioritaires.

Le dernier objectif, c'est de promouvoir la place des femmes parce que c'est agir pour la dignité des hommes et des femmes. J'appelle donc à la ratification universelle de la convention pour l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'encontre des femmes. Plus de 200 millions de femmes sont aujourd'hui dépourvues d'accès à la contraception. Elles sont également très nombreuses à être victimes de mutilations sexuelles. Je ne le dis pas pour m'ingérer dans des questions qui seraient culturelles ou religieuses, je le dis parce que c'est un droit fondamental que de permettre aux femmes de choisir librement le nombre de leurs enfants.

Mais si nous voulons que ces objectifs deviennent véritablement des mots d'ordre pour la communauté internationale, si nous voulons qu'ils puissent être atteints, il y a une manière de faire : faire accéder beaucoup plus de femmes aux responsabilités des pays qui composent la communauté internationale, assurer la parité à tous les niveaux de l'administration et de la politique. Si je peux donner un exemple : en France, le gouvernement que j'ai choisi, est composé de plus de femmes que d'hommes.

Merci.

Análise discursiva da lei que rege a literatura do século XIX na França

Renata Aiala de MELLO (UFBA)

demello.renata@gmail.com

Renato de MELLO (UFMG)

ufmgrenato@gmail.com

Resumo: A França do século XIX foi marcada pela repressão à liberdade de expressão. Várias produções artísticas foram censuradas e seus autores punidos. Essa sociedade polemizou sobre em que medida uma *boa* obra de arte pode/deve ser considerada moralmente *valiosa* e *útil*. E também em que medida uma obra de arte que ofende a moral e os bons costumes pode/deve ser considerada algo de *mau gosto*, e *condenável*. Surgiu, nesse momento, o termo *processo literário*, diante do grande número de artistas denunciados, julgados e incriminados. A lei de 17 de maio de 1819 foi implementada para normatizar e regular as produções. Essa lei baseia-se fortemente em uma visão emocionada dos fatos; o texto conta com grande recorrência de palavras portadoras de alta carga *pathêmica*. Quando reunidas e textualizadas, essas expressões mostram-se ligadas aos saberes de crença e estereótipos daquela sociedade. Com subsídios teóricos propostos por Charaudeau (2007, 2010), Plantin (2011) e Amossy (2010) sobre *pathos* e *clichês* no discurso, analisamos as emoções presentes nessa lei, através de suas marcas linguísticas e enunciativas. Como resultado desta análise, vemos claramente que a sociedade francesa oitocentista promoveu uma discussão apaixonada a respeito da educação pela arte e a relação entre a estética, a ética e a moral.

Palavras-chave: Emoção; Discurso; Processo literário; Lei francesa de 1819.

Abstract: During the nineteenth century, France was marked by repression of freedom of speech. Several artistic productions were censored and their authors punished. This society argued to what extent a good work of art can / should be considered morally *valuable* and *useful*. And also to what extent a work of art that offends morals and good manners can / should be considered something *tasteless*, and *reprehensible*. At that moment, the term *literary process* arose, due to the great number of artists denounced, tried and incriminated. The law of May 17, 1819 was implemented to regulate the productions. This law draws heavily on an emotional view of facts; the text has a great recurrence of words that carry a high *pathemic* tone. When gathered and textualized, these expressions are linked to the common sense and stereotypes of that society. With theoretical subsidies proposed by Charaudeau (2007, 2010), Plantin (2011) and Amossy (2010) on *pathos* and *clichés* in discourse, we analyze the emotions present in this text law, through its linguistic and enunciative marks. As a result of this analysis, we clearly see that nineteenth-century French society promoted a passionate discussion about education through art and the relationship between aesthetics, ethics, and morals.

Keywords: Emotion; Discourse; Literary process; 1819 French law.

1 Introdução

A França do século XIX viveu grandes avanços no que diz respeito às ciências, às novas tecnologias, à política e ao universo jurídico, que, de forma bastante expressiva, discutiu sobre a moralidade, a ética e a estética. É um século marcado por efervescente produção filosófica e artística, incluindo-se aí, evidentemente, literaturas de vanguarda.

Vemos que na primeira metade desse século, o Romantismo de Victor Hugo, Honoré de Balzac, Alphonse de Lamartine e Alfred de Vigny, por exemplo, que trabalhou por uma maior liberdade e subjetividade na/da expressão, marca uma ruptura com o Neoclassicismo, cujo objetivismo se pauta pela harmonia, pelo equilíbrio e imitação da natureza. Já na segunda metade desse século, a França vê emergir uma grande e diversificada gama de expressões artísticas agrupadas ou catalogadas como Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Decadentismo e Simbolismo, movimentos literários que conseguiram se fixar com muita polêmica. Isso porque essas novas expressões artísticas, além de proporem novas estéticas, impunham, concomitantemente, uma nova ética e uma nova moral. Essas escolas representavam uma afronta ao viés *objetivista*, materialista e racionalista sustentado pela vida progressista, desenvolvimentista e “moderna” da França, um dos principais redutos europeu dessas expressões artísticas e desse novo modo de vida.

Segundo Sandrine Berthelot (1999), todo esse fluxo de vida social carregado de efervescências políticas e restrições às liberdades de expressão próprias do século XIX vieram, então, marcar uma cisão entre o público e o privado, entre o ter e o ser, entre a objetividade e a subjetividade e entre a racionalidade e a emotividade; a arte se tornou, nessas circunstâncias, palco de uma polarização que terminou, algumas vezes, nos tribunais correcionais.

2 Panorama Histórico do Século XIX

Para entendermos um pouco mais e melhor a razão pela qual vários escritores e suas obras foram processados pelo Estado, nos reportamos, ainda que superficialmente, à época napoleônica. Para tanto, parafraseamos e sintetizamos o que diz Michel Winock (2013) sobre o século XIX. O século se iniciou com Napoleão Bonaparte no poder, graças a um golpe de Estado. Durante os primeiros cinco anos, ele foi Primeiro Cônsul para, em seguida, ser proclamado Imperador. Ele se envolveu em uma série de conflitos chamados Guerras Napoleônicas. Depois de ganhar várias delas e perder outras tantas, Bonaparte foi forçado a abdicar do poder em 1814. Tentou um novo golpe no ano seguinte, na Batalha de Waterloo. Morreu exilado na Ilha de Santa Helena em 1821. A partir daí, a França viveu uma série de mudanças políticas: Luís XVIII governou de 1815 a 1824 e foi seguido por Carlos X, que reinou de 1824 a 1830, regimes esses considerados absolutistas, elitistas, divididos entre nobreza e clero. Na sequência, Luís Felipe, conhecido como o “Rei

Burguês” ou “Rei dos franceses”, governou a França de 1830 a 1848. Esse adjetivo lhe foi dado justamente por ter governado em favor da classe burguesa. Derrotado por movimentos contrários a seu regime, Luís Felipe é substituído por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, que instaurou, assim, a Segunda República, que durou quatro anos. Logo que ascendeu ao poder, ele dissolveu o Parlamento e se tornou ditador, sendo coroado Napoleão III. Iniciou-se, então, o Segundo Império Francês, que durou de 1852 a 1870. Cabe ressaltar que esse regime promoveu uma moral burguesa cujos pilares eram “a família e a propriedade”. Durante a guerra contra a Prússia, Napoleão III foi feito prisioneiro. Com a derrota da França nessa guerra e com o fracasso da Comuna de Paris, nasceu, em 1871, a Terceira República Francesa, que durou até 1940 (início da Segunda Grande Guerra Mundial) e contou com quinze diferentes presidentes.

O longo parágrafo acima nos serve para contextualizar, política e historicamente, os acontecimentos a respeito da produção artística e literária da época. Sob todos esses regimes, governos e conflitos, a sociedade francesa em geral, e, mais particularmente, a classe trabalhadora operária e intelectual, vivia oprimida e reprimida pelo Estado, que censurava qualquer movimento contrário aos seus interesses e processava aqueles que violavam essas restrições; e também pela Igreja, que intencionava exercer controle sobre as mentes. Vê-se claramente que o intuito das autoridades era o de restringir a circulação das ideias e dos discursos. Isso porque todo e qualquer material impresso era visto como potencialmente perigoso, justamente por ser impresso, visto que dava acesso às consciências de um número cada vez maior de indivíduos, que se alfabetizavam, se letravam e, por conseguinte, se politizavam. (SAPIRO, 2013)

A França oitocentista também viu surgir a força, o poder da imprensa. Vários jornais e revistas tais como *Le Corsaire*, *Le Corsaire-Satan*, *L'Artiste*, *Revue de Deux mondes* e a *Revue de Paris* floresceram com a necessidade dessa nova era industrial para dar voz não só às novas classes sociais emergentes, mas também aos artistas que nelas publicavam seus textos e à burguesia proletária que os consumiam. Com a força da mídia, surgiu um novo tipo de censura igualmente poderoso. Cabe lembrar que, além da proliferação de revistas, há também uma grande profusão de editoras e um grande número de livros publicados. Nesse contexto, as artes plásticas, a literatura, o teatro, a música, dentre outras expressões, alavancaram uma economia própria, o que provocava reações políticas e jurídicas. Prova disso é que Charles Baudelaire traduziu e publicou parte da obra de Edgar Allan Poe, escreveu vários ensaios e críticas culturais, artísticas e literárias, tudo isso em várias revistas, e foi duramente perseguido, incriminado e tendo também alguns de seus poemas condenados e retirados de circulação. Gustave Flaubert, por sua vez, publicou *Madame Bovary* em fascículos na *Revue de Paris* e foi processado pelo Estado por ofender a moral, a religião e os bons costumes.

Nessa época, ainda que não se queimassem livros nem seus autores em praça pública, como durante a inquisição, na Idade Média, a instauração do Império na França reforçou a censura, que controlava duramente qualquer tipo de publicação, incluindo-se aí, evidentemente, a Literatura. Gustave Flaubert,

Charles Baudelaire, Eugène Sue, George Sand são apenas alguns dentre vários intelectuais vítimas desse regime que se posicionaram a respeito. E como vítima e testemunha dessa perseguição, citamos Flaubert que, em carta a Louise Colet, sua amiga e amante, advoga: “A censura de qualquer espécie, parece-me uma monstruosidade, uma coisa pior do que homicídio; o atentado contra o pensamento é um crime contra a alma.”¹ (FLAUBERT, 1980, p. 202)

Assim, embora na França os intelectuais vivessem uma esperança suscitada pelos ideais libertários da Revolução Francesa, quando uma obra era considerada imprópria, por desobedecer a ordem moral e ir de encontro aos interesses do Estado e da Igreja, ela estava sujeita a sanções penais, visto que a sociedade francesa, com sua cultura burguesa, estava ainda muito presa, enraizada nos valores imperialistas e cristãos: “Sob o pretexto de resguardar a saúde moral do povo, o poder busca, sobretudo, fazer calar a impertinência política e a irreverência religiosa.”² (VEBRET, 2009a, p. 28; 2009b, p. 28)

É nesse contexto que os autores supracitados foram acusados, por exemplo, de *irreligião* e de *imoralidade*. Por essa razão André Laingui (1992) assevera que o espírito de moralidade parece ter invadido a magistratura francesa no século XIX. Cabe ressaltar que alguns desses artistas que foram processados tiveram como representante do Estado o mesmo promotor, o Advogado Imperial Ernest Pinard. Cabe, também aqui, uma curiosidade: entre Flaubert, Baudelaire e Sue, somente Flaubert foi absolvido em seu julgamento; os outros dois foram condenados a pagar uma multa e tiveram trechos de suas obras censurados. Tratamos, na sequência, do entendimento a respeito da arte e da moral no século XIX e da lei que serviu como base para os três processos supracitados, criada em 1819 e alterada ao longo do século.

3 A arte e a moralidade no século XIX

Se uma sociedade vê na arte a responsabilidade de educar, de instruir, ela tem (ou deveria ter), por conseguinte, o dever de moldar os comportamentos. Pensando assim, uma obra de arte deve provocar emoções consideradas moralmente adequadas, visto que ela, enquanto modelo de comportamento, reproduz circunstâncias reais similares àquelas apresentadas ou representadas nas artes. Devido à importância dada às artes, à sua força, elas passam a ser uma questão de Estado e, por conseguinte, de controle (censura); isso em nome da proteção aos cidadãos.

Vemos, assim, que, durante o século XIX, o Estado se mostrava preocupado em censurar produções intelectuais, artísticas, tais como, músicas, panfletos, romances, imagens, enfim, tudo aquilo que poderia atentar contra o pudor. No que diz respeito às obras literárias, a polícia tentava coibir os crimes de ultraje

¹ No original: « La censure, quelle qu'elle soit, me paraît une monstruosité, une chose pire que l'homicide; l'attentat contre la pensée est un crime de lèse-âme. »

² No original: « Sous prétexte de veiller à la santé morale du peuple, le pouvoir cherche surtout à faire taire l'impertinence politique et l'irrévérence religieuse. »

antes mesmo de elas serem impressas, se configurando, assim, uma justiça preventiva. Surgiu, nesse momento, inclusive, o termo *processo literário*, diante do grande número de poetas e romancistas denunciados, julgados e incriminados por seus trabalhos tidos como imorais. Conforme assevera Gisèle Sapiro (2013, p. 15):

De fato, o panfleto, ao contrário da canção, é um gênero evidentemente mais suspeito de conter uma conotação política e uma visão sediciosa: isso se deve a sua forma curta que permite alcançar um público mais amplo e menos culto. [...] De qualquer forma, a responsabilidade dos escritores é, de fato, uma questão de lutas que vão muito além do mundo das letras [...] e essa responsabilidade permite compreender a relação entre as definições sociais e penais dos direitos e deveres dos escritores e seu próprio entendimento do ofício.

A instauração de uma legislação que regimenta esse tipo de censura é tida como necessária, tendo em vista o grande número de publicações consideradas pornográficas, libertinas, difamatórias e/ou injuriosas. Nessa época, toda e qualquer produção artística, assim como qualquer outro fenômeno social, se mostrava sujeita aos interesses políticos, de classe e de gênero, dentre outros e, nesse universo, a Literatura era revestida grande importância, pois ela contribuía para a educação moral e justificava, inclusive, sua própria existência, sua razão de ser.

No que diz respeito ao Realismo, tem-se a compreensão da “arte pela arte”, com seu prazer desinteressado e com a primazia da forma em detrimento de sua utilidade social e de seu valor intrínseco, o que implica o propósito de negar os efeitos sociais da arte e afirmar sua dimensão puramente estética, ou seja, a recusa em subordinar a arte à moral. Há, entretanto, os que apregoam que a arte pode/deve servir a outros interesses que não o entretenimento e o gozo, afetando a vida social e, por conseguinte, necessitando de controle do Estado. Nesse caso, a literatura torna-se instrumento moralizante que mobiliza as crenças, as opiniões e as emoções necessárias para entendê-la. Essa literatura leva seus leitores a relacionar suas crenças, os incita a aplicá-las na compreensão do mundo real e, por conseguinte, fortalece seu entendimento e sua função moral. (CARREÑO, 2006).

Já o simbolismo busca a individualidade, o subjetivismo exacerbado, o transcendentalismo, o niilismo, a fantasia e o sonho. É na França que esse movimento se fixou com maior força e surgiram seus principais expoentes: Stéphane Mallarmé, Paul Verlaine, Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire, os chamados *poetas malditos*, não aleatoriamente. Havia na vida cotidiana e também nas expressões culturais e artísticas da/na época sentimentos de *pessimismo* e *desesperança* generalizados. Assim, essa emergência intelectual que esses poetas precursores representavam era de uma modernidade literária que fazia contraponto a uma modernidade outra, a da vida urbana, da industrialização, do capitalismo, da burocratização e da consolidação do Estado-Nação.

A sociedade francesa do século XIX, de uma maneira geral, lia e interpretava a literatura a partir dos mesmos saberes de crença presentes no mundo real, valorizava e julgava moral, ética e esteticamente, as

personagens e suas ações como se esses seres ficcionais pertencessem à vida real. Entretanto, essa forma de se relacionar com a literatura não é privilégio dos leitores franceses oitocentistas. Vemos, ainda nos dias atuais, críticos literários (con)fundirem o real e o ficcional e se posicionarem de forma *pathêmica* na leitura de obras literárias.

As reações afetivas provocadas e/ou exigidas pela Literatura subjazem à própria interpretação e à compreensão artística, as mesmas da vida real, cotidiana que compõem os saberes partilhados de crença, o universo sociodiscursivo daquela sociedade, naquele tempo. As emoções podem ser, assim, uma espécie de medidor de qualidade de uma obra. Um romance, por exemplo, pode ser visto como moralmente defeituoso e perigoso quando ele não mobiliza as emoções tidas como certas e necessárias para a sua interpretação e experiência estética. A função da Literatura é, sob esse ponto de vista, a de desencadear no leitor reações emocionais que solidifiquem aquilo que é ideologicamente tido como positivo e socialmente partilhado, como por exemplo, os estereótipos que sustentam o entendimento do que é *certo* e *errado*, *bom* e *mau*, *belo* e *feio*, *verdadeiro* e *falso*. Assim sendo, autor e leitor precisariam, seguindo essa ótica/ética, partilhar o mesmo universo de crenças, os mesmos pontos de vista morais. (CARREÑO, 2006)

4 A força da lei contra a literatura

Para se precaver contra as emoções tidas como imorais, ou seja, aquelas que devem ser evitadas, rechaçadas, condenadas e punidas, Reis e Imperadores da França implementaram leis para normatizar e regular as produções artísticas. Assim, a lei de 17 de maio de 1819, estabelecida pela *Garde des Sceaux De Serre*, prevê, em seus artigos 1 e 8:

LEI SOBRE A REPRESSÃO A CRIMES E DELITOS COMETIDOS PELA IMPRENSA OU POR TODO E QUALQUER MEIO DE PUBLICAÇÃO

17 de maio de 1819

CAPÍTULO I: Da provocação pública aos crimes e delitos.

ARTIGO PRIMEIRO: Qualquer pessoa, seja oralmente, através de gritos ou ameaças proferidas em locais públicos, seja por escrito, através de textos impressos, desenhos, gravuras, pinturas, cartazes ou slogans, comercializados ou expostos em locais públicos, poderá ser considerada criminoso ou cúmplice do delito e será punida na forma da lei.

CAPÍTULO II: Dos ultrajes à moral pública e religiosa ou aos bons costumes.

ARTIGO OITAVO: Todo ultraje à moral pública e religiosa, ou aos bons costumes por um dos meios anunciados no artigo primeiro será punido com prisão de um mês a um ano e com uma multa de dezesseis a quinhentos francos.³ (CARNOT, 1825)

³ No original: « Loi sur la répression des crimes et délits commis par la voie de la presse ou par tout autre moyen de publication 17 mai 1819 / Chapitre premier : De la Provocation publique aux Crimes et Délits / Article premier : Quiconque soit par des discours des cris ou menaces proférés dans des lieux ou réunions publics soit par des écrits, des imprimés, des dessins, des gravures, des peintures ou emblèmes vendus ou distribués mis en vente ou exposés dans des lieux ou réunions publics, soit par des placards et affiches

Por questão de economia, nos limitamos a tratar somente de alguns aspectos da lei supracitada. O primeiro diz respeito a três expressões que se encontram recorrentemente nesse texto: *outrage*, *moral* e *bonnes mœurs*. Essas três palavras/expressões são geralmente tidas como portadoras de alta carga *pathêmica*, ou, conforme Charaudeau (2007a, 2010a), são fortes candidatas ao engendramento de *pathemias* em qualquer contexto, e que remetem a lugares-comuns específicos. (GROSS, 1975, 1995). Quando reunidas, textualizadas, discursivizadas, enfim, contextualizadas, essas expressões se mostram ainda mais ligadas aos efeitos *pathêmicos* e às *idées reçues*. O segundo aspecto diz respeito à definição carregada de emoção de *lugar-comum* proposta por Flaubert: “[...] o *lugar-comum* é manipulado somente por imbecis ou por poderosos. As mentes mediócras o evitam; elas buscam o engenhoso, o acidentado.”⁴ (FLAUBERT, 1980, p. 372 – grifos nossos)

Ao consultarmos o dicionário Houaiss⁵, percebemos que a palavra *ultraje* diz respeito a afronta, insulto ou ofensa muito grave. Ultrajar alguém é agir com desrespeito usando palavras ou gestos ofensivos à dignidade. Ultraje pode ter o significado de calúnia ou difamação quando se faz uma declaração injuriosa de alguém. Ultraje é uma afronta à moral e aos bons costumes quando há violação de regras, leis e princípios que regem a sociedade. Ultraje também é sinônimo de desacato à autoridade pública no exercício de suas funções. Desse conjunto de acepção de *ultraje* já é possível depreender o alto grau de *pathemização* que subjaz a esse vocábulo. Alguém ultrajado ou ultrajante é alguém *pathemizado* ou *pathemizante*. Significa dizer que, ao impingir uma ação que constrange, insulta, ofende a dignidade de uma pessoa, ela, muito provavelmente, vai reagir à essa ação de maneira *pathêmica*, se sentindo *ultrajada*, sentimento/emoção com alta carga de negatividade. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2000; PLANTIN, 2011a)

Assim como a palavra *ultraje*, as palavras/expressões *moral* e *bons costumes* também vão nessa mesma direção, a de carregar, em si, alta carga *pathêmica*. Além disso, a palavra *moral*, tanto na categoria de substantivo quanto na de adjetivo, tanto nos seus sinônimos quanto nos seus antônimos, está relacionada a princípios éticos, a comportamentos sociais, a saberes partilhados, a imaginários sociodiscursivos e, por conseguinte, a estereótipos, a clichês (AMOSSY, 2010a). Nessa perspectiva, sujeitos em interação em uma dada situação de comunicação, (se) nomeando como morais ou imorais, estão, automaticamente, (se) categorizando, *ethótica* e *pathemicamente*, de forma positiva e/ou negativa. Também a expressão *bons*

exposés aux regards du public, aura provoqué l’auteur ou les auteurs de toute action qualifiée crime ou délit à la commettre, sera réputé complice et puni comme tel. / Chapitre II : Des outrages à la morale publique et religieuse ou aux bonnes mœurs / Article huit : Tout outrage à la morale publique et religieuse ou aux bonnes mœurs par l’un des moyens énoncés en l’article premier sera puni d’un emprisonnement d’un mois à un an et d’une amende de seize francs à cinq cents francs. » (Voyez article de la loi du 25 mars 1822).

⁴ No original: « [...] le lieu commun n’est manié que par les imbéciles ou par les très grands. Les natures médiocres l’évitent ; elles cherchent l’ingénieux, l’accidenté. »

⁵ Cf. <http://houaiss.uol.com.br> (consultado em 20 de julho de 2016)

costumes nos remete, imediatamente, a condutas éticas socialmente estabelecidas, a um controle e conservação do que é tido como modelo de positividade a ser seguido por todos.

5 Os Processos Judiciais

Os processos judiciais contra os artistas nos fazem perceber que a sociedade francesa oitocentista promove um embate, uma discussão estética, ética e moral a respeito da educação pela arte ou, dito de outra maneira, a relação entre a arte e a moralidade.⁶ Os artistas, nessa época, se veem entre o desejo de serem livres, produzirem o que quiserem e a impossibilidade de produzirem qualquer coisa, tendo em vista o cerceamento da censura. Eles se encontram, assim, entre a autonomia e a responsabilidade moral do fazer artístico e buscam fazer sua arte julgando o que pode e o que deve ser considerado valoroso ou pernicioso nas artes e na vida.

Por ofensa à moral e aos bons costumes, esses escritores são processados, pelo Ministério Público, por excitarem emoções inadequadas, provocarem percepções afetivas passíveis de impedir a aplicação considerada correta das regras morais. Suas obras são julgadas por causarem inquietações devido aos comportamentos considerados socialmente inadequados tanto dos autores quanto de suas personagens, que suscitam *indignação*, com suas ações *desrespeitosas*, que vão de encontro justamente aos pilares da sociedade burguesa: a família e a propriedade. Os literatos oitocentistas lutaram contra a censura do Estado, que buscava impor uma literatura qualificada *pathemicamente* por Pierre Bourdieu (2005) de “[...] degradante arte prostituída, com suas declamações demagógicas, infestada de moralismo vulgar”.

Nessa perspectiva, esses artistas *pathemizam* das mais variadas formas. As emoções geralmente são justificadas pelos (pré)julgamentos e (pré)conceitos que a sociedade francesa do século XIX tinha a respeito de si própria e de seus comportamentos, o que acabava por refletir, por espelhamento, nos comportamentos das personagens. Cabe lembrar que, na época dos julgamentos, tanto as personagens quanto os autores e os leitores contemporâneos compartilhavam o mesmo contexto sócio-histórico e os mesmos saberes de crença, ainda que divididos entre o ficcional e o real.

Assim, as emoções presentes nas obras, vivenciadas pelas personagens, no universo ficcional, acabavam sendo transportadas na/pela leitura, especularmente, para o universo real, afetando-os, *pathemizando-os*. Sintetizamos o que acabamos de dizer parafraseando e adaptando novamente Bourdieu (2005), para quem a estrutura do espaço social no qual transcorre as aventuras das personagens é também a estrutura do espaço social no qual os artistas estavam situados. Nesse sentido, os escritores acabam por fazer em suas obras uma espécie de “socioanálise” de si mesmos e da sociedade na qual eles se inseriam. Sobre essa questão, Francisca Carreño (2006, p. 83) afirma que:

⁶ Evidentemente, não é nossa intenção tratar nesta tese de questões filosóficas tais como: o que é arte, o que é moral e qual a importância, o papel da moral em relação à arte. Tampouco é nosso objetivo nos aprofundar em questões específicas de gêneros e escolas literárias.

A inteligibilidade da ação humana é basicamente um resultado da interação de desejos, crenças e emoções. Entretanto, a arte, muitas vezes, as mostra como resultado de emoções inadequadas, de desejos e de crenças que não podemos compartilhar, de fraquezas de vontade, etc. E isso acontece por meio de pontos de vista que também estão sujeitos a essas circunstâncias.⁷

Os processos judiciais contra os artistas mostram, enfim, que pelo menos uma parte da sociedade francesa não diferenciava as reações afetivas e morais vivenciadas na ficção daquelas vivenciadas na vida real. A compreensão linguística, discursiva, a descrição dos objetos, das imagens e das cenas, assim como as respostas afetivas que elas suscitavam eram da mesma natureza, do mesmo tipo daquelas vivenciadas na compreensão e na percepção em circunstâncias reais, cotidianas; ambas cumpriam as mesmas funções (moralizantes). Daí a importância, o valor (para o bem ou para o mal), da Literatura na vida dessa sociedade. Fechamos esta subseção nos valendo, mais uma vez de Carreño, que nos ajuda a entender a situação da censura na França oitocentista:

Em particular, as emoções coloreem a nossa visão do mundo, fazem com que fixemos a atenção em um lugar, em uma pessoa ou em uma característica dos objetos ou eventos e nos colocam com uma certa atitude para com o mundo. Em ambos os casos, essa reação depende, em parte, do modo de apresentação do conteúdo – visual ou linguístico, real ou de ficção etc. e é influenciado pela perspectiva de representação, que normalmente tem um caráter afetivo.⁸ (CARREÑO, 2006, p. 87)

6 O processo judicial contra Flaubert

Achamos por bem exemplificar o que dissemos até o momento com somente um caso de aplicação da lei, o de Flaubert, que foi julgado por “[...] ultraje à moral pública, religiosa e aos bons costumes”.⁹ O processo judicial ocorreu entre dezembro de 1856 e fevereiro de 1857, incluindo-se, nesse período, a intimação do Ministério Público e o veredito. A audiência de julgamento ocorreu em 29 de janeiro de 1857, na Sexta Corte Criminal do Tribunal Correccional de Paris. Curiosamente, essa corte é a mesma que julgava processos contra prostitutas, cafetões e charlatões. Dentre os presentes à audiência estavam vários amigos de Flaubert, escritores, críticos, o diretor da *Revue de Paris* – Léon Laurent-Pichat e o impressor – Auguste-Alexis Pillet, também processados, além, evidentemente, do próprio Flaubert. O autor tinha, na época, trinta e quatro anos de idade e, segundo relato de Joseph Vebret, estudioso de Flaubert, ele, na audiência, parecia bem mais velho: “Gustave Flaubert tem trinta e quatro anos. Cansado, parece ter dez anos a mais.”¹⁰

⁷ No original: “La inteligibilidad de las acciones humanas es básicamente resultado de la interacción de deseos, creencias y emociones, pero el arte nos las muestra frecuentemente como resultado de emociones inapropiadas, de deseos insensatos y de creencias que no podemos compartir, de la debilidad de la voluntad, etc. Y lo haces utilizando puntos de vista que también están sujetos a estas circunstancias.”

⁸ No original: “En particular, las emociones colorean nuestra visión del mundo, hacen que fijemos la atención en un lugar, una persona o una propiedad de los objetos o acontecimientos y nos colocan con una determinada actitud frente al mundo. En ambos casos, esa reacción depende en parte del modo de presentación del contenido – visual o lingüístico, realista o de ficción, etc., y está influida por la perspectiva de la representación, que normalmente tiene carácter afectivo.”

⁹ No original: « [...] d’outrage à la morale publique, religieuse et aux bonnes mœurs. »

¹⁰ No original: « Gustave Flaubert a trente-quatre ans. Fatigué, il en paraît dix de plus. »

(VEBRET, 2009a, p. 7; 2009b, p. 7). Esse estado emocional perceptível de Flaubert nos faz supor que o processo judicial o *afetou*, o *pathemizou*, como veremos mais adiante.

Curiosamente, Antoine Marie Jules Sénard, o advogado de defesa de Flaubert, ficou conhecido nesse processo por ser tão ou mais conservador que Ernest Pinard, o promotor. Sendo moral ou imoral, *Madame Bovary* perde, assim, sua liberdade e sua autonomia artística, vê-se atrelada a representações sociais impostas pela sociedade burguesa, interiorana e machista à qual a obra e o processo judicial se inserem, como assevera Gérard Gengembre:

Sem defender a independência da arte e tampouco o respeito pela liberdade de expressão, Sénard se esforça para mostrar que *Madame Bovary* é um romance moral! [...] Ele defende a moralidade dentro e fora do romance e o liga à vida real e ao sistema de representações sociais da grande burguesia à qual ele pertence, assim como o promotor¹¹ (GENGEMBRE, 1990, p. 113).

Vemos nos discursos dos dois advogados, que a arte tem a função, o compromisso de educar, orientar e moralizar. Dessa forma, temos, por um lado, o advogado de acusação, que busca provar, ao longo de seu discurso, que o livro é imoral e perigoso, porque, por espelhamento, pode desviar moralmente aqueles que o leem, desvio esse provocado pela história de uma personagem adúltera, consumista, destruidora de lares, desrespeitadora das coisas sagradas e que não se arrepende de nada do que fez. Por outro lado, o advogado de defesa também busca, ao longo de seu discurso, provar que o livro é moral pelas mesmas razões elencadas no requisitório. A diferença, para Sénard, está no fato de que essa história contada por Flaubert é moralizante sem ter a pretensão de ofender nenhuma instituição, visto que a personagem paga por seus erros com muito sofrimento e com sua morte repleta de dor: “[...] o advogado de defesa desconstrói os argumentos, um por um. Ele analisa o livro, capítulo por capítulo, demonstrando a moralidade e a utilidade da obra, atestando que Emma Bovary é punida por suas ações.”¹² (VEBRET, 2009a, 2009b, p. 43) Para Pinard, “[...] a arte sem regras não é mais arte; é como uma mulher que tirasse todas as roupas. Impor à arte, como única regra, a decência pública, não é escravizá-la, mas honrá-la.”¹³ (PINARD, 1857 *apud* FLAUBERT, 2007b, p. 318).

7 Considerações Finais

Ao final desta nossa reflexão, optamos por nos valer de parte do veredito do processo judicial contra Flaubert, tendo em vista que ele representa bem a complexidade, incluindo-se, aí, as *pathemias*, de toda a

¹¹ No original: « Ne plaidant pas l'indépendance de l'art et le respect de la liberté d'expression, Sénard s'évertue à faire de *Madame Bovary* un roman moral ! [...] Il plaide avec la moralité la conformité au second degré du texte avec le système de représentations sociales de la grande bourgeoisie à laquelle il appartient comme le procureur. »

¹² No original: « [...] l'avocat de défense démonte les arguments l'un après l'autre, analysant le livre chapitre par chapitre, démontrant la moralité de l'œuvre dès lors qu'Emma Bovary est punie de ses actes, et son utilité. »

¹³ No original: « L'art sans règle n'est plus l'art ; c'est comme une femme qui quitterait tout vêtement. Imposer à l'art l'unique règle de la décence publique, ce n'est pas l'asservir, mais l'honorer. » (PINARD, 1857 *apud* FLAUBERT, 1951, p. 633)

situação na qual a lei é aplicada aos literatos. O veredito traz em si uma lição, também ela moralizante, sobre o fazer literário. Os juízes, ao dar a sentença, pregam a maneira “correta” pela qual uma obra de arte deve ser construída. No caso da Literatura, é mister priorizar o ornamento do espírito, elevar a inteligência e depurar os costumes. Não se deve, ainda segundo o veredito, usar a Literatura para imprimir a repulsa pelo vício e oferecer o quadro das desordens que podem existir na sociedade. Ser educadora e moralizante é função da “boa” Literatura, sim! Mas, para isso, não cabe a exposição dos vícios e dos desvios, enfim, das fragilidades humanas.

Convidamos Pierre-Marc de Biasi, que resume bem o desfecho do processo:

O tribunal reconhece que o romance contém realmente uma lição de moral (que teria sido mais perceptível se o autor tivesse sido mais "severo na linguagem" para castigar os excessos de sua heroína), que o livro é "seriamente trabalhado em toda sua extensão sob o ponto de vista literário e de estudo de caráter", e que as passagens duvidosas marcadas pela acusação são pouco numerosas e não permitem afirmar que o propósito do escritor é de encorajar o espírito licencioso e lascivo.¹⁴ (BIASI, 2009, p. 227-228)

É importante destacar o fato de os juízes se pronunciarem sobre o fazer literário no veredito. Como foi dito anteriormente, o século XIX na França é marcado pela força da Lei sobre a Literatura. Há, nessa reflexão do júri, uma descrição crítica do estilo de escrita dos artistas. Para os juízes, valer-se de descrições pormenorizadas de tipos, de pinturas coloridas de caráter, mostrando as fragilidades do ser humano, seus vícios e a crueza da realidade em que vivem, vai de encontro às funções da arte, quais sejam, a de instruir e a de mostrar “o belo e o bom”, valendo-se do moralmente aceitável e até mesmo do exigível, de acordo com o que é socialmente tido como bons costumes.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2010.

BERTHELOT, Sandrine. **Gustave Flaubert**. Paris: Ellipses, 1999.

BIASI, Pierre-Marc de. **Gustave Flaubert: une manière spéciale de vivre**. Paris: Le livre de Poche, 2009.

CARNOT, Joseph-François-Claude. **Commentaires sur le code penal**. Bruxelles: À la librairie française et étrangère, 1825.

CARREÑO, Francisca Pérez. El valor moral del arte y la emoción. In: **Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía**. n.º. 114, 2006, p. 69-92.

CHARAUDEAU, Patrick. “Pathos e discurso político”. In: machado, I. L.; menezes, W. & mendes, E. (orgs.) **As emoções no discurso**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 240-251.

¹⁴ No original: « Le tribunal reconnaît que le roman contient en effet une leçon morale (qui aurait été plus visible si l’auteur avait usé d’une plus grande « sévérité de langage » pour fustiger les débordements de son héroïne), que le livre a été « longuement et sérieusement travaillé, au point de vue littéraire et de l’étude des caractères », et que les passages douteux signalés par le ministère public restent finalement peu nombreux et ne permettent pas de penser que le but de l’écrivain ait été d’encourager dans le public l’esprit de licence et de débauche. »

- CHARAUDEAU, Patrick. "A patemização na televisão como estratégia de autenticidade". In: MACHADO, I. L. & MENDES, E. (orgs.) **As emoções no discurso**. Vol. 2, 2010, p. 23-56.
- FLAUBERT, Gustave. **Correspondance**. Tome II. Paris: Gallimard. 1980.
- GENGEMBRE, Gérard. **Gustave Flaubert: Madame Bovary. Études Littéraires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- GROSS, Maurice. **Méthodes en syntaxe**. Paris: Hermann, 1975.
- GROSS, Maurice. "Une grammaire locale de l'expression des sentiments". In: **Langue française**. n. 105, 1995, p. 70-87.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. "Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle?" In: PLANTIN, Christian, DOURY, Marianne ; TRAVERSO, Véronique. (orgs.) **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 33-74.
- PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions: Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné**. Bern: Peter Lang, 2011.
- SAPIRO, Gisèle. "Os processos literários e a construção da imagem do intelectual engajado". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 83, 2013, p. 9-24.
- VEBRET, Joseph. **Madame Bovary: le procès de l'oeuvre**. Paris: Libro Inédit, 2009a.
- VEBRET, Joseph. **Madame Bovary: l'oeuvre de Flaubert condamné**. Paris: Libro, 2009b.
- WINOCK, Michel. **Flaubert**. Paris: Folio, 2013

A Língua Portuguesa como símbolo de poder na política internacional

Renata PALUMBO (USP, FCDA)
prof.renata.palumbo@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, observamos o modo como a Língua Portuguesa é construída, metafórico e discursivamente, nos discursos oficiais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo em vista sua função retórica. Em especial, analisamos o discurso de abertura da III Assembleia Parlamentar da CPLP, proferido pelo presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, e o de Dilma Rousseff, pronunciado durante a cerimônia do Prêmio Camões, em Lisboa, em 10 de junho de 2013. O referencial teórico corresponde aos estudos acerca da Referenciação, em pesquisas de Marcuschi (2005, 2007), Vereza (2007, 2010); às questões sobre Metáfora e Sociocognição, a partir de trabalhos de Charteris-Black (2013), Fauconnier e Turner (2008), Fauconnier (2015), Lakoff e Johnson (1992 [1980], 1993, 2003); às discussões a respeito do Discurso político e da Argumentação, nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002). No complexo jogo existente na política global, parece-nos plausível reconhecer que a Língua Portuguesa vem sendo construída como um símbolo de poder e de comunhão pelos políticos da CPLP, tal como confirmam nossas análises.

Palavras-chave: Discurso político; Metáfora conceptual; Argumentação; Processos referenciais; Política global.

Abstract: In this paper, we observe the way of Portuguese Language is constructed, discursive and metaphorically, in the official discourses of the Community of Portuguese Language Countries, in view of its rethorical function. In particularly, we analyze the opening discourse of the Third Parliamentary Assembly of the CPLP, pronounced by the President of the National Parliament of Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, and Dilma Rousseff discourse, during the Camões Prize Ceremony, in Lisbon, on June 10 of 2013. The theoretical reference corresponds to the referenciation studies, in Marcuschi (2005, 2007), Vereza (2007, 2010); to the issues related to Metaphor and Sociocognition, based on the research of Charteris-Black (2013), Fauconnier and Turner (2008), Fauconnier (2015), Lakoff and Johnson (1992 [1980], 1993, 2003); to the discussions about political discourse and argumentation in the Perelman and Olbrechts-Tyteca studies (1958, 2002). In the complex game of global politics, it seems possible to recognize that the Portuguese Language has been constructed as a symbol of power and communion by CPLP politicians, as our analyzes confirm.

Keywords: Political discourse; Conceptual metaphor; Argumentation; Referential processes; Global politics.

1 Introdução

Pesquisas vêm-nos revelando que as práticas discursivas relacionam-se diretamente à produção, à manutenção ou às mudanças nas relações de poder de diversas ordens em diferentes campos de atuação humana (FAIRCLOUGH, 2013; van DIJK, 2010; MONTERO, 2009; AQUINO, 2005, 1997). Essas atividades linguageiras consistem, pois, de uma ação duplamente orientada: ocorrem, ao mesmo tempo, para ser legitimadas e para legitimar. Nesse sentido, várias instituições/grupos visam à obtenção de controle sobre os demais, para tanto, buscam pelo reconhecimento de suas autoridades enquanto agentes decisórios e, consecutivamente, pela aceitação (re)produção de seus discursos, suas ideias, seus valores e propostas.

Dessa maneira, entende-se que poder e discurso entrelaçam-se por meio de um processo relacional no qual se cria um embate entre forças assimétricas (CRISTALLS, 2013). No campo da política isso ocorre de modo latente. Uma vez que o discurso político deve orientar uma imagem de seu grupo e de suas propostas de tal modo que seu público passe a confiar em seus projetos e em sua capacidade de executá-los (CHARTERIS-BLACK, 2011), tem-se que o poder é exercido, entre outros casos, nas inúmeras maneiras de se usar uma língua, na condição de prestígio que algumas seleções lexicais possuem, nos espaços institucionalizados que garantem a circulação de ideias e de valores via discurso. Mais do que isso, a presença proeminente de um idioma na política internacional relacionada a questões sociopolíticas e históricas, tais como o francês, a partir do século XVII, e o inglês até hoje, orienta-nos a afirmar que um idioma pode ser constituído como poder simbólico de dado país ou comunidade, e o discurso legitimado, uma maneira de disseminar tal concepção.

Na história sociopolítica da Língua Portuguesa, pode-se identificar várias ações entre países, as quais revelam a inclusão do Português como meio de unir forças ou de partilhar, ou mesmo de impor, cultura, crenças, ideais, interesses etc. Pode ser considerado um caso dessa ordem as iniciativas voltadas para a criação de uma comunidade internacional entre os países lusófonos, na tentativa de alterar ou de se fortalecer diante da hegemonia, em curso, de cunho econômico-política no campo da política global. É nessa direção que voltamo-nos para o exame dos discursos políticos pronunciados por chefes de Estado ou de governo, membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a fim de observar como se vem construindo a Língua Portuguesa, como objeto de discurso, tendo em vista a argumentação política em seu viés internacional.

Ao se considerar a ampla diversidade cultural e o jogo de interesses comuns e diferentes em que atuam os discursos políticos na esfera global, por conta de políticas internas e externas distintas, questionamo-nos a respeito de como se dá a construção da referência em meio a situações dessa ordem e, sobretudo, de que maneira a Língua Portuguesa toma parte desse processo referencial, inserido em discursos com alto grau de argumentação. Parece-nos plausível dizer que a metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980], 1993, 2003) cumpre papel importantíssimo nessas práticas linguageiras inter-estatais, em razão

de a associação de domínios díspares promoverem determinadas referências duplas e interfaces cognitivas a partir das quais efeitos de sentido podem encaminhar as negociações entre os países, tal como nos parece ser o caso da construção discursiva da Língua Portuguesa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Neste momento, selecionamos dois discursos para análise: o da Abertura da III Assembleia Parlamentar da CPLP, pronunciado pelo Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, e o proferido por Dilma Rousseff, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões - Lisboa-Portugal, em 10 de junho de 2013. Discutimos, primeiramente, acerca das relações de poder via discursos, promovidas pela criação da CPLP. Posteriormente, discorreremos a respeito do papel retórico da referência metafórica e, na sequência, examinamos o corpus selecionado.

O referencial teórico corresponde à articulação dos estudos acerca da Referenciação, sobretudo, os que dizem respeito à Referenciação Metalinguística, em pesquisas de Marcuschi (2007), Vereza (2007, 2010); das questões relacionadas à Metáfora e à Sociocognição, a partir de trabalhos de Charteris-Black (2013), Fauconnier e Turner (2008), Fauconnier (2015), Lakoff e Johnson (1992 [1980], 1993, 2003); das discussões a respeito do Discurso político e da Argumentação, nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002).

2 Relações de poder via discursos: o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A ideia de se criar uma comunidade de países, cujo idioma fosse a Língua Portuguesa, inicia-se em 1902 com o brasileiro Sílvio Romero, que propôs uma Federação Luso-Brasileira, constituída pelo Brasil, por Portugal e suas colônias, a fim de se fortalecer diante das potências da Conferência de Berlim – decorrida entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 –, uma vez que, nesta, negociavam-se práticas de poder no campo internacional, tal como o direito internacional colonial, tendo como temas, sobretudo, a repartição da África, o tráfico de escravos e a livre navegação dos rios internacionais.

Em Portugal, também no início do século XX, o poeta Fernando Pessoa defende uma nova concepção de quinto império – baseada na Língua e na cultura de Portugal –, diferentemente daquela de cunho material, defendida pelo Padre Vieira duzentos e cinquenta anos antes, a qual se voltava, sobremaneira, para a ocupação de terras. Conforme Faraco (2016, p. 235), nessa época:

Portugal estava, de novo, imerso em grande crise política interna: tinha recentemente sido humilhado pelo Ultimatum britânico de 1890; a economia ia aos frangalhos. Tempo de manifesta pequenez e de graves ressentimentos, propício, portanto, para sonhar com grandezas futuras [...]

A respeito desse contexto de incertezas e sobre o “sonhar com grandezas futuras”, Faraco (2016, p. 236) ainda nos diz que foi tal entorno político, social e econômico que motivou certos intelectuais a “defender a necessidade de um renascimento cultural da nação”. Com o argumento de que a literatura portuguesa

escrita por intelectuais reconhecidos na época seria o alicerce para a criação de um império cultural, Fernando Pessoa passa a propor uma unidade espiritual. Em seu livro *Desassossego* (1913), entre outros textos, há pistas linguísticas desse conceito simbólico de unidade atrelado à Língua Portuguesa: “Não tenho sentimento algum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha Pátria é a Língua Portuguesa. Nada me incomodaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente”.

Na visão de Castells (2013), o qual retoma os pressupostos de Weber ([1922], 1946) acerca do conceito Estados-nação, estes podem ser considerados como comunidades culturais, de sentimentos, que podem criar seu Estado próprio. As relações de poder, nesse sentido, vão além de uma disputa entre territórios demarcados, avançam de tal maneira que estabelecem união entre pessoas de diferentes Estados construídos territorialmente. Parece-nos ser o caso da proposta de Fernando Pessoa, para quem “não há separação essencial entre os povos que falam a língua portuguesa” (2011, p. 243).

Embora o escritor tenha mencionado que não tinha sentimento político ou social, pode-se afirmar que Fernando Pessoa, ao dar o estatuto de pátria à língua, procede ideológico e politicamente ao conduzir a ideia de uma língua simbólica, desvinculada das relações que toda língua mantém com sua cultura, sociedade e história, intrinsecamente, influenciadas pelas atividades políticas. A respeito desse procedimento, relacionando-o às relações de poder criadas e reproduzidas via os discursos situados, temos que o poeta procede a uma resposta ao contexto da época, em que as conquistas territoriais de Portugal já não mais legitimavam o país interno e externamente.

São relações de poder via discursos influentes dessa ordem que caracterizam a sociedade como detentora de grupos produtores de crenças e de valores por meio dos quais se pode criar bases materiais ou simbólicas de poder. Para van Dijk (2016, p. 18):

Relevante para os recursos de poder simbólico é o acesso preferencial ao discurso público, como no caso das elites simbólicas, tais como políticos, jornalistas e professores. Dessa forma, cada grupo social não é só caracterizado por suas estruturas, relações com outros grupos, as características de seus membros, mas também pela presença ou ausência de recursos de poder

De acordo com a citação anterior, as elites simbólicas, de cada época, cumprem o papel social de disseminadoras de ideias, possuem autoridade para falar e acesso a várias maneiras de divulgar seus discursos em lugares legitimados. É por esse caminho que se delineou a concepção da Língua Portuguesa como um poder simbólico na histórica. Tais procedimentos não se encerraram com os discursos de Fernando Pessoa, também o intelectual português Agostinho da Silva, na década de 1950, defendeu a ideia de um Portugal maior que Portugal, uma comunidade cultural e linguística, de modo a entender que havia uma missão por parte dos povos falantes da Língua Portuguesa de construir um tempo de paz, liberdade, fraternidade e harmonia (FARACO, 2016).

Preso em 1943 em Portugal e confinado em exílio interno, Agostinho da Silva partiu para o Brasil, onde permaneceu até 1969. Foi no início da década de 60 que, como assessor do então presidente Jânio Quadros, sugeriu ações pelas quais se pudesse aproximar o Brasil dos países africanos que estavam se libertando do colonialismo europeu (FARACO, 2016); naquele momento, ele pode influenciar na política externa do Brasil.

Para Faraco (2016), pode-se afirmar que Agostinho da Silva foi um inspirador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na mesma direção, José Aparecido de Oliveira (2009, p. 174-175), embaixador e político brasileiro, diz que:

O Professor Agostinho foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo em que tendia para a globalização, Ele previu com todas as suas nuances e consequências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona, com relação à África. Foi ele que, pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes. E, além disso, dava uma palavra segura de advertência sobre nosso futuro. E entendia que era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento da nossa língua comum.

Agostinho da Silva, em 1959, sugere uma Comunidade Luso-Brasileira com vista a uma missão religiosa a partir do elo entre a Europa e a não Europa. Posteriormente, apresenta a ideia de uma Confederação de Povos de Língua Portuguesa, uma unidade Supranacional, por meio da qual se pudesse garantir a individualidade de Portugal na Península Ibérica. O Brasil, para ele, seria o único que poderia levar a Confederação adiante, em razão de entender que o país passaria credibilidade e poderia reunir os outros povos a sua volta.

Mais uma vez, o argumento volta-se para a Língua Portuguesa, a qual é vista como o principal meio de unir e propagar ideias doutrinárias, capazes de transformar o mundo. Ao se tratar uma língua para além do que ela é em si, promove-se um distanciamento desse objeto, atribuindo a ele o que de fato está em seu entorno ou em sua constituição: os homens e suas relações de poder, suas concepções de mundo e suas ações sobre ele. Os discursos que tomam a Língua Portuguesa nesse viés podem orientar conceptualizações acerca dela como se a tomassem como objeto do mundo, posto em discurso e em debate, um grande contêiner no qual se reúnem pessoas e tudo o que a elas é relacionado em discursos diversos, historicamente delineados.

Assim é que entendemos que o poder se estabelece via discursos e processamentos sociocognitivos, a promover leituras e releituras de mundo diante diferentes frentes e, consecutivamente, encaminhando ações e reações político-sociais, extremamente, ligadas. Sendo o discurso uma maneira de exercer poder, as características de quem o faz e de onde o constrói interligam-se a de outros seres humanos diacrônico ou sincronicamente, a estabelecer uma rede coletiva de ideias, acrescidas, reconstruídas, reformuladas conforme cada falante/escritor e seus posicionamentos.

Em especial, no caso da construção da Língua Portuguesa como objeto simbólico de poder, pode-se entender que tal encaminhamento foi-se constituindo face às ideias de Fernando Pessoa e de outros poetas portugueses, retomadas e atualizadas nos discursos de Agostinho da Silva, com os quais José Aparecido de Oliveira estabelece contato e, como Ministro da Cultura do governo de José Sarney, participa da primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa em 1989, momento em que se cria o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se propõe a promover a língua e, de acordo com Faraco (2016, p.248), para se criar “os caminhos para que ela pudesse cumprir ‘o seu destino e dever’, conforme idealizava Agostinho da Silva”.

Observa-se, assim, que estruturas discursivas e sociais entrelaçam-se de maneira a consolidar determinadas concepções, as quais podem ser mantidas ou reformuladas de acordo com o que se apresenta nos discursos e como esses são encaminhados e acessados. Nesse viés, van Dijk (2016, p. 16) afirma que: “As mentes dos usuários da língua são concretamente incorporadas em pessoas reais que, além de indivíduos únicos, são membros de grupos, instituições e organizações sociais, e que interagem e se comunicam com outros membros por meio do discurso”.

Em fevereiro de 1994, em Brasília, sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores recomendaram que se realizasse uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a fim de se adotar o ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Também foi decidido que fosse criado um grupo permanente em Portugal, em Lisboa, representado pelo diretor de política externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e, também, por embaixadores de Lisboa.

Outras reuniões foram realizadas nos dois anos seguintes – em Lisboa, 1995, em Maputo, 1996. Nas negociações, estabeleceram-se as áreas de cooperação entre os países: concertação político-diplomática, cooperação econômica e empresarial, cooperação com organismos não governamentais, entrada de funcionamento do IILP. Na declaração constitutiva de 1996, lê-se a respeito da Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;
- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

A partir do que se lê na citação anterior, entende-se que a construção da Língua Portuguesa, via texto documental, encaminha-se para a ideia do que é comum entre os membros – “vínculo histórico, património comum, convivência multissecular” – e para a de instrumento de comunicação entre os países. Pressupõe-

se que a articulação da história dos países envolvidos tem Portugal como ponto de partida, sobretudo, por conta da consolidação de seu idioma e de sua cultura pela colonização dos países envolvidos, mesmo que não se indique dessa forma.

De fato, uma comunidade internacional dessa ordem caracteriza-se por sua arquitetura em rede, cujo alcance vai além das marcas territoriais. Corresponde a uma comunhão estabelecida, em grande medida, via as crenças pessoais e as de grupo – suscetíveis a uma aderência global – as quais permeiam a criação de valores que subsidiam as negociações e, consecutivamente, as expressões de poder. Mais do que se criar uma rede de relações com interesses comuns, vale-se a intersecção entre redes para se legitimar, ou mesmo, para fortalecer as ideias propostas.

Nessas situações de luta por um espaço nas relações internacionais, a argumentação política alinha-se ao que propõe Meyer (2016, p. 27), para quem a retórica é a negociação da distância entre homens a propósito de uma questão, de um problema. Este problema pode uni-los como opô-los, mas reenvia sempre para uma alternativa”. Nesse caminho, a dinâmica argumentativa está para “as relações de dominação entre redes” (CASTELLS, 2013, p.63), das quais o jogo político global toma parte e nas quais os discursos inserem-se com o papel de criar parcerias, cujas forças dependerão do modo como as outras redes a elas reagirem. Trata-se, pois, de um processo de legitimação via valorização e, consecutivamente, permissão, que é constituído à medida que se convence tanto os parceiros diretos (argumentação entre os membros da comunidade) e os que ainda não são, mas podem vir a ser parceiros legítimos.

3 Papel retórico da referenciação metafórica

Marcuschi (2005) assinala que os estudos semânticos-discursivos que se voltam para a questão da referência podem ser entendidos via duas vertentes. A mais antiga, dos estudos lógicos-semânticos e das análises naturalistas da linguagem, corresponde àquela que parte de uma concepção de linguagem como representação de uma realidade pré-existente e concebe a língua como transparente, um instrumento de comunicação. Na segunda vertente, da qual faz parte os estudos acerca da Referenciação, apresenta-se uma abordagem sociocognitiva e discursiva a partir da qual se entende que os referentes vão sendo construídos no intercurso do texto-discurso e estabelecem diálogos com a cultura, a situação interacional, as experiências individuais e coletivas dos participantes.

Desse modo, na perspectiva da Referenciação (KOCH, 2005; MARCUSCHI, 2005, 2007; ROCARATI, 2010), em vez de objetos de mundo, os referentes são concebidos como objetos de discurso, elaborados cognitivo e discursivamente pelos participantes de modo dinâmico e intersubjetivo, bem como, as entidades designadas em um texto-discurso não são dadas como apriorísticas, pois se realizam no intercurso verbal.

Além das formulações linguísticas de papel referencial, processos de ordem semântico-pragmática e multimodal também atuam na construção colaborativa de objetos de discurso de modo significativo, tais como as fotografias, os frames, as regras da situação interacional, as características dos participantes, etc. Denominadas Âncoras Textuais por Marcuschi (2005), esses elementos de naturezas distintas cooperam e inter-relacionam-se, a fazer que a construção de objetos de discurso se dê com o concurso de vários processos.

Estudos realizados a partir dessa concepção vêm-nos indicando que a construção de objetos de discurso consiste de uma atividade também de caráter retórico, em razão de a seleção lexical referencial possibilitar que se encaminhem modos de ver determinadas situações, pessoas, fatos, etc., pela maneira como elas interagem uma com as outras no desenvolvimento textual-discursivo e favorecem leituras específicas de mundo, repletas de axiomas específicos conforme a situação de produção.

No processamento referencial, metáforas conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980], 1993, 2003) podem ser ativadas de modo a suscitar referências duplas via determinadas seleções lexicais. Nesses casos, têm-se as anáforas associativas e as definições, as quais cumprem também papel predicativo dos objetos postos em discursos. Em ambos os casos, ocorrem mapeamentos específicos os quais podem colaborar com as finalidades básicas da Retórica Clássica – instruir (*docere*), agradar (*delectare*) e provocar determinadas ações (*movere*) – importantíssimas para a argumentação política. Nessa direção, buscar que políticos do exterior entendam o que se propõe e construam certas imagens acerca do que se diz pode ser uma ação possível via a seleção de determinadas seleções referenciais metafóricas e de específicas conceptualizações.

Pesquisas vêm demonstrando (CHARTERIS-BLACK, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011; MORENO, 2008; CHILTON, 1996, 2004; CHILTON; SCHÄFFNER, 2002; PALUMBO, 2008, 2010, 2013; entre outros) diversas ocorrências de metáforas conceptuais em pronunciamentos feitos por políticos, entre eles, os chefes de Estado. Procedimentos dessa ordem podem ser um indício significativo de a seleção metafórica possuir força pragmática tanto por ativar modelos cognitivos compartilhados cultural e socialmente, quanto por despertar sensações e compreensões advindas da corporalidade, as quais utilizamos para entender aquilo que nos cerca, conforme os pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual -TMC (LAKOFF; JOHNSON, 1992 [1980], 1993, 2003).

Desse modo, compreende-se que as metáforas conceptuais, em seu papel de construção de referências nos discursos políticos do campo internacional, possibilitam que se dê ênfase a uma dada construção discursiva do real, tal como ocorre no caso de se construir um idioma em termos de pessoa, família, etc., de modo a evidenciar e a associar características do domínio-fonte, as quais podem fortalecer a tese do discurso e favorecer a negociação pretendida. Uma estratégia discursivo-cognitiva central corresponde, pois, à seleção dos domínios-fonte, pois é a partir destes que se encaminham efeitos capazes

de tornar o discurso compreensível (*docere*), principalmente quando se trata de um público heterogêneo tal como o é o da CPLP, agradá-lo (*delectare*) e suscitá-lo a aderir a uma ideia (*movere*).

Como vimos, os agentes políticos da CPLP voltam-se para a constituição de uma rede global, capaz de agir diante de uma hegemonia político-cultural em curso na política internacional. Por tal razão, a argumentação atua, entre os membros da comunidade, para que haja participação mútua nos negócios e legitimidade de tal modo que os discursos são dirigidos para o que se é comum, a fim de se despertar o sentimento de pertencimento.

Entende-se que os objetos de discursos vão sendo organizados e encaminhados nessas práticas políticas, de maneira a promover determinadas qualificações, correspondentes aos países-membros, por meio das quais a persuasão age no sentido de construir a ideia de um Estado-nação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958], p. 143): “A organização dos dados com vistas à argumentação consiste não só na interpretação deles, no significado que se lhes concede, mas também na apresentação de certos aspectos desses dados, graças aos acordos subjacentes na linguagem que é utilizada”.

Ainda conforme esses estudiosos, nessa atitude de se jogar com o que se entende por comum, objetiva-se atingir o efeito de comunhão por meio de referências “a uma cultura, a uma tradição, a um passado comum” (op. Cit., p.185). Compreende-se que tal finalidade possa ser alcançada via o processamento referencial-metafórico, na medida em que se selecionam domínios-fonte relacionados a uma parte da história desses países, na qual a Língua Portuguesa foi-se tornando idioma oficial ou segundo idioma. De fato, o encaminhamento dado a essa história também se configura como estratégico, uma vez que se apresentam recortes que favorecem a ideia de pertencimento, enquanto que outras informações históricas são apagadas.

Quanto ao domínio-fonte, neste caso, a língua, a maneira de denominá-la e categorizá-la (Língua Portuguesa) já é um indício do tratamento dado a esse objeto de discurso. Não se debruça sobre as características socioculturais do idioma de modo especial, suas variações, sua abrangência em maior ou menor grau em cada país-membro, para dar ênfase ao que é único e global. A respeito desse encaminhamento, confere-se prestígio ao idioma na medida em que ele é tido como unidade, um recorte que permite associação entre o que diz sobre a língua e os países-membros da CPLP.

Parece-nos que se a construção da Língua Portuguesa corresponde a um objeto de acordo e cumpre função argumentativa também em razão de promover processo associativo entre um grupo e seus membros, a partir da seleção de valores compatíveis com a política internacional e com os objetivos de cooperação entre os países, assinalados na declaração constitutiva de 1996. Assim, do ponto de vista argumentativo, em consonância com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958], p. 369): “O valor do ato depende do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo; pessoa e grupo desempenham, com relação aos atos e aos indivíduos, um papel análogo que pode conjugar-se”.

4 Análise do corpus

A partir da discussão teórica apresentada, procedemos à análise de dois discursos: o da Abertura da III Assembleia Parlamentar da CPLP, pronunciado pelo Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, e o proferido por Dilma Rousseff, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões - Lisboa-Portugal, em 10 de junho de 2013. Examinamos as formulações linguísticas com papel referencial, relacionadas ao objeto de discurso “Língua Portuguesa”.

Primeiramente, observamos os segmentos subsequentes, do discurso de Dilma Rousseff, atentando-nos às partes destacadas.

(1)

A obra de Camões e, em particular, Os Lusíadas, fala de perto ao Brasil, não apenas por sua importância como monumento **do nosso idioma**, como monumento fundador **do nosso idioma**.

(2)

O papel da língua portuguesa como instrumento de cooperação de nossos países. [...] Hoje é, portanto, **um dia feliz para a nossa língua, a língua de Luís de Camões.**

(3)

Seus poemas, contos, crônicas e romances exaltam a riqueza e a pluralidade de expressões que pode assumir a lusofonia. Em suas palavras, **nossa língua nos dá, cito: “Raiz e lugar, mas também nos faz asa e viagem”.**

(4)

[...] **a língua portuguesa, um idioma forjado, difundido e recriado permanentemente no encontro entre diferentes.**

Observa-se que o objeto de discurso vai-se constituindo por meio das formulações “o nosso idioma” (duas ocorrências), “instrumento de cooperação de nossos países”, “a nossa língua” (duas ocorrências), “a língua de Luís de Camões”, “a língua portuguesa”, “um idioma forjado, difundido e recriado permanentemente no encontro entre diferentes”. Trata-se de um procedimento no qual se reitera a noção de conjunto, via a recorrência da seleção “nossa/nosso”, a partir da qual se pode demarcar o lugar comum dos países envolvidos, promovendo orientação argumentativa na medida em que se aproxima do público para agradá-lo e para surtir o efeito de identificação.

É interessante examinar que, em (02), a retomada do objeto de discurso “a nossa língua” ocorre com a formulação “a língua de Luís de Camões”. Ambas as seleções cooperam na apresentação das características da língua, a qual, em um primeiro momento, relaciona-se a todos os envolvidos e, na sequência, revela-se como uma língua específica, erudita, literária. Além do mais, tal como já afirmamos, é no processamento referencial em que se constroem os objetos de discurso via seleções específicas das quais o discurso toma parte e encaminha recortes avaliativos a respeito de certas referências, de maneira a promover um percurso norteador de sentido que pode favorecer a argumentação. Parece-nos que é o que ocorre com o corpus sob análise, em razão de a construção do objeto de discurso “Língua Portuguesa” dialogar com o tópico do encontro – prêmio Camões – a favorecer a compreensão do que se diz, via associação, e a indicar especificidades que remetem a um passado histórico, a uma língua como resultado da diversidade.

Quanto ao uso de metáforas conceptuais, temos que tais segmentos indicam-nos o papel retórico da utilização de domínios-fonte – língua é pessoa (“Um dia feliz para a nossa língua”), língua é objeto (“instrumento de cooperação entre nossos países”), língua é agente promotor de resultados (“nossa língua nos dá, cito: “Raiz e lugar, mas também nos faz asa e viagem”) – os quais favorecem um mapeamento cognitivo complexo a levar a ideia do poder da língua portuguesa, a qual pode agir, sentir e ser usada como instrumento a favor da CPLP.

Nessa direção, recorreremos ao que dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]) a respeito da utilização do símbolo para o fortalecimento da argumentação. Para eles, as especificidades atribuídas ao símbolo podem ser relacionadas àquilo a que se associa a ele. No caso do discurso sob análise, tem-se que ao se construir a língua portuguesa tradicional, com sentimentos e como agente de resultados, assim também se constrói o grupo por meio de um processo análogo.

Além disso, retomamos o pressuposto de Meyer (2016), quando nos diz que a argumentação pode ser encaminhada tanto para a exposição de semelhanças quanto de diferenças. Nas palavras do estudioso:

De facto, a retórica é o encontro dos homens e da linguagem na exposição de suas diferenças e das suas identidades. Eles afirmam-se aí para se encontrarem, para se repelirem, para encontrarem um momento de comunhão ou, pelo contrário, para evocarem essa impossibilidade e verificarem o muro que os separa.

No pronunciamento de Dilma Rouseff, por ele ter sido realizado em uma situação interativa de caráter também diplomático, a noção de cooperação e de comunhão sobressaem-se nas formulações de papel referencial por meio das quais a língua é mencionada. Examinamos que, no discurso proferido pelo presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, a construção discursivo e cognitiva do objeto de discurso “Língua Portuguesa” segue na mesma direção. Observemos os próximos segmentos, em (05), (06) e (07):

(5)

Cultura de várias línguas e língua de várias culturas misturaram-se de uma forma complexa, encontrando **um denominador comum: a capacidade de encontrar lugar para exprimir sentimentos comuns, a partir do princípio universal da dignidade das pessoas.**

(6)

A base fundamental para a continuidade desta cultura que nos faz a todos mais ricos é **a língua que nos une. A língua que, apesar de se chamar portuguesa, é de todos nós. É tão portuguesa, como ense, angolana, guineense, santomense, caboverdiana, moçambicana ou brasileira. E é de uma riqueza que continua a crescer**, pois todos os dias se adapta à realidade local nos nossos países, mais uma vez sem a pretensão de alterar, mas apenas de descobrir **um lugar comum para que nos possamos encontrar.**

(7)

A língua é o principal elemento que nos une, mas neste campo há ainda muito a fazer, não só ao nível local através do desenvolvimento da **língua** nos nossos países, sobretudo em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, onde existem programas específicos de apoio ao desenvolvimento da **língua**, mas também no plano internacional, garantindo que **a língua portuguesa** se torne idioma oficial das organizações internacionais, como as Nações Unidas e União Inter-Parlamentar.

O exame das formulações referenciais destacadas em (5), (6) e (7) – “um denominador comum um denominador comum: a capacidade de encontrar lugar para exprimir sentimentos comuns, a partir do princípio universal da dignidade das pessoas”, “a língua que nos une”, “A língua que, apesar de se chamar portuguesa, é de todos nós. É tão portuguesa, como ense, angolana, guineense, santomense, caboverdiana, moçambicana ou brasileira”, “um lugar comum para que nos possamos encontrar”, “A língua é o principal elemento que nos une”, “a língua”, “a língua” – permite que depreendamos que existe alinhamento no modo de se construir discursivo e cognitivamente a Língua Portuguesa nos dois pronunciamentos. As seleções lexicais de papel referencial são pistas indicativas de que se orienta uma conceptualização de língua portuguesa global como um grande contêiner, um lugar de encontro, de união dos povos dos países-membros. Tal procedimento faz-nos retomar as diretrizes da constituição de 1996, em que se recorre ao termo “cooperação” para se indicar os objetivos da CPLP: “áreas de cooperação entre os países: concertação político-diplomática, cooperação econômica e empresarial, cooperação com organismos não governamentais”. Agir em conjunto, portanto, também corresponde à tese defendida nos dois discursos, fortalecida pelo modo de se construir a Língua Portuguesa como símbolo do poder do grupo.

Tem-se, nessa direção, a atuação da argumentação política voltada para a construção de uma língua de poder. Sua presença no espaço global, em reuniões de organismos supranacionais, é um modo de disseminação e de legitimação dos países lusófonos. A respeito dessa relação entre o processo de legitimação de um Estado e o de valorização de uma língua, depreendemos o seguinte procedimento no discurso proferido por Fernando La Sama de Araújo:

(8)

A Língua Portuguesa é uma das línguas mais faladas no mundo, mas não é apenas por este motivo que defendemos que deve ser idioma oficial das Nações Unidas. É também e sobretudo por ser **um laço cultural de povos de todas as latitudes e por ser um veículo privilegiado por transportar o património imaterial da humanidade: é um elemento de solidariedade fundamental multiétnico, que as Nações Unidas não podem, nem devem ignorar**

Vimos com van Dijk (2016) que o acesso preferencial ao discurso público dá-se pelos recursos de poder simbólico, os quais podem ser as elites simbólicas. Temos que um recurso central utilizado nos discursos da CPLP, para imprimir poder e ocupar lugar de prestígio, corresponde à Língua Portuguesa, a qual, quando conceptualizada como objetos (“um laço cultural de povos de todas as latitudes”, “um veículo privilegiado por transportar o património imaterial da humanidade”), viabiliza a ideia de se poder agir, e o acesso aos espaços de ação ocorre via a Língua Portuguesa.

5 Considerações Finais

A discussão teórica e as análises permitiram identificar que a construção metafórica e discursiva da Língua Portuguesa nos discursos tratou-se de um procedimento retórico a partir do qual se torna possível: propagar positivamente a imagem de um país e de seu grupo, fabricar o consenso na negociação política

internacional, criar efeito de comunhão entre os países lusófonos de maneira a fortalecê-los. No complexo jogo de poder existente na política internacional, parece-nos plausível reconhecer que a Língua Portuguesa vem sendo construída como um símbolo de poder e de comunhão pelos políticos da CPLP.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. Lisboa: Gulbenkian, 2013.
- CHILTON, Paul. **Analysing political discourse**. United Kingdom: Routledge, 2004.
- CHILTON, Paul. **Security Metaphors**. Cold War Discourse from Containment to Common House. New York: Peter Lang, 1996.
- CHILTON, Paul; SCHÄFFNER, Christina. **Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- CHARTERIS-BLACK, Jonathan. **Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Routledge, 2013.
- FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Parábola. 2016.
- KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I., V.; MORATO, E. M.; BENTES A. C. (org.) **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.
- LAKOFF, George. **Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: CUP, 1993, p.202-252.
- LAKOFF, George. **Moral Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- LAKOFF, George. **Retaking Political Discourse** (Palestra), 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UseIJAIXR-4>. Acesso em 20 nov. 2012.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live By**. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- LAKOFF, George.; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh**. The embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Book, 1999.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. Metaphors we live by. In: POTTER, J. (Org.). **Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction**. London: Sage Publications Ltd., 2003, p.124-132.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs.). **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2005, p.49-77.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MEYER, Michel. **Questões de Retórica**. Linguagem, Razão e Sedução. Lisboa: Edições 70, 2016.
- MONTERO, Maritza. Poder y Palabra: Mentira Implícita y Accidentes en Discursos Presidenciales. **Discurso e Sociedad**, v. 3, p. 348-371, 2009.
- MORENO, Marco Aponte. **Metaphors in Hugo Chávez's Political Discourse: Conceptualizing Nation, Revolution and Opposition**. Tese de Doutorado. New York: The City University of New York, 2008.

PALUMBO, Renata. **Referenciação e Argumentação**: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PALUMBO, Renata. A metáfora da guerra nos discursos de Lula: um estudo sobre os processos referenciais e argumentativos. **Revista Intercâmbio**, v. 21. São Paulo: LAEL/PUC-SP, p.78-97, 2010.

PALUMBO, Renata. **Referenciação, Metáfora e Argumentação no Discurso Presidencial**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

RONCARATI, Claudia. **As cadeias do texto**. Construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.

VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letronica**, v.09, n. especial, p. 8-29, 2016.

VEREZA, Solange. **Literalmente Falando**: o Sentido Literal como Metáfora Cognitivo- Pragmática. Tese de doutorado. São Paulo: Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2007.

VEREZA, Solange. Articulating the conceptual and the discursive dimensions of figurative language in argumentative texts. **DELTA**, v.26, número especial, p.701-718, 2010.

WEBER, Max. **Economy and society**. Berkeley: University of California Press, 1978 [1922].

Uma paratopia testemunho-documental no discurso da negritude

Rosângela Aparecida Ribeiro CARREIRA (IFMA/PUC-SP)

rosangela.carreira@ifma.edu.br

Jarbas Vargas NASCIMENTO (PUC-SP/UFES)

jvnf1@yahoo.com.br

Resumo: O território de embates a que pertence o discurso denota as relações de poder estabelecidas no tempo e no espaço como revelam os estudos de Althusser (1998), Pêcheux (1975), Foucault (2004-2005a) e Maingueneau (1983-2015), suportes conceituais para a *Análise do Discurso* (AD) para fundamentar a noção de *paratopia do discurso da negritude*. Consideramos *discurso da negritude* aquele que é instaurado pelas redes semânticas globais simbólicas estabelecidas como reação, defesa e manifesto do perfil cultural do negro, seja de forma *tópica*, atópica ou *paratópica*, em diferentes gêneros do discurso e por diferentes formações discursivas. Partimos dessas noções no recorte da análise do romance “Vencidos e Degenerados” de José Nascimento Moraes, discurso maranhense publicada em 1910, com o objetivo de revelar que as condições sócio-históricas de produção delineiam uma *proxêmica discursiva* capaz de desvendar elementos que levarão à concepção de uma *paratopia documento-testemunhal do discurso da negritude*, como ampliação das noções dadas por Maingueneau (1996, 2006 e 2010). Para isso, seguimos a característica interdisciplinar da AD apropriando-nos dos conceitos dados ao termo *negritude* por Cesàrie (1987), Fanon (2008) e Munanga (2006 e 2012), somados aos conceitos de *proxêmica* estabelecidos por Hall (1977), Knapp (1982) e autores da Antropologia, Sociologia e História.

Palavras-chave: Discurso; Paratopia; Negritude; Testemunho; Documental.

Abstract: The territory of conflicts into discourse belongs denotes the relations of power established in time and space as revealed by the studies of Althusser (1998), Pêcheux (1975), Foucault (2004-2005a) and Maingueneau (1983-2015), supports Concepts for Discourse Analysis (AD) to support the notion of paratopia in the discourse of *negritude*. We consider *discourse of negritude* that is established by the global symbolic semantic networks established as reaction, defense and manifested of the cultural profile of the black, be it topical, atopic or paratopic, in different discourse genres and by different discursive formations. We start from these notions in the analysis of the novel "Vencidos e Degenerados" by José Nascimento Moraes, a maranhense discourse published in 1910, with the aim of revealing that the socio-historical conditions of production delineate a discursive proxemic design of unveiling elements that will lead to the conception of a paratopia document-testimonial of the *negritude* discourse, as an extension of the notions given by Maingueneau (1996, 2006 and 2010). For this, we follow the interdisciplinary characteristic of AD appropriating the concepts given to the term *negritude* by Cesàrie (1987), Fanon (2008) and Munanga (2006 and 2012), together with the concepts of proxemics established by Hall (1977), Knapp 1982) and authors of Anthropology, Sociology and History.

Keywords: Speech; Paratopia; Negritude; Testimony; Documentary.

1 Introdução

O lugar do dizer; contudo, nem o dizer é o que foi propriamente dito, nem o lugar é sinônimo de espaço físico. O lugar do dizer é constituído por diferentes redes de construção de sentidos variáveis, nas quais estão envolvidos enunciadores, co-enunciadores e coenunciadores [ou seja, um “eu”, um “tu” e um “ele(s)”], em interação e em revezamento de posicionamentos, dentro de um dizer global, que pode ser avaliado pela relação estabelecida entre esses sujeitos. Por essa dinâmica, firmar o lugar do dizer é tão complexo quanto demarcar as relações discursivas por não dispor de um território demarcado.

Há discursos em que o lugar do dizer pode, aparentemente, coincidir com o espaço físico: por exemplo, no discurso jornalístico, em que notícias e reportagens, quase sempre, tratam de fatos reais e atuais. Entretanto, ainda que haja uma aparente semelhança entre o lugar do dizer e o espaço físico, o lugar do dizer não é o espaço onde se dá um fato, não é uma rua ou um local geograficamente identificável, mas sim é uma construção que, na maioria das vezes, parte de discursos constituintes.

No âmbito do discurso literário, esse espaço sempre será o verossimilhante entre o “real” e o ficcional, assim como a sua análise, em qualquer perspectiva, terá como pressuposto a observação de uma topologia não relacionada ao ambiente real, fixo e estável. Nesse aspecto, uma possibilidade será a de recorrer ao significado de “topos literário”.

Para a operacionalização do conceito de “paratopia discursiva”, introduzido por Maingueneau (2006), para analisar que o discurso se institui entre “um lugar e um não-lugar” e/ou nas relações estabelecidas entre eles, bem como para observar que há “lugares paralelos” a essas relações “ser e não-ser”, “estar e não-estar”, é necessário recorrer ao “topos literário” e ao próprio significado de *tópos*.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 474),

a palavra **tópos** (plural *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communi*, de que resultou *lugar comum*. (1) Fundamentalmente, um *tópos* é um *elemento de uma tópica*, sendo *uma tópica* uma heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergir argumentos. (2) *Um tópos* é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base.

A primeira conceituação remete a Aristóteles, pois tanto nos *Tópicos* (1987), quanto na *Retórica* (2000), tratará do *tópos*. Ainda que o filósofo não tenha dado uma definição clara dos *topoi*¹, divide-os em:

¹ Na versão da *Retórica* coordenada por António Pedro de Mesquita para a coleção Biblioteca de Autores Clássicos, subvencionada pela FCT/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, na nota de rodapé de número 40, o coordenador faz a seguinte observação: “Não é clara a doutrina aristotélica sobre os *tópoi*, pois Aristóteles nem nos *Tópicos*, nem na *Retórica* nos dá deles uma definição explícita. São princípios ou fontes de argumentação de natureza lógica ou retórica, e apresentam-se geralmente em dois grupos distintos: os *ídίοι τόποι* e os *κοινοί τόποι*. Os primeiros apresentam-se como os *tópicos* relativos a determinadas artes ou ciências, e especificamente apropriados a cada um dos gêneros do discurso oratório. Deles se forma o maior número de entimemas. Os segundos se apresentam como *tópicos* caracteristicamente retóricos, mais gerais, e aplicáveis a todos os gêneros de discurso. Mas esta definição carece de alguma clarificação. [...]” (2000, pp.102-3).

ίδιοι τόποι (**lugar específico**), característicos de determinados gêneros, e κοινοί τόποι (**lugar comum**), comuns a todos os gêneros².

2 O topos

Ao contrário do sentido que atribuímos hoje em dia ao termo *lugar-comum* (como algo popular ou vulgar), na concepção aristotélica, o lugar-comum seria a melhor técnica discursiva aplicável a diferentes situações discursivas, mas com algo em comum. Assim, a tópica seria o sistema de organização de argumentos relevantes e comuns a diferentes situações, ainda que tais situações demandem variações quanto ao gênero.

“Ernst Curtius (1976) e Roland Barthes (1970b e 1987) estudam essa *tópica* lógico-formal e argumentativa e sua transformação numa tópica de conteúdos, num repositório de temas, imagens e estilemas que se reiteravam.” (CUNHA, 1994)³. O reconhecimento dessa mudança de perspectiva na concepção *dos topoi* levará ao estudo de *paratopoi* possíveis dentro da multiplicidade de universos discursivos, a que chamamos *multiverso discursivo*.

O primeiro estudioso revisita *os tópicos*, renova sua concepção, ao analisar a continuidade da literatura europeia da Antiguidade à Idade Média, bem como afirma que a Literatura seria uma unidade de sentido lógico de Homero a Goethe. Para isso, cria um método histórico pautado na análise dos *topoi*, nas recorrências de fenômenos estilísticos e histórico-sociais que caracterizam o estilo de época. Para que perdurem, os *topoi*, nessa perspectiva, têm como natureza dois aspectos essenciais: a função reveladora de ideologias e a concretude manifesta linguisticamente (CURTIUS, 1976 *apud* CUNHA, 1994).

O segundo, por sua vez, ao colocar em xeque o papel do escritor, do texto, do leitor e do sistema lógico-literário instituído pela própria crítica, assume que “uma impiedosa *tópica* regula a vida da linguagem; a linguagem vem sempre de algum lugar, é *topos* guerreiro.” (BARTHES, 1987, p. 39). Infere-se que há sempre um discurso fundador a revelar essa tópica. Nem sempre é um discurso facilmente identificável pela memória discursiva, mas está immanentemente presente.

Quanto à terminologia aristotélica, Curtius (1978) não somente a retoma, mas também a estende, aproximando-a, ainda que de forma superficial, da concepção de “discurso constituinte” da AD, ao sustentar que *os topoi*, nos termos propostos por Aristóteles, fazem parte dos elementos que constituem os gêneros como estratégias de persuasão.

No campo literário, Curtius (1978) sustenta que *os topoi* literários não somente identificam os sujeitos do dizer como uma estratégia, mas caracterizam o *próprio dizer* literário como marca constituinte

² Tradução nossa.

³ Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22190/1/Da%20imposs%C3%ADvel%20atopia.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2013.

recorrente geradora de unidade. Os *topoi* são responsáveis pela “unidade de sentido” literário que, segundo o autor, não pode ser verificado, se fracionado. Revelam, em virtude disso, *o dizer ou os dizeres* de uma época e sua ideologia.

Curtius (1978), portanto, atribui *aos topoi* o estatuto *de lugar histórico de um dizer* como uma possibilidade de análise temporal histórica, mas que, por sua recorrência no tempo, tornam-se também atemporais. E contribui para a passagem ao “topos literário”: por mais incongruente que possa parecer, a recorrência que aproxima os *topoi* dos discursos constituintes é a mesma que os faz perdurar, pois o passado atemporal é “*rasgo constitutivo de la literatura, implica que la literatura del pasado puede actuar siempre en la literatura de cualquier presente*” (CURTIUS, 1978, p. 34) (grifo nosso).

Barthes (1987), por sua vez, também revê as categorias aristotélicas, explora a concepção de “lugar” ao propor, por exemplo, uma *atopia* para o texto. Em nosso entender, ao fazer tal proposição, Barthes institui múltiplas possibilidades de extensão significativa para *o topos*, eis que deixa de ser relacionado à estrutura linguística, à situação comunicativa ou ao sujeito do dizer para ser dimensionado pela união desses elementos.

Essa perspectiva parte de diferentes pontos de referência: já não se trata de quem fala, para quem e como; também já não se trata de verificação linguística ou estilística somente, porque há uma “logosfera” que envolve a linguagem, o texto, a situação comunicativa, o autor e o leitor.

Cunha (1994) faz uma avaliação sobre *o topos* literário e considera a *atopia* impossível, porque, para ele, mesmo a anti-tópica derridariana confere ao discurso uma tópica. Além disso, observa que as transformações da tópica aristotélica em tópica literária, influenciadas pelos estudos cognitivistas e semióticos, instituíram novos reportórios temáticos: até mesmo os estudos de *frames* e quadros intertextuais impõem novos lugares, por exemplo, na relação autor/leitor. Com efeito, *os topoi* hipercodificam-se:

decorrente destas potencialidades combinatórias e de acordo com os contextos culturais em que é utilizado, *o topos* revela-se polissêmico e muitas vezes simbólico, de acordo com o co-texto em que está inserido, podendo ocupar um papel central ou periférico, estruturar-se de modos diversos, e articular-se com outros *topoi*. A sua dimensão histórica e convencional, verificável em textos retóricos e poéticos, parece ser, contudo, a sua principal característica. O seu re-uso e permanência na memória do sistema semiótico literário resulta, assim, do facto de representarem ideais e convenções estético-morais sancionadas pela tradição. Desta forma, *os topoi* funcionam como um “contexto vertical”, servem de modelo de referência na tradição literária, tanto para os emissores como para os receptores, sendo usados de modo polivalente nos diversos textos e contextos, numa linha de continuidade ou de forma transgressiva, o que transforma estes macro-signos em referentes homossistêmicos, que só possuem verdadeiro significado relativamente aos *topoi* já consagrados na memória do sistema semiótico literário. (CUNHA, 1994, p. 4-5).

Com relação ao modo como o homem encara a realidade física, psicológica e cultural, constata-se que as transformações sociais e científicas influenciam sobremaneira a forma como estabelecemos e vemos as relações de tempo-espço. Por exemplo: para o homem medieval, no período teocêntrico, o universo era

restrito ao horizonte repleto de mistérios, no antropocêntrico; o universo era o homem, já para o homem contemporâneo, a Física Quântica também contribui para a proposição de uma visão de universos múltiplos, em que o tempo pode ser redobrado, fazendo com que as próprias concepções de tempo e lugar também se expandam.

De igual modo, assim como as percepções de realidade se ampliam e se multiformam, assim também os estudos linguísticos se sobrepõem e se entrecruzam: a noção de signo se expande à noção de enunciação e, conseqüentemente, à de discurso.

Sob a perspectiva discursiva, essa multiplicidade de *topoi* se institui tanto pela *constituência* discursiva quanto pela *primazia do interdiscurso*, tal como proposta por Maingueneau (2010): se consideramos que todo discurso é primordialmente interdiscursivo, tanto o tempo quanto o lugar do discurso podem ser ampliados, duplicados ou multiplicados. Maingueneau (2010) afirma que é possível analisar o *topos* discursivo e reputa a existência de *tropismos*, *atopia*, *mimotopia* e *paratopia*.

Os **tropismos** são discursos que guardam certas semelhanças com os discursos constituintes, seja por sua temática ou por seu alcance, mas não podem se autolegitimar, o que os exclui da *constituência*. Maingueneau (2010) cita como exemplos os discursos políticos que atingem a coletividade, de forma *global*, mas são legitimados por ela, e também os discursos dos universos musical e esportivo, que se apresentam nas “sombras”, isto é, ainda de forma nebulosa para uma caracterização.

A **atopia** é o *não-lugar* característico de discursos que, por alguma razão, estão à margem da sociedade, como o discurso pornográfico, por exemplo, numa ambivalência entre a existência e a não-existência, o pertencer e o não-pertencer.

A **mimotopia**, que remete ao universo grego, mas é nova no universo da AD, é atribuída por Maingueneau (2010, p. 170) ao discurso publicitário, porque “duplica, em simulacro, o conjunto de todos os outros, simultaneamente localizado e ilocalizável”. Por se tratar de algo novo, acreditamos que há ainda muito o que se pensar, uma vez que a *mímesis* atribuída ao discurso literário serve como âncora para que o discurso publicitário consiga a adesão dos participantes. Essa adesão o aproximaria da *constituência* literária e o faria compor mais uma espécie de tropismo; porém, consideramos que tanto o discurso publicitário quanto esse aspecto *mimotópico*, ou mesmo, *semiotópico*, ainda precisam de uma exploração maior para firmarem-se como categoria de análise.

Já a **paratopia** expressa o pertencimento⁴ e o não-pertencimento, a impossível inclusão em uma “topia”. Podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte é suscetível de

⁴O termo “pertencimento” pode ser associado à “pertença”, advindo da palavra *pertinentia*, “como aquilo que me diz respeito”. Para Garfinkel (1967 e 1996), remete às relações intersubjetivas: atribui ao sujeito e ao outro as representações de realidades construídas e vivenciadas naquilo que está implicado às suas próprias ações, anseios e projetos. Discursivamente, em nosso entender, o pertencimento relaciona-se também aos sujeitos. Por meio dos discursos, os sujeitos criam representações, constroem sentidos e instituem um lugar para o seu dizer. Esse lugar pode revelar-se nos sentidos atribuídos aos discursos na FD, no contexto de produção,

explorar: ela pode assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é o seu; de alguém que se desloca de um lugar para outro sem se fixar; de alguém que não encontra um lugar; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (*paratopia de identidade*); de um lugar (*paratopia espacial*); ou de um momento (*paratopia temporal*). Há, ainda, as *paratopias linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracterizam aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua. (MAINGUENEAU, 2008)

Por suas intrincadas relações com o *corpus*, o estudo da paratopia é aprofundado no tópico seguinte.

3 A paratopia

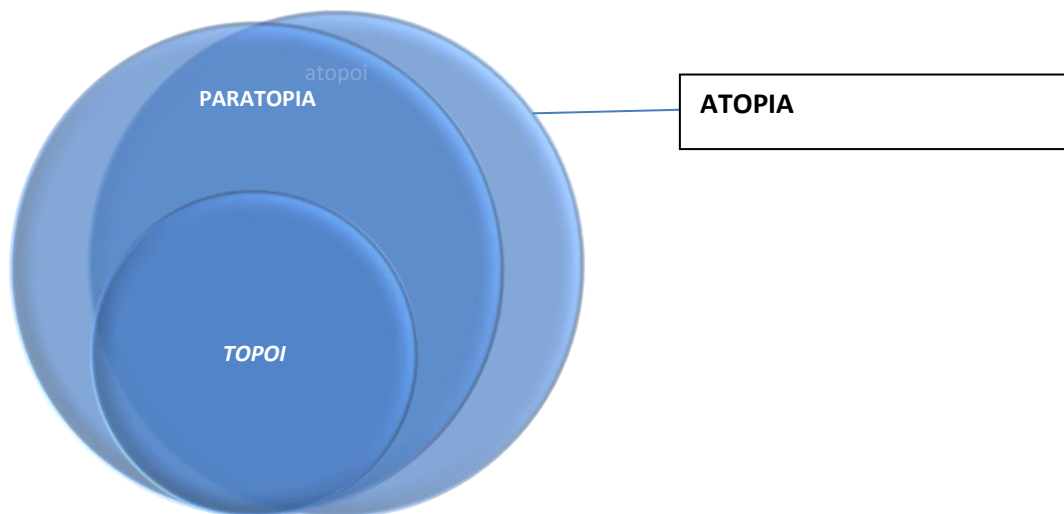
A **paratopia**, conforme Maingueneau (2008, p. 160), pode manifestar-se em dois níveis complementares, mas não hierárquicos:

- no nível do conjunto do discurso constituinte: os discursos religioso, filosófico, científico, os quais pertencem e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raíam o indizível e o Absoluto;
- no nível de cada produtor de texto pertencente a um discurso constituinte: para estar em conformidade com sua enunciação, deve construir ele mesmo uma impossível identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade.

Dos princípios expostos até aqui, pode parecer simples extrair o seguinte esquema:

na memória coletiva etc. Contudo, *a atopia* revela a não aceitação desse pertencimento, como no discurso racista, por exemplo, e a *paratopia discursiva* denota a presença cindida desse discurso; por isso, esta noção pode demonstrar “o pertencimento e o não pertencimento”.

Figura 1. Tópica Discursiva



Essa relação, entretanto, não é tão simples, em função das múltiplas facetas que a paratopia pode determinar. Assumimos, com Maingueneau (2006, 2008a e 2010), que os discursos constituintes são essencialmente paratópicos; mas, verificamos que a análise de um discurso paratópico requer do analista o esforço de demarcar *um locus* para, a partir dele, deslocar-se rumo ao paradoxo discursivo, a fim de determinar sua paratopia. Ainda assim, esse discurso somente poderá ser considerado paratópico se sua existência se sobrepujar à análise. Isto é, todo discurso apresenta paratopia; entretanto, a análise do discurso só será paratópica se a paratopia sobrepujar o próprio discurso.

Importante também é diferenciar *interdiscurso* e *paratopia*. O discurso é atravessado por múltiplos outros discursos que podem se manifestar explícita ou implicitamente, nesse caso, temos *interdiscurso*. Já a paratopia segue em paralelo ao discurso, logo, não o atravessa, conforme demonstra a própria etimologia da palavra (para+topos).

Por isso, consideramos que um discurso paratópico pode, inclusive, se sobrepor ao discurso tópico, pois Maingueneau (2006, p.108) afirma que “**a paratopia só existe integrada a um processo criador**” (grifo nosso). Sustentamos que, se a paratopia se sobrepõe de algum modo, temos um discurso essencialmente paratópico. Dessa forma, dependendo da intensidade paratópica, o esquema acima pode ampliar-se, multiplicar-se ou inverter-se.

A paratopia pode, pois, caracterizar-se de diferentes maneiras:

Quadro 1. Tipos de Paratopia

Tipos de Paratopia	Caracterização
<i>Paratopia de identidade</i>	Aquela que indica afastamento e/ou negação de pertencimento a um grupo. Pode ser de ordem: <ul style="list-style-type: none"> • familiar: desviantes da árvore genealógica, crianças abandonadas, escondidas etc. • sexuais: do universo dos travestis, homossexuais, transexuais, adúlteros etc. • físico: pela raça, doença, deficiência etc. • moral: do criminoso. • psíquica: do louco. • tolerada: comediantes de outrora, prostitutas, trabalhadores clandestinos. • antagonismos: os salteadores. • alteridade: o outro/o “exótico”.
<i>Paratopia espacial</i>	Quando o lugar não é o lugar do sujeito do discurso. Por exemplo, na “literatura de exilados”
<i>Paratopia temporal</i>	Marcada pelo anacronismo: meu tempo não é meu tempo.
<i>Paratopia linguística</i>	Quando o multilinguismo participa e/ou interfere na criação: minha língua x língua do outro.

Fonte: Adaptado de Maingueneau (2006).

A riqueza do discurso literário e as infinitas possibilidades de criação enunciativa denotam que a própria *mimesis* literária relaciona-se intimamente à paratopia discursiva, numa relação de reciprocidade, imanência, tensão e certa dependência entre processo criativo e paratopia, porque

a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra. Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada. A paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra. (MAINGUENEAU, 2006, p. 109)

Com base nessa ilustração analítica, na imbricação entre processo criativo e paratopia, e conforme o exposto em tese de doutorado, acrescentamos as seguintes categorias às propostas por Maingueneau (2010), com relação à paratopia relacionada aos gêneros do discurso, numa tentativa de contribuir para o avanço das discussões:

Quadro 2. Novas categorias paratópicas.

Paratopia autoral	No caso de pseudônimos utilizados sem a função de pseudônimos, ou seja, quando são apenas codinomes reconhecidos pelos enunciadores e co-enunciadores, como ocorre no exemplo dado.
Paratopia constituinte	Meu discurso não é meu discurso, como o Velho Testamento para o judaísmo e para o cristianismo. Quando a paratopia do discurso é um discurso constituinte.
Paratopia afásica	Quando o juízo expresso não condiz com o juízo problemático criador e/ou social. Por exemplo, em auto-biografias extremamente idealizadas, em que se omitem fatos relevantes de conhecimento geral.
Paratopia investigativa	Quando ficção e realidade se misturam, ou quando a ficção se apoia numa investigação paralela. Em romances jornalísticos, por exemplo.
Paratopia documental	Discurso recriado a partir de documentos, ou seja, esse discurso não é o meu, não sou eu que digo, mas a autoridade do registro documental. Ou ainda, quando o discurso serve como registro de discursos de épocas nas quais não vivemos, em realidades pouco exploradas ou não letradas, sem registros, por exemplo.
Paratopia testemunhal	Meu <i>dizer</i> não se diz testemunhal, não é testemunho, mas sou testemunha, e esse fato se sobressai ao dizer. Quando o discurso não se pressupõe testemunhal, mas o faz paratopicamente, pela relação criador x fatos históricos, ou criador x crimes de guerra, por exemplo.
Paratopia testemunho-documental	Meu dizer não é testemunho, mas sou testemunha e esse fato se sobressai ao dizer e ainda serve de registro para historiadores, por exemplo. Caso de <i>Vencidos e Degenerados</i> .

4 Proxêmica: o design do dizer

Diante do exposto, defendemos que todo discurso apresenta algum tipo de paratopia. Mas há discursos em que essa paratopia caracteriza-se como discursos paratópicos que se sobrepõem ao dizer ou o mantêm. Isso, sobretudo, no universo literário, onde já existe o axioma real e ficcional. Neste ponto, tomaremos emprestado o termo “proxêmica” para explicar nosso princípio de análise paratópica.

O termo proxêmica apresenta suas raízes no pensamento aristotélico: na Poética, onde discorre sobre o posicionamento dos atores para a constituição do espaço, estabelece afastamentos e aproximações necessárias à verossimilhança do discurso; e na Retórica, quando discorre sobre o ethos do orador e a constituição do espaço interacional-discursivo.

A paratopia de Vencidos e Degenerados, romance maranhense escrito em 1910, está tanto no nível do discurso constituinte, porque se trata do discurso literário, quanto no nível individual de criação.

A primeira paratopia presente na cena genérica, englobante e cenográfica é a de identidade, categoria analisada por Maingueneau (2006, 2010). Para a construção da paratopia, como vimos anteriormente, é fundamental a noção de embreagem, é ela que materializa a ação global paratópica.

Os locutores somados aos enunciadores, aos *ethé* e à imagem de autor que serão os embreantes necessários para a avaliação de como esse discurso da negritude acaba se revelando um testemunho-documental da realidade maranhense.

Há uma íntima relação de embate entre um “ser social”, um “ser ficcional”, um “ser criador” e um “ser para o outro/ser negro” na narratividade discursiva. Olivier e Cláudio são os embreantes paratópicos centrais porque representam a resistência negra que, apesar do branqueamento, luta por uma inclusão social para si e para os demais.

A paratopia de identidade (por tolerância e aceitação), todavia, não dá conta do fato de Vencidos e Degenerados ser considerado testemunhal, porque é um discurso literário. De sorte que, surge um novo movimento paratópico: o testemunhal, que se tornará testemunho-documental, a partir da exterioridade, ou seja, é a leitura que a sociedade (dos co-enunciadores) faz dessa paratopia identitária que fará dela um testemunho ou não.

Isso posto, é a aceitação do dito relatado como testemunho que trará para a obra a característica testemunhal. A partir do testemunho que ocorre de forma paratópica, sua materialização documental, quando seu valor testemunhal se sobrepõe, e o enunciado torna-se documento para corroborar dada realidade, gerando novos enunciados, textos e discursos. A título de ilustração do que dissemos, relatamos abaixo, estudos que surgem por conta dessa força paratópica, cuja proxêmica torna a relativização ficção e realidade menos tênue.

Quadro 3. Estratégias paratópicas testemunho-documentais.

Discurso Relatado	Estratégias paratópicas	Paratopia Testemunho-documental
		Na dissertação de mestrado intitulada “Em nome da cidade vencida: a São Luís de José do Nascimento Moraes. (1889-1920)” feita pela pesquisadora Adriana Gama de Araújo da UFRN na área de História, o romance é tomado como documento, cujo elemento debreante é a cidade de São Luís. Na pesquisa, o enunciado romanesco é tomado como registro documental da

		organização e decadência da sociedade ludovicense.
Escolares e moleques que brincavam por ali puxavam fazendas de amostras colocadas às portas, gritavam-lhes obscenidades em frases árabes já deles conhecidas, e os carcamanos furiosos, ameaçavam com a mão fechada, esbravejavam, mostravam, selvagememente, as trancas das portas, ou, no auge da cólera por ouvirem repetidos os insultos lhes zunirem irritantes aos ouvidos, as vaías, sacavam revólveres das gavetas, com o que se afastava a troça. (MORAES, 1982)	A embreagem paratópica documental é a própria cena de enunciação formada pelo todo de <i>Vencidos e Degenerados</i> , relacionado à historicidade imanente ao discurso à História, os embreantes servem assim como corporificação de um testemunho e de um documento.	Em dissertação de mestrado intitulada <i>Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações</i> , o pesquisador Marcelo Vieira Magalhães na UECE, utiliza o romance para analisar as relações entre os ludovicenses e esses povos, partindo do enunciado, em que os elemento debreante é a xenofobia.
		<p><i>“Porões e salões, mundos antagônicos em uma sociedade hierarquizada: Representações sociais de São Luís do Maranhão no romance de José do Nascimento Moraes (1900-1915)”</i> estudo feito por Helayne Xavier Brás, mestranda de História Social pela UFMA</p> <p>Em que o foco está nos estratos sociais e na interrelação existente na obra tomada a partir da realidade histórica como relato.⁵</p>

Nos recortes acima, observamos que o discurso relatado foi tomado, por estudiosos, como discurso testemunho-documental para estudo da realidade maranhense pós-colonial.

Esse fato atesta nossa tese de que existe *uma paratopia testemunhal* que está *além e aquém* do estilo da obra e surge por meio dos contratos genéricos, mas só será testemunho, documento ou testemunho-documental, se adquirir força paratópica relacionada à criação.

De fato, é na alteridade somada à historicidade discursiva e de como ela é interpretada discursivamente que se institui a paratopia testemunhal. A paratopia testemunho-documental se dá na medida em que a proxêmica entre *o topos, o paratopos*, a situação e o condições de produção ocorrem de

⁵ Assinalamos somente esses estudos, pois, conforme observamos em nossos estudos, a obra é ainda pouco investigada, mas o fato de ser tomada como documento em áreas de História e Sociologia reforça nossa tese. Há ainda alguns poucos estudos relacionando o livro aos estudos de Literatura e afrodescendência, mas nesses casos específicos o topos se sobrepõe à paratopia, pois o enunciado é considerado em somente em seu aspecto linguístico e literário, segue as premissas de análise da Crítica Literária.

forma que as distâncias entre eles diminuam. Se a paratopia está relacionada ao criador, para que seja tomada como *testemunho-documental* estará também intimamente relacionada às condições sócio-históricas histórico e aos co-enunciadores.

Há uma relação entre enunciado, processo de criação e historicidade de tal forma que *a cena de enunciação* torna-se testemunho de uma realidade e, nesse caso específico, torna-se documento que relaciona obra e realidade, das quais se valem estudiosos, críticos e leitores maranhenses para tratar de questões relevantes como a decadência pós-colonial, hábitos e costumes, representações intelectuais e outros aspectos voltados à História real do Maranhão.

Há um discurso relatado, cuja narratividade adquire força circunstancial e é, nessa inflexão, que se encontra “o entre-lugar”. A narratividade da obra cruza-se à História reforçando o poder da historicidade discursiva do enunciado como registro da História do negro no Maranhão e, como tal, adquire força de resistência, tornando-se *discurso da negritude*. Nessas estratégias aproximativas, repousa a proxêmica necessária para que um discurso paratópico testemunho-documental se instaure.

Esse fato atesta nossa tese de que existe uma paratopia testemunhal que está além e aquém do estilo da obra e surge por meio dos contratos genéricos, mas só será testemunho, documento ou testemunho-documental, se adquirir força paratópica relacionada à criação.

De fato, é na alteridade somada à historicidade discursiva e de como ela é interpretada discursivamente que se institui a paratopia testemunhal. A paratopia testemunho-documental se dá na medida em que a proxêmica entre o topos, o paratopos, a situação e o condições de produção ocorrem de forma que as distâncias entre eles diminuam. Se a paratopia está relacionada ao criador, para que seja tomada como testemunho-documental estará também intimamente relacionada às condições sócio-históricas histórico e aos co-enunciadores.

Há uma relação entre enunciado, processo de criação e historicidade de tal forma que a cena de enunciação torna-se testemunho de uma realidade e, nesse caso específico, torna-se documento que relaciona obra e realidade, das quais se valem estudiosos, críticos e leitores maranhenses para tratar de questões relevantes como a decadência pós-colonial, hábitos e costumes, representações intelectuais e outros aspectos voltados à História real do Maranhão.

Há um discurso relatado, cuja narratividade adquire força circunstancial e é, nessa inflexão, que se encontra “o entre-lugar”. A narratividade da obra cruza-se à História reforçando o poder da historicidade discursiva do enunciado como registro da História do negro no Maranhão e, como tal, adquire força de resistência, tornando-se *discurso da negritude*. Nessas estratégias aproximativas, repousa a proxêmica necessária para que um discurso paratópico testemunho-documental se instaure.

5 Situação Comunicativa testemunhal: universo, campo e espaço discursivo em Vencidos e Degenerados

Dentro da perspectiva de multiverso discursivo, adotada em nossos estudos de doutorado, a cena genérica instituída pelo romance é ainda o gênero discursivo, que, talvez, melhor o represente por sua heterogeneidade inerente e pelos contratos sociais múltiplos que estabelece e carrega em si diferentes possibilidades de usos da linguagem.

A cena genérica, quando estabelece um romance, forma uma unidade descontínua de comunicação, em que o contato entre o literário e o não-literário faz parte da característica que torna constituinte o discurso literário. “A narratividade é o princípio que organiza qualquer discurso” (GREIMAS; COUTÉS, 2008, p. 330), e é ela associada às condições sócio-históricas de produção e à relação entre enunciador, coenunciador e co-enunciador que norteia possíveis unidades semânticas dentro dessa multiplicidade de possibilidades que esse gênero apresenta.

Vimos com Lukács (2000) que é a heterogeneidade que será responsável pela descontinuidade do romance que, contraditoriamente, é o fator gerador da unidade, seja por meio da subjetividade dos interlocutores, seja na realidade a priori que se sobrepõe à realidade. Por descontinuidade, entendemos o fato de que a narrativa pode apresentar-se de n formas no plano textual, todavia, será no plano discursivo e nos procedimentos de leitura que efetivamente se darão diferentes possibilidades de unidade da cena de enunciação por meio de relações semânticas globais.

Por definição, *Vencidos e Degenerados* apresenta como cena genérica o romance histórico-social, cuja narratividade presente nos enunciados organiza-se em torno da abolição da escravidão e Proclamação da República. O fato de apresentar essa cena genérica deveria dar conta de uma explicação para os estudos feitos na área de História e Sociologia considerarem as minúcias de sua narrativa social, cultural e histórica como verdadeiro testemunho da sociedade maranhense da época. Jean-Yves Mérien (*apud* MACHADO, 1982) considera o romance de alto teor criativo, cuja estrutura representa não somente os aspectos históricos, mas também sociológicos da sociedade maranhense.

As características estilísticas desse discurso literário permitem a construção da cena genérica romance histórico-social para *Vencidos e Degenerados* e não romance testemunhal, tal qual apregoa a crítica literária, mas discursivamente o testemunho se estabelece.

Os gêneros do discurso emergem da sociedade, e suas características estão atreladas à sua função social; a cena genérica surge pela necessidade social de narrativizar a realidade e apresenta características histórico-sociais. O discurso literário busca, por meio dessa narrativização, imprimir aspectos miméticos próprios da verossimilhança literária, mas não o converte imediatamente em registro de uma dada “realidade” ou “experiência”, porque será no processo de adesão a esse discurso, que poderá converter-se em elemento aproximativo de uma dada realidade.

A cena genérica romance de testemunho surge socialmente como um gênero do discurso que une, de certo modo, a literatura a catástrofes, a experiências traumáticas ou violentas, imprime a necessidade de expor à memória, revisitar fatos e registrá-los na memória coletiva. O testemunho, como gênero do discurso literário, gera controvérsias com relação à sua análise, justamente por coadunar realidade e ficção, a partir de uma perspectiva subjetiva.

É na cisão entre o que é testemunhal e o que se configura ficcional, já estabelecida na análise de outros gêneros, como os romances históricos, que o discurso comporia uma terceira dimensão ou uma dimensão paralela, que perpassaria o dizer e o relato.

Embora seja utilizado socialmente como testemunho, o enunciado de *Vencidos e Degenerados* não segue, no plano textual, as características estilísticas da literatura de Testemunho, porque não se trata de um testemunho em primeira pessoa, em que o enunciador divide, de forma direta, uma experiência vivida pessoalmente a partir de uma experiência pessoal. A narratividade, a partir do ficcional, entretanto, deveria dar conta disso, como ocorre em *Memórias do Cárcere*, conforme as premissas de Bosi (1995), porém, isso não acontece, porque o enunciador que relata não assume seu enunciado como testemunho e não o escreve como se assim o fosse. Apesar disso, historiadores locais e nacionais tomam o enunciado como testemunho das agruras sofridas pelo negro e como documento histórico.

O enunciado no plano textual não serve para explicar o porquê de estudos históricos serem feitos a partir de sua narrativa, não somente como representação de uma realidade, mas também como (cor)relato de uma realidade histórica ou, até mesmo, como registro histórico. Logo, é no plano discursivo, que se explicam essas correlações, por isso, defendemos que o testemunho ocorre de forma paratópica.

José Nascimento Moraes, por sua carreira jornalística em defesa dos direitos da população e do negro e por sua história de vida, cria uma imagem de autor que, nessas condições sócio-históricas de produção, valida o *ethos* social presente na enunciação, outorga-lhe poder discursivo.

O enunciador valida de forma paratópica seu discurso, tornando-o testemunho-documental. Ao mesmo tempo, a atitude discursiva reacionária, que se observa na cena genérica, na englobante, na cenografia e também na paratopia é o que assinala a presença do discurso da negritude, como atitude discursiva atemporal. E é essa paratopia e a presença desse discurso da negritude, que pretendemos comprovar com esta análise.

Diante do que foi exposto, temos, como cena genérica, o romance histórico-social. A cenografia construída é de manifesto, que é corroborada no discurso de alguns enunciadores como Olivier, Cláudio e Prof. Bento⁶ na constituição da cena de enunciação e na interdiscursividade apresentadas no decorrer do

⁶ Olivier é um árduo defensor da abolição e de causas sociais, a cena denota que era um ativista político e um jornalista respeitado (primeira parte da cena englobante), Cláudio herda essa sua característica (segunda parte da cena englobante) e Prof. Bento, preceptor de ambos, não somente defende o mesmo posicionamento como escreve em prol da igualdade social.

plano narrativo. Essa interdiscursividade se dá na medida em que o pleito apresentado entre o discurso do dominador e do dominado é atravessado por outros discursos como o abolicionista, o monarquista, o republicano e outros.

A cena englobante é a de constituição social-republicana, envolve interações entre dominados e dominadores antes, durante e pós- abolição. Nela, a precisão de detalhes sociais, culturais e históricos ocorre, por meio de diferentes posicionamentos ideológicos na sociedade, e, por conseguinte, diferentes formações discursivas, que representam um testemunho, explorado documentalmente, ratificado na paratopia testemunho-documental.

Os dispositivos que se constroem nas relações semânticas da situação comunicativa para a composição da encenação genérica estão centrados nas atitudes dos enunciadores. São os sujeitos do discurso que definirão, por meio de seu posicionamento, a cena genérica, a cenografia e a cena englobante. Retomando esses dispositivos, extraídos de Maingueneau (2010, p. 207) e Charaudeau (2006), temos o seguinte quadro:

Quadro 4. Situação comunicativa.

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador Não-pessoa	Locutor/alocutário – influência do locutor para conseguir a adesão do interlocutor; Delocutor –posicionamento sobre outrem; Elocução – discurso do locutor consigo mesmo
PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno Cena de enunciação
	Situação de Comunicação	Cena englobante Cena genérica Cenografia

Fonte: Adaptado de Maingueneau (2010:207) e Charaudeau (2006)

Aplicando tais conceitos ao discurso de *Vencidos e Degenerados* temos:

Quadro 5. Análise de Vencidos e Degenerados.

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	<p>Enunciador>coenunciador</p> <p>O enunciador é o negro que se posiciona sobre sua situação e a situação dos demais, ora satisfeito, ora indignado com sua situação social, expõe sua voz em diferentes posições sociais;</p> <p>Os coenunciadores são o negro e o branco também em diferentes papéis sociais (o burguês, o aristocrata, o intelectual, o comerciante, a lavadeira, o sapateiro, o ex-feitor e outros)</p>	<p>Locutor>alocutário –</p> <p>O locutor é o negro, quase sempre identificado na imagem do mulato como característica do branqueamento da época que influencia os interlocutores brancos e negros para conseguir sua adesão em nome dos direitos do povo maranhense;</p> <p>O Delocutor –</p> <p>A delocução é a estratégia que se observa com mais veemência em que o negro manifesta-se sobre a sociedade maranhense em geral. Inclui negros (libertos e já integrados socialmente) e brancos (em decadência e em ascensão). Esse mesmo delocutor manifesta-se sobre o governo, a abolição e a república.</p> <p>A Elocução ocorre em momentos de auto-crítica e tentativas frustradas de ascensão.</p>
PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	<p>Ponto de Vista Externo</p> <p>Externamente, há a imagem do negro consciente, crítico e incluso socialmente, mas sofrendo de preconceitos e racismo de forma aberta e velada. Há também há a imagem do negro subserviente, preguiçoso, fanfarrão, capoeirista, encenqueiro e libidinoso.</p> <p>Também há condições de produção que ainda se adapta historicamente às transformações sociais geradas pela abolição e pela República que levaram à decadência econômica de muitos setores ludovicenses.</p>	<p>Ponto de Vista interno</p> <p>Cena(s) de enunciação</p> <p>As cenas de enunciação constroem-se para corroborar o posicionamento de manifesto e testemunho da Abolição da escravidão, da República, das manifestações e transformações sociais. Constitui-se, assim, um ethos da negritude revolucionária, um ethos do negro subjugado e um ethos do cidadão excluído.</p>

	<p>Situação de Comunicação</p> <p>As situações de comunicação iniciam durante os festejos da Abolição da escravidão de forma direta e indireta; seguem durante a reorganização social pré e pós-republicana, sempre em tom de manifesto, protesto e/ou externando assimilação ou indignação e é na ruptura entre o estabelecido pelo discurso do poder entre dominadores e dominados que se dá o discurso da negritude.</p>	<p>Cena englobante: é a de organização social, política, econômica e histórica sobre hábitos, costumes, valores maranhenses antes, durante e pós abolição, refletem a relação entre dominados e dominantes na mudança das relações de trabalho e do status quo;</p> <p>Cena genérica: romance histórico-social;</p> <p>Cenografia: se dá em forma de manifesto e testemunho pelo tom e pela interdiscursividade. A cenografia também sustenta o elemento paratópico.</p>
--	---	--

Fonte: Adaptado de Maingueneau (2010, p.207) e Charaudeau (2006)

Tal situação de comunicação permite analisar diferentes posicionamentos enunciativos do negro que compõem um universo discursivo político, que perpassam as ideologias expansionistas, iluministas e positivistas na sociedade maranhense em diferentes momentos.

Desse universo, é possível apreender domínios discursivos relacionados à escravidão, à abolição e à República, que, para efeitos de análise, serão chamados de campos discursivos. Desses campos, depreendemos espaços discursivos relacionados à inserção do negro nessa nova ordem social.

Ainda que a voz dominante seja a do negro em sua inserção social, cabe ressaltar que as relações de poder seguem em mãos da aristocracia branca que resiste a essa possibilidade de nova organização social, ignorando-a ou aceitando-a apenas de forma aparente. Isso faz com que os campos sejam atravessados pelo discurso do capital, do mercado, do trabalho, do racismo, da inclusão/exclusão e da negritude.

A enunciação é um processo que engloba a descontinuidade do romance citada anteriormente, construída nos processos de locução e nas relações semânticas, justamente, por termos instaurados na cena genérica (romance), enunciadores, coenunciadores e co-enunciadores, que alternam papéis e posicionamentos no processo de interação. Tanto na enunciação, quanto nas estratégias de locução, esse movimento de alternância se mantém. Permanece sempre a relação dominadores versus dominados como eixo de construção da cena de enunciação. As relações de poder impõem-se pela resistência às imposições sociais e aos preconceitos raciais.

O cenário se compõe em três etapas que sustentam a cena de enunciação: a expectativa da abolição, o decreto, a queda do regime monárquico, a República e a decadência.

- **Da expectativa da Abolição:**

Pré-abolicionismo [Recorte 1]

1. [Os que lá se achavam naquela gloriosa manhã eram pessoas de diversas classes sociais, desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados] (p.27)
2. [- E quem dormiu à noite passada? Nós não dormimos e eles não dormiram.
-Eles?...
- Escravos e Senhores.] (p.29)
3. [Os abolicionistas estavam preparados para festejar a grande e áurea lei, salientando-se entre todos os preparativos, os do clube Artístico Maranhense, que eram caprichosos, sem igual.](p.33)
4. [Da casa de Maranhense ainda tinham de ir muitas dúzias de foguetes, de balões, pequenos andores para os retratos, velas, alguns archotes e um retrato da Princesa Isabel, já colocado num andor (...)] (p.34)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

Os participantes do processo de enunciação desses cenários, citados como personagens no capítulo II, aqui considerados como interlocutores (enunciadores) são, em sua maioria, negros, mulatos, morenos e brancos engajados na causa abolicionista.

No processo de delocução, reconhecemos que os interlocutores criam expectativas exageradas e idealizadas com relação ao processo de abolição e há ainda uma ingenuidade política com relação ao processo de libertação. Em [1], [3] e [4], a análise demonstra esse posicionamento não somente por meio do léxico “gloriosa”, “grande” e “áurea”, mas também pelo endeusamento da princesa Isabel, que ratifica uma atitude de dominação diante de um direito humano.

Em [1], percebemos o surgimento de um posicionamento perante à reorganização social, em que o locutor assume uma reconfiguração de “classes sociais. Entretanto, as relações de poder mantêm-se e evidenciam-se em [3], [2] e [4], pois se compreende que somente “os abolicionistas festejam”, enquanto “eles”, “escravos” e “senhores” aguardam ansiosos com suas diferentes expectativas. Por um lado, há uma “nova” ordem, por outro, estabelecem-se novas relações de poder entre um <nós> e um <eles>, que incluem “abolicionistas” de um lado e “escravos e senhores de outro”, sem romper totalmente com antigo status quo.

Nos termos destacados em [4], “Na casa de Maranhense”, os elementos, além de fazerem referência a José Maria Maranhense, abolicionista que cede a casa para os festejos, criam uma alegoria que pode significar que na casa de muitos maranhenses ainda não havia grandes festejos e insinuam também um percentual de alienação.

Do cenário discursivo, emana um processo de estratificação fortemente mantido pela relação ricos e pobres, dominadores e dominados. Essa idealização inicial da abolição aumentou as diferenças sociais, gerou um embranquecimento social como tentativa de resistência que originou o povo brasileiro e suas características sociais (conforme os estudos de Freyre (2004 e 2006), Holanda (1995), Florestan (1978, 2005-6, 2006 e 2008) e Ribeiro (1995), guardadas as devidas diferenças teóricas).

Nesse início, já é possível perceber um enunciador que busca imprimir uma identidade cultural, recoberta por ideologias e com atitude consciente, da qual depreendemos um discurso da negritude no deslocamento de saída de uma situação de subserviência para assumir-se como participante do movimento abolicionista. Contudo, nesta fase inicial, o termo negritude apresenta-se ainda de maneira romantizada e idealizada, conforme as concepções dadas ao termo negritude por Munanga (2012), esse discurso oscila entre o discurso da negritude dolorosa, agressiva, serena e vitoriosa como reação ao discurso vigente.

- **Da Declaração da Abolição:**

A abolição [Recorte 2]

5. [Eram cinco horas da tarde e a cidade fulgia de delírio, ardia na febre ruidosa e empolgante de sugestionadora alegria. Pelas ruas cruzavam-se grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades que, como pedradas, iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas, apenas acabavam de sair os últimos libertos.](p.35)

6. [Momentos depois de proclamada a Lei, começou a divulgar-se a notícia de que uma escrava, ao passar pela Rua dos Afogados, dera uma bofetada numa senhora que estava à janela. Esta senhora passara por amarga decepção: viu saírem, portas afora, sem um adeus, desvairados pela comoção da notícia, todos os seus escravos. Diziam que a conheciam que era uma mulher má, sedenta de cruéis castigos, e que se apontava, distinta, pela impiedade de sua cólera, pelo arrebatamento do gênio irascível e impensadas ações.] (p.36)

7. [Invadiu a tasca um magote de mulheres arrebanhadas, em desalinho, quase desvairadas, quase loucas do contentamento, tocadas já de frequentes libações.] (p.38)

8. [Não obstante, alguns dos ex-senhores não ficaram completamente abandonados porque não eram maus. Ao abrirem as portas, ao franquearem a saída aos de há pouco escravos, ofereceram abrigo aos que quisessem continuar na sua companhia. Muitos aceitaram os convites, na maioria os velhos, já inválidos para uma existência laboriosa, e moças que eram crias de muita estima e algum conforto, em geral filhos de escravas e senhores moços. Mais que os ricos, sofreram, porém, os pobres que tinham escravos. Os pobres presumidos. Faziam economias, com prejuízo de alimentação, e ostentavam um pequeno cabedal de negros. Os escravos dos pobres sofriam as mais ridículas vexações porque o espírito pequenino dos senhores se deliciava em os ocupar a todo instante com as coisas mais insignificantes, bagatelas, que, à vista da falta de meios neles patentes, tomavam aspectos bem deslavados e grotescos.

Pertencer à primeira sociedade era possuir, pelo menos, duas ou três cabeças de negros. Imagina-se facilmente desconsolo em que ficaram esses pequenos proprietários, quando se viram, num minuto, abandonados pelos escravos que eles tinham comprado à custa de mil sacrifícios e inúmeras necessidades, aqueles servidores que trabalhavam diariamente à chuva e ao sol expostos, e que lhes garantiam com o produto das energias gastas o pão de cada dia] (p.37)

9. [Agora, já não era grita, era uma confusão dos diabos: juntavam-se infernalmente ao motim batuques incessantes, murmuradas valentes em cima do balcão (...)](p.38)

10. [Discutiam, praguejavam, gesticulavam e ninguém se entendia. Ouviam-se destacados, perdidos, na medonha e intensa algazarra, nomes de crudelíssimos senhores de escravos, de feitores sangrentos e para logo se nomeavam alguns mansos e delicados](p.39)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

As forças e as relações de poder ficam evidenciadas. Mais do que um embate entre dominadores e dominados, escravos e ex-senhores, escravocratas e abolicionistas, há um embate entre ricos x pobres, em que se destacam os papéis sociais como arma de dominação e poder, reforçada pela presença do “pobre presumido” [8] e [5]. Mantém-se o distanciamento <nós> <eles>, nós, os abolicionistas, estamos libertos, enquanto os escravocratas estão aprisionados em suas casas, escravos de seu medo. [8] e [10]

O discurso da negritude é silencioso e agressivo, ainda fruto das agressões sofridas em nome do poder [5] e [6] e diante do fato de terem sido tratados como animais “cabeças de negro” [10].

Em [8], percebemos nitidamente a representação simbólica do que Holanda (1995) chamou de “homem cordial”, aquele que vai se adaptando de forma pacata à situação em que a sociedade o coloca e permanece no âmago da organização social brasileira por anos a fio. Notamos que, ainda que o enunciador evidencie a temática abolicionista, há um discurso reinante que se sobrepõe à atualização de seu posicionamento, uma vez que reproduz a aceitação do discurso vigente.

Tanto na descrição das interações e dos interlocutores, quanto na descrição do posicionamento, verificamos essa dominação, ao registrar que alguns escravos permaneceram com seus “ex-senhores”, porque “não eram maus” ofereciam “abrigo” e não trabalho ou uma nova possibilidade de inserção. O enunciador não apresenta ainda um posicionamento crítico com relação a isso, acata e reproduz o discurso dominante, assujeitando-se, pois, para a época,

nenhuma ordem social seria tão perfeita, aos olhos dos senhores de escravo do século XIX, quanto à da sociedade escravocrata e senhorial brasileira da época. Mesmo a escravidão era definida como um bem, que daria aos escravos conforto, segurança e freios morais. Os que se opuseram à escravidão pensavam exatamente o contrário e tinham em vista libertar especialmente o branco culto e abastado das peias produzidas pela escravidão (FERNANDES, 2006, p.191).

O enunciador que observamos em *Vencidos e Degenerados* é esse opositor à escravidão que, mesmo assim, reproduz o discurso vigente sem perceber o quanto essas relações de poder interferirão no contexto decadente que presenciará. Os interlocutores, por sua vez, ainda estão sujeitos às práticas sociais da escravidão, recém-libertos, apenas usufruem desses momentos de liberdade, sem uma preocupação de ordem prática, um “motim”, uma “confusão” [9]. Fernandes (2006) observa que a assimetria social tradicional e arcaica nas relações raciais entre os brasileiros é herança desse abolicionismo e dessa reorganização desordenada e confusa que perpetuou e fortaleceu arquétipos relacionados à imagem do negro na sociedade.

O negro é tido como “preguiçoso”, incapaz de ser absorvido e absolvido pelo mercado de trabalho, força essencial, torna-se um marginal, que, muitas vezes, para ser aceito socialmente, não aceita ainda sua negritude, assume-se somente como “moreno”, “mulato”, assimila trejeitos, vestimentas e ações dos brancos, ainda num assujeitamento ao discurso dominante. A posição da mulher negra é ainda pior: sempre associada à submissão e à sensualidade (sexualidade), sujeita a “frequentes libações”. [7]

Essas estratégias discursivas revelam como as relações escravocratas responsáveis pela formação da sociedade brasileira deixam muitos arquétipos como herança e denotam preconceitos que permanecem no inconsciente coletivo. Tanto a escrava quanto a senhora [6] e [7] são faces da mesma moeda, revelam o “ser mulher” numa sociedade patriarcal escravocrata. Dominadas e usadas de diferentes maneiras pela sociedade machista, ambas retribuem de forma sádica ao que a sociedade lhes oferecera.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, a

mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem, criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se do sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual (FREYRE, 2006, p.114).

Após a abolição decretada, a reorganização social não ocorre exatamente como as expectativas iniciais pressupunham. Instaura-se um “não lugar”, o negro passa a ser uma imagem presente-ausente dentro da realidade brasileira. Começa a delinear-se um impossível lugar de cidadania e a falsa democracia racial. Marginalizado, para ocupar seu lugar nessa “nova” ordem, o sujeito faz uso de máscaras sociais, máscaras brancas (FANON, 2008), acultura-se e segue preceitos impostos. A resistência é silenciosa. Dominados tornam-se dominadores.

O enunciador cria um espaço discursivo que forma parte do cenário com íntima relação com o espaço físico real, pois a rua dos Afogados existe em São Luís, do mesmo modo que os demais trajetos e espaços enunciativos em toda cena genérica, e os detalhes aproximativos da descrição estabelecem um caráter verossímil ao dizer, validando-o internamente e diminuindo o espaço entre o relato ficcional e o relato histórico, o enunciado carrega-se de marcas que lhe atribuem historicidade.

- **Da mudança de regime**

A República [Recorte 3]

11. [- Este regime monárquico –diz ele em voz baixa, grave – se tem suas vantagens, tem também seus prejuízos e temo muito que estes sejam em maior número que aqueles.] (p.64)

12.[- Você me há de desculpar a franqueza: um dos seus irremediáveis prejuízos é a colônia portuguesa para nós maranhenses especialmente, Machado. Não me externaria assim, se a maior parte dos portugueses aqui residentes fossem como você. (...)

- Não há que duvidar. É porque você não anda encafurdado nesta politicagem daqui; se andasse, chegaria, como eu, à evidência de que o português sustenta com a sua bolsa muito desaforo que nesta terra se pratica e humildemente se presta a todos os seus caprichos. É um elemento certo e seguro com que os figurões contam para cometer arbitrariedades e torpezas. (Olivier falando com Machado sobre os portugueses)] (pp. 64-5)

13. [Porque os fatos nos têm demonstrado que se novas forças se agitarem no organismo de nossa sociedade, nada teremos feito. Continuaremos indefinidamente neste estado de coisas, à espera de um cataclismo social. Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectual e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como o querido Gonçalves Dias: - Que me enganei, ora vejo!](p.76)

14. [(...) Eu esperava que depois do 13 de Maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante: esperava que houvesse uma renovação social. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que hoje nos infelicitava.

- Mal cuidaste, bem compreendo. Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que a coisa é essa que se chama direito político.

- Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder..](p.77)

- Também não vou por aí, pois vejo que há vida e progresso em muitos Estados, onde se criam escolas noturnas, estabelecimentos importantes, como sejam institutos profissionais, nos quais gratuitamente se dá instrução ao povo. O que tu deves registrar é que nós não tivemos elemento exterior para auxiliar-nos, não nos favoreceu uma imigração

qualquer, de gente trabalhadora e inteligente, nem, ao menos, uma coloniazinha de meia-dúzia de holandeses diligentes, audazes e altivos. Continuamos com os mesmos hóspedes, os irmãos portugueses, que, filhos de uma cultura secundária, baldos de uma orientação apreciável, o que fazem é esse comércio de pequena bitola a que se acostumaram e que prejudicialmente ensinam aos filhos e aos caixeiros.](pp.77-8)

15. [“De 13 de Maio para cá começo o Maranhão a decair materialmente, não por falta de braços como vulgarmente, erroneamente, se propala por aí de toda a região brasílica; que nunca nos faltou braço, nem os podia faltar num país que conta com dezoito milhões de habitantes, no mínimo de aproximação numérica. Começou a decair e, empobrecer, porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazenderios...”](p.81)

16. [“Terra perdida, onde o coronelato é uma instituição!
Terra perdida!] (p.211)

17. [O partidarismo que começou a reinar desde 15 de Novembro de 1889, espedaçou-lhe o seio, corrompeu o caráter de seus filhos, converteu-os em escravos bajuladores”] (p.211)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

A degradação social e a decadência econômica do Maranhão apontadas por Meireles (2012) começam após a abolição e a adesão à República e são narrativizadas na cena de enunciação. O cenário começa a compor uma nova cena enunciativa em que os embates político-sociais tornam-se registro e, discursivamente, funcionam como testemunho da situação em que se encontrava a população e manifesto em prol de mudanças.

Ao se instituir o tom de manifesto [15], antes sutil e agora veemente, o tipo de discurso da negritude que se apresenta é diferenciado daquele doloroso, sereno, silencioso e vitorioso. Constrói-se, assim, nova cenografia.

Os embates discursivos na alteração de regimes políticos não ocorrem somente entre ideologias diferentes, mas, principalmente, os embates são construídos a partir de expectativas frustradas com relação à reorganização social. O escravo liberto, sem oportunidades no mercado de trabalho e sem formação, altera as relações discursivas, levadas ao espaço das relações trabalhistas e dos papéis sociais. Trata-se de um embate de lugares sociais, ou seja, da burguesia/fidalguia/aristocracia versus trabalhadores comuns, em que o regime muda, mas a relação de poder se mantém.

Para apresentar e contrapor os regimes, o locutor já não é tão ousado quanto no período abolicionista. Fala em “voz baixa” [11], denota que seu “temor” e “os prejuízos” são ainda maiores, pois se subordina, aparentemente, ao silêncio imposto. Constrói seu argumento por meio de muitas condicionais “se” [11], [12],[13] e [14], num paralelismo entre o que está posto e um devir possível.

Nas estratégias delocutivas, as críticas feitas pelo enunciador com relação à situação social em que se encontram inferem e geram situações comunicativas, nas quais critica diretamente o sistema monárquico [11] e [12] e republicano [13] e [14]. À relação de interesses políticos gerada pelo português desde a colônia atribui o grande mal social [12] e a falta de interesse por parte das autoridades com relação à educação do negro e sua colocação no mercado de trabalho [14].

Por fim, assume a decadência do Estado e a atribui também ao partidarismo. Altera, mais uma vez, a voz dos interlocutores, desloca e amplia o sentido do termo “escravo”, antes escravizado mercantilmente e, agora, ideologicamente [15], [16] e [17], constatando que

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 20).

Essa situação, somada aos interesses locais do “coronelato” [16] que se fortalece e mantém o discurso dominante originário da abolição, faz crescer diferenças raciais, preconceitos e deturpa as relações trabalhistas. Entretanto, observamos que, ainda que de forma modalizada e condicional, a atitude de reação do enunciador, diante dessa realidade, revela o verdadeiro sentimento da negritude presente nos Movimentos Negros atuais e, mais uma vez, o enunciado é validado por elementos históricos associados à realidade local.

6 Paratopia e testemunho em *Vencidos e Degenerados*, romance de José Nascimento Moraes

Conforme salientamos, a paratopia pode manifestar-se em dois níveis:

- no nível do conjunto do discurso constituinte: os discursos religioso, filosófico, científico, os quais pertencem e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raíam o indizível e o Absoluto;
- no nível de cada produtor de texto pertencente a um discurso constituinte: para estar em conformidade com sua enunciação, deve construir ele mesmo uma impossível identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade. (MAINGUENEAU, 2008, p.160)

A paratopia de *Vencidos e Degenerados* está tanto no nível do discurso constituinte, porque se trata do discurso literário, quanto no nível individual de criação.

A primeira paratopia presente na cena genérica, englobante e cenográfica é a de identidade, categoria analisada por Maingueneau (2006 e 2010). Para a construção da paratopia, como vimos anteriormente, é fundamental a noção de embreagem, é ela que materializa a ação global paratópica.

Os locutores somados aos enunciadores, aos ethé e à imagem de autor que serão os embreantes necessários para a avaliação de como esse discurso da negritude acaba se revelando um testemunho-documental da realidade maranhense.

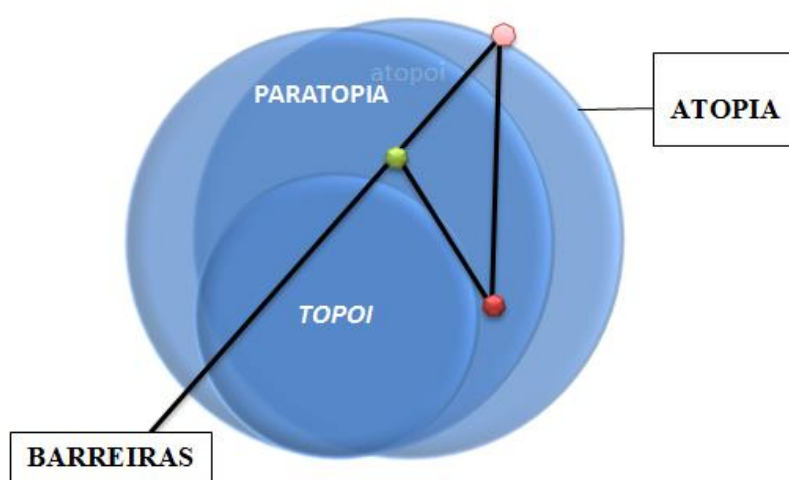
Há uma íntima relação de embate entre um “ser social”, um “ser ficcional”, um “ser criador” e um “ser para o outro/ser negro” na narratividade discursiva. Olivier e Cláudio, enunciadores/protagonistas, são

os embreantes paratópicos centrais porque representam a resistência negra que, apesar do branqueamento, luta por uma inclusão social para si e para os demais.

Ambos não se reconhecem negros e nem são identificados como tal pelo enunciador, são “mestiços” e “mulatos”, respectivamente, que são, na verdade máscaras sociais de aparente aceitação. Sua desconstrução identitária se dá de forma inconsciente, mas não diminui a necessidade de busca de uma identidade que faça com que ultrapassem o limite da tolerância para entrar no embate <eu> <outro>, que não resolve o paradoxo de estar incluído sem ser aceito, é apenas tolerado, num aparente “estar”, sem ocupar um lugar efetivo, ou seja, existe um sujeito, cuja “subjetividade” se exterioriza e se identifica com “um ser social” real, entretanto, nem este nem aquele têm ciência ainda de qual seria seu lugar na sociedade.

Esse paradoxo discursivo é justamente um “entre-lugar”, em que os sujeitos dominados e oprimidos foram colocados convenientemente por dominadores/opressores brancos para que tivessem essa sensação de pertencimento, sem ultrapassar ainda as barreiras sociais existentes. A partir de nosso esquema do paradoxo discursivo, temos:

Figura 2. Esquema de topoi.



As barreiras que instauram o paradoxo não são tão palpáveis e talvez sejam tão cruéis quanto os castigos físicos, pois há um apagamento do sujeito para se fazer dono de sua subjetividade.

Quadro 6. Branqueamento [Recorte 4]

18. Envergava um fato azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda a borboletear. Não dispensava uma flor qualquer à botoeira, e exibia naquela manhã um desabrochado botão de rosa amarela, luvas no bolso do peito do paletó, e um palhinha airosos e leve. Caminhava como passo largo e medido. Quando andava, metia o dedo polegar na cava do colete, balanceava o corpo e a cabeça, jogando com as espáduas, para a direita e para a esquerda, frente alevantada, altiva; e se porventura a baixava era para se espelhar no verniz da botinha. Era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo; (Descrição de Olivier) (p.28)

19. Trajava habitualmente fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, dura de goma, chapéu de feltro preto, de copa altam sapatos de pelcia preta, de bom feitio.. (Descrição de Olímpio)(p.39)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

Observamos pelas descrições [18] e [19] dos enunciadores não só nas características físicas, mas também nas vestimentas, comportamentos e valores, um espelhamento de características sociais pertencentes ao branco e necessárias para essa aparente inclusão (branqueamento). Ainda que sejam detalhes que possam ser considerados somente como reflexo da moda da época; quando comparados a outros enunciadores resistentes à aculturação e pertencentes a outro estrato social como Aranha, por exemplo, percebemos traços de apropriação da cultura branca, inclusive, na vestimenta e no comportamento.

O engajamento ou “aparente” inclusão social de negros, mestiços, morenos, mulatos e crioulos (como são descritos) se dá por meio da aculturação, o branqueamento, a aceitação e assimilação do discurso do dominador. A tal ponto que, quase no final, quando Prof. Bento discute com Cláudio sobre a decadência do Estado, critica a cultura negra e sua religião, diminuindo-a, analisando-a sob o olhar cristão de superioridade; Cláudio não emite crítica alguma, apaga sua origem, deixando o discurso do dominador primar. E o manifesto do professor ainda chama a atenção para o fato de o discurso religioso (das religiões africanas) ter se tornado também uma forma de poder e dominação.

Quadro 7. Religião e Sociedade [Recorte 5]

19. “A família maranhense ainda não se esqueceu de suas credences. Existe ainda o velho pajé; a mendiga que cura e que mata, a MEZINHA que advinha o passado e prevê o futuro, as danças cabalísticas e extravagantes, enfim ainda se praticam todos os trabalhos diabólicos da feitiçaria, obra por SANTOS CURADORES, rainhas e imperatrizes de corpo são coroados no mistério fundo, lugar incógnito para todos, onde habita envolto em incandescências saturnais o príncipe da magia negra! Só há uma diferença: é que os SANTOS MILAGROSOS, que obram prodígios de cura e prodígios de perversidade, são em grande parte sustenta dos por interessados em tais logros, que tomam parte nos cordões e pagam um tanto por mês, para o sustento da IRMANDADE! (p.213)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

Embora a cena de enunciação aparente que o discurso da negritude se dá somente por parte dos dois embreantes mais relevantes, Olivier e Cláudio, é justamente nessa aparência que o paradoxo discursivo se torna ainda maior, pois ambos servem inconscientemente aos desejos da elite aristocrática, resistem de forma parcial ao sistema, cedendo às necessidades impostas pelo status quo.

Por parte do enunciador Machado, temos um exemplo claro do princípio da mediocridade porque ele fingia não saber da origem de Cláudio, julgava-se superior pela cor e pela origem portuguesa, ignorando imediatamente qualquer ação que revelasse a civilidade ou a civilização por parte de um negro.

Por isso, certamente os representantes mais próximos do discurso da negritude consciente são Aranha, Andreza e Zé Catraia, que não cedem aos dominadores, aceitam sua negritude e buscam preencher esse “entre-lugar”, sem perder a identidade.

Zé Catraia, na primeira parte do romance [20,21 e 22], era tido como grande narrador de histórias, conhecedor da vida de todos e, na segunda parte [23], retrato da decadência social, sempre bêbado, porém atento e lúcido, inclusive, silenciosamente analisa a sociedade, compreende suas mazelas, seus meandros e sua mediocridade. Em silêncio, protege os seus iguais, critica o branco, a colônia e o negro que se deixa abater pelos dominadores.

Quadro 8. O enunciador silencioso [Recorte 6]

20. Zé Catraia, o mais popular de todos os populares, o mais inteligente e o mais saboreador de cana, conhecido sem rival em todas as bodegas e em todos os troços da cidade. (p.44)

21. Zé Catraia tinha alguma coisa de orador popular. Quando falava unia a palavra ao gesto, rasgava demoradamente o vocábulo, tinha tons e semitons com que coloria as suas frases, que se não primavam pela pureza e precisão vernácula, não eram também amostras de idiotismo e mau gosto sintático. (p.45)

22. Zé Catraia se libertara naquele dia. A liberdade, porém, não lhe trouxera propriamente vantagem que mereça menção. Era escravo de confiança de seu senhor, um velho decrépito que mais medo havia dele que ao diabo. Temia que aquela inteligência pronta, naturalmente cheia de recursos, espontaneamente planejadora, um dia lhe arrastasse um embrulho, ou a seus secretos negócios de contrabando. Tratava-o otimamente, admirava-o e por fim acabara por nada fazer sem o consultar. Zé Catraia conhecia a vida de todo o mundo, dos princípios obscuros de todos (...) (pp.45-63)

23. [- Mas como Zé Catraia soube disso?

- Zé Catraia sabe de tudo, meu rapaz.] (p.266)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

Por fim, há que se observar que o papel do negro na cena de enunciação é o reflexo de seu papel na História inerentemente atópico, aquele “entre-lugar”, delegado à marginalidade, dele decorre o racismo e o preconceito, que leva, algumas vezes, à necessidade de branqueamento pela busca de aceitação.

De forma multiversal, essa atopia deixa marcas no enunciado posto e na paratopia, uma vez que é a marginalidade e a não aceitação do sujeito enunciador que leva ao grito “dos degenerados”, e seu registro é justamente o que o transforma em testemunho-documental e, paradoxalmente, regenera a identidade cultural.

Esse preconceito e essa marginalização se dão não somente com o negro liberto, cuja função social se transforma, mas também prossegue na constituição social [24] e estão expressos no discurso do “Panfleto” do Prof. Bento, que analisa o racismo presente na sociedade. O manifesto apresenta a atopia (os preconceitos raciais) e a paratopia de identidade (do negro à margem). Os embates sociais instaurados revelam-se

discursivamente, ora por eufemismos como uma mera “prevenção” ou “prejuízos sociais”, ora claramente em “preconceitos” explícitos.

Quadro 9. O racismo topia, atopia e paratopia [Recorte 7]

24.-[A prevenção que há nesta terra contra todo rapaz que não descende das antigas famílias dos ominosos tempos! E é preciso que lhe diga: a minha sombra ainda é quem faz que os perseguidores guardem do pequeno respeitável distância. Outros há que são aberta e francamente fustigados...No meu panfleto há uma parte consagrada aos nossos prejuízos sociais. Eu os conheço, Olivier, não sabia, porém, que eles encontravam abrigo na alma dos nossos afamados educadores. São vícios de origem. Que queres?Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam preconceitos. (...)](p.88)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000).

A paratopia de identidade (por tolerância e aceitação), todavia, não dá conta do fato de Vencidos e Degenerados ser considerado testemunhal, porque é um discurso literário. De sorte que, surge um novo movimento paratópico: o testemunhal, que se tornará testemunho-documental, a partir da exterioridade, ou seja, é a leitura que a sociedade (dos co-enunciadores) faz dessa paratopia identitária que fará dela um testemunho ou não.

Desse modo, é a aceitação do dito relatado como testemunho que trará para a obra a característica testemunhal. A partir do testemunho que ocorre de forma paratópica, sua materialização documental, quando seu valor testemunhal se sobrepõe, e o enunciado torna-se documento para corroborar dada realidade, gerando novos enunciados, textos e discursos. A título de ilustração do que dissemos, relatamos abaixo, estudos que surgem por conta dessa força paratópica, cuja proxêmica torna a relativização ficção e realidade menos tênue.

7 Considerações finais

Por meio de nossa análise, conseguimos esclarecer que esse impasse se resolve em nível paratópico. Assim, quando Bosi (1995) admite que Memórias do Cárcere é um testemunho ficcional, que em seu parecer foi “idealizado com perfeição”, consideramos que esse testemunho ocorre em nível tópico e paratópico, mas não depende da paratopia para legitimá-lo, porque já está legitimado topicamente. Já em “Vencidos e Degenerados” o testemunho não ocorre diretamente, legitima-se paratopicamente.

Temos testemunhos que são depreendidos da cena englobante ou da cenografia (topicamente) e outros paratopicamente. Há discursos que, embora não pertençam à dita Literatura de Testemunho, como quer a Crítica Literária e não apresentem características testemunhais, serão testemunhais topicamente, em razão de sua narratividade e, não terão, necessariamente, uma paratopia testemunhal ou testemunho-documental e outros o serão paratopicamente. O que nos leva à seguinte afirmação: toda cena genérica testemunhal apresentará topia testemunhal e poderá apresentar, ou não, paratopia testemunhal ou

documento-testemunhal; todavia, toda cena genérica, cujos dizeres sejam validados socialmente como testemunho, apresentarão paratopia testemunhal e/ou testemunho-documental.

Intuímos que todo gênero do discurso que seja dotado de narratividade validada social e historicamente como testemunho apresentará essa paratopia, mas deixamos esse aspecto em aberto para estudos futuros, uma vez que este estudo foi pautado em Vencidos e Degenerados.

Por ser a paratopia uma categoria ainda pouco explorada pela AD, consideramos que nossa contribuição é a apresentação de novas categorias originadas por inferências e observações, a partir de nossos estudos, a saber: paratopia constituinte, paratopia afásica, paratopia investigativa, paratopia documental, paratopia testemunhal e paratopia testemunho-documental.

No caso específico de “Vencidos e Degenerados”, os universos discursivos e os *ethé* delineam a proxêmica discursiva tópica e paratopicamente, uma vez que representam: o *ethos* do negro politicamente engajado; o *ethos* da resistência e o *ethos* marginal que enfrenta(m) o *ethos* do dominador. Os enunciadores lutam contra estereótipos e preconceitos, multiplicam-se, alternam-se no quadro cênico e são afixados pela imagem de autor, que concorre como o primeiro elemento de paralelismo entre o dizer e sua paratopia.

O embate entre gêneros do discurso (romance sócio-histórico versus testemunho) revela a cisão necessária à paratopia, conforme esclarecemos. A paratopia legitima o discurso testemunhal e diminui as distâncias entre o que foi dito, o que foi “experimentado” ou “vivenciado” e o que foi (re)criado discursivamente, estabelecendo uma espécie de configuração discursiva testemunhal, o desenho do “dizer”, o qual chamamos de proxêmica discursiva.

A intensa ligação entre o dito relatado e a verossimilhança faz do discurso ali presente não somente uma narração, mas, sobretudo, um testemunho-documental, seja na concretude das descrições das ruas de São Luís, associada à criação de uma “experiência possível”, que se concretiza como testemunho, seja por sua força discursiva associada à imagem de autor de Nascimento Moraes, seja por sua representatividade social. Verossimilhança que acompanha o discurso literário e torna os *ethé* também verossimilhantes.

Testemunho porque as ações do autor interagem paratopicamente com o discurso, e documental por ser usado para estudos de áreas científicas como documento de registro histórico-social do Maranhão, que validam o “dizer”.

Além disso, avaliamos, no quadro cênico, ações discursivas que contemporaneamente se enquadrariam ideológica e politicamente no “Movimento Negro” por conter o que denominamos discurso da negritude.

As condições sócio-históricas de produção somadas aos *ethé*, às formações discursivas, à constituição do discurso literário somados aos topoi, paratopoi e atopias denunciam a limitação da denominação “universo discursivo”, uma vez que o número de variáveis passíveis de análise é imensurável,

por isso, consideramos mais apropriado chamar de multiverso discursivo, que contempla a relatividade de tempo-espço discursivos.

Utilizamos o termo negritude, a partir de Munanga (2006) como caracterizador de um discurso de resistência consciente ou inconsciente por parte do negro. Discurso que se fortalece com os Movimentos Negros, mas é atemporal, por se tratar de uma marca discursiva e de um posicionamento enunciativo.

Nas análises, foi possível observar que a atopia faz parte da História do negro e, de certo modo, na cena genérica, ela é o motor que valida e sustenta a enunciação tópica, pelo racismo e marginalização, que acompanham os originários da diáspora e seus decentes.

A paratopia testemunhal, por sua vez, estabelece-se além e aquém do estilo da enunciação e surge por meio dos contratos genéricos. Contudo, só será testemunho, documento ou testemunho-documental, se adquirir força paratópica relacionada à criação. Assim, é na alteridade somada à historicidade discursiva e de como ela é interpretada discursivamente pelos interlocutores, que se institui a paratopia testemunhal ou testemunho-documental.

Se a paratopia está relacionada ao processo de criação, para que seja tomada como testemunho-documental estará também intimamente relacionada às condições sócio-históricas de produção do discurso e aos co-enunciadores. É o movimento de embreagem, que faz da palavra dos enunciadores de Vencidos e Degenerados um testemunho contundente de uma consciência negra, denúncia de uma proxêmica, cujas distâncias topológicas discursivas são estreitas, ou seja, o dito relatado é validado socialmente como dito testemunhal.

Nesse movimento paratópico testemunho-documental, mais do que características do negro e do povo maranhense, encontramos um discurso da negritude universal e atemporal, cujos enunciadores revelam a ilusão da “democracia racial” apregoada nos estudos de Florestan Fernandes (2008) e demais sociólogos e antropólogos brasileiros. A paratopia denota o “entre-lugar” forjado pela História, pois a liminaridade do povo – sua inscrição-dupla como objeto pedagógico e sujeito performativo – demanda um “tempo” de narrativa que é recusado no discurso do historicismo, no qual a narrativa é somente a agência do acontecimento ou o meio de uma continuidade naturalista da Comunidade e da Tradição. (BHABHA, 1998, p. 214)

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Poética**. trad. Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

ARISTÓTELES. **Organon**. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57777015/Bhabha-Homi-K-O-Local-Da-Cultura#scribd>. Acesso em: 05 dez. 2014.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BERNDT, Zilá. **O que é negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERNDT, Zilá. **Negritude e literatura na América latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estud. av.** [online]. 1995, vol.9, n.23, pp. 309-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a20.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- CUNHA, Carlos M. F. da. Da Impossível atopia. **Revista RepositoriUM**. Minho: Universidade do Minho, 1994. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/22190>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- CURTIUS, Ernst R. **Literatura Europea y Edad Media Latina**. v.2. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. A questão racial brasileira. **REVISTA USP**. São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classes: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Àtica, 1978.
- FOULCAUT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Portugal: Passagens, 1992.
- FOULCAUT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2005a.
- FOULCAUT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- FOULCAUT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global Editora, 2004.
- GREIMÁS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.
- KNAPP, Mark. L. **La comunicación no verbal**. España: Paidós Ibérica, 1982.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/73208588/A-teoria-do-romance-Lukacs>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- MACHADO, Nauro. **A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes**. [Prefácio] In Neurose do Medo e 100 artigos. São Luís: Ed. Civilização Brasileira e Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Sémantique de la Polémique**. Suíça: Edition L'Age D'Homme, 1983.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. **A Análise do Discurso e Suas Fronteiras**. Matraca, [S.l.], 2007, v. 14, n. 20, p. 13-37.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008b.
- MAINGUENEAU, Dominique. A Propósito do Ethos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana. **Ethos Discursivo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008c.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. Campinas: Parábola, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Luis, 2012.
- MORAES, José do N. **Vencidos e Degenerados**. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes, 2000.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- MUNANGA, Kabengele **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 2009.
- MUNANGA, Kabengele **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf. Acesso em: 22 fev. 2011

Página intencionalmente deixada em branco

A Estilística do discurso político partidário em face às questões de gênero no impeachment da presidente Dilma Rousseff

Suzana Mary de Andrade NUNES (UFS)
suzanamary@hotmail.com

Resumo: Este estudo analisa os discursos políticos e jurídicos na comissão de impeachment da Presidente/a Dilma Rousseff, no Senado Federal. Para tal, subsidia-se das teorias da enunciação em interface aos Estudos de Gênero, a fim de perceber a integração de discursos velhos combinados aos novos discursos dentro da perspectiva instrumental da linguagem. Como método de análise, destacam-se os pronunciamentos orais divulgados em cadeia nacional e internacional de televisão acessíveis nas redes sociais – corpus de análise, de modo que as inflexões discursivas apontam para interdiscursividade. As análises apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal, implícita ou explícita, a partir das estruturas linguísticas e modalizadores enunciativos: palavras, frases, enunciados entrecortados, pausas, entonações de voz, balbucios, trazendo uma carga de sentidos e significados, ao passo que privilegia a posição dos enunciadores diante do intercruzamento entre as estruturas linguísticas e as influências externas e contextuais. O escopo analítico, portanto, debruça-se sobre a condição de instrumento comunicacional construído socialmente frente à falência da lógica racional e a inserção do sujeito ambíguo, contraditório e contingencial, contudo, autoral e respondente do discurso.

Palavras-chave: Discursos político-jurídico; Intergêneros; *Impeachment*; Interdiscursos; Dilma Rousseff.

Abstract: This study analyzes the judicial and political discourse produced by president Dilma Rousseff impeachment committee in the Senate. We draw on theories of enunciation as well as Gender Studies to perceive the integration of old and new discourses within the instrumental perspective of language. In terms of methodology, we selected oral speeches broadcast nationally and internationally by television and accessible through social networks. The analysis points to the reproduction of an explicit or implicit sexist and patriarchal culture, through language structures and enunciative modalities. Words, sentences, interrupted utterances, pauses, intonation, stammering hold meaning, privileging the enunciators in the crossing between language structures and external/contextual influences. The analytical scope, then, turns to the condition of a socially construed communicative instrument before the collapse of logical reasoning and the insertion of an ambiguous, contradictory and contingent, although authorial and respondent, subject.

Keywords: Political and judicial discourse; Intergender; Impeachment; Interdiscourse; Dilma Rousseff.

1 Introdução

Este estudo pretende criar um harmonioso mosaico com a delicadeza e intensidade dos tons e nuances, de modo que os meios atinjam os objetivos propostos em acordo com os estudos da Análise do Discurso – AD. Assim, estabelecer laços produzidos intergênero dentro de uma visão da interdiscursividade do corpus analítico. Para tal, buscou-se romper com o limite teórico, ao passo procura se afastar da difusão entre diferentes campos de análise. Pretende-se, portanto, analisar as estruturas linguísticas em interface com a funcionalidade enunciativa na enunciação, a fim de produzir uma significação da amostra analisada.

Parte-se do entendimento, que o dito discursivo é um manancial de águas límpidas em fluxo que ao banhar-se produz diferentes significações compartilhadas pelo sujeito (tele)espectador/a, leitor/a, ouvinte. Daí, as análises estão envolvidas de cargas históricas, ideológicas e subjetivas representadas, através das estruturas linguísticas orais ou escritas; improvisadas ou elaboradas por fontes gramaticais lógicas, retóricas, a fim de alcançar os objetivos propostos dos grupos que legitimam a autoria do discurso.

Para análise e materialização deste estudo, fez-se a (re)leitura de Bakhtin (1992) associada às concepções de Maingueneau (2002; 1991), Fairclough (1991), Cavalcanti (2013), Pêcheux (1969), Pêcheux & Fuchs (1975), Pinto (2014), Charaudeau (2014), cujas análises do corpus os têm como suporte teórico, ao passo que a interface de Gênero, sob a perspectiva de posições frouxas dos sujeitos em enfrentamentos de poder apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal nas mais diferentes posições subjetivas, conforme Butler (1992) assinala “[...] na verdade, este "eu" não estaria a pensar, a falar "eu" se não estivesse em muitas posições em oposição àquelas, uma que pede que o discurso avance; enquanto outras solicita a instrumentalização e a reflexão sobre o assunto, todas elas são parte e constitui-me” (BUTLER, 1992, p. 09; grifos da autora).

Nesse sentido, a capacidade de “pôr para funcionar” conceitos e categorias (mesmo que provenientes de quadros teóricos distintos) no sentido de apreendê-los e explicá-los de maneira produtiva o corpus de análise, o qual se propõe analisar fundamentalmente neste estudo, ao passo que se preserva os distanciamentos e aproximações de tempo e espaço dos sujeitos enunciadore e seus devidos posicionamentos na enunciação dentro de um determinado contexto social e político (CHARAUDEAU, 2014).

O contexto de análise do corpus é o plenário do Senado Federal ao aprovar, em 25 de abril de 2016, a instalação da Comissão Especial para julgar pela admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Após decisão favorável pela admissibilidade, em 6 de maio de 2016, ela ficaria afastada por até 180 dias, a fim de que fosse, em 12 de maio de 2016, instaurada a fase final do julgamento, de modo que o Presidente do Supremo Federal Ricardo Lewandowski assume a Presidência do Senado e inicia, em 17 de maio de 2016, o julgamento de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

O processo de impeachment seguiu os trâmites de processo jurídico, conforme artigos previstos da carta constitucional¹, no qual prevê a escuta das testemunhas de defesa e acusação, laudos periciais, advogados de defesa e de acusação, senadoras/es em posições de juízes e o presidente do STF – Supremo Tribunal Federal – com a função de presidir o julgamento. Este evento foi acompanhado pela população no auditório da casa parlamentar e pelos meios de comunicação – imprensa escrita falada, televisionada e digital. O senado decidiu pelo afastamento da Presidente Dilma em 31 de agosto de 2016, às 14:13h, sendo que no mesmo dia, às 16:30h, o Vice-Presidente Michel Temer (PMDB) assume a Presidência da República.

Essencialmente, os encadeamentos dos enunciados permanecerão em um contínuo fluxo de produção² em busca de significação por meio da linguagem/discurso que são (re)produzidos em diferentes contextos e períodos históricos. Assim, enfatiza-se a concepção de Bakhtin (1992) ao assinalar a posição de sujeitos que nunca são locutores primários, ou seja, a intertextualidade ou a interdiscursividade perpetua-se, na própria dinâmica de intercruzamentos das unidades linguísticas. Ainda, sob esta perspectiva, a Fairclough (1991) assinala “as pessoas têm em suas cabeças e utilizam quando eles produzem ou interpretam textos - incluindo o seu conhecimento da língua, as representações dos mundos naturais e sociais que habitam, valores, crenças, suposições, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 1991, p. 24; grifos da autora)

Em observância aos procedimentos de coleta do corpus, foram selecionados 3 dos 250000 vídeos publicados no Youtube, sendo que se privilegiou os vídeos que não foram passados por um processo de reedição, a fim de manter a legitimidade e a integridade dos enunciados. Em sequência, os 3 fragmentos dos discursos foram transcritos e analisados levando em consideração os léxicos, a constituição e o encadeamento das frases, as entonações, as contradições inter e intrafrásicas, os silenciamentos, os gestos, os balbucios, as atitudes implícitas e explícitas captadas pelos registros da televisão e redes sociais.

2 Uma abordagem para múltiplos sentidos

O discurso se apresenta por meio da posição dos sujeitos em relação a outros sujeitos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição de sentidos. Orlandi (1986) destaca a relação entre o discurso e o pressuposto linguístico, ao passo que assinala “a AD trata dos processos de constituição do fenômeno linguístico, enquanto a Linguística visa o produto dessa constituição a relação entre as significações de um texto e as suas condições socio-históricas são constitutiva das próprias significações.” Ainda, segundo Orlandi (1986) se pode afirmar que a relação do campo com o objeto intensifica-se por razões sócio-históricas, que, por sua vez, condiciona os campos teóricos da análise do discurso, ao passo que questões sociais dicotomizam a história do pensamento sobre o gênero discursivo

¹ Artigos 85, 86, 52 fundamentaram o processo.

² Conforme a ata do Senado Federal, o processo tem, até o momento de conclusão do julgamento, 72 volumes com cerca de 27.000 páginas arroladas.

“Porque se nessa declinação coube à Europa (apesar de M. Pêcheux) fixar-se preferentemente na escrita, e aos americanos, no oral (conversacional, pragmática etc), no Brasil a análise de discurso não foi afetada por esta divisão imaginária entre escrita e oral” (ORLANDI, 1986, p.114).

Bakhtin (1997) afirma que a realidade ao se apresentar na dimensão simbólica e a linguagem transforma-se em discurso e passa a representar os interlocutores por meio da relação com referentes e/ou referenciais, os quais se mantêm sustentados pela formação ideológica que dita as normas e leis de coerção os sujeitos livres. E isto está marcado no e pelo funcionamento discursivo.

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 1997, p. 282).

Abre-se, portanto, a linha de pensamento em busca de produção de sentidos ao analisar a posição do sujeito, sob a perspectiva relacional dialógica de Bakhtin (1992), uma vez que as análises sobre os fragmentos dos discursos das/os senadoras e senadores de gêneros primários|secundários, orais/escritos, disponibilizados em televisão em tempo real e disponibilizados, posteriormente, em redes sociais apontam para o poder do discurso político, ou melhor, o poder do discurso político por meio do discurso institucionalizado interceptado pelo sujeito enunciadador. Para tanto, ilustra-se a concepção de Foucault (1999) ao inverter o aforismo de Clausewitz:

[...] a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio de forças manifestados nas guerras[...] dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc. -, tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra (FOUCAULT, 1999, p. 23).

A interação discursiva aponta para diferentes contextos históricos e ideológicos, posto que esses sujeitos são oriundos de diferentes estados brasileiros com heranças ideológicas diversas, interesses claudicantes que para se manterem no poder necessitam dominar repressivamente, assim, compreendido pela ordem do discurso e do *ethos* que os confere como instância política.

Apesar da convergência do tempo e espaço em que as unidades heterogêneas é representação da nação brasileira, o discurso jurídico dá legitimidade ao discurso político (FOUCAULT, 1999), os enfrentamentos dos sujeitos femininos e a posição de mulheres e do discurso feminista, sob uma visão partidária, ao passo que resiste a subversão em busca de autonomia e ao corte da cultura patriarcal e machista associada à posição de reprodução a valores conservadores, assim, entendido como uma via ao retrocesso das mulheres da vida pública para a vida privada alicerçada pela figura da mulher mãe e avó.

Apreende-se nos discursos nem sempre apreciados, ora muito criticado, uma mudança dos padrões da política de bastidores ou da calada da noite; antagônica, contraditória pelas suas posições ideológicas diante da função que assumiu frente a emergência do sujeito da enunciação, que, por sua vez, se constituiu pela via da instância jurídica que operacionaliza a legitimidade e assegura o poder político.

Vale ressaltar, que os estudos de Gênero apontam que as mulheres ao assumirem instâncias de poder se deparam com dificuldades de estender a vida profissional à vida social, dificultando o estabelecimento dos laços afetivos promotores de adesão partidária e de composição de conchavos com seus pares. Além disso e, sobretudo, as instâncias do poder político ainda é um gueto masculino, no qual as mulheres têm dificuldades de acessá-lo seja pela via da reprodução patriarcalista elas não se veem ou não se sentem motivadas a povoarem estes espaços.

Em compasso com o pensamento de Butler (1992), Nogueira (2008) afirma “o significado é sempre contestável”. A autora afirma “a linguagem não deve ser vista como um sistema de sinais com significados fixos com os quais todas as pessoas concordam, é um lugar de variabilidade, desacordo e ‘potencial conflito’, o qual a relação do poder se torna evidente” (NOGUEIRA, 2008, p. 14). Para a autora, nem mesmo o silêncio pode ser analisado como um significante vazio de significados. Desse modo, a observação silenciosa por uma parte da população com relação ao impeachment pode ser analisada (tu ou você/s; ele/s ou ela/s) têm várias significações, uma vez que o elemento na estrutura enunciativa do enunciador/a do discurso aparece como discurso do coenunciador.

O silêncio para Foucault (1999) pode ser mais do que uma manifestação de medo do adversário. Para o autor “o silêncio pode ser uma tática que sempre se deve ter em mente” (FOUCAULT, 1999, p. 18), na qual está a espera do momento apropriado para manifestar a resistência e destituir o opositor/a.

Orlandi (2011, p. 23) destaca “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história, é o significante”. Assim, ele está carregado de diferentes significados e significações³, os quais precisam ser analisados dentro da visão interacional entre o sujeito (co)enunciador/a, o referente, referências.

Sob esta perspectiva, dois pontos podem ser apreendidos, a partir da conexão com Butler (1992) e Fairclough (1991) ao assinalar que a o discurso não é um texto, mas ao ser enunciado cabe a ele uma interpretação, inclusive, das propriedades de produção, processos de interpretação e interpelação dos membros que o constituem institucionalmente (para quem destina-se o discurso) – incluindo seus conhecimentos de linguagem, representações sociais e do mundo que eles habitam, valores, crenças, pressupostos, entre outros.

³ Charaudeau (2014) afirma “[...] que quando se procura o sentido de uma palavra, é no dicionário que vamos busca-lo (situação fora do contexto): porém, quando se trata de significação de um texto ou de uma conversa, estamos aí nos referindo ao fato do discurso (ou seja a situação de emprego). (CHARAUDEAU, 2014, p. 25)

3 Contexto Histórico e os fluxos de poder: a interdiscursividade dos gêneros político-jurídico

Cavalcanti (2013) retoma a concepção de gênero de Maingueneau que afirma ter uma lista infinita de gêneros, de modo que é, por definição, indeterminada. Eles variam de acordo com os espaços, tempo e a constituição subjetividade dos sujeitos. Portanto, caberia ao analista do discurso questionar-se sobre a maneira de conhecer as coerções dos gêneros, de modo que as características formais e de procedimentos dos gêneros sejam apreendidos pela ótica “institucional”. Maingueneau (1993) assinala “[...]. Isso não significa, evidentemente, que o aspecto formal seja secundário, mas apenas que é preciso articular o “como dizer” ao conjunto de fatores do ritual enunciativo (MAINGUENEAU, 1993, p.35-36).

Entende-se que o dizer ou o como dizer está nos limites de sua relativa estabilidade, manifestações da “vontade discursiva do falante”, ao contrário, não se pode desconsiderar especificidades decorrentes do quadro teórico no interior do qual cada autor elabora seus conceitos. O/A enunciador/a porta a responsabilidade e um lugar em seu discurso, no qual ele deve ter a consciência do jogo de significados e significações que o seu discurso tem e terá diante do coenunciador/a, embora já se saiba que algo o escapa.

A linguagem é estudada como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interações (normalmente conversações) entre pelo menos duas partes, ou procuram-se padrões produzidos pelas personagens usadores da linguagem (ANTAKI & DÍAZ, 2004). Nesta abordagem, os analistas estão mais interessados no “uso” do que na linguagem em si mesma, daí que a interação entre pessoas se torne o ponto de interesse motriz. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interação ou uma espécie de sinais de orientação típico para estabelecer o elo comunicacional.

A abordagem implica um posicionamento específico relativo ao personagem que usa a linguagem: ele ou ela não são agentes livres ou isolados para usar a linguagem e atribuir significado ou decodificar significados de forma a comunicarem (NOGUEIRA, 2008, p. 239). Para a autora, os significados se constituem na cadeia de significações, por sua vez, valoradas por cargas ideológicas e culturais. A linguagem é, portanto, uma construção de equivalência ao discurso, pois ele se constitui na e pela linguagem.

Pinto (2014) retoma Fairclough (1992) que faz a distinção entre uma ‘intertextualidade manifesta e uma intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade’. Esta última diferencia-se da primeira porque se relaciona com o cruzamento entre gêneros e estilos discursivos (PINTO, 2014, p. 111). Ainda sobre a diferença entre intertexto e interdiscurso, Pinto (2014) traz a concepção de Fiorin ao realizar a separação entre os conceitos de intertexto/interdiscurso e intertextualidade/interdiscursividade. A autora salienta, que há traços elementares que os distinguem, uma vez que a intertextualidade é “um processo de incorporação de

um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”; enquanto a interdiscursividade é um processo de incorporação de “percursos temáticos ou figurativos”, ou seja, são apropriados os temas e/ou figuras de um discurso para produção de outros discursos.

É propício para análise do corpus a clareza destas concepções para identificá-los nos discursos e possibilitar a compreensão do jogo de sentidos e de produção valorativas, a partir das modalidades assertivas, atributivas, etc.

Maingueneau (1991) retoma o conceito de interdiscurso criado por Bakhtin (1992) ao afirmar que a informação de um indivíduo segue a contribuição de uma informação anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interação. O “usador” da linguagem está por isso constrangido pelo contexto interativo “a perspectiva dialógica diz que a alteridade irreduzível através do texto parece menos como uma expressão de um ponto de vista interativo do que uma voz múltipla unificada (MAINGUENEAU, 1991, p. 153). Segundo o autor, não há uma preocupação em Bakhtin em tratar de maneira sistemática as questões sintáticas/semânticas dos textos, uma vez que privilegia a questão dos gêneros do discurso. Nesse sentido, retomar Bakhtin, neste texto, tem como pressuposto teórico o olhar sobre o intergêneros na interdiscursividade para melhor afinar-se ao fulcro criativo do teórico.

Maingueneau (1991) ao destacar “da interação entre enunciador e coenunciador, mas também a imersão do discurso no qual ele se levantou em interdiscurso não tem a função de atravessá-lo” (MAINGUENEAU, 1991, p. 153-154; grifos da autora). Assim, o recurso tem uma função que transcende a repetição, além de apropriação e persuasão do seu próprio discurso, a remissão ao enunciado anterior redimensionará a significação e subverter a ordem do fluxo linguístico, em situações específicas a preservação das fontes sempre de autoria enunciativa do sujeito comunicacional trazem intencionalidades explícitas e implícitas.

Nesse sentido, a interdiscursividade no campo científico não tem uma visão de atravessar a anterioridade do discurso para ancorar o sujeito enunciador dentro da enunciação, mas de recriá-lo, a partir de um texto embreado, também sob a perspectiva não somente científica, mas submisso à diferentes discursos institucionalizados: político, jurídico, pedagógico, literário, dentre outros.

4 Análise do Discurso, uma visão crítico-analítica do poder político brasileiro

Este estudo traz três fragmentos dos discursos do processo de julgamento de impeachment da Presidenta/e Dilma Rousseff no Senado Federal no período de 17 maio de 2016 e concluído no dia 31 de agosto de 2016. Fairclough (1991) assinala a cerca do quê no discurso e antes dele em que determinadas pessoas ou grupos expressam e precisam manter-se sempre ativos em tons de acordo com as situações de contextos, uma vez que, somente através dos discursos esses sujeitos se mantêm no exercício do poder.

Foucault (1999) assinala “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de poder [...], num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 1999, p. 23). Assim, os pronunciamentos dos discursos são meios dos sujeitos expressarem o seu poder e de manterem a estabilidade imaginária que lhes asseguram estar naquele contexto.

Foucault (1999, p. 23) assinala:

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa presentes nas instituições, nas desigualdades económicas, na linguagem, até nos corpos uns dos outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. [...].

O analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “lidando/operando” com o enunciado, a partir da enunciação, pois entende que os conhecimentos de mundo, as crenças, emergem como coerções aos sujeitos que na liberdade que lhe é conferida está preso às armadilhas da sua subjetividade na constituição da sua relação com a história e com o social.

Segundo Maingueneau (2002), a intertextualidade ou interdiscursividade explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise inscrevem-se como marcas de especificidades da análise de discurso e dos discursos, pois ela retroalimenta a concepção que antecede a estrutura linguística de produção de discurso pelo sujeito enunciativo combinado pela noção não linguística de campo semântico e de discursos institucionalizados que têm leis e normas orientadoras. (PÊCHEAUX, 1997; BACKHTIN, 1997; MAINGUENEAU, 2002).

Os registros audiovisuais, através do suporte dos meios de comunicação: televisão e redes sociais, assim como os procedimentos de recolhimento dos discursos torna-se corpus da análise do discurso, ligando o estável da gramática ao equívoco do sujeito, à contradição e ratificação da autoridade como responsável pelo que foi dito no movimento da descrição e da interpretação das marcas do discurso.

Quadro 1. transcrição do discurso do senador Cássio Cunha

Local: Plenário do Senado Federal disponível: 29/08/2016 Acesso em 19/10
TRANSCRIÇÃO
<p>Excelentíssimo Senhor Presidente do STF Ricardo Lewandowski; Excelentíssimo Presidente do Congresso Renan Calheiros, Excelentíssima Senhora presidente da República Dilma Rousseff.</p> <p>Faço questão de tratá-los de maneira, absolutamente, formal para mostrar, na inauguração da minha palavra, que não pode haver golpe com uma mesa composta com o chefe e a chefe dos três poderes da república.</p> <p>Sua Excelência, a Presidente Dilma resolveu, mais uma vez, por um discurso político. Perde a derradeira oportunidade de se defender contra os graves crimes que lhe são imputados.</p> <p>E esquece, sua Excelência Presidente Dilma, que este impeachment não nasceu no Congresso Nacional. Esse impeachment nasceu nas ruas do Brasil.</p> <p>É, por isso, que eu quero saudar a representação do povo brasileiro...</p>

A senadora que me antecedeu saudou [] o governo da Vossa Excelência, desse lado de cá da tribuna; de um lado o ex-governo, desse lado, o povo do Brasil.
Representado por jovens, destemidos, abnegados, apartidários, que foram pra's ruas para manifestar a sua indignação [...].

(1) ANÁLISE

O discurso divide-se em três níveis ou estratégias de comunicação e será analisado, a partir das concepções de Maingueneau (2002), Pêcheux (1997), Charaudeau (2014):

1º estratégia: o enunciador inicia o discurso e utiliza o elemento dêitico ou embreante pronominal “Eu” para realizar uma asserção, por meio do modalizador verbal em primeira pessoa do singular no presente do indicativo do verbo “faço”, indicador de uma ação presente que aponta para uma verdade. Em sequência, usa os verbos no infinitivo “atestar” e a locução verbal “pode haver” em contraponto a marca de remissão discursiva seguido do advérbio de negação “não” para assegurar uma não verdade pela descrição dos fatos e a sua apreciação para o futuro, o *modus mutantis* e a construção de uma verdade, a partir da encenação que Ele enuncia. Ele situa um espaço, através do artigo indefinido ou um equivalente designador de número seguido de um embreante adverbial “uma mesa” para apontar um lugar - elemento dêitico de lugar -; não é qualquer lugar⁴, lugar onde se encontram parte dos co-enunciadores de 1º plano, dos quais Ele dirige o seu discurso diretamente, se bem que o enunciador se encontra em uma posição oposta aos coenunciadores que aponta para o estabelecimento de diálogo em posições hierárquicas ou de ethos diferenciados, é um espectador, de modo que a sua observação o levará a um juízo que pressupõe uma interpretação. O enunciador, por sua vez, traz a asserção como nota sucessiva à constatação. A expressão adverbial que o enunciador ressalta configura uma especificidade, por sua vez, transita a nomeação comum para própria, assim, ele faz referência para aquele local escopo onde ele se posiciona em um lugar flexível, próximo e distante ao mesmo tempo.

Há, por outro lado, uma referência implícita de discursos anteriores “não pode haver golpe”, a asserção está justificada pela composição dos elementos que compõem à mesa.

O verbo “faço” indica uma postura ativa e consciente para atingir os propósitos do enunciador dada a autoridade ou suporte do ato da enunciação, pois há um contexto para uso da sua fala e de co-enunciadores inserido no contexto enunciativo:

Eu → constituído do emissor, o enunciador.

As pessoas à mesa → (Tu) coenunciadores, referentes ou destinatários ideais.

Destinatário → (Vocês) coenunciadores; dividido em duas partes: 1) os partidários, que se encontram no auditório; o grupo da população que adere o discurso do impeachment. São considerados sujeitos

⁴ Charaudeau (2014) assinala “[...] considere o ato de linguagem como uma peça de museu, isto é, como um objeto excepcional que se expõe ao olhar [...]” (Charaudeau, 2014, p. 24)

interpretantes; 2) a uma outra parte da população ou do lado oposto ao ethos do enunciador. O enunciador ora desdenha ou, explicitamente, os exclui da enunciação “eles” uma não-pessoa do contexto enunciativo, através da ausência dos verbos a expressão nominativa aponta para uma posição inflexível, determinada, um imperativo categórico.

O “Eles” também é sujeito interpretante, mas está discursivamente excluído, ex-existente da enunciação, embora semanticamente com uma carga de significação ao qualificá-los de “não brasileiros” por compor o grupo de ex-governo, condição de excludência irreduzível.

2ª estratégia: o referente é o sujeito da comunicação, cuja posição é marcada pela aproximação com o interlocutor “A Presidente Dilma” e utiliza o verbo “resolveu” modalizador na terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo para indicar uma ação construída e concluída no passado, portanto, não há coincidência com o ato enunciativo. “Ela” é um referente, não é enunciador e nem coenunciador. Para Benveniste, a terceira pessoa do discurso é designada de não-pessoa. Em seguida, retoma o verbo no presente na 3ª pessoa do singular “perde”, “esquece”, por sua vez, verbos designadores de estado, ou seja, o verbo de ação no passado seguido de verbos de estado no presente são modalizadores para circunscrever o ato enunciativo no tempo e no espaço. A ação do sujeito “Ela” agente do passado é ex-existente e não-pessoa do presente, o que é evidenciado por Ele, assertivamente, pela a imobilidade, fragilidade e inoperância que a figura denota na enunciação.

3ª estratégia: o discurso retoma a primeira pessoa com o pronome dêitico “Eu” seguido do verbo no presente do indicativo “quero” seguido do infinitivo saudar, uma locução verbal indicadora de ação continuada destinada aos coenunciadores, na qual há uma coincidência da ação com a palavra “Eu quero saudar a representação do povo brasileiro”, neste momento, o enunciador dirige-se para um lugar em que os coenunciadores se encontram. Apresenta um deslocamento do enunciador com os coenunciadores, de modo que o discurso apresenta dois planos distintos de ato de linguagem ao saudar o auditório constituído de dois tipos de referentes “os de cá da tribuna”, os sujeitos se encontram na terceira pessoa e são representados pelo grupo do ex-governo, e do outro lado o “Nós” (Eu e você) designados de “povo brasileiro”.

O “Eu” recorre a modalização apreciativa, por meio de atributos “jovens abnegados, apatridários e que foram para as ruas apresentar a sua indignação” a construção interfrásica aponta qualitativos contraditórios à ação conseqüente. A significação fica em aberto, de modo que a análise dos dados discursivos remonta para o conflito entre o discurso e a realidade

Evidencia-se a contradição em dois momentos do texto, quando ele divide o auditório e rejeita a nacionalidade de um grupo por não partilhar das mesmas ideias, por outro lado, o enunciador não tem interesse pela persuasão da retórica; há somente a proposição entre o Nós que constituímos o povo brasileiro e os Eles que por ser de uma posição contrária perde o seu direito de nacionalidade e cidadania.

Por outro lado, ele aponta que o lado do povo brasileiro é composto de jovens abnegados, apartidários, apontando, um equívoco no discurso, desde a construção do pressuposto, se ele acredita que abnegação está relacionada ao apartidarismo, mas que foram para ruas mostrar a sua indignação, se tem indignação tem posição sobre algo que é contrário, de modo que a não-verdade do discurso intensifica a contradição pela construção da estrutura semântica e os sentidos que são produzidos pelos enunciados em referência a enunciação.

Quadro 2. Transcrição do discurso jurídico da advogada de acusação

Disponível: 30/08/2016 Local: Plenário do Senado Federal Acesso a 19/10/2016
TRANSCRIÇÃO
<p>Tudo isso foi muito bom para que o povo brasileiro percebesse como é o modo PT de ser. O modo PT de ser, é esse, é a enganação; É o PT que não (diz) pede desculpas, é o PT que nega os fatos; nega a realidade.</p> <p>Quando eu entrei nesse processo: [] Eu [], pensei, meu Deus, eu sou uma defensora, né? Eu vou fazer uma grande acusação, não é simples, os senhores não fiquem pensando que eu fico feliz acusando, não fico, mas eu me coloco nesse processo como uma defensora do Brasil. Nós precisávamos fazer alguma coisa [...]</p> <p>[...] Eu entrei nessa história sem ser chamada [hahaha] porque eu entendi que era necessário para defender o meu país.</p> <p>Eu quero sair daqui e voltar para o anonimato, a tranquilidade do anonimato. Eu peço a Deus e as Vossas Excelências que compreendam a magnitude deste momento e o tanto que esse povo está precisando de seriedade e de transparência</p> <p>Eu digo as Vossas Excelências, eu estou finalizando, que e eu não quero precisar tomar uma medida como essa, novamente, mas se for necessário, eu tomo.</p> <p>Então, eu conto com as Vossas Excelências para que nós possamos garantir um Brasil melhor, um Brasil mais limpo, mais translúcido pra's nossas crianças.</p> <p>Muito embora, eu esteja convicta de que estou certa e de que eu estou fazendo certo, mesmo quando eu estou certa, eu reconheço que as minhas atitudes podem gerar sofrimento para outras pessoas, e mesmo estando certa, eu peço desculpas []</p> <p>(Vossa Excelência termine o raciocínio – PRESIDENTE LEWANDOWSKI)</p> <p>Finalizo, pedindo desculpas pra senhora presidente da república, não por ter feito o que era devido, porque eu não podia me omitir diante de tudo isso;</p> <p>Eu peço desculpas porque eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil; eu peço desculpas porque eu sei que muito embora esse não fosse o meu objetivo, eu lhe causei sofrimento.</p> <p>E eu peço que ela[], um dia[], entenda[], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela</p> <p>Eu agradeço.</p>

(2) ANÁLISE

A predominância do modalizador pronominal enunciativo totalizante e universalizante “tudo” inicia o discurso, assim, este discurso no presente remonta para discursos anteriores, que, por sua vez, os fatos enunciados implicitamente sugere um conhecimento e uma afinidade entre os sujeitos da enunciação, logo tomam como referência o próprio ato enunciativo.

A enunciadora divide o discurso em três planos discursivos, através do ato de linguagem com relação aos sujeitos enunciativos: o primeiro plano, o coenunciador/a é o povo brasileiro, isto é, ela destina seu discurso ao quantitativo modalizador universalizante subjetivo, utiliza o verbo de ligação denotador de

estado próprio à função ontogênica. No segundo plano, ela concentra o coenunciador/a à figura dos parlamentares e da presidente da república (vocês), intenciona atingi-los, através de uma autonarratividade, a partir de uma posição de superioridade, evidenciado pelos modalizadores verbais “eu não quero precisar” e “eu conto com Vossas Excelências...” . No terceiro plano ela restringe o destinatário e enfatiza a figura da presidente da república, estabelecendo uma diferença interpretativa do tema produto de interdiscursivamente, a fim de estabelecer distanciamento discursivo entre o “eu” e o “tu” ou de não afinidade do *ethos*.

No discurso depreende-se quatro níveis ou estratégias discursivas com o intuito de produção de significação e sentidos que explicam a sua posição ideológica consequentes às suas ações:

- Na primeira parte do texto, o enunciador e o coenunciador estão representados e subentendidos no “Eu” e “Vocês” dirigidos ao povo brasileiro.

1ª estratégia: a enunciativa inicia com o modalizador enunciativo totalizante e universalizante “tudo”, assim, este discurso remonta para discursos anteriores em que o sujeito se aproxima em seu ato enunciativo, que, por sua vez, os fatos enunciados implicitamente sugerem afinidade entre os sujeitos da enunciação, logo utiliza o verbo “foi” na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. Há uma relação interfrásica conectada pela finalidade e explicação implícita de atos discursivos anteriores. Os “TUs” são os mesmos ou se equivalem, ou seja, não há distinção entre o Tu destinatário e o Tu interpretativo, conforme Charaudeau (2014).

Apreende-se, em seguida, o uso de verbos de ligação denotador de estado “ser” no infinitivo ou no presente dos indicativos com a intenção dos sujeitos enunciativos chegarem a mesma interpretação, uma vez que ela recorre à configuração fixa e imutável da ordem constitutiva da instituição PT. A enunciativa faz referência ao “modo PT de ser” por meio da asserção no sentido de verdade, na qual ela se coloca no plano de distanciamento e de exclusão para indicar uma posição imparcial do escrutínio, por outro lado, há um afastamento dos sujeitos “Eu e Vocês” prioriza “Ele” ao usar o não embreante adverbial “modo PT de ser”. O uso do não embreante aponta a ausência das marcas da enunciativa.

Esta estratégia é dividida em dois planos: a da asserção e da explicitação ou justificativa da asserção. No segundo plano, a enunciativa recorre a frases curtas assindéticas e repete a variável verbal “é” para designar a figura ontológica PT. A falta de conectivo apresenta a não relação de um atributo com relação aos outros, eles são desconectados, portanto, não há interesse de convencimento ou elemento persuasivo “O PT da enganação, O PT que não (diz) pede desculpas...” Sobre esta última frase ressalta-se o ato falho em utilizar o verbo “dizer” ao invés de “pedir”, apontando o equívoco linguístico do sujeito enunciativo, visto que desculpas é um sintagma nominal que estabelece, necessariamente, a modalização contratual entre o “Eu e o Tu/você” presentes na comunicação, assim, a formação do sintagma verbal foi retificada, imediatamente, por “pedir desculpas”.

No cenário histórico de construção da interdiscursividade, o processo de impeachment revelou uma recorrente necessidade de pronunciar o pedido de desculpas. A mídia, o parlamento pressionavam em seus discursos que a Presidente/a Dilma pedisse desculpas pelos erros cometidos, apesar de serem refutadas pelo objeto solicitado. Assim, a produção dessa paráfrase permite, que se efetue, na linguagem, um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, conforme Charaudeau (2014). O sujeito enunciativa retoma este tema para apreciar um valor negativo ao sujeito “Ela”, no caso a Presidente Dilma, que, por sua vez, é inserida no ethos PT, da qual a enunciativa se exclui, se bem que o atualize discursivamente pelo modalizador do verbo no presente.

O equívoco do uso “dizer” ao invés de “pedir” sugere a relação paradigmática de um pelo outro, embora semanticamente eles tenham sentidos totalmente diferentes: o verbo “dizer” expressa um ato repetitivo de linguagem que não exige mudança consciente e transformadora do ser; “pedir” remete a consciência de um ato de linguagem que retoma a atos passados e que exige o estabelecimento contratual do ato comunicacional.

Identifica-se a invariante sintagmática “desculpas” em discursos anteriores, apontando a interdiscursividade. Pêcheux (1997) assinala que o elemento de regularidade aponta para a conservação da invariante, através da variação morfemática em que o sistema de representações se reinscreve, através das *variantes* que o repetem progressivamente. Esta repetição, portanto, traz uma carga valorativa que determina posições e, por sua vez, ilustram um argumento forte para chegar o objetivo de persuasão e convencimento.

Fica a questão se o uso recorrente da expressão nominativa “desculpas” deve ser antecedida pelo verbo dizer ou pelo verbo pedir no sentido de configuração subjetiva dos enunciadores/as constitutivos de “povo brasileiro”. Os atos de linguagem se apresentam em nível de superficialidade para atingirem os fins, independentemente, da profundidade que os signos se apresentem como significado ou significação, cujo discurso jurídico se constitui como carga ideológica e de expressão na constituição social das verdades institucionais e humanas.

- Em seguida, ela delimita a cena discursiva e explicita a construção de imagem de si mesma.

2º estratégia: a enunciativa constrói uma imagem de si. Nesse momento, ela recorre a pausas e as frases são entrecortadas por onomatopeias de risos “(háháhá)”. O eu racional deu lugar a alteridade e manifesta-se o sujeito estrutural. Há uma contradição semântica entre o ato consciente e a surpresa do fato e as suas consequências, de modo que aponta para o inusitado que em primeiro momento a surpreendeu, mas que teve tempo para projetar-se no cenário enunciativo. Com isso, as ações apontam para interesses próprios e individuais que não se estende ao coletivo “povo brasileiro”. Nesse momento, o ato enunciativo expressa o eu idealizado em confronto com o eu real, ao passo que os coenunciadores/as voltam-se os olhares, sentidos e significação para própria enunciativa. Ela rompe o mundo da abstração e da não ex-

existência, uma vez que o “Eu” está ausente na estratégia anterior para na sequência usa o embreante pronominal “Eu” seguido dos verbos “entrei” e “entendi” no pretérito perfeito do indicativo. Na 2ª estratégia ela se apresenta como sujeito enunciativo por meio do embreante pronominal “Eu”. O Eu que se apresenta ativamente no passado, presente e futuro, através de verbos denotadores de ação no presente “eu saio” “eu conto” “eu volto” e na locução verbal sequenciada do embreante “nós” seguido de “possamos garantir” marcando o futuro contínuo registrado por uma ação perene.

- A enunciadora recorre a assertiva para designar uma verdade, a partir de qualitativos ontologicamente constituído por meio da expressão “modo PT de ser” e pede desculpas a Presidente da República, ou seja, se a 1ª estratégia a enunciadora evoca um maneira de ser PT, na 3ª estratégia ela traz a face negativa de não ser PT referenciada no cotexto, conforme Maingueneau (2002).

3ª estratégia: Ela inicia com o conector concessivo “muito embora”, cuja função remete a subordinação emitido pelo referente complementar de excepcionalidade. Na sequência, ela retoma o embreante pronominal “eu” seguido das flexões do presente em diferentes modos do verbo “estar”, através do uso flexível verbal “esteja” “estou” inter cruzado pelos verbos “reconheço” para retomar o tema “desculpas” utilizado na 1ª estratégia. Ela enuncia “Finalizo, pedindo desculpas pra senhora presidente da república...”, na sequência, a enunciadora usa o embreante “ela” recurso anafórico do sujeito ex-existente a enunciação e considerado não-pessoa, conforme concepção de Maingueneau (1992). Supostamente, o coenunciador na posição de “Tu” são os ouvintes, os (tele)espectadoras/es. A estrutura linguística aponta para repetição da invariável “ela” para justificar ou explicar para os coenunciadores/as ou sujeitos destinatários e interpretantes o seu ato enunciativo. Percebe-se que há uma distinção entre o sujeito de destino e o sujeito receptor, uma vez que o ato enunciativo de desculpas implica um contrato interlocutivo com o sujeito de destino e receptor. A Enunciadora segue o discurso “E eu peço que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela.” A presença de pausas entrecorta uma expressão verbal ou nominal indicador de silêncio e delimitador do ato enunciativo que o constitui. Há uma circunscrição do ilimitado contínuo do silêncio para o limitado da inscrição do signo linguístico. O silêncio, contudo, é um signo que traz uma carga valorativa expressa na significação que ao contexto emite diferentes sentidos ou concessões. Orlandi (1995) assinala “|...| no silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos” (ORLANDI, 1995). Foucault (1999) afirma que o silêncio pode ser a espera estratégica para proferir a ação de resistência ao poder do opositor, isto é, atingir o objetivo proposto, no senso-comum “tacada de mestre”.

A análise confirma a hipótese de que o uso da expressão nominativa objetiva direta não era destinada para Presidente Dilma, mas para o sujeito interpretativo, coenunciadores/as da enunciação inscritos no “Tu”. Logo, a intenção dos signos semióticos trazidos neste contexto enunciativo: lágrimas, pausas, gestos e signos

linguísticos apontam para a função interpretativa do sujeito comunicacional que sustenta uma intencionalidade, a qual Charaudeau (2014) designa de estratégia de hipocrisia, demagogia, ironia, de acordo com as Circunstância de Discurso expresso pelo sujeito comunicante “Eu”. Conclui-se, portanto, que o equívoco registrado na 1ª estratégia não ocorreu na retificação do verbo dizer por pedir, mas quando ela usa o verbo “pedir” como modalizador verbal de ação por meio da expressão nominativa “desculpas”.

Quadro 3. Discurso político da Senadora Gleisi Hoffmann

Local do discurso: Plenário do Senado Federal Disponível: 30/08/2016 Acesso: 19/10/2016
TRANSCRIÇÃO
Obrigada Sr. Presidente. É na realidade para fazer uma reclamação. Neste primeiro momento que nós estamos nessa sessão Entendi eu que a acusação ia fazer sua exposição e depois a defesa; entendi eu também que a acusação ia fazer sua exposição com base em dados jurídicos e técnicos. -Isto. (Ricardo Levandowski) Eu quero fazer um registro aqui na tribuna do senado: não foi registro técnicos não foi registro jurídico; foi debate político Eu não tenho nada contra o debate político, eu não tenho nada contra debate político, podem fazer debate político, a Doutora Janaína, o Dr. Miguel Realy, é direito, mas para fazer um debate político é necessário que se submeta ao voto popular e venha para essa casa... Se aqui vem como advogado, aqui, tem que trazer questões técnica. Talvez, uma coisa que eu concordo com o Sr. Miguel Reale que este processo foi gestado na Avenida Paulista, Nossa Sra. De Copacabana, na atlântica, exatamente, nos lugares frequentado pela elite brasileira porque é um golpe contra o povo. A Dona Janaína invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou, isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação. Eu quero deixar uma reclamação registrada nesse plenário: que era importante que a acusação viesse aqui e colocasse os fatos jurídicos que viesse aqui e fizesse a defesa técnica. Como pode reclamar da Senhora Presidenta que deu as mesmas respostas se as perguntas eram as mesmas? Se os senhores não conseguiam fazer perguntas diferentes: é o mesmo jargão o tempo todo: é o conjunto da obra, os decretos, a pedalada e o discurso político, porque tem que falar da política...

(3) ANÁLISE

A análise divide o discurso em três planos, a partir da temática e da relação estabelecida com os sujeitos enunciativos “Eu” e “Tu” em diferentes níveis. Embora o discurso tenha como figurante o binômio “Eu e Tu” centralizado por um diálogo entre a senadora e o presidente, figura postulante ao ato enunciativo, concomitantemente, o enunciado também se destina aos participantes do julgamento de impeachment, mais especificamente, a advogada de acusação que proferiu, anteriormente, o discurso do qual é objeto de rejeição e crítica pela enunciadora. Fica evidente, por parte da senadora, a claudicância dos gêneros jurídico e político no contexto, que é sustentado pelas marcas do discurso político ao discurso jurídico. Além disso, percebe-se que há uma intenção fundante da enunciadora em apresentar saberes sociais que a confere competência para estabelecer o diálogo entre os interlocutores, criando expectativas de persuasão e convencimento dos interlocutores internos e externos ao ato enunciativo.

No primeiro plano, o “Eu” enuncia uma mensagem para o “Tu” destinatário e interpretante, da qual estabelece um contrato dialogal e, para tanto, cria estratégias para que se alcance os objetivos do seu ato enunciativo. Segundo Charaudeau (2014), este coenunciador é Tu destinatário e interpretante, porque a partir da interpelação se espera uma devolutiva, uma opinião, uma decisão, no caso, específico da situação e dos papéis estabelecidos pelo ato enunciativo, o julgamento de impeachment, espera-se do Tu destinatário, no primeiro momento, uma interpretação do enunciado e, no segundo momento, uma leitura e interpretação do dispositivo legal para poder dar a devolutiva sobre o objeto solicitado, o objeto de reclamação. Paralelamente, em um plano imediato, a advogada de acusação, enunciativa do discurso produto do ato enunciativo também lhe é conferido uma interpretação e uma devolutiva a cerca do produto discursivo, constituindo- um “Tu” interpretativo que se insere legitimamente no diálogo, de maneira indireta, a partir da apresentação de fundamento legal que ampara o ato enunciativo anterior.

A enunciativa se coloca no contexto em uma posição inferior ao papel desempenhado pelos “TUs” no que tange ao uso do instrumento jurídico; enquanto se coloca em uma posição superior à advogada ao evocar a ruptura das leis discursivas de pertinência e sinceridade, conforme Maingueneau (2002), ao passo que a coloca como infrigente das leis discursivas – pertinência e sinceridade – sustentadores do enlace comunicacional, ao passo que se coloca numa posição legítima de porta-voz do discurso político.

No segundo plano, a enunciativa desloca o conteúdo enunciativo e o objeto de destino, de modo que o sujeito destinatário é todo e qualquer sujeito interpretante “fusão identitária”, recurso próprio do discurso político, de acordo com Charaudeau (2014). Este sujeito interpretante subjetivo, fonte de produção do ato enunciativo, apontado, centralmente, como sujeitos externos ao ato enunciativo e comunicacional. Para este plano, ressalta-se a concepção de cena englobante de Maingueneau (2002), por meio da imagem que o “Eu” produz do interlocutor, na qual se afina a concepção de Fairclough (1989) ao afirmar que para o político se sustentar no poder é fundamental a continuidade do discurso destinado aos seus eleitores. Com isso, percebe-se que mais do que a devolutiva técnica do Presidente, ela buscava estrategicamente, estabelecer um ato comunicacional com todos os (tele)expectadores ou ouvintes “o povo brasileiro” poder máximo de um país democrático. Assim, se constitui o terceiro nível do binômio “Eu e Tu” com a finalidade de afetar o sujeito interpretante que não coincide com o sujeito destinatário.

- Os três níveis ou estratégias utilizadas pela enunciativa para atingir os objetivos propostos:

1ª estratégia: a enunciativa inicia o discurso com a injunção, convocação ao solicitante, em seguida, justifica o ato injuntivo, a partir da asserção iniciada por duas frases coordenadas, assindéticas, complementares, utilizada tanto na primeira como na segunda frase a mesma ordem indireta do verbo pessoa “Entendi Eu” o modalizador verbal no passado. A construção sintática incita a construção semântica no sentido de um sujeito destinatário deslocado para a posição de sujeito enunciativo acometido pelo ato enunciativo anterior. Segundo Pêcheux (1997) o fenômeno semântico produzido por uma substituição

contextual, produz um deslizamento de sentido e traz a noção de efeito metafórico – pontos de deriva – aproximando-a a um produto interpretativo, cuja função é intervir no real do sentido. O modalizador verbal “entendi” se coloca em um plano inferior ao sujeito “Eu”

Na sequência, a enunciativa sintetiza a asserção, sob o ponto de vista assertivo e afirmativo “não foi registro técnico não foi registro jurídico; foi debate político” com o objetivo de denunciar o uso inadequado do papel enunciativo esperado pelos interlocutores no discurso anterior, a partir do argumento de tornar ilegítimo o ato no contexto enunciativo.

Ela continua apresentando argumentos para sustentar a asserção de transgressora da lei discursiva “A Dona Janaína invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou.”. Neste enunciado, percebe-se que ela recorre ao embeante de 3ª pessoa, ou seja, para um objeto fora do contexto enunciativo, ratificando a ex-existência por meio dos modalizadores verbais “invocou”, chorou” e o embeante “Tu” na figura injuntiva de “Sr Presidente”, que se encontra intercalado entre um enunciado e outro, constituindo uma estrutura interfrásica intermitente pelo vocativo injuntivo com a intenção implícita de pedido, solicitação de uma ação clamorosa do *ethos*. Na sequência, ela reforça a transgressão do ato enunciativo ao iniciar com um elemento catafórico “Isso” para validar os pressupostos “Isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação.” Neste enunciado, o elemento pronominal demonstrativo catafórico é seguido de um embeante adverbial de lugar “daqui” e logo em seguida reforçado por “aqui” para apontar uma não-coerência do ato de fala à situação real. Reinicia o ato com o conectivo “e” interligando uma frase a outra em situações de equivalência sintático-semântica, contudo, embeado pelo sujeito interlocutivo “Eu e Tu” subentendido em “Nós” para firmar como sujeitos coerentes e atuantes dentro nos princípios das leis do discurso.

A enunciativa retoma o sujeito no 1º plano “Eu” seguido do modalizador verbal no presente do indicativo “tenho”. O verbo é antecedido pelo advérbio de negação “não” precedido por um modalizador pronominal “nada” indicativo de posição negativa “contra o debate político, que aponta para alguma restrição, ou seja, “eu não tenho nada” aponta Eu tenho algo; não tenho tudo.

2ª estratégia: A enunciativa se desloca do sujeito de destino e reestrutura o diálogo com a figura “Eu, Tu e Você” com a inserção do advogado Miguel Reale “Talvez, uma coisa que eu concordo com o Sr. Miguel Reale que este processo foi gestado...”. A enunciativa inicia com um embeante adverbial de dúvida que a coloca numa posição de não está falando com sinceridade ou que estas palavras não confere com a realidade a respeito do lugar que o movimento de impeachment foi criado. Ela afirma não saber, de não ter respaldo, de não ser competente para responder à assertiva criada pelo enunciador anterior.

3ª estratégia: a enunciativa estabelece o diálogo com os os opositores, por meio do binômio “Eu e vocês” para retomar outros discursos que criticavam a Dilma em não trazer outros elementos discursivos para ser analisado, no qual ela argumenta com base nos princípios discursivos de coerência e coesão

discursiva ao estabelecer uma interlocução, ou seja, o conteúdo deve ser um contrato estabelecido pelos sujeitos para que o ato de comunicação aconteça, portanto, não pode partir somente de um dos sujeitos constitutivo, sob a pena de fracasso linguístico.

5 Considerações Finais

A Presidente Dilma Rousseff foi destituída do cargo, assim, tornou-se ex-presidente da República de um mandato interrompido pelo processo de impeachment. Mas, os discursos ficam para História, de modo que o fluxo *continuum* das palavras, frases, entonação, gestos, silenciamentos, risos permanecerão e trarão novos sentidos e significações para quem se interessar analisá-los em diferentes tempos e espaços.

Neste momento, dois pontos são ressaltados com o fim de trazer mais um significante a ser inserido ao corpus de análise: o primeiro, diz respeito a convicção que o julgamento da Presidente Dilma fundamentou-se no discurso político; o discurso jurídico aparece para legitimar o discurso político ou derimir questões levantadas entre as partes também com a finalidade de dissolvê-las, porventura, impedimento para continuidade do julgamento.

O segundo ponto, versa na questão do uso da pertinência, sinceridade e, sobretudo, da coerência entre o dito e a realidade, cujos princípios foram obscurecidos e, contraditoriamente, reforçados ao legitimar o discurso político como gênero primário da ação enunciativa.

Nesse sentido, reforça-se a argumentação da senadora sobre o gênero discursivo utilizado pela advogada de acusação. A devolutiva dada pelo Presidente Ricardo Levandowski foi com base em instrumentos legais que privilegia ao advogado, nos atributos das funções, autonomia de acessar qualquer tipo de recurso textual ou discursivo que assim julgue necessário, de modo que o Presidente⁵ julgou improcedente o objeto solicitante da senadora de uso indevido do discurso político. Conclui-se que, a busca da verdade dos fatos, sob a ótica do discurso, é algo que não se aplica ao se estabelecer os sujeitos constituídos no discurso político/jurídico, uma vez que a imagem construída de si e do seu interlocutor tem o objetivo de produzir sentidos e significações reproduzidas pelo ato enunciativo não, necessariamente, pautado pela realidade.

A mulher, Presidenta Dilma Rousseff, circulou no maior posto do poder do estado brasileiro, terminou o primeiro mandato e no segundo mandato ela foi deposta, por conseguinte, sendo ocupado por seu vice-Presidente Michel Temer. Com isso, o discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff, logo após

⁵ O Presidente do julgamento de impeachment Ricardo Levandowski assinala “Para o advogado é indispensável a administração da justiça, sendo inviolável os seus atos e manifestações no exercício da profissão. Esse dispositivo é repetido no estatuto da advocacia e da OAB que está consubstanciado na lei 8906 de 1994, que repete esta mesma disposição, essa mesma dixação no artigo 2º do paragrafo 3º e o artigo 7º esta mesma disposição deste diploma que são direitos do advogado exercer com liberdade a profissão em todo território nacional. (30/08/2016)

a vitória do primeiro mandato, ao assinalar que os pais ao olharem para filha podem dizê-la que é possível uma mulher chegar ao mais alto posto da República, por sua vez, é obscurecida e sem resposta, ainda em silêncio.

Referência Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- BUTLER, Judith; Scott, Joan W. **Feminists Theorize the Political**. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data/Routledge, 1992.
- CAVALCANTI, Jauranice R. A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de D. Maingueneau. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão/SC, v. 13, n. 2, p. 429-448, maio/ago 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014.
- DUARTE, Isabel Margarida; RODRIGUES, Sónia Valente. Modalisation et distance énonciative dans des rapports d' évaluation d' activités de formation de professeurs. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, 2014.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman Groups, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martim Fontes, 1999.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo/SP: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette Supérieur, 1991.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- NOGUEIRA, Conceição. Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 24 n. 2, 2008, pp. 235-242.
- KOPYTOWSKA, Monika. Modality, distance, and the television news genre. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio: os movimentos do sentido**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise do Discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**, vol.2, nº 1, 1986, p.105-126.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Unicamp/SP: o Brasil. Disponível em http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf Acesso em 14/10/2016.
- PÊCHEUX, Michel; LEÓN, Simone B.; MARADIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso. In.: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p.61- 162.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In. GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1997, p. 254-283.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PINTO, Alexandra G. Modalização e construção do humor nas crônicas de Ricardo Araújo Pereira. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, 2014.

MARTÍN ROJO, Luísa. **Poder – Decir**: o el poder de los Discursos. Espanha: Arrecifes. 1998.

O papel da mídia impressa no processo de configuração do ator da enunciação, participante das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo

Tânia Regina EXPOSITO FERREIRA (UPM)
tanexpotref@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz a análise de algumas notícias dos Jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre as manifestações de junho de 2013 ocorridas no Estado de São Paulo, à luz das teorias da Semiótica Discursiva greimasiana. Por meio de análise interpretativa enunciativa das notícias veiculadas nos referidos jornais sobre os protestos realizados no mês de junho de 2013, buscou-se identificar como foi realizada a construção desse ator da enunciação da grande marcha de 17 de junho de 2013. Que imagem dos protagonistas destes protestos, a mídia impressa, representada por estes dois jornais, deixou para o leitor.

Palavras-chave: Texto; Discurso; Semiótica discursiva; Enunciador; Enunciatório.

Abstract: This article presents the analysis of some news from Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo newspapers on the June 2013 demonstrations in the State of São Paulo, in light of the theories of Greimasian Discursive Semiotics. Through an interpretative analysis of the news published in the said newspapers on the protests held in June 2013, we sought to identify how the construction of this actor of the enunciation of the great march of June 17, 2013 was carried out. What image of the protagonists of these protests, the print media, represented by these two newspapers, left for the reader.

Keywords: Text; Speech; Discursive semiotics; Enunciator; Enunciater.

1 Introdução

Em meados de maio de 2013, começaram a surgir na cidade de São Paulo manifestações populares, a princípio em torno de uma única reivindicação: a revogação do aumento de R\$ 0,20 das passagens de trem, metrô e ônibus que custavam R\$ 3,00. Essas manifestações foram tomando vulto, mais e mais pessoas foram aderindo a elas, e o motivo *revogação do aumento da passagem* foi trazendo à memória das pessoas outros problemas relacionados com os serviços públicos. Assim, chegou-se ao dia 17 de junho de 2013, dia em que não só a cidade de São Paulo, mas o estado de São Paulo e o Brasil pararam. E pararam, particularmente a cidade de São Paulo, não só para sustar o aumento do transporte público, mas também para mostrar sua insatisfação com as autoridades responsáveis por gerir os serviços públicos em geral. Ocorreu, então, no dia 17 de junho de 2013, a grande manifestação popular que reuniu aproximadamente 65 mil pessoas, segundo os órgãos de imprensa. É dessa manifestação que surgiu o tema de nosso estudo.

A imprensa, na medida em que foi divulgando notícias, reportagens e análises sobre esse evento e sobre os que o antecederam no mês de junho, apresentou, em seus textos, sua leitura dos fatos. Nesses textos deu-se particular evidência à identificação dos protagonistas das manifestações e, em especial, à sua qualificação com base nas ações por eles promovidas. Nesse sentido, a imprensa construiu, pelo filtro de seus critérios político-ideológicos, valendo-se de diferentes recursos verbais e não verbais, o sujeito da enunciação desse texto-discurso em que a própria manifestação se constituiu¹.

Configurar esse sujeito construído pela imprensa foi o grande objetivo deste trabalho. Portanto, o nosso objeto de investigação foram as manifestações de junho de 2013, em especial a grande marcha do dia 17 de junho, mas só indiretamente. O que diretamente nos interessou investigar foram os textos da imprensa, visando a identificar, avaliar e analisar neles informações – figuras, temas, referências intertextuais, qualificações e avaliações diretas ou indiretas, imagens – que convergissem para a definição do sujeito da enunciação das manifestações assim como ele foi construído pela imprensa. Portanto, desse trabalho não só emergiu o sujeito da enunciação das manifestações em si, mas, sim, esse sujeito construído pela imprensa.

Foi a partir da configuração do sujeito da enunciação que se pôde configurar o *ator da enunciação*.

A semiótica da enunciação, em cujos fundamentos baseamos este estudo, faz uma distinção entre sujeito da enunciação e ator da enunciação (BARROS, 2014).

¹ Na verdade, na perspectiva dos estudos linguísticos e discursivos, podemos conceber a manifestação em si, como um grande discurso, que se realiza por meio de variadas formas de expressão, dentre as quais se podem relacionar entre outras: a grande massa reunida, a movimentação dessa massa pela avenida, a configuração heterogênea das pessoas constituintes dessa massa (jovens e velhos, homens e mulheres, crianças e adultos, solteiros e casados, moderados e radicais, ordeiros e desordeiros, etc.), e também as linguagens usadas pelas pessoas (as variadas manifestações linguísticas orais, as manifestações linguísticas escritas, falas serenas, gritos e *slogans* de arroubo, linguagens não verbais como trajes, máscaras, etc.).

Sabemos que todo texto é um produto da enunciação, por meio do qual o enunciador (o sujeito da enunciação) se comunica com um enunciatário. Pelo fato de o texto ser produto da enunciação, é esta uma instância pressuposta a ele, ou seja, a enunciação não mais ocorre no texto. Para estudá-la é preciso reconstruí-la com base em informações do ato de enunciar projetadas no texto. É nessa reconstrução da enunciação que se configura o sujeito da enunciação.

Há duas perspectivas a considerar nessa reconstrução, uma de ordem sintática (sintaxe discursiva) e outra de natureza semântica (semântica discursiva). A primeira analisa o texto principalmente na perspectiva das categorias da enunciação, isto é, considera a pessoa, o tempo e o espaço da enunciação projetados no enunciado (texto), a fim de identificar os efeitos de sentido produzidos por essa projeção. Os textos que portam os traços da enunciação (eu, aqui e agora), constituindo a enunciação enunciada, produzem efeitos de sentido de proximidade; já o apagamento dessas marcas resulta em enunciados-enunciado, isto é, textos em que predominam os efeitos de sentido de distanciamento.

A perspectiva semântica da reconstrução da enunciação e, portanto, do sujeito da enunciação considera no texto temas, figuras e outros fatores que concorrem para conferir uma certa corporificação do sujeito da enunciação. No dizer de Barros (2014, p.73), o sujeito da enunciação “constrói-se como um ator da enunciação, com identidade, estilo e corpo, preenchido por crenças e valores, modos de ser e fazer, decorrente de papéis temáticos e figurativos”.

Portanto, considerando essa distinção entre a perspectiva sintática e semântica da reconstrução do sujeito da enunciação, o presente trabalho privilegia a última, ou seja, o seu objetivo é configurar o *ator da enunciação*, com base nos dados disseminados pelos textos da imprensa.

Os textos da mídia impressa escolhidos para nosso estudo foram extraídos de dois importantes jornais brasileiros, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Ambos são reconhecidos como pertencentes à “imprensa séria” do país (DISCINI, 2003).

As análises desses textos revelaram que o ator da enunciação não manteve uma configuração constante na sucessão das manifestações. No início das manifestações, as que antecederam a grande marcha do dia 17 de junho, esses jornais identificaram os manifestantes como sendo, em síntese, jovens *vândalos* e *baderneiros*. Na medida em que as manifestações foram se organizando e tomando forma, os manifestantes receberam outro tratamento, sendo até denominados de *heróis* por essas mesmas mídias. Também se verificou que as redes sociais tiveram grande influência sobre como esses jovens foram se organizando para cada protesto. O fato de circularem depoimentos, vídeos e imagens sobre as manifestações pela internet, em tempo real, influenciou a opinião da população a respeito desses jovens, o que fez com que também a mídia impressa mudasse o tratamento dado a eles. Conferir essa evolução na configuração do ator da enunciação foi um aspecto central a ser considerado no objetivo deste trabalho.

Como dissemos, os textos objetos de nossa investigação informam sobre quem foram e como se comportaram as pessoas que participaram da manifestação, ou seja, quem foram os atores da reivindicação em foco, quais foram suas ações, o que reivindicavam e a quem reivindicavam. A partir da análise dessas informações variadas, explícitas ou implícitas, dispersas nos textos, tivemos como extrair traços confluentes que, na instância da enunciação, configuraram o ator da enunciação.

Postas essas questões e destacado particularmente qual foi objetivo da pesquisa informamos, brevemente, como fizemos para alcançá-la. Para a definição do ator da enunciação, analisamos notícias dos jornais impressos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Os textos selecionados dos dois jornais referem-se ao período de quando as manifestações começaram a ser publicadas por eles, pela reivindicação da revogação do aumento das passagens, até o seu atendimento. Portanto, compreende um período que vai de 05/06/2013 a 20/06/2013. Apresentamos em ordem cronológica os fatos noticiados e fizemos um recorte do *corpus* que compreende as manchetes de ambos os jornais e as páginas que detalham a notícia dada pela manchete. Na *Folha de S. Paulo*, essas páginas são identificadas pelo título **Cotidiano**, já no jornal *O Estado de SP* essas páginas recebem o título de **Metrópole**. Entendemos, dessa forma, ter elementos em igualdade na constituição do *corpus*.

Embora nosso foco principal fosse o ator da enunciação construído nos textos que noticiaram a grande marcha do dia 17 de junho de 2013, percebemos a necessidade de analisar os textos relativos às notícias de protestos anteriores ao dia 17/06/13, que mostraram como o sujeito fora configurado em manifestações anteriores, até porque, nas leituras realizadas, verificamos ter havido alteração na definição dos protagonistas dessas marchas. Não analisamos todos os textos jornalísticos na íntegra referentes aos vários protestos, mas trouxemos no trabalho completo excertos de textos selecionados, suficientes para identificar, descrever e caracterizar o ator da enunciação a ser configurado.

No entanto, durante a pesquisa, percebemos a necessidade de se buscar um contraponto aos discursos dos jornais, o que nos levou a pesquisar depoimentos de internautas do *Facebook* do Movimento Passe Livre (MPL), já que os jornais reconheceram ser o MPL o organizador das manifestações e trazê-los para a nossa análise. Por isso, na sequência, analisamos os comentários de internautas escritos no *Facebook* do Movimento Passe Livre – MPL dos cinco protestos, considerando as mesmas datas de publicação dos jornais, isto é, o dia seguinte dos atos, tendo em vista ter sido o MPL considerado, por ambos os jornais, como os responsáveis pelos protestos. Entendemos, desta forma, que tanto os integrantes do MPL, como os internautas que escreveram no *Facebook* do MPL são considerados manifestantes, pelos jornais.

Para finalizar o trabalho, recorreremos à análise que fez o *blog on-line* do Observatório da Imprensa, em sua edição nº 769 de 22/10/2013, sobre o que ocorreu no estado de São Paulo no mês de junho: *'Media' e as manifestações de junho: controle e disputa*, por Hélio Lemos e a trouxemos nas *considerações finais*, tendo em vista a referida análise condizer com o resultado de nossa pesquisa.

Foram várias as justificativas, as quais motivaram a escolha do presente tema como objeto de estudo, tanto de ordem pessoal, como pesquisadora, no entanto, a que consideramos mais importante decorreu da importância da palavra, entre outras formas de comunicação, na realização de um evento dessa natureza (a manifestação). Por isso, a manifestação em questão é um objeto inteiramente pertinente para um estudo linguístico-discursivo.

2 Suporte Teórico

A teoria semiótica da escola de Paris ou greimasiana foi originada no pensamento do russo Algirdas Julien Greimas (1917-1992) e pelo Grupo de Investigações Sêmio-linguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. O estudo da semiótica de linha francesa tem como objeto de estudo o texto, no qual procura explicar o que “o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”, definindo-o como objeto de significação, por sua estruturação, fazendo dele um “todo de sentido”, e como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário (BARROS, 2011, p.7).

Na perspectiva semiótica, esse objeto de estudo, o texto, pode-se apresentar em diversas manifestações: verbal, pictórica, gestual etc... Portanto, o texto, objeto da semiótica, pode ser tanto um texto linguístico oral ou escrito, quanto um texto visual, olfativo ou gestual, ou ainda um texto em que sincretizam diferentes expressões, como nos quadrinhos, nos filmes ou nas canções populares.

Segundo a semiótica, um texto é necessariamente constituído por dois planos: um plano de conteúdo e um plano de expressão². Simplificadamente, o conteúdo é aquilo que o texto diz, sendo a expressão a “linguagem” usada para dizer o que ele diz. Analisar um texto em seu plano de conteúdo, na perspectiva semiótica, significa analisá-lo em três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Esses três níveis constituem o que se chama, na semiótica, de percurso gerativo de sentido. Cada um desses níveis é estruturado por uma semântica e por uma sintaxe.

O primeiro nível – o fundamental - é constituído por uma categoria semântica fundamental delimitada por dois termos de significação oposta, tendo um deles valor positivo (eufórico) e o outro valor negativo (disfórico). É essa a síntese da semântica do nível fundamental. Fossem esses dois termos A e B, numa operação sintática básica, eles se relacionariam da seguinte forma: afirma-se A, nega-se A e, por fim, afirma-se B. Resume-se, nessa relação, a sintaxe do nível fundamental.

No segundo nível - no narrativo -, do ponto de vista semântico, esses dois termos, A e B, são assumidos como objetos-valor por um sujeito. Do ponto de vista sintático, o sujeito, se está em disjunção com um objeto-valor, vai desenvolver o percurso narrativo para entrar em conjunção com esse objeto-valor

² Nesse sentido, entende-se o texto como um signo, conforme concepção de Ferdinand de Saussure, que define signo como a unidade formada por um significante (expressão) e um significado (conteúdo).

(narrativa de aquisição); ou, se estiver em conjunção com um objeto-valor fará o percurso narrativo de entrar em disjunção com ele (narrativa de perda).

No terceiro nível - no discursivo -, do ponto de vista semântico, o sujeito e os objetos-valor se concretizam na forma de temas e figuras. Na perspectiva sintática, institui-se o processo da enunciação, em que um enunciador (eu) na relação com um enunciatário (tu), fazem do texto - objeto de significação - um *objeto de comunicação*.

É no nível discursivo ou das estruturas discursivas, que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação. Também é neste mesmo nível “que a enunciação mais se revela, nas projeções da sintaxe do discurso, nos procedimentos de argumentação e na escolha dos temas e figuras, sustentadas por formações ideológicas” (BARROS, 2011, p.82).

Segundo Fiorin (2012, p. 158) a enunciação é a instância linguística logicamente pressuposta pela existência do enunciado. É no enunciado que se encontram as marcas da enunciação em que se projetam do discurso os participantes da ação enunciativa. Assim é que se constroem o *éthos* do enunciador e o *páthos* do enunciatário.

Um sujeito produz seu discurso para um outro, tendo em vista a imagem que ele tem desse outro. Essa imagem se constitui por qualquer elemento composicional do discurso ou do texto, que consiste na modalização, na seleção de temas, na escolha da norma linguística, na reiteração de traços semânticos, nas projeções da enunciação no enunciado. No entanto, deve-se considerar que o enunciatário não é um ser passivo, que apenas recebe as informações do enunciador, ele também é um produtor do discurso. Na medida em que ele, o enunciatário, “constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações” é também um sujeito da enunciação (FIORIN, 2012, p.150).

É nesse terceiro nível, o discursivo, que se situou a base teórica de nossa pesquisa, especialmente no âmbito da semântica discursiva.

2.1 O éthe dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo

Os dois jornais analisados são tidos como da imprensa séria do país, porém, cada um deles deu tratamento diferenciado às publicações sobre as manifestações do mês de junho de 2013. E isso decorre do como cada jornal construiu seu *éthos* (enunciador - o jornal como um todo) e em função do *páthos* (enunciatário - leitor do jornal). No entanto, mesmo com as diferenças apresentadas que veremos a seguir, os jornais seguem um padrão, o qual os define como imprensa séria e não sensacionalista.

Fiorin (2004) apresenta o *éthe* tanto do Jornal Folha de SP como do Jornal O Estado de S. Paulo como sendo de imprensa séria que acolhe uma pluralidade de opiniões, se comparada ao Jornal Notícias Populares, por exemplo, que se destaca pelo sensacionalismo. O autor se vale de análise realizada por Discini (2003, p.

117-152) sobre os jornais o *Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo*, de um lado, e *Notícias Populares*, de outro.

O *éthe* só pode ser encontrado quando a análise do *éthos* do enunciador se dá na sua totalidade. Analisar somente uma edição do jornal não dá ao pesquisador a dimensão do todo. É necessário encontrar na materialidade discursiva marcas do *éthos* do enunciador nas recorrências, em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto, que vão desde: a escolha do assunto, a construção dos personagens, os gêneros escolhidos, o nível de linguagem utilizado, o ritmo, a figurativização, a escolha de temas, as isotopias etc. A imagem do enunciador num jornal se mostra até no tamanho das letras, no número de colunas ocupadas pela Manchete etc. (FIORIN, 2004, p.21).

Pelo histórico do Jornal Folha de S. Paulo, vimos que o jornal estabelece, desde 1981, um projeto editorial que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. O noticiário é organizado em cadernos temáticos. É um jornal que reconhece e desempenha, devido à publicação de artigos de todos os matizes ideológicos, papel importante no processo de redemocratização do Brasil. Se diz apartidário, enobrece-se por ter sido o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

O perfil dos leitores do Jornal Folha de S. Paulo é tido como “*descolado: artistas, professores universitários etc., que têm interesses muito variados*” [...] “*Não se informa apenas pelos jornais e, por isso, não dedica muito tempo a sua leitura. É pluralista*” [...] “*é levemente blasé³, tingido por uma certa ironia*” (FIORIN, 2004, p.26).

Já *O Estadão*, apelido do jornal O Estado de São Paulo, no aumentativo, nasceu em 04/01/1875 sob o nome de “A Província de São Paulo” com o objetivo de salvaguardar os interesses republicanos. Ao longo de sua história, o jornal Estadão não foi nada imparcial quando o assunto era política. É estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: “fazer da sua independência o apanágio de sua força”. Assim como todos os grandes jornais, o Estadão também assimilou a Internet. Em 2000, o jornal fundiu os sites das outras alas do grupo, diga-se a “Agência Estado” e o “Jornal da Tarde”, num único portal chamado de “*Estadao.com.br*”.

Os leitores do Estadão são pessoas consideradas da elite do país, que conhecem bem os fatos da política e da economia, para quem, portanto, não é preciso explicar, a todo o momento, os antecedentes das notícias, o papel exercido por determinadas personalidades citadas nos textos e ou o significado das siglas de órgãos governamentais (FIORIN, 2004, p.25).

Apesar de ambos os jornais, Folha e Estadão, estarem englobados dentro de uma mesma totalidade, do que se chama imprensa séria, há diferenças entre eles na maneira como cada um constrói o seu público, seu leitor, a partir de características discursivas.

³ *Blasé* (fem.: *blasée*; pl.: *blasés/blasées* (fr.): adjetivo: que exprime completa indiferença pela novidade, pelo que deve comover, chocar e etc. Ex.: ar b. atitude b. HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Maingueneau (2008) diz que “As ‘idéias’ suscitam a adesão por meio de uma *maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*.” Assim, ao escolher uma maneira de dizer para enunciar as notícias, o jornal também apresenta sua maneira de ser, que segundo o autor:

Apanhado num ethos envolvente e invisível, o co-enunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne. O poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados (MAINGUENEAU, 2008, p. 29).

3 A configuração do ator da enunciação: análise discursivo-enunciativa dos textos da imprensa

Foram cinco os protestos realizados, a princípio, pela revogação do aumento de R\$ 0,20 nas tarifas dos transportes públicos de ônibus, trens e metrô, como se pode ver a seguir (Tabela 1):

Quadro 1. Data dos protestos e publicações no jornal

1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Manifestação Quinta-feira 06/06/2013 3	Manifestação Sexta-feira 07/06/2013 3	Manifestação Terça-feira 11/06/2013 3	Manifestação Quinta-feira 13/06/2013 3	Manifestação Segunda-feira 17/06/2013 3
Publicada Sexta-feira 07/06/2013 3	Publicada Sábado 08/06/2013 3	Publicada Quarta-feira 12/06/2013 3	Publicada Sexta-feira 14/06/2013 3	Publicada Terça-feira 18/06/2013 3

Fonte: Jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo (2013)

No Anexo, apresentamos duas matérias de capa de cada jornal, uma do primeiro dia de manifestações 06/06/13 e a outra do último dia 17/06/13, com o propósito de mostrar a mudança dos discursos.

Excepcionalmente, trouxemos publicação da Folha no dia 05/06/13, (Figura 1), onde ela publicou uma *charge* sobre o aumento dos transportes públicos. A partir de 07/06/13, dia após a primeira manifestação ocorrida no dia anterior em 06/06, o jornal começou a noticiar os protestos todos os dias, mesmo nos dias em que eles não ocorriam. Após a grande manifestação de 17/06, no dia seguinte, 18/06, houve ainda mais um protesto, o último, antes da revogação do aumento, mas não com a *performance* do dia anterior. E no dia 20/06/2013, o jornal publicou a vitória dos manifestantes que saíram às ruas novamente, desta feita, para comemorar a vitória.

A seguir a *charge* sobre o aumento publicada pelo jornal:

Figura 1 - Tarifas de ônibus, trem e metrô sobem em SP



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo (2013)

Não temos nesta publicação informações de valores, nem a data do aumento e, muito menos, a partir de quando passaria a vigorar. A notícia é apresentada numa parte do jornal, podemos assim dizer, de descontração “HORA DO CAFÉ”. No entanto, o tom de ironia da *charge* mostra a condição do usuário do transporte público em relação ao referido aumento, pois, o ônibus é um ralador e o usuário do transporte rala uma carteira com dinheiro. Dentro e em cima do ônibus há o verde, representando uma vegetação, que sugere o ditado popular “Dinheiro não dá em árvore”. As notícias que trouxeram informações completas sobre o índice de aumento e as políticas que levaram ao aumento circularam nos *Blogs* de notícias, tais como: G1 e UOL do dia 22/05/13 etc.

Consideramos o conjunto de notícias veiculadas pelos jornais, no plano de conteúdo, desdobrado no percurso gerativo de sentidos, no nível narrativo, como um ‘espetáculo’, que conforme propõe Barros (2011, p.16):

A sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo. Para entender a organização narrativa de um texto, é preciso, portanto, descrever o espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam na historiazinha simulada.

O conjunto de notícias dos quatro primeiros protestos visto como ‘um espetáculo’, poderia assim ser descrito:

Jovens manifestam contra o aumento das passagens de ônibus, trens e metrô, fechando as principais avenidas da cidade de São Paulo

Em 05/06/2013 veicula a notícia do aumento de R\$ 0,20 nas passagens de ônibus, trem e metrô. Em virtude dessa notícia, nos dias 6-7-11-13/6/2013, cerca de 2.000 a 5.000 jovens saem às ruas, liderados pelo Movimento Passe Livre, para protestar contra este aumento. Esses jovens, no ato dos protestos, entram em confronto com a Polícia Militar e acabam por provocar atos de vandalismo. Isso causa pânico nas pessoas

que circulam, moram, estudam ou trabalham por lá. Os responsáveis pelo aumento dos transportes públicos, o prefeito e o governador do estado, a quem os manifestantes se dirigem, não querem ceder à reivindicação.

Assim, esses jovens assumem o papel de actantes da narrativa, que estão em disjunção com um objeto-valor (a revogação do aumento de R\$ 0,20) e buscam consegui-lo. Portanto, estão num estado de disforia em relação ao que buscam. Para conseguir o objeto-valor almejado, esses actantes precisam saber como fazer. Entra, então, na construção da narrativa um coparticipante, na figura do MPL – Movimento Passe Livre, um sujeito que tem conhecimento e vai capacitar os actantes/destinador a ‘querer’ e ‘poder-fazer’.

Ao estabelecer uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto em um enunciado, temos um enunciado de estado. Exatamente como ocorre no texto analisado. O sujeito (manifestante) está em disjunção com o objeto-valor (a revogação do aumento de R\$0,20) e quer entrar em conjunção com ele, para sair do estado de disforia e entrar em um estado de euforia.

Construída a narrativa como ‘espetáculo’, podemos também ver como o texto se constrói no nível fundamental do plano de conteúdo. O nível fundamental é o que abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um texto. Assim, teríamos um sujeito que busca entrar em conjunção com um objeto-valor, o que lhe permitirá usufruir do direito de ir e vir, que poderia ser caracterizado por uma oposição semântica, como: sujeição *versus* liberdade.

O sujeito em sujeição com o objeto-valor que busca, isto é, vendo o seu direito de ir e vir tolhido, buscará conquistar esse objeto e assim, o tendo conquistado continuará usufruindo de seu direito de liberdade.

Nesta primeira análise da construção dos níveis narrativo e fundamental, o sujeito ficará ainda privado de conquistar o objeto-valor e permanecerá num estado disfórico. Mas ele não desistirá da busca, ao contrário, buscará alcançar competência para atingir seu objetivo. E quem dotará o actante/destinador (manifestantes) com a competência necessária para o ‘poder-fazer’ será um coparticipante da narrativa, como já mencionado, representado pelo MPL – Movimento Passe Livre, como se pôde confirmar neste enunciado “*Manifestantes fazem ‘intercâmbio para trocar experiências’*” (Jornal Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano C5 de 16/06/13).

No entanto, o sujeito da narrativa precisa de um estímulo, de uma motivação para poder agir, o que na semiótica se institui como classes de manipulação. Essa manipulação pode se dar por: provocação, sedução, intimidação ou por tentação. O actante da narrativa em questão, portanto, saiu às ruas porque foi estimulado por uma das classes de manipulação: o da provocação, marcada por sua imagem negativa frente a população. Afinal, este manifestante foi tratado como “vândalo” e “baderneiro”, que saiu às ruas para destruir o patrimônio público e causar violência, segundo depoimento dado pelo coronel à Folha: “Essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna”, afirmou o coronel Reynaldo Simões,

Comandante da operação da Polícia Militar. (Giba Bergamim Jr. e Eduardo Geraque) (Jornal Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano C4 de 07/06/13).

Pela análise interpretativa realizada dos noticiários do jornal, o actante/destinador melhorou sua performance na narrativa, provocado pela violência policial, que o fez querer e adquirir novas habilidades para conquistar o objeto-valor. Desta forma, a narrativa foi marcada por uma mudança de estado com o protesto do dia 17 de junho de 2013.

Segundo Fiorin (2013, p.41), se no nível narrativo, analisamos o texto sob formas abstratas, no nível discursivo, as formas abstratas serão revestidas de termos que lhes darão concretude. O objeto-valor, representado pelo não aumento de R\$ 0,20 nos transportes públicos, com o qual o sujeito da narrativa quer entrar em conjunção, no nível discursivo se concretiza com o direito de ir e vir. Isto é, se os transportes sofrerem o aumento, as pessoas podem perder a liberdade de andar pela cidade em busca de outros objetos-valor como cultura e lazer, pois teriam que gastar mais com os transportes para o essencial de suas vidas: o trabalho e o estudo.

Em face deste problema, quando este sujeito resolve sair às ruas para protestar, ele constrói um enunciado e o dirige a alguém. Esse sujeito que enuncia não é uma pessoa em carne e osso, mas trata-se de um 'eu' pressuposto, depreendido do enunciado: o enunciador. Da mesma forma, o 'tu' a quem o 'eu' se dirige no discurso, é um 'tu' pressuposto, também depreendido do enunciado: o enunciatário. Esses sujeitos se comunicam ocupando um espaço, num determinado tempo.

Ao construir um enunciado, o sujeito se vale de instâncias enunciativas e estas são definidas por um 'eu-aqui-agora', isto é, todo o discurso se forma porque há um 'eu' que se dirige a um 'tu', num determinado lugar 'aqui' e num determinado tempo 'agora':

O "eu" realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço. "Aqui" é o espaço do "eu", a partir do qual todos os espaços são ordenados "ai", "lá" etc.; "agora" é o momento em que o "eu" toma a palavra e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada. A enunciação é a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e de espaços. (FIORIN, 2004, p. 16).

Os sujeitos do discurso que se quer configurar não são os reais manifestantes e nem a quem eles se dirigem, mas sim, quem os jornais configuraram nos enunciados narrados, a partir de um 'observador' que presenciou os fatos e se utilizou de um mecanismo chamado debreagem-enunciva, para dar o efeito de objetividade ao discurso.

Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma debreagem actancial, uma debreagem espacial e uma debreagem temporal. A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntar do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora* (FIORIN, 2012, p. 24).

Desta forma, nos enunciados das notícias das quatro primeiras manifestações do mês de junho de 2013, que antecederam a grande passeata do dia 17 de junho, o pressuposto enunciativo é caracterizado por

jovens, tratados como “vândalos” e “baderneiros”, que saíram às ruas da cidade São Paulo, para causar “atos de vandalismo”, depredando patrimônio público e causando cenas de violência, e por isso tiveram que ser coibidos por Policiais Militares. E o pressuposto enunciatário é representado pelos que governam a cidade. No caso do enunciatário, representado pela figura do prefeito, temos um sujeito que parece não ter voz ativa no discurso, pois se omite de dar opiniões ou as dá por outra pessoa participante da narrativa. Já o ator, na figura do governador, opina e assume sua posição no discurso. Assim, o pressuposto enunciatário do discurso, na figura do prefeito da cidade, é alguém que oscila nas atitudes, que o leva a “entender e lamentar” as cenas de violência; já o enunciatário, na figura do governador, quer se mostrar firme e acha que tem a obrigação de agir com firmeza e truculência, porque acredita serem “atos de vandalismo” e o faz argumentando que é para manter a ordem e o direito das pessoas de irem e virem.

Quadro 2. Data dos protestos e publicações no jornal Folha de S. Paulo

<p>FOLHA DE S. PAULO, sexta-feira, 7 de junho de 2013 – C 1</p> <p>Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em São Paulo</p> <p>A assessoria de Haddad afirmou que “a prefeitura entende a manifestação”, mas que lamenta que ela “tenha tomado proporções violentas”</p>	<p>FOLHA DE S. PAULO, sábado 8 de junho de 2013 – C1</p> <p>Haddad silencia, Alckmin diz que manifestação é ‘vandalismo’</p> <p>DE SÃO PAULO DE BRASÍLIA</p> <p>O governador Geraldo Alckmin (PSDB) defendeu a ação de anteontem da PM. “Isso não é manifestação, é vandalismo. Por isso você tem que tratar como tal: vandalismo.”</p>
---	---

A narratividade é responsável pela estrutura de um enunciado que apresenta uma situação inicial, a qual sofre transformações até chegar ao final, pertencente à teoria do discurso. Na frase “*As manifestações de 17 de junho no estado de São Paulo foram pacíficas*”.; a narratividade deste enunciado pressupõe uma situação inicial, que houve manifestações antes de 17 de junho e estas não foram pacíficas e ainda que algo aconteceu para gerar a pacificidade desta última.

Foi exatamente isso que aconteceu, houve um percurso narrativo em que o actante da narrativa das primeiras manifestações sofreu uma transformação, operada pelo sujeito destinador-manipulador, na figura do MPL que o fez adquirir competência para executar uma dada ação, no caso o poder se manifestar. Houve uma modalização deste sujeito manifestante da grande marcha em relação ao *querer-fazer e ao poder-fazer*. No início, esse sujeito buscava somente a revogação do aumento dos transportes públicos, mas depois de sofrer as coerções que intentavam impedir o seu direito de manifestar, passou a buscar por este último valor “a liberdade de expressão”.

Desta forma, o *éthos* do enunciador deste grande discurso, do 5º maior protesto, de 17 de junho de 2013, foi identificado por pressuposição, como sendo de um “herói”, que conseguiu levar às ruas da cidade de São Paulo 65 mil pessoas. Pessoas essas, de todas as idades, de diversas classes sociais, seguidoras de diversas ideologias, que resolveram reivindicar, não mais só a revogação de R\$ 0,20 do aumento dos transportes públicos, mas sim por uma condição digna de vida, que só será possível com educação de

qualidade, com um atendimento de saúde digno a todos os cidadãos brasileiros, por direito e acesso à cultura e lazer. Mostraram também que não aguentam mais a corrupção e má administração do país que lhes tirou todos esses direitos.

Sendo assim, o pressuposto enunciatário a quem este enunciador se dirige não se trata mais só do prefeito e do governador do Estado de São Paulo, a eles também, mas juntam-se a eles, políticos de todas as esferas, municipais, estaduais e federais, e principalmente, a presidente da República do Brasil, como podemos observar no título do caderno MetrÓpole A11 do jornal O Estado de S. Paulo de 18/06/13 : **“Protestos se espalham pelas ruas do Brasil e põem governantes em alerta.”**

O *páthos* deste enunciatário é de alguém negligente, que se mostrou incompetente para executar o que lhe foi destinado, administrar o país. Desta forma, perdeu a credibilidade do enunciador, e ainda o subestimou. O contrato de veridicção firmado entre esse enunciador e esse enunciatário, por ocasião da eleição, foi quebrado, porque o enunciatário mudou o dizer do discurso, por ocasião da propaganda eleitoral.

4 Discussões e Resultados

A mídia impressa, através de seus textos-notícias, construiu o ator da enunciação das manifestações de junho 2013, também conhecidas como as “Jornadas de Junho”, realizadas na cidade de São Paulo, como veremos a seguir. A princípio, como vimos, o foco das manifestações fora pela revogação do aumento de R\$ 0,20 nos transportes públicos, mas quando essas chegaram a seu auge, no dia 17 de junho, outras bandeiras de luta foram abraçadas, tais como: combate à corrupção, busca por uma educação de qualidade, atendimento digno do sistema público de saúde, mais segurança, transporte público acessível, sustação da Copa do Mundo no Brasil, entre outras. Foi essa, a grande manifestação de 17 de junho, que nos chamou particularmente a atenção e, por isso, passou ser o foco central da pesquisa. Verificou-se que os manifestantes receberam da mídia tradicional (a mídia impressa em jornais conhecidos de longa data) um tratamento que foi se alterando ao longo das manifestações.

Nesse contexto e, partindo do princípio de que o sujeito apreende e se insere no mundo por meio de discursos, escolhemos analisar os discursos jornalísticos sobre esse tema, porque entendemos que eles fazem parte desse grande universo discursivo. O leitor busca na leitura de jornal, num primeiro momento, obter um panorama dos acontecimentos, de maneira rápida e por vezes até superficial. Não há uma preocupação por parte desse leitor em querer entender a intencionalidade do enunciador. O que é extremamente aceitável no contexto de vida atual em que, as informações se disseminam em segundos e por vários veículos de comunicação.

Conforme vimos, segundo a *Folha*, nos dois primeiros protestos, os do dia 06 e 07 de junho de 2013, os percursos figurativos que identificavam e caracterizavam os manifestantes convergiam para os temas do

radicalismo (Movimento Passe Livre, os partidos políticos de extrema esquerda PSOL e PSTU, estudantes e alas radicais de partidos, ativistas, integrantes de alas de partido de extrema esquerda) e da violência (quebraram e picharam, 15 detidos). O tema da violência vinha também fortemente marcado pelas figuras imagéticas que acompanhavam os textos, seja em imagens que retratavam a crua violência, produzindo efeitos de sentido de realidade de altíssimo potencial de indignação, seja em imagens de incêndios nas ruas, nos quais se destacavam a cor amarelo-vermelha com o seu efeito de sentido de ação intensa e virulenta. O radicalismo e a violência dos manifestantes (e não dos policiais) constituíram, portanto, o percurso temático que predominava nos textos relativos a esses dois primeiros dias de manifestação. Esse percurso, em última instância, ecoava, nos textos, nos termos “vândalos”, “vandalismo” e “baderneiros”. Resumindo, o ator da enunciação construído nos textos relativos a essas duas primeiras manifestações era um *vândalo*.

Nos textos referentes às outras duas manifestações, as dos dias 11/06 e 13/06, particularmente da terceira, manteve-se o protagonista das manifestações, configurado pelas figuras e temas, pela temática do vandalismo, gerador da violência por parte dos policiais. Na quarta, o tema da violência continuou reiterado nas figuras e subtemas que se disseminavam nos textos. Ocorreu, no entanto, uma mudança no sujeito da violência. Os manifestantes continuavam praticando ações que tematizavam o vandalismo, mas não mais um vandalismo causador da violência. O vandalismo, agora, era consequência da ação violenta desmedida da polícia. Destacou-se, então, a figura “antropófagos” que identificava figurativamente os protagonistas policiais. Ficou evidente, portanto, que essa reversão dos papéis no exercício da violência desencadeou uma mudança na configuração do ator da enunciação: a sua violência não era gratuita, mas sim reação à violência policial, de certa forma, então, justificada. Os manifestantes, postos em papel de vítimas, foram recebendo o apoio popular, o qual, gradativamente, foi-se refletir na mudança da configuração do enunciador nos textos da imprensa. Em síntese, houve um claro percurso em desenvolvimento: da disforia do manifestante violento, “vândalo”, passou-se a um perfil, ainda não plenamente eufórico, mas já apontando para essa configuração.

Considerando esses mesmos quatro protestos, pontuou-se nos textos de *O Estado de S. Paulo* o seguinte resultado:

Nos três primeiros protestos, dos dias 06 e 07 e 11 de junho de 2013, os percursos figurativos que identificavam e caracterizavam os manifestantes convergiam também para os temas do *radicalismo* (Movimento Passe Livre, militantes, anarquistas insurrecionários, alguns militantes do MPL; as bandeiras e as camisetas do PSTU e da União da Juventude Socialista pontilhavam o protesto na Marginal do Pinheiros, representantes da UNE, PT e PSOL, e alas jovens do PT e do PSOL); e da *violência* (manifestantes encapuzados, alguns manifestantes que foram detidos, a massa ainda foi engrossada por grêmios estudantis de escolas particulares, milhares de manifestantes). O tema *radicalismo* foi marcado nos textos pelas locuções dos integrantes do Movimento Passe Livre que ensinavam, inclusive, os manifestantes a se defenderem da

polícia. Já o tema *violência* veio marcado pelas descrições de destruição ao patrimônio público e ação da polícia contra os manifestantes para coibir essas ações, o que fizeram com que as pessoas que, não estavam participando, fossem prejudicadas, segundo o jornal. O enunciador justificava a violência, sempre se referindo às pessoas que ficavam no meio do confronto entre manifestantes e policiais. O *radicalismo* e a *violência* dos manifestantes constituíram, portanto, o percurso temático que predominou nos textos relativos a esses três primeiros dias de protestos. Esse percurso ficou marcado nos textos pelos termos “vandalismo” que se pressupõe que quem os cometeu sejam “vândalos” e “violência” que configuraram os manifestantes como sendo “violentos”.

Nos textos do quarto protesto, de 13/06/13, manteve-se o protagonista das manifestações, configurado pelas mesmas figuras e temas anteriores, pela temática do *radicalismo* e *violência*, porém agora o sujeito, gerador da violência, passaram a ser os policiais e a tropa de choque. O tema *radicalismo* ficou condicionado à ação policial que, apresentou um *radicalismo* exacerbado, de quem pareceu ter perdido o controle. O tema *violência* continuou reiterado pelas figuras e subtemas que se disseminavam nos textos (Manifestantes respondem com pedras e fogos de artifícios; Policiais da Rota, fora do foco de confronto, dispararam aleatoriamente balas de borracha contra pessoas que estavam na rua). Porém, ficou evidente que houve uma mudança do sujeito da violência. Os manifestantes continuavam praticando ações que tematizavam o *vandalismo*, porém, esse passou a ser consequência e não causa do motivo gerador da violência.

O mesmo tema (violência) veio também marcado pelas figuras imagéticas que acompanhavam os textos, seja em imagens de policiais atacando os manifestantes, ou de policiais prendendo manifestantes. Essas imagens produziam um efeito de sentido de realidade que levava à indignação.

Apesar de apresentar os temas *radicalismo* e *violência* sobre outro viés, trazendo como protagonistas os policiais, percebeu-se ainda uma resistência do enunciador do jornal *Estado* em assumir sua postura de reconhecer o manifestante como vítima da situação desse último protesto. Tendo em vista que, ao relatar os confrontos, o narrador colocou as pessoas não participantes como vítimas desses confrontos entre policiais e manifestantes. Em síntese, o estado de disforia dos manifestantes se amenizou, mas não se alterou completamente.

Observou-se que, em relação aos textos desses primeiros quatro protestos, as diferenças foram irrelevantes, pois os temas e as figuras que representaram esses protestos foram os mesmos, com exceção ao protesto do terceiro dia, pois o *Estado* não mudou radicalmente sua posição em relação aos manifestantes, como o fez a *Folha*. Como o *Estado* vinha trazendo as notícias sobre as manifestações, de forma mais comedida, procurando trazer a descrição dos fatos que envolviam os manifestantes e não a descrição do próprio manifestante, os textos não revelaram uma mudança tão marcante na descrição desses.

Assim, o *Estado* não mudou radicalmente a caracterização dos manifestantes a partir do terceiro protesto, mas caminhava para isso.

Em relação ao quinto dia das manifestações, ocorrido em de 17 de junho de 2013, verificou-se nos textos analisados da *Folha* que houve vários percursos figurativos a considerar para definir o ator da enunciação. Tínhamos o percurso de figuras que revestiam o tema da *multidão* (centenas de milhares de pessoas, 65 mil participantes, milhares de manifestantes); o de figuras que revestiam o tema da *idade*, tanto da *velhice* (aposentados, aposentada de 82 anos) quanto da *juventude* (a maioria tem entre 26 e 35 anos, - 81% se informaram do ato pelo Facebook, 85% dos presentes buscaram informações pela Internet; UNE e Ubes União Nacional dos Estudantes, PT – Juventude do Partido dos Trabalhadores na Capital); figuras que revestiam o tema da *família* (mães dos manifestantes); o de figuras que remetiam ao tema do engajamento e da ação sociopolíticas (Partido Rede Sustentabilidade, de Marina Silva, PT – Juventude do Partido dos Trabalhadores na Capital, intersindical, PCO – Partido da Causa Operária, UNE e Ubes União dos Estudantes, Movimento de Mobilidade Urbana); o das figuras que remetiam a diferentes *papéis sociais* (grupo de 10 a 15 punks, ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Anarquistas e punks, trabalhadores).

Reunindo esses temas num grande percurso temático, foi possível inferir que o ator da enunciação passou a ser multidão constituída por jovens e velhos, por famílias, por pessoas que exerciam os mais variados papéis sociais, pertencentes a diferentes filiações partidárias e de engajamento social e político. Esse percurso temático nos remeteu a uma tematização mais ampla, em que o ator da enunciação foi definido pela totalidade e não mais pela parcialidade de um grupo que caracterizava os protagonistas das primeiras manifestações. E a totalidade a que nos referimos foi representada pela sociedade como um todo que estava reivindicando direitos de que se sentia privada no exercício da cidadania. No entanto, nos vários textos referentes a esta última manifestação, o protagonismo do grupo que desencadeou a sequência de protestos manteve-se em evidência. De vândalos passaram agora a ser fundadores de um movimento mobilizador da cidadania, jovens que fizeram história, o que, sem dúvida, se contrapôs inteiramente à configuração anterior.

Já, em relação à publicação do *Estado* sobre o quinto dia de manifestação, pôde-se concluir que, também houve vários percursos figurativos a considerar para se definir o ator da enunciação. Tivemos o percurso de figuras que revestiam o tema *multidão* (50 mil pessoas segundo a PM, pessoas, - muitos manifestantes usando camisetas do Brasil; milhares de pessoas, manifestantes, 2 mil pessoas já marchavam); o de figuras que remetiam ao tema *idade*, tanto dos que representavam a *juventude* como dos que representavam a *velhice* (Grupo de mães organizou um ponto de apoio para mulheres que levaram crianças ao ato; pais de manifestantes presos em manifestações anteriores, estudantes, aposentados, juventude, internautas); figuras que revestiam o tema *família* (Grupo de mães, pais de manifestantes); o de figuras que

remetiam ao *engajamento* e de *ação sociopolítica* (O grupo político, incluindo integrantes do PSTU e PSOL, representantes do PSTU, PSOL, União Nacional dos Estudantes (UNE); Movimento Passe Livre; Organizações de direitos humanos, Líderes do movimento, Defensores do meio ambiente, Feministas, Ativistas,); o das figuras que remetiam a diferentes *papéis sociais* (professores, Black Blocks, Advogados, Médico, Comunicadores, Jornalistas, Classe artística, Comerciantes, Escritora, Empresários, Consultora de Modas, Enfermeiros).

Essa multiplicidade de temas, reunidos num grande percurso temático, confluíu para a configuração do ator da enunciação como sendo uma *multidão*. Multidão esta constituída por pessoas de todas as faixas etárias, por famílias, por pessoas que exerciam as mais variadas profissões, por pessoas que pertenciam a várias filiações partidárias e de engajamento político e social, e ainda por pessoas que assumiam variados papéis na sociedade. Pelo percurso temático estabelecido chegou-se a uma tematização mais ampla, em que o ator da enunciação passou a ser definido pela *totalidade* e não mais pela *parcialidade* de um grupo, como havia sido caracterizado nas primeiras manifestações. Essa totalidade passou a ser representada pela sociedade que buscava reivindicar os seus direitos, dos quais se sentia privada.

Os vários textos que retratavam o protagonista dessa última manifestação o colocavam em evidência. De jovens inconsequentes, tidos como *vândalos* e *violentos* eles passaram a ser reconhecidos como jovens que fizeram história.

Em síntese, apesar das diferenças que o percurso descritivo revelou, depreendeu-se, por fim efetivamente dizer que o ator da enunciação construído nos textos que analisamos teve um caráter mutante. A evolução passou pelas seguintes características: de jovem *inconsequente*, *vândalo*, *baderneiro*, *violento* para uma *multidão* que se constituiu de pessoas de todas as faixas etárias, de contexto-histórico e social diverso. Esses jovens ficarão marcados na história do Brasil por sua atuação e determinação, porque trouxeram para a sociedade o resgaste de *cidadania*. Nessa última manifestação, as diferenças movidas pelo poder de escolhas, que costumam provocar embates, ficaram de lado, o povo se uniu em torno de um único objetivo: mostrar sua indignação e reivindicar por seus direitos, inclusive o de poder manifestar nas ruas.

As conclusões das análises dos comentários/depoimentos do *Blog* do *Facebook* e do *Blog* do Observatório da Imprensa contribuíram para elucidar a construção do enunciador da enunciação aqui em foco, já que elas se puseram como um contraponto, que veremos a seguir:

Os textos-comentários postados no *Facebook* do MPL revelaram, através das marcas enunciativas deixadas nos enunciados que, o ator da enunciação inicialmente não tinha convicção de que o movimento poderia alcançar sucesso e, nem se considerava tão relevante a bandeira de luta, a revogação do aumento de R\$ 0,20 dos transportes. Os internautas criticavam a atuação dos manifestantes do primeiro protesto, a quem atribuíam a culpa pelos atos de vandalismo e violência. Um ou outro reconhecia que a violência partira dos policiais. Também uma parcela ínfima reconheceu o poder de manipulação da mídia. Porém, mesmo com

o fracasso e as críticas ao primeiro dia de protesto, os jovens, envolvidos pelo que se chama *embalo*, foram às ruas para participar da segunda, da terceira e da quarta manifestações. No entanto, verificou-se que a partir da segunda manifestação, o discurso passou a ser outro. O que se depreendeu da instância enunciativa dos enunciados dos comentários do segundo dia de manifestação, foi de que se manifestou um sentimento movido por uma força que os uniu para continuar com os protestos. Porém, o motivo real de luta ainda não tinha sido assimilado, pois havia desabafos que refletiam a indignação por muitas outras coisas.

Do terceiro protesto em diante, o ator da enunciação dos comentários enunciados surgiu como alguém que sabia o que queria e que, também já tinha percebido a manipulação da mídia e por isso, passou a se organizar, buscando estratégias para mudar a opinião pública a respeito de si e da própria manifestação, como por exemplo, filmar e publicar vídeos em tempo real nas redes sociais. Isso fez também com que a mídia impressa mudasse o tom dado às notícias sobre os protestos.

No último e grande protesto de 17 de junho, esse ator da enunciação, que emergiu dos enunciados-comentários, foi tomado de um sentimento de patriotismo, que fez com que ele mesmo se visse como *herói*. No entanto, o motivo de luta continuou indefinido, tanto que esse internauta cobrou do MPL a continuação dos protestos em busca de muitas outras coisas, mostrando que ele não havia ainda aceitado a bandeira de luta proposta pelo movimento, cujo objetivo é o de lutar pelo passe livre.

Comparando a configuração dada ao ator da enunciação das manifestações pela mídia impressa e rede social, chegamos à seguinte conclusão:

- O ator da enunciação que emergiu das redes sociais era a de um jovem que, inicialmente, se mostrava revoltado e aceitava ser rotulado de *vândalo*. Mas tirou da adversidade motivação para continuar a luta e, determinado, buscou estratégias para vencer a batalha, conseguindo atingir seu objetivo e por isso, se considerou um *herói*, quase que um *salvador da pátria*.
- A divergência de informações, tanto da mídia impressa, quanto de outros veículos de comunicação, como os de radiodifusão, fez com que as redes sociais se sobressaíssem. Através do *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* os manifestantes tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões e mostrar as manifestações sob outra ótica. A ótica deles, que ocuparam às ruas. Na *Folha*, eles só tiveram oportunidade para falar sobre as manifestações, a partir do terceiro protesto e, no *Estado*, o MPL era quem assumia a voz, representando os manifestantes, desde o primeiro protesto.
- Outro ponto interessante que se pode destacar em relação aos textos-comentários do *Facebook* é que o discurso é interativo, o internauta pode ler todos os comentários, concordar ou discordar e se pronunciar ou não a respeito do que lê. A informação é socializada e dialogada, o que difere da situação de comunicação do jornal.

5 Considerações finais

Com a análise que fez o *Blog* do Observatório da Imprensa, consolidamos a nossa conclusão. Sabemos que, a análise publicada no Observatório da Imprensa também revela a opinião de um enunciador, há marcas enunciativas que podem mostrar opiniões divergentes ou convergentes em relação às Jornadas de Junho de 2013 por quem as lê e as interpreta. No entanto, como analisamos o que mídia impressa disse sobre o manifestante e como eles se mostraram nas redes sociais, vimos que havia mais pontos concordantes do que discordantes na análise do referido *Blog*, em relação aos resultados que obtivemos com a pesquisa.

O pressuposto enunciador e também narrador das informações da análise distinguiu a mídia como sendo tradicional e social. Reconheceu o tratamento dado pela mídia tradicional aos movimentos de junho como “arrogante”. Nos enunciados da referida análise, o ator da enunciação se configura como sendo jovens que invadiram as ruas das maiores cidades brasileiras, de 6 a 20 de junho, em protesto. Esses jovens foram convocados, *ciberneticamente*, pela ONG Movimento Passe Livre (MPL) para protestar contra o aumento das passagens do transporte coletivo e que, as manifestações foram fortemente reprimidas pelas polícias militares estaduais. A esse movimento, rapidamente, se incorporaram bandeiras políticas diversificadas, exprimindo diferentes insatisfações populares.

O autor afirma que essas manifestações de protesto vinham sendo ignoradas pela imprensa tradicional e destacou a força comunicativa concentrada nas Redes Sociais da Internet, que possibilitou a ampliação das bases dos protestos, convocando os manifestantes às ruas, através das redes sociais, principalmente do *Facebook* e *YouTube*. Assim, a mobilização cibernética foi reconhecida como crucial, através do compartilhamento de informações, inclusive das versões eletrônicas da imprensa tradicional para o que se viu em junho de 2013. Os vídeos produzidos pelos próprios manifestantes, com ampla utilização das câmeras de telefones celulares, postados quase em tempo real, foram vitais para a abrangência da mobilização assistida nas manifestações.

Com o ápice das manifestações passa a haver uma tensão competitiva entre os tradicionais jornais, TVs rádios e revistas e os atores cibernéticos: blogueiros, coletivos de criação digital e de difusão internética, sites de agitação cultural e política de diferentes matizes ideológicos. E, embora a visibilidade pública, adesões, simpatias tivessem ganhado força pela cobertura da imprensa, ela apresentou uma postura de opinião bastante dúbia e crítica em relação aos protestos.

De toda essa análise, podemos inferir que a diversidade de veículos de comunicação, para a difusão de informações que se tem hoje, principalmente da Internet através das redes sociais, fez com que as grandes corporações midiáticas brasileiras tradicionais despertassem para também ouvir a sociedade. Essas manifestações de junho, conhecidas como Jornadas de Junho, comprovaram isso. Não fossem as redes

sociais oferecer a liberdade de expressão a esses jovens, as manifestações não teriam chegado onde chegaram.

Referências Bibliográficas

- ANONYMOUS BRASIL. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/AnonymousBr4sil>. Acesso em: 27 jun. 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do Discurso. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. 5. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 187-219.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Enunciação na publicidade: sujeito e ator da enunciação. In: FECHINE, Yvana; CASTILHO, Kathia; REBOUÇAS, Moema; ALBUQUERQUE, Mariana (Orgs.). **Semiótica nas práticas sociais. Comunicação, Artes, Educação**. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014, v. 1, p. 72-87.
- DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2003.
- DISCINI, Norma. A imagem do enunciador na mídia. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa em Calidoscópio**. (Série Eventos). São Paulo: EDUC, 2004, p. 133.
- DISCINI, Norma. **Ator, Aspecto, Estilo. Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), São Carlos, v. 1, p. 1-1, 2006 – Estudos Linguísticos XXXV, p. 1544-1553.
- FERREIRA, Tânia Regina Exposito Ferreira. **O ator da enunciação das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo, construído pela mídia**. São Paulo, 2016. 342f. Tese (Doutorado Letras / Linguística Aplicada) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- FIORIN, José Luiz. Dialogismo e estilo. BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa em Calidoscópio**. (Série Eventos). São Paulo: EDUC, 2004, p. 115.
- FIORIN, José Luiz. Semiótica e Comunicação. Fórum: Semiose. Design. Comunicologia. **Revista Galáxia**. n. 8 - outubro/2004 - p. 13-30.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. 2. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2010.
- FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: Estudos Discursivos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012c.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial Humanitas/FFLCH, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julius; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, Algirdas Julius; COURTÉS J. **Dicionário de semiótica**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- GUIMARÃES, Elisa. **Texto, discurso e ensino**. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do Ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Luta contra o aumento: calendário de ações da semana**. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/27/luta-contr-o-aumento-calendario-de-aco-es-da-semana/>. Acesso em: 03 dez. 2014.



OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA - JORNAL DE DEBATES ON-LINE. São Paulo, edição 769, 22 out. 2013.

ROCKSHIP, Fábio. **O DESPERTAR DO BRASIL - #VEMPRARUA - Manifestações em Junho de 2013**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=sh0My2MdalA>. Acesso em: jan. 2014.

TATIT, Luiz. **Análise semiótica através das letras**. São Paulo: Ateliê, 2001.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. São Paulo: EDUSP, 2006.

Anexos

Anexo I – Notícias de capa do Jornal Folha de S. Paulo sobre a 1ª Manifestação ocorrida em 06/06/2013 e a última de 17/06/2013.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 **UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** folha.com.br
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 93 • SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.746 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08:06 • R\$ 3,00

Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP

Em protesto contra a elevação das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo, manifestantes interditaram vias como a avenida Paulista e protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações. A PM prendeu 15 pessoas.
 Em nota, o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que "entende", mas lamenta o protesto. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) também lamentou. *Cotidiano C1*

Joaquim Barbosa afirma que STJ é 'órgão burocrático'

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, chamou o Superior Tribunal de Justiça de "órgão burocrático de Brasília" ao



Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam caixas de papelão na avenida 23 de Maio

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 **UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** folha.com.br
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 93 • TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.757 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08:18 • R\$ 3,00



Em Brasília, aos gritos de 'o Congresso é nosso', manifestantes quebram cordão de isolamento da PM e invadem a laje da sede do Legislativo; segurança do Planalto foi reforçada

Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios

MANIFESTAÇÃO É A MAIOR NO PAÍS DESDE O 'FORA, COLLOR' (1992) EM SP MAIS DE 65 MIL PROTESTAM, DIZ DATAFOLHA ASSEMBLEIA DO RIO É ATACADA E SEDE DO GOVERNO PAULISTA SOFRE TENTATIVA DE INVASÃO



Cartazes dos protestos pelo país



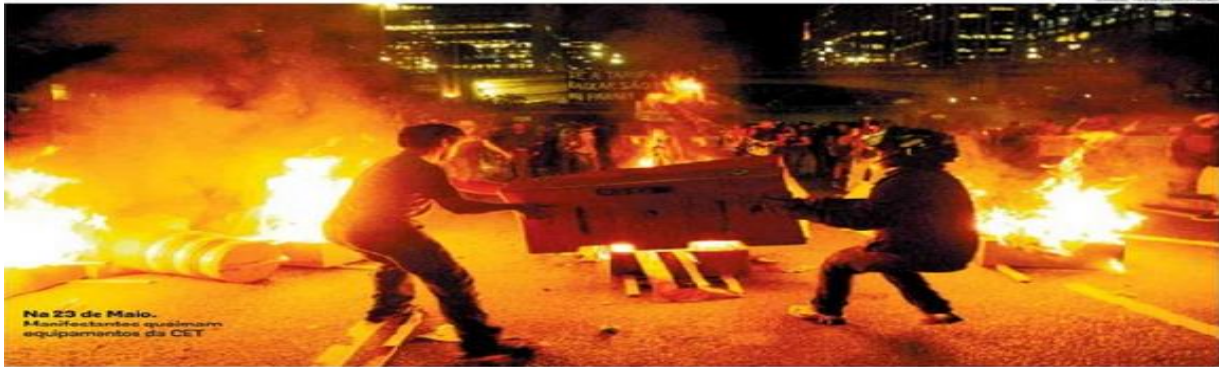
Largo da Batata, local da concentração inicial dos manifestantes na capital paulista

FERNANDO RODRIGUES

Desfecho do movimento é imprevisível Se tarifa do transporte fosse zero, valor do IPTU dobraria em SP

Cotidiano C8

Anexo II - Notícia de capa do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a 1ª Manifestação ocorrida em 06/06/2013 e a última de 17/06/2013.



Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP

Liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL), um protesto de cerca de mil pessoas contra o aumento da passagem de ônibus e metrô de R\$ 3 para

R\$ 3,20 parou o trânsito de algumas das principais vias de SP no horário de pico, na noite de ontem. Manifestantes fecharam as Avenidas Paulista, 23

de Maio, 9 de Julho e São Luís. O bloqueio foi feito com pedras, objetos feitos com papelão, sacos de lixo e matérias plásticas e chamas. Viaturas da

São Paulo Transportes (SPTTrans) foram destruídas. A polícia reagiu com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. METRÓPOLE/PÁGS. A12 e A13



Protesto se espalha pelo País e políticos viram alvo

● Pelo menos 230 mil pessoas foram às ruas em 11 Estados ● Manifestantes ocuparam a cobertura do Congresso, em Brasília; no Rio, enfrentaram polícia na Assembleia ● Em SP, partidos foram impedidos de levantar bandeiras



Uma nova onda de protestos — maior que as anteriores e com leque de reivindicações mais amplo — voltou a tomar conta das capitais e importantes cidades de onze Estados ontem. Pelo menos 230 mil pessoas foram às ruas. Em São Paulo, protesto reuniu 50 mil, segundo a PM. Foi a quinta manifestação na capital e a primeira sem violência. Uma das principais características das marchas foram demonstrações de insatisfação e rejeição da política institucional. Em Brasília, manifestantes tentaram invadir o Congresso, com palavras de ordem como “Fora Berra” e “Fora Feliciano”. No Rio, as ações se concentraram diante da Assembleia. Em São Paulo, representantes de partidos foram impedidos de levantar bandeiras. “Não é comício, fora partidos” gritaram manifestan-

tes. Em Porto Alegre, uma das principais exigências foi maior transparência dos negócios públicos. Em Curitiba, Belo Horizonte, Belém, Salvador e Maceió também ocorreram protestos e marchas aconteceram em cidades de médio porte como Londrina e Ponta Grossa, no Paraná. METRÓPOLE/PÁGS. A11 e A12



Mutidões. Manifestantes no Congresso, em Brasília (acima), na Assembleia do Rio (ao lado), e na Marginal do Pinheiros, em SP (abaixo)

Análises
 Carlos Melo
O clima das ruas
 Voltado à manutenção de poder, o sistema político deixou de olhar e sentir o clima das ruas. METRÓPOLE/PÁGS. A12

Arnaldo Jabor
'Passe livre' vale mais
 Errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em SP. CABERNO3/PÁGS. C10

Dilma diz que marcha é legítima
 A presidente Dilma Rousseff disse que manifestações pacíficas são “legítimas e próprias da democracia”, mas monitora cada vez mais de perto a onda de protestos. PÁGS. A19

Alckmin elogia líderes de protestos
 O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, amenizou ontem o discurso e elogiou os líderes do movimento, que na semana passada classificou de “vândalos” e “baderneiros”. PÁGS. A18



COPA DAS CONFEDERAÇÕES
Fifa e CBF criticam atos contra evento
 Governo, Fifa e CBF criticaram o uso da Copa das Confederações por manifestantes. “O futebol é mais forte que a insatisfação das pessoas”, disse Joseph Blatter, presidente da Fifa. ESPORTES/PÁGS. D5

Página intencionalmente deixada em branco

O poder do discurso nas *Cartas persas*

Thaïs CHAUVEL (USP)
thais.chauvel@usp.br

Resumo: O presente estudo aborda a questão do discurso do poder e do poder do discurso no romance *Cartas persas*, publicado em 1721 pelo filósofo iluminista Montesquieu. O estudo restringe-se à parte ficcional dessa obra, ao assim chamado “romance do serralho” que coloca em cena personagens integrantes de um harém: um marido ausente, as esposas abandonadas e seus guardas, os eunucos. Por meio dessa trama oriental, Montesquieu cria um “laboratório ficcional” (Jean Starobinski), que demonstra as consequências da tirania e do abuso de poder encarnados pelo regime despótico. Tendo isso em vista, esse estudo pretende analisar como o sistema literário das *Cartas persas* trata da questão do poder, considerando a polifonia produzida pelo recurso à forma epistolar. Propõe-se, então, verificar em que medida a palavra torna-se um instrumento de manipulação. A proposta visa ainda identificar de que maneira o a análise do discurso permite elucidar o embate epistolar tramado por Montesquieu em suas filosóficas *Cartas persas*, interrogando-se sobre a pertinência do recurso à análise do discurso como chave de leitura dessa obra inaugural do iluminismo francês.

Palavras-chave: *Cartas persas*; Romance do serralho; Forma epistolar; Despotismo; Iluminismo.

Abstract: The present study aims to address the question of the speech of power and the power of speech in the romance *Lettres persanes*, published in 1721 by the Enlightenment philosopher Montesquieu. The study focuses on the fictional aspect of such literary work, the so-called “romance of seraglio”, that highlights characters of a harem: an absent husband, the abandoned wives and their guards, the eunuchs. Through this oriental plot, Montesquieu creates a “fictional laboratory” (Jean Starobinski), which demonstrates the consequences of tyranny and of power abuse embodied in the despotic regime. This study intends to analyze how the literary system of the *Lettre persanes* deals with the issue of power, considering the polyphony produced by resorting to the epistolary form. Therefore it is proposed to verify the extent to what the word becomes an instrument of manipulation. The proposal aims still to identify how the analysis of speech allows to elucidate the epistolary clash machinated by Montesquieu in his philosophical *Lettres persanes*, questioning the pertinence of resorting to speech analysis as the interpretation key of this inaugural work from the french Enlightenment.

Keywords: Persian letters; Seraglio novel; Epistle form; Despotism; Enlightenment.

1 Introdução

As *Cartas persas* foram publicadas em 1721, na aurora do Iluminismo francês. Conheceram um “imenso sucesso” (VOLPILHAC-AUGER, 2004, p.?) que se confirmou com o passar dos anos, já que foram reeditadas mais de trinta vezes até a morte de seu renomado autor Montesquieu, em 1755 e são estudadas até os dias atuais. Esse célebre filósofo iluminista é decerto mais conhecido pelo *Espírito das Leis* que teorizava a tripartição dos poderes em 1748. Sendo assim, houve quem dissesse que as *Cartas persas*, também filosóficas e politizadas em sua essência, sejam uma espécie de prefácio à grande obra de Montesquieu. No entanto, se algumas temáticas de fato se repetem, é fácil perceber que suas formas diferem radicalmente. Para começar, do ponto de vista meramente formal, as *Cartas persas* são, como seu título indica, um romance por cartas que conta com uma grande diversidade de personagens e temas, afinal, dois viajantes persas chegam à França e de lá relatam suas surpresas envolvendo os assuntos mais variados aos seus respectivos amigos e familiares.

De fato, trata-se de uma obra tão plural que a crítica tardou para encontrar a tal “cadeia secreta” que, segundo Montesquieu¹, faz a unidade de seu romance. Os estudos estruturalistas², contudo, analisaram a estrutura interna da obra e constataram que o chamado “romance do serralho³”, ou seja, a trama oriental do harém abandonado na Pérsia, se une à reflexão político-filosófica das demais epístolas. Assim, a intriga romanesca, até então tida como uma libertinagem de gosto duvidável, passou a ser valorizada. Com efeito, desde a virada estruturalista, entende-se que o harém constitui uma “figura em redução do despotismo” (MARTIN, 2013, p.11), regime político autoritário e abusivo que fascinava e assombrava o Século das Luzes⁴.

É dentro dessa perspectiva que se insere esse estudo sobre o discurso do poder e o poder do discurso no chamado “romance do serralho”, a intriga oriental das *Cartas persas* de Montesquieu. Parte-se da hipótese sustentada por Jean Starobinski segundo a qual o harém é, no sistema literário das *Cartas persas*, um “laboratório ficcional” onde “o erotismo serve de local de experiência imaginária para uma teoria generalizada do poder” (STAROBINSKI, 2003, p.28). Dessa forma, propõe-se analisar aqui a complexa trama romanesca do harém a partir da qual Montesquieu tece uma dialética do poder. Com efeito, são três os membros integrantes do harém: o mestre, que, por conta de sua ausência, inicia a correspondência por cartas, as suas esposas abandonadas, e os seus guardas, que são escravos castrados – os famosos eunucos.

O estudo a seguir propõe uma leitura analítica do discurso de cada uma dessas diferentes instâncias constitutivas do harém, com o intuito de demonstrar como a palavra torna-se o instrumento político por

¹ Montesquieu em seu texto *Quelques réflexions sur les Lettres persanes: “l’auteur s’est donné l’avantage de pouvoir joindre de la philosophie, de la politique, de la morale à un roman; et de lier le tout par une chaîne secrète»* (p.44).

² Citemos os primeiros artigos de cunho estruturalista de Roger Laufer (1961) e Roger Mercier (1962), respectivamente intitulados, *La réussite romanesque et la signification des Lettres persanes* de Montesquieu e *Le roman dans les Lettres persanes : structure et signification*, ver a referência completa disponível na sessão de referências bibliográficas.

³ Serralho

⁴ “Desde o fim do século XVII e durante todo o século XVIII, o espectro do despotismo obseda a Europa” (GROSRICHARD, 1988, p.9).

excelência nas *Cartas persas*. A proposta visa, assim, identificar o léxico bem como os mecanismos retóricos empregados pelas personagens, que transformam a palavra em legítima arma de manipulação dentro do maquinário ficcional do romance do serralho, que será descrito no desenvolvimento a seguir. O objeto da análise é, portanto, o discurso na ficção do harém elaborada por Montesquieu a partir do recurso à forma epistolar, a qual produz um efeito polifônico que convém também ser observado com atenção. Sendo assim, forma e conteúdo serão analisados respectivamente. Por essa razão, o estudo oferece ao leitor algumas sínteses da trama, com o intuito de tornar a leitura analítica das cartas inseridas na estória mais acessível.

Além disso, a proposta desse estudo busca ainda problematizar a pertinência da análise do discurso como chave de leitura confiável para as *Cartas persas*. Acredita-se que, no sistema enclausurado do harém, o qual reproduz um sistema despótico caracterizado pela submissão de todos ao desejo de um soberano único e ausente por definição, o discurso proferido pelas esposas tiranizadas e os eunucos escravizados não possa ser tomado ao pé da letra. Esse estudo sustenta que a análise do discurso aplicada às cartas oriundas do harém deve ser empregada com cautela, tendo sempre em mente o meio ficcional do qual parte a enunciação das personagens e o lugar que ocupam no harém. Para que isso seja possível, o estudo prossegue com uma síntese da trama oriental que acontece no harém, o que foi denominado pela crítica de “romance do serralho”.

2 Romance do serralho e despotismo

Quando Usbek, nobre senhor persa, é forçado a exilar-se na Europa para preservar sua vida das ameaças iminentes de um déspota, ele se afasta de suas esposas, que permanecem em seu serralho na Pérsia abandonado aos cuidados dos eunucos. Preocupado em conservar a honra de seu harém, Usbek envia rigorosas instruções ao primeiro eunuco, responsável por manter a ordem e vigiar as esposas, que a partida do marido transforma em meros objetos desprovidos de qualquer propósito. Ciente dos riscos, Usbek oferece inicialmente uma “economia de prazeres substitutivos” (MARTIN, 2013, p. 15, tradução nossa) que tem por objetivo entreter as mulheres com músicas e bebidas enquanto não retorna. Elas lhe escrevem saudosas para queixarem-se do tratamento dos eunucos – a quem Usbek delegou a totalidade de seus poderes de esposo/mestre –, que por sua vez acusam as esposas de mau comportamento. A distância que separa Usbek de seu serralho o obriga a enxergar o que se passa no interior daquelas “portas fatais” (2) através dos olhares parciais de seus habitantes rivais. Com o passar dos anos, as tensões inicialmente perceptíveis no seio do harém afloram, exigindo atitudes por parte de Usbek, que acaba por exercer sua tirania. Assim vai se tecendo a trama oriental, num concerto de vozes dissonantes que culmina com a revolta e o trágico massacre do serralho, encerrando as *Cartas persas*.

Pode-se resumir com essas palavras a intriga do romance do serralho, que se estende por 37 cartas, representando cerca de um quarto da obra. Conforme mencionado na introdução acima, há um consenso crítico atual que reconhece no harém das *Cartas persas* uma “figura em redução do despotismo” (MARTIN, 2013, p. 11). Ora, é válido lembrar que Montesquieu, segundo Bertrand Binoche, “inventou o conceito” moderno da palavra despotismo (BINOCHE, 2013). Com efeito, o estudioso Alain Grosrichard analisou a evolução semântica do significante “despotismo” em seu livro intitulado *Estrutura do harém, despotismo asiático no Ocidente clássico* (1988), e observou que “uma surpreendente inversão semântica se opera em relação aos termos *déspota, despótico despotismo*” (GROSRICHARD, 1988, p. 12).

De fato, o termo que era, “primitivamente, válido apenas na esfera doméstica e privada” – conforme o definiu Aristóteles em sua *Política* – passa a ser usado “para qualificar os abusos e as perversões de um poder régio assimilado ao poder paternal” (GROSRICHARD, 1988, p. 12). Alain Grosrichard observa que “quando Montesquieu impõe o substantivo despotismo”, ele designa uma forma específica de governo, e assim, “o doméstico é então definitivamente politizado” (GROSRICHARD, 1988, p. 12). O estudioso nomeia essa inversão do sentido primeiro de despotismo de “quiasma semântico”. Vale notar ainda que o quiasma é uma das figuras de estilo fundamentais das *Cartas persas*. A respeito disso, Jean Starobinski observa justamente que “a reviravolta e o estilo inversão são a imagem preferida de Montesquieu quando evoca a tirania e suas conseqüências” (STAROBINSKI, 2001, p. 111). Ao comentar que “tudo se inverte nas *Cartas persas*”, Jean Starobinski chama a atenção para a “noção de avesso” (STAROBINSKI, 2001, p. 113) enquanto elemento constitutivo dessa emblemática obra.

De acordo com a análise de Alain Grosrichard, o harém retratado nas *Cartas persas*, não é “uma forma de *regime* político, mas uma estrutura de poder que se confunde com um espaço classificatório que permite identificá-la” (GROSRICHARD, 1988, p. 41). Assim, o espaço do harém abarca o próprio conceito de despotismo ao reproduzir o que seria sua estrutura de poder – autoritária e arbitrária por definição. Isso porque, “na verdade, o que permite pensar o conceito do despotismo [...] não é tanto a realidade de um *regime político* quanto a parte permanente de imaginário no qual se apoia todo poder político” (GROSRICHARD, 1988, p. 43). Com efeito, o governo propriamente despótico não existe “porque não *pode* existir” realmente (GROSRICHARD, 1988, p. 45). Isso porque o “despotismo é uma *forma* distinta de governo cuja *natureza* está no comando, sem leis, de um só homem, e cujo *princípio* é o medo” (GROSRICHARD, 1988, p. 51).

No que diz respeito ao medo, observe-se primeiramente que Usbek “deixa a Pérsia sob o império do temor (princípio do despotismo)” (STAROBINSKI, 2001, p. 103), já que sua partida constituía numa fuga mascarada de curiosidade científica para escapar do príncipe persa (6). Assim sendo, Jean Starobinski observa que “a questão da violência está situada, portanto, na origem da obra inteira” (STAROBINSKI, ANO, p. 103) – seja a violência evitada graças à ausência de Usbek, seja a violência contida em seu serralho abandonado. O

protagonista de Montesquieu, “ele próprio vítima do terror, exerce-o por sua vez” (STAROBINSKI, 2001, p. 104). É, assim, “em sua existência doméstica, um déspota oriental” (STAROBINSKI, 2001, p. 104).

Ademais, nota-se que as tensões entre as mulheres e os eunucos se equilibram por meio do medo que sentem com relação ao mestre/marido – ausente, mas onipotente –, que exerce sobre eles “um direito de vida e de morte” (STAROBINSKI, 2001, p. 104). Basta lembrar do episódio no qual o primeiro eunuco relata que chegou a tocar uma das mulheres de seu mestre enquanto a banhava, acreditando que “*ce jour était le dernier de mes jours*⁵” (9). O medo é palpável pelo modo como o eunuco evoca, de maneira hiperbólica, a pena de morte da qual escapou, dizendo que “*je fus pourtant assez heureux pour échapper à mille morts*⁶” (grifos nossos). Ora, Alain Grosrichard observa que o princípio do medo “designa sempre uma relação recíproca” (GROSRIKARD, 1988, p. 50). Dentro dessa perspectiva, “o déspota, enfim, cujo poder se baseia totalmente no medo que inspira, é, ele próprio, escravo do medo” (GROSRIKARD, 1988, p. 50). De fato, desde a carta 6, Usbek comenta que “*une certaine inquiétude a achevé de me troubler*⁷” a respeito de seu serralho abandonado aos cuidados dos eunucos, “*âmes lâches*⁸”. Sem sequer saber se voltará à Pérsia um dia, Usbek admite “*J’aurais peine à être en sûreté, si mes esclaves étaient fidèles; que sera-ce s’ils ne le sont pas?*⁹”. Observa-se que o condicional “*j’aurais*” (teria), correspondente à hipótese formulada “*se*”, transforma-se na oração seguinte no futuro simples “*sera*” (será), que concorda com o presente “*ne le sont pas*” (não o são). À medida que sua ausência se prolonga, Usbek constata sua impotência imposta pela distância e preocupa-se cada vez mais com o destino de seu harém, que será efetivamente destruído.

Outra característica fundamental do despotismo consiste em delegar a totalidade dos poderes a um vizir (MARTIN, 2013, p. 23). Dessa forma, ao deixar seu serralho e confiar plenamente seu poder de mestre aos eunucos, “Usbek oferece a imagem acabada do perfeito déspota, mestre ausente por definição” (MARTIN, 2013, p. 23, tradução nossa). Para Christophe Martin, essa “situação *a priori* acidental e geradora de desordem no harém sem mestre é também uma maneira de revelar a verdade essencial do sistema” (MARTIN, 2013, p. 23, tradução nossa). Ao interrogar-se sobre o “âmbito político desse romance do serralho fundado sobre a ausência do mestre” (MARTIN, 2013, p. 19), Christophe Martin argumenta que o afastamento de Usbek logo no princípio do romance tem por função desvelar toda a perversidade intrínseca ao sistema despótico. Além disso, a partida de Usbek é o elemento fundador do dispositivo epistolário, já que sua ausência cria a necessidade da comunicação por cartas (MARTIN, 2013, p. 12). Ocorre que o lento comércio epistolar (uma carta demora cinco meses e meio para chegar ao seu destino, o que significa que a resposta demora quase um ano para chegar) “se revela perfeitamente contraditório com a economia

⁵ Sugestão de tradução: “esse dia era o último dos meus dias” (9).

⁶ Sugestão de tradução: “fui, contudo, feliz o bastante para escapar a mil mortes” (9)

⁷ Sugestão de tradução: “uma certa inquietação acabou por me perturbar”.

⁸ Sugestão de tradução: “almas covardes”.

⁹ Sugestão de tradução: “eu teria dificuldade em estar em segurança se meus escravos fossem fiéis, o que será se eles não o são”.

despótica da instantaneidade” (MARTIN, 2013, p. 19). Convém agora analisar a forma literária escolhida por Montesquieu para retratar o romance do serralho, o gênero epistolar.

3 A polifonia do romance por cartas

Para Denis de Casabianca, “se Montesquieu investe na forma epistolar, é porque encontra nela o *medium* adequado para falar da política” (CASABIANCA, 2013, p. 42). De fato, o filósofo “aprofunda as potencialidades oferecidas pela forma epistolar complicando e multiplicando o jogo dos scriptores” (CASABIANCA, 2013, p. 42). A respeito disso, é válido lembrar que o formato do romance por cartas não era em si uma novidade na época da publicação das *Cartas persas*. Era comum a publicação de cartas satíricas e também de correspondência amorosa, que fossem reais ou fictícias, as cartas contavam com poucos missivistas. Ora, Montesquieu amplifica consideravelmente o recurso polifônico por cartas aumentando o número de personagens epistolários. Apenas no romance do harém conta-se uma quinzena de personagens entre as esposas e os eunucos e Pauline Kra identifica mais de cem enunciadores que se manifestam no conjunto da obra.

O recurso ao gênero epistolar apresenta algumas vantagens. Em primeiro lugar porque a fragmentação da voz autoral permite formular críticas e reflexões metafísicas acerca da política e da religião escapando à censura vigente no Antigo Regime francês. Em segundo lugar, a diversidade das vozes tem um fim estético, já que interrompe uma simetria que poderia tornar-se excessiva ao entrecortar discursos, variando tons e estilos diversos. Por fim, a ausência de mediação por parte de um único narrador onisciente, multiplica os pontos de vista sobre a ação em andamento.

Dessa forma, a intriga romanesca do harém constroi-se através de perspectivas complementares e, não raro, radicalmente contraditórias. Ao invés de oferecer uma visão sintética e unificadora, Montesquieu oferece uma pluralidade de olhares sobre um mesmo objeto, como por exemplo o harém. Como bem exemplificam as discrepâncias entre o ponto de vista de Usbek, que descreve seu serralho como um “*lieu charmant* ¹⁰” (2), definição que contrasta com a perspectiva do primeiro eunuco que reconhece no harém uma “*affreuse prison* ¹¹” (9). Dessa forma, a cacografia proposta pelo romance do serralho recusa-se a acatar uma única perspectiva como verdadeira. Cumpre ressaltar que, embora Usbek seja o mestre do harém – e também o principal epistolário do romance, autor de cerca de um terço das missivas –, sua perspectiva é apenas parcial, pois representa um único ponto de vista sobre o serralho, aliás pouco confiável já que se ausenta por mais de nove anos.

¹⁰ Sugestão de tradução: “lugar encantador”.

¹¹ Sugestão de tradução: “prisão horrorosa”.

Além de possibilitar a visão de uma determinada sociedade – a do harém, por exemplo – sob perspectivas plurais, o formato das cartas parece ser propício à filosofia. De fato, a lógica da correspondência assemelha-se à do diálogo, que Platão já a empregava na Atenas Clássica e que o século das Luzes reproduziu com frequência, em particular o célebre contemporâneo de Montesquieu, Diderot. Ora, há uma diferença de temporalidade significativa entre o diálogo que se quer instantâneo a cronologia do romance por cartas, que permite esticar o tempo. Isso faz com que revelações progressivas e espaçadas, relatadas de maneira elíptica e fragmentária, seja mais propícia à reflexão, pois obrigada o leitor a preencher as lacunas ao passo que também lhe outorga mais tempo para refletir sobre os episódios e as palavras proferidas.

Assim, as *Cartas persas* são filosóficas pois, ainda que não sejam categorizadas como um romance filosófico propriamente dito, elas revelam, por meio de sua narrativa inédita, que não há uma única verdade clara e objetiva. Com efeito, ao optar pelo uso da forma epistolar, Montesquieu apresenta várias versões da verdade, que passa a ser apreendida de modo parcelar, distanciando-se da filosofia cartesiana, que buscava uma única verdade a partir dos critérios de clareza e distinção. Acerca disso, Renato Janine Ribeiro observa que a filosofia do século XVIII “cada vez menos crê na verdade objetiva ou absoluta” dando-se “simétrico relevo a uma verdade interna, subjetiva, que já não seria a do mundo, mas a do indivíduo, um ser moral, cuja estrutura é basicamente a de seus sentimentos” (JANINE RIBEIRO, 1994, p. 70).

Essa filosofia iluminista encontra-se no coração da composição das *Cartas persas*, já que o uso de cartas possibilita o recurso à primeira pessoa do singular. A forma epistolar concilia assim diversidade e também subjetividade. Além disso, como bem o demonstra Pierre Testud, uma particularidade do romance epistolar é sua temporalidade, uma vez que cada missiva é escrita no presente, permitindo “a expressão direta das reações” (TESTUD, 1966, p. 647) de cada personagem, conferindo intensidade à trama. Segundo o estudioso, os episódios importam menos nas *Cartas persas* do que a reação da personagem diante de um determinado acontecimento e da expressão dessa reação na primeira pessoa do singular. Assim, cada carta retrata a percepção e a subjetividade de seu autor fictício, seus erros, preconceitos e ignorâncias tornam-se os do leitor, o que também contribui para criar o efeito de surpresa ao final do romance. Dessa forma, é fundamental analisar a perspectiva parcelar e subjetiva de cada um dos membros do harém para compreender de fato a estrutura do harém de Montesquieu. No entanto, é preciso tomar alguns cuidados ao aplicar a análise do discurso às cartas, pois é fundamental considerar o meio – fictício, certo, mas não menos opressivo – do qual provém a enunciação.

4 Cuidados com a análise do discurso

Vale lembrar primeiro que, tanto as esposas quanto os eunucos, estão submetidos à autoridade do seu mestre, que “exerce um direito de vida e de morte” sob ambos (STAROBINSKI, 2001, p. 104). Nota-se

ainda que “as mulheres e os eunucos escrevem exatamente o mesmo número de cartas” (VERSINI, 1995, p.21), dado que o crítico Laurent Versini analisa como “maneira de sublinhar sua igualdade na servidão” (VERSINI, 1995, p.21). Os eunucos são escravos castrados encarregados de vigiar e punir as esposas, mas também de servi-las. As esposas competem entre si pelo favoritismo do marido, mas o eunuco zela para que nenhuma seja de fato a favorita. As tensões são múltiplas e o embate entre essas duas instâncias do haré, é constante, porém incerto – já que a balança do poder oscila em função da preferência subjetiva do mestre.

Acerca disso o testemunho do primeiro eunuco é elucidador : “*combien de fois m’est-il arrivé de me coucher dans la faveur, et de me lever dans la disgrâce*¹²” (9), desabafa. Na mesma carta, o eunuco declara-se “*victime d’une négociation amoureuse, et d’un traité que les soupirs avaient faits*¹³”. Nesse trecho, cumpre observar o léxico político empregado pelo eunuco, que fala de negociações e tratados. Além disso, percebe-se que as esposas dispunham de momentos privados com o esposo, “*des quarts d’heure où j’ai toujours tort. Je mène dans le lit de mon maître des femmes irritées: crois-tu que l’on y travaille pour moi, et que mon parti soit le plus fort?*”¹⁴, escreve o eunuco exasperado, que não hesita em falar de “partidos”. Ora, a ausência de Usbek no início do romance impossibilita o encontro amoroso que outrora dava às esposas uma vantagem com relação aos eunucos rancorosos. Os escravos e as esposas estão ambos limitados, pela distância de Usbek, a lançar mão do mesmo recurso (as cartas, seu discurso) para atrair as boas graças do mestre.

Uma vez demonstrado que todas as partes têm interesses próprios, é válido perguntar-se quanto reveladora seria uma leitura literal das cartas que compõem o “romance do serralho”. Talvez seja mais pertinente questionar o discurso elaborado nas cartas provenientes do harém, conforme a proposta de Philip Stewart. Em seu artigo “*Toujours Usbek*”, Stewart critica “uma tendência muito generalizada a tomar as palavras do texto ao pé da letra, a ler as missivas como fiáveis declarações de fatos” (STEWART, 1999, p. 142, tradução nossa). A respeito disso, Philip Stewart e Catherine Volpilhac-Auger argumentam que “a forma epistolar, que insere todas as personagens nesse sistema de poder impede toda enunciação livre e sincera” (STEWART; VOLPILHAC-AUGER, 2004, p. 57, tradução nossa) por parte dos membros integrantes do harém. Segundo eles, o mestre pode apenas falar enquanto mestre, a esposa enquanto mulher apaixonada e o escravo enquanto servo leal. Assim, é possível duvidar da sinceridade de seus respectivos discursos, que se assemelham mais a uma fina manipulação retórica do que a uma simples correspondência de notícias entre mulher e marido, mestre e escravo. Ademais, uma leitura literal das cartas oriundas do serralho partiria do pressuposto que “as mulheres, que sofrem porque são vítimas do sistema, não eram capazes do menor

¹² Sugestão de tradução: quantas vezes me aconteceu de dormir favorecido, & levantar-me na desgraça?

¹³ Sugestão de tradução: Vítima de uma negociação amorosa, & de um tratado que suspiros tinham feito

¹⁴ Sugestão de tradução: quartos de horas em que não se recusa nada, onde estou sempre errado: levo à cama de meu Mestre mulheres irritadas: crês que trabalham para mim, & que meu partido seja o mais forte?

artifício, sendo que a dissimulação e o artifício são ao contrário o recurso natural das vítimas de um sistema” (STEWART; VOLPILHAC-AUGER, 2004, p. 57, tradução nossa).

Tendo isso em mente, é válido questionar se a frase de Fatmé, na qual a esposa afirma a Usbek: “*je donnerais l’empire du monde pour un seul de tes baisers*¹⁵” (7), é necessariamente translúcida. Ora, o paradoxo do harém é que a sinceridade – assim como o desejo de ser fiel – depende de uma liberdade de agir que é negada às esposas (STEWART; VOLPILHAC-AUGER, 2004, p. 57, tradução nossa). O que pensar da seguinte promessa de Fatmé na carta VII: “*Je te le jure, Usbek, quand il me seroit permis de sortir de ce lieu où je suis enfermée par la nécessité de ma condition ;[...] Usbek, je te le jure, je ne choisirois que toi. Il ne peut y avoir que toi dans le monde qui mérites d’être aimé*¹⁶” (7, grifos nossos)? Note-se primeiro a repetição do vocativo que interpela duas vezes “Usbek”, e da insistência na expressão – que no fundo não diz muito – “eu lhe juro”. A própria esposa lembra que está “enclausurada” em um serralho vigiado por eunucos: “*quand je pourrais me dérober à la garde qui m’entourne*¹⁷” (7). Mais adiante, o leitor descobrirá que os costumes persas impediam as mulheres de verem qualquer homem antes do seu casamento. Levando esse fato em consideração, é válido interrogar-se como Fatmé poderia afirmar essa verdade universal segundo a qual ela julga que apenas seu esposo seja digno de amor no mundo inteiro. Uma leitura ao pé da letra do discurso amoroso de Fatmé poderia levar a crer que se trata de uma genuína carta de amor.

Entretanto, observa-se que as cartas de amor se substituem aos *quarts d’heure galants* impossibilitados pela ausência do mariado (MARTIN, 2013, p. 17). Sendo assim, seu discurso visa seduzir, com o intuito de reproduzir o efeito que os momentos de intimidade com o marido proporcionavam às esposas. Tendo em vista o objetivo relativamente pragmático das cartas enviadas pelas mulheres, é válido problematizar em que medida a primeira (e única) carta de Fatmé constitui um discurso amoroso autêntico destinado ao marido. É certo, o “fogo” que a consome poderia conotar uma paixão ardente desenfreada, mas também alude às chamas que consomem o harém que se extingue na carta final do romance. Neste sentido, a conclusão da carta de Fatmé – “*ton absence, bien loin de te faire oublier, animeroit mon amour s’il pouvoit devenir plus violent*¹⁸” (7) – assume uma conotação profundamente ambivalente. Certo que emprega o condicional, mas o último vocábulo da carta “violento” deixa poucas dúvidas sobre seu valor bélico. Usbek interpreta tais palavras como uma declaração de amor porque condizem com suas expectativas referentes ao gênero da “carta de amor” escrita pela mão de uma esposa; no entanto, uma leitura crítica deve perguntar-se, à luz da implosão do harém, se não constituem um prenúncio, quiçá até mesmo de uma ameaça.

¹⁵ Sugestão de tradução: “daria o império do mundo por um único dos beijos”

¹⁶ Sugestão de tradução: “*Eu lhe juro, Usbek, quando me seria permitido sair deste lugar, onde estou enclausurada pela necessidade de minha condição [de mulher casada], Usbek, eu lhe juro, eu escolheria apenas você; pois só você no mundo merece ser amado*”.

¹⁷ Sugestão de tradução: “quando eu poderia me esquivar da guarda que me cerca”.

¹⁸ Sugestão de tradução: “sua ausência está longe de me fazer esquecê-lo, anima meu amor que poderia tornar-se mais violento”.

A releitura da Carta IV de Zephis ao marido também demonstra como a palavra posta no ambiente bélico do harém de Montesquieu configura-se como artifício de manipulação. A missiva da esposa adianta em discurso indireto o ponto de vista de um eunuco – contrário ao dela. Ela relata que esse “*monstre noir*”¹⁹ (4) quer retirar-lhe sua escrava Zelide por suspeitar que haja uma relação indecente entre as duas mulheres²⁰. Zephis apresenta a versão do eunuco, argumentando que ele se ressentido do tratamento que ela confere à sua escrava. Contudo, a esposa se recusa a defender-se, alegando que “*j’ai trop de respect pour moi-même pour descendre jusqu’à des justifications*”²¹ (4). Conclui então num apelo ao marido há milhas de distância como o único guardião de sua honestidade: “*je ne veux d’autre garant de ma conduite, que toi-même*” (4). Philip Stewart comenta a “total ambiguidade” desta carta: “acusada de uma relação indecente ou ao menos suspeita, Zephis responde acusando o acusador” (STEWART, 1999, p. 144, tradução nossa), ora, quem está mentindo?

A situação proposta pela quarta carta do romance torna-se ainda mais interessante se considerarmos que Montesquieu pensou a questão da justiça não apenas nas *Cartas persas*, mas na totalidade de sua obra. Autor de *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua decadência*, o filósofo iluminista refletiu acerca do direito romano. A doutrina romana da prova exigia duas testemunhas oculares ou a confissão do culpado para a condenação (JANINE RIBEIRO, 1994, p. 71), conforme lembra Renato Janine Ribeiro, tradutor da edição brasileira das *Cartas persas* em 1991. Dentro da perspectiva do direito romano, Usbek não possui nenhuma prova suficiente para condenar Zephis, pois precisaria da confissão da esposa – que nega tudo – ou de outro testemunho para completar a versão do eunuco. Por meio desse impasse, torna-se evidente o quão problemático será para o mestre dar conta da justiça em seu harém. Sua ausência faz com que ele disponha apenas do discurso dos eunucos e de suas esposas – ambas partes interessadas – para vislumbrar o que se passa no interior de seu serralho abandonado e tomar uma decisão justa.

Consciente que as cartas que recebe dos epistolários enclausurados na Pérsia preconizam o massacre de seu serralho, Usbek faz uso do único recurso que dispõe para tentar restaurar a ordem: o discurso incisivo, que se quer persuasivo pela agressão que expressa. O mestre do harém convoca lugares-comuns oriundos de sua tradição religiosa convocando palavras como “virtude”, “dever” e “natureza” que constituem as leis de seu serralho em seu “discurso abusivo” (STAROBINSKI, 2003, p.28). Ao comentar os hábitos parisienses, Usbek conclui que as mulheres só não cometem o adultério em Paris por conta de uma “revolta da natureza”. Ora, é justamente em nome da natureza feminina que Roxane justificará o seu adultério na última carta do romance. Invertendo o argumento do marido, “a revolta arranca ao opressor seu vocabulário moralista e filosófico, apropria-se dele e o volta contra o mestre abusivo” (STAROBINSKI, 2003, p.28). Sendo assim, por

¹⁹ Sugestão de tradução: “monstro negro”.

²⁰ Mary McAlpin explica que o eunuco a suspeita de lesbianismo (MCALPIN, 2013, p. 87)

²¹ Sugestão de tradução “tenho respeito demais por mim mesma para me rebaixar a justificativas”.

trás das cartas que Usbek destina ao seu harém transparece uma palavra que “sonha ser dotada do poder de realizar aquilo que ela profere, que visa aprisionar o outro pela linguagem que se quer persuasiva” (MARTIN, 2013, p.19) para citar a pertinente observação de Christophe Martin.

Então, do que vale realmente a palavra de Usbek? A resposta é dada de modo flagrante na carta IX do eunuco, já mencionada. Destinada a outro escravo, o primeiro eunuco, chefe dos demais servos, a quem o mestre delegou a totalidade de seus poderes afirma que se coloca a frente dos “desejos mais inocentes” das mulheres como uma “barreira inabalável” (IX). Tal atitude é contrária às ordens que lhe dera Usbek na carta II: “providencie-lhes todos os prazeres que podem ser inocentes”, referindo-se à música e à dança. Verifica-se, portanto, que o discurso de Usbek, único instrumento do qual ele dispõe para exercer à distância o papel de mestre do serralho não têm de fato efeitos reais, embora torne-se cada vez mais agressivo, exigindo uma maior submissão dos membros integrantes de seu harém, que sucumbe à guerra civil: “a guerra reina entre suas mulheres, seus eunucos estão divididos” (62[64]), lhe revela seu primeiro eunuco na carta 62 [64].

Por meio de um procedimento irônico de aplicação indireta dos enunciados (MARTIN, 2013, p. 17) a célebre indagação de Usbek acerca da colonização espanhola da Índia: “como sustentar uma guerra civil de tão longe?” (117 [121]) aplica-se ao seu serralho, consumido pela violência e o embate de forças contraditórias. Em sua reflexão político-filosófica acerca da Índia, Usbek analisa que o terror se impõe como único recurso do poder absoluto à distância. Terror exercido pelos eunucos que receberão carta branca de Usbek para reprimir e punir as esposas mau-comportadas.

O surpreendente desfecho das *Cartas persas* dá a última palavra a Roxane, a favorita de Usbek. Em sua cartada final, ela revela sua vingança antes de suicidar-se. Do odiado serralho, não sobra nada, nem mesmo o discurso, pois “o veneno me consome; minha força me abandona; a pena cai das minhas mãos” (161). Se “essa linguagem lhe parece nova”, é apenas porque Usbek (e o leitor crédulo) lia declarações de amor em suas atitudes e cartas, sem atentar-se para sua ambiguidade e o valor ambivalente das palavras. A morte do discurso coincide com a morte da personagem e encerra o romance de Montesquieu que dá à ficção do harém a última palavra.

5 Considerações finais

O desenvolvimento desse estudo procurou argumentar por que o romance do serralho nas *Cartas persas* participa ativamente da reflexão político-filosófica de Montesquieu acerca do poder e da justiça. Nesse sentido, a trama do harém é aquele “*morceau d’histoire*”²² (11) que tem mais impacto do que uma

²² Tradução nossa: “pedaço de estória”

“*Philosophie subtile*”²³ (11), conforme argumenta Usbek na carta 11 ao afirmar que “*Il y a certaines vérités qu’il ne suffit pas de persuader, mais qu’il fait encore faire sentir*”²⁴. Cabe observar que, por meio de um processo de dupla enunciação, esta afirmação de Usbek também vale como uma afirmação que Montesquieu destina aos leitores das *Cartas persas*. Através dela, o autor justifica o “dispositivo romanesco” empregado na intriga do harém que permite ilustrar certas verdades melhor do que demonstrações filosóficas acerca do abuso de poder. Por esta razão, o romance do serralho faz com que as *Cartas persas* não sejam “um tratado ou uma dissertação arbitrariamente *morcelés*, mas a expressão romanesca de uma tomada de consciência política” (EHRARD, 1997, p. 31).

Dentro dessa perspectiva que atribui à ficção oriental do harém um refinamento literário e um objetivo filosófico, o estudo procurou analisar de que maneira o romance do serralho funciona como uma “figura em redução do despotismo”, reproduzindo uma determinada estrutura de poder. Buscou-se ainda analisar tanto o conteúdo quanto à forma elaborada por Montesquieu e por isso tratou-se dos recursos polifônicos oferecidos pelo romance epistolar. Por fim, a leitura analítica de algumas cartas provenientes do harém visava demonstrar que a análise do discurso deve ser empregada com cautela na leitura das *Cartas persas*, considerando sempre o contexto da diegese do romance do serralho. O objetivo do estudo era atentar para a estreita ligação entre política e *logos* no harém de Montesquieu, onde a arte da política é essencialmente um exercício de linguagem, que garante a premência da palavra sobre todos os instrumentos de poder.

Referências bibliográficas

BINOCHE, Bertrand. Despotisme. In. Catherine Volpilhac-Auger (Org.). **Dictionnaire Montesquieu**. ENS de Lyon, 2013. Disponível em <http://dictionnaire-montesquieu.ens-lyon.fr/fr/article/1367168359/fr>

GROSRICHARD, Alain. **Estrutura do Harém: despotismo asiático no ocidente clássico**. Tradução: Lydia H. Caldas. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

JANINE RIBEIRO, Renato. A máscara, o véu, o coração ou Um erro de Montesquieu, sobre o harém, nas *Cartas persas*. In: Novaes, Adauto (Org.). **Artepensamento**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 69-90.

KRA, Pauline. Multiplicity of Voices in the *Lettres persanes*. In: **Revue belge de philologie et d’histoire**, Tome 70 fasc. 3, 1992. Langues et littératures modernes – Moderne taal- en letterkunde. 1992, p. 694-705.

LAUFER, Roger. La réussite romanesque et la signification des *Lettres persanes* de Montesquieu. **Revue d’histoire littéraire de la France**, vol. 61, nº 2, 1961, p. 188-203

MERCIER, Roger. Le roman dans les *Lettres persanes*: structure et signification. **Revue des sciences humaines**, nº 107, 1962.

MARTIN, Christophe. Usbek *in absentia* ou le sérail sans maître. In: STEWART, Philip (Org.). **Les Lettres persanes en leur temps**. Paris : Classiques Garnier, 2013, p. 11-27.

²³ Tradução nossa: “filosofia sutil”

²⁴ Tradução nossa: “existem verdades que não basta persuadir, mas que é preciso fazer sentir”.

MCALPIN, Mary. Climat et désir dans les Lettres persanes. In: STEWART, Philip (Org.). **Les Lettres persanes en leur temps**. Paris: Classiques Garnier, 2013, p. 69-93.

MONTESQUIEU. **Œuvres complètes de Montesquieu I, Lettres persanes**. Jean Ehrard e Catherine Volpilhac-Auger (Orgs). Oxford: Voltaire foundation, 2004.

STAROBINSKI, Jean. Exílio, sátira, tirania: as *Cartas persas*. In: STAROBINSKI, Jean. **As Máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEWART, Philip. Toujours Usbek. **Eighteenth-Century Fiction**, vol. 11, nº 2, 1999, p. 141-150.

TESTUD, Pierre. Les *lettres persanes*, roman épistolaire. **RHLF**, vol. 66, nº 4, 1966, p. 642-656.

VERSINI, Laurent. Préface, **Lettres persanes**. Paris: Flammarion, 1995.

VOLPILHAC-AUGER, Catherine. Pour une histoire véritable des Lettres persanes. In: **Lettres persanes, Œuvres complètes**, Oxford: Voltaire Foundation, 2004, p. 15-44.

Página intencionalmente deixada em branco

“Ler, escrever e fazer conta de cabeça”: o discurso de poder na narrativa literária queiroseana

Vânia Lúcia Menezes TORGA (UESC)

vltorga@uol.com.br

Resumo: A presente proposta, recorte de um projeto de pesquisa em andamento, tem como aporte teórico-metodológico a análise do discurso bakhtiniana e as ideias de Arfuch sobre o espaço biográfico, memória e autobiografia, em que o relato de uma vida traz, tal qual a rapidez de um relâmpago, as vozes do passado constituindo o presente. As perguntas motivadoras dessa reflexão são: como um projeto de poder pode ser percebido na esfera educacional em uma narrativa literária e como o discurso literário reflete e refrata as marcas enunciativas desse projeto de poder? O objetivo que norteia o estudo pretende discutir como a narrativa queiroseana em “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” (QUEIRÓS,1996) faz cruzarem, e desvelam discursivamente, as esferas literárias, educacional e política, denunciando os “modos discursivos do exercício do poder” no espaço micro e macrosocial. Desse modo a proposta de reflexão contemplará como eixo catalizador das análises, o discurso literário queiroseano, trazendo com as memórias do menino-narrador, as marcas enunciativo-dialógicas da esfera literária nas esferas educacional e política dos anos 40-50 e que se atualizam na contemporaneidade em “vozes, imagens, materialidades, riscos”, configurando-se uma imposição e ou manutenção de poder.

Palavras-chave: Narrativa literária; Círculo de Bakhtin; Memória; Autobiografia; Discurso e poder.

Abstract: The present proposal has as a theoretical and methodological contribution the Bakhtinian analysis of the discourse and Arfuch's ideas about the biographical space, memory and autobiography, in which the account of a life brings, as in lightning speed, voices of the past constituting present. The motivating questions to this reflection are: how can a project of power be perceived in the educational sphere in a literary narrative and how does literary discourse reflect and refract the enunciative marks of this project of power? The aim of the study is to discuss how the Queirósan narrative in "Ler, escrever e fazer" (Queiroz, 1996) may cross the literary, educational and political spheres, leading to a discursive unveiling that denounces the "discursive modes of the exercise of power "in the micro and macrosocial space. In this way, the proposal of reflection will contemplate as a catalytic axis of analysis, the Queirosean literary discourse, bringing with the boy-narrator's memories the dialogical-enunciative marks of the educational and political spheres of the 40's and 50's and that are updated in contemporary " voices, images, materialities, risks ", configuring an imposition and or maintenance of power.

Keywords: Literary narrative; Bakhtin Circle; Memory; Autobiography; Discourse and power.

1 Introdução

A pesquisa “Vida que se reinventa: análise enunciativo-dialógica do projeto autobiográfico em Bartolomeu Campos Queirós na grande temporalidade”, com registro no CNPq/ 2016, apoia-se teórico-metodologicamente na análise dialógica do discurso de Bakhtin e do Círculo, citando-se: Bakhtin (1997, 2000, 2010, 2015), Brait (2005, 2006, 2009), Clark e Holquist (1998), Morson e Emerson (2008) e as ideias de memória e autobiografia, espaço biográfico em Arfuch (2010, 2013, 2015), Candau (2014), Dosse (2007), Mitidieri (2010, 2012, 2013), Lejeune (2008, 2014), Ricoeur (2014), Le Goff (2013), Bosi (2001), dentre outros, em que o relato de uma vida traz, tal qual a rapidez de um relâmpago, as vozes do passado constituindo o presente, como o Jano bifronte que olha o passado e o presente (indiciando um futuro):

Como resultado, dos mundos se oponen el uno al outro, mundos incomunicados entre sí y mutuamente impenetrables: el mundo de la cultura y el mundo de la vida. Este último es el único mundo em el que creamos, conocemos, contemplamos, hemos vivido y morrimos. El primeo es el mundo em cual e lacto de nuestra actividad se vuelve objetivo; el segundo es el mundo em el que este acto realmente transcurre y se cumple por única vez. El acto de nuestra acción, de nuestra vivencia, como Jano bifronte, mira hacia lados opuestos: hacia la unidad objetiva del área cultural y hacia la unicidade irrepetible de alvida transcurrida, sin que exista um plano único y unitário em el cual sus dos caras se determinem reciprocamente em su relación con uma única unidad. (BAJTIN, 1997, p. 8)

A partir do enunciado acima, as perguntas motivadoras são: como um projeto de poder pode ser percebido na esfera educacional em uma das narrativas queiroseana, recorte para esse artigo, e como o discurso literário reflete e refrata as marcas enunciativas desse projeto de poder?

O objetivo que norteia o estudo pretende discutir como em “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” (QUEIRÓS, 1996) cruzam-se e desvelam discursivamente, as esferas literária, educacional e política, denunciando os “modos discursivos do exercício do poder” no espaço micro e macrosocial. Desse modo, a proposta de reflexão contemplará como eixo catalizador das análises, o discurso literário queiroseano, trazendo com as memórias do menino-narrador, as marcas enunciativo-dialógicas das esferas educacional e política dos anos 40-50 e que se atualizam na contemporaneidade em “vozes, imagens, materialidades, riscos”, configurando-se uma imposição e ou manutenção de poder. O presente artigo se divide em cinco partes: após a introdução, encontramos uma breve bibliografia do autor; em 3, uma visão teórica e metodológica acerca da proposta de investigação, quando se discute o papel dos relatos autobiográficos como registro ou como desejo de transcendência, o que tem sido uma tônica na contemporaneidade; na seção 4, uma análise do *corpus*, buscando confirmar a hipótese que responde às questões de pesquisa e finalmente as conclusões preliminares

2 Do autor

Bartolomeu Campos de Queirós nasceu em Pará de Minas MG, em 1944, ainda que haja muitos registros de que foi em Papagaio. Contudo, entrei em contato com o cartório de registro civil de lá e a informação foi de que ele passou um tempo em Papagaio e Pitangui, onde mora com o avô paterno, mas nasceu mesmo em Pará de Minas. Faleceu em Belo Horizonte MG, em 2012. Escreveu poemas, histórias infantis e juvenis, foi educador, crítico de arte, museógrafo e ensaísta. Aos 6 anos, perde a mãe. No internato do Colégio São Geraldo, em Divinópolis, Minas Gerais, cursa o ginásio, e estuda, por breve período, no convento dos dominicanos em Juiz de Fora, Minas Gerais. Muda-se para Belo Horizonte, inicia o curso de filosofia e trabalha no Centro de Recursos Humanos, escola de experiências pedagógicas do Ministério da Educação. Com uma bolsa da Organização das Nações Unidas (ONU), vai à França, e cursa filosofia no Instituto Pedagógico de Paris. Na capital francesa, escreve seu primeiro livro, *O Peixe e o Pássaro*, lançado em 1971, ano em que retorna ao Brasil. Torna-se membro do Departamento de Aperfeiçoamento de Professores (DAP), do Ministério da Cultura, do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Curador da Escola Guignard. Atua ainda como assessor especial da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e presidente da Fundação Clóvis Salgado - Palácio das Artes. No início da década de 1980, trabalha como editor, para a Editora Miguilim, de Belo Horizonte, que se propunha a trazer um tema renovador para a literatura infantil brasileira, incorporando questões sociais da vida contemporânea. De 1986 a 2000, integra o projeto ProLer, da Biblioteca Nacional, ministrando seminários sobre educação, leitura e literatura. Como crítico de arte, participa de júris de salões e curadorias de exposições de artes plásticas e atua na área de museografia.

(BARTOLOMEU Campos de Queirós. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3915/bartolomeu-campos-de-queiros>>. Acesso em: 08 de Abr. 2017. Verbete da Enciclopédia.)

Bartolomeu, em um texto publicado em 1983, no livro organizado por Fanny Abramovich “O mito da infância feliz”, do qual temos alguns enunciados citados, por entendermos que já indiciam a proposta em tela, bem como refletem um certo projeto de poder do discurso e o discurso do poder, tema do VI JADIS – II CIED - 2016:

...das saudades que não tenho

Nasci com 57 anos. Meu pai me legou seus 34, vividos com duvidosos amores, desejos escondidos. Minha mãe me destinou seus 23, marcados com traições e perdas. Assim, somados, o que herdei foi a capacidade de associar amor ao sofrimento...^[1] Morava numa cidade pequena do interior de Minas, enfeitada de rezas, procissões, novenas e pecados. Cidade com sabor de laranja-serra-d'água, onde minha solidão já pressentida era tomada pelo vigário, professora, padrinho, beata, como exemplo de perfeição.^[2] (...) Tive uma educação primorosa. Minha primeira cartilha foi o olhar do meu pai, que me autorizava a comer ou não mais um doce nas festas de aniversário. (...) (Bartolomeu Campos Queiroz, em Abramovich, Fanny (org.) – “O mito da infância feliz”. Summus, São Paulo, 1983).

Acreditamos ser a grande marca no conjunto a ser investigado e analisado acerca de um certo projeto autobiográfico em Bartolomeu, uma certa tristeza pela perda, a falta, uma reflexão sobre a educação recebida de seus pais, os costumes da cidade onde nasceu e viveu, a escola em que estudou, as relações sociais de que participou ou foi mero observador. Ele, considerando o mundo de interrelações familiares, educacionais, desmistifica o mito da criança feliz. Nesse texto Bartolomeu nos mostra que somos parte de

vidas já vividas e por isso mesmo no em-sendo, somos o já-sido e o vi-a-ser. Dito assim, concluímos que nada mais bakhtiniano do que isso, pois é a dialogicidade presente e indicadora entre outros conceitos de Bakhtin e o Círculo nos indicando que a teoria daria suporte para nossas investigações e análises.

O recorte de investigação e análise preliminar em “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” nos indicia como um discurso de poder e o poder de um discurso deixam marcas, provocam lacunas, faltas, perdas, tal qual o relato do menino-narrador na obra em questão. Para isso, pensamos o viés teórico-metodológico a partir do pensamento de Bakhtin e o Círculo e Arfuch, basicamente acerca da autobiografia como lugar que reflete e refrata o estar no mundo e relacionar-se com o mundo, sustentaria essa “empreitada” investigativa.

3 Relatos autobiográficos: impressões ou transcendências?

A obsessão em conhecer, ler sobre os relatos de vida, sobre a descrição de uma vida, mostra-se muito mais contemporâneo do que nunca com as publicações de (auto) biografias pois, segundo Arfuch (2010, p. 15) [...] “essa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, é ao mesmo tempo busca de transcendência”.

No relato autobiográfico não é uma confissão do autor, ou um relato fiel do vivido, mas uma visão que esse tem do outro de si situado fora dele e ao qual ele confere um certo acabamento, pois é quem tem dele uma certo olhar extralocalizado. Bakhtin afirma que,

quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação a proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar - a cabeça, o rosto, e sua expressão -, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. (BAKHTIN, 2010, p. 21)

Ainda, em “Autor e herói na atividade estética”, Bakhtin (2010, p.139) assim se exprime acerca de biografia e autobiografia (descrição de uma vida) “como a forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida.” Acrescente-se ao defendido por Bakhtin que conhecer, ler sobre os relatos de vida, sobre a descrição de uma vida, mostra-se muito mais contemporâneo do que nunca com as publicações de autobiografias pois, segundo Arfuch (2010, p. 15) [...] “essa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, é ao mesmo tempo busca de transcendência”.

Os estudos sobre o discurso autobiográfico indicam sua importância na constituição dos rastros da memória, que revelam e ou desvelam a escrita sobre si e que é também a escrita sobre o nós. Essa, mesmo sendo individual, é social, pois, de um lado é parte de um certo todo sócio-histórico e, de outro, é uma representação, como a linguagem, que o explicita, explica, mascara, desmascara, ambas refletindo e refratando as histórias de um, de outro em mim e de um outro (o nós) sobre um mesmo mundo vivido.

Nos estudos relativos à autobiografia, como em “Pacto autobiográfico: de Rousseau internet”, de Philippe Lejeune (2014) propõe certa diferenciação entre “romance autobiográfico” e “autobiografia” considerando-se que, no primeiro, o leitor poderá supor as semelhanças entre autor e personagem; já no segundo há uma instabilidade constituinte do gênero que caminha pelo duplo viés do real e ficcional, história e invenção.

Nas narrativas autobiográficas, o leitor estabelece com o autor o chamado *pacto autobiográfico*, uma espécie de contrato de leitura entre emissor e destinatário, onde não se põe em questão a correspondência entre autor-narrador-personagem: “retrato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando põe o acento em sua vida individual, concretamente na história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p. 14). Assim, esse pacto torna-se, segundo o mesmo autor, um *pacto fantasmático*, em que a personagem é apenas um fantasma revelador de ‘outros’, ressignificando, desse modo, o individual em um social.

Diferentemente, Arfuch e Bakhtin advogam a responsabilidade de um e outro, ou seja, de autor e leitor. Dessa forma podemos falar com Arfuch, (2010) em acordo biográfico e não contrato como o quer Lejeune. No contrato as partes pactuam numa “rua de mão única”, já no acordo há marcadamente a presença da resposta compreensível de um e de outro. E acrescentaria que isso só se dá via gêneros discursivos, o que vai na contramão do pensamento de Lejeune.

Nesse sentido, o postulado por Lejeune acerca da concepção de autor, narrador, personagem merece uma leitura crítica e problematizadora, considerando as proposições de Bakhtin e Arfuch, por exemplo, pois a *espacialização* do biográfico transcende suas fronteiras e sugere deslocamentos, semelhanças, mutações e transsignificações a partir do “eu” “não coincidente” consigo mesmo (BAKHTIN, In: MORSON, 2008, p.441). Nessas condições o leitor deverá jogar os jogos do equívoco, das armadilhas, das máscaras, de decifrar os desdobramentos, dessas perturbações de identidade (ARFUCH, 2010, p.56), pois, “nem na biografia, nem na autobiografia o eu-para-si (relação consigo mesmo) é elemento organizador constitutivo da forma”. Tanto a biografia quanto a autobiografia são uma “forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida” (BAKHTIN, 2010, p.138-139 e [1979],1982, p. 134) ao afirmar que: “Um valor biográfico não só pode organizar uma narração sobre a vida do outro, mas também ordena a vivência da vida mesma e a narração da nossa própria vida, esse valor pode ser a forma de compreensão, visão e expressão da própria vida.”

Arfuch incorpora aos seus estudos, o pensamento de Bakhtin e o Círculo acerca das relações dialógicas como dinâmica natural da linguagem, da cultura e da sociedade, permitindo-nos pensar que, a constituição do discurso de poder na obra em tela dialoga com os modos de linguagem, de expressão cultural e social da época, consolidando um possível poder com o discurso, na voz do menino-narrador, nos parece ter o “condão de fazer confundir” autor e personagem.

Na obra queiroseana, para além da correferencialidade ao nome empírico do autor, o narrador comunga de uma outridade particular, pois ao compartilhar suas memórias de infância, as relata com um olhar valorativo de um adulto que passou pelo tempo, mas o tempo não apagou suas lembranças e na obra “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” é o menino-narrador que rememora. Ao contrário, ressignificou-as com as tonalidades axiológicas das experiências sociais que lhe permitem pela via literária “a confrontação rememorativa entre o que era e **o que chegou a ser**, isto é, a construção imaginária de “si mesmo como outro” (ARFUCH, 2010, p.54-55; grifo da autora).

Dito isso, retomamos Arfuch quando ela afirma:

É a posição de Mikhail Bakhtin, [...] que permite superar da teoria por meio de uma virada radical da argumentação: não há identidade possível entre o autor e personagem, nem mesmo na autobiografia, porque não existe coincidência entre a experiência vivencial e a “tonalidade artística”. Essa postura assinala, em primeiro lugar, o *estranhamento* de enunciador a respeito de sua “própria” história; em segundo lugar, coloca o problema da temporalidade como um desacordo entre a enunciação e história, que trabalha inclusive nos procedimentos de autorrepresentação. (ARFUCH, 2010, p. 55)

Ao lado de Arfuch e Bakhtin e o círculo, recuperamos Orlandi (1999, p.59) quando nos desafia a pensar que na construção de um discurso de poder, de uma voz que se faz confundir, falamos de memória, mas falamos também de “esquecimentos, de silêncios, de silenciamentos,” pois que esses fazem parte de um jogo de consolidação de uma proposta de poder.

Orlandi (1995, p. 13) afirma que ‘o silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.’

Para Torga (2001), o menino-narrador explicita que no silêncio, e no silenciamento, cabe tudo, pois, ao contrário do que se pensa, esses não são o lugar da falta pela falta, mas do sentido, da significação, porque o silêncio é a “própria condição da produção de sentido. Assim, “ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar. O silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como horizonte e não como falta.” (ORLANDI, 1995, p.70)

Outros enunciados, como os que se seguem, exemplificam as afirmações acima: de que o silêncio constitui o processo não-lingüístico da produção verbal e não-verbal do sentido.

Algumas vezes a curiosidade me instigava, mas, quase sempre, eu me controlava, fugindo para o silêncio, lugar cheio de fantasmas e dúvidas. (Ib., p.11)

... e passou a não fazer nada, a não ser silêncio para ver as abelhas do jardim. Seu olhar firme pescava aquilo que não tinha palavra ainda. (Ib., p.48)

Ela passava os dias conversando com o silêncio. Parecia escutar barulho de asas ou enfiada em responder perguntas do futuro. (Ib., p. 52)

Só era inteiro o meu silêncio. Não revelava para ninguém em que parte do meu corpo a dor doía mais. (Ib., p.91-2)

Ao lado do silêncio e do silenciamento, outra categoria fundamental na constituição de um projeto autobiográfico estão a memória e o tempo, determinante na memória, tem um significado não apenas enquanto calendário, mas como base da memória social: “o tempo da memória é social [...] porque repercute no modo de lembrar.” (CHAUÍ, in BOSI, 1987), mas é, como dito, também individual e a “linguagem é o instrumento decisivamente socializador da memória porque aproxima o passado ao presente” e acrescentamos que o presente indicia o futuro, ou seja, “qualquer memória do passado é um pouco estetizada, a memória do futuro é sempre moral” (BAKHTIN, 2010, p.140). As grandes obras têm o poder de romper com as fronteiras, isto é, “vivem no grande tempo, e além disso frequentemente levam uma vida mais intensiva e plena em sua atualidade” (BAKHTIN, 2010, p.362). Por isso, também, consideramos que a obra queiroseana pertence à grande temporalidade, pois é sempre realocada no presente semântico-enunciativo do leitor, como veremos posteriormente nas análises de enunciados verbo-visuais da obra.

Desse modo, nos seus relatos autobiográficos o menino-narrador fala dos silêncios, dos silenciamentos re-vividos, re-contados na vida familiar, nas relações sociais – escola, igreja, sociedade e no seu rememorar vai refratando a realidade re-contada, pois, como afirma Queirós (2007, p. 36) “só a escrita preserva o passado, o futuro e ressuscita aquilo que parecia sepultado”.

Os relatos autobiográficos constituem o olhar extralocalizado sobre os fatos pessoais que de um certo modo aludem aos fatos sócio-histórico-políticos que povoa(ra)m uma vida, pois apesar da afirmativa de Benveniste (1983, p.73) de que “nunca recuperamos nossa infância, nem o ontem tão próximo, nem o instante que fugiu instantaneamente”.

Esses relatos remetem-nos aos diferentes tempos, quais sejam o tempo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura e indicia para questões como as apontadas por Arfuch (2010, p. 115) quem fala na instância atual do relato? Que vozes de outros tempos- da mesma voz? – se inscrevem no decurso da memória? Quem é o sujeito da história? Tais questões encaminham para a noção de identidade narrativa que por sua vez aponta para o conceito caro a Bakhtin – o ato ético, pois o que reconto é de minha responsabilidade e, ainda mais, não há álibi que me proteja do dito, pensado, relatado pois como afirma Amorim (2012, p.24) “do meu lugar concreto e único, o pensamento e o ser que ele exprime adquirem um valor, uma entonação e deixam de ser mera abstração.”

Dito isso, uma outra questão inquieta: quem é ou está no espaço biográfico de uma autobiografia que revela, refrata um dado fato em um dado tempo e lugar? O conceito de responsabilidade nos indicia que esse eu que fala, é resposta a outros “eus” e encontra, no dialogismo e na ética bakhtinianos, sustentação para determinar esse espaço e esse tempo autobiografados. Ao recontar uma vida, as implicações sócio-histórico-políticas que definem um projeto de poder em uma determinada sociedade revelam as posições volitivo-axiológicas de vozes de outros tempos, da voz atual do relato, dos sujeitos de outrora e de hoje da história.

Na obra em análise, mas ressalte-se que em todas as obras que consideramos como um conjunto de um certo projeto autobiográfico de Queirós, o registro das angústias e alegrias do menino-narrador à procura de afetos negados, perdidos demandam-lhe encontrar seu lugar no mundo. Nela(s) encontramos as vozes sociais da escola, da família, da igreja, da comunidade em que o menino vive e a cultura mineira, em todas as suas esferas de manifestação é muito presente, e em especial a religiosidade.

Acreditamos que ela se reflete em outras obras: “O menino inteiro”, em que ele reconta a história de Jesus, “Escritura” – o episódio da anunciação e do nascimento do menino-Deus, “O livro de Ana” - pela tradição, são chamadas Sant’Ana Mestra - as imagens de uma mulher carregando um livro nas mãos e acompanhada por uma criança – a criança, no caso, seria a Virgem Maria, mãe de Jesus, e a mulher, sua mãe, conhecida por Sant’Ana. A imagem também é considerada um símbolo da pedagogia. E isso ocorreu depois de uma visita que ele fez ao museu de Sant’Ana mestra, em Tiradentes, de uma colecionadora mineira e passou a imaginar o que estaria escrito no livro que a santa carrega.

4 Faltas e perdas: vida recontada ou recuperada?

As categorias analítico-interpretativas para tal empreitada estão nos gêneros discursivos e a estrutura composicional, o estilo e o conteúdo temático, bem como o cronotopo, a extralocalização, o autor e herói e as relações dialógicas, em especial, entre os discursos.

Dito isso, faço um pequeno recorte, que não pretende ser uma análise filigranada, mas um “tubo de ensaio” que vai indiciar, iluminado pela teoria, num movimento constante de luz e sombra, os caminhos analíticos posteriores e para isso tomo pequenos enunciados da obra.

Em “Ler, escrever e fazer conta de cabeça”, o menino-narrador externa sua dor pelas faltas, que povoam sua vida, ao senti-las se consubstanciarem quando da ausência definitiva, pela morte, da mãe e assim diz: “a casa ficou maior e cheia de silêncio (...) No nada cabe tudo.” (QUEIRÓS, 1996, p.101)

Outra marca mostrada é a falta (do que não teve ou do que perdeu) – tema das obras que constituem o seu possível projeto autobiográfico. Ao final da obra, no penúltimo parágrafo ele assim se expressa: “A casa ficou maior e cheia de silêncio. Tudo parecia se esforçar para não acordar quem deveria dormir por toda a vida. O vazio ocupou, tanto, o quarto de minha mãe que meu pai dormia na beiradinha da cama, como se empurrado pelo novo morador. [...] no nada cabe tudo.” (QUEIROS, 1996, p. 101)

Assim, “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” construída poeticamente com a memória, reconta o vivido que foi esquecido para ser lembrado em que as imagens das experiências do passado - família, escola, vizinhos, amigos, brincadeiras, faltas, silêncios que, fragmentários, (TORGA, 2001) vão possibilitando o desvelamento da tessitura de um possível projeto de poder nas esferas político-econômica e educacional de então. As vozes presentes ausentes nessa narrativa queiroseana vão sendo ouvidas, à medida que o narrador,

nas suas memórias, vai permitindo, nesse pacto com o leitor, o desvelamento de um projeto de poder de outrora que de um outro modo, com outras representações, outras imagens, riscos procuraram impor modos discursivos autocráticos de poder. As estratégias utilizadas pelo menino-narrador nos remetem ao que defende Bakhtin (2010, p. 140) em: “Em nossas lembranças habituais do nosso passado, o frequentemente ativo é esse outro, em cujos tons axiológicos recordamos a nós mesmos (nas lembranças da infância é a mãe encarnada em nós).”

E para iniciar as reflexões acerca das relações de um possível projeto autobiográfico em que o poder do discurso e o discurso do poder se manifestam ou são aludidos nessa mesma obra, temos a reprodução da capa da obra em que a imagem de um menino em ambiente escolar indicia, na esfera educacional, um projeto de nação:

Figura 1. Capa



Fonte: QUEIRÓS, 1996.

Recuperando o dito por Barthes (1984, p. 13), entendemos que a fotografia se multiplica, resume, concede à memória uma precisão e uma verdade visuais. Por ela se guarda a memória do tempo e a evolução cronológica. Contudo, “o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”. Nela, uma cena rápida é imobilizada e pela memória será refeita, possibilitando o reconstituir, o repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Barthes (1984) afirma que a fotografia não fala do que não é mais, mas, apenas, daquilo que foi. E novamente uma das questões suscitadas acima volta aqui ao se procurar ouvir as vozes silenciosas e silenciadas na imagem: quem é ou está no espaço biográfico de uma autobiografia que revela, refrata um dado fato em um dado tempo e lugar?

Se o tema que presente no projeto autobiográfico é a perda, a falta, em “Ler, escrever e fazer conta de cabeça” ele se desdobra na perda, na falta, nos silêncios e silenciamentos que a esfera educacional. De um certo modo, impõe ao menino.

O enunciado (1) abaixo, relacionando-o à imagem da capa reproduzida na figura 1, explicita, pela voz do menino-narrador, na esfera educacional o que seria um projeto político-econômico de nação e, portanto, caberia à escola, no seu projeto pedagógico, considera como, também, importante para que aquele projeto de nação fosse consolidado. Isto vai sendo confirmado, também na esfera familiar, com o pensamento e desejo do pai:

(1) Parecia muito pequeno o ideal de meu pai, naquele tempo, lá. A escola, onde me matriculou também na caixa escolar – para ter direito a uniforme e merenda – **devia me ensinar a ler, escrever e a fazer conta de cabeça. O resto, dizia ele, é só ter gratidão, e isso se aprende copiando exemplos** (QUEIRÓS, 1996, p.7)

Ou ainda

(2) Um pesar estrangeiro andou atordoando meu pouco entendimento. **Ir para a escola era abandonar as brincadeiras sob a sombra antiga da mangueira; era renunciar o debaixo da mesa resmungando mentiras com o silêncio; era não mais vistoriar o atrás da casa buscando novas surpresas e outros convites.** (Ib., p.8) (grifos nossos)

No enunciado (2), destaca-se o ideal de subserviência quando o pai afirma como sendo importante para o menino, e já uma alusão ao que o menino-narrador observa, sente no decorrer da obra. A escola que ele estaria prestes a frequentar lhe possibilitaria “desamarrar os nós, entrar em acordo com o desconhecido, [mas ele deveria apenas] **abrir o caderno limpo e batizar as folhas com a sabedoria da professora**, diminuir o tamanho do mistério...” (Ibidem, p.8) (grifo nosso). Novamente aqui no jogo das palavras e intenções, no jogo ideológico de reafirmar um poder em discurso, uma alusão à construção de um projeto de nação. No enunciado seguinte, também em grifo nosso, demonstra como o perseguir um ideal de nação, de desenvolvimento colocava em segundo plano ou silenciava as atividades que também proporcionariam ao menino, o processo de aprendizagem, mesmo que fora das esferas formais, quais sejam, a escola, a igreja entre outros.

Em outro momento da narrativa de Queirós, o menino-narrador fala sobre os vidros vazios que ele juntava. Esses vidros vazios são uma alusão ao ideário pedagógico daquela época: à escola e ao professor cabiam a incumbência de “encher os vidros vazios” que eram os alunos. O aluno recebe de fora o saber que está no professor. Ao vender os vidros e o ato de guardar o dinheiro alude à concepção de acumular riqueza, que era (é) o que o capitalismo sutilmente difunde, estimula (ainda que nas mãos de poucos).

Quando o depois ficava impreciso e o medo das portas não se abrirem me encurralavam, eu buscava meus vidros vazios. [...] Assim limpos, eu os vendia para o Dr. Eugênio, na farmácia. Guardava o dinheiro, por muitos dias, na gaveta do guarda-roupa. E quando o medo apertava, eu contava, somava, dividia, sem saber decidir nada. (QUEIRÓS, 1996, p.64-65)

Os enunciados acima refletem e refratam o eternizado pela reprodução da fotografia da capa do livro em questão: o ideário político-econômico desenvolvimentista que também se faz presente na esfera familiar, educacional e é aludido desde sua capa e nas falas do menino-narrador, no desejo do pai, na concepção de batizar as folhas em branco do caderno como saber da professora, bem como encher os vidros vazios. Nesse momento relembramos Furtado (1964) quando a partir de 1930 teve início a desarticulação da velha estrutura agrária semifeudal, que servia de sustentáculo ao sistema político. Com a decadência das atividades agrícolas de exportação e o desenvolvimento de um setor industrial urbano, surgiram novas bases para a atividade política.

Dito isso, o que depreendemos, na narrativa queiroseana em tela, é que a demanda social da educação, a partir de então veio como resultado da reestruturação da sociedade brasileira, que passava de um sistema semifeudal para o capitalista, provocando uma aceleração do crescimento demográfico e do processo de urbanização e a população ligada à lavoura se dirige aos centros urbanos. Assim considerando, nesse quadro dar conta das novas relações capitalistas - a concorrência do mercado de trabalho e mão de obra mais qualificada, de um lado, e de outro novas relações de consumo, novas relações sociais: forças de produção x forças de exploração econômica - era mais que uma necessidade para as camadas populares que um também novo projeto de educação fosse implementado. Era determinante para um projeto desenvolvimentista. Tais novas relações sociais estão fartamente aludidas em Queirós (1996, p. 7), no enunciado: “A escola, onde me matriculou também na caixa escolar – para ter direito a uniforme e merenda – devia me ensinar a ler, escrever e a fazer conta de cabeça”.

A leitura e a escrita surgiram, então, como pré-requisito que atenderia às exigências dessa nova ordem econômica: a dimensão da escrita e do fazer conta como atividades contábeis. A escrita como modalidade da língua que registra: recordemos dos antigos guarda-livros - aqueles homens que cuidavam da escrita contábil das empresas. Cobia, por isso, à escola e ao professor, agência e agente encarregados de produzir ou reproduzir os saberes e práticas que legitimassem as relações de produção que caracterizam o capitalismo: promover o ensino do ler, do escrever e do fazer conta de cabeça, que muito providencialmente retrata o projeto político, educacional, social de então.

Segundo Lourenço Filho (1978, p.23) “o ensino assim passava a ser visto como instrumento de construção política e social.” Consequência dessas novas relações de poder em todas as esferas das atividades nessa época, a arte, no caso a literatura, é “la posibilidad de iluminar zonas dormidas, negadas, reprimidas, y estimular, em sus destinatários, um processo creativo em términos de imagination y autorreflexión” (ARFUCH, 2015). Desse modo o menino-narrador, no seu recontar, vai iluminando, com o memorado, esses lugares nebulosos, em que a subserviência é exaltada e considerada sinônimo de eficiência, eficácia e fidelidade e até de felicidade. Não bastasse isso, até o suprimento das necessidades

básicas se dava e girava em torno da figura daquele que detinha o poder de oferecer o conforto, o melhor para aquela família. E era a promessa de um éden o que se vislumbrava nas diferentes esferas de poder:

Dr. Jair visitou minha mãe, (...). Ele falou foi muito de riqueza e de como contava com o trabalho de meu pai, seu melhor empregado, capaz de carregar água em peneira. (QUEIRÓS, 1996, p. 12)

Ele dizia ser o Dr. Jair, seu patrão, como uma cobra: mordida e soprava. (Ib., p. 12)

Trabalhava dia e noite, estrada afora, vencendo lama e poeira, regressando cansado, lastimoso, e ainda carregando água na peneira, escondido de todos. (Ib., p. 13)

E se a falta aumentava demais, “fazer macaco” se tornava a melhor solução. Ia-se à cooperativa – um armazém grande cheirando a bacalhau com sabão – onde forneciam mantimentos para os operários da fábrica, e só descontavam no pagamento do fim do mês. (Ib., p. 89)

Na esfera das relações de trabalho, o Dr. Jair representava o detentor do poder econômico, que enquanto visitava a mãe enferma, cobrava eficiência, fidelidade – mordida e assoprava; o pai, a subserviência levada às últimas consequências, quando seria capaz de carregar água na peneira. E em outro enunciado, o irmão mais velho do menino se recusa a trabalhar no banco do Brasil, emprego que conferia status e poder naquela época, o pai o repreende afirmando: (...). e meu pai trancou a cara, dizendo: “— Desfeita feia vou fazer ao Dr. Ovídio. Tanta gente querendo, e esse ingrato jogando rio abaixo a sorte” (QUEIRÓS, 1996, p. 86).

Na esfera educacional, o que se percebe na voz do menino-narrador é a confirmação desse projeto de poder hegemônico e subserviente para aqueles que adentravam aquele espaço do saber linguístico, os lugares dos sentidos, pois o professor era o autorizado nos saberes, em que esses e as práticas são instrumentos da legitimação social. Explicam e normatizam os valores dos lugares sociais, legitimam a instituição para que ela se perpetue. Cabe à escola, enquanto elemento da superestrutura oferecer - como bem de consumo - a cultura, através do ler, escrever e fazer conta de cabeça, contudo o menino pelas circunstâncias vividas subverte o prescrito socialmente. E os enunciados a seguir exemplificam esse poder hegemônico que ele subverte:

(1) A escola (...) devia me ensinar a ler, escrever e a fazer conta de cabeça. O resto, dizia ele, é só gratidão, e isso se aprende copiando exemplos. (QUEIRÓS, 1996, p. 7)

(2) **Um dia, muito de repente, abri o embrulho. Olhei e li, lentamente, morfina.** Um pavor frio tomou conta da minha barriga inteira. Uma vontade de correr, sumir no mundo, de me confessar com o Padre Viegas, me agarrou. Pedir uma penitência de três terços por ter ido longe demais, ter invadido o mundo, sem a professora. A palavra morfina me levou a muitos lugares e a outros exílios. (Ib., p. 35-36) (grifo nosso)

(3) Na cozinha, eu descobria, olhava, somava e dividia de cabeça, vigiando para não levar manta. (Ib., p.42)

(4) O senhor Quebrantino, pai das moças mais chiques que trabalhavam na fábrica de tecido, nos ajudava comprando o macaco. O premente lá em casa era remédio para dor. **Com esse tipo de negócio – comprar e vender – perder era para mim também ganhar. Isso me facilitou a aprender, sem esforço de memória, que menos com menos dava mais e que a Matemática também tinha suas conveniências** (Ib., p. 89-90) (grifo nosso)

(5) **Dividir foi minha primeira ocupação. Desde o princípio eu fazia contas de cabeça.** Sem sacrifícios, ou dificuldades, bastava meus olhos encontrarem o pão sobre a mesa da cozinha, para saber o pedaço que caberia a cada um de nós (Ib., p. 90) (grifo nosso)

(6) **Quando a professora ditava os problemas, eu respondia sem sombra de dúvidas. Ovos, bananas, laranjas, léguas, tudo eu sabia dividir, somar, multiplicar, subtrair.** (Ib., p. 91) (grifo nosso)

(7) ... eu desconfiava ser a escola um lugar de muito respeito (...) A professora, (...) a mulher mais respeitada do lugar. (Ib., p. 9)

(8) O giz, em sua mão, mais parecia um pedaço de varinha mágica de fada, explicando os mistérios. E, se economizava o quadro, para caber todo o ponto, nós também aproveitávamos bem as margens do caderno, escrevendo nas beiradinhas das folhas. (Ib., p. 45)

(9) A professora decidia sobre os ensinamentos importantes, consultando seu caderno de plano de aula com capa de papel de presente. Lá em casa a confiança na professora era muita (...) (Ib., p. 49-50)

(10) Escrever, eu já andava rabiscando mesmo antes de entrar para a escola. Escrevia nas paredes do galinheiro, no cimento do tanque ou no passeio da rua. Arranjava um pedaço de carvão, de tijolo, de caco de telha, pedra de cal. Minhas irmãs me pediam para traçar amarelinha no quintal. Eu caprichava. Usava uma vareta de bambu sobre a terra batida. Além de fazer as casas bem quadradas e certas, ainda escrevia os números e as palavras céu e inferno. (Ib., p. 40-41)

De um lado, em (1), (7) e (9), o discurso das instâncias de poder legitimador de um projeto de nação e de outro, em (2),(4), (5), (6) e (10), sob o olhar avaliativo do menino, um discurso interiormente persuasivo, remetendo-nos à polêmica velada em Bakhtin (2015, p.224): “a polêmica velada está orientada para um objeto habitual, nomeando-o, representado-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto”, pois o menino-narrador aprende a ler soletrando as palavras de um medicamento que chega para aplacar as dores da mãe, e revela a ele suas dores pelas faltas presentes e futuras. Desvela-lhe que para ser amado, grato, ser e ter cidadania, bastava copiar modelos, preencher o caderno com os ensinamentos da professora que decidia sobre o que era importante.

Tudo eu fazia, mesmo com sofrimento, para ser amado. E a obediência era uma condição. Mas o amor compensava tudo. Ele chegava num pedaço de doce a mais, num olhar mais prolongado acariciando o coração, num ‘vai com Deus’ na saída para a escola, num quadro de Anjo-da-Guarda na cabeceira a cama, num pente fino pelos cabelos procurando piolhos, numa história de outro mundo contada na beira do fogão. (QUEIRÓS, 1996, p. 11) (grifo nosso)

Chama-nos a atenção o uso dos tempos verbais no imperfeito quando o menino se refere ao que a escola devia proporcionar, ensinar, e de outro lado, suas ações são reafirmadas pelo perfeito simples em (2), (4), ou infinitivo (5), (6) e (10).

Todas as citações nos acionam o que Althusser denomina de aparelhos ideológicos do estado, em que a escola é um deles. Tanto assim que na citação (8) podemos afirmar que temos a síntese do papel da escola: varinha mágica que, em sendo uma metáfora de giz, constitui-se uma alusão ao poder que a professora possui de fazer a “mágica” de tornar conhecido o desconhecido, de destramar as janelas

apresentando o a ser. Como toda palavra que não é neutra, nas palavras do menino-narrador, uma palavra habitada, mas atravessada por esses discursos que fizeram parte dele. É o que está aludido, também, nos enunciados abaixo:

Ser obediente demandava muito sacrifício. Não por natureza, mas por conveniência eu crescia obedecendo. Cumpria, de maneira exemplar, todos os deveres de filho, de aluno, de colega, sem acrescentar resmungos. Comia com a boca fechada até quebra-queixo ou puxa-puxa; dormia cedo mesmo sem sono, não escutava conversa de adultos, escrevia com a letra bonita; carregava simpatia no pescoço sem reclamar, não perguntava como carregar água na peneira, não jogava conversa fora. (queirós, 1996, p. 10-11)

... ter invadido o mundo sem a professora. (Ib., p. 36)

A professora gostava de vestido branco (...) Ninguém tinha maior paciência, melhor sabedoria... (Ib., p. 44-7)

A professora decidia sobre os ensinamentos importantes, consultando seu caderno de plano de aula com capa de papel de presente. (Ib., p. 49-50)

“Também a professora tinha voz doce e lisa que passava a morar dentro de nós. (Ib., p. 52)

Assim, sem alarde, a escola ia nos ensinando a liberdade de ser muitas coisas, apagando o medo de não vencer o depois. (Ib., p. 74)

Outra instância desse poder do discurso, como mantenedor do poder que visava ao projeto econômico do país à época, ainda que a esfera religiosa e a esfera política afirmem o distanciamento entre uma e outra e que assim seria, pois o estado é laico, está presente na voz do menino-narrador, e como dito, muito presente na cultura mineira:

Não longe de minha casa havia um Centro Espírita. Nas aulas de catecismo a catequista dizia que, só de passar na porta o inferno está garantido, principalmente para quem tinha sido batizado na Santa Madre Igreja, Católica, Apostólica, Romana (Queirós, 1996, p. 16)

Fui escolhido pelo vigário para ser apóstolo na cerimônia do lava-pés. Passei a tarde com os pés mergulhados na bacia de água morna, com medo do Cristo me chamar de santo dos pés sujos. O vigário pingou umas gotas minguadas de água fria no peito do meu pé. Enxugou mais ou menos, com uma toalha branca, e deu um beijo de longe. Coisa mais sem graça. Não chorei mesmo sabendo ser a Semana Santa uma época de choro. Na procissão do encontro o padre tinha que tirar lágrima da cidade inteira, para ser considerado bom pregador e se convidado para o próximo ano, e ganhar sua espórtula. (Ib., p. 25-26)

Não passava na rua de cima, onde viviam as mulheres de unhas pintadas de vermelho. Até a procissão do encontro, na Semana Santa, mudava de direção para proteger os fiéis das tentações. O demônio andava solto por lá, afirmou. Escutei a conversa e me senti tranqüilo. Se o demônio estava sempre lá, eu não corria o perigo de encontrá-lo por aqui. Diziam aparecer bem vestido, com ares de moço rico, bonito, pronto para enganar qualquer coração. Eu pensava nos viajantes descendo das jardineiras. (Ib., p.56-57)

Por outro lado, o desenvolvimento desejado nem sempre se efetivava e na citação que se segue há alusão às restrições ao emprego, à mão-de-obra que não era absorvida pela indústria e trabalhar no Banco do Brasil seria garantia de futuro e nada melhor que a época das eleições para reafirmar as promessas de desenvolvimento pretendidas:

O Doutor Ovídio de Abreu vinha de vez em quando, e eu sabia ser tempo de eleições. O boato de sua chegada corria mais depressa que cachorro doido. Uma fileira imensa se

formava em frente à porta de sua casa, na rua direita. Eram os pais e mães pedindo colocação para os filhos no banco. Se ele era o dono do Banco do Brasil, eu não sabia. Acompanhei meu pai em sua casa. Pediu para o José trabalhar no banco. Já era tempo, e o menino precisava cuidar do futuro, explicou. (QUEIRÓS, 1996, p. 86)

Dando continuidade, o que se depreende é que as diversas esferas de atividade em que as agências de socialização se inserem - a escola, o professor e acrescentemos a Igreja, a família, a comunidade do menino-narrador – segundo Campos (1988) respondiam às exigências daquele projeto de poder desenvolvimentista do capitalismo vigente em que a reprodução dessas agências eram garantia da manutenção da força de trabalho, bem como essas agências seriam legitimadoras de uma “dominação burocrática da organização capitalista”, mormente na esfera educacional.

Outros enunciados exemplificam e corroboram o olhar extralocalizado e avaliativo do menino sobre o que o cercava todo o tempo o conteúdo temático da obra, e diríamos de cada conjunto de enunciados, ao aldo de um estilo queiroseano de dizer vao configurando, revelando um projeto de discurso que precisa reproduzir, mas principalmente, subverter aquele projeto desenvolvimentista. Isto se materializa nas ações, nas exigências daquela esfera em que o menino deve e está inserido:

No primeiro dia de aula a gente recebia de Dona Orozina – diretora da escola – um retalho de brim azul-marinho e outro de fustão branco [...].

Ela deixava um bolso na camisa, do lado esquerdo, sem serventia nenhuma. O lápis, a borracha, o apontador – ainda sem dentes – iam no estojo de madeira, com tampa corrediça. Mas o bolso trazia o maior orgulho por diferenciar os meninos das meninas. Meu coração, atrás do bolso, batia espantado, soletrando as certezas. As meninas usavam um laço de fita no cabelo. Quanto mais larga a fita e maior o laço e mais brilhante o cetim, mais rico o berço da menina. Taninha usava uma fitinha aproveitada de algum embrulho de presente. Também, o berço lá em casa era o canto da cama dos pais. (QUEIRÓS, 1996, p. 19)

Desse modo, a narrativa queiroseana alude tanto à atividade mercantilista e à escola, a quem cabia o papel de reprodução das condições sociais, das relações de sociais que separavam e diferenciavam meninos e meninas, pelo uniforme, pela fita no cabelo, em que a mais valia é fundamental para a sustentação do capitalismo, quanto à presença de forças contraditórias destas práticas escolares: o menino que já entra para escola sabendo ler, escrever e fazer conta de cabeça, porque as experiências extramuros lhe credenciaram a essas competências, mas não podia, revelando seu saber não formalizado, romper com o poder estabelecido, porque foi matriculado na escola para aprender a ler, a escrever e a fazer conta de cabeça, a respeitar aquela que era a mais respeitada e que detentora dos saberes institucionalizados. As metáforas que o menino utiliza, refratam esse projeto de poder vigente – apesar da escola ele lia, escrevia e fazia conta de cabeça:

Um dia, muito de repente, abri o embrulho. Olhei e li, lentamente, morfina. Um pavor frio tomou conta da minha barriga inteira. Uma vontade de correr, sumir no mundo, de me confessar com o Padre Viegas, me agarrou. Pedir uma penitência de três terços por ter ido longe demais, **ter invadido o mundo, sem a professora. A palavra morfina me levou a muitos lugares e a outros exílios.** (QUEIRÓS, 1996, p. 35-36)

Antes de entrar para a escola, eu sabia contar e dar o preço. Vivia passando um rabo de olho na carteira de meu pai, ou recontando o dinheiro da venda de vidros vazios. (id., p. 82) (grifos nossos)

5 Considerações finais

Os relatos do menino-narrador, explicitados nos enunciados recortados e analisados acima, constituem o olhar extralocalizado sobre os fatos pessoais que de um certo modo aludem aos fatos sócio-histórico-políticos que povoa (ra) m uma vida, pois apesar da afirmativa de Benveniste (1999, p. 73) de que “nunca recuperamos nossa infância, nem o ontem tão próximo, nem o instante que fugiu instantaneamente”, esses relatos remetem-nos aos diferentes tempos, quais sejam o tempo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura.

E em Arfuch (2015, p. 1), temos que no resgate de suas memórias, o menino-narrador possibilita-nos “iluminar zonas dormidas, negadas, reprimidas y estimular, em sus destinatários, um processo creativo em términos de imaginación y autorreflexión.” O que parece uma narração da vida de um menino que tem na falta e nas perdas, o cerne de toda a trama, é iluminador do que foi um tempo e, de um certo modo, lança luzes sobre as sombras que se fazem presentes também na contemporaneidade, ainda que os projetos de poder sejam diferentes, mas sejam os mesmos, vendendo, reafirmando e propagando a importância das relações de subserviência como determinantes de um determinado projeto de poder nas diversas esferas, mediado pelo poder do discurso e ou discurso do poder.

Referências bibliográficas

- ACHARD, Pierre; et al. **Papel da memória.** Trad. Nunes, José Horta. Campinas: Pontes. 1999.
- ARFUCH, Leonor. Memoria, testimonio e autoficción. Narrativas de infância em dictadura. **Kamchatka. Revista de análisis cultural.** v. 06, 2015, p. 817-834.
- ARFUCH, Leonor. **Memoria y autobiografía** – explorações em los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.
- ARFUCH, Leonor; ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010
- BAKHTIN, Mikhail. **Hacia una filosofía del acto ético.** De los borradores Y otros escritos. Comentários de Iris M. Zavala y Augusto Ponzio, San Juan: Universidade de Puerto Rico; Rubí (Barcelona): Anthropos, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Maria Emsantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernardini. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1984.

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística general II**. 15 ed. México: Siglo veintinuno, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. São Paulo: Ed. T. Queiroz, 1979.
- CAMPOS, Edson Nascimento. **Memória e escola**: a produção de sentido na redação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1988. 233f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DOSSE, Françoise. **La apuesta biográfica** – escribir una vida. Trad. Joseph Aguado Y Concha Miñana. Valencia: PUV, 2007
- LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico**. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria C. Guedes. Belo Horizonte: editora UFMG, 2014.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da escola nova**. 13. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos. 1978.
- MORSON, Gary Saul. **Mikhail Bakhtin**: criação de uma prosaística. Gary Saul Morson; Caryl Emerson; Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. **Ler, escrever e fazer conta de cabeça**. Belo Horizonte: Miguilim, 1996.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. ... das saudades que não tenho. Abramovich, Fanny (org.) – **O mito da infância feliz**. Summus, São Paulo, 1983.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Trad. Ivone C. Benedetti. 1. ed.. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- TORGA, Vânia Lúcia Menezes. **O movimento de sentido da alusão**: uma estratégia textual da leitura de *Ler, escrever e fazer conta de cabeça* de Bartolomeu Campos Queirós. Belo Horizonte, 2001. 98f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Faculdade Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

SITES:

- BARTOLOMEU Campos de Queirós.... das saudades que eu não tenho. In: **ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3915/bartolomeu-campos-de-queiros> . Acesso em: 08 ago. 2016. Verbete da Enciclopédia.
- MITIDIARI, André Luis. Da produtividade dialógica no espaço biográfico. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 140-156, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v8n1/a09v8n1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016

Página intencionalmente deixada em branco

Citação e exemplo como estratégias retóricas nas epístolas de Sêneca

Zilda Andrade Lourenço dos SANTOS (UFES)

zilda.little@gmail.com

Resumo: Com base nos pressupostos teóricos sobre argumentação, a partir das contribuições de Aristóteles, esta pesquisa procura observar os registros linguísticos auxiliares na persuasão do discurso, através do gênero epistolar, na produção da coleção de epístolas de Sêneca, escritor romano, dirigida ao seu amigo Lucílio, no primeiro século de nossa era. Os recursos retóricos analisados são relacionados às citações e exemplos como estratégias argumentativas. A análise do discurso, de base enunciativa, contribui para a identificação dos efeitos da heterogeneidade enunciativa no discurso. A citação faz introduzir a voz do outro na enunciação, de acordo com o posicionamento discursivo do enunciador, promovendo o entrecruzamento entre discursos constituintes. A força persuasiva do exemplo funciona no discurso em instâncias distintas. Por um lado, o efeito do exemplo histórico, segundo Aristóteles, atua no raciocínio indutivo. Por outro lado, acrescenta-se também o exemplo pessoal, em virtude de este permitir ao enunciador trazer para o discurso fato ocorrido de sua própria experiência, para servir de exemplo aos seus destinatários, contribuindo como forma de identificação do próprio *ethos* no discurso. Assim, as estratégias de recursos retóricos, citação e exemplo, atuam na interação entre os três elementos do discurso, *ethos*, *lógos* e *páthos*, com a finalidade de alcançar os propósitos da argumentação.

Palavras-chave: Sêneca; Epístola; Retórica; Citações; Exemplos.

Abstract: Based on the theoretical presuppositions on argumentation, from the contributions of Aristotle, this research tries to observe the auxiliary linguistic registers in the persuasion of the discourse, through the epistolary genre, in the production of the collection of epistles of Seneca, Roman writer, addressed to his friend Lucílio, in the first century of our era. The rhetorical resources analyzed are related to citations and examples as argumentative strategies. Discourse analysis, with an enunciative basis, contributes to the identification of the effects of enunciative heterogeneity in discourse. The citation introduces the voice of the other in the enunciation, according to the discursive positioning of the enunciator, promoting the intersection between constituent discourses. The persuasive force of example works in discourse in distinct instances. On the one hand, the effect of historical example, according to Aristotle, acts on inductive reasoning. On the other hand, the personal example is added, because this allows the enunciator to bring to the discourse a fact that has occurred from his own experience, to serve as an example to his recipients, contributing as a way of identifying the *ethos* itself in the discourse. Thus, the strategies of rhetorical resources, citation and example, act in the interaction between the three elements of discourse, *ethos*, *lógos* and *páthos*, in order to reach the purposes of the argumentation.

Keywords: Seneca; Epistle; Rhetoric; Citations; Examples.

1 Introdução

A referência ao poder do discurso induz à ideia da importância do papel da argumentação na enunciação e seus efeitos no transcorrer da organização do discurso. Neste trabalho, destaca-se a figura de Sêneca, um personagem em evidência, na Antiguidade. Algumas de suas estratégias retóricas, na produção de sua coleção de epístolas, são observadas e analisadas a partir de pressupostos que têm suas origens nas formulações teóricas de Aristóteles. Sêneca nasceu aproximadamente no primeiro ano de nossa era, originário de Córdoba, uma província hispânica na época do império romano. Ele recebeu sua formação em Roma, tornando-se hábil para militar no campo da filosofia, literatura e política. Como poeta, escreveu várias tragédias, sátira; no campo da política, integrou o senado romano e a partir de 54 d.C. tornou-se o tutor do imperador Nero; na área da filosofia escreveu vários tratados, destacando-se como continuador da filosofia estoica. Ao retirar-se da vida política, dedicou-se à filosofia com exclusividade. Dos anos 63 d.C. até antes de sua morte em 65 d.C., produziu sua obra filosófica de maior repercussão, lançando mão do gênero epistolográfico. Suas epístolas são dirigidas ao seu amigo Lucílio, procurando convencê-lo da importância da filosofia estoica como instrução e direção de uma vida sábia.

O uso de dois argumentos retóricos, citações e exemplos, são identificados nas epístolas de Sêneca de formas distintas, de acordo com os propósitos do discurso. Por um lado, as citações de máximas e versos de poemas funcionam como forma de introduzir a voz do outro no discurso, para fortalecer e dar sustentação ao que está sendo dito. Por outro lado, o exemplo tem uma força persuasiva e seu uso é recomendado por Aristóteles, na obra *Retórica*, como modelo a ser imitado.

Maingueneau atesta que um discurso é constituído no interior do interdiscurso, isto é, outros discursos formam uma camada de base para a formação de um novo discurso. Desse mesmo modo, Maingueneau afirma que ao se fazer referência à constitutividade do interdiscurso, significa dizer que “um discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos” (MAINGUENEAU, 2007, p. 120). É nessa perspectiva que Maingueneau desenvolve uma abordagem sobre a heterogeneidade dos discursos, com base na verificação de que, na enunciação, a heterogeneidade pode ser mostrada, quando sua manifestação é explícita sob variadas formas. No caso de ausência de visibilidade da heterogeneidade, esta é considerada constitutiva por operar no plano do interdiscurso (MAINGUENEAU, 1997, p. 75).

Os recursos retóricos, citação e exemplo, são introduzidos no discurso como forma de heterogeneidade discursiva e contribuem para o poder da persuasão no discurso, como observado na escrita das epístolas de Sêneca a Lucílio.

2 Citações de máximas e versos nas epístolas de Sêneca a Lucílio

As citações comparecem em determinados gêneros de discurso de acordo com a imagem que se constrói do leitor, segundo Maingueneau, o leitor modelo. No desenvolvimento de seus postulados sobre heterogeneidade enunciativa, Maingueneau afirma que o responsável pela enunciação, na qualidade de citante da voz que ressoa de um lugar de autoridade, remete-se a um locutor ausente que garante a validade da enunciação. Quem identifica a autoridade da voz citada é a coletividade que compartilha certos enunciados fundadores de um determinado posicionamento discursivo (MAINGUENEAU, 1997, p. 100).

Macedo, em sua tese sobre este tema, adverte que para se perceber a função de uma citação é também indispensável levar em conta o contexto em que ela está inserida (MACEDO, 2012, p. 40). Nota-se que, para quem cita, é importante projetar no público alvo, a quem a obra se dirige, a própria capacidade e habilidade de uso de fontes valorizadas, fato este identificável na produção dos discursos de Sêneca, em suas epístolas.

Das muitas fontes que contribuem para essas concepções de noção de citação, destacam-se as que são identificadas na composição dos estudos de Bakhtin (2004). O conceito de citação apresentado por este autor pode ser considerado como demonstração de um ícone do entendimento do dialogismo na linguagem: “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN, 2004, p. 144). De acordo com esta constatação, Bakhtin distingue duas tendências mais evidentes em relação ao discurso citado. Em primeiro lugar, pode haver o destaque do discurso citado que congrega a força de sua autonomia, definindo sua importância e papel na cena enunciativa. Em segundo lugar, a voz do que enuncia pode ser confundida com a voz do que é citado. Em concordância com esta primeira tendência apontada por Bakhtin, Charaudeau acrescenta ainda, que no modo argumentativo do discurso, a citação “consiste em referir-se, o mais fielmente possível, às emissões escritas ou orais de um outro locutor, diferente daquele que cita, para produzir na argumentação um efeito de autenticidade” (CHARAUDEAU, 2008, p. 240). Nessa perspectiva, Charaudeau ainda ressalta que a citação funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber.

O modo de citar apresenta certas nuances de acordo com o tipo de discurso, ou mesmo em detrimento de diferenciados posicionamentos que podem ser assumidos na cena enunciativa. É nesse sentido que Bakhtin pondera que “o discurso retórico, diferentemente do discurso literário, pela própria natureza da sua orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem” (BAKHTIN, 2004,

p.153). No desenrolar de suas considerações, Bakhtin aponta a importância da comunicação sócio verbal na transmissão do discurso de outrem, pois existe influência das forças sociais na apreensão do discurso.¹

Partindo desses princípios que auxiliam na identificação do fenômeno da citação na heterogeneidade da linguagem, deve-se ressaltar também a sustentação da concepção do discurso como produto do interdiscurso, sendo este constituído pela relação entre os discursos.

A seguir, por meio da análise de textos de epístolas de Sêneca, que contêm citações diferenciadas, procura-se observar como o discurso do outro é assumido em seu próprio discurso e que ressonâncias essas vozes trazem para a enunciação; em suma, que significados trazem para a enunciação a presença do outro como uma voz que se manifesta com uma determinada finalidade, por parte do enunciador que articula sua própria fala com a do outro; que efeitos discursivos resultam do atravessamento de outros discursos constituintes, em que cada um tem a sua autonomia, mas contribuem na promoção dos sentidos pelo fenômeno de sua presença em outro discurso, como no caso dos discursos religioso, filosófico e literário.

Nas citações de Sêneca é frequente o uso de máximas com objetivos argumentativos. De acordo com a abordagem de Aristóteles, na obra *Retórica*, os entimemas e exemplos são constituintes do corpo da retórica, e a máxima pode ser vista como premissa ou conclusão de um entimema. Isto implica dizer que quando é colocada uma conclusão em uma máxima, esta se torna um entimema. Aristóteles fornece o seguinte exemplo de um entimema originado de uma máxima: “Não há homem que seja inteiramente feliz, não há homem que seja livre, porque o homem é escravo da riqueza ou da fortuna” (*Retórica*, II, 1394b). A primeira parte deste enunciado é uma máxima, porém, o acréscimo desta conclusão torna-a em entimema.

Outro aspecto que Aristóteles aborda sobre o valor do uso da máxima é o seu caráter ético. Verifica-se então que as máximas revestem-se de uma função de aplicação moral no discurso (*Retórica*, II, 1395b). O termo máxima é uma tradução de *gnóme* do grego (γνώμη), conforme a escrita de Aristóteles² na obra *Retórica* e tem sentido de declaração, opinião ou afirmação. Na retórica latina o termo *gnóme* é traduzido como *sententiae*, como informa Quintiliano³ (*Inst. Or.* VIII, 5, 3). Dinter expõe que “*Sententiae* são tidas como pontos-alto de arte retórica e vistas como o legado mais duradouro do autor, além disso, são extraíveis e incorporáveis em novos textos literários”. Este autor ainda acrescenta: “as *sententiae* ajudam a construir uma base ética plausível para a apresentação da visão do autor” (DINTER, 2015, p. 52). Em suas pesquisas sobre o uso de *sententiae* nas tragédias de Sêneca, Dinter identifica a importância de Sêneca, o Retor, (o pai) na

¹ Bakhtin menciona a questão da ausência de atenção ao fenômeno do discurso citado, tão relevante na linguagem. Assim, ele procura dar uma orientação sociológica à sua própria metodologia, na observação da transmissão do discurso de outrem (BAKHTIN, 2004, p.143).

² Segundo Martin Dinter (2015, p.56) Aristóteles em sua discussão sobre o uso de *gnome*, na *Retórica* (II, 21.1395b) sugere que talvez haja relação entre o caráter moral do autor e a qualidade ética de sua *gnome*.

³ *Antiquissimae sunt quae proprie, quamvis omnibus idem nomen sit, sententiae vocantur, quas Graeci gnomas appellant* (*Inst. Or.* VIII, 5.3). Ao referir-se ao uso de *sententia* Quintiliano observa que as mais antigas são aquelas que, embora todas tenham o mesmo nome, são chamadas de *sententiae*, as quais os gregos dão o nome de *gnomas*.

transmissão da sua coletânea de *sententiae* para os seus filhos. A evidência desse fato é notada no modo como Sêneca (filho) faz uso recorrente de *sententiae* na sua obra poética e filosófica (DINTER, 2014, p. 323).

Na tradução das epístolas de Sêneca, Segurado opta por traduzir o vocábulo *sententiae* como máximas, estabelecendo um uso comum para as formas como Sêneca aplica o termo em suas epístolas. Portanto, o uso da designação ‘máximas’ tanto refere-se à *sententiae*, no latim, como a *gnóme*, no grego. Então, nesta pesquisa aqui desenvolvida fica mantido o termo máximas, como traduzido por Segurado.

Nas epístolas de Sêneca a Lucílio, destaca-se o uso frequente de citações de máximas. Como estratégia retórica, Sêneca defende tanto o uso de máximas quanto o de versos. Na epístola 94 ele desenvolve alguns argumentos sobre a importância e papel da advertência e dos preceitos e dá as seguintes instruções:

[...] preceitos ministrados, podem ter por si só muita força, se vierem, por exemplo, sob forma métrica ou, mesmo em prosa, sob forma de uma sentença concisa. Tal acontece, por exemplo, com as famosas máximas de Catão: *Não compres o necessário, mas apenas o imprescindível; o que não é necessário, mesmo por um tostão já é caro*, ou então com as não menos célebres sentenças oraculares, ou semelhantes: *aproveita o tempo; conhece-te a ti mesmo*. [...] Tais máximas não carecem de advogado; atuam diretamente sobre as paixões; a sua utilidade nasce do fato de elas exercerem a sua ação por força da sua natureza (Ep. 94. 27-28).

Essas orientações de Sêneca aparecem nesta epístola 94 como constatação de sua própria prática, na organização retórica de seu discurso. Quando Sêneca afirma que “as máximas atuam diretamente sobre as paixões”, ele coloca em pauta as três provas do discurso: *ethos*, *páthos* e *lógos*. Ao enfatizar a ação do *logos* direcionado ao *páthos*, Sêneca também admite a importância e valor da atenção aos interesses e gostos dos seus leitores.

Logo no início da compilação de suas epístolas, Sêneca usa uma estratégia argumentativa em suas citações de máximas. Ele declara a Lucílio que vai oferecer uma máxima como brinde, no fechamento de suas epístolas. Pode ser verificado que a partir da epístola 2 até a 29, Sêneca cumpre fielmente sua promessa.

O que se observa, nessa estratégia de Sêneca, é o interesse em alcançar seu destinatário com ensinamentos de princípios da filosofia estoica, partindo de máximas de Epicuro, mas adaptando-as de acordo com seus próprios posicionamentos. Não há evidências de adesão de Sêneca ao epicurismo, mas simplesmente um aproveitamento de algumas ideias, que em alguns aspectos, aproximam-se do estoicismo. Sêneca discorda, em alguns pontos, dos postulados da filosofia estoica, inclusive dos silogismos de Zenão, mas ele reafirma repetidas vezes que é integrante da escola estoica,⁴ fato este que o situa como representante da terceira fase do estoicismo, ou neo-estoicismo.

⁴ A respeito de certas divergências pontuais entre integrantes da escola estoica, Gazolla faz o seguinte comentário: “Apesar de algumas diferenças profundas de pensamento entre certos filósofos estoicos, são todos eles partícipes da escola estoica como se ela fosse um todo harmonioso que persistiu por quase quinhentos anos. Como no caso de Sêneca, teorizando e vivenciando os princípios da stoa, por vezes modifica-os em função, exatamente de sua própria experiência de vida (GAZOLLA, 1999, 17).

É notória a observação de que a primeira máxima oferecida a Lucílio é de Epicuro, acompanhada da sugestão do uso diário de uma máxima para meditação.

É isso o que eu mesmo faço: de muita coisa que li retenho uma certa máxima. A minha máxima de hoje encontrei-a em Epicuro (é um hábito percorrer os acampamentos alheios, não como desertor, mas sim como batedor!) Diz ele: “É um bem desejável conservar a alegria em plena pobreza”. E com razão, pois se há alegria não pode haver pobreza: não é pobre quem tem pouco, mas sim que deseja mais (Ep. 2.5-6).

Ao evocar uma máxima oriunda de um autor de oposição filosófica aos estoicos, Sêneca prova que não adota uma posição radical em relação aos epicuristas, mas tenta extrair de pensadores daquela escola o que é proveitoso para suas próprias concepções filosóficas. Isto é o que ele mesmo afirma, que ao penetrar em acampamento alheio ele não se porta como *desertor*, mas como *batedor*. Com esta afirmativa metafórica, ele anuncia que não é um desistente do estoicismo, mas um usufruidor do epicurismo.

Esta máxima que Sêneca aproveita de Epicuro tem como finalidade a confirmação de sua própria posição em relação ao tema que aborda pobreza/riqueza. Fato este que é identificado por meio da construção de outra máxima que Sêneca superpõe à de Epicuro: “não é pobre quem tem pouco, mas sim quem deseja mais” (Ep. 2.6).

Ao chegar quase ao final da série de epístolas em que Sêneca premia Lucílio com a oferta de máximas, ele faz um comentário bem metafórico e humorado, com base em uma cena de transação de negócios, muito familiar no setor econômico em que ambos participavam.

Já estava a terminar, já a minha mão se aprontava para a fórmula final; devo, no entanto, contar as moedas e dar a esta carta o seu viático! Mesmo que eu não diga a quem vou pedir o dinheiro emprestado, tu já calculaste a que cofre vou bater... Mas espera por mim mais um pouco e eu passarei a pagar-te do meu próprio bolso! Entretanto o banqueiro será Epicuro, o qual nos aconselha a “meditar na morte”, ou a “atribuir a maior importância à aprendizagem da morte” (Ep. 26.8).

Sêneca expõe que Epicuro nos aconselha a “meditar na morte.” Este tema é comum às duas escolas, mesmo tendo aplicações divergentes. As reflexões sobre a morte são constantes na maior parte das epístolas de Sêneca, firmemente apoiado na seleção de citações de máximas, na evolução de suas argumentações. O propósito de Sêneca é instruir seu discípulo Lucílio quanto ao valor da preparação para o enfrentamento da morte.

Além do recurso retórico da citação, Sêneca coloca na cena enunciativa do discurso a presença do representante da escola filosófica rival. Com uma tática persuasiva excepcional, ele procura convencer Lucílio a aceitar os princípios da filosofia estoica, valendo-se do próprio epicurismo como ponto de partida. Quando Sêneca chega ao final do cumprimento de sua proposta das ofertas de máximas, ele faz algumas observações.

Se não fosses muito rigoroso, bem poderias isentar-me do último pagamento; mas não vou ser mesquinho agora que a dívida está no fim! Aí tens o que devo. “Nunca pretendi agradar ao vulgo; daquilo que eu sei o vulgo não gosta, daquilo que o vulgo gosta não quero eu saber”. Quem é o autor? Pareces pensar que eu ignoro que pessoa é o meu discípulo!... É

Epicuro, mas o mesmo te dirão os mestres de todas as outras escolas, peripatéticos, acadêmicos, estoicos, cínicos (Ep. 29.10-11).⁵

Em epístolas anteriores, Sêneca usou diferentes justificativas para suas citações de máximas de Epicuro, alegando que “qualquer boa máxima, seja qual for o autor, é minha propriedade” (Ep. 16.7)⁶. No fechamento do bloco de 28 epístolas, em que ele usou deliberadamente algumas máximas de Epicuro, é colocada a questão da autoria. Para ele, depois que o discurso é divulgado, passa a ser de domínio público. Isto é confirmado em sua posição, quando se refere às demais escolas. A esse respeito, em nota da tradução da epístola 31, Segurado (1991, p. 116) faz as seguintes alegações.

Ao contrário do que sucedia nas cartas precedentes, Sêneca deixa a partir de agora de encerrar as suas epístolas com a citação de uma máxima de Epicuro. Fê-lo, a princípio, na convicção de que lhe seria mais fácil converter Lucílio ao estoicismo se começasse por alimentar a meditação com pensamentos epicuristas, embora interpretados em sentido estoico. De aqui em diante, contudo, Sêneca toma a conversão do amigo como um dado adquirido, pelo que se considera desobrigado de recorrer à seara alheia.

Sêneca trata seu destinatário como discípulo e é a partir dessa perspectiva que ele se posiciona na enunciação, ou seja, o enunciador mestre que se dirige ao co-enunciador discípulo. Com o objetivo de alcançar seu destinatário, Sêneca invoca a citação de máximas, como um depósito em um lugar comum, para dar sequência às formulações de seus postulados estoicos que são desenvolvidos ao longo da coletânea de suas epístolas.

Uma das estratégias retóricas assumida por Sêneca é a tática da citação de versos de poemas de diferentes poetas, mas com evidente destaque para Vergílio,⁷ como reforço para a exposição de princípios da filosofia estoica. Assim, os discursos constituintes, filosófico e literário, formam um conjunto na constituição da cena enunciativa, promovendo um intercâmbio entre filosofia e literatura, isto é, trazendo para o discurso filosófico determinados textos da escrita poética, sendo um fortalecido pelo outro.

Na epístola 41, Sêneca coloca diante de Lucílio algumas concepções de deus. Ele procura convencê-lo da existência do divino, através de variadas descrições da natureza, que vão construindo na mente do leitor imagens que formam diferentes cenários. Sêneca argumenta: “É verdade, Lucílio, dentro de nós reside um espírito divino que observa e rege os nossos atos” (Ep. 41.2). A voz que Sêneca convida para apoiar e dar continuidade à sua ideia é exatamente a de Vergílio: “qual seja o deus, ignora-se, mas existe um deus” (Ep. 41.2).⁸ A introdução da opinião de Vergílio nesse ponto da enunciação produz um efeito de heterogeneidade na linguagem, atualizando e agregando o seu dito ao de Sêneca. Nessa situação enunciativa, é introduzido o discurso religioso, em seu sentido abrangente, dando ao discurso a característica de uma visão contemplativa

⁵ Segurado identifica que uma das características da diatribe é “o chamado locutor fictício”, em que o autor imagina que sua afirmação é contestada por alguém, passando a discutir com seu interlocutor imaginário. Sêneca usa esse recurso como se estivesse em frente de Lucílio, ouvindo sua reação em resposta ao que foi dito (SEGURADO, 1991, p. XV).

⁶ “*quidquid bene dictum est ab ullo meum est*” (Ep. 16.7).

⁷ A grafia Vergílio, ao invés de Virgílio, será mantida neste trabalho conforme usada pelo tradutor Segurado e Campo.

⁸ Vergílio, Aen., VIII, 352.

do mundo. Com base nesse posicionamento, na epístola 90, Sêneca desenvolve alguns postulados para definir filosofia e faz o seguinte comentário: “a única tarefa da filosofia é descobrir a verdade acerca das coisas divinas e humanas; nunca estão à margem dela a religião, a piedade, a justiça e todo o conjunto de virtudes” (Ep. 90.3). Por meio desse comentário, Sêneca indica que pela própria natureza de sua finalidade, o discurso filosófico é atravessado pelo discurso religioso.

Na epístola 77.12, a voz que Sêneca invoca para fortalecer seu argumento é novamente a de Vergílio: “Não esperes alterar com preces o destino fixado pelos deuses” (Aen. VI, 376). Vergílio comparece ao ato enunciativo como autoridade para corroborar a ideia de que o destino é “fixado pelos deuses”. Outra questão levantada por Sêneca é a dificuldade que o ser humano tem ao deparar-se com a realidade da certeza da finitude da vida. Ele acrescenta mais uma reflexão com base na realidade do medo da morte, trazendo para sua enunciação uma citação extraída da ficção, remontando a Vergílio.

O gigantesco porteiro do Orco,
estendido no antro sangrento sobre ossadas meio roídas,
assusta com seu ladrar incessante as almas exangues.
(Ep. 82.16).⁹

Sêneca pondera que os conhecedores desses versos, por mais que saibam que se trata de uma ficção, essa leitura desperta tanto o receio comum da existência do inferno, quanto da inexistência de qualquer lugar. Com esta citação, ele também reflete sobre as pressões fantasiosas que recaem sobre os indivíduos, aguçando o medo do enfrentamento da morte. Nesse ponto do raciocínio, Sêneca procura argumentar que mediante situações negativas que se interpõem diante do indivíduo a respeito da morte, a coragem perante esta situação é uma fonte de glória. Para que o indivíduo seja elevado ao patamar da virtude, é necessário que se conscientize do valor de encarar a morte, não como um mal, mas como algo indiferente. Novamente é trazida a voz de Vergílio, introduzida com uma visão positiva e de incentivo à decisão de vencer o medo da morte como uma virtude necessária ao ser humano. “Não cedas à desgraça, antes avança mais ainda audaz do que a própria fortuna te permite!” (Ep. 82.18).¹⁰

Na sequência de sua escrita, Sêneca continua abordando certos aspectos desse encontro entre discurso filosófico e religioso, formulando alguns princípios a respeito do ato de culto, ponderando que o fundamental é acreditar nos deuses e reconhecer neles a majestade. Para ele, é necessário admitir que os deuses presidem ao universo e governam tudo, sendo cuidadores da segurança da humanidade, no sentido global e não necessariamente individual.¹¹

⁹ *ingens ianitor Orci*

ossa super recubans antro semesa cruento

aeternum latrans exsanguis terreat umbras. (Contaminação de trechos de dois poemas de Vergílio: Aen. VI. 400-1 e Aen. VIII. 296-7).

¹⁰ Vergílio. Aen. VI, 95-6.

¹¹ Esta é uma abordagem da teoria de deus imanente, para os estoicos.

Em alguns momentos, Sêneca parece situar-se entre os conceitos monoteísta¹² e politeísta de deus, sendo esta uma herança já estabelecida no período Helenístico, com uma influência significativa nas concepções filosóficas sobre a ação e função dos deuses. Algra¹³ desenvolve o tema sobre cosmologia e teologia no estoicismo e finaliza: “Parece que os estoicos da era imperial, e os estoicos em geral, haviam adotado uma espécie de abordagem de duplo nível em relação à tradição religiosa.” (ALGRA, 2013, p. 195)

Com o auxílio de máximas e versos, Sêneca faz cruzar em sua enunciação os discursos constituintes: filosófico, religioso e literário. Mesmo estes discursos sendo independentes, com características de auto sustentação, percebe-se que um discurso fornece credibilidade ao outro, formando assim uma rede de relações entre diferentes discursos que se associam na produção da discursividade. O discurso literário é introduzido no contexto do discurso filosófico, servindo como fonte na busca de uma cena validada e valorizada na memória do leitor. Através das citações, o enunciador intensifica seu posicionamento no discurso, através da adesão a uma voz que contribui para os efeitos de sentidos almejados, permitindo o intercâmbio entre discurso filosófico e literário.

Como visto, as citações funcionam como fortalecimento dos argumentos, através da autoridade de uma voz exterior que penetra na enunciação. A seguir, é apontado o recurso retórico do exemplo como uma construção idealizada de uma imagem exemplar a ser imitada.

3 Exemplos nas epístolas de Sêneca a Lucílio

Aristóteles propõe uma inovação em suas formulações no campo da retórica, distinguindo-a da dialética em termos da condução do discurso. Ao relacionar o entimema e o exemplo como participantes concomitantes na esfera do discurso, ele também vislumbra que a dedução e a indução formam uma parceria que contribui para resultados argumentativos no discurso (Retórica, I, 1, 1356b).

O exemplo atua no campo do raciocínio indutivo, podendo servir como evidências, fortalecendo os propósitos argumentativos no discurso. Sendo o efeito do exemplo mais convincente, mais claro e mais apreensível pelos sentidos, ele está ao alcance da maioria das pessoas, ao passo que o raciocínio dedutivo tem mais força demonstrativa e é mais eficaz para responder aos contraditores. Os exemplos podem ser retirados de fatos históricos, mas podem estar contidos em fábulas ou mesmo parábolas, como, por exemplo, ocorre em narrativas dos Evangelhos, de acordo com suas aplicações em um determinado contexto.

¹² Segurado chama atenção para o fato de que o monoteísmo estoico não é equivalente ao monoteísmo das três religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo. A designação para deus na filosofia estoica pode ser natureza, providência ou destino. (SEGURADO, 1991, p. XXXIII).

¹³ Algra (2013, 195) observa que na epístola 95. 47-50, Sêneca avalia o comportamento ritual de várias religiões, inclusive a guarda sabática dos judeus, afirmando que o modo correto de adorar um deus e conhecê-lo e imitá-lo.

Aristóteles esclarece que chama entimema ao silogismo retórico, pois o encadeamento de raciocínio deste se aproxima ao do silogismo em alguns aspectos, entretanto, este é portador de um raciocínio tripartido para fechamento da conclusão, enquanto aquele se restringe à premissa posta ou sua conclusão que subentende as premissas encobertas. Nesse sentido, entimema está ligado à dedução e exemplo à indução, formando um todo no corpo do discurso (Retórica, I, 2.1356b).

Na opinião de Aristóteles, quando se recorre ao uso de exemplos, os fatos históricos podem exercer uma força mais persuasiva em comparação às fábulas ou parábolas, como ele próprio exemplifica:

Quando se afirma que Dionísio intenta a tirania porque pede uma guarda; pois também antes Pisístrato, ao intentá-la, pediu uma guarda e converteu-se em tirano mal a conseguiu, e Teágenes fez o mesmo em Mégara; estes e outros que se conhecem, todos eles servem de exemplo para Dionísio, de quem ainda não se sabe se é essa a razão por que a pede (Retórica, I, 2,1357b).

Para os propósitos da retórica, é fundamental que o exemplo tenha como base os fatos que conduzem o raciocínio indutivo. A partir desse princípio, Aristóteles expõe suas considerações afirmando que “o exemplo não apresenta relações da parte para o todo, nem do todo para a parte, nem do todo para o todo, mas apenas da parte para a parte, do semelhante para o semelhante” (Retórica, I, 2.1357b). Nesses termos, o exemplo tem a função de esclarecer a questão à qual está ligado por semelhança.

Com base nesses pressupostos aristotélicos sobre o exemplo como retórica indutiva, efetua-se a seguir uma análise desse funcionamento persuasivo do exemplo no discurso, através de partes de epístolas de Sêneca, dirigidas a Lucílio, com a finalidade de colocar em cena personagens que tiveram um comportamento condizente com os ensinamentos de postulados estoicos, ministrados através do gênero epistolar.

Sêneca assume em seu discurso a importância que tem para ele o uso dos exemplos. Ele narra para Lucílio a história de um personagem chamado Marcelino, contando em detalhes como ele encarou a morte, e no final, Sêneca comenta: “Também espero que minha história não tenha sido inútil, pois muitas vezes as circunstâncias tornam necessária a presença de tais exemplos” (Ep. 77.10). A partir do exemplo em destaque, Sêneca desenvolve algumas ideias filosóficas sobre o determinismo, com base na inevitável certeza da morte. Nesse contexto, ele argumenta com Lucílio: “[...] não existiremos no futuro, tal como não existimos no passado [...] Tu fostes projetado para este ponto do tempo.” (Ep. 77.12). Segundo observação de Puente, para os estoicos “o presente é aquilo que depende de nós enquanto nós o vivemos; passado e futuro não dependem de nós, pois já estão determinados” (PUENTE, 2012, p.117). Desse modo, cada dia deve ser vivido como se fosse o último, pois é apenas no presente que se vive efetivamente.

Quando Sêneca faz suas reflexões sobre a morte, na escrita das epístolas, é perceptível certa relutância em relação ao uso do silogismo. Ele critica os gregos, incluindo também o ancestral Zenão, pela tentativa de demonstrarem que através de um simples raciocínio silogístico alguém pode ser convencido de

que a morte não é um mal. Sêneca menciona o seguinte silogismo usado pelo próprio Zenão: “Nenhum mal é causa de glória; ora, a morte não é causa de glória; logo a morte não é um mal” (Ep. 82.9). Sêneca endurece seus comentários a respeito da montagem desse silogismo:

Magnífico! Já estou liberto do medo! Depois disto, já não hesitarei em estender o pescoço ao carrasco... Vamos lá falar com mais dignidade, sem cobrir de ridículo um homem que vai morrer! Pelos deuses! Nem sei dizer-te qual dos dois parece mais imbecil: se quem imaginou com este silogismo eliminou o medo da morte, se quem se aplicou a solucioná-lo como se ele fosse pertinente para o caso (Ep. 82, 9).

É pontual a observação de que Sêneca, de certa forma, rejeita o uso de silogismo no discurso, porém, através da reflexão de silogismos de seus antecessores é que ele parte para uma tentativa de argumentação mais convincente, através do exemplo, a respeito do tema sobre o medo da morte.

O mesmo silogismo lembrado por Sêneca é contraposto em sentido inverso, com base na indiferença dos estoicos em relação à morte. “Nenhuma coisa indiferente é causa de glória; ora a morte é causa de glória; logo, a morte não é indiferente”. Sêneca argumenta com Lucílio sobre os efeitos de possíveis significados da palavra *glória*, na composição deste silogismo exposto, comentando que “ninguém louva a morte em si, mas sim ao homem que a morte arrebatou” (Ep. 82. 10). A partir desta afirmativa, Sêneca baseia seus argumentos com o seguinte exemplo:

A mesma morte que em Catão foi gloriosa tornou-se em Bruto vergonhosa e vil. Refiro-me aquele Bruto que, condenado à morte, procurou uma forma de adiar a execução: retirou-se para aliviar o ventre, chamaram-no para ser executado, ordenaram-lhe que submetesse o pescoço ao carrasco. “Eu submeto” – gritou – “mas deixem-me viver” (Ep. 82.12).¹⁴

Sêneca lança mão de um exemplo que apresenta um cenário com valor positivo para o comportamento de Catão¹⁵ e negativo para o de Bruto. A partir de comportamentos opostos desses personagens, no enfrentamento da morte, Sêneca discorre com Lucílio sobre sua forma de pensar este tema tão discutido entre os estoicos. Sêneca aponta algumas razões do temor pela morte, argumentando sobre a ideia de que “se conhecemos bem este mundo, ignoramos tudo do mundo para que iremos” (Ep. 82.15). Suas conclusões mostram que é dever do indivíduo não temer a morte, mas é necessário um preparo para robustecer tal posição. Nesse sentido, não é um simples silogismo que terá o poder de convencimento. No entanto, a força do exemplo de alguém que encarou a morte com naturalidade e coragem é mais convincente do que um raciocínio lógico a respeito do assunto. Sêneca coloca em pauta certos pressupostos do estoicismo sobre o enfrentamento da morte, como libertação da alma que habita o corpo, em oposição aos epicuristas

¹⁴ O Bruto que Sêneca menciona também participou do grupo de políticos conspiradores do assassinato de Júlio César. Décimo Júnio Bruto Albino (em [latim](#): *Decimus Junius Brutus Albinus*, 81 a.C. — 43 a.C.) foi um [general](#) e [político romano](#) que conquistou a proximidade de [Júlio César](#). (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cimo_J%C3%BAnio_Bruto_Albino).

¹⁵ Catão, o Jovem, (95-46 d. C.) era seguidor do estoicismo e defensor da república. Fazia oposição a Júlio César. Sua história ficou marcada pela coragem em assumir a própria morte. Na epístola 24 Sêneca fornece vários exemplos de homens que enfrentaram a morte sem medo, inclusive Sócrates. Em suas reflexões, Sêneca diz: “Morremos diariamente, já que diariamente ficamos privados de parte da vida” (Ep. 24. 20).

que defendem que a morte é um sono eterno, não havendo separação entre corpo e alma, o que implica também a concepção de destino.

Segundo os ensinamentos estoicos, o indivíduo deve avançar com audácia e é nos exemplos das figuras históricas de Catão e Bruto que Sêneca procura firmar seus argumentos. O exemplo positivo de Catão está em total acordo com o pensamento estoico. Assim, pode-se observar que tal exemplo é escolhido como reforço de um princípio estoico que serve de modelo para aquele que quer, ou já aderiu aos postulados da escola. Além do posicionamento do enunciador estar direcionado para a persuasão, com objetivo de convencimento, os argumentos colocam em pauta as concepções estoicas sobre a morte. Por um lado, a intertextualidade, resultante da exemplificação, tem esse papel de conduzir um personagem que age em um determinado contexto histórico, funcionando como um arquivo que fornece o estímulo e incentivo positivo para ações futuras. Por outro lado, a intertextualidade permite a remissão a um personagem de exemplo negativo que não serve de modelo para ilustrar a coragem diante do enfrentamento da morte.

Foucault lança um olhar investigativo para aquele momento histórico em que Sêneca estava investido, e faz a seguinte observação quanto ao uso do exemplo em suas epístolas.

[...] o verdadeiro valor do *exemplum* histórico, *exemplum* histórico que não buscará na vida dos reis estrangeiros o modelo a ser mostrado; o *exemplum* histórico é bom na medida em que nos mostra modelos autóctones (romanos) e em que faz aparecer os verdadeiros traços da grandeza, que justamente, não são as formas visíveis do brilho e do poder, mas as formas individuais do domínio de si. Exemplo da modéstia de Catão, exemplo também de Cipião ao deixar Roma a fim de garantir a liberdade para a sua cidade (FOUCAULT, 2011, p. 236).

Foucault identifica que nos exemplos apontados por Sêneca, os personagens históricos merecedores de atenção e imitação são aqueles que se mostraram não exatamente donos do mundo, mas de si mesmos, e alcançaram este domínio de si mesmos, galgando a escalada da virtude.

Nas epístolas de Sêneca, algumas concepções filosóficas do estoicismo são tratadas com o recurso do exemplo, como força persuasiva. O exemplo de Catão e Bruto serve a Sêneca como reflexão sobre o medo da morte como ponto decisivo na compreensão da separação corpo e alma, o que justifica a incerteza do depois da morte.

Sêneca, na epístola 24, faz uma narrativa mais detalhada da corajosa morte de Catão e no desfecho, ele dirige o seguinte comentário a Lucílio: “Não estou a coligir exemplos apenas para aguçar o engenho, mas para que te sirvam de exortação contra aquele que imaginamos ser o mais terrível dos males” (Ep. 24.9). Sêneca faz questão de registrar o que representa para ele o uso do exemplo como meio de persuasão, partindo do princípio de que “o exemplo fala mais alto.”

Sêneca aconselha Lucílio a escolher um modelo de personalidade a ser seguido. Essas são suas sugestões: “Escolhe, por exemplo, Catão¹⁶; se este te parecer demasiado rígido, escolhe Lélío, que é homem de espírito mais maleável” (Ep. 11.10). Na concepção de Sêneca, o indivíduo tem necessidade de alguém em que possa se espelhar e afinar ao seu próprio caráter. O fechamento desses conselhos persuasivos, quanto à eficácia do exemplo, é feito através da seguinte máxima: “riscos tortos só se corrigem com a régua” (Ep. 11.10).

Questões sobre sabedoria e virtude são exploradas nos ensinamentos de Sêneca a Lucílio, fazendo coincidir seu posicionamento discursivo com o de Vergílio, no discurso literário. Parte de um poema é introduzido em seu próprio discurso de forma enigmática, no contexto da epístola 95.

Sem demora a cria de raça nobre pelos campos
marcha altaneira, as tenras patas flectindo;
antes dos demais põe-se a caminho, afronta as torrentes
impetuosas sem receio, afoita-se a percorrer
um trilho ignoto, e não treme ao ouvir vãos ruídos
Tem ereto o pescoço, fina a cabeça, breve o
ventre, liso o dorso, e o peito animoso é musculado e forte...
[...] E, quando ao longe, se ouve o sinal de combate
Não pára quieto, erguem-se lhe as orelhas, as pernas
Tremem e a custo reprimem nas narinas a respiração
Ardente! (Ep. 95. 68) ¹⁷

Antes de introduzir Vergílio em seu discurso, Sêneca está argumentando sobre a importância de instruções sobre a virtude, acompanhada de modelos. Ao mencionar os versos de Vergílio, o enunciador provoca certa expectativa pelo uso metafórico e enigmático do poema, em relação ao que vinha sendo dito na enunciação. Porém, logo após a indicação dos versos, é realizada uma aplicação de parte do poema como metáfora. Partindo da ideia do valor do modelo na aquisição da virtude, Sêneca esclarece:

Tratando embora um assunto diferente, o grande Vergílio faz nestes versos a descrição do verdadeiro herói! Pelo menos não é diferente a imagem que eu faço do que seja um herói. Se eu quisesse descrever a atitude de M. Catão, impávido entre os fragores da guerra civil, partindo ao ataque do exército inimigo que já descia dos alpes, opondo o próprio peito à guerra civil – pois não o pintaria com outro rosto, não lhe atribuiria outra atitude (Ep. 95.69).

Por meio de suas memórias da história da vida de Catão,¹⁸ Sêneca continua refletindo sobre o valor de se ter um herói como este para se espelhar, e acrescenta: “Que vigor, que energia de alma havia neste

¹⁶ Catão, o Velho, (234 - 149 d.C) era referência entre os romanos. Foi político e escritor que valorizou e fortificou a escrita em língua latina e era bisavô de Catão, o Jovem. Cícero, no tratado sobre a velhice, *M. Tvlli Ciceronis Cato Maior de Senectvte*, faz uso da dialética, trazendo para o discurso a voz do idoso e experiente Catão (o Velho) que em forma de diálogo discute com Lélío e Cipião as questões sobre a forma sábia de se assumir a velhice.

¹⁷ Partes do poema de Vergílio (Georg. III, 75-81 e 83 85). No poema, Vergílio trata de questões da vida no campo, com foco nos animais. Nesses versos apontados por Sêneca é destacada a imagem do cavalo e suas funções, e nessas descrições percebe-se um cunho de aplicação filosófico-moral. É nesse sentido que Sêneca também faz uma comparação da imagem do cavalo como herói ao seu personagem Catão (o Jovem).

¹⁸ Marco Pórcio Catão referido por Sêneca, no diálogo com o poema de Vergílio, se trata do bisneto de Catão, o Velho. Na mesma epístola (95.72) Sêneca exclama: “Catão, como decisivo ato de coragem, infligiu a si mesmo, ferida por onde a liberdade republicana

homem, que autoconfiança ele demonstrou quando num momento em que todos tremiam de pavor” (Ep. 95.71). Estes versos introduzem a voz de Vergílio na enunciação como força metafórica para a analogia que Sêneca se propõe em relação à figura de Catão como um personagem histórico de valor. Na epístola 24, Sêneca insiste com a questão da importância do exemplo e faz a seguinte afirmativa: “O problema não é descobrir exemplos, mas sim escolhê-los” (Ep. 24.3).

Sêneca concebe a virtude como um requisito a ser adquirido pelo aprendizado, mostrando a importância de se pautar em um modelo como referência. Assim, ele atrai seu leitor com versos de Vergílio, e com base nestes, introduz a figura de Catão, já valorizada culturalmente no imaginário do leitor.¹⁹ Nesse contexto, o discurso literário agrega-se ao discurso filosófico e serve de base para fortalecimento dos argumentos, contribuindo para um sentido de completude entre discursos constituintes.

Assim como o exemplo histórico tem por si só uma força persuasiva, como defendido por Aristóteles, o exemplo pessoal funciona no discurso em instâncias distintas. Por um lado, o enunciador traz para a enunciação fato ocorrido de sua própria experiência, para servir de exemplo aos seus destinatários. Por outro lado, o exemplo pessoal serve como forma de identificação do *ethos* mostrado no discurso. Assim, o efeito do *lógos* atinge o *páthos*, ou seja, o discurso alcança a audiência à qual o *ethos* se dirige. Nessa perspectiva, as três provas *ethos*, *lógos* e *páthos* são acionadas em conjunto, pela estratégia da recorrência ao exemplo pessoal.

No gênero epistolar, o uso do exemplo do outro pode funcionar diante do destinatário como um incentivo à *imitatio*, enquanto o exemplo pessoal pode estabelecer uma relação de autoridade testemunhal de quem fala, trazendo para a enunciação uma discursividade distinta daquela do exemplo histórico. Neste caso, o próprio enunciador coloca-se como voz autorizada no fortalecimento da persuasão. Pode-se aventar que o exemplo pessoal, no gênero epistolar, pode operar como ensinamento de algo comum entre o emissor e o destinatário. Nessas circunstâncias, o exemplo pessoal coloca o enunciador na posição de um indivíduo experiente em relação aos conteúdos de seus ensinamentos e argumentação. Ele se coloca como uma prova contundente da eficácia de seu discurso.

A esse respeito, Sêneca mostra-se diante de Lucílio, através da correspondência, como a voz da experiência legitimada, que pelo desabafo introduz seus conselhos ao destinatário de sua missiva.

Se tens alguma confiança em mim, revelar-te-ei, totalmente os meus mais íntimos sentimentos: eu formei o meu caráter no meio de toda a espécie de circunstâncias aparentemente desfavoráveis e duras; mas não me limito a ceder à vontade dos deuses, dou-lhes mesmo a minha concordância; submeto-me espontaneamente. Nunca me acontece nada que eu receba com amargura ou de má cara; não há imposto algum que eu pague contra a vontade (Ep. 96.2).

exalou o último suspiro.” Ainda nas referências aos exemplos de outros personagens históricos, Sêneca acrescenta: “ou os feitos sublimes, públicos e privados, do outro Catão (o Velho).

¹⁹ Na epístola 24, Sêneca argumenta com Lucílio que a história de Catão era repetida em todas as escolas quando se tratava do problema do desprezo pela morte (Ep. 24.6).

Na sua análise sobre a escrita de si, Foucault afirma que a correspondência oferece a vantagem do emissário mostrar-se ao olhar do outro através do que lhe é dito sobre si mesmo (FOUCAULT, 2004, p. 156). É nesse tom que Sêneca se dirige a Lucílio: “revelar-te-ei, totalmente os meus mais íntimos sentimentos”. Com essa disposição, Sêneca coloca-se como alguém que sabe encarar com coragem os enfrentamentos da vida, revertendo situações desfavoráveis. Por meio desse exemplo pessoal, ele se lança ao olhar do outro, tanto através de suas experiências individuais, quanto de suas convicções existenciais. Tais procedimentos estão diretamente ligados ao seu posicionamento de estoico praticante.

Nessa abertura que Sêneca faz de si para o outro, ele investe na força persuasiva do próprio exemplo como meio de defender certos postulados da filosofia estoica que ele incorporou na sua prática de vida. O eixo central dessa argumentação é a defesa do determinismo como um postulado filosófico que permite a coerência com a noção de liberdade. Reale interliga os conceitos estoicos de providência,²⁰ de necessidade ao de determinismo que, formando um conjunto, vinculam-se ao conceito de deus. Para os estoicos, os deuses nascem e morrem junto com a evolução cíclica do cosmo. O deus supremo permanece, havendo identificação entre deus /natureza (REALE, 1994, p. 316). Nessa mesma perspectiva, Hirschberger observa que os estoicos admitem um princípio imanente de explicação do mundo. O devir se desenvolve em grandes ciclos. Nesse sentido, a restauração universal se dá por vezes infinitas e o mesmo se repete. Existe uma força divina primitiva que engloba a ideia de deus, razão, destino e natureza (HIRSCHBERGER, 1965, p. 264).

Foucault procura associar conhecimento de si e conhecimento da natureza e comenta que em Sêneca esse conhecimento da natureza permite que o ser humano apreenda por ele mesmo o lugar que ocupa nesse mundo de uma providência divina. Segundo a interpretação de Foucault, [...] “é essa providência divina que nos colocou lá onde estamos, que nos situou, pois, no interior de um encadeamento de causas e efeitos particulares, que precisamos aceitar se quisermos nos liberar desse encadeamento” (FOUCAULT, 2011 p. 249-250).

A partir dessas observações, Foucault ressalta que o saber sobre a natureza é liberador, na medida que permite que o ser humano não desvie de si mesmo, enquanto ligado a um conjunto de determinações e necessidades, cuja racionalidade torna-se compreensível.

É firmado nesses princípios da filosofia estoica que, na epístola 96, Sêneca revela a Lucílio: “mas não me limito a ceder à vontade dos deuses, dou-lhes mesmo a minha concordância” (Ep. 96.2). Com esta declaração, Sêneca mostra-se concordante com o determinismo pela vontade dos deuses, não no sentido de obediência ao que uma imposição determina, mas com a liberdade que provém de sua escolha de aceitação

²⁰ Segundo Reale a providência estoica não tem nada a ver com a providência de um deus pessoal, pois trata-se de uma providência imanente e não transcendente. A imanência é a presença de uma força divina que permeia todas as coisas que existem e é capaz de influenciá-las direta ou indiretamente. A transcendência atribui a Deus uma existência separada das coisas das quais ele é o criador. Com essas distinções, Reale aponta que a providência, na concepção imanente, não se ocupa dos homens individualmente e é nessa perspectiva que os estoicos concebem o destino como ordem natural e necessária de todas as coisas. (REALE 2006, p. 314)

do funcionamento da natureza, pois para os estoicos o destino é causa natural e irreversível de todas as coisas. Esta é a convicção que Sêneca procura transmitir ao seu amigo Lucílio, com a força persuasiva de sua própria experiência e exemplo.

4 Considerações finais

O estabelecimento da estratégia do uso de máximas nas epístolas de Sêneca fortalece seus propósitos argumentativos na busca de convencimento do seu destinatário quanto aos princípios da filosofia estoica. Sêneca aconselha Lucílio, dando as seguintes instruções: “medita nestas máximas, que aliás, tens ouvido com frequência, e que tu próprio muitas vezes tens repetido”. Entretanto, um alerta é oportuno, e Sêneca diz: “deves, porém, comprovar pela experiência a veracidade do que tens ouvido e do que tu mesmo tens dito” (Ep. 24.19). Diante desses conselhos Sêneca pondera que o valor das máximas se concretiza quando seus ensinamentos são colocados em prática. Sêneca faz valer os próprios versos de seu destinatário Lucílio, que é poeta, para harmonizar com o que está sendo ensinado e confirmar a aproximação entre seus posicionamentos discursivos. “É indecente dizer uma coisa e pensar outra; muito mais indecente será escrever uma coisa em que se não acredita” (Ep. 24.19).²¹

Na construção discursiva das epístolas aqui observadas, torna-se evidente que Sêneca fortalece os princípios da filosofia estoica com a contribuição do discurso literário. O próprio Sêneca sugere que tanto o uso de máximas quanto o de versos têm relevância na produção do discurso filosófico, “pois a filosofia ensina a agir e a sabedoria conduz a ação” (Ep. 20.2).

Ao observar o uso de exemplos em epístolas de Sêneca a Lucílio, uma marca se mostra bem nítida: o enfrentamento do medo da morte. Para argumentar sobre esse componente que está embutido no tema mais geral sobre o tempo, Sêneca usa como exemplo a imagem de Catão, como referência de um modelo a ser seguido. Certamente, este exemplo fazia parte de um lugar comum, sendo referência nos ensinamentos das escolas de diferentes postulados filosóficos.

A qualidade da coragem no enfrentamento da morte é o ponto mais decisivo para Sêneca, ao recorrer ao exemplo de Catão, pois este deliberou dar fim à própria vida como forma de libertação. Através do recurso do exemplo usado por Sêneca, o objetivo é mostrar que o corpo é matéria que se torna em prisão da alma e a morte não deve ser temida, por ser a única forma de libertação. Em suas análises sobre o tratamento do tema morte, Foucault observa que entre os estoicos “o pensamento sobre a morte é que permite a retrospectiva e a memorização valorativa da vida” (FOUCAULT, 2011, p. 431).

Outra noção de valor que se extrai desse exemplo é a separação corpo e alma. Para Sêneca, a alma é imortal e somente o corpo físico é atingido pela morte. A esse respeito, ele comenta: “a alma desprende-

²¹ Lucílio Júnior – Fr. 3 Morel.

se do corpo ora com serenidade, ora de firme propósito – busca a sua saída sem se importar com a sorte dessa pobre coisa que por aí fica!” (Ep. 92.34).

Além do exemplo histórico de Catão, Sêneca opta pelo exemplo pessoal, deixando transparecer sua subjetividade. Sua personalidade se localiza no ato enunciativo, indicando o posicionamento discursivo que permite revelar também certos aspectos de suas convicções estoicas. O recurso da utilização do exemplo pessoal atua em consonância com o gênero epistolar, pois como analisa Foucault (2004), a correspondência favorece os meios para quem se dispõe abrir-se diante do outro por meio da missiva que atua na comunicação da mensagem a ser enviada. Assim, Sêneca fala de sua experiência como forma de convencimento do seu destinatário, quanto à aceitação dos princípios da filosofia estoica.

Em Sêneca, o poder do discurso se enriquece com os recursos retóricos assumidos pelo uso da citação de máximas e de versos e os exemplos históricos e pessoais, com funções distintas, para atingir seu destinatário e convencê-lo a aderir aos princípios estoicos.

Referências bibliográficas

- ALGRA, Keimpe. Stoic theology. In: INWOOD, Brad. **The Cambridge Companion to the stoics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ALGRA, Keimpe. Cosmologia e Teologia. In: GOURINAT, J. B.; BARNES, J. (orgs.). **Ler os estoicos**. Tradução de Paula S. R. C. Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Introdução, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- DINTER, Martin. **Sententiae in Seneca**. In: WILDEBERG, Jula; COLISH, Marcia (Eds.) **Seneca philosophus**. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2014.
- DINTER, Martin. Sententiae na épica latina. **Revista Letras Clássicas**, v. 19 n. 2, p. 51-62, 2015.
- HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia na Antiguidade**. 2 ed. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Herder, 1969.
- FOUCAULT, Michael. A escrita de si. In: MOTA, Manoel Barros de (Org.). **Ditos e Escritos** vol. V. Trad. Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michael. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GAZOLLA, Rachel. Cosmologia do estoicismo antigo: existência, “sub-existência” e destino. In: GAZOLLA, Rachel (org.). **Cosmologias: cinco ensaios sobre a filosofia da natureza**. São Paulo: Paulus, 2008.
- MACEDO, Tatiana S. C. L. **A citação como recurso de afiliação acadêmica**. Belo Horizonte, 2006. 212f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. Trad. Freda Indursky. São Paulo: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2007.

PUENTE, Fernando Rey. **Ensaio sobre o tempo na filosofia antiga**. Coimbra: Annablume, 2012.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga. Os sistemas da era Helenística**. 9 ed. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

SEGURADO E CAMPOS, José Antônio. Tradução, prefácio e notas de **Cartas a Lucílio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de José Antônio Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.